INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO

ELIZABETH MARIA SOUTO WAGNER

Esfera Pública à Brasileira:

Uma possibilidade democrática e republicana

Rio de Janeiro

2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ELIZABETH MARIA SOUTO WAGNER

Esfera Pública à Brasileira:

Uma possibilidade democrática e republicana

Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas: Ciência Política

Orientador Prof. Dr. Renato de Andrade Lessa

Rio de Janeiro

2009

Ficha Catalográfica

A Mariana, Mônica, Mateus e Clara, pelo estímulo e cumplicidade

AGRADECIMENTOS

A reflexão que originou este trabalho foi possível não só por conta do meu próprio espanto diante de questões que a vida política me colocava, mas decisivamente pelas instigantes aulas, algumas memoráveis, que tive o privilégio de desfrutar neste centro de pensamento que é o IUPERJ. Não podia, portanto, deixar de registrar em primeiro plano o agradecimento aos excepcionais professores, responsáveis pelo estímulo ao pensamento sem corrimão, como diria Hannah Arendt, que constituem o quadro intelectual do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Agradeço igualmente a todos os funcionários que fazem desta instituição, por sua competência e dedicação, uma referência também de profissionalismo sério e consistente.

Ao meu orientador, Professor Renato Lessa, um especial agradecimento pela provocação intelectual, bem como ao orientador por um ano, Joshua Cohen do MIT, Massachusetts Insitute of Technology, que mesmo sendo chefe do Departamento de Ciência Política do MIT fazia questão de manter uma rotina quase semanal de reuniões para discussões e avaliação de textos.

Agradeço também aos amigos Saja, Maria José Rego Chaves, Roberto Moraes, que insistiram na conclusão deste trabalho, num momento em que tantos outros trabalhos pressionavam uma agenda quase impossível.

Um agradecimento muito particular à minha irmã, Lúcia Souto, pelos diálogos políticos que sempre ajudaram na reflexão dos temas que abordo nesta tese.

A Samuel Gordenstein, meu apreço pela disponibilidade e pela sensibilidade na captação do sentido apropriado ao realizar a tradução para o *Abstract*.

Mas a opção pela sociologia de compreensão tem para Gilberto ainda outro sentido: o de legitimar a valorização de um tipo de literatura e saber sociológicos substancialmente alheios, ou infensos, à miopia positivista, cientificista, de muita ciência social moderna. Literatura e saber sociológicos de forte tradição ibérica [...] Contrasta o intelectual autêntico, [...] com as limitações do *intelectualista*, viciado em abstrações, e do *intelectuário*, que é o intelectual arregimentado, preso a engajamentos sectários. Pois o erro não está, para a ciência social, em ser participante – mas, apenas, em confundir participação com sectarismo.

(José Guilherme Merquior, Além do Apenas Moderno)

RESUMO

Este trabalho de tese busca um deslocamento das duas principais correntes interpretativas do Brasil que atribuem ao patrimonialismo de origem ibérica portuguesa, quer oriundo do Estado, quer da sociedade, ou melhor, de uma não sociedade, os problemas do atraso e da exclusão brasileiros. Discutindo algumas questões da modernidade, como a da privatização da esfera pública e a da predominância da razão instrumental em tempos modernos, pretendo relativizar pontos importantes que sustentam aquelas interpretações. É especialmente o referencial teórico de Gilberto Freyre, que observa outros elementos, especialmente os referentes à tradição brasileira de equilibrar antagonismos e aqueles relativos a uma outra forma, solidária, de coordenação da sociedade, que me permite percorrer possíveis caminhos alternativos à inviabilidade vaticinada pelas interpretações polarizadas entre Estado ou Sociedade, ambos patrimonialistas, já que marcados pelo pecado original ibérico. Ajudam a compor a referência teórica que me conduz na observação de uma possibilidade alternativa, autores como José Guilherme Merquior, pelo seu argumento relativo a uma herança ainda "encantada" de que desfrutaria o Brasil em tempos modernos contidos pela racionalidade instrumental e Hannah Arendt pelo seu diagnóstico sobre a perda moderna de fronteiras entre público e privado. Colocadas estas questões, penso ser possível descortinar um potencial democrático e *res*publicano em nossa formação por trás desta polarização que, de qualquer dos pólos, nos observa inviáveis por conta da marca original ibérica que assim nos teria definido. Para evidenciar que não se trata de potenciais perdidos em uma tradição holística passada, apresento uma série de conflitos que permearam a nascente modernização brasileira, muitos manifestos de forma bastante radical, suficientes para esclarecer que não foi fácil o percurso para equaciona-los negociando, ou, equilibrando antagonismos e que, muito menos, foram estes conflitos dissimulados em um todo holístico aglutinador pré-moderno. Feito este percurso singular da modernização brasileira, são abordadas algumas experiências muito concretas da vida política brasileira, expondo uma efetiva capacidade de diálogo e negociação, quando foi possível ampliar o *demos* participante, bem como estabelecer acordos e compromissos definidos de maneira pluralista. Acordos e compromissos que viabilizaram significativas reformas e até mesmo possibilitaram rupturas radicais, pela via negociada, como o foi a realizada pelo processo abolicionista. As experiências do processo abolicionista, da campanha civilista, e de "democracia com povo", conceito que utilizo para efeitos de discernimento em relação ao muito elástico conceito de populismo, com Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro, Juscelino Kubitschek e João Goulart, são interpretadas como experiências de reconciliação com a matriz ibérica portuguêsa equilibradora de antagonismos e fortalecedora de laços sociais solidários, e, por esta razão, capazes de, democraticamente, acolher mais participantes no âmbito público de decisão política e, ao mesmo tempo, produzir um ambiente institucional com normas pluralista e republicanamente pactuadas. Desta forma, estaríamos diante de experiências em que teriam se realizado os potenciais democráticos e republicanos inscritos em nossa matriz ibérica, o que me autoriza, inclusive, sugerir a possibilidade de uma esfera pública à brasileira, moderna e também democrática e republicana, a rivalizar com uma outra matriz, esta sim excludente e autoritária que, avalio foi inaugurada com a Primeira República e que se tornou hegemônica na experiência brasileira do período que chamamos republicano.

Palavras-chave. democracia, república, conciliação, equilíbrio de antagonismos, abolicionismo, civilismo, populismos.

ABSTRACT

This thesis seeks a shift from the two principal interpretive strands in Brazil that attribute to patrimonialism of Portuguese Iberian origin, whether originating in the State, society, or better, from a non-society, the problems of Brazilian backwardness and exclusion. Through discussion of issues related to modernity, such as the privatization of the public sphere and the predominance of instrumental reason in modern times, I intend to relativize important points that sustain those interpretations. Gilberto Freyre's theoretical framework, in particular, which observes other elements, particularly in reference to the Brazilian tradition of balancing antagonisms and those related to another form, one that is solidary and coordinated by society, permits me to traverse possible alternative paths to the non-viability vaticinated by the polarized interpretations between State or Society, both patrimonialist, and scarred by the Iberian original sin. Also helping me to compose a theoretical construct that leads to a alternative possibility are authors such as José Guilherme Merquior, for his argument relative to a still "charmed" inheritance that Brazil enjoyed in modern times contained by instrumental racionality, and Hannah Arendt for her diagnosis of the modern loss of frontiers between public and private. Having laid out these issues, I believe it possible to reveal a democratic and respublican potential in our formation behind this polarization that, from any of the poles, observe us non-viable due to the original Iberian brand that in this manner defined us. To demonstrate that it's not a case of lost potential in a past holistic tradition, I present a series of conflicts that permeated the nascent Brazilian modernization, many manifested in a manner sufficiently radical to clarify that the path to solve them negotiating, or, balancing antagonisms and that, much less, that these conflicts were dissimulated in a pre-modern joint holistic whole. Once this singular path detailing Brazilian modernization has been trailed, I discuss some very concrete experiences from Brazilian political life, exposing an effective capacity to dialogue and negotiate, when it was possible to increase the participant demos, as well as establish accords and compromises defined in a pluralistic manner. Accords and compromises that made viable significant reforms and even made possible radical ruptures, through a negotiated path, such as that occurring in the abolitionist process. The experiences of the abolitionist process, the civilist campaign, and the "democracy with people", a concept that I use in order to discern between the very elastic concept of populism, with Pedro Ernesto, mayor of Rio de Janeiro, Juscelino Kubitschek and João Goulart, are interpreted as experiences of reconciliation with the Portuguese Iberian matrix, able to balance antagonisms and strengthen solidary social ties and, for this reason, able to democratically absorb more participants in the public sphere of political decisions and, at the same time, produce an institutional environment with agreed upon pluralist norms. In this manner, we would be before experiences that would encourage the democratic and republican potential inscribed in our Iberian matrix, which authorizes me to suggest the possibility of a public sphere "a Brasileira", modern and also democratic and republican, to rival another matrix, authoritarian and one that excludes which I evaluate as inaugurating with the First Republic and that became hegemonic in the Brazilian experience in the period we call republican.

Keywords: democracy, republic, conciliation, balancing antagonisms, abolicionism, civilism, populisms.

SUMÁRIO

RESUMO ix
ABSTRACT x
SUMÁRIO xi
INTRODUÇÃO 12
CAPÍTULO 1 15
Estado ou Sociedade 15
CAPÍTULO 2 26
Questões da Modernidade e o Brasil no Século XIX 26
CAPÍTULO 3 81
Desconstruindo Polarizações - 81
Potencial Democrático e Republicano na Interpretação Freyreana 81
CAPÍTULO 4 117
Conflitos e Equilíbrios na Nascente Modernidade Brasileira 117
CAPÍTULO 5 153
O Processo Gradual da Abolição 153
CAPÍTULO 6 249
A Transição para a República e o Movimento Civilista 249
CAPÍTULO 7 315
Populismos 315
Democracia com Povo – a Arte Política de Equilibrar Antagonismos 315
CONCLUSÕES 345
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 347

INTRODUÇÃO

Esta tese busca analisar três experiências da história política do Brasil, compreendendo-as como expressivas de uma vocação democrática e republicana inscrita em nossa tradição ibérica portuguesa: O processo abolicionista, ao longo do século XIX, a campanha civilista de 1910 e a emergência de uma experiência republicana de "democracia com povo" nos anos 1930, mais precisamente com Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro entre 1931 e 1936, além de uma rápida passagem sobre os governos Juscelino Kubtischek e João Goulart (Jango). A introdução do conceito de "democracia com povo" busca destacar não apenas a democracia formal, mas a democracia capaz de materializar direitos para parcelas significativas do demos, bem como a sua inclusão política, garantindo sua influência na definição da polis, ou seja, sobre as próprias regras republicanas. Falar em "democracia com povo" significa, também, uma opção de distanciamento do conceito muito elástico de populismo, especialmente por sua associação automática com a experiência varguista, experiência que imputo filiada a uma matriz autoritária inaugurada com a Primeira República, rival da matriz ibérica portuguesa equilibradora de antagonismos na influência sobre as soluções politicas brasileiras.

É a cultura política brasileira que oferece os elementos para, através do estudo destes três momentos, questionar os limites das interpretações que enfatizam o "patrimonialismo", originário quer do Estado Ibérico Portugues quer da sociedade, ou melhor, da não sociedade, fruto do iberismo, como o problema do Brasil. Deslocando-me desta chave interpretativa patrimonialista, penso que a sociologia de Gilberto Freyre e sua interpretação da tradição ibérica portuguesa como "equilibradora de antagonismos" oferece a possibilidade de olhar o processo abolicionista, a campanha civilista e as experiências de "democracia com povo" como reconciliações com esta tradição, cujo traço mais significativo é o tratamento dos exacerbados conflitos modernos pela via da conciliação e integração, a contrapelo da tendência moderna à fragmentação.

A marcação de Freyre a respeito do início do processo de modernização brasileiro – a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil – é decisiva para compreender como dialogam modernização, tradição cultural e sociabilidade brasileiras. O reconhecimento por Gilberto Freyre da impregnação moderna porque passa o Brasil a partir de então, resulta em uma análise que é capaz de reconhecer não só a violenta

diferenciação e segmentação social que então tiveram início, por conta da diversificação no trabalho, nas posições profissionais, nas crenças, num processo de complexificação da sociedade e exasperação dos conflitos sociais, mas também a força de uma formação que permitiu ao Brasil uma singular maneira de lidar com a modernização. Para Gilberto Freyre não só a sociabilidade solidária dos mucambos contaminou os sobrados modernos, como também a vocação de equilibrar antagonismos se manifestou diante da complexificação e tensionamento de conflitos, permitindo um equacionamento destes conflitos por trilhos distintos da tendência moderna de solução pela eliminação de alguma ou algumas das partes conflitantes ou pela suposição de que entes coletivos sintetizadores, como a *mão invisível do mercado*, harmonizariam os fragmentados interesses em disputa. Equilibrar antagonismos, diferentemente de quaisquer destas soluções – a eliminação ou a "ficção comunística" – implica num exercício de transigência, de inclusão e de convivência pluralista, que é o próprio exercício da política. Isto significa ter à disposição uma vacina contra o moderno declínio da política, ainda que, em grande parte de nossas experiências modernas, não tenhamos utilizado este recurso. Desta forma, o nosso passaporte para a era moderna teve, também, um carimbo dessa tradição negociadora. É esta singularidade que será explorada na análise dos tres momentos em foco. Penso que, diversamente, o abandono ou a recusa desta tradição – pela adoção de modelos importados que estimulam lógicas polarizadoras – conduziram à maior exclusão e violência, constituindo uma outra matriz, de cunho autoritário, que passa a rivalizar com a ibérica. Isto não significa aderir, do ponto de vista analítico, a uma polarização entre iberismo e qualquer copismo, seja americanismo, europeísmo ou outro. O caminho de investigação adotado é incompatível com qualquer lógica polarizante e aponta, pelo contrário, para uma compreensão dos momentos políticos assinalados como expressões de superação desta lógica por uma civilização que pôs em diálogo o ibérico e o moderno, permitindo-nos explorar fronteiras para "além do apenas moderno", como nos sugere Gilberto Freyre. Portanto, firmar a tese da rivalidade entre matrizes, a ibérica e a que passo a nomear de autoritária, ajuda na compreensão da opção teórica assumida que destaca um tipo de convivência entre a tradição e o moderno, capaz de ponderar mesmo os modelos institucionais de inspiração positivista mais forte e/ou racionalmente abstraídos das nossas circunstâncias. A experiência republicana tem exposto esta rivalidade, sendo rica em manifestações autoritárias e, também, testemunha de soluções políticas mais democratizantes advindas da tradição negociadora. A experiência da Primeira

República, por exemplo, notória pela indisposição para soluções negociadas e includentes de novas parcelas do demos, bem como as experiências golpistas dos anos 1930 e 1960, penso que confirmam esse distanciamento em relação à cultura e à tradição ibérica brasileiras, equilibradoras de antagonismos, exemplificando soluções institucionais pela via autoritária. Já Eduardo Prado havia diagnosticado o descolamento dessa matriz autoritária em relação a uma experiência prévia brasileira:

> Ora, o Brasil, em vez de uma sociedade seria hoje um quartel, se o Imperador fosse, não um rei constitucional, mas um major instrutor corôado.
> [...] O divórcio do Imperador das cousas militares, entendidas à hespanhola, foi o que salvou a civilisação brasileira, mas foi o que perdeu a Monarchia. Num paiz sem instrução, onde a brutalidade da desordem militar devia primar sobretudo, a Monarchia conseguiu, desde logo, formar a preponderância do elemento civil [...] (PRADO, 1902, p. 16-18)

A concentração deste estudo, no entanto, no que diz respeito ao período republicano é sobre experiências na república de caráter democratizante que imputo influenciadas pela marca conciliadora da nossa tradição ou, em outras palavras, experiências modernas que foram colonizadas pela nossa aptidão ibérico-portuguesa em "equilibrar antagonismos".

Para contextualizar o argumento, primeiro apresentarei uma visão geral do processo de modernização, usando a referência teórica de Gilberto Freyre. Em seguida revisitarei algumas das várias interpretações do Brasil, enfatizando as interpretações patrimonialistas, polarizadas entre Estado e Sociedade. Em terceiro lugar, discutirei o processo abolicionista ao longo do século XIX. Em quarto, ainda avalisada pela referência freyriana, que desconstrói a lógica das versões patrimonialistas, polarizadas entre Estado e Sociedade como responsáveis pelo problema brasileiro, abordarei a transição para a república e a campanha civilista. Por último, analisarei as experiências de "democracia com povo" nos governos de Pedro Ernesto no Rio de Janeiro, Juscelino Kubitscheck e João Goulart, realçando nelas a habilidade política em equilibrar antagonismos, numa atualização moderna daquela tradição ibérica, com repercussão em mais inclusão social e política.

CAPÍTULO 1

Estado ou Sociedade

É a sociologia de Gilberto Freyre que me permite percorrer um caminho alternativo às duas mais consagradas linhas de interpretações do Brasil, pautadas na crítica patrimonialista, às quais passarei a me referir como teorias do **"patrimonialismo político",** que atribui ao Estado o problema brasileiro, e do **"patrimonialismo social**", que localiza o problema na sociedade. Apresento-as panorâmicamente, permeado-as de questões que insinuam um percurso freyreano alternativo e que serão desdobradas ao longo do trabalho.

A visão do **"patrimonialismo político"** atribui o atraso político brasileiro ao patrimonialismo ibérico, localizado no Estado. Para esta corrente, o problema do patrimonialismo político agravou-se com a mudança do Estado Português para o Brasil em 1808. Os que compartilham esta interpretação consideram o Estado com um grau de autonomia bastante efetivo em relação à sociedade civil. Seu papel seria o de constranger os interesses privados e a livre iniciativa, exercendo sua regulação via meios burocráticos ao invés de meios racionais-legais, como sugeriria a moderna insititucionalidade. Recorrendo a Luiz Werneck Vianna, esta interpretação vê o Estado centrado na idéia de comunhão entre Estado e Nação, gerando uma interseção entre as esferas pública e privada. O capitalismo brasileiro, portanto, teria um acesso patológico à modernidade por não ter realizado uma prévia ruptura com o passado patrimonial, sucessivamente renovado pelo controle pelas elites das mudanças sociais. A consequência seria a exigência de uma reconfiguração institucional do Estado, ou seja, a necessidade de reformar politicamente o Estado, para abrí-lo a intereses diversificados existentes no interior da sociedade civil, sob a primazia do sistema representativo. A idéia é emancipar a esfera do interesse de qualquer tutela por parte do Estado. Desta forma, a ruptura com o passado patrimonialista, como sugerido por Tavares Bastos, deveria se dar no âmbito institucional, via redução do papel do Estado, deixando livres as forças sociais e as do mercado. A sociedade, para exercer este papel, precisaria incorporar novos costumes que seriam importados pela imigração. A agenda de Tavares Bastos é uma agenda americana, envolvendo temas como sociedade, mercado, interesse, abertura comercial, trabalho, produtividade, imigração. Fazia-se necessária a emancipação dos escravos, a educação, principalmente a profissionalizante, e desobstruir os obstáculos colocados pelo Estado, tal como a exigência de licenças

estatais para funcionamento de sociedades anônimas. Há em Tavares Bastos um certo elogio da Regência pela liberdade do seu período, mas, também, reservas quanto ao perigo de anarquia, por isto a necessidade de limites, para evitar o descontrole dos setores sociais subalternos. É um liberalismo restritivo, afirmando uma espécie de "democracia sem povo", que não deve ampliar o demos para baixo. A idéia de Tavares Bastos é realizar no Brasil uma América para a qual não estávamos preparados. A via de enfrentamento desta inadequção se daria pela vida mercantil, pelos negócios, pela abolição dos escravos, pelo livre comércio, pela educação. A reforma americanizante tem que vir, no entanto, pelas mãos das elites. Portanto, expõe-se aqui um paradoxo, entre a crítica que identifica o atraso com a patologia do capitalismo brasileiro incapaz de romper com o passado patrimonialista que as elites renovam controlando as mudanças, e a proposta de mudança através de um construtivismo institucional que tem como operadores, também, as elites. Exige uma reforma política que liberte o voto ainda num contexto censitário – sem voto universal – pois este serviria aos currais. Também propõe reduzir o poder do Estado, acabar com o poder moderador, com o Senado vitalício, instalando duas câmaras, como nos Estados Unidos. As portas e os portos deveriam se abrir para a livre circulação de mercadorias. Apesar de se referir a abolição, Tavares Bastos não trata da condição do negro e da sua emancipação. Diferente de Reboucas, para quem a America se realizaria no Brasil pela expansão da propriedade da terra, ou seja, democratizando a terra, Tavares quer fazer do Brasil uma América pelo fluxo econômico, inspirado pela clássica economia de Ricardo, pela oxigenação que previa como consequência da livre circulação. A razão desta America de Tavares não está na pequena propriedade e na expansão da democracia, para incluir novas parcelas do demos. Evidente que a agenda de Tavares Bastos identifica importantes pontos para desobstruir amarras ao desenvolvimento econômico, como as provocadas pela burocracia estatal, porém, do ponto de vista político, ela não admite a ampliação do demos, restringindo seu liberalismo ao ambiente econômico, com ênfase numa liberdade negativa, numa elitização dos processos decisórios políticos e a garantia de direitos formais. Esse era o *script* moderno, como veremos adiante, que Tavares considerava indispensável copiar, para nos livrar do iberismo que nos tornou inadequados em tempos modernos. Comparada com a agenda de *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco e mesmo a de José Bonifácio bem anterior, o contraste entre seus conteúdos reformistas é notável, especialmente se considerarmos as questões relativas à democratização e à idéia de espaço público. O liberalismo de Nabuco é eminenetemente

político e social, não ficando contido pelo econômico, e envolve claramente a ampliação do demos, através de um explícito tratamento da condição dos escravos, indicando a incorporação destes que pretende não apenas emancipados, mas incluídos politica e socialmente através de reformas agrária, educacional e mesmo eleitoral, numa materialização dos direitos sociais e políticos. Seu apreço pela monarquia constitucional e o peso que confere à vida parlamentar fazem dele o mais republicano dos monarquistas, pelo seu entendimento da importância de uma esfera pública para além do interesse, definida pela política, pela negociação. Diria que ambos, Bonifácio e Nabuco encarnavam a vocação negociadora, equilibradora de antagonismos, afirmando uma postura política que dá conseqüência a esta vocação, pela constituição de um espaço de diálogo, que por si só implica numa passagem para a inclusão efetiva. Só este exemplo de exercício da política por duas das maiores liderenças que o Império produziu, portanto significativas pela influência que exerceram, talvez fosse suficiente para atestar o diagnóstico de Gilberto da especialidade do nosso ingresso no moderno.

O **"patrimonialismo social"**, por seu lado, localiza o problema do atraso brasileiro num patrimonialismo de origem social, provocado por uma formação social fragmentada, em que os diversos núcleos societários se articulam em torno dos seus interesses localizados, impedindo, inclusive, a própria constituição de uma sociedade de caráter nacional. Para se formar a sociedade, necessário seria converter esta fragmentação social numa sociedade de classes competitiva, cuja dispersão seria compensada pela coordenação de um Estado forte. Para esta linha de pensamento, que tem como precursor Oliveira Vianna, a ordem racional competitiva capitalista era insuficiente para corrigir o estilo de vida fragmentário da sociedade que utilizava o Estado como um instrumento dos seus interesses privados e era responsável pelo atraso brasileiro. Impunha-se, como corretiva, a ação do Estado centralizado e forte para erradicar o patrimonialismo societal e para conduzir o processo de desenvolvimento. O problema de Oliveira Vianna também reverbera este quase mantra das indagações sobre o Brasil: Porque somos diferentes da América? A questão dele não era o Estado bragantino, como o foi para Tavares Bastos, Manoel Bonfim e Raymundo Faoro, este, adiante, na chave weberiana. Não estava em questão para Oliveira Viana o tema que liga Bonfim a Capistrano de Abreu – a expectativa de um Brasil feito pelos brasileiros, fruto de uma ruptura, de uma revolução à francesa, jacobina, que ao não se realizar gera uma história de frustrações, de traições. Para ele o liberalismo aqui levaria ao

despotismo: Quando prevalece Capistrano e Bonfim, ou seja, quando o mundo da sociedade civil vinda do fim da colônia, com suas idéias liberais, ganha em 1831, o ideal anglo-saxônico aparece como artificialismo e, neste momento, o que se perde é a ordem e se instala a anarquia, reforçando soluções despóticas para controla-la. Para Viana, a tentativa do ato institucional descentralizador de viabilizar o ideal americano, recobrando as idéias que não se concretizaram em 1822, falha por ausência de requisitos: "township", vida associativa, tecido social coeso. Ele considera a realização destes ideais impossível num cenário de vida clânica, compadrio, direitos individuais adivindos da mão do caudilho. Sem sociedade e com um indivíduo não autônomo, vinculado ao clã, situado num local que não se constitui nem como comuna, nem como "township" não há como extrair civismo e nem referência de, ou para, uma esfera pública. Neste ponto ele se afina com Capistrano de Abreu que, apesar de prescrutar um Brasil de baixo, do interior, e uma certa configuração de laços sociais – ainda que em momentos muito circunscritos como o da luta contra os holandeses – conclui com a nostalgia da ausência de uma sociedade. O debate de Oliveira Vianna é com Tavares Bastos. Para Viana esta Ibéria brasileira até pode realizar a América, desde que corrigida pelo Estado. E o seu argumento se realiza na obra do Estado Novo: a nação será criação do estado, instituindo uma pedagogia que permite incutir solidariedade sobre uma sociabilidade insolidária, inventar a cidadania sobre o indivíduo desarticulado. Só um Leviathan poderoso é capaz de controlar e coordenar esta sociedade hobbesiana, composta de indivíduos atomizados, sempre no limite da anarquia. Não é uma questão sua o fato moderno de indivíduos atomizados, do qual até se vale Tavares Bastos ao propor a liberação dos interesses individuais das amarras do estado controlador, reiterando o fenômeno moderno. Se Tavares fortalece a fragmentação dos interesses apostando em mecanismos mercadológicos de coordenação, Viana não reconhece, ou ao menos deixa de lado, o moderno problema da autonomização individual e fragamentação que, levado em consideração poderia servir, talvez, para relativizar a pretensão de que a fragmentação social era exclusividade do iberismo brasileiro. Falta em Viana o que sobra em Gilberto, que é uma atenção maior para uma sociabilidade solidária que permeou nossa formação e que, saindo dos mucambos impregna mesmo os sobrados em tempos modernos, contracenando e moderando o ímpeto segmentador e fragmentador aportados com a modernização em 1808.

Nesta fertilíssima seara de interpretações é difícil encontrar linearidades ou sínteses. Nem mesmo a idéia de que Capistrano e Bonfim perderam, com seu requerimento de ruptura, é taxativa. Será que a conciliação venceu sempre? Não nos faltam rupturas jacobinas em tempos modernos. Por esta razão, a questão é pertinente para se tentar compreender o enigma brasileiro da exclusão social e política, considerando outras possibilidades e responsabilidades, distintas das que são elencadas pelas versões patrimonialistas sempre com o foco na herança ibérica portuguesa. Talvez o marco desta exclusão tenha sido exatamente fruto de uma ruptura jacobina, o golpe republicano. Não podemos esquecer que a experiência brasileira de república é fortemente marcada por surtos de autoritarismo que apuseram a marca da exclusão na vida política e social brasileiras. A própria idéia de conciliação foi, por muitas interpretações, enquadrada, ou simplificada como um reformismo elitista, vindo de cima, o que inibiu, ou mesmo impossibilitou, a exploração do potencial interpretativo da idéia de conciliação, presente no conceito de "equilibrar antagonismos". Também o conceito de ruptura, como vimos, pode ser problematizado e/ou estendido, para que contenha as passagens autoritárias da história política do país e não se resuma apenas às teses da nossa incapacidade crônica de ir às últimas consequências, de realizar a ruptura definitiva com o passado ibérico patrimonialista, para superar o padrão das "reformas elitistas". O próprio Oliveira Vianna identificava no Estado ibérico português a "fonte de onde poderia provir a agenda do reconhecimento social" (VIANNA & CARVALHO, 2004, p. 8), mas não reconhece nenhum elo agregativo no âmbito de uma sociedade, que considera visceralmente contaminada pela desagregação. A fórmula de Oliveira Vianna nutre-se, portanto, de elementos de continuidade e ruptura, já que o Estado português é fonte de agregação inter-social, embora sua interpretação carregue na negatividade da Ibéria que nos legou uma não sociedade, a ponto de nos exigir a correção político-institucional para modelar a sociedade. Sua tese acaba decantando na realidade através da modelagem do Estado Novo, uma expressão, ou uma ruptura, inequivocamente autoritária na história política do Brasil. Passagem exemplar do que o construtivismo político, desenhado pela racionalidade abstrata, pode produzir, porem irônico em se tratando de alguém tão crítico ao idealismo das nossas constituições. Em Oliveira Vianna o reconhecimento da singularidade brasileira, que pode sugerir uma certa conciliação com o passado, não dá passagem automática, portanto, para a admissão da positividade da tradição que encetou esta singularidade. Não assume positivamente esta singularidade com a desenvoltura de Nabuco e nem a explora com a centralidade que o

faz Gilberto Freyre. Para Nabuco, eram valores *res* publicanos, oriundos da forças sociais do terceiro estado, que estavam encarnados na monarquia constitucional brasileira. Ou seja, a compreensão de Nabuco é de que havia algo de singular numa experiência que assimilou simultaneamente valores democráticos e republicanos. Já Gilberto Freyre reconhece na sociedade brasileira a existência de uma sociabilidade solidária muito convergente com o conceito pós moderno de "democracia radical", tal como preconizado por Dallmayr, como "crítica às premissas modernistas centradas no ego cartesiano, que tanto incorrem na idéia do agente individual, quanto na de um superego coletivo, de um 'povo-comum' essencializado". (VIANNA &CARVALHO, 2004, p. 3)

Os dois patrimonialismos, o político e o social, compartilham a ênfase na ruptura com o passado patrimonialista, de origem na colonização ibérica portuguesa, e a necessidade de uma ação corretiva, pautada em modelos racional-abstratos importados, seja via um mínimo de Estado, que permitiria a correção do nosso mal pelo mercado, que, livre, promoveria o desenvolvimento, ou via um Estado forte, que coordenando e formatando a sociedade, promoveria a correção necessária para abrigar a modernização e industrialização do país. É importante destacar que ambos restringem o conceito de democracia a um jogo de interesses. Interesses que seriam equacionados no mercado ou mediados pelo Estado, que seria o artífice do "interesse bem compreendido". Ambas as opções acabam por admitir um sujeito coletivo: ou o ninguém da mão invisível do mercado, que Hannah Arendt qualifica como a primeira "ficção comunística" ou o alguém Estado, ambos encarnando a vontade geral. Esta perspectiva não encontra paralelo na interpretação freyriana que recusa qualquer "bronzea síntese", por incapaz de retratar uma diversidade que é objeto central de sua apreciação e que oferece o pano de fundo para a manifestação do caráter solidário que ele observa na sociabilidade brasileira, que penso ter implicações importantes sobre o próprio caráter da esfera pública brasileira, experimentada em algumas circunstâncias modernas marcadas pela reconciliação com a herança ibérica portuguesa.

Tavares Bastos retira de Toqueville o método para possibilitar a implantação da América liberal no Brasil, que nos permitiria compensar a ausência de uma tradição centenária de "*townships*", circunstância que forjou a experiência dos Estados Unidos. Adquiriríamos os costumes liberais do trabalho pela imigração que nos aportaria as qualidades que nos faltavam para o êxito do modelo da América liberal. A idéia era a de

que este modelo racional importado vinha para opor-se ao interesse descontrolado que nos ameaçava com uma babárie hobbesiana, ao sul pelo cerco dos caudilhos e ao norte pela influência dos jagunços, além de indicar um caminho de apaziguamento entre razão e interesse pela via do mercado que o libera, mas também o coordena junto com um Estado com funções mínimas de regulação. A visão é a de que nos faltava uma coordenação social, que ele vai buscar no mercado, no interesse, portanto, e nos sobra Estado, incapaz de coordenação pela sua impregnação patrimonialista, que deve ser reduzido a funções mínimas de regulação. **Qual a interpretação do público, ou da esfera pública?** A ênfase de Tavares Bastos pode conduzir, e penso que conduz, a uma confecção privatista do público, já que o maestro é o mercado. Portanto, a esfera pública, aqui, está colonizada pelo interesse. Ou seja, não há uma coordenação social solidária que possibilite um senso republicano na constituição da esfera pública. É neste ponto que o argumento de Freyre sobre a existência de uma sociabilidade solidária nos permite pensar na importância da existência prévia de uma sociabilidade solidária com potencial para definir uma esfera pública de caráter republicano.

Para Oliveira Vianna só um Estado forte poderia coesionar e coordenar uma não sociedade brasileira, marcada por uma insociabilidade original, promovida pela segregação localista dos clãs parentais rurais, dispersos e autarquizados territorialmente e, portanto, sem possibilidade de extravasar para além da sua fronteira a solidariedade clânica que os sustentava. Para agravar a situação, outro elemento dispersivo é adicionado a essa base fragmentada: o moderno predomínio do interesse. Também com Vianna o paradigma é o anglo-saxão, voltado para a experiência solidária das townships, porém com uma roupagem francesa. É a township que ele valoriza, a solidarização que esta cultura promove, e não o ser competitivo, como exigência para o capitalismo. Seu projeto é de capitalismo moderado pela política, pela cultura, usando como método, para realizar a América naquela Ibéria, partir exatamente da singularidade ibérica. Para Vianna "o que teria impedido o Brasil de mergulhar no caos provocado por disputas clânicas, teria sido a expropriação política da aristocracia rural pelo Estado imperial centralizado. Assim, a principal obra do Império consistira no confinamento do patriciado em seus redutos territoriais [...]" (VIANNA &CARVALHO, 2004, p. 15) Daí surge sua compreensão de partir da Ibéria para realizar a América. O Estado seria o fio condutor para um processo civilizador num país sem cultura cívica capaz de dar passagem a um cidadão livre imbuído de direitos. Vianna tem muita razão

quando discorre sobre a fixação dos liberais brasileiros a um doutrinarismo exótico. A própria República liberal que, a rigor, primou mais pelo autoritarismo do que pelo liberalismo, era, para ele, um "exotismo político" que teria agregado à nossa característica dissociadora, a desagregação oriunda dos conflitos modernos. (VIANNA &CARVALHO, 2004, p. 17) Num país sem sociedade, onde só havia indivíduo e Estado, restava este último como recurso para coordenação social e a formatação da sociedade. Dois problemas surgem da interpretação viannista: o primeiro relativo à Ibéria a que se refere. Sua leitura do Estado e da sociedade, ou da não sociedade, se empobrece ao não registrar outros aspectos extremamente relevantes: 1) a capacidade daquele Estado de se estabelecer como um lócus de diálogo, permeável à mudanças e à novas assimilações de parcelas do demos, para além da tese de que o principal feito do Estado teria sido o confinamento político da elite rural a seus territórios; 2) a existência pretérita de uma sociedade com importante traço de solidariedade na sua formação. Esta lacuna acaba por remetê-lo a um paradoxo. Apela também, apesar de sua crítica ao "exotismo político" a um recurso exótico. É um exotismo corretivo que irá solucionar a ausência de sociedade, que precisaria ser formada de cima para baixo, adotando um construtivismo social, baseado no importado modelo da township, apesar de sua importante crítica aos construtivismos. Com um estado forte poderíamos, no seu entender, nos adaptar às exigências desenvolvimentistas modernas, pela correção da lacuna social e, ao mesmo tempo, pela neutralização do adicional fator de desagregação introduzido pela moderna prevalência do interesse. Penso que ele acerta no diagnóstico de que o predomínio moderno dos interesses é um fator de desagregação social, no entanto não retira desta constatação o reconhecimento de que o problema da desagregação não é exclusividade brasileira, mas um problema da modernidade. A compreensão da dimensão do moderno problema da desagragação talvez pudesse lhe reorientar o foco, se como Freyre reconhecesse a existência de uma prévia sociedade constituída por importantes laços solidários, um potencial antídoto contra a desagregação que lhe angustiava, especialmente pela sua reafirmação pela prevalência da lógica do interesse. Contra a desagregação ele buscava a coesão social através de um Estado intérprete da vontade geral. Portanto, do ibérico estado português não considerou o lócus dialógico, intérprete de uma ordem politicamente negociada, e por esta razão com importante conteúdo republicano. O Estado que advoga é um constructo racional abstrato, um sujeito coletivo coesionador social, por interpretar uma suposta vontade

coletiva. Vianna cedeu ao construtivismo que tanto refutou, imaginando que poderíamos importar a América através da ação corretiva deste sujeito coletivo, o Estado.

Veremos mais adiante que outra é a ausculta do Brasil que fazem Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre, considerando com olhar mais benevolente os percursos da nossa civilização. Ambos pontuam positivamente a nossa vocação equilibradora de antagonismos capaz de produzir soluções políticas como a da independência pela via da monarquia e experiências de soluções negociadas, como as do Segundo Reinado, atestadoras daquela vocação, entre elas as que orientaram a mais significativa mudança do nosso século XIX, a abolição da escravidão. A avaliação que fazem da Ibéria que nos formou tem, portanto, caráter bem diverso. Contra a agitação dos homens de 1831 que estimulava a fragmentação do Brasil pela importação do pior da Europa, Nabuco valorizava nossa tradição de conciliação, que contornaria os riscos e tentações colocados a partir de 1831, quando a prevalência da dimensão do interesse implicava na perspectiva hobbesiana da guerra, da beligerância fragmentadora. Para Nabuco o caminho americano não é recusado por princípio, mas pela circunstância de uma outra tradição. Este caminho americano poderia ser até desejável, porém irrealizável. O relevante aqui é a postura intelectual que se vale das circunstâncias para a elaboração de proposições de programas políticos e sociais e de alternativas institucionais, com conseqüências igualmente importantes. É uma postura muito diferente daquela que inspira as teses patrimonialistas que partem da necessidade de correção das circunstâncias por modelos que devem ser automaticamente transplantados. A ação e o pensamento de Nabuco, impregnados pelas suas circunstâncias, o levam a uma interpretação de que o público é definido pela via da política, ou seja, determinada pelo compartilhamento intersubjetivo e nunca pela definição oriunda de qualquer sujeito coletivo. A autoridade racional a que Nabuco recorre não é abstraída, mas amparada na vida ordinária. Como em Hume, trata-se de uma racionalidade rebaixada de pretensão de autonomia em relação à vida ordinária e se estrutura narrativa e temporalmente. Penso que Nabuco, como Hume, também não se rendia, ou melhor, também contestava o cartesianismo político que concebia a realidade através de esquemas racionais e subvertia a vida comum ao qualificar o “racional de real e o real de racional”, recorrendo a termos hegelianos. Não que o problema fosse tolher o exercício da imaginação sobre o mundo comum, livre para pensar referências alternativas de justiça para a sociedade existente. A questão é a atitude teórica que conduz à doutrina da

“dupla existência” que, para Hume, caracterizaria a filosofia moderna, onde a razão fornece ideais que passam a ser admitidos como realidades, tão reais quanto os fatos da sociedade histórica que eles pretendem julgar, conduzindo a uma incapacidade de distinguir padrões transcendentes de julgamento dos fatos do mundo que eles pretendem julgar. Claro que as circunstâncias vão adquirindo uma espécie de segunda, ou terceira, ou “n” peles pela decantação destas idéias. Porém, permanece a indicação de cautela para com os riscos do cartesianismo político para se evitar o enquadramento ou a liquidação das circunstâncias pela força. A experiência extrema do holocausto confirma a importância desta cautela.

Na contra mão do cartesianismo político, que favorece a imposição de rupturas bruscas, através de soluções modelares pensadas para além das circunstâncias, a visão reformista apresenta alternativas de mudanças num contexto de reconhecimento das circunstâncias. Como Hume, Nabuco se afina com o modo reformista inglês, o que não significa nenhuma pretensão copista. Pelo contrário, Nabuco extrai esta postura da sua própria circunstância, impregnado pela experiência da colonização portuguesa, pautada num pragmatismo muito similar ao pragmatismo ingles, em que se destaca a capacidade de adaptação e um gradativismo nas mudanças. Burke representava para Nabuco a possibilidade de sucesso da razão moderada pela sensiblidade. Para Nabuco a introdução no Brasil de quaisquer princípios “ideais” ou princípios abstratos visando nos converter em parte da civilização ocidental deveria ser temperada pela sensibilidade que se pauta pelas circunstâncias.

Penso que um problema das interpretações patrimonialistas é incorporar esta marca da “doutrina da dupla existência” que presume como falsa a realidade. A presunção de falsidade, de inadequação, de falha de uma tradição, de uma experiência histórica, sugere a sua correção por um esquema racional abstrato, de caráter solipsista e impositivo. Mais grave é a tendência quase que intrínseca, ou automática, de concepções de correção de realidades tidas por inadequadas, serem possuídas por um viés autoritário. Penso que este é um elemento importante a ser considerado na análise do problema do autoritarismo no Brasil. A nossa falha ibérica ontológica, a nossa inadequação, precisava ser corrigida através de construções institucionais e sociais que nos adequasse a um certo estereótipo moderno que rechassasse a inadequada herança ibérica e que deveria ter como intérpretes salvacionistas entes coletivos, seja o mercado,

seja o Estado, com viés totalizante, com exclusiva função coordenadora de uma sociedade considerada incapaz por suas origens de realizar tal papel.

A tradição cultural, social e política que forma o Brasil talvez nos tenha tornado difíceis, felizmente, para sínteses unificadoras. A recusa de Gilberto Freyre por sínteses e sua predileção por combinações preservadoras da pluralidade e das especificidades indicam uma fina sensibilidade às nossas próprias circunstâncias e nos oferece outras possibilidades de interpretação. A própria marcação temporal de Gilberto Freyre, identificando o início do século XIX como inaugural do processo modernizador brasileiro tem conseqüências importantes. Não é a industrialização paulista dos anos 30 do século XX, marco para as correntes patrimonialistas, que dará a medida do processo modernizador. Com a datação está em jogo o próprio conteúdo do processo de modernização brasileiro. É bastante contributivo, portanto, o olhar freyreano para revisitar o nosso processo de modernização, tentando não enquadrar seu pensamento nos modelos que cobram subscrição incondicional a um determinado padrão de modernidade. Até porque seria uma tarefa *quase* (bem ao seu estilo) impossível tentar enquadrar Gilberto Freyre. Ele simplesmente abre a possibilidade para se pensar a modernidade brasileira sob uma chave em que o comando da racionalidade instrumental é ponderado por toda uma circunstância brasileira, notável pela capacidade de equilibrar antagonismos e pelo caráter solidário de uma sociabilidade herdada dos quilombos e atualizada pelos mucambos, que acaba por impregnar os sobrados modernos. O Brasil miscigenado e pluralista tem, pois, um ingresso distinto na modernidade.

CAPÍTULO 2

Questões da Modernidade e o Brasil no Século XIX

Penso que a utilização do conceito habermasiano de coordenação social, colocando em contracena os três diferentes ambientes de coordenação social e os tipos de racionalidade que os orientam, pode ser um ponto de partida interessante para avaliar suas repercussões e/ou conexões com as interpretações sobre o processo modernizador brasileiro. Admitindo a tese de Habermas de que esta coordenação pode se efetivar via o sistema político – o Estado –, ou via o sistema do mercado, mas também por via de uma ação comunicativa oriunda do mundo da vida, diria que as intepretações sobre o Brasil se pautaram, hegemonicamente, nas formas de coordenação social, exercidas ou pelo Estado ou pelo mercado. Gilberto Freyre, neste sentido, é uma exemplar exceção. As interpretações hegemônicas sobre o Brasil se estruturaram sobre a lógica das duas opções de coordenação social – Estado e mercado. A corrente intepretativa do patrimonialismo político, considerando o Estado ibérico português como um fator de comprometimento do caráter público, por promover a fragmentação no interior do próprio estado, através da sua feudalização por grupos privados, visualizou como eixo de uma solução alternativa a este tipo de patrimonialismo estatal, um modelo liberal importado que apostava no mercado como o instrumento, por excelência, de coordenação social, ao liberar as "forças vivas da sociedade", cujos interesses seriam arbitrados pela invisível mão do mercado. Já o patrimonialismo social, enxergando a sociedade, ou melhor, a não sociedade como raiz da fragmentação, imagina como centro da solução um Estado forte e centralizador, com condições de coordenar aquela massa social, bruta e informe, incoordenável por si própria. Penso que estas vias de coordenação social, como sugeridas nas interpretações patrimonialistas, para nos salvar de uma mácula ibérica original, não se constituem em antídoto à "desagregação social", mas colaboram na sua reiteração, por conta da hegemonia do interesse atomizador e de uma razão de cunho mais racional abstrato, que se vale de entes coletivos que substituem, mas não necessariamente agregam aqueles que pretendem coordenar, isolados que estão, em detrimento de um outro tipo de racionalidade pautada mais nas circunstâncias e na comunicação.

O Estado moderno, em sua feição jusnaturalista contratualista, pautado nos direitos formais, tem por base uma assimetria intransponível, já que o contrato é feito entre o governante e o povo. Este contrato, fruto de uma ficção racionalista abstrata,

sem base nas negociações políticas mundanas, prevê o **assentimento dos indivíduos**, **isolados entre si**, implicando numa renúncia ao poder através do "consentimento", como nos lembra Hannah Arendt, que também destaca um outro tipo de "contrato social", este **celebrado entre indivíduos** e que teria dado origem à sociedade no sentido romano (ou seja, político, como era a intenção da tradução do *politikon* grego para o *socialis* romano) de aliança, onde a associação é um fator de ampliação do poder, através de um contrato mútuo. Esta última forma de contrato, baseada na igualdade, ou horizontalidade, e reciprocidade, teria o conteúdo de um compromisso, lastreador da "sociedade" que, através dele, se constitui politicamente, restabelecendo o antigo sentido de aliança da **"societas"** romana. Esta versão de contrato se caracteriza como um ato de promessa mútua, que exige a presença de cada um, destacando Arendt o exemplar "Pacto do Mayflower" que constituiu um "corpo político civil", que se manteve "coeso apenas pela força da mútua promessa feita 'na presença de Deus e uns dos outros'", que sumpunham "ser suficientemente forte para 'promulgar, constituir e estruturar' todas as leis e instrumentos necessários ao governo". (ARENDT, 1990, p. 134) De um lado estariam aqueles que pactuam e se associam politicamente e que, por esta decisão, perdem o seu isolamento e, de outro, a situação inversa, em que é exatamente o isolamento que se procura proteger e resguardar.

O contrato de inspiração romana tem, portanto, por base um demos pluralista, cujo acordo, ou contrato, é eminentemente político e, por esta razão, também permeável à mutação, diferenciando-se do tipo de contrato originário de um contratualismo de consentimento. No caso de Rousseau, Arendt apresenta uma distinção adicional, ressaltando que a própria noção de consentimento, que estava vinculada à "vontade de todos", por agregar vontades particulares passíveis de ceder anuência, foi substituída pela "vontade geral", orientada por um só interesse.

A substituição de consentimento por vontade significa a exclusão de qualquer diálogo entre opiniões, eliminando, portanto, qualquer possibilidade de acordo. A questão é que, para ser ativa, a vontade tem que ser indivisível e não fragmentada, ou pluralizada, como a "vontade de todos", que se tornaria impotente pela destruição recíproca de suas vontades particulares. A "vontade geral" expressa uma unanimidade que, sequer, abriga a idéia de uma opinião assente sobre a maioria e não se obriga em relação ao futuro, provocando uma permanente instabilidade e desconfiança nas estruturas institucionais, o que se confirmou nas múltiplas constituições pós-Revolução

Francesa, num fluxo atordoante de substituições sucessivas de “vontades gerais”. Exemplos são recorrentes, desde os súbitos golpes nas repúblicas sul americanas, exemplo seguido pelo Brasil com o golpe republicano de 1889, e mesmo experiências limites totalitárias como a ficção racionalista nazista, o terror stanilista, até as mais recentes idéias de caminhos únicos que invisíveis interesses, acobertados pelo ente mercado, orientam em nome de todos. A proposta do “contrato mútuo”, ao contrário, fincada na promessa também mútua de compromisso em torno de um corpo político comum gera a estabilidade, tão indispensável para assegurar a durabilidade dos negócios dos homens, em meio à circunstância inelutável da contingência permanente. Neste sentido, penso que aquela formação brasileira que nos vocacionou para “equilibrar antagonismos”, com seu requerimento do diálogo pluralista, também nos credenciou, ao menos potencialmente, para a *res publica*, como atestam algumas de nossas experiências políticas, entre elas a do Segundo Reinado.

Saudades do Carnaval de José Guilherme Merquior, pela originalidade de sua reflexão entre tantas do pensamento brasileiro, agrega questões que são de grande valia para a compreensão das circunstâncias brasileiras no contexto da modernização. Já tendo nos reportado às correntes interpretativas sobre o Brasil que se estruturam sobre uma exigência de correção da nossa mal formada nação, é sugestivo começar com o Merquior que trata, exatamente deste espírito de “correção do mundo”, importante substrato da era moderna.

Este espírito de “correção do mundo” emergiu do ativismo da ética religiosa que introduziu a problematização do mundo profano. O fim da tradição orientada por critérios não-instrumentais, cujo padrão cultural, segundo Merquior, é do “ideal heróico” ou “paidéia clássica”, que se dá com a Revolução Industrial, foi possível pela “corrosão” lenta da “medula axiológica de todas as esferas institucionais ainda não movidas pelo modelo de ação social definido como ‘agir instrumental’, ao longo dos séculos XVII - XVIII. (MERQUIOR, 1992, p. 42-43)

> Esta histórica sabotagem das esferas institucionais pela racionalização explica porque o tipo de religiosidade descrito como “ascese intramundana”, que precisamente como ética religiosa, isto é, orientada pela crença em valores absolutos, obedece a um princípio não-instrumental, pôde, não obstante, alimentar decisivamente o processo de racionalização, que se confunde com o avanço, em todas as áreas institucionais, do modelo do agir instrumental, ou agir dominantemente norteado por puros critérios de eficiência. Se a ascese intramundana – modo de agir não-instrumental – serviu, paradoxalmente, de alavanca para a invasão das várias esferas institucionais da sociedade pela racionalização (conforme o comprovam suas

> múltiplas afinidades com o etos capitalista e burocrático, afirmado nos tempos modernos), foi porque ela já estava *interiormente* conciliada com a racionalização. A demonstração da natureza dessa cumplicidade entre a ética religiosa da Idade Moderna e o processo de racionalização, bem como da distância que para chegar a essa cumplicidade, a ética puritana (ou inclusive jesuítica) teve que estabelecer entre si e o espírito da antiga ascese cristã é tema absolutamente capital para a história da cultura ocidental, [...] (MERQUIOR, 1972, p. 42-43)
>
> [...] Ao contrário, na ética mágica, e nos estágios primitivos do próprio profetismo, a consciência religiosa tende a santificar as normas e conveções sociais, sacralizando assim o staus quo mundano. Os livros sacros dos hindus, dos judeus, do zoroastrismo e do Islão tratam as prescrições legais como normais rituais – santificando o mundo profano, [...] Mas com a intensificação das éticas rigoristas, que não reconhecem nenhuma "lei sagrada", mas tão-somente um estado de ânimo sagrado (suscetível de sancionar diferentes máximas de conduta em situaçõe variáveis), os conflitos das diversas esferas do mundo profano com os requisitos da religião se tornam constantes e sistemáticos. **Com o desenvolvimento da ética rigorista, o mundo vira um problema para o espírito religioso**. (MERQUIOR, 1972, p. 43-44, grifo meu)

O que extraímos aqui de Merquior, confirmando o que Weber já identificara na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo,* é que para prosperar o etos calvinista, foi necessário ajustar o mundo profano às exigências do credo religioso, cuja soteriologia tem como sinal da indicação redentora do fiel o seu sucesso em atividades empreendidas no mundo. Porém o caráter "estritamente mundano" destas atividades não obscurece a preocupação maior com o ego do que propriamente com o mundo dos homens, no plural.

O que Merquior observa é que a ética intra-mundana, sob a égide da racionalização, não é uma ética cravada no mundo ordinário. Muito pelo contrário, este mundo se converte num problema que só uma equação corretiva pode inibir. Diferentemente, a sacralização do mundo profano pela ética mágica da tradição clássica, a torna, em certa medida, até mais vinculada ao mundo ordinário do que aquela que, com sua exigência corretiva, está em permanente tensão com o mundo ordinário. Tensão que Weber atribui "às estratégias soteriológicos centralizadas no aperfeiçoamento da personalidade". (MERQUIOR, 1972, p. 44)

Arendt chamou atenção também para a nossa tendência de "esquecer a importância fundamental" que a alienção do mundo

> teve para a era moderna, porque geralmente destacamos seu caráter secular e confundimos secularidade com mundanidade. [...] a secularização significa apenas a separação entre Igreja e Estado, entre religião e política; e isto, do ponto de vista religioso, implica em retorno à antiga atitude cristã de dar "a César o que é de César e a Deus o que é de Deus", e não uma perda de fé

> e transcendência ou um novo e enfático interesse nas coisas deste mundo. (ARENDT, 1993, p. 265)

Ao lado disto, Arendt enfatiza que a perda de fé moderna não tem origem na religião, além do "seu alcance não se" limitar "de modo algum à esfera religiosa". (ARENDT, 1993, p. 265)

> mesmo que admitíssemos que a era moderna teve início com um súbito e inexplicável eclipse da transcendência, da crença de uma vida após a morte, isto não significaria absolutamente que esta perda houvesse lançado o homem de volta ao mundo. Ao contrário, a história demonstra que os homens modernos não foram arremessados de volta a este mundo, mas para dentro de si mesmos. Uma das mais persistentes tendências da filosofia moderna desde Descartes, e talvez a mais original contribuição moderna à filosofia, tem sido uma preocupação exclusiva com o ego, em oposição à alma ou à pessoa ou ao homem em geral, uma tentativa de reduzir todas as experiências, com o mundo e com outros seres humanos, a experiências entre o homem e si mesmo.
>
> A grandeza da descoberta de Max Weber quanto às origens do capitalismo reside precisamente em sua demonstração de que **é possível haver enorme atividade, estritamente mundana, sem que haja qualquer grande preocupação ou satisfação com o mundo, atividade cuja motivação mais profunda é, ao contrário, a preocupação e o cuidado com o ego**. O que distingue a era moderna é a alienação em relação ao mundo e não, como pensava Marx, a alienação em relação ao ego. (ARENDT, 1993, p. 265-266, grifo meu)

A solução de Calvino, como vimos, para a angústia diante da predestinação por um Deus oculto e onipotente, vedado o acesso a este decreto divino, é o recurso ao *certitudo salutis*, ou seja, a aferição da eleição divina pelo sucesso obtido nas ocupações seculares. É quando toma corpo o calvinismo realista, propiciando o aparecimento de "santos", seguros de si, "eleitos" conscientes da própria excelência moral e da imperiosa urgência de corrigir o mundo pecaminoso. "As obras terrenas continuavam a não ser meio de salvação – mas passavam a valer como 'prova' de que a salvação tinha sido atingida". (MERQUIOR, 1972, p. 45) Para viabilizar a obra terrena tornava-se requisito o encontro com a realidade. E este encontro se dá por meio do universo econômico em expansão. "[...] nesse encontro da religião com realidade, a última não demoraria a subjugar a primeira, iniciando a evacuação do sagrado que converteria abertamente, a partir do século XVIII, a racionalização da cultura em secularização, e o desencantamento do mundo em imanentismo positivista". (MERQUIOR, 1972, p. 50-51)

O foco egóico, personalista da estratégia soteriológica calvinista, integra um contexto moderno do qual faz parte a afirmação das idéias liberais cujo conteúdo de liberdade refere-se mais à liberação individual dos assuntos mundanos que envolvem a

pluralidade dos homens e as relações entre os homens, sempre no plural. Ou seja, a liberdade do homem moderno é a liberdade negativa, a de ficar livre dos assuntos da polis. É desta fonte que se nutre o conceito de direitos formais individuais, também contaminados pelo vírus do isolamento, do percurso necessariamente individual. É o âmbito da necessidade que adentra a esfera pública, onde o comum se restringe aos interesses privados. Um novo conceito de governo se estabelece, com o papel de proteger os interesses privados e também "uns dos outros os proprietários", no seu afã de acumulação de mais riqueza, descaracterizada já a propriedade da sua condição de lugar próprio tangível no mundo, discernido daquilo que era comum à pluralidade de homens. Distinção esta que antes favorecia uma articulação deste âmbito privado com o âmbito público, imbuída da compreensão do significado de uma esfera comum aos homens, e que se defez

> Quando se permitiu que a riqueza comum, resultado de atividades anteriormente relegadas à privatividade do lar, conquistasse a esfera pública, as posses privadas passaram a minar a durabilidade do mundo já que a riqueza pode ser acumulada a tal ponto que nenhuma vida individual será capaz de consumi-la, de sorte que a família, e não o indivíduo, vem a ser a sua proprietária. No entanto, a riqueza não deixa de ser algo destinado ao uso e ao consumo, não importa quantas vidas individuais ela possa suprir. Somente quando a riqueza se transformou em capital, cuja função única era gerar mais capital, é que a propriedade privada igualou ou emulou a permanência inerente ao mundo compartilhado por todos. Essa permanência, contudo, é de outra natureza: é a permanência de um processo **e não a permanência de uma estrutura estável**. [...] A riqueza comum (*common wealth*) jamais pode tornar-se comum no sentido que atribuímos ao mundo comum; permaneceu – ou antes destinava-se a permanecer – estritamente privada. Comum era somente o governo, nomeado para proteger uns dos outros os proprietários privados na luta competitiva por mais riqueza. A contradição óbvia deste moderno conceito de governo, onde a única coisa que as pessoas têm em comum são os seus interesses privados, já não deve nos incomodar como ainda incomodava Marx, pois sabemos que a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social. Pela mesma razão, estamos em posição bem melhor para compreender as conseqüências, para a existência humana, do desaparecimento de ambas estas esferas da vida – a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu. (ARENDT, 1993, p. 78-79, grifo meu)

A insistência no recurso a Arendt se deve à densidade dos seus argumentos, basilares para a compreensão da magnitude da virada moderna, que associados aos de Merquior, contextualizam a complexidade do ambiente moderno, nos ajudando, também, a situar a circunstância brasileira neste contexto.

A questão arendtiana relativa à distinção, ou indistinção, entre esfera de vida pública e esfera de vida privada nos faz retornar à questão do contrato tal como

concebido pela *societas* romana, remetendo-nos para algo que lhe está subjacente, que é a própria caracterização do homem como animal político ou como animal social. A definição aristotélica do homem como *zoon politikon* e sua tradução romana como *animal socialis* consagrada desde Sêneca até Tomás de Aquino, revela, segundo Arendt,

> até que ponto a concepção original grega de política havia sido esquecida. Para tanto, é significativo, mas não conclusivo, que a palavra "social" seja de origem romana, sem qualquer equivalente na língua ou no pensamento gregos. Não obstante, **o uso latino da palavra societas tinha também originalmente uma acepção claramente política, embora limitada**: indicava certa aliança entre pessoas para um fim específico, como quando os homens se organizavam para dominar outros ou para cometer um crime. É somente com o ulterior conceito de uma *societas generis humani*, uma "sociedade da espécie humana", que o termo "social" começa a adquirir o sentido geral de condição humana fundamental. Não que Aristóteles ou Platão ignorasse ou não desse importância ao fato de que o homem não pode viver fora da companhia dos homens; simplesmente não incluíam tal condição entre as características especificamente humanas. Pelo contrário, ela era algo que a vida humana tinha em comum com a vida animal – razão suficiente para que não pudesse ser fundamentalmente humana. A companhia natural, meramente social da espécie humana era vista como limitação imposta pelas necessidades da vida biológica, necessidades estas que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal.
> Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (oikia) e pela família. O **surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, "além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu bios politikos**. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)" (WERNER JAEGER, Paideia, 1945, III, 111 *apud* ARENDT, 1993, grifo meu) (ARENDT, 1993, p. 56, grifos meus)

Portanto, a vinculação calvinista com a realidade via o econômico já se processava num contexto em que a fronteira entre as esferas pública e privada se embaçara a tal ponto que "o corpo de povos e comunidades políticas" passam a ser vistos "como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca". (ARENDT, 1993, p. 37) Desta forma, o âmbito pré-político da necessidade se impõe, restringindo a esfera eminentemente política da liberdade.

> O que todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na polis, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado; e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade [...] e alcançar a liberdade. Uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo. (ARENDT, 1993, p. 40)

Esta mudança do conceito de política e a dissolução das fronteiras entre esfera pública e esfera privada, com a assunção do social à esfera pública, são acompanhadas, e definidas também, por um importante deslocamento no caráter da propriedade. Esta deixa de expressar um lugar tangível no mundo, cuja detenção habilitava o indivíduo para a participação na esfera pública, antes nítidamente separada da esfera privada, para se converter de

> propriedade imóvel em propriedade móvel, ao ponto em que a distinção entre propriedade e riqueza, entre os *fungibles e os consumptibiles* da lei romana, perde toda a sua importância, de vez que toda coisa tangível, 'fungível' passa a ser objeto de 'consumo'; perde seu valor de uso privado, antes determinado por sua localização, e adquire valor exclusivamente social, determinado por sua permutabilidade constantemente mutável, cuja própria flutuação só temporariamente pode ser fixada através de uma conexão com o denomidor comum do dinheiro. Intimamente ligada a esta evaporação social do tangível estava a mais revolucionária contribuição moderna ao conceito de propriedade, segundo a qual a propriedade não constituía parte fixa e firmemente localizada no mundo, adquirida por seu detentor de uma maneira ou de outra, mas, ao contrário, tinha no próprio homem a sua origem na sua posse de um corpo e na indiscutível propriedade da força desse corpo, que Marx chamou de "força de trabalho".
>
> Assim, a propriedade moderna perdeu seu caráter mundano e passou a situar-se na própria pessoa, isto é, naquilo que o indivíduo somente podia perder juntamente com a vida. [...] a riqueza, depois que se tornou preocupação pública, adquiriu tais proporções que dificilmente poderia ser controlada pela posse privada. É como se a esfera pública se tenha vingado daqueles que tentaram utiliza-la em benefício de seus interesses privados. **A ameaça mais séria, porém, não é a abolição da posse privada da riqueza, mas sim a abolição da propriedade privada no sentido de lugar tangível possuído na terra por uma pessoa**. (Arendt, 1993, p. 79-80, grifo meu)
>
> Embora seja apenas natural que as características não privativas da privatividade surjam mais nitidamente quando os homens são ameaçados de perdê-la, o tratamento prático da propriedade privada por corpos políticos pré-modernos mostra claramente que os homens sempre estiveram conscientes da existência e importância dessas características. Nem por isto, porém, eles protegeram diretamente as atividades exercidas na esfera privada; ao invés disso, protegeram as fronteiras que separavam a posse privada de outras partes do mundo, principalmente do próprio mundo comum. Por outro lado, a principal caracerística da moderna teoria política e econômica, na medida em que encara a propriedade privada como questão crucial, tem sido a ênfase que coloca nas atividades privadas dos donos de propriedade e em sua necessidade de **proteção governamental para fins de acúmulo de riqueza**[1] às custas da própria propriedade tangível. (ARENDT, 1993, p. 82, grifo meu)

Neste contexto de embaralhamento entre as esferas pública e privada, promiscuidas num mesmo lugar indistinto, caída a fronteira que as demarcava, é razoável supor que o problema identificado pelas duas versões patrimonialistas, a política e a social – o de que o pecado original brasileiro seria exatamente a promiscuidade entre público e privado geradora do patrimonialismo, maldita herança

[1] Este é um importante registro para não atribuirmos ao Brasil a exclusividade do patrimonialismo, ou seja do uso público em benefício privado.

ibérica portuguesa – não é propriamente uma exclusividade brasileira, mas um fato histórico moderno.

Em tal cenário, a questão da igualdade X liberdade e a do interesse único estão revestidas de relevante significado:

> a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a distinção e a diferença reduziram-se a questões privadas do indivíduo.
> Esta igualdade moderna, baseada no conformismo inerente à sociedade [...] só é possível porque o comportamento substiuiu à ação como principal forma de relação humana. [...]
> É o mesmo conformismo, a suposição de que os homens se comportam ao invés de agir em relação uns aos outros, que está na base da moderna ciência econômica, cujo nascimento coincidiu com o surgimento da sociedade e que, juntamente com o seu principal instrumento, a estatística, se tornou a ciência social por excelência. (ARENDT, 1993, p. 51)

Este conjunto de deslocamentos, como a transformação do caráter da propriedade, a queda da fronteira entre público e privado e a substituição da ação pelo comportamento favorecem uma sociedade representada por entes coletivos como o mercado, em que interesses privados, encarnando o ninguém da mão invisível, passam a se constituir em interesse único, liquidando, com seu viés totalizante, a esfera dialógica da política.

> Mas esse ninguém, o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas e a suposta opinião única [...] não deixa de governar por ter perdido a personalidade. [...] o governo de ninguém não significa necessariamente a ausência de governo; pode, de fato, em certas circunstâncias, vir a ser uma das mais cruéis e tirânicas versões.
> Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusividade do lar doméstico. Ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a [..] faze-los 'comportarem-se' [...] com o surgimento da sociedade de massas os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única. [...] a esfera do social atingiu finalmente, após século de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade. (ARENDT, 1993, p. 50)

A reação romântica a este nivelamento social, rebelando-se contra o conformismo, não se constituiu em alternativa ao solipsismo moderno. Em que pese seu caráter anti-conformista e a busca individualista não estereotipada pela massificação, ela circunscreveu-se ao âmbito da sociedade cujo ímpeto normalizador criticava. De qualquer forma, esta crítica lançava bases para manifestações da distinção existente entre os indivíduos, preocupada que estava em fugir da uniformização. Poderia ter se ocupado com a conseqüência pluralista pública que poderia advir de tantas individualidades distintas, e assim cruzar a fronteira do social para a esfera da política.

No entanto, sua crítica não cruzou esta fronteira da política, detendo-se no terreno da sociedade. Por esta razão, a transição do privado para o íntimo compõe as circunstâncias que contribuíram para um quadro de imposição de soluções solipsistas, desagregadoras portanto, entre elas, como vimos, a solução calvinista.

> O fato histórico decisivo á que a privatividade moderna, em sua função mais relevante – proteger aquilo que é íntimo – foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autênticos. (ARENDT, 1993, p. 48)
> [...] A reação rebelde contra a sociedade, no decorrer da qual Rousseau e os românticos descobriram a intimidade, foi dirigida, em primeiro lugar, contra as exigências niveladoras do social, contra o que hoje chamaríamos de conformismo inerente a toda sociedade. É importante lembrar que esta rebelião ocorreu antes que o princípio de igualdade, pelo qual, desde Tocqueville, vimos culpando o conformismo, tivesse tido tempo de afirmar-se, tanto na esfera pública como na política. Neste particular, pouco importa se uma nação se compõe de homens iguais ou desiguais, pois a sociedade exige sempre que os seus membros ajam como se fossem membros de uma família dotada apenas de uma opinião e de um único interesse. [...] (ARENDT, 1993, p. 49-50)

Não há mais o comum, fruto de distintas observações e perspectivas em torno das coisas ou situações do mundo, feitas por uma pluralidade de homens compelidos, estimulados, pelo serem vistos e ouvidos uns pelos outros, cada qual "vendo o mesmo na mais completa diversidade", a um acordo político, ou melhor, a uma solução política. Neste quadro, o comum no sentido político, para o qual não há medida sintetizadora, se dissolve num espaço monetizado, quando resta apenas o dinheiro como único denominador comum.

> A opinião da era moderna acerca da esfera pública, após a espetacular promoção da sociedade à proeminência pública, foi expressa por Adam Smith quando, com desarmante franqueza, ele mencionou "essa desafortunada raça de homens chamados homens de letras", para os quais "a admiração pública ... é sempre parte da recompensa ..., [...] Nestas palavras fica evidente que a admiração pública e a recompensa monetária têm a mesma natureza e podem substituir uma à outra. A admiração pública é também algo a ser usado e consumido; [...] A admiração pública, consumida diariamente em doses cada vez maiores, é, ao contrário, tão fútil que a recompensa monetária, uma das coisas mais fúteis que existem, pode tornar-se mais "objetiva" e mais real.
> Em contraste com esta "objetividade", **cuja base única é o dinheiro como denominador comum** para a satisfação de todas as necessidades, a realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado. [...] **Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública**, [...]
> Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela "natureza comum" de todos os homens que o constituem, mas sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. Quando já não se pode discernir a mesma identidade do objeto, nenhuma natureza humana comum, e muito menos o conformismo artificial de uma sociedade de massas, pode evitar a **destruição do mundo comum, que é geralmente**

> **precedida pela destruição dos muitos aspectos nos quais ele se apresenta à pluralidade humana**. Isto pode ocorrer nas condições do isolamento radical, no qual ninguém mais pode concordar com ninguém, como geralmente ocorre nas tiranias; mas pode também ocorrer nas condições da sociedade de massas ou de histeria em massa, onde vemos todos passarem subitamente a se comportar como se fossem membros de uma família, cada um a manipular e prolongar a perspectiva do vizinho. Em ambos os casos, os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. **São prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular**, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. **O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva**. (ARENDT, 1993, p. 66,67,68, grifos meus)

É também, e principalmente, uma perspectiva introspectiva que orienta a solução cartesiana para a dúvida sobre um mundo criado por um deus enganador que faz meras as aparências que ocultam uma essência da qual só é possível se aproximar através da descoberta demonstrável, ou seja, da demonstração através de experiências que visam reproduzir o que está por traz de fenômenos naturais, indicando o equacionamento do enigma que o fenômeno encobria. O fato histórico é que esta perspectiva introspectiva adquire pela primeira vez uma conotação de "perda do mundo", ou alienação do mundo, e especialmente a "perda do senso comum" por conta da radicalidade da inversão ocorrida entre contemplação e ação na era moderna, distinta de todas as precedentes inversões ocorridas desde aquela promovida pelo pensamento platônico.

> De fato, a introspecção – não a reflexão da mente do homem quanto ao estado de sua alma ou do seu corpo, mas o mero interesse cognitivo da consciência em relação ao seu próprio conteúdo (e esta é a essência da *cogitatio* cartesiana onde cogito sempre significa *cogito me cogitare*) – deve produzir a certeza, pois na introspecção só está envolvido aquilo que a própria mente produziu; ninguém interfere, a não ser o produtor do produto; o homem vê-se diante de nada e de ninguém a não ser de si mesmo. Muito antes que as ciências físicas e naturais começassem a indagar se o homem era capaz de encontrar, conhecer e compreender outra coisa além de si mesmo, a filosofia moderna procurara garantir, através da introspecção, que o homem não se preocupasse a não ser consigo mesmo. Descartes acreditava que a certeza produzida por este novo método de introspecção era a certeza do "Existo". Em outras palavras, o homem leva dentro de si mesmo a sua certeza, a certeza de sua existência; o mero funcionamento da consciência, embora não possa de modo algum garantir uma realidade mundana recebida pelos sentidos e pela razão, confirma categoricamente a realidade dos processos que ocorrem na mente. (ARENDT, 1993, p. 293)
>
> [...] A razão em Descartes, não menos que em Hobbes, limita-se a "prever as conseqüências", isto é, à faculdade de deduzir e concluir a partir de um processo que o homem pode, a qualquer momento, desencadear dentro de si mesmo. [...] trata-se do jogo da mente consigo mesma, jogo este que ocorre quando a mente se fecha contra toda realidade e "sente" somente a si própria. Os resultados desse jogo são "verdades" convincentes porque, supostamente, a estrutura mental de um homem não difere mais da de outro que a forma de seu corpo. [...] Aqui, a velha definição do homem como *animal rationale* adquire terrível precisão: destituído do senso comum, mediante o qual os cinco sentidos animais do homem se ajustam a um mundo comum a todos os

> homens, os seres humanos não passam realmente de animais capazes de raciocinar, de "prever as conseqüências".
> A perplexidade inerente à descoberta do ponto de vista arquimediano era e ainda é o fato de que o ponto fora da Terra foi descoberto por uma criatura presa à Terra que descobriu que ela própria vivia num mundo, não apenas diferente, mas às avessas no instante em que procurava aplicar sua visão universal do mundo às coisas que a rodeavam. A solução cartesiana desta perplexidade foi transferir o ponto arquimediano para dentro do próprio homem, [...] (ARENDT, 1993, p. 295,296,297)

Esta inversão radical é muito distinta de todas as anteriores entre contemplação e ação desde a reviravolta feita por Platão, com sua alegoria da caverna, em relação ao mundo homérico, colocando nas trevas a vida ordinária e não mais o Hades, que abrigava a vida após a morte. A inversão moderna não se resume à inversão de posições que distintos sistemas filosóficos fizeram entre contemplação e ação, como ocorreu "entre idealismo e materialimo, transcendentalismo e imanentismo, realismo e nominalismo, hedonismo e ascetismo", etc. A inversão agora é de outra natureza.

> A convicção de que a verdade objetiva não é dada ao homem e que ele só pode conhecer aquilo que ele mesmo faz não advém do ceticismo, mas de uma descoberta demonstrável e, portanto, não leva à resignação, mas a uma atividade redobrada ou ao desespero. A perda do mundo na filosofia moderna, cuja introspecção descobriu a consciência como sentido interior com o qual o indivíduo sente seus sentidos, e verificou que ela era a única segurança da realidade, difere não só em grau da antiga suspeita dos filósofos em relação ao mundo e aos outros seres que com eles compartilhavam o mundo; agora, o filósofo já não volta as costas a um mundo de enganosa perecibilidade para encarar outro mundo de verdade eterna, mas volta as costas a ambos e se recolhe dentro de si mesmo. (ARENDT, 1993, p. 306)

As próprias filosofias políticas modernas surgem impregnadas pela mesma lógica introspectiva e tem em Hobbes o seu "maior representante", configurando aquilo que Hume salientava como a "falsa filosofia".

> Para Hobbes, como para Descartes, "o motor principal foi a dúvida", e o método escolhido [...] a introspecção, a arte de "ler dentro de si próprio". [...] O estabelecimento do Commonwealth – a criação humana de "um homem artificial" – equivale à construção de um "autômato (uma máquina) que (se) move por meio de cordas e rodas, como um relógio". (ARENDT, 1993, p. 312)
> [...] os processos da vida interior [...] podem tornar-se critérios e normas para a criação da "vida automática" daquele "homem artificial" que é "o grande Leviatã".
> [...] foi precisamente no domínio dos negócios públicos que a nova filosofia se mostrou inadequada porque, por sua própria natureza, não podia compreender e nem mesmo acreditar na realidade. A idéia de que só aquilo que vou fazer será real – perfeitamente verdadeira e legítima na esfera da fabricação – é sempre derrotada pelo curso real dos acontecimento, no qual nada acontece com mais freqüência que o totalmente inesperado. Agir no sentido de fazer alguma coisa, ou raciocinar no sentido de "prever conseqüências", significa ignorar o inesperado, o próprio evento, uma vez que seria irrazoável ou irracional esperar o que não passa de "improbabilidade infinita". Mas como o evento constitui a própria textura da realidade no âmbito dos negócios humanos, no qual o "altamente improvável

> ocorre regularmente", é altamente irrealista não contar com ele, ou seja, não contar com algo que ninguém pode prever de maneira segura. A filosofia política da era moderna, cujo maior representante é ainda Hobbes, tropeça na perplexidade de que o moderno racionalismo é irreal e o realismo moderno é irracional – o que é apenas outra maneira de dizer que a realidade e a razão humana se divorciaram. (ARENDT, 1993, p. 313)

O que preocupava também a Hume era exatamente esta recusa da autoridade da vida comum em nome de um esquema racional abstrato, que ele considerava não apenas "ridícula", mas destrutiva da própria vida social ordinária. Para Hume, o cartesianismo político, ao conceber a realidade através de esquemas racionais introspectivos, abstratos, provocava uma completa subversão da vida comum, onde o "racional é o real e o real é o racional".

Como a ordem política é narrativa, temporal e contigente, ela não pode ser reduzida à, ou confundida com, proposições verdadeiras, auto-evidentes e atemporais, sem a negação da própria vida ordinária. O perigo, para Hume, estava na sua avaliação de que a emancipação das "ilusões" sociais e políticas históricas, ou seja, narrativas, muito provavelmente seria obtida através de medidas extremas e, mesmo, violentas. A rejeição de toda ordem política e social narrativa significava, para ele, comprometer a própria possibilidade de se fazer julgamentos morais, pela perda de uma medida de justiça baseada numa sociedade histórica existente.

Para Hume, os julgamentos morais não são pautados por máximas universais abstratas, mas tratados de acordo com sua singularidade, admitindo, pela comparação com outros casos, também particulares, a possibilidade de crítica e de mudança. O problema do impacto da aplicação do princípio da autonomia na política é o questionamento generalizado de toda a ordem narrativa, acarretando a impossibilidade de se efetivar distinções morais e, portanto, de se efetuar reformas. O resultado é o estabelecimento de uma ordem política e social balizada por princípios "pretensamente" universais atemporais, totalmente purificada do pensamento narrativo, provincial e temporal.

Este descolamento completo em relação à vida comum faz o filósofo ver a ordem histórica como ilusória e irreal. Segundo Hume, é como se todo o mundo conspirasse contra o filósofo, contradizendo-o. No seu sono metafísico ele não é capaz de se incluir na sociedade e nem de experimentar o sentimento de pertencimento ao mundo. A cura, indicada por Hume, para este "delírio e melancolia filosóficos" é recuperar o nexo com a vida ordinária.

Nesta situação de perda do nexo com a vida ordinária, ou seja, de alienação radical do mundo, "nem a história nem a natureza são em absoluto concebíveis. Essa dupla perda do mundo – a perda da natureza e a perda da obra humana no senso mais lato, que incluiria toda a história – deixou atrás de si uma sociedade de homens que, sem um mundo comum que a um só tempo os relacione e separe, ou vivem em uma separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em uma massa". (ARENDT, 1992, p. 126)

Esta perda do mundo, além de implicar num declínio da política, gerou também um agravamento exponencial dos problemas ambientais pós-revolução industrial, questão que, no entanto, não está em avaliação aqui. É importante destacar que esse processo de perda do mundo foi concomitante à perda da tradição no mundo moderno, acarretando a perda "do fio que nos guiou com segurança através dos domínios do passado". (ARENDT, 1993, p. 130)

> Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido [...] significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação. (ARENDT, 1992, p. 131)

Interessante é a apetência de Gilberto Freyre para investigar uma possibilidade muito brasileira "para além do apenas moderno", pautada inclusive em nossa vocação para equilibrar antagonismos, entre eles o antagonismo entre tradição e inovação. É significativo que Gilberto Freyre se fixe na importância da vinculação, no presente, entre passado e futuro, a garantir simultaneamente a evocação e a profecia, lembrando que "o homem nunca está apenas no presente", sob pena de perder sua própria condição situada mundo. "Se apenas se liga ao passado, torna-se arcaico. Se apenas procura viver no futuro, torna-se utópico". (FREYRE, 2001, p. 28) É nas circunstâncias da formação brasileira que ele observa esta potencialidade de nos tornarmos uma civilização com características para além do moderno já que, como lembra Merquior, para Gilberto Freyre, no caso do Brasil "a implantação humanizadora do pós-moderno [...] é apenas uma questão de memória". (MERQUIOR, 2001 *apud* FREYRE, 2001) A recordação e a inovação têm possibilidade, portanto, de se reunir no presente de uma sociedade com gente "psicossocialmente e socioculturamente cruzada" que se formou equilibrando antagonismos.

Merquior ressalta as advertências de Gilberto Freyre

> contra aquilo que, no nosso atual desenvolvimento sócio-econômico, possa tender, em princípio, a fazer-nos repetir – a contrapelo da nosa genuína personalidade cultural – os vícios e distorções do *ethos* moderno. Mestre Gilberto não poupa nada do que, a pretexto de modernização, não só provoque "atrasos no processo de pós-modernização do nosso país", como lese e mutile nossas virtualidades originais – virtualidades de "gente psicossocialmente e socioculturalmente cruzada", e no que cruzada, mais predisposta do que outros povos à miscigenação cultural que implica a pós-modernidade. (MERQUIOR, 2001 *apud* FREYRE, 2001)

Mas Gilberto Freyre também não quer um exotismo fora do mundo, mas a afirmação de uma singularidade mergulhada em pluralidades e nunca um monolitismo redutor.

> Nada de pan-americanismo [...] como filosofia de futuro brasileiro que junte nossos futuros apenas ao monoliticamente continental da América, sob a predominância dos Estados Unidos; nada de hispanidade que nos subordinasse à Espanha nem de portugalidade que nos sujeitasse a Portugal; nem de tropicalidade que significasse nossa separação da Europa ou hostilidade à Europa para sermos apenas e fanaticamente, em nossa atividade e em nosso futuro, gente como que instintiva, além de ecologicamente do trópico. (FREYRE, 2001, p. 37)

O reconhecimento por Gilberto Freyre de um pendor brasileiro, por própria formação, para despolarizar, sendo ao mesmo tempo um e outro polo, equilibrando os antagonismos, nos imunizando, em parte, contra construtivismos sociais e redencionismos soteriológicos, também o reconhece Merquior.

> O Brasil se adentrou na cultura moderna vacinado contra o seu anticarnavalismo – e quem diz anticarnavalismos diz espírito de repressão. Pouco inclinado ao contrutivismo social das seitas ascéticas e ao revolucionarismo das seitas quiliásticas, o brasileiro cultiva, em compensação toda uma gama de evasões libertárias. Ele é, por isso mesmo, a um só tempo conservador e anarquista, conformista e insubmisso. Mediocremente seduzido pelas liberdades de classe – fundamento do liberalismo ocidental – , é um especialista das liberações individuais. (MERQUIOR, 1972, p. 236)

O Brasil também tem um ingresso distinto na cultura moderna no que concerne à perda de uma referência axiológica, solapada junto com a autoridade quando se perde a tradição, como nos chama a atenção Merquior.

> Na passagem da ética puritana para a consciência-intêresse do utilitarismo iluminista – na cristalização do homo oeconomicus como paradigma humano dos tempos modernos – vimos que a consumação da cultura racionalizada terminou por erradicar as condutas orientadas por valores absolutos – as condutas propriamente religiosas. O Brasil parece ter ingressado na área da cultura moderna sem experimentar essa ablação sociológica: o eclipse do comportamento religioso. No entanto, a religiosidade que ficou preservada entre nós não foi aquela que serviu de prelúdio e incentivo ao ocaso da conduta religiosa – o rigorismo puritano – e sim o seu predecessor histórico: a religiosidade alternada do cristianismo antigo, coexistente e solidária com o substrato orgiástico dos ritos primitivos, tribais e localistas. Assim, a situação periférica da cultura brasileira em relação à cultura moderna restitui ao Ocidente a imagem da sua infância. Será que isso nos credencia –

> precisamente como ocidentais "retardatários" – a pressentir melhor os horizontes de superação da cultura em crise? (MERQUIOR, 1972, p. 236)

Merquior reconhece a distinção brasileira e pressente o potencial para uma possibilidade alternativa. Talvez a idéia de "retardatários", mesmo entre aspas, não seja tão boa para retratar e dar passagem à compreensão desta singularidade, pois, implica num risco de nos colocar, ou fechar, num roteiro de progresso linear, já que "retardatários" traz implícito um padrão cujo descumprimento já assinala um desconforto com a inadequação. Melhor seria a idéia gilbertiana de ir "além do apenas moderno", de se contrapor

> a excessos de arrivismo intelectual ou de modernice cientificista nos métodos apenas quantitativos e somente estatísticos, empregados [...] com um furor paradoxalmente quase místico, por alguns sectários desse feitio. Furor em prol dos números – que seria a única expressão cientificamente válida em toda espécie de saber – e contra as palavras, desprezadas, quase todas, como pura e vã retórica. (FREYRE, 2001, p. 40)

Gilberto Freyre ao não desprezar a retórica recupera aquele senso grego que a associa à política, à arte da persuasão, pois forçar enquadramentos através de mistificações sectárias é tão pré-político como o é a violência, algo situado extra-polis. Ele também nos sugere escapar da armadilha de considerar como definitivo ou único o caráter que assumiram o tempo e a cultura em tempos modernos: tempo monetizado e uma cultura erradicada da vida ordinária.

É o peso da vida ordinária que se destaca na intrepretação gilbertiana que se orienta pela reabilitação de um "modo tradicionalmente hispânico do homem estudar-se menos como ser abstrato que como ser situado". (FREYRE, 2001, p. 43) É o retrato da vida ordinária que se restabelece quando ele valoriza, também, saberes não acadêmicos, reconciliando os sentidos com as circunstâncias específicas, recobrando a sensibilidade para culturas "intuitivas, vitais, mímicas, coreográficas, musicais, existenciais, no seu modo de serem expressões de pensar, de sentir, de intuir, de criar". Para uma sociedade como a brasileira seria juntar à sua circunstância espacial tropical, a "herança européia hispanocristã – menos prejudicada que outras culturas européias, pelo impacto, sobre elas, do sentido de tempo como tempo-dinheiro". (FREYRE, 2001, p. 47)

A atenção para estas manifestações culturais permite observar o seu importante atributo de reunir solidariamente as pessoas, de constituir um ambiente de aconchego, de amparo, pelo sentido de pertencimento a um mundo comum que elas provocam.

Talvez as interpretações corretivas sobre o Brasil sejam tributárias deste mal estar com o mundo ordinário, demonstrando um conflito agudo com aquele mundo brasileiro circunstanciado, cuja salvação passa por uma correção radical.

Contestanto as prescrições que restringem a compreensão da nossa formação ibérica como uma jaula anti-moderna, especialmente no que diz respeito à aptidão democrática, e às possibilidades de "mobilidade e integração sociais" Gilberto Freyre percorre caminhos teóricos para "além do apenas moderno", reiterando com insistência que foi exatamente a característica da nossa formação que nos fez um ambiente democrático "superior", capaz, inclusive, de qualificar as idéias modernas de democracia. Para Gilberto Freyre não foi unilateral a contaminação do Brasil pelo ímpeto moderno por uma democracia formal. Pelo contrário, a prévia experiência democratizante que nos formou foi o que permitiu a assimilação local de valores universalistas que o Ocidente moderno assumia sob pressão das forças sociais do Terceiro Estado. Esta é uma questão de extrema relevância por nos permitir enxergar um importante aspecto democrático em nossa própria formação, o que é muito diferente da compreensão generalizada de que fomos apresentados à democracia por uma imposição alheia.

Não se trata apenas, portanto, de uma assimilação de idéias democráticas estrangeiras a nós, mas, de estas idéias encontrarem terreno fértil para prosperar num ambiente marcado por uma prévia sociabilidade democrática, ou, de encontrar nestas idéias um veículo de expressão da "potencialidade democrática inerente à nossa formação". (CARVALHO, 2002, p. 31).

Gilberto Freyre vai além do conceito de democracia formal. Diria que sua compreensão extrapola as fronteiras de um conceito de democracia como mera contagem de cabeças em sociedades massificadas, como é o caso das sociedades modernas. O seu conceito de democracia se aproxima da idéia de "democracia radical" assumida pela teoria democrática contemporânea que, como ressaltam VIANNA & CARVALHO (2004), envolve uma "crítica às premissas modernistas centradas no ego cartesiano, que tanto incorrem na idéia do agente individual, quanto na de um superego coletivo, de um "povo-comum" essencializado". (VIANNA & CARVALHO, 2004, p. 3) Gilberto Freyre explora o potencial criador de uma democracia entendida como o lugar da inclusão, ou da criação de possibilidades de inclusão, em meio a uma convivência pluralista.

> Para ele, dada a singularidade da nossa trajetória, a democratização no Brasil deveria corresponder a uma institucionalização das possiblidades de mobilidade e integração sociais, alem da afirmação da nossa natureza mestiça, cujo significado, nesse caso, extrapolaria a sua expressão meramente racial para se revelar, inteiro, uma defesa do patrimômio da liberdade social brasileira, sobre a qual se poderia erigir uma verdadeira democracia. (CARVALHO, 2002, p. 33)

Para Gilberto Freyre a singularidade da formação brasileira não só nos dotou de uma superioridade "*democrática*" como nos fez "uma sociedade em mudança [...]" pelos "efeitos, permanente e progressivamente, 'democratizadores'" (CARVALHO, 2002, p. 31) já evidenciados no período colonial pela existência de um ambiente de certa confraternização entre Casa Grande e Senzala que reduziu as distâncias que a "monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos" (FREYRE, 1950, p. 20)

Não há identificação do escravismo com qualquer coisa próxima de democracia. O que Gilberto Freyre ausculta é uma sociabilidade solidária oriunda dos mucambos, herdeira dos quilombos. Foi este ambiente democrático prévio ao processo modernizador, com um viés solidário distinto da moderna concepção democrática que, aliado à persistência brasileira em equilibrar inovação e tradição, talvez tenha nos protegido, em parte, de um assalto completo por uma "ética de correção do mundo" e que tenha preservado, também em parte, o espírito da ética mágica que, tendendo a "santificar as normas e convenções sociais", sacralizava "*o status quo* mundano". Quero dizer com isto que talvez tenhamos conseguido escapar de uma completa alienação em relação ao mundo, pelo apego às nossas próprias circunstâncias. Este apego mundano talvez seja fruto da busca insistente por conciliar mudança e tradição, marca importante da nossa experiência. Além disso, há um importante conteúdo republicano nesta aptidão em balancear antagonismos, desde que são convocados, necessariamente, pontos de vista diversos, conflitantes e/ou antagônicos, para comparecer no processo que os balanceará. O simples comparecimento desta pluralidade já assegura no mínimo um cenário público compartilhado que favorece o estabelecimento de regras estáveis, fruto da ação comunicativa dialógica, e estruturante de uma esfera pública estável o suficiente para abrigar e orientar a ação política, por definição marcada pela imprevisibilidade. Não é sem base, portanto, que Gilberto Freyre fala em uma possibilidade civilizatória alternativa. Por formação temos um potencial à nossa disposição impregnado de elementos democráticos e republicanos que podem reabilitar nosso apego ao mundo em tempos modernos.

Considerando que regras estáveis são um requisito republicano, esta característica de equilibrar antagonismos, que provê estabilidades e assegura espaços para o diálogo, sugere uma possibilidade de esfera pública, cujo âmbito comum não está, aí sim, enjaulado naquele âmbito em que foi colocada a esfera pública na era moderna, o da necessidade, onde o comum se resume ao lugar da manifestação dos desarticulados interesses privados. Também a questão democrática, em Gilberto Freyre, se descola de uma igualdade massificadora, ao destacar a sociabilidade solidária, reconhecendo outra natureza de elos agregativos sociais, para além da precária e instável esfera pública ocupada fundamentalmente pelos interesses privados.

Feita esta panorâmica contextualização moderna, temos agora mais elementos para compreender a relevância das questões que Gilberto Freyre disponibiliza em sua interpretação sobre a modernização brasileira.

Contrariando a idéia de que a modernidade brasileira é inaugurada via São Paulo, especialmente a partir dos anos 30 do século XX, com seu processo de industrialização e conseqüente fluxo imigratório que forja uma nova sociedade, a interpretação de Freyre, especialmente em *Sobrados e Mucambos*, oferece terreno fértil para o deslocamento da polarização entre as duas correntes de interpretação patrimonialistas – a política e a social – que consideram o atraso brasileiro como resultante de uma inadequação ao próprio processo de modernização. Inadequação que teria por base um sistema de valores ibérico-personalista determinado pela noção de plasticidade do colonizador portugues. Diante de uma ordem moderna, inspirada por um ideário liberal que requisitava instituições impessoais e universalizantes, encarnadas pelo estado e pelo mercado, este personalismo seria a própria marca da inadequação brasileira.

Independente do locus irradiador desta inadequação, seja estado ou a sociedade, ou melhor, a não sociedade, as versões patrimonialistas se fixam, como vimos, em projetos corretivos que, suprindo a nossa falha, possam nos adequar ao padrão moderno. Este padrão importado encontrava na exepcionalidade de São Paulo a métrica exemplar para conduzir este processo que nos indicaria a saída do atraso social provocado pelo iberismo e personalismo. Não sem razão apontava-se, desde Alberto Sales, em 1887, “o dinamismo daquele estado como capaz de cancelar a despótica unidade brasileira orquestrada pelo centro, instaurando uma república federada, na qual as partes teriam precedência sobre o todo e, dentre elas, as mais ‘ativas’, sobre as demais”.

(CARVALHO, 2002, p. 20) Claro que também não faltou a crítica simétrica de Oliveira Vianna que classificava esta pretensão de “idealismo utópico paulista”, insistindo no seu diagnóstico de que só a centralização corretiva via Estado seria capaz de aplacar a anarquia provocada pelo individualismo brasileiro e conduzir o país ao desenvolvimento moderno que São Paulo exemplificava.

Foi entre uma e outra solução que o Brasil afirmou sua institucionalidade pós República, com breves experiências de reconciliação com a matriz ibérica, às vezes mais circunscrita a uma localidade, como a experiência de Pedro Ernesto no Rio de Janeiro. São momentos em que a vocação democrática e republicana se realizou a ponto de indicar efetivamente um caminho de inclusão social e política, como penso ter ocorrido no breve período de Juscelino Kubitschek e no curtíssimo tempo de João Goulart. Mas, este é um assunto que trataremos adiante. Agora, o que interessa é apenas registrar que estas interpretações decantaram na vida ordinária e se desdobraram em institucionalidades, como soluções para os problemas que elas diagnosticavam. Este não é o caso das experiências mais inclusivas, social e politicamente, que citei acima, até porque penso que elas fugiram da modelagem, e assim, sem parâmetro corretivo a seguir elas acabaram recobrando uma possibilidade política, realizando um potencial democrático e republicano que Gilberto Freyre já identificara em nossa formação. Ou seja, era como se tivéssemos aterrizado em nosso mundo, mas atualizados no contexto moderno.

Considerando a mudança da Côrte Poturguesa em 1808, como marco iniciador da modernização, Freyre registra que, até então, o ambiente social e cultural brasileiro nunca foi exclusivamente europeu, tão impregnado estava pelas culturas Moura, Árabe, Israelita e Islâmica. Este tipo de colonização não pertubaria, “nas suas raízes, o processo da integração social da nova colônia portuguesa. Viria quase equilibrar a diferenciação com a integração.” (FREYRE, 2002b, p.354)

A abertura dos portos, em 1808, gera um enorme impacto econômico e social, aprofundando um processo de urbanização e diferenciação social e alterando aquele quase equilíbrio anterior que conjugava integração e diversificação. Este é um período em que começa o declínio do patriarcado e aparecem “formas particularistas, ou individualistas de organização de família, de economia, de cultura.” (FREYRE, 2002b, p.387) Já

> a partir dos princípios do século XVIII, sente-se a pressão do imperialismo português, agora simplesmente explorador da riqueza que nos dois primeiros séculos ajudara a descobrir ou deixara desenolver-se. Convem-lhe a aliança com a plebe das cidades, contra os magnatas rurais; com os mascates, contra os nobres; com os mercadores de sobrado do litoral, contra os senhores das casas-grandes do interior, com os mulatos, até, contra os brancos de água doce (FREYRE, 2002b, p. 46).

As novas alianças que vinham sendo tecidas retratavam o reconhecimento da importância que adquiria o novo segmento emergente ligado ao comércio, ao tempo em que os grandes proprietários rurais testemunhavam um declínio do seu poder econômico, político e social. Já no início do século XIX, sob D. João VI, pesadas taxas e juros escorchantes dificultavam a vida dos proprietários rurais, revelando uma subtração do seu prestígio e um reequilíbrio das relações sociais, em resposta à emergência de novos núcleos sociais, a exigir o equacionamento dos novos conflitos através de novas articulações sociais.

> Os engenhos, lugares santos donde outrora ninguém se aproximava senão na ponta dos pés e para pedir alguma coisa – pedir asilo, pedir voto, [...] – deram para ser invadidos por agentes de cobrança, representantes de uma instituição arrogante da cidade – o Banco – quase tão desprestigiadora da majestade das casas-grandes quanto a polícia do Conde Assumar, em Minas, ou a do Presidente Chichorro da Gama em Pernambuco. (FREYRE, 2002b, p. 47)

Para compreender este processo brasileiro de modernização e suas conseqüências sob a luz da interpretação freyreana, é importante destacar o fato de que esta mudança substancial no ambiente rural e urbano foi também acompanhada de uma evolução na capacidade de negociar conflitos.

> Período de equilíbrio entre as duas tendências – a coletivista e a individualista – nele se acentuam algum dos traços mais simpáticos da fisionomia moral do brasileiro. O talento político de contemporização. O jurídico, de harmonização. (FREYRE, 2002b, p. 52)

Ao lado da pressão sobre o sistema patriarcal pelas modernas circunstâncias, que começam a fragmentar e segmentar a sociedade, impactando aquela mistura de elementos culturais europeus, africanos e indígenas, previamente equilibrados sob a sombra das grandes fazendas, Gilberto Freyre observa um processo social em curso, de caráter solidário e democratizante, com peso para moderar a segmentação e a fragmentação sociais provocadas pelo evento da modernização. O novo equilíbrio não mais se estrutura sobre a relação entre os brancos das casas-grandes e os negros escravos das senzalas, deslocando-se para um outro eixo influenciado, também, por dois importantes elementos mediadores: a sociabilidade de conteúdo solidário advinda dos

mucambos e o mulato, visto como fenômeno social e não apenas individual. A trajetória social de mobilidade do mulato, ultrapassando os limites individuais de ascensão social, permite que este cumpra um decisivo papel de mediador e articulador social, mesmo em circunstâncias de maior distância e diferenciação social entre os sobrados e os mucambos.

> As mucambarias ou aldeias de mucambos, palhoças ou casebres, fundadas nas cidades do Império e não apenas como Palmares nos ermos coloniais, [...] formavam comunidades suprafamiliais ou "repúblicas". (FREYRE, 2002b, p. 319)
>
> As cidades industrializadas [...] passaram a conservar, dentro delas, no alto dos morros, à sombra dos seus bueiros de fábricas e de usinas, mucambarias e favelas profundamente diferenciadas da parte nobre da população. (FREYRE, 2002b, p. 687)
>
> Mesmo, porém, a essa fase de maior diferenciação social entre sobrados e mucambos, correspondente à maior desintegração do sistema patriarcal entre nós, não têm faltado elementos ou meios de intercomunicação entre os extremos sociais ou de cultura. De modo que os antagonismos que não foram nunca absolutos, não se tornaram absolutos depois daquela desintegração. E um dos elementos mais poderosos de intercomunicação, pelo seu dinamismo de raça e, principalmente, de cultura, tem sido, nessa fase difícil, o mulato. (FREYRE, 2002b, p. 688)
>
> Não é mais o caso da ascensão de mulatos ou de mestiços à sombra do domínio social, já agora em declínio, dos brancos e dos quase-brancos das casas-grandes e dos sobrados patriarcais. É o triunfo mais largo e menos individual do mestiço, do curiboca e, principalmente, do mulato, do meia-raça, do caldeado no sangue ou na cultura, através de melhor correspondência não diremos de caráter rigidamente psicológico, mas socialmente psicológico, entre o líder mestiço e a massa, em sua maioria também mestiça. (FREYRE, 2002b, p. 690)

Por outro lado, aquela sociabilidade solidária dos mucambos compensa o esgarçamento social pela capacidade de fomentar elos agregativos. Desta maneira, ambos são mediadores originados da sociedade, ou do "mundo da vida", que exercem papéis de coordenação social. Em têrmos freyreanos, restabelecem o "talento político para contemporizar" os antagonismos sem, no entanto, obscurecer os conflitos. O que estes mediadores propiciam, alternativamente, são elementos de agregação e solidariedade social diante da fragmentação, da desagregação e da dispersão que a nova ordem provoca. A citação de Gilberto Freyre, a seguir, confirma este processo de reequilíbrio social, num ambiente de aguçamento de antagonismos e diagnostica um movimento de ascensão do mulato que começa a se insinuar, a princípio individual, via "qualidades especiais", mas, que vai adquirindo caráter social, com a presença de mulatos na política, na diplomacia, na igreja, cumprindo uma função agragadora ou vinculante. Freyre mostra como o acirramento de antagonismos aportados com a modernidade são "amaciados" por uma cultura miscigenada, enraizada e forte o bastante

para se reproduzir nas cidades modernas, extrapolando, com características bastante distintas das pregressas, dando um tom singular ao nosso processo de modernização.

> Com a urbanização do País, ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo que entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas. É verdade que ao mesmo tempo que se acentuavam os antagonismos, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social, nas cidades, para os escravos e para os filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelecutal extraordinária ou de qualidades especiais de atração sexual. E a miscigenação, tão grande nas cidades como nas fazendas, amaciou a seu modo, antagonismos entre os extremos." (FREYRE, 2002b, p.)
>
> [...] os homens da região de maior amalgamamento de raças [...] têm levado para a administração pública em nosso País, para a política, para a diplomacia, para a direção da Igreja Católica, uma sabedoria de contemporização, um senso de oportunidade, um equilíbrio que fazem deles os melhores pacificadores, os melhores bispos, os diplomatas mais finos, os políticos mais eficientes. (FREYRE, 2002b, p. 689)

A cultura da mestiçagem brasileira seguia uma concepção portuguesa de miscigenação que não significou a dissolução em uma síntese abarcadora das diversas características dos povos envolvidos no processo. O mestiço guardou "a indelével lembrança das diferenças presentes na sua gestação". (ARAÚJO, 1994, p. 44)

> Para essa relativa estabilização de traços como que provisoriamente combinados e não, propriamente, para uma "síntese cultural" que importe em alguma coisa de definitivo, de brônzeo, de estatuesco, de acabado, é que se dirigem também as culturas diversas que vêm concorrendo para a formação brasileira, mais pela reciprocidade que pelo choque de antagonismos. (FREYRE, 2002b, p. 686)

É a força da cultura equilibrista, capaz de "amaciar" antagonismos até mesmo num ambiente em que a tônica é o acirramento dos conflitos, que confere singularidade ao nosso processo de modernização.

> Que interesse temos, pois, em reduzir duas fórmulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão? Interesse nenhum. **A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza de antagonismos equilibrados**; [...] Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completar-mos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro. (FREYRE *apud* ARAÚJO, 1994, p. 96, grifo meu)

Reconhecer no nosso processo de modernização, iniciado com o século XIX, a importância deste aspecto na determinação de nossa singularidade moderna, mais nítido na segunda metade daquele século, significa compreender este "amaciamento" de forma não estereotipada ou redutora, ou seja, como mero, ou simplório, ofuscamento de conflitos. Não se trata disto, pois não só não seria possível impedir o evidenciamento

dos conflitos num ambiente já de forte exacerbação destes, mas especialmente porque o que este "amaciamento" revela é uma distinta forma de tratamento destes conflitos e não o seu obscurecimento. O grande diferencial está exatamente na percepção de Gilberto Freyre da importância desta forma bastante singular de tratamento de conflitos na caracterização da nossa modernização. E é esta forma, esta capacidade de "amaciamento", que implica num potencial democrático e republicano distintos, porque nele está inscrito um diálogo social. Esta compreensão nos permite desenquadrar o pensamento de estereótipos interpretativos polarizantes e admitir a possibilidade de enxergar nesta peculiaridade que Gilberto Freyre reconhece naquela sociabilidade solidária dos mucambos, que colonizaria mesmo os sobrados, e na ascensão social do mulato, como elementos de mediação e diálogo social, algo de inclusivo, democratizante, e também republicano. É uma mediação que permeia o conjunto da sociedade, definindo-a mesmo. Gilberto Freyre retoma a etimologia da palavra mucambo revelando "o ponto de partida daquela inesperada sociabilidade mestiça que invade os sobrados no final de *Sobrados e Mucambos*. Essa revelação, por sinal, tinha sido antecipada por Gilberto Freyre em *Mucambos do Nordeste*, quando ele nos dizia que mucambo era 'uma palavra quimbunda, [...] formada do prefixo mu + kambo, que quer dizer esconderijo', já sugerindo que a sua origem estaria localizada nos quilombos. De fato, teria sido aí, segundo nosso autor", (ARAÚJO, 1994, p. 164)

> Que primeiro desabrochou no Brasil o sentido de solidariedade mais largo que o de família, a capacidade de associação sobre base [...] cooperativista. [...] Mais do que simples revolta de escravos fugidos, essa república de mucambos. Verdadeiro esforço de independência baseado no prolongamento de um tipo de cultura, inclusive de economia, em oposição ao sistema patriarcal e de monocultura, então dominante. (FREYRE *apud* ARAÚJO, 1994, p. 164)
>
> Viu-se uma cidade de mucambos de palha erguer-se sozinha, do meio do mato, contra as casas-grandes e os sobrados de pedra e cal de todo o Norte do Brasil. E só dificilmente as casas-grandes, os sobrados e o governo colonial conseguiram esmagar a cidade de mucambos. Foi a primeira Cidade a levantar-se contra o Engenho – essa cidade parassocialista de negros; do mesmo modo que foi em sua técnica de exploração da terra um esboço de policultura em contraste com a monocultura predominante nos latifúndios dos senhores brancos. Por conseguinte, a primeira reação de pluralidade ou diversidade de produção contra o regime mórbido de sacrificar-se a cultura de víveres à produção de um só produto, e este de exportação; [...] (FREYRE, 2002b, p. 72,73)

Esta visão abrangente do significado de Palmares, possível pelo tipo de análise que integra elementos de sociabilidade culturais e de relações políticas, envolvidos naquela experiência quase secular, nos introduz a uma nova referência, ou a um novo conceito – o de mucambaria republicana ou de cidade de mucambos. Referência que

talvez se aplique a outra importante experiência do Brasil de dentro, que foi Canudos, já nos primóridos da República, retratando também, em que pese seu fundo milenarista, uma organização solidária que, no entanto, não estará em foco neste trabalho, mas que tem certo traço de mucambaria republicana.

O olhar apurado de Gilberto Freyre permite enxergar elementos culturais decisivos, em nossa sociabilidade, como as importantes manifestações da cultura de origem africana, entre elas a dos capoeiras, vista como um problema por outros intérpretes que as consideravam apenas manifestações rústicas de um grupo social que não tinha sido habilitado para a sociedade competitiva capitalista. Este é o ponto de vista, por exemplo, de FERNANDES (1976), que contaminado pela exigência de cumprir um estereótipo de sociedade de classes em ambiente competitivo, parece não enfatizar a importância desta e de outras manifestações culturais. A Gilberto não escapa o tom conflitivo envolvido neste tipo específico de manifestação, até pelo seu caráter de reação dos negros à violência da escravidão, mas também não lhe fogem os sintomas de solidariedades que aproximam e agregam socialmente os negros, e os quase negros, e os quase brancos, observados, ambos, conflitos e solidariedades, também na sua dimensão cultural e social.

> A arte da capoeiragem mais de uma vez lhes permitiu suprir a falta de armas de fogo com movimentos de corpo que eram quase movimentos de dança. Dançando, esses bailarinos da capoeiragem enfrentaram com pés ligeiros, pequenos, delicados, às vezes quase de moça, e como os das baianas, geralmente calçados de chinelas orientalmente enfeitadas, soldados armados, nórdicos vigorosos, marinheiros ingleses, portugueses machões e cheios de si, europeus de pés grandes e bem calçados, destroçando-os e, de algum modo, desmoralizando-os. (FREYRE, 2002b, p. 542)

A atenção de Gilberto Freyre a outros elementos culturais, como os de caráter religioso, propicia a Freyre ir além do roteiro analítico orientado pelo modelo de sociedade competitiva voltada para o mercado. Assim ele tem chance de considerar, ou destacar, em sua análise, outras associações, outros ambientes de manifestação de solidariedades, mas, também e muito, de conflitos, como aquele das irmandades reunidas em torno de São Jorge, "aliás Ogum", em que grupos diversos buscavam canais de expressão. Por um lado, os negros que, inconformados com sua condição, se valiam destas associações como canal de reação à escravidão e por outro, grupos antagônicos, dominantes, que encontravam nestas irmandades o lugar de expressão de suas identidades sociais.

> Também o grupo de negros inconformados com seu estado de servidão e de inferioridade social e com aspirações a grupo dominante – pelo menos a

> domínio sobre os escravos e ex-escravos – fez no Brasil – principalmente no Rio de Janeiro – de São Jorge, aliás Ogum, seu santo ou seu padroeiro de homens que se não apareciam senhorialmente – senão como pajens de brancos ou nos dias de procissão daquele santo – no alto de cavalos de carne, dominando com a vista os homens a pé, dominavam nos dias comuns forças ou energias equivalentes ás de cavalos e capazes de comprometer a ordem estabelecida. Forças que estavam nos seus músculos de homens vigorosos, de moços, de adolescentes capazes de se revoltarem contra os brancos, de os assassinarem, de os fazerem definhar com mandingas. São Jorge reuniu, assim, no Brasil, dois cultos contraditórios: o do grupo dominante – de brancos e de quase-brancos – e o daquele grupo dominado, de homens de cor que se não conformavam, senão aparentemente, com a dominação exercida sobre eles por brancos às vezes seus inferiores em instrução, em inteligência, em perícia técnica, em vigor físico e em beleza de corpo. Que reagiam contra essa dominação através do que um marxita chamaria "luta de classes" e que a outros tem se afigurado "luta de raças" ou de "culturas" quando na realidade, em tal conflito, parece ter se exprimido a interpenetração de vários antagonismos, nunca um só. (FREYRE, 2002b, p. 535, 536)

Não há linearidades ou enquadramentos unilaterais na análise de Gilberto Freyre e isto lhe permite uma visão mais abrangente, em que os elementos culturais, sociais, religiosos são absorvidos, integrando e qualificando sua interpretação, que se abre, efetivamente, para a admissão da complexidade. É esta postura intelectual que lhe permite reconhecer a importância do culto religioso de origem africana em nossa formação, destacando, entre outros, o significado do culto a São Jorge, ainda hoje parte de uma cultura religiosa disseminada no Brasil inteiro, especialmente em cidades como o Rio de Janeiro e Salvador.

> Um capitulo inteiro poderia escrever-se, num ensaio da natureza deste, sobre a mandinga ou o feitiço como expressão de antagonismos complexamente de raça, de classe e de cultura que separaram a sociedade patriarcal no Brasil em pequenos grupos inimigos uns dos outros e dos quais os organizados com maior vigor, mas não os únicos, parecem ter sido os que tiveram em São Jorge ou em Ogum seu patrono ou símbolo de luta. (FREYRE, 2002b, p. 537)

No entanto, num ambiente em que, sob manifestações diversas, o conflito é a tônica, registrado com ênfase por Gilberto Freyre, ele também é capaz de chamar atenção para o senso de solidariedade legado pela "república de mucambos" que vai permear o processo modernizador brasileiro e a conseqüente urbanização ocorrida no século XIX, em que se afirma a força do papel do mulato e, também, do bacharel, muitas vezes sincretizadas. Do bacharel, observa as nuances da sua contribuição, não se detendo em unilateralidades. São influências distintas que o formam, desde as que introduzem artificialismos no Brasil até as que se notabilizam pela capacidade de agenciar soluções que consideram e valorizam a prévia formação brasileira.

> "É impossível defrontar-se alguém com o Brasil de Dom Pedro I, de Dom Pedro II, da Princesa Isabel, da campanha da Abolição, da propaganda da

> República por doutores de pince-nez, [...], sem atentar nestas duas grandes forças, novas e triunfantes, às vezes reunidas numa só: o bacharel e o mulato.
> Desde os últimos tempos coloniais que o bacharel e o mulato vinham se constituindo em elementos de diferenciação, dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio, e mais do que isso, pelo que os sociólogos modernos chamam acomodação, entre dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo. A casa-grande, completada pela senzala, representou, entre nós, verdadeira maravilha de acomodação que o antagonismo entre o sobrado e o mucambo veio quebrar ou perturbar.
> A urbanização do Império, a conseqüente diminuição de tanta casa-grande gorda, em sobrado magro, mais tarde até em chalé esguio; a fragmentação de tanta senzala em mucambaria, não já de negro fugido, no meio do mato grosso ou no alto do morro agreste mas de negro pardo livre, dentro da cidade – fenômeno do 1830 brasileiro que se acentuou com a campanha da Abolição – tornou quase impossível o equilíbrio antigo, da época da ascendência quase absoluta dos senhores de escravos sobre todos os outros elementos da sociedade sobre os próprios vice-reis e sobre os próprios bispos.
> A valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa, mas uma Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta: o maior gosto pelo teatro, que foi substituindo a igreja. [...] E todos esses novos valores foram tornando-se insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. De uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis talvez mais que a dos negociantes ou industriais. (FREYRE, 2002b, p. 601-602)
> Mas o bacharel não apareceu no Brasil com Dom Pedro II e à sombra das palmeiras imperiais plantadas por el Rei seu avô. Já os jesuítas tinham dado à colônia ainda sombreada de mato grosso [...] os primeiros bacharéis e os primeiros arremedos de doutores ou mestres em arte. E nos séculos XVII e XVIII, graças aos esforços dos padres, aos seus cursos de latim, Salvador já reunira bacharéis formados nos pátios da Companhia, como Gregório de Matos, e seu irmão Euzébio, como Rocha Pita e Botelho de Oliveira.
> [...] Enretanto, é do século seguinte que data verdadeiramente a ascensão do homem formado na vida política e social da colônia. [...] a intervenção mais franca do letrado ou do clérigo na política. Marcam, ao mesmo tempo, o triunfo político de outro elemento na vida brasileira – o homem fino da cidade. E mais: a ascensão do brasileiro nato e até do mulato aos cargos públicos e à aristocracia da toga. (FREYRE, 2002b, p. 603-604)
> A inconfidência Mineira foi uma revolução de bacharéis, como revoluções de bacharéis [...] foram as duas revoluções pernambucanas, preparadas por homens ainda do século XVIII: a de 1818 e a de 1824. Esses intelectuais, ansiosos de um Brasil independente e republicano, repita-se que a melhor aliança que encontraram foi a de poderosos senhores de escravos e de terras. Aristocratas já com várias gerações na América, alguns com sangue de índio e até de negro: de Silva Alvarenga se sabe que era mulato como mulato [...] parece ter sido o próprio Tiradentes. (FREYRE, 2002b, p. 607)

Diante de cenário moderno tão complexo, envolvendo deslocamentos de antigos segmentos sociais por novas influências, com significado social e orientações políticas diversas, Gilberto Freyre, como fica óbvio pelas suas afirmações acima, não se deteve em univocidades que o impedissem de enxergar o variado estoque intelectual que amparava a atuação dos bacharéis. Ele é capaz de mostrar um Arruda Câmara "afrancesado", mas também um homem de formação coimbrana, e, especialmente, um político também impregnado pelas suas próprias e brasileiras circunstâncias, o que

talvez o tenha conduzido “a dar o grito de alarme contra certos artificialismos que comprometiam a obra patriarcal de integração do Brasil, como aqueles exagerados sentimentos de nobreza encarnados por Antonio Carlos” e, também, considerar a “acanalhada e absurda aristocracia ‘cabunda’ obstáculo para que se realizasse o que considerava indispensável: “a gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil”. (FREYRE, 2002b, p. 609)

Mas os afrancesados descolados das suas circuntâncias também não lhe escapam, o que o leva a destacar a crítica de Melo Morais, em meados do século XIX, “lamentando o predomínio dos bacharéis afrancesados” contrastando a sua “inexperiência de puros letrados com a sabedoria prática dos velhos administradores”. Gilberto Freyre faz um mergulho no tempo e recupera a importância dos “homens de conhecimentos concretos da terra” na guerra contra os holandeses, que eram “a eles vastamente superiores, na arte ou na ciência abstrata das batalhas”. (FREYRE, 2002b, p. 609)

Sua atenção para este conjunto de movimentações sociais é o que lhe permite compor um diagnóstico sobre o processo de “reeuropeização” modernizante, em que destaca o processo de ascensão social do mulato e sua influência como elemento mediador de uma sociedade que buscava reequilibrar seus antagonismos em novo patamar.

> Em três séculos de relativa segregação do Brasil da Europa não-Ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia – em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco – definira-se ou, pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher. Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas também um meio-termo:o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade. A meia-raça a fazer de classe média, tão débil dentro do nosso sistema patriarcal. (FREYRE, 2002, p. 335)
>
> [...] consideráveis grupos de alemães, sírios, japoneses assemelha-se psicológica e sociologicamente – embora não culturalmente – à de mestiços, dão extensão sociológica à caracterização da massa mestiça, dentro do sentido antes sociológico que biológico aqui atribuído à condição de mestiço – uma espécie de maçonaria, uma linguagem secreta como a dos namorados e a dos pedreiros-livres. Donde a incompreensão da parte da massa em torno de “europeus” como no fim do Império, foram os próprios “ingleses do Sr. Dantas” e a sensibilidade a atitudes revolucionários ou rebeldes de mestiços se não no sangue, na personalidade, como foram Castro Alves, Feitosa, José Mariano, Saldanha Marinho, José do Patrocínio, Luís Gama, Nilo Peçanha, Francisco Glycerio, Tobias Barreto.
>
> Mas esse e outros aspectos da relação entre a desintegração do sistema patriarcal no Brasil, cujo poder foi encarnado principalmente em homens brancos ou quase-brancos e de cultura quase exclusivamente portuguesa e Católica, e o desenvolvimento de uma sociedade ao mesmo tempo mestiça e vária na sua composição étnica e cultural e predominantemente

> indivudualista na sua organização de família, serão estudados – ou, pelo menos, considerados – em ensaio próximo. (FREYRE, 2002b, p. 690)

A interpretação de Freyre sobre a modernização brasileira deve ser entendida sob a luz de sua análise sobre o período colonial que, para ele, teve suficiente experiência de mistura cultural para gerar uma cultura brasileira distinta, uma "brasilidade", articulada com um espírito de integração. "Brasilidade" que, no entanto, começava a ser afetada pela pressão da reeuropização moderna.

> Por consideração ou temor aos "olhos dos estrangeiros" – isto é, aos olhos dos ingleses e dos franceses – e **sob a pressão de interesses, e não apenas de valores**, representados por esses olhos críticos ou desdenhosos de quanto fosse diferente dos costumes e das modas dominantes na Europa ocidental, carbonífera e burguesa – é que se destruíram, entre nós, na segunda metade do século passado – na verdade durante o século XIX inteiro – algumas daquelas sobrevivências rústicas ou orientalmente patriarcais, várias daquelas expressões mais pitorescas de diferenças de cultura, de raça, de classe e de região que vinham coexistindo entre nós sob o primado nada despótico do elemento europeu, isto é, o lusitanamente Católico. Rompeu-se o equilíbrio para acentuar-se pela exclusão violenta de diferenças, a supremacia ou a superioridade do elemento europeu, senhoril e urbano, agora com um sentido nitidamente burguês, capitalista, francês e inglês de dominação. Dominação de "superior" sobre "inferiores". (FREYRE, 2002b, p. 424, grifo meu)

Este argumento de Freyre possibilita contracenar esta questão da "pressão dos interesses" com a "sociabilidade solidária", outro tema presente na interpretação freyreana sobre o processo modernizador brasileiro. A centralidade do tema do interesse na modernidade, em contraste com a sociabilidade solidária que Freyre identifica como originária dos mucambos coloca em pauta a própria concepção do espaço público moderno e suas repercussões na constituição de uma esfera pública brasileira em condições modernas. Freyre realça como a "pressão de interesses" desempenha papel decisivo na "exclusão violenta de diferenças", na promoção de uma sociedade segregada e na consagração da dominação do "superior" sobre "inferiores". A lógica do interesse é atomizadora e não colabora, portanto, para a constituição de um espaço público solidário, de conteúdo republicano. Conteúdo republicano só passível de garantia pela constituição de uma esfera pública política, marcada pelo diálogo entre diferentes, capaz de criar uma institucionalidade e leis comuns orientadoras da vida pública e definidoras do que é a coisa pública, ou a res publica. A representatividade desta esfera pública cresce na medida em que se ampliam as parcelas do demos participantes na definição desta insititucionalidade política e de suas leis. Ao contrário, a atomização favorece a determinação da esfera pública pelos grandes e fortes interesses num simulacro de representação pública. Portanto, são bastante questionáveis as teses

que avalisam a modernidade como um processo democratizante de conteúdo republicano.

A democratização, no sentido de que regras universais e impessoais estariam orientando e acolhendo a todos, é sim parte integrante do moderno liberalismo, sem que isto signifique, no entanto, que haja a garantia de uma esfera pública de conteúdo republicano. Até porque a base deste ideário moderno é a liberdade em relação à política, ou seja, a liberdade de se distanciar da política como propõe Hannah Arendt, sendo reservada aos indivíduos a devida proteção impessoal e universal para tratarem privativamente dos seus próprios interesses. O problema é que o marco dos interesses abre caminho para a pretensão de "existência de um único interesse da sociedade como um todo com o qual uma *mão invisível* guia o comportamento dos homens e produz a harmonia de seus interesses conflitantes". ARENDT, (1993, p. 53) Citando MYRDAL (1953), Arendt procura aprofundar a compreensão e repercussão deste recurso de se lançar mão de um ente ou de um sujeito coletivo como sintetizador de um interesse geral ou de um interesse único. Ela subscreve uma das principais teses da obra que considera brilhante de Myrdal, para quem é o utilitarismo liberal, e não o socialismo, que é "forçado a manter uma 'ficção comunística' insustentável acerca da unidade da sociedade", considerando que "a ficção comunística é implícita na maioria das obras sobre economia". Para Arendt,

> Myrdal demonstra categoricamente que a economia só pode vir a ser uma ciência se presumir que só um interesse permeia a sociedade como um todo. Por trás da 'harmonia de interesses', está sempre a 'ficção comunística' de um interesse único, que pode então ser chamado de 'welfare'ou de 'commonwealth'. Consequentemente, os economistas liberais foram sempre guiados por um ideal 'comunístico', ou seja, pelo 'interesse da sociedade como um todo'. O ponto crucial do argumento é que isto 'equivale à asserção de que a sociedade deve ser concebida como um único sujeito: E isto é precisamente o que não pode ser concebido. Tentar fazê-lo é tentar ignorar o fato essencial de que a atividade social é o resultado das intenções de vários indivíduos.'(MYRDAL *apud* AREDNT,1993, p. 53 e 54)

Arendt considera que

> a diferença entre Marx e seus precursores foi apenas que ele encarou a realidade do conflito, tal como este se apresentava na sociedade de seu tempo, com a mesma seriedade com que viu a hipotética ficção da harmonia. Esteve certo ao concluir que a 'socialização do homem' produziria automaticamente uma harmonia de todos os interesses; e apenas teve mais coragem que os seus mestres liberais quando propôs estabelecer na realidade a 'ficção comunística' subjacente a todas as teorias econômicas. O que Marx não compreendeu – e em seu tempo seria impossível compreender – é que os germes da sociedade comunística estavam presentes na realidade de um lar com dimensões de nação [...] (ARENDT, 1993, p. 53-5)

É através destes entes que se perverte a esfera pública, abrindo-se espaço para que interesses privados se arroguem como interesse coletivo, ocupando o vácuo da mão invísivel, ou de ninguém, ou de todos, pretensamente representando uma improvável diversidade. Outra questão relevante é a que diz respeito ao evidenciamento dos conflitos, que Marx, diferente dos liberais, nunca omitiu. A ênfase neste tema dos conflitos é importante para a compreensão do processo de modernização brasileiro, que introduziu a padronização e a exclusão violenta das diferenças, como destaca Freyre, que, no entanto serão ponderadas por uma prévia cultura produzida pelo hibridismo e pela pluralidade. O reconhecimento dos conflitos como destacado por Arendt significa a admissão da pluralidade e a recusa do seu esmaecimento pela via da padronização ou da exclusão de qualquer parte conflitante e é também o caminho para a recusa de entes sintetizadores, que Freyre rejeita de forma veemente.

Valendo-se dessas outras referências para compor sua interpretação Gilberto Freyre observa sinais da modernização já no século XVIII, ressaltando, no entanto, outras influências, de natureza cultural, para além das econômicas. Para ele, aquela sociedade já não se prestava a sínteses holísticas simplificadoras, realçando os conflitos que se originam deste processo modernizador. Identifica, já naquele período, o avanço da diferenciação social forçando rupturas que se manifestam nos movimentos revolucionários de então, colocando em cheque aqueles prévios elementos de integração.

> O diamante atraindo para Minas os interesses do comércio europeu [...] venceu a distância que separava aquela região, da Europa; e criou uma série de relações especialíssimas entre a burguesia rica dos sobrados de Ouro Preto, Sabará, Santa Luzia e a civilização industrial e urbana do Norte da Europa. Acentuaram-se, sob o estímulo da maior variedade de contatos com o estrangeiro, forças de diferenciação social, que não custaram a romper, vulcanicamente, as de integração. Daí a revolução Mineira: expressão nítida da diferenciação cultural, e não apenas econômica, que se operara na área mediterrânea. Do mesmo modo as Revoluções pernambucanas: a de 1710, a de 17, a de 24, a chamada Revolta Praieira. Sobre todas elas atuaram motivos econômicos. Forças econômicas. Apenas não atuaram sozinhas. Condicionaram, junto com outras influências, as demais especializações de cultura – inclusive o pendor para as formas liberais de governo – que se verificaram nas duas regiões, a mediterrânea e a levantina, tão diversas na sua topografia. Não se nega a influência de tais forças; o que se diz é que não determinaram, de modo rígido ou absoluto, especializações regionais de cultura – resultados de causas ou influências complexas. (FREYRE, 2002b, p. 352-353)
>
> O Brasil, nessas duas regiões tão desiguais pela situação física e pelas qualidades morais da colonização – a região dominada pelo Recife e Salvador, ao Norte, e a de Minas, no Centro – foi um dos países mais beneficiados pelo comércio internacional dos Judeus. Beneficiado pelo que o Judeu pôde oferecer de mais substancioso à América, em valores de cultura e

> em estímulos ao nosso desenvolvimento intelectual. (FREYRE, 2002b, p. 352-353)

É uma compreensão sociológica muito ampliada que permite a Gilberto Freyre uma leitura inteiramente inusitada sobre condicionantes culturais que se mesclam com e neutralizam uma influência econômica absoluta. Isto aparece quando analisa a bagagem cultural dos judeus sefardim, muito íntima da "cultura predominante no Brasil, isto é a ibérica ou hispânica". A análise passeia longe das lógicas orientadoras das hegemônicas interpretações do Brasil e que se detêm na idéia de que coordenação social só pode ser obra ou do Estado ou do mercado. A interpretação de Gilberto Freyre absorve outros elementos coordenadores, oriundos do mundo da vida, amparando-se num exemplo inusitado: exatamente o dos judeus, um grupamento social estigmatizado negativamente como símbolo do puramente econômico.

> Através dos doutores e dos mestres que a Congregação de Amsterdã mandou para Recife e para Salvador, o Brasil recebeu da velha cultura sefárdica soma considerável de elementos de valor. Valor científico. Valor intelectual. Valor técnico.
>
> Aliás, o Sefardim que aqui chegou da Holanda não era elemento inteiramente estranho à cultura predominante no Brasil, isto é, a ibérica ou hispânica. Os hynos que vinha cantando eram piyyutim inspirados nos poetas espanhóis e portugueses [...] marcava-lhes os hábitos certa grandeza muito espanhola e muito portuguesa. O gosto de luzir na rua e de ostentar sedas e veludos nas festas. O gosto da mesa larga e farta. O bacharelismo. O intelectualismo.
>
> Estes traços que, ainda hoje – passados séculos – se encontram, embora amortecidos, nos judeus de origem hispânica, que se espalharam por Constantinopla, por Esmina, por Salônica, o Sefardim trouxe-os para o Brasil ainda úmidos e vivos. O curto exílio na Holanda não tivera tempo de lhe secar a espanholidade profunda. De modo que, por um lado, aparentemente exótica, de Sefardins, no Brasil – gente cujos nomes portugueses acabariam se estropiando em caricaturas de nomes, mas de qualquer maneira conservando-se na própria Amsterdã (depois Nova Iorque) e aí resistindo aos ww e aos yy dos nomes mais terrivelmente nórdicos – foi, na realidade, colonização de gente quase de casa. **Colonização que não viria perturbar nas suas raízes o processo da integração social da nova colônia portuguesa. Viria quase equilibrar a diferenciação com a integração**. (FREYRE, 2002b, p. 353-354, grifo meu)

Em *Sobrados e Mucambos* Gilberto Freyre apresenta, portanto, um curso do processo modernizador, para além do Estado e do mercado. Ao contrário, o que Gilberto Freyre revindica é a existência de um papel moderador importante pela sociedade. É através da sociabilidade solidária oriunda dos mucambos que se exerce a influência ponderadora, moderadora, pela sociedade, bem como através da figura mediadora do mulato, afetando o conjunto das relações sociais. Sem desconhecer, no entanto, como vimos, a força daquele processo "reeuropizador" modernizador, tanto na redefinição do que era valorizado socialmente, como também sobre a formação intelectual dos

bacharéis, personagens decisivos na desintegração da ordem rural pregressa. A estes intelectuais ele atribui, em grande parte, uma linguagem abstraída das nossas circunstâncias, num sintoma de "fuga da realidade", que os leva à assimilação de modelos copistas que, via de regra, conduzem a teses de redenção de nossa mácula ou equívoco original.

Portanto, esta sociologia de Gilberto Freyre, ao se nutrir de outros referenciais de análise, pautados nas nossas específicas circunstâncias, não só se afasta da idéia de que apenas os sistemas de estado e mercado responderiam pela coordenação social, como propicia a apreensão de elementos democráticos e republicanos em nossa sociabilidade e mesmo em nossa institucionalidade. O gosto de Gilberto Freyre em combinar, ou desfazer, polarizações, como atestam *Ordem e Progresso*, *Aventura e Rotina*, *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, favorece a conjugação entre democracia e república, cujos conceitos passam por aspectos de invenção/insubordição e continuidade/ordenação.

Ademais, o peso dado ao elemento popular na análise de Gilberto Freyre, equilibrado com um argumento que também considera a importância das elites reeuropizadas dos sobrados, faz com que a obra de Gilberto Freyre, desde *Casa Grande e Senzala* seja difícil de ser "compreendida e qualificada politicamente", como registra Maria Alice Carvalho, por não se enquadrar em classificações simplificadoras e polarizantes.

> [...] com a radicalização das posições impostas pelo debate, compreender e qualificar politicamente, Casa Grande & Senzala – um livro extremamente perturbador, principalmente se observada a tensão inscrita na construção de um argumento de vezo "aristocrátco" que, não obstante, valorizava, como nenhuma outra obra o havia feito, o fundo popular da civilização brasileira. (CARVALHO, 2002, p. 21)

Ao chamar atenção para a sociabilidade solidária Gilberto Freyre antecipa temas que seriam desdobrados por teorias que têm associado a experiência de compartilhamento dos cidadãos com uma esfera pública democrática, como nos lembram Werneck Vianna e Maria Alice Rezende de Carvalho em Experiência Brasileira e Democracia, citando autores como TAYLOR (1992), DALLMAYR (1996) que buscam "na experiência de compartilhamento dos cidadãos, o fundamento da esfera pública". Referindo-se a HONNNET (2001), Werneck Vianna e Maria Alice Carvalho lembram que "a teoria democrática contemporânea volta-se à tematização sociológica da solidariedade como expressiva das relações reais de dependência entre os indivíduos

e como critério de coordenação social dos experimentos humanos de resolução de problemas" (HONNET, 2001 *apud* VIANNA & CARVALHO, 2004, p. 4)

Questionando a ausência da questão da solidariedade nas teorias democráticas liberais e o seu precário acolhimento por grande parte da bibliografia brasileira, que privilegiou concepções da sociabilidade brasileira como perpetuadora de mecanismos patrimonialistas, com repercussões negativas sobre a esfera pública, Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna oferecem uma interpretação alternativa que restabelece a centralidade do tema da solidariedade. É este o ponto que considero substantivo na análise dos autores, mesmo registrando desacordos importantes com eles, como o marco que adotam para a modernização brasileira e a consideração de que só então se imporia o elemento solidário. Para os autores é com a modernização ocorrida nos anos 1930 que o elemento solidário se impõe sobre as relações sociais pela via do corporativismo orientado pelo Estado. Eles consideram que o "ingresso no moderno e a internalização consciente dos processos de modernização" só foi possível com a Revolução de 30 e, principalmente com o Estado Novo, pela afirmação da "prevalência da comunidade sobre o indivíduo liberal" (VIANNA & CARVALHO, 2004, p. 4-5) Mesmo considerando a existência de condições pretéritas propícias para a afirmação desta idéia de comunidade, fazem os autores questão de atribuí-la antes a um moderno localizado apenas nos 30 do século XX do que àquelas características de sociabilidade que Gilberto Freyre já identificava na modernização brasileira do XIX. Além disto, ou por conta disto, este senso comunitário não teria foco na sociedade. Seria o Estado, o agente "civilizador", baseado nas novas condições de industrialização, irradiador de uma cultura material moderna, que imporia a idéia de comunidade, pela via corportativa. Penso que esta interpretação, ao introduzir a questão da solidariedade pela via do corporativismo econômico e da idéia de que por aí se estabelece um Estado republicano, ao se fazer intérprete da "vontade geral" pela via da arbitragem dos conflitos intercorporativos, pode ter uma implicação autoritária, distinta da interpretação de Freyre que reconhece a sociedade como protagonista da sociabilidade solidária. São relevantes para a minha consideração de possibilidade de viés autoritário: 1) O recurso ao conceito de "vontade geral", que por ser pautada na idéia de um sujeito coletivo favorece a admissão de intépretes exclusivos e solitários desta "vontade geral", avocando para si esta representatação, o que abre uma avenida para todo tipo de autoritarismo, como efetivamente o foi o desdobramento de 1937, com o Estado Novo;

2) O conceito de comunidade, por estar muito vinculado a teses holísticas, também estimula a resolução de conflitos e problemas pela negação ou obscurecimento destes e pela imposição de soluções únicas, conduzidas por entes coletivos totalizantes.

Para evitar simplificações indevidas, é importante reconhecer que a interpretação dos autores não os impede de explorar elementos sociais da sociabilidade solidária. A própria Maria Alice Carvalho vai desenvolver estes aspectos no seu texto *Casa Grande e Senzala e o Pensamento Social Brasileiro*, quando trata da interpretação de Gilberto Freyre e sua recepção quando de sua publicação. Sua análise destaca o distanciamento de *Casa Grande & Senzala* dos "parâmetros intelectuais e políticos hegemônicos" naquele contexto, polarizados entre os que propugnavam o "fortalecimento do Estado" e os que defendiam a "autonomização dos interesses em curso na sociedade". Descolando-se destes dois pólos, Freyre aposta, segundo Maria Alice Carvalho, na continuidade da "solução brasileira", localizada na "plasticidade" e na "capacidade de auto-reforma das elites". Eu diria que, também, de auto-reforma da sociedade, como veremos no processo abolicionista. Ademais, Maria Alice Carvalho restabelece a proximidade entre Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco, que o próprio Freyre prezava, na perspectiva de um liberalismo de "percurso gradativo", "levando a um contínuo movimento de incorporação do homem do campo, inclusive com a gradual democratização do acesso à terra". (FREYRE, 1998 *apud* CARVALHO 2002, 22-23), confirmando em Freyre "uma visão distinta do tema da modernização", ainda segundo Maria Alice Carvalho, cujo foco era uma solução processualista "em detrimento da noção de ruptura com o passado e que contrapunha a tradição do país às diferentes expectativas, mais e menos democráticas, de sujeição nacional ao 'relógio' do mundo acelerado burguês". Maria Alice Carvalho percebe, também, um "aspecto crucial" da interpretação de Freyre em *Sobrados & Mucambos*, quando ele sugere que

> os valores universalistas do Ocidente moderno, que, lá, haviam representado a emergência das forças sociais do Terceiro Estado, haviam chegado ao Brasil como efeito de uma revolução alheia que, no entanto só pôde ser assimilado localmente em virtude da **potencialidade democrática inerente à nossa formação**. Aquilo, portanto, que, no período colonial, se caracterizava como 'potência' e se expressava, na proliferação de filhos bastardos, frutos benquistos do patriarcalismo poligâmico, encontraria, no século XIX, pela primeira vez, um lugar social, uma inserção profissional e uma identidade definida – o mulato, só então, seria alçado à condição de um ser social, com habilidade e disposição para aprender as profissões modernas que aqui aportavam pelas mãos de artesãos estrangeiros e com um sentimento do mundo tipicamente burguês. (SOUZA, 2000 b, *apud* CARVALHO, 2002, p. 31-32)

> A revolução brasileira, para Freyre, não era apenas o resultado de uma assimilação benfaseja dos valores democráticos que se irradiaram do centro e produziram mudanças moleculares na vida social e institucional das periferias, como Florestan Fernandes dirá, a respeito do liberalismo brasileiro oitocentista. Foram, antes, os 'aburguesados' valores da colonização portuguesa que encontraram no liberalismo a sua via de passagem para o mundo moderno, constituindo-se, então, a revolução brasileira em movimento 'de baixo para cima', da sociedade móvel e híbrida do Brasill colonial, para as instituições do Estado liberal-burguês. Em outras palavras, burgueses eram os mulatos, os bacharéis, mestiços, a nova força sócio-cultural presente nas cidades.
>
> De modo que a questão da passagem do "indivíduo dependente" à condição de "cidadão", nos termos formulados pela escola sociológica paulista, discrepava do modo pelo qual Freyre entendia o processo de democratização brasileira. (CARVALHO, 2002, p. 32)
>
> [...] O tema é o da liberdade em sociedades hierárquicas, na chave consagrada por Montesquieu em sua conhecida defesa da monarquia constitucional como forma preferencial de governo, e adotado por Nabuco, [...] Com Freyre, porém, esse tema reaparece desvestido da sua conotação imediatamente política, sendo apenas um modo de enfatizar a sua opção pela liberdade, dado ter sido ela um valor que o Brasil 'selecionara' no momento da sua ocidentalização. (CARVALHO, 2002, p. 32-33)

Os temas de Freyre, segundo este mesmo texto de Maria Alice Carvalho seriam "assimilação, reconhecimento e integração sociais", "uma defesa do patrimônio da liberdade social brasileira", e não o tema da igualdade.

> [...] dada a singularidade da nossa trajetória, a democratização no Brasil deveria corresponder a uma institucionalização das possibilidades de mobilidade e integração sociais, além da afirmação da nossa natureza mestiça, cujo significado, nesse caso, extrapolaria a sua expressão meramente racial para se revelar, inteiro, uma defesa do patrimônio da liberdade social brasileira, sobre a qual se poderia erigir uma verdadeira democracia.
>
> Para Freyre, o resultado da modernização operada na passagem da ordem rural para a urbana, desde o século XIX, teria sido o que se pode chamar de uma "democratização social" sem uma institucionalidade política correspondente – ou, segundo o autor, o que seria pior: o aprofundamento da democracia social acompanhado do aniquilamento da hierarquia que era funcional àquele sistema e mesmo estruturante dele. O diagnóstico é, aliás, bastante próximo do que Nabuco apresenta sobre a modernização brasileira e a solução institucional republicana. Para este autor, quando caiu a monarquia caiu o cimo de um edifício hierárquico, já corroído embaixo pela substituição da 'aristocracia de maneiras' das elites tradicionais nordestinas pelo "instinto utilitário" dos novos fazendeiros do café, para os quais o escravo não correspondia mais àquela figura doce, alegre e, sobretudo, próxima do seu senhor, apresentando-se, antes, "como mero instrumento de colheita" [NABUCO, 1999, p. 164 CARVALHO, 2002, p. 33]. É nesse sentido que, segundo Nabuco, a proclamação da república representaria uma ruptura, um corte com a tradição reformadora das elites do Império, afirmando-se como um gesto fundador de uma outra e "nova" história, inspirada no racionalismo jusnaturalista do jacobinismo francês [CARVALHO, 2000]. A ênfase da república brasileira no igualitarismo, que, para Nabuco, sempre resultaria na demagogia ou no terror, deixou de contemplar a possibilidade de um caminho processual de mudanças, de afirmação progressiva da liberdade, que tornasse a esfera pública permeável aos valores "republicanos" do ocidente moderno sem uma ruputura com a tradição, isto é, sem uma revolução republicana. Entre a vontade geral rousseauneana e a liberdade anglo-saxã, Nabuco optava, claramente, pela segunda – e os ecos dessa opção ressoam na obra de Gilberto Freyre. (CARVALHO, 2002, p. 33-34)

Penso, portanto, que Maria Alice Carvalho se assenhora aqui de um debate maiúsculo relativo às interpretações sobre o Brasil, cujos desdobramentos se mostraram definidores do nosso destino político.

Concordo que prevaleceu em Freyre, como em Nabuco o tema da liberdade sobre o da igualdade, e as conseqüências disto não são poucas. Ainda assim, advogo que ambos os autores também se dedicaram ao tema da igualdade, se a ela relacionarmos o elemento democrático. Penso que este tema está muito presente em Freyre em todo o seu elogio à miscigenação que, no entanto não se esgota nesta variável, indo muito além do âmbito que o tema da igualdade, ou seja, aqui na chave da democracia, nos oferece, abrindo sua interpretação para questões que só o âmbito da liberdade permite. Vejo como crucial a questão de Joaquim Nabuco sobre a possibilidade da ênfase no igualitarismo degenerar em demagogia ou terror. Experiências não faltam, inclusive entre nós, das conseqüências da junção de ficções racionalistas com jacobinismo. O difícil é encontrar a medida política entre a necessária participação, cada vez mais ampliada, do demos com sua característica capacidade de igualar os homens em suas chances de influência e de introduzir o inédito na esfera pública, com a também indispensável estabilidade desta mesma esfera pública, só possível com uma ordem pactuada entre os homens em torno da coisa publica, da res publica, onde a liberdade de criar o imprevisível adquire conseqüência, através da liberdade política de criar um corpo político estável. Isto significa a criação de um lugar de permanência, politicamente produzido, sobre um ambiente de mutantes negócios humanos. Ou seja, o casamento entre democracia e república, tema dos mais desafiantes das ciências políticas, no plural sempre, sobre o qual Maquiavel nos legou instigante reflexão. Recorro a um texto de minha autoria, WAGNER, (2002) em que abordo exatamente este assunto, confrontando Antonio Negri e Hannah Arendt em torno de Maquiavel, explorando a contracena entre poder constituinte, o lugar por excelência da democracia e o poder constituído, o âmbito privilegiado da res publica, ou da república, para circunscrever melhor o argumento.

Ao definir o poder constituinte como crise e, especialmente, ao indentificá-lo com o conceito de política, no sentido da criação do inédito, do imprevisível, Negri confirma o conceito de política de Hannah Arendt, cujo sentido é a liberdade dos homens de criar o inesperado, colocando a natalidade como tema central da política. Ambos reconhecem a importância do tema da mudança em Maquiavel, para quem a

única verdade apreensível pela razão humana era a mutação. Limitam-se aí as concordâncias, já que suas abordagens apontam em Maquiavel ênfases distintas, o que os leva à conclusões bastante diversas. Negri opera com uma ênfase quase exclusiva no aspecto do fomento da mutação por Maquiavel, amparando-se nas três estruturas da verdade embutidas no seu pensamento político. A primeira seria o reconhecimento da permanente mutação a que está submetido o mundo dos homens. A segunda refere-se à busca de neutralizar esta lógica através da articulação entre a prudência e as armas. Estas duas primeiras, portanto, dizem respeito à verdade como contemplação da mudança e à verdade como ação sobre a mudança. A terceira observa que a ação sobre a mutação, por seu turno, também modifica a mutação a que somos submetidos, que nos domina. A mutação tem infinitas combinações, envolvendo traços de continuidade e a expressão de rupturas. Para NEGRI (1994) o fundamental em Maquiavel é reconhecer o papel da agência humana na mutação. Ou seja, Maquiavel supera o naturalismo ao considerar que a mutação é, também, definida pela ação dos homens, realçando o papel da política. Ele politiza e historiciza a mutação, retirando-lhe o caráter de destino inexorável. A determinação do destino se faz, também, com a ingerência da ação dos homens. A virtù expressaria, exatamente, a iniciativa dos homens, enquanto a fortuna se reportaria ao âmbio da mutação que sofremos passivamente, ou seja, ao âmbito dos desígnios naturais que condicionam a vida humana. Esta ação dos homens, no entanto, não é capaz de contornar a contingência, já que o ingresso inevitável do novo sempre introduz a possibilidade do inédito, do imprevisível. Esta condição mantem, portanto, a política na ordem do dia, exigindo da ação dos homens um esforço de produzir politicamente referências estáveis, capaz de minimizar os efeitos destrutivos da mutabilidade constante. Negri explora de Maquiavel exclusivamente o aspecto da mutação, especialmente a que é fruto da “ação humana” (utilizo o termo “ação humana” e não “ação dos homens” para realçar a opção de Negri de encarnar no príncipe novo o primeiro sujeito científico coletivo, portador da mudança). A potência criadora está no poder constituinte da virtù, opondo-se à fortuna, que Negri associa ao poder constituído. Mas o que ele captura como central para o seu argumento é a virtù associada às armas, ou seja, relaciona o povo armado com o poder constituinte, ainda que ressalte a não resposta, por Maquiavel, à questão sobre a destinação das armas próprias, se para o príncipe ou se para o povo. Omissão que Negri considera como abandono da possibilidade de uma alternativa democrática e que ele mesmo, Negri, vai equacionar pela via do sujeito coletivo “multidão”. Democracia entendida, aqui, como o

permanente processo criativo do povo, ou da “multidão”, como prefere Negri, ou, ainda como a revolução permanente. A tragédia do poder constituinte em Maquiavel é o dilema enfrentado pelo príncipe entre preservar as qualidades morais ou manter a qualquer preço seu Estado e sua potência, expressando o choque entre ação e as circunstâncias, inclusive institucionais, impositivas em que esta se realiza, o que atesta a complexidade irredutível da política.

A valorização do poder constituinte que a iniciativa política encerra é, também, compartilhada por Arendt que, no entanto não associa o poder constituído com a fortuna, mas com a pretensão de conferir permanência e estabilidade ao terreno onde a política, instável, se realiza e onde ocorrem os mutantes negócios humanos. Para ela, este seria, inclusive, o principal interesse de Maquiavel, cuja ênfase nos temas da mudança poderia favorecer uma interpretação equivocada de suas idéias como “uma teoria da mudança política”. A ênfase de Maquiavel, na sua intepetração, se concentraria, exatamente, no inalterável ou invariável, ou naquilo que é permanente e estável, tornando-o um pensador decisivo para a história das revoluções por ser o primeiro a dedicar sua reflexão à possibilidade de criar um corpo político estável, permanente e duradouro. É precisamente a sua visão da instituição de uma nova Itália como uma **renovação** que o distingue dos revolucionários permanentes. Para Maquiavel, como para Arendt, portanto, o poder constituinte não é esvaziado pelo poder constituído, sendo possível compatibiliza-los. É uma compreensão que, ao não contrapor democracia à república, recusa este argumento de Negri, inspirado numa certa ortodoxia marxista e classista, que desqualifica a idéia republicana, considerando como única versão possível de república a institucionalização burguesa de um conjunto de direitos formais. Esta tese de Antonio Negri (1994), está imbuída da idéia de que o conflito deve ser resolvido pela eliminação, pela canibalização do adversário, ou pelas armas, desqualificando a preocupação com a consolidação de uma esfera pública onde o conflito é admitido como condição para a ocorrência da política, ou seja, do diálogo. A idéia de uma esfera pública que abrigue a política não significa o requerimento de consensos, até porque a complexidade dos conflitos dificilmente propiciará facilidades neste sentido. O que está em questão é a posibilidade de conjugar a invenção do demos com o cultivo da polis. Isto significa que democracia e república podem ser compatíveis, ao contrário do que Negri sugere. A própria experiência brasileira, concordando com Nabuco e Freyre, tem confirmado esta possibilidade, deixando de

lado o dilema entre ruptura e continuidade, abrindo espaço, inclusive, para se falar em uma “esfera pública à brasileira” (isto quando reconciliados com a nossa herança ibérica portuguesa) de conteúdo democrático e republicano, acolhedora da iniciativa criadora e participativa do demos no interior de um ambiente de regras republicanas estáveis, porém acessíveis a mudanças, onde a política encontra terreno fértil para ocorrer.

Considero que Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna tangenciam este debate entre Negri e Hannah Arendt, talvez mais próximos do campo de Negri pelo peso da idéia de um sujeito coletivo, o Estado, na produção de elos sociais solidários. No entanto, esta proximidade também é relativa. A introdução por Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna da questão da solidariedade pela via do corporativismo, prévio ao próprio Estado, sujeito coletivo que irá arbitrar os conflitos corporativos, tem o importante aspecto do reconhecimento de conflitos o que atenua a “vontade geral” numa “vontade de todos”, afastando-os em parte da idéia de sujeito coletivo indivisível. Apesar deste importante aspecto, eles aproximam-se da idéia do patrimonialismo social de recorrer ao Estado como o ente articulador social, já que também consideram o Estado como promotor central da coordenação social, ainda que os autores destaquem os mescanismos solidários baixados pelo Estado às organizações corporativas. Um exemplo desta afinidade com o patrimonialismo social é a compreensão com grau importante de convergência a respeito do que foi o Estado pós-Revolução de 30, especialmente após 1937.

> Nos anos de 1930, quando a agenda modernizadora se torna reflexiva, parcela significativa dos intelectuais pôde fazer do público uma alavanca para a expansão da ordem privada. Nesse programa de intervenção, reconhece-se a legitimidade da dimensão dos interesses, desde que comprometidos com valores públicos – o lucro deveria se revestir de uma função social –; e o mercado, especialmente o de trabalho, deveria asentar-se sobre uma ordem jurídica que viesse a harmonizar os diferentes conflitos em disuputa VIANNA, W. L. 2000 *apud* VIANNA & CARVALHO, 2002, p. 17)
>
> O mundo engendrado pela fórmula corporativa será, por definição, o cenário dos intelectuais – entre eles, na qualidade de operadores da sua contínua reprodução, os do Judiciário Trabalhista e os da alta burocracia do Ministério do Trabalho. Francisco Campos, Gustavo Capanema, Agamenon Magalhães, dentre os dirigentes políticos do regime corporativo, foram exemplares no cumprimento do papel de ordenação das relações entre o público e o privado, exercendo funções de elaboradores da vontade comum a partir da expressão do particular manifesta na sociedade civil. (VIANNA & CARVALHO, 2002, p. 17)
>
> Como se tem afirmado, as matrizes para esse civismo não procederiam da sociabilidade, e sim do centro político, do exercício de uma pedagogia orientada para traduzir os diferentes conflitos em linguagem republicana, entendida esta como **expressão da vontade geral interpretada pelos dirigentes políticos do Estado. O campo desta tradução será o Direito do Trabalho e as instituições dedicadas à jurisdição daquele mundo, lugar**

> **de cooperação de onde irradiar-se-iam, sob a direção ético-moral do Estado**, os valores cívicos. As instituições da forma corporativa deveriam se constituir, por excelência, no campo da publicização do privado e da conversão do indivíduo em cidadão de uma ordem articulada a partir de funções sociais – a do empresário, a do trabalhador etc. O artigo 135 da Constituição de 1937 enunciava o ponto com clareza, ao sustentar que o "jogo das competições individuais" devia ser subsumido ao "pensamento dos interesses da Nação, representado pelo Estado".
> Assim, no momento em que se lançam as bases efetivas para a modernização burguesa do país, ela se faz acompanhar de uma proposição que estatui, sob a mediação de uma vontade geral pressuposta na representação do Estado, a noção de interesse bem compreendido. Evidente, porém, que a correta compreensão desse interesse surge como resultado de uma ação reflexiva de intelectuais de Estado, especializados em compor interesses privados com os da nação, e não como derivação natural de padrões de cooperação social entre indivíduos. (VIANNA & CARVALHO, 2002, p. 18, grifo meu)

Quando o social ascende à esfera pública e a qualifica, como analisa Hannah Arendt é quase uma conseqüência uma interpretação como esta de Werneck Vianna e Maria Alice Carvalho. O que surpreende é o fato de Gilberto Freyre ter observado outras relações na sociedade brasileira capaz de lhe atribuir uma distinta possibilidade de inserção moderna, tangenciando, inclusive, outros conceitos de república e democracia, em que a *respublica* responde pela estabilidade adquirida por meio de leis politicamente produzidas e a democracia é o lugar da invenção política. É bom que fique bem claro que estamos diante de um potencial, de possibilidades que, no entanto, se amparam numa enraizada tradição. Tradição de se valer de diálogos produtivos para enfrentar conflitos duros e viabilizar alternativas que, preservando um lugar estável para a política ocorrer, ou seja, um lugar para a manifestação dos conflitos, muitas vezes exacerbados no limite da ruptura. Tradição que também admitiu ou assimilou as inovações introduzidas pelo *demos*. Trata-se, portanto, de potencial e possibilidade que se alicerçavam na força de uma tradição equilibradora de antagonismos, capaz de preservar uma esfera pública estável, num mundo moderno em conturbação, exacerbação de conflitos e segmentação social. Neste sentido, estamos diante de uma possibilidade democrática, e republicana também, muito distinta da que hoje é observada por CHOMSKY (1999) como "democracia defeituosa" americana, instituída

> de cima para baixo que mantém as estruturas tradicionais de poder, basicamente as empresas e seus aliados, no controle efetivo na nação. (CHOMSKY, 1999, p. 9)
> Por longos períodos, a participação do público no planejamento e na implementação das políticas públicas foi bastante marginal. Esta é uma sociedade dirigida para a atividade empresarial, e os partidos políticos durante muito tempo têm refletido os interesses das empresas.
> Uma versão desse ponto de vista que na minha opinião tem muita força é o que o cientista político Thomas Ferguson chama de "teoria da políticia como investimento". Ele acha que o Estado é controlado por coalizões de

> investidores. Para participar da arena política é preciso ter recursos e poder suficientes para integrar uma dessas coalizões (CHOMSKY, 1999).

O conceito de democracia que emprego, portanto, se aproxima do de Negri de poder constituinte, bem como da idéia de liberdade, implícita no sentido de política tal como a compreende Hannah Arendt, mas considero importante a associação deste conceito com o de república, como via política de constituição de espaços públicos ou de criação de institucionalidades estáveis que nos garantam contra a existencialmente insuportável instabilidade permanente. A associação destes dois conceitos pondera a tese negriana de apenas poder constituinte, gerando permanentes instabilidades, pela incorporação de um necessário poder constituído, gerador de estabilidades indispensáveis para a instável política ocorrer. É esta associação entre democracia e república que encontramos na interpretação de Gilberto Freyre, se considerarmos a sua compreensão que conjuga o reconhecimento da existência de uma sociabilidade brasileira democratizante inovadora com a valorização de um apreço brasileiro por continuidades e tradições que nos asseguram ambientes de estabilidade.

Com a sociologia de Gilberto Freyre conseguimos uma senha para penetrar em experiências brasileiras, para além das prescrições corretivas das interpretações patrimonialistas, independente do polo em que se fixam para suas análises, ora o Estado, ora a Sociedade, como elementos originadores do nocivo patrimonialismo que teria interditado o desenvolvimento moderno brasileiro.

Sem escuta para referências de sociabilidade solidárias que constituíram argamassa importante na constituição da sociedade brasileira, a ponto de moderar, como elemento de coordenação social, a lógica sistêmica do mercado e do Estado, que quase inelutavelmente apela para sujeitos coletivos como elementos ordenadores, interdita qualquer possibilidade distinta de ser moderno. Ou seja, uma modernidade que não seja balizada exclusivamente pelo econômico e pelo interesse desagregador, este sim promotor de todo tipo de patrimonialismo, mas também orientada por referências solidarizantes que se manifestaram quando nos reconciliamos com nossa tradição ibérica de equilibrar antagonismos, em contraponto ao predomínio de experiências orientadas por teses copistas que desconsideraram, entre outras, as circunstâncias também agregadoras da nossa própria sociabilidade e apostaram apenas no mercado ou no Estado como soluções coordenadoras para uma sociedade brasileira que interpretavam contaminada por uma original falha formativa desagregadora.

Gilberto Freyre encontrará na sociabilidade dos mucambos e na trajetória de ascensão social do mulato a chave para o novo ajustamento que recuperaria o senso da "brasilidade". Para ele, a ascensão dos mulatos não era mais uma questão isolada, sob os auspícios e a dominação do branco. Havia, agora, um maior e menos individual triunfo dos mestiços, em particular, dos mulatos. Este movimento ganhou significado social. O ponto de Freyre, e o que o distingue das interpreções que nos atribuem uma ausência básica de sociedade capaz de nos conferir a condição de nação, seja pelo sufocamento provocado pelo Estado, seja pela fragmentação original da sociedade, é o reconhecimento de uma sociabilidade oriunda dos mucambos, cuja solidariedade não apenas garante os elos constitutivos de uma sociedade intra-mucambos, mas extravasa, para além destes, contaminando e definindo o conjunto da sociedade. Esta sociologia freyreana reconhece, portanto, a existência de uma sociedade, que tem naquela sociabilidade solidária dos mucambos um importante elemento de coordenação e a base mesmo de uma nacionalidade. Junto com o mulato, cuja mobilidade e movimentação adquirem caráter social, esta sociabilidade solidária funciona como ponte para o conjunto da sociedade, desempenhando importante papel na sua articulação e definição e na formatação da nacionalidade. Penso que estes dois elementos ponte são as conexões para se pensar a possibilidade de constituição de uma esfera pública republicana e democrática.

A república dos mucambos, como Freyre qualificara a experiência dos quilombos, "pela primeira vez desabrochara no Brasil o senso de solidariedade mais largo que o de família, a capacidade de associação sobre base [...] cooperativista" (FREYRE *apud* ARAÚJO, 1994, p.164). Freyre associa a sociabilidade miscigenadora com os "quilombos", o que para Benzaquem ilumina a dignidade e a independência daquela experiência compartilhada, em relação à nobreza patriarcal, e, também, acentua o caráter duradouro e estável daquela tradição popular. A herança desta tradição, pela sua força, exerceria influência para além dos mucambos urbanos, alcançando mesmo as mansões, também assediadas por um processo de colonização oriundo dos mucambos, que as contamina com esta sociabilidade solidária. Mucambos e mansões foram mediados pela figura central do mulato e também por aquele tipo de sociabilidade fraternal herdada dos quilombos. Mas isto, não significa, de forma alguma, uma síntese ou o resgate de uma tradição holística. Penso ser mais consistente com o pensamento de Freyre, que o conduz, inclusive, ao conceito de "república dos mucambos", destacar

uma vocação democrática, de conteúdo pluralista, inscrita nesta sociabilidade solidária, poderosa o suficiente para influenciar, ou mesmo "colonizar" as mansões e dar o tom da nacionalidade brasileira e possibilitar uma experiência política democratizante e republicanizante. Sociabilidade esta que foi capaz de gerar experiências efetivas de caráter democrático e republicano em certas circunstâncias da vida política brasileira, algumas das quais serão analisadas neste trabalho e que vão na contra-mão de modernas experiências que suprimiram o caráter político da esfera pública pela promoção do econômico à esfera pública, dominada por restritos grupos privados travestidos em entes ou sujeitos coletivos com pretensão de representação do interesse geral.

> "Para esta relativa estabilização de traços como que provisoriamente combinados e não, propriamente, para uma "síntese cultural" que importe em alguma coisa de definitivo, de brônzeo, de estatuesco, de acabado, é que se dirigem também as culturas diversas que vêm concorrendo para a formação brasileira, mais pela reciprocidade que pelo choque de antagonismos."(FREYRE, 2002b, p. 686)

Teríamos, portanto um processo de modernização peculiar, dado pela existência de elementos mediadores – a sociabilidade solidária dos mucambos e o mulato, encarnando, agora, uma mobilidade de caráter social, e não mais individual. É esta mediação que, penso, tem força para inibir o sacrifício de diferentes tradições, colocando a possibilidade da convivência pluralista, porém não holística, nos marcos de uma ordem de padronizações excludentes, além de oferecer a perspectiva de coordenação social solidária, onde prevalece o interesse atomizante. O acolhimento do diferente não caracteriza, no meu entender, como holista o pensamento de Freyre, como sugere Jessé Souza em seu livro *A modernização Seletiva*. Sua abordagem destaca Freyre como formulador de uma hierarquia holística que admite lugar para todos, especialmente pela via da ascensão individual do mulato, resumindo a este caminho a resolução da questão democrática. (SOUZA, 2000a, p. 250) Penso que esta leitura, ao privilegiar o aspecto sadomasoquista apresentado em *Casa Grande e Senzala* como legado do tipo de escravidão moura, transmitida por Portugal, minimiza outros aspectos largamente realçados em *Sobrados e Mucambos* – a sociabilidade solidária dos mucambos e a ascensão social, e não mais apenas individual, do mulato – elementos chave de mediação na redefinição social que ocorre com a modernização iniciada nos primórdios do século XIX. Para justificar seu argumento da modernização seletiva, Jessé Souza enfatiza o legado do sadomasoquismo que, equilibrando elementos de proximidade e distância, provocaram um processo de modernização, cuja singularidade, para ele, é conjugar elementos de assimilação e segregação, que definiriam o caráter

seletivo da modernização brasileira. Mesmo partindo da tese do seletivismo da modernização brasileira, excludente de parte significativa da população, mergulhada na pobreza, em contraste com os seletos grupos incluídos numa ordem moderna, coordenada pelas instituições "impessoais" e "universalizantes" do estado e do mercado, considero que esta tese seria bastante enriquecida e também questionada, especialmente, pela admissão do outro aspecto realçado por Freyre – o da sociabilidade solidária. O que me faz destacar este outro aspecto da sociologia freyreana é a possibilidade de explorar o potencial e as repercussões desta sociabilidade solidária em alguns dos caminhos percorridos pelo Brasil, já parte inequívoca, e ao mesmo tempo singular, do Ocidente moderno.

A mediação desta sociabilidade solidária, tal como formulada por Freyre, é o elemento que tem potencial para moderar, no Brasil, a cultura ocidental moderna "caracterizada pela amplitude e eficácia da tecnologia e pela tendência à racionalização de todas as dimensões da vida social" e até mesmo aplacar a sua crise, que no âmbito da sociedade se manifesta "desde a Revolução Industrial pela falta de coesão entre os grupos sociais e o isolamento do indivíduo". (MERQUIOR, 1972, p. 11)

A opção por aprofundar estes aspectos da obra de Freyre, tem por objetivo explorar a discussão sobre o conteúdo da esfera pública moderna e como esta sociabilidade solidária brasileira pode repercutir, ou repercutiu, em certos momentos de nossa história política, inclusive sobre a definição da esfera pública brasileira moderna. Embora tenha uma afinidade com Jessé Souza no propósito de questionar as teses da inadequação brasileira às modernas instituições "impessoais" e "universais", buscando, no caso deste trabalho, questionar não só a propriedade de se falar em inadaqueção, o que nos colocaria na condição de pecadores originais sem perdão, mas, também o próprio conteúdo do que é "impessoal" ou "universal" nas modernas instituições do mercado e do estado, distancio-me de Jessé Souza na escolha do Freyre que nos ampara o argumento. O Freyre que Jessé Souza adota tem o objetivo de realçar um Brasil seletivamente enquadrado nesta modernidade, enquadramento que nos propiciaria os bolsões de prosperidade e progresso.

Prefiro a via de análise que possibilite a investigação para além dos sistemas Estado e mercado de coordenação social, priorizando o papel de uma sociabilidade, singularmente brasileira, oriunda do mundo da vida, cujos elementos de solidariedade observados por Gilberto Freyre, oferecem outros caminhos de coordenação social com

desdobramentos, efetivos e possíveis, na constituição de uma esfera pública à brasileira, republicana e democrática. Penso, inclusive, que o questionamento sobre o significado de "impessoalidade" e "universalidade" das modernas instituições do estado e do mercado, sob influência cada vez mais forte de entes privados que se pretendem públicos, colocando em cheque a possibilidade mesmo da generalização, ou democratização do que é hoje seletivo, evidencia a idéia de que a prevalência de uma modernização seletiva não é um problema exclusivamente brasileiro.

Peço licença para usar uma longa citação de Noam Chomsky que desenvolve, exatamente, este ponto da seletividade das modernas economias capitalistas, especialmente no que tange à política.

> [...] Hume intrigava-se com "a facilidade com que a maioria se deixa governar pela minoria, a implícita submissão com que os homens entregam" os seus destinos aos governantes. Isso lhe parecia surpreendente, porque "a força está sempre do lado dos governados". Se as pessoas se dessem conta desse fato, revoltar-se-iam e derrubariam os seus senhores. Sua conclusão foi a de que o governo se baseia no controle da opinião, princípio que "se estende a todos os governos, dos mais despóticos e militarizados aos mais livres e populares".
> Hume subestimou, seguramente, a eficácia da força bruta. Uma versão mais precisa é a de que quanto mais "livre e popular" é um governo, mais necessário se torna o controle da opinião para garantir a submissão aos governantes.
> Que o povo deva se submeter é algo dado como certo por todas as correntes. Numa democracia, o governado tem o direito de consentir, mas nada além disso. Na terminologia do pensamento progressista moderno, a população pode ser "espectadora", mas não "participante", à parte a ocasional escolha de líderes representativos do autêntico poder. Essa é a arena política. Da arena econômica, que é onde se determina a maior parte do que acontece na sociedade, a população em geral deve ser totalmente excluída. Aqui o público não tem nenhum papel a cumprir, de acordo com a teoria democrática dominante.
> Essas hipóteses foram contestadas ao longo da História, mas os problemas ganharam uma força especial **desde a primeira irrupção da democracia na era moderna, na Inglaterra do século 17**. A agitação da época costuma ser descrita como um conflito entre o rei e o parlamento, porém, como acontece tantas vezes, uma **grande parte da população não queria ser governada por nenhum dos pretendentes ao poder, mas por "gente da terra, gente igual a nós, que sabe das nossas necessidades", como diziam os panfletos da época, e não por "cavaleiros e fidalgos" que não sabem das aflições do povo" e não farão mais do que "nos oprimir".**
> **Essas idéias preocupavam enormemente "os homens bons", como estes se autodenominavam: "homens responsáveis", na terminologia moderna**. Eles **estavam dispostos a conceder direitos ao povo, mas dentro de certos limites, e sempre que por "povo" não se entendesse a turba desordenada e ignorante**.
> [...] **Os fundadores da pátria reproduziram os sentimentos dos "homens bons" britânicos quase que com as mesmas palavras. Como diz um deles: Quando digo o público refiro-me apenas à sua parte racional. Os ignorantes e vulgares estão tão despreparados para julgar os métodos [do governo] quanto para controlar as [suas] rédeas." "O povo é uma 'grande' fera que precisa ser domada", declarou Alexander Hamilton**.

Os agricultores rebeldes e independentes tiveram de aprender, às vezes, pela força, que os ideais expressos nos panfletos revolucionários não eram para ser levados ao pé da letra. **As pessoas comuns não deviam ser representadas por gente da própria terra, gente como elas, que conhece as aflições do povo, mas por fidalgos, comerciantes, advogados e outros "homens responsáveis", a quem se podia confiar a defesa dos privilégios.**

A doutrina dominante foi claramente **expressa pelo presidente do Congresso Continental e primeiro presidente da Corte Suprema, John Jay: "**As pessoas a quem o país pertence devem governá-lo." Ficava, no entanto, uma **pergunta: a quem pertence o país?** Essa **pergunta foi respondida pela ascensão das grandes empresas privadas e das estruturas concebidas para protegê-las e defendê-las, ainda que continue não sendo um trabalho fácil obrigar o público a se manter no papel de espectador.**

[...] O grande arquiteto dessa ordem foi o astuto pensador político **James Madison**, cujas opiniões prevaleceram em ampla medida. Nas discussões sobre a Constituição, **Madison observou que, se na Inglaterra as eleições "fossem abertas a todas as classes de indivíduos, a riqueza dos proprietários de terras correria perigo. Cedo viria uma lei de reforma agrária", concedendo terras aos que não a possuem. O sistema constitucional deve ser concebido de modo a evitar esse tipo de injustiça e "assegurar os interesses permantens do país", que são os direitos de propriedade.**

Há, dentre os estudiosos de Madison, um consenso de que "a **Constituição foi um documento intrinsecamente aristocrático, concebido para conter as tendências democráticas da época", conferindo poder aos "melhores" e excluindo os que não eram ricos, bem-nascidos ou proeminentes no exercício do poder político (Lance Banning). A responsabilidade primeira do governo "é proteger a minoria opulenta da maioria", declarou Madison. Esse tem sido o princípio orientador do sistema democrático, desde suas origens até os dias de hoje.**

Em público, Madison falava dos direitos das minorias em geral, mas é bem claro que tinha em mente uma minoria em particular: a "minoria opulenta". **A teoria política moderna enfatiza a crença de Madison de que "num governo livre e justo, tanto os direitos da propriedade como os das pessoas devem ser eficazmente protegidos"**. Aqui também vale a pena analisar a doutrina com mais atenção. Não existem direitos da propriedade, mas direito à propriedade, ou seja, direito das pessoas que têm propriedades. [...] O princípio de Madison, portanto, é o de que o **governo deve proteger os direitos das pessoas em geral, mas também proporcionar garantias adicionais e especiais para os direitos de uma classe de pessoas, a dos detentores de propriedade.**

Madison previu que a ameaça democrática se tornaria provavelmente mais forte com o tempo por causa do crescimento "da parcela dos que irão labutar sob as agruras da vida e alimentar secretas aspirações de uma distribuição mais igualitária de suas bênçãos". Madison temia que essas pessoas ganhassem influência. Estava preocupado com os "sintomas de um espírito de nivelamento" que já começara a aparecer e alertava "para o perigo vindouro" se o direito de voto colocasse o "poder sobre a propriedade nas mãos de quem não a possui". "Não se pode esperar simpatia suficiente para com os direitos da propriedade da parte de quem não tem propriedade nem a esperança de obtê-la", explicou Madison. Sua solução era conservar o poder político nas mãos dos que "provêm da riqueza da nação e a representam", o "conjunto dos homens mais capazes", e deixar o público em geral fragmentado e desorganizado.

[...] Vejamos o exemplo do Brasil, "o colosso do sul". Visitando o país em 1960, o presidente Eisenhower assegurou aos brasileiros que "o nosso sistema de iniciativa privada com consciência social beneficia todo o povo, sejam proprietários ou trabalhadores... Em liberdade, o trabalhador brasileiro está feliz, demonstrando as alegrias da vida sob o sistema democrático". O

embaixador acrescentou que a influência dos Estados Unidos havia quebrado "a velha ordem na América do Sul", trazendo-lhe "idéias revolucionárias como o ensino universal e obrigatório, a igualdade perante a lei, uma sociedade relativamente sem classes, um sistema de governo responsavelmente democrático, a livre competição empresarial [e] um fabuloso padrão de vida para as massas".

Mas os brasileiros reagiram duramente às boas novas trazidas pelos seus tutores do norte. **As elites latino-americanas são "como crianças", informou ao Conselho de Segurança Nacional o Secretário de Estado John Foster Dulles, não possuem "quase nenhuma capacidade de autogoverno".**

[...] Em outras palavras, achamos difícil induzir o povo a aceitar a nossa doutrina de que os ricos devem pilhar os pobres, um problema de relações públicas ainda não resolvido.

[...] Dois anos mais tarde, o Secretário de Defesa Robert McNamara informou a seus pares que "em seu conjunto, as políticas dos Estados Unidos em relação aos militares latino-americanos atingiram eficazmente os seus objetivos". Elas haviam aumentado "a capacidade de segurança interna"e estabelecido "o predomínio da influência militar norte-americana". Os militares latino-americanos compreenderam as suas tarefas e estão preparados para cumprí-las, graças aos programas de ajuda e treinamento militar do governo Kennedy. Essas tarefas incluem a derrubada de governos civis "sempre que os militares considerarem a ação dos governantes nociva à prosperidade da nação". Tais ações militares são necessárias "no ambiente cultural latino-mericano", explicaram os intelectuais de Kennedy. E podemos estar seguros de que essas ações serão executadas de modo apropriado, agora que os militares "compreendem e se orientam para os objetivos dos Estados Unidos". Isso garante um resultado positivo na "luta revolucionária pelo poder entre os principais grupos constitutivos da atual estrutura de classe" na América Latina, resultado que protegerá o "investimento privado [e o comércio] norte-americano", "fundamento econômico" que é a essência do "interesse política dos Estados Unidos na América Latina".

Esses são os documentos secretos: no caso, do liberalismo de Kennedy. O discurso público, claro é totalmente diverso. Limitando-nos a ele, aprendemos muito pouco sobre o verdadeiro significado da "democracaia" e sobre a ordem global dos anos passados; e do futuro também, porque são as mesmas mãos que continuam segurando as rédeas.

Os estudos mais sérios não deixam margem a dúvidas sobre os fatos básicos. Os Estados de Segurança Nacional instalados e apoiados pelos Estados Unidos são discutidos num importante livro de Lars Shoultz, um dos maiores especialistas em América Latina. O objetivo desses Estados, nas palavras de Shoultz, era "a destruição permanente de uma ameaça percebida à estrutura existente de privilégios socioeconômicos, **por meio da eliminação da participação política da maioria", a "grande fera" de Hamilton.** Na sociedade norte-americana, o objetivo é basicamente o mesmo, embora os meios sejam diferentes.

[...] Minhas observações sobre as raízes madisonianas dos conceitos dominantes de democracia foram injustas num importante aspecto. Tal como Adam Smith e outros fundadores do liberalismo clássico, Madison era pré-capitalista e, em espírito, anticapitalista. Ele esperava que os governantes fossem "estadistas ilustrados" e "filósofos benevolentes", cuja sabedoria era o meio mais eficaz de distinguir os verdadeiros interesses de seu país". Eles "aprimorariam"e "ampliariam"a "visão pública", resguardando os verdadeiros interesses da nação contra o "mal" das maiorias democráticas, porém com sabedoria e benevolência.

Madison passou a pensar de outra forma quando a "minoria opulenta" começou a usar o poder recém-adquirido de uma forma muito parecida com a que Adam Smith previra há alguns anos. Ela tratava de buscar o que Adam Smith chamou de a "máxima vil" dos proprietários: "Tudo para nós, nada para os outros. "Em 1772, Madison alertou para o fato de que a **ascensão do**

estado capitalista desenvolvimentista estava **"colocando o interesse privado no lugar do dever público", levando "à dominação real de uma minoria sob a liberdade aparente da maioria".** Deplorava "a ousada depravação dos tempos que correm"em que os poderes privados "se transformam em guarda pretoriana do governo – ao mesmo tempo seu instrumento e seu tirano – seduzidos por suas liberalidades e intimidando-os com clamores e conluios". Eles lançavam sobre a sociedade esta sombra que chamamos de "política", como mais tarde observou John Dewey. Um dos maiores filósofos do século 20 e figura de proa do liberalismo norte-americano, **Dewey disse que a democracia tem pouco conteúdo quando os grandes negócios governam a vida da nação** por meio do controle dos "meios de produção, de troca, de publicidade, de transporte e de comunicações, reforçados pelo domínio da imprensa, das agências de notícia e de outros meios de publicidade e propaganda".

[...] Muitas mudanças aconteceram nos últimos duzentos anos, mas as **advertências de Madison apenas se tornaram ainda mais justas, ganhando um novo significado com a implantação, no início do século 20, de grandes tiranias privadas a que foram concedidos extraordinários poderes, notadamente pelos tribunais**. As teorias elaboradas para justificar essas **"entidades de direito coletivo"**, como são às vezes chamadas pelos historiadores do Direito, **baseiam-se numa idéia** que também subjaz ao fascismo e ao bolchevismo: a **de que as entidades orgânicas possuem direitos acima e além dos direitos das pessoas**. Elas são beneficiárias de "liberalidades" concedidas por Estados sobre os quais têm amplo controle, tornando-se seus "instrumentos e tiranos", conforme a frase de Madison. E **conquistaram substancial controle sobre a economia nacional e internacional, bem como sobre os sistemas de informação e doutrinamento**, o que nos remete a outra preocupação de Madison: a de que "um governo popular, sem informação popular ou sem meios para adquiri-la, não é senão o Prólogo de uma Farsa ou de uma Tragédia; talvez de ambas". CHOMSKY, 1999, p. 5_ a 60)

[...] Mas não é fácil domar a grande fera. **Não poucas vezes se pensou que o problema estava resolvido, que o "fim da história" fora alcançado numa espécie de utopia dos senhores**. Um momento clássico foi quando, na origem da doutrina neoliberal, em começos do século 19, David Ricardo, Thomas Malthus e outras grandes personalidades da economia clássica anunciaram que o **maior mal que a nova ciência havia provado, com a certeza das leis de Newton, que o maior mal que se pode fazer aos pobres é querer ajudá-los e que o melhor presente que podemos oferecer às massas sofredoras é livrá-las da ilusão de que têm direito de viver. A nova ciência havia provado que as pessoas não têm outros direitos além daquilo que podem obter no mercado de trabalho não regulado**. Na década de 1830, parecia que essas doutrinas haviam levado a palma na Inglaterra. Com o triunfo do pensamento de direita a serviço dos interesses industriais e financeiros britânicos, o povo da Inglaterra foi "obrigado a trilhar um experimento utópico", escreveu Karl Polanyi em sua obra clássica, A Grande Transformação [...]. Foi o mais "impiedoso ato de reforma social" de toda a história – prosseguiu – que "esmagou milhares e milhares de vidas". Mas surgiu um problema inesperado. As massas embrutecidas começaram a chegar à conclusão de que 'se nós não temos direito de viver, vocês não têm o direito de governar'.

[...] Também nos Estados Unidos, os 'alegres anos 1890', há pouco mais de um século, foram aclamados como "a perfeição" e "o final". E nos 'felizes anos 1920' do século seguinte era firme a crença na idéia de que o trabalho fora esmagado para sempre e a utopia dos senhores alcançada – numa "América sumamente antidemocrática, criada por sobre os protestos de seus trabalhadores", diz David Montgomery, historiador da Universidade de Yale.

[...] Imediatamente após a II Grande Guerra, o mundo dos negócios lançou uma imensa campanha de propaganda para recuperar o que perdera. No fim dos anos 1950, existia uma ampla crença de que o objetivo fora atingido.

> Havíamos alcançado o “fim das ideologias” no mundo industrial, escreveu na ocasião Daniel Bell, sociólogo de Harvard.
> [...] A Comissão Trilateral, fundada por David Rockfeller em 1973, dedicou o seu primeiro grande estudo à “crise da democracia”, que atingiu o mundo industrial no momento em que amplos setores da população tentaram adentrar a arena pública. Os mais ingênuos talvez pensem que se tratava de um passo em direção à democracia, mas a Comissão entendia que havia um “excesso de democracia” e aspirava à restauração dos tempos em que “Truman foi capaz de governar o país com a ajuda de um número relativamente pequeno de advogados e banqueiros de Wall Street”, como comentou o relator norte-americano. [...] A fim de superar a crise da democracia, a comissão propôs formas de restaurar a disciplina e fazer com que o público em geral retornasse à passividade e à obediência.
> [...] A partir dos anos 1970, mudanças na economia internacional puseram novas armas nas mãos dos senhores, dando-lhes meios de mutilar o odiado contrato social conquistado pela luta popular.
> [...] Nas democracias capitalistas de estado, a arena pública foi ampliada e enriquecida por uma longa e penosa luta popular, enquanto o poder privado concentrado trabalhava para restringi-la. Esses conflitos formam uma boa parte da História moderna. O modo mais eficaz de restringir a democracia é transferir a tomada de decisões da arena pública para instituições não sujeitas ao controle público: reis e príncipes, castas religiosas, juntas militares, ditaduras de partido e grandes empresas modernas.
> [...]A “construção da América das sociedades anônimas” ao longo do último século foi um ataque à democracia – e aos mercados, é parte da transformação de algo que se assemelhava ao “capitalismo” nos mercados fortemente administrados da moderna era do Estado e das S.A. (CHOMSKY, 1999, p. 67-68, grifos meus).

A avaliação de Chomsky nos permite destacar algumas questões. Uma questão decisiva é a dos interesses abordada do ponto de vista de pesos e contrapesos para controlar os efeitos do facciosismo. Este remédio da ponderação de interesses de fato favorece previsibilidades, por conta da possibilidade de pactuações recíprocas, ao limitar o interesse fazendo-o conviver com outros interesses. Esta é a idéia do pluralismo americano, ou melhor, a da democracia moderna, em que o ator é um ator shumpeteriano, deliberando sobre agendas restritas, numa retratação do declínio do homem público. Como cada indivíduo pode se juntar com outros indivíduos e formar variados grupos de interesses, a tendência pode ser a proliferação de facções ou de grupos de interesse, pela afiliação múltipla e superposta de um mesmo indivíduo. Talvez até pudesse o indivíduo, filiando-se a diversificados grupos de interesse, compor uma percepção mais ampla do conjunto da vida social e política, mas ainda assim, seria questionável que pudesse compor uma visão integradora da esfera pública, ou da *pólis*, condição que permitiria qualificação do indivíduo como cidadão. A idéia da democracia shumpeteriana talvez se valha destes indivíduos convertidos em membros de múltiplas associações, capazes de falar da maneira mais douta sobre os assuntos mais fúteis propiciando, assim, um ambiente mais favorável para a domesticação do conflito

faccioso, porém não o seu equacionamento por pactuações políticas públicas de caráter efetivamente republicano.

Também a questão das entidades de direito coletivo abordada por Chomsky como tiranias privadas, suscita a questão de sujeitos coletivos, aqui no lugar do ninguém da mão invísivel do mercado, mas, par perfeito com o sujeito coletivo tirânico "maiorias". Chomsky as associa ao fascismo e ao bolchevismo se referindo à precedência que estes conferiam às entidades orgânicas cujos direitos estavam acima e além do direito das pessoas. Concordo com Chomsky que estas sintetizações em entes coletivos são subjacentes aos fascismos e bolchevismos, pois os sujeitos coletivos são elementos constitutivos dos autoritarismos e dos totalitarismos.

A abordagem de Chomsky também nos permite reconhecer que a modernidade seletiva não é problema exclusivo brasileiro, mas extrapola nossas fronteiras. Usando o argumento de Chomsky percebemos que os selecionados podem se apresentar de diferentes formas. Tanto pode a minoria seleta aparecer sob a forma do ninguém que ocupa o vácuo participativo, escondida atrás da mão invísivel do mercado, quanto pode se manifestar sob a "maioria" convertida em sujeito coletivo. Ambas a formas colocam em risco a pluralidade indispensável para a ocorrência da política e de uma esfera pública republicana

A sociabilidade solidária de Gilberto Freyre se ampara, ao contrário, exatamente numa lógica anti-síntese, favorecendo uma alternativa para o "mal das maiorias", identificado por Tocqueville, bem como para os "males sintetizadores", por se constituir em e estimular as relações pluralistas, anti-sintetizadoras ou anti-holísticas por definição.

As duas questões abordadas – 1) a do declíneo do homem público numa sociedade moderna orientada hegemonicamente pelo interesse e 2) o problema da seletividade como parte do processo modernizador ocidental, e não apenas como algo circunscrito ao Brasil – são úteis porque podem ser ponderadas e/ou contrastadas, no caso brasileiro, com a cultura política de "equilibrar antagonismos" e com a sociabilidade solidária diagnosticadas por Freyre. Vejo a sociabilidade solidária como outro elemento de coordenação social, para além de, e/ou concomitante às coordenações realizadas pelos sistemas Estado e mercado. Elemento que teve importante papel nestas experiências mais inclusivas, ainda que não inteiramente enquadráveis no cardápio moderno orientado hegemonica e/ou exclusivamente pela lógica econômica do interesse

e pela seletividade. Acolher como elemento de análise esta idéia de sociabilidade solidária e de "equilíbrio de antangonismos" de Freyre, significa, pois, reconhecer a forte presença deste DNA em experiências políticas e sociais de nossa história que incluiram em sua agenda o tratamento da exclusão e nos qualificaram, nos momentos em que nos reconciliamos com nossa herança ibérica, como uma alternativa moderna, republicana e democrática, voltadas, também, para o tema da inclusão.

Penso que "equilibrar antagonismos" é quase uma tautologia de *res*pública, por evidenciar atributos, como a vocação para o diálogo e para a negociação, que considero condições para uma esfera pública republicana. "Equilibrar antagonismos" significa, também, preservar continuidades, introduzindo a importante questão da convivência entre o novo e o velho, vital para a estabilidade mutante da esfera pública. A ausência de conexões causais, impedindo referências mínimas que permitam aos homens um ambiente de alguma previsibilidade e estabilidade, ainda que sejam passíveis de alterações pela ação humana, provoca uma situação existencialmente insuportável. Era exatamente a esta situação limite que Primo Levi se refere, quando relata a perda completa de referência, experimentada nos campos de concentração nazistas, quando era absolutamente impossível prever qualquer atitude dos mandantes do campo, cujas ordens não se apoiavam em lógica alguma, impedindo qualquer possibilidade de reação elaborada. É nesta chave que a vocação brasileira de preservar continuidades em ambientes de mudança torna-se tão importante.

Neste sentido, é possível sugerir que elementos da tradição brasileira identificados por Gilberto Freyre, como a vocação dialógica e a sociabilidade solidária, pela reciprocidade que está nela inscrita, se aproximam daquela idéia do contrato romano, tal qual apresentado por Hannah Arendt,

O apreço por realizar rupturas em ambientes de continuidade, ou seja, a capacidade de unir o novo e o velho também tem afinidades com um modo republicano romano de lidar com a questão da perecibilidade ou da mutabilidade dos negócios humanos, unindo os novos e os velhos, ou seja, valorizando continuidades em meio a inexorável renovação e inovação. Como lembra Hannah Arendt, referindo-se à idéia de "que a mudança preside todas as coisas mortais" era uma noção que prevaleceu nos últimos séculos da Antiguidade e

> teve uma maior afinidade com as interpretações clássicas gregas, filosóficas e mesmo pré-filosóficas, do que com o espírito clássico das res publica romana. Em contraposição aos romanos, os gregos estavam convencidos de

> que a mutabilidade, ocorrendo no mundo dos mortais, e na medida em que todos eram mortais, não podia ser alterada, pois estava baseada, em última análise, no fato de que os jovens, que eram ao mesmo tempo "os novos", estavam constantemente invadindo a estabilidade do *status quo*. Políbio, que foi talvez o primeiro escritor a ter consciência do fator decisivo de gerações que se sucedem umas às outras através da História, enfocou os assuntos romanos com uma perspectiva grega, ao salientar esse constante e inalterável ir-e-vir no campo da política, embora soubesse que o **objetivo da educação romana**, em contraste com a grega, **era unir "os novos" aos velhos, fazer com que os jovens fossem dignos dos ancestrais.** (ARENDT, 1990, p. 22 e 23)[2]

Ao frisar as experiências que nos reconciliam com nossa história ibérica também devo realçar que a recusa desta história interpretada pela negatividade, por seu turno, nos proporcionou outro tipo de experiência que gerou fortes rupturas com este modo conciliador de encontrar soluções e que inscreveu uma matriz autoritária no país que, uma vez decantada, também produziu uma tradição.

Eduardo Prado foi dos primeiros a compreender isto quando afirmou no seu *Fastos da Dictadura Militar no Brasil* que:

> 3 O Imperador D. Pedro II elevou o nível intellectual de seu paiz, sendo um rei civil. Ora, o Brasil, em vez de uma sociedade seria hoje um quartel, si o Imperador fosse, não um rei constitucional, mas um major instrutor corôado.
> [...] o divórcio do Imperador das cousas militares, entendidas á hespanhola, foi o que salvou a civilisação brasileira, mas foi o que perdeu a Monarchia. Num paiz sem instrução, onde a brutalidade da desordem militar devia primar sobretudo, a Monarchia conseguiu, desde logo, formar a preponderancia do elemento civil, cousa que na América latina, só o Chile conseguiu muitos anos depois, e que a Argentina só ultimamente parece ter realisado.
> E não se diga que era tarefa fácil essa de prescrever a paz interna pelo refreiamento da caudilhagem.
> A prova disso é que, ao fim de meio século, essa paz desaparece subitamente e o caudilhismo resurge no Brasil, depois de se ter afogado a si mesmo em sangue nos paizes mais adeantados da América latina.
> [...] No tempo do Imperador, quando o soberano resistia aos ministros, si estes insistiam, a Corôa cedia.
> Hoje, quando o marechal Deodoro pensar em um modo e os seus ministros de outro, quem cederá? A espada, que não tremeu ao ser desembainhada contra as instituições que o general jurara defender, não precisará mesmo reluzir de novo para fazer emudecer e sumir-se debaixo do pó da terra os novos ministros, talentosos patriotas, mas patriotas desarmados.
> Quem garante ao Brasil que a revolução de 15 de novembro será a última? (PRADO, 1902, p. 16 a18)
> [...] diferentes militares são nomeados governadores das províncias, ou antes dos Estados – porque o Brasil, imitando o México, Venezuela e a Colombia de outro tempo, tambem se chama Estados Unidos, como os Estados Unidos por excellencia, que, com a arrogância que lhes é própria, não temerão, de certo, ser confundidos com quaesquer outros Estados unidos. (PRADO, 1902, p. 10)
> [...] hoje, si viver sem leis, sempre á merce do capricho alheio, é viver sem liberdade – póde afirmar-se que, no Brasil, não há senão escravos. (idem, p. 49)

[2] Grifo meu
[3] A ortografia é a original do livro

> [...] o esquecimento do direito, a força como lei e o capricho feito systema levam sempre os governos ao absurdo das contradições e preparam para os Estados a ruina. (op. cit.;)
> O poder civil tem hoje bastante energia e bastante patriotismo para suprimir qualquer tentativa de militarismo. (op. cit.;)

Porém, esta experiência em equilibrar antagonismos, também entre o novo e velho, que perpassou tanto o Estado como a sociedade, conjugada à sociabilidade solidária, nos calçou de um potencial democrático e republicano, ainda que nem sempre tenha prevalecido. Potencial que, no entanto, se efetivou em soluções políticas inclusivas nos momentos em que nos reconciliamos com nossa própria história e não nos subtemos a copismos exóticos. Soluções estas que indicam uma possível resposta sempre ao alcance, já que inscrita na nossa experiência, a uma das questões vitais da política – a da instabilidade congênita dos negócios humanos e que as revoluções modernas colocaram em evidência ao buscar substitutos para a autoridade evaporada com a nova situação. Quanto à variável democrática deste potencial, o que se insinuava como potencial democrático durante o período colonial – a experiência da miscigenação – adquire um significado quando da ascensão social do mulato. É um novo que é admitido no âmbito social, de maneira gradativa sim, seletiva também, porém efetiva. É esta interpretação que leva Gilberto Freyre à compreensão de que o tom da modernização brasileira não foi definido apenas pela padronização excludente daquele primeiro período de reeuropeização, mas também pelo papel inclusivo da sociabilidade agregativa, ou solidária, dos mucambos, capaz de colonizar mesmo o ambiente das mansões através deste elemento mediador, o mulato. Ou seja, mesmo vivenciado uma modernização excludente, faz-se presente uma figura social nova, cujo ingresso na esfera pública significa, por si só, um processo democratizante pluralista. A variável republicana, por outro lado, pode ser bem representada pelo apreço singular à ordem, cuja sustentação era operada pelo jogo permanente de equilíbrio entre inovações e permanências e pelo cultivo de uma ordem política civil que teria "salvo" a nossa civilização das rupturas violentas ao estilo da América espanhola, como nos sugere Eduardo Prado, e cuja base era o diálogo político.

Considero significativas as consequências da adoção deste tom da modernização brasileira como um aspecto a ser enfatizado nos desdobramentos políticos e nas soluções dos conflitos que se sucederam na vida brasileira moderna. A análise dos eventos políticos que serão focalizados – o processo abolicionista, a campanha civilista, e as experiências de "democracia com povo" do governo Pedro Ernesto no Rio de

Janeiro e, um pouco, as experiências políticas dos governos JK e Jango – pretende realçar uma trajetória brasileira difícil de se enquadrar nos modelos interpretativos que advogam a nossa inadequação no ser moderno, e busca abordá-las pelo foco do papel desempenhado por certa herança ibérica miscigenadora e pluralizante que propriciou se originasse dos mucambos um tipo de sociabilidade de conteúdo solidário, que extravasou para o conjunto da sociedade, e que nos permite pensar numa potencialidade, que se realizou quando prevaleceu a lógica daquela sociabilidade e ponderou a seletividade e a excludente lógica do interesse modernos. Tarefa árdua, reconhecendo-se que as teses patrimonialistas que polarizam as interpretações sobre o Brasil decantaram na sociedade brasileira, como bem destacou Jessé Souza no seu trabalho *A modernização seletiva*, promovendo uma "auto-imagem dominante", com repercussões não apenas nas idéias que nos interpretam, mas na "prática social e política" (SOUZA, 2000a, p. 207).

Linhagens de pensadores brasileiros afirmaram a nossa inviabilidade, ou por considerarem nossa sociabilidade fragmentada, sem a coesão capaz de nos conferir a condição de nação, ou por atribuir ao Estado bragantino, especialmente após sua instalação no país em 1808, um centralismo inibidor das iniciativas privadas da sociedade. A nossa história seria, portanto, uma sucessão de fracassos, advindos de uma incapacidade congênita de romper com esta herança patrimonialista ibérica, impregnada no país, quer seja por uma sociedade fragmentada, quer por um Estado centralizador. Prevalece a idéia de que somos marcados pela ausência de rupturas com este passado, que precisa ser refutado com radicalidade, e por soluções por cima, em movimentos de autoria exclusiva das elites. O que nos permite o pensamento de Gilberto Freyre é uma saída interpetativa que nos propricie um afastamento em relação a este dilema dicotômico, que nos aprecia, sob a ótica de um e de outro pólo, como inviáveis.

CAPÍTULO 3

Desconstruindo Polarizações -

Potencial Democrático e Republicano na Interpretação Freyreana

Ao destacar o aspecto solidário da sociabilidade brasileira, ao lado do elogio à nossa capacidade em equilibrar antagonismos, que nos permitiram romper e simultaneamente continuar, ou conjugar invenção/caos e continuidade/ordem, ou em termos negrianos poder constituinte e poder constituido, a interpretação de Gilberto Freyre desconstrói a lógica polarizada que opõe as teorias patrimonialista política e patrimonialista social e realça uma positividade do nosso processo civilizatório.

Sua interpretação contradiz as prescrições que restringem a compreensão da nossa formação ibérica como anti-moderna, percorrendo caminhos para "além do apenas moderno" e realça o fato de ter esta formação criado um ambiente democrático "superior", que permitiu uma incorporação gradual das idéias modernas de democracia sem romper com a tradição ibérica. Permitindo-nos, talvez, certa preservação do ideal heróico ou da *paidéia* clássica de que nos fala Merquior. Ou, melhor, possibilitando-nos uma proteção contra uma "ética de correção do mundo" (MERQUIOR, 1972, p. 43).

O ponto central deste capítulo é discutir a potencialidade democrática e republicana da nossa formação, quando reconciliados com o melhor da nossa herança ibérica, sendo ao mesmo tempo modernos, conseguimos afirmar uma trajetória republicana e democrática. Trajetória que contrasta, no que tange a este conteúdo republicano e democrático, com as alternativas que tem se pautado em referências teóricas que recusam positividade a esta herança e a concebem como algo anacrônico, a ser descartado porque promotor da nossa inviabilidade em tempos modernos. Penso, ao contrário, ser exatamente esta herança que nos possiblita, em sendo modernos, experimentar uma esfera pública republicana e democrática, numa modernidade que, marcada pela lógica do interesse, fortemente influenciada por modelos racionais abstraídos das circunstâncias, tem se notabilizado por soluções política e socialmente seletivas. Isto significa ir além da restrição imposta pela polarização Estado/Sociedade que condiciona as possibilidades brasileiras a projetos de modernização que se pautem ou pelo requerimento de um Estado forte para compensar uma ausência de sociedade, como nos propõe o patrimonialismo social, ou pela exigência de um mercado capaz de

realizar a coordenação "social", obstruída pelo Estado, como nos sugere o patrimonialismo político.

O pensamento de Gilberto Freyre ora se aproxima, ora se distancia de distintas interpretações do Brasil, o que chama atenção para seu equilíbrio analítico e torna atraente a sua escolha como indicador de um caminho não polarizador. É possível, por exemplo, aproximar a sua intepretação da visão de historiadores como von Martius e Varnhagen – que consideravam o Estado a grande peça unificadora e civilizadora do Brasil – no que diz respeito à valorização de todo um legado português, inclusive, no apreço ao papel ordenador, e no caso de Gilberto Freyre, também democratizador do Estado, como nos sugere Maria Alice Carvalho:

> Desde a publicação de Casa Grande & Senzala, leitores e críticos têm apontado, eventualmente, suas semelhanças em relação à historiografia nacional do século XIX, elaborada, como se sabe sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [REIS, 1998]. Afirmam que, tal como os historiadores do passsado, Gilberto Freyre acabou respondendo as indagações formuladas por von Martius no seu clássico Como se Deve Escrever a História do Brasil – memória vencedora de um concurso promovido pelo Instituo e publicada em 1845. A observação, aliás, não é de todo imprópria se considerado o fato de que, ainda por volta da década de 1920, era o texto de von Martius a peça de referência da produção intelectual sobre a identidade do Brasil, arrastando consigo uma legião de polemistas, mais ou menos famosos mais e menos identificados com aquele receituário de uma "história patriótica"do país. (CARVALHO,2002, p. 4)
>
> Pode-se dizer, então, que o tema nacional, entendendo-se por "nacional" a especificidade da civilização luso-brasileira, e o tema racial – ambos presentes em Casa Grande & Senzala – haviam despontado no século XIX, permanecendo, contudo, enquanto existiu o Império, subordinado à defesa política de um Brasil unido, monárquico, cristão, lutando contra a mútua desconfiança entre as províncias, contra a fragmentação do território e a agitação republicana.
>
> [...] Depreende-se, pois, que do programa de von Martius emergiriam representações da identidade brasileira que a tomavam como [...] continuação dos sucessos logrados pela ação civilizatória dos portugueses. Essa, por exemplo, a perspectiva de Adolfo Varnhagen, em sua História Geral do Brasil, publicada entre 1954 e 1857, na qual se encontra a prescrição de um Brasil reconciliado com a sua origem e confiante em uma monarquia destinada a superar desafios semelhantes aos enfrentados pelos monarcas lusos, nos três continentes sobre os quais estenderam o seu domínio – um Brasil, em síntese, como sinônimo de um grande império, como um "outro Portugal".
>
> Segundo Varnhagen, para a consecução desse projeto nacional seriam necessários o aperfeiçoamento das "gentes vagabundas" que os portugueses encontraram aqui e, sobretudo, a constituição de um centro político forte que impedisse o desregramento dos brancos em contato com tantos vícios, [...] Aos negros, o autor dedica poucas passagens, considerando a escravidão, ao mesmo tempo um insulto à humanidade e uma sorte para milhões de africanos que, arrastados para cá, puderam ser bafejados pela civilização cristã [...] Toda a sua argumentação, porém, se fosse necessário caracterizá-la a partir de um eixo estruturador, gira em torno da defesa da centralização política como uma forma necessária de engenharia institucional, dadas as características naturais e sociais do Brasil, bem como a inépcia dos governos

> locais. Nesse sentido, a separação do Brasil de Portugal, assim como os surtos independentistas que a precederam, não seriam considerados "movimentos patrióticos"- expressão que o autor reserva à repressão vinda do centro e a todas as iniciativas governamentais que garantiram a continuidade do "Brasil colonial" após 1822. (CARVALHO, 2002, p. 5-6)
>
> [...] esse ânimo de gratidão efetiva à Monarquia e de confiança no elemento dinástico como capaz de paternal ou maternalmente estender à gente de cor a proteção necessária ao seu desenvolvimento em parte viva de uma democracia social e não apenas política, um espírito que, na gente mestiça ou negra mais humilde do Brasil, vinha de longe. Recordou-o Joaquim Nabuco ao destacar daquele negro íntegro que foi o primeiro Rebouças estas considerações na verdade expressivas sobre a atitude da Monarquia no Brasil para com aquela mesma gente: a Corte Portuguesa, desde dias remotos, "por meio de seus sábios ditames, promulgados em leis", procurara "a favor dos homens de cor, combater e extinguir inteiramente" toda prevenção "contra seu acidente, criada e posta em voga nos países coloniais". Daí o interesse especial que, segundo Rebouças, "os mulatos" deviam ter na "guarda e defesa da monarquia constitucional": instituição que não seria "tão precisamente necessária a outros cidadãos brasileiros". (FREYRE, 2000b, p. 194)

As citações acima nos ajudam a esclarecer as afinidades e contrastes entre as estas interpretações, em que pese a evidente dissintonia de Gilberto Freyre com análises fixadas em apenas um polo, seja o institucional estatal ou o social. Há realmente um apreço comum daquelas historiografias oitocentistas e de Gilberto Freyre pelo legado português. Mas, ficam aí as semelhanças. O que é esta Ibéria lusa para a sociologia de Gilberto Freyre não pode ser contido em polarizações redutoras. Primeiro, porque é uma sociologia que insiste no reconhecimento do elemento democrático na formação brasileira. Segundo, porque ela é capaz de identificar estes traços democratizantes na esfera do social, mas, também, na do Estado. É uma compreensão elástica, portanto, e que libera o pensamento para atentar para a existência de um jogo de mão dupla entre sociedade e Estado, marcado por referências democratizantes. As relações sociais, para Gilberto Freyre, não se limitam à mera função do "sistema de produção econômica" que agrupa os segmentos sociais por elos de classe ou corporativos e tendente a cristalizar polarizações entre vencedores e vencidos. A sua sociologia é sensível para outros elos sociais, promotores de "zonas de confraternização" entre senhores e escravos, e que, para Gilberto Freyre, foram os responsáveis pela "novidade" da "solução brasileira". (CARVALHO, 2002, p. 12) Solução que guarda uma marca democratizante importante e está impregnada de outros elementos de coesionamento social, para além do Estado. Há, portanto, aqui, uma discrepância significativa com o pensamento do patrimonialismo social, em especial com as teses de Oliveira Vianna já que para este o Estado era a única agência civilizadora e unificadora de uma base social fragmentada em torno de clãs, oligarquias e caudilhos locais. O Estado era, portanto, o avalista exclusivo da "primazia do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da

‘legalidade’ sobre a força”. (CARVALHO, 2002, p. 16) Até compartilho das críticas de Oliveira Vianna sobre a República Velha, questão que abordarei adiante, no que diz respeito ao seu “exotismo político” e ao seu empenho copista em enquadrar as novas instituições no modelo americano, mas, discordo do seu entendimento de que com a instauração da República, a unidade nacional estaria perdida para o individualismo atomizador, já que ainda existiam outros elos a cimentar a sociedade. Mas, é preciso reconhecer que esta avaliação é uma consequência previsível da sua interpretação, para a qual só existiam Estado e indivíduo, e a sociedade era apenas uma quimera irrealizável, se dependesse apenas da sociabilidade centrífigua que, para ele, caracterizava nossa formação. Como insisto, também, na conveniência de não menosprezar a problematização a respeito da experiência republicana, especialmente, no que se refere à instalação de um modelo racionalmente abstraído de nossa circunstância e que prescrevia correções que nos livrassem do legado do Império. Oliveira Vianna, ao tempo em que elogia este legado pela sua referência de ordem e unidade nacional, atribui, ao mesmo legado luso a nossa hobbesiana sociabilidade, em que prevaleciam indivídiduos dissociados e o poder privado dos clãs. O contraste com estas interpretações afirma a qualidade plástica inédita do pensamento de Gilberto Freyre, que é capaz de enxergar atributos democráticos, e eu diria, republicanos também, tanto na sociabilidade solidária de uma sociedade híbrida, como nas instituições do Estado. O Estado, para ele, é também um ambiente democrático e a sociedade, por outro lado, também porta recursos de coesão e unidade, através de outros elos, culturais e sociais, que dão argamassa à nação brasileira.

Por isto a obra de Gilberto Freyre é aproximável e distanciável de distintas interpretações do Brasil como, por exemplo, o é de um outro plantel de interpretações que procuraram compreender e valorizar a sociedade e uma sociabilidade brasileiras. As afinidades de sua obra com Varnhagen no que diz respeito à importância do legado português, são simétricas à incompatibilidade do seu pensamento com classificações como a do mesmo Varnhagen rotulando o povo aqui encontrado pelos portuguêses de “gentes vagabundas” que precisavam de aperfeiçoamento. O elogio ao processo miscigenador que formou uma sociedade com marcas culturais que ele valoriza o aproxima de outras correntes interpretativas, como nos alerta Maria Alice Carvalho.

> Apesar dessas coincidências de fundo entre ***Casa Grande & Senzala*** e a escola histórica oitocentista, alguns autores, como Astrojildo Pereira preferiram recepcionar a obra de Gilberto Freyre como herdeira de outra tradição intelectual, liderada também por um historiador brasileiro que,

igualmente nascido no século XIX, era, contudo bastante distinto, e mesmo crítico de Varnhagen: Capistrano de Abreu [CHACON, 1993 *apud* CARVALHO, 2002, p. 8]

[...] Se na década de 1850, Varnhagen concebera a história nacional como um instrumento de consolidação monárquica, uma peça de legitimação do Estado imperial, nos primeiro anos do século XX, quando Capistrano se dedicou a "redescobrir"o país, ela será orientada no sentido de uma inédita valorização do povo, de suas lutas e costumes.

É certo que, naquele contexto, a inteligência brasileira desejava romper com a tradição de "*uma história patriótica*", vale dizer, uma visão laudatória que as elites imperiais tinham de si e do país, entendido como simples extensão dos seus domínios, como realização exclusiva da sua atividade. Desviara-se, por isso, para a observação da gente comum e de sua atribulada existência nas cirunstâncias de um país em formação, e não de um país que herdara uma longeva história, cujas origens remontavam à unificação portuguesa e à sua saga. Almejava-se, enfim, a construção de um "novo" futuro, e não o simples aperfeiçoamento de um passado tomado de empréstimo. Tal objetivo, porém, esbarrava no pessimismo que dominava a ilustração brasileira, à medida que os intelectuais nativos começavam a assimilar as teorias deterministas em voga na Europa e, com elas a descrença quanto à possibilidade de uma civilização miscigenada nos trópicos. Dessa tensão, que, não raro, se traduziu nos termos de uma oposição entre os "fatos locais" e "as leis gerais do desenvolvimento", nutriu-se, de diferentes modos, a obra de toda uma geração de construtores do Brasil, que incluía Silvio Romero, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim e o próprio Capistrano de Abreu. [...] Seus protagonistas, ademais, constituem uma massa anônima de pequenos heróis, [...] O legado dessa mudança de enfoque não passaria desapercebido, décadas mais tarde, aos historiógrafos brasileiros, cuja preocupação em estabelecer linhagens interpretativas identificou na obra de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907, a antecipação de alguns temas freyreanos: a casa grande e a senzala alçados à condição de personagens da história nacional, a docilidade a a alegria dos negros, sobretudo os domésticos, a temperar as relações entre senhores e escravos, [...] a mestiçagem como matriz de um tipo humano sagaz e audacioso, que explicaria a ascensão social e econômica de alguns mulatos especiais.

A história nacional narrada por Capistrano explicitará, pois, em primeiro lugar, um corte com a tradição, uma recusa à memorialística produzida pelo IHGB, não tendo mais no passado um guia eficiente para o futuro.

[...] Essa caracterização que, provavelmente, terá inspirado, décadas mais tarde, as aproximações formuladas por Astrojildo Pereira entre Gilberto Freyre e Capistrano de Abreu. Para Astrojildo, ele próprio empenhado em recuperar o valor histórico do povo e das lutas sociais no Brasil, o elo de ligação entre eles residia, primeiro, na recusa à centralidade do Estado na organização da vida nacional. A sociedade lograra obter destaque no pensamento brasileiro e emergia como entidade capaz de iniciativa e, potencialmente, de auto-organização. A obra de Gilberto Freyre oferecia argumentos de sobra à sua inclusão nesse campo intelectual, como atesta a ênfase que o autor confere à gestão familiar da colonização, contra a perspectiva, mais difundida, do comando estatal do empreendimento lusitano: "*No Brasil [...], as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador [...], mas de corajosa iniciativa particular. [...] A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil [...] caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. [...]* ***A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio é o grande fator colonizador no Brasil [...], a força social que se desdobra em política****, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar*". (FREYRE, 1998, *apud* CARVALHO, 2002,18-19, grifos meus)

Ao prosseguir investigando o grau destas proximidades e distâncias da obra de Gilberto Freyre com historiografias e interpretações que, de um lado, prestigiam o Estado, como o grande centro coordenador e aglutinador da nacionalidade brasileira, e, por outro lado, focaliza o seu interior e destaca o papel de sua gente na formação desta nacionalidade, vai se confirmando, agora que invertemos a polarização em prol da sociedade e sua gente, quão inglória seria a pretensão de confinar, em qualquer que fosse o polo, o pensamento de Gilberto Freyre. Dificuldade que se afirma quando introduzimos na comparação as teses patrimonialistas social e política.

Avalio que as interseções entre as historiografias do século XIX e as teses do patrimonialismo social – primeiro bloco –, bem como entre as interpretações do início do século XX, de Euclides e Capistrano, e as teses do patrimonialismo político – segundo bloco –, se restringem, no caso do primeiro bloco, à apreciação positiva sobre o papel do Estado e no do segundo bloco à depreciação ou secundarização deste papel, associado ou não, a uma valorização da sociedade. Euclides dá "passagem à idealização de uma nação sertaneja, que, uma vez abortada, legava ao futuro um projeto nacional baseado na conciliação da evolução étnica e civilizatória dos brasileiros" (ZILLY, 1999 *apud* CARVALHO, 2002, p. 10). "Até lá, o país seguiria fragmentado e inconcluso, cindido entre o sertão e o litoral, o atraso e o moderno, a autenticidade do Brasil "de dentro" e o artificialismo de uma civilização de copistas, debruçada sobre o Atlântico. [...] "o episódio de Canudos se constituiria em um mito da nação futura, movendo o pensamento brasileiro para regiões inóspitas à vida e, até então, à reflexão" (CARVALHO, 2002, p. 10). Capistrano, por sua vez, apresenta quase uma dupla mensagem entre o diagnóstico que apresenta e o prognóstico que sugere. Primeiro ele sinaliza positivamente, chegando mesmo a identificar um embrião de nação ao enaltecer a saga daquele povo mestiço que já na luta contra os holandeses se insinuara como nação brasileira, para depois adotar um tom negativista sobre o futuro deste povo, muito similar ao que orientaria Oliveira Vianna, frisando sua "incapacidade para a vida social, o desinteresse pela coisa pública, o gosto desmedido pelas coisas materiais, a tradição centrífuga, a índole acomodável e a ineficácia histórico-política". (CARVALHO, 2002, p. 10) Mesmo Oliveria Vianna não adota um tom inteiramente negativo a respeito da história social brasileira, reconhecendo aspectos positivos do legado ibérico na formação do patriciado rural: "a herança da família lusa [...] é realmente a mais bela escola de educação moral do nosso povo" (VIANNA, 1997, p. 147) No caso de

Euclides e Capistrano, como vimos, não se trata apenas de uma sinalização positiva na avaliação do que é este povo, ainda que com certas reservas, mas, principalmente, de terem introduzido a gente comum como elemento central de análise. Por outro lado, teria o patrimonialimso político afinidades com estas teses que deram primazia à sociedade em suas análises, num contrapeso à sua crítica ao Estado? Penso que no limite é possível admitir, como campo comum entre o patrimonialismo político e as interpretações de Euclides e Capistrano, um desapreço pelo polo do Estado e uma avaliação negativa deste. Isto, no entanto, não chancela conclusões precipitadas quanto à convergência em torno do elogio, ou ao menos de benevolência, em relação à nossa gente. Pelo contrário, a crítica incisiva que, por exemplo, Tavares Bastos faz ao patrimonialismo do Estado não implica num simétrico elogio à sociedade. O programa de Tavares Bastos vai além da crítica a um Estado ibérico que deve ser removido. Há um requerimento de mudança também da sociedade. Para viabilizar a sua proposta de liberdade pela via da descentralização, a sociedade precisa ser corrigida, ou adequada pela imigração, no intuito de qualificar-se para a moderna sociedade competitiva. Ao destacar este aspecto que considero relevante por dar o tom da avaliação de Tavares Bastos sobre a sociedade brasileira, não tensiono simplificar a obra de Tavares Bastos que apresenta, também, sugestões importantes de reformas, algumas reveladoras da sua preocupação com as condições de vida da população. Entre as questões que levanta está a necessidade de enfrentar o problema escravagista, a necessidade de reforma agrária, a urgência de reforma educacional como solução para nível precário de instrução da população, a reforma do Poder Judiciário, a reforma do sistema representativo, além de outras propostas na linha do que o liberalismo tradicionalmente já empunhava, como a descentralização política e administrativa. Porém, este seu "social liberalismo" não concede elogio ao que temos de sociedade real. As reformas que propugna não admitem esta sociedade real como ponto de partida a ser valorizado. A sociedade precisa ser mudada para que seu projeto de Brasil funcione.

> Tavares Bastos coincide com Alberdi e Sarmiento na desvalorização dos setoreos subalternos nacionais. Sustentava a superioridade da população imigrante, na expectativa de que a população nacional se transformasse pelo efeito demonstração exercido por aquela.
> [...] O realismo do liberal Tavares leva-o ao reconhecimento de que sobre a base da sociedade civil herdada da colônia não há obra de americanização possível, que deve ser concebida como fruto da ação iluminada do Estado em nome da busca da boa sociedade e das exigências civilizatórias. (VIANNA, 1997, p. 141)
> "[...] *é preciso mudar de hábitos, é preciso pôr outra alma no corpo do brasileiro. E eu não conheço senão um meio eficaz para isso, a saber: abrir*

> *francamente as portas do Império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contacto com as raças viris do Norte do Globo, facilitar as comunicações interiores e exteriores, promover a imigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar leis para a mais plena liberdade religiosa e industrial*" (VIANNA, 1997, p. 143)

Portanto, a reforma restritiva do Estado preconizada por Tavares Bastos, por considerar sua cultura patrimonialista ibérica o cerne do nosso atraso, não implica em automática valorização da sociedade civil. Até mesmo Oliveira Vianna, para quem o problema está na sociedade, cuja fragmentação deu origem aos nossos males, admite certa positividade na sociabilidade ibérica brasileira. Como destaca Werneck Vianna, "sua afirmação 'somos distintos' não soa como uma condenação – como nos americanistas –, e sim como uma orgulhosa declaração de princípios do iberismo do autor". (VIANNA, 1997, p. 145)

> A herança da família lusa, profundamente transformada pelo habitat rural, pelo insulamento dos latifúndios, pela dispersão demográfica dos campos, pela necessidade, nos primeiros séculos, da solidariedade na luta, a família fazendeira, tal como nos aparece no IV século, é realmente a mais bela escola de educação moral do nosso povo. (OLIVEIRA VIANNA, 1974 *apud* VIANNA, 1997, p. 147)

As comparações acima procuram iluminar e discerniar as nuances avaliativas sobre o Estado e a sociedade contidas nas distintas interpretações do Brasil. Com o quadro mais composto, prosseguimos na mesma linha comparativa, agora contracenando as interpretações patrimonialistas com o pensamento de Gilberto Freyre, repetindo o mesmo exercício de aproximação e distanciamento que adotamos ao comparar a sua obra com as historigrafias oitocentistas e com as interpretações que inauguraram, no século XX, o registro da presença do povo em nossa formação. A idéia é, através deste exercício, avançar na compreensão de como estas correntes entendem o Estado, a sociedade, sua relação mútua e a repercussão deste entendimento sobre o seu pensamento a respeito do Brasil.

Começando pelo patrimonialismo social, existiriam afinidades entre Gilberto Freyre e esta corrente interpretativa que atribui ao Estado o papel de coesionador de uma sociedade dissipada pela fragmentação? A afirmação do mais destacado pensador do patrimonilismo social parece nos indicar que sim, ao menos quanto a uma avaliação positiva do reinado de D. Pedro II:

> D. Pedro nos dá meio século de progresso moderado, disciplinado, sadio. Meio século de paz, de tranquilidade, de ordem. Meio século de legalidade, de justiça, de moralidade. Pela atração da majestade imperial, contém o centrifugismo das províncias. Pela ascendência do seu poder pessoal, corrige a hostilidade, a intransigência, o exclusivismo das facções políticas. [...] Pela

> sua honestidade fundamental, pelo seu senso de equidade, pela sua honradez intangível, pela larguesa do seu liberalismo, pelos seus pendores democráticos, reprime o predomínio dos maus instintos, dos maus sentimentos, dos maus preconceitos e dos maus costumes. Durante o meio século do seu reinado, ele exerce, enfim, a mais nobre das ditaduras – aquela "ditadura da moralidade", [...] e que é, sem dúvida, a mais poderosa força de retificação moral, na ordem pública e privada, que jamais conheceu o nosso povo, desde o primeiro século cabralino. (Oliveira Vianna, 1973, p. 226)
>
> O governo parlamentar, como já vimos, é essencialmente um govêrno de opinião, isto é, um governo cuja instituição num dado povo pressupõe a existência de uma opinião pública organizada. Ora, esta opinião pública organizada, capaz de govêrno, nunca existiu aqui, nem hoje, nem outrora; [...] (VIANNA, 1959, p. 18)

Antes mesmo de colocar Gilberto Freyre em diálogo com Oliveira Vianna no que diz respeito à suas visões sobre o segundo Reinado, ou melhor, sobre o Estado brasileiro de então, precisamos discutir alguns pontos levantados por Oliveira Vianna nas citações acima. Mesmo reconhecendo a propriedade da avalição de Oliveira Viana sobre a ascendência do imperador no parlamentarismo de tipo brasileiro, que tinha o presidente do Conselho de Ministros nomeado pelo Imperador, é questionável sua avaliação a respeito do papel desprezível do parlamento no Segundo Reinado. Especialmente se levarmos em conta sua iniciativa em momentos políticos decisivos, como o foi o período da conciliação, bem como sua ação político-legistativa de rompimento gradual das condições que mantinham o sistema escravagista, e, ainda, nas discussões e apresesentação de projeto de reforma eleitoral, como a Lei dos Círculos, de conteúdo democratizante. Contra esta visão de Oliveira Vianna, poderíamos nos valer de Joaquim Nabuco, que ainda chama atenção para a questão da opinião pública, estendendo o foco, também para a sociedade:

> Êsse poder, o Imperador o exercita sempre: 1º) dentro da Constituição; 2º) de acôrdo com as ficções e usos do sistema parlamentar inglês, até onde foi tomado entre nós pelos próprios partidos; 3º) cedendo sempre à opinião e ao sentimento público. "A honra do meu Reinado, só pode ser – cumprir a Constituição que jurei". O que distingue o seu govêrno é o sacramento da forma; desde o dia em que é declarado maior, até o dia em que lhe é intimada a deposição, êle não sai do seu papel de rei constitucional. Também a marcha da política no Reinado, não é obra dêle; êle é apenas o relógio, o regulador; marca a hora ou dá o ritmo. [...] Todo dia, de tôda parte, sua ação individual é anulada pela ação de fôrças sociais, sôbre cujas afinidades, reações e encontros êle não tem domínio, e isso em tal escala que o que êle faz, não tem quase alcance, comparado ao jôgo e à obra das causas cuja atividade lhe escapa, e a maior parte das quais êle nem suspeita.
>
> [...] Se o Imperador inspira e dirige, não governa, entretanto. [...] O soberano não intervém, quase, na máquina política e administrativa, que são os partidos com suas aderências e hierarquias oficiais, seu pessoal e suas transações. [...] deixava aos ministros o patronato político, a distribuição dos empregos entre os seus partidários, a administração dos negócios, a realização das idéias que tinham advogado na oposição. Em muitos ramos êle não tinha intervenção quase: no direito, nas finanças, por exemplo.

> [...] o Imperador, de fato, só tinha a liberdade de alternar os partidos, de passar de um grupo, como estava constituído, para o grupo oposto, nas mesmas condições, escolhendo sòmente, do que era uma liga de chefes, o nome que na ocasião mais lhe agradava. Êles não eram assim ministros do Rei, criaturas do Paço; eram ministros do Parlamento, [...] (NABUCO, v. IV, 1949, p. 108-110)
>
> É êsse o sistema do Império, de 1840 a 1889. A vida política faz-se nas Câmaras, na imprensa, nas províncias, como na Inglaterra; [...] O fato é que dêsse mecanismo dual, monárquico-parlamentar, em que o monarca é um diretor, como o é o Parlamento, em vez de ser uma espécie de autômato das Câmaras, resulta a tranquilidade e a segurança do regímen durante quatro gerações. Se o Imperador não tem a direção suprema; se tem que se limitar a rubricar os decretos que lhe apresentem, e não mudar a situação senão por efeito de eleições contrárias, muito provàvelmente o Segundo Reinado não teria sido mais do que a continuação da Regência, ou a antecipação da República, e o poder imperial, escravo e instrumento da oligarquia, à mercê dos que o sequestrassem, teria desaparecido em poucos anos do remoinho das facções. [...] Nesse extenso período faz nascer a ordem em todo o Império, antes anarquizado, sòmente pela tolerância; restaura o prestígio nacional, que encontrara abatido no Prata, e desafoga a situação do Brasil na América, sòmente pela lealdade e pelo desinterêsse; e, se não cria, cristaliza a união nacional, ainda incerta, sòmente pela coesão da liberdade e confiança recíproca, e pelo constante lapidar da sabedoria política. (NABUCO, v. IV, 1949, p. 112-3)

A questão é redimensionar o papel do parlamento, recuperando algumas de suas inciativas durante o reinado de D. Pedro II. Politicamente, penso que talvez a mais significativa seja a da conciliação, pelo fato de ter apreendido um anseio generalizado da sociedade por uma solução apaziguadora, movido pelo cansaço de lutas fratricidas devastadoras. A proposta política da conciliação surge de líderes políticos como Nabuco de Araújo, demonstrando a efetiva influência daqueles que compunham o parlamento e sua capacidade de corresponder ao anseio da sociedade como afirma o Ministro Paranhos, já em 28 de junho de 1861: “A conciliação não era a concepção abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade”. (HOLANDA, 1976, p. 40)

A conciliação se insinuara já no segundo gabinete do segundo Reinado, de 23 de março de 1841, afirmando-se como proposta no gabinete intalado a 2 de fevereiro de 1844. Ganhou força como “pequena conciliação” no ministério de 5 de maio de 1846, para se consolidar em política efetiva de conciliação no gabinete seguinte, de 22 de maio de 1847, consagrando-se, no entanto, só no ministério Paraná, de 6 de setembro de 1853, vindo a contrair-se com o gabinete de 4 de maio de 1857, presidido, mais uma vez, por Olinda. Porém, Olinda mantinha laços com esta política que reivindicava inaugurada pelo seu gabinete pregresso: “a política da conciliação é o grande programa do atual governo; política que já tem oito anos, foi inaugurada pelo gabinete de 29 de setembro de 1848, do qual era presidente; proclamada, ampla e amadurecida, por um

conservador – Paraná –, pode ser continuada por outro. Se antes havia a luta entre o 'princípio monárquico e o democrático' (conservador e liberal), houve depois a pacificação. Paraná e Caxias são dignos de elogios e devem ser continuados". (HOLANDA, 1976 p. 62-63) Este elogio a Paraná e Caxias e à política de conciliação confirma a dimensão do papel de parlamentares e do parlamento como autores de propostas que agendaram o debate político de então, entre elas a nova legislação eleitoral. Ainda durante o ministério Paraná, após intenso debate foi aprovada lei eleitoral dos círculos, pelo decreto 842 de 19 de setembro de 1855, alterando a lei de 19 de agosto de 1846. Por esta lei buscava-se a representação genuína do país, a expressão do Brasil real. O objetivo era trocar os "deputados de enxurrada" por aqueles que tivessem, de fato, prestígio local, independente de sua condição social, contrariando as teses que criticavam um rebaixamento do nível intelectual do parlamento para que não ficasse à mercê de "questõezinhas de localidade". Mas, o que efetivamento nos interessa, por enquanto, é destacar a iniciativa do parlamento e a capacidade de formulação política de muitos de seus líderes. As palavras do próprio Nabuco de Araújo atestam a importância de um parlamento animado por debates relevantes e habitado por personalidades capazes de formulações:

> Ainda se poder afirmar que a conciliação não é um sistema de govêrno? Só constituem sistema de govêrno as idéias extremas, as idéias absolutas? Entre a conservação absoluta, que vai até a inércia, à imprevidência, à ruína, e o progresso precipitado, não pode haver uma conservação que, obedecendo ao espírito do tempo e da civilização, admita o progresso justificado pela experiência? (in NABUCO, tomo VI, v. IV, 1949, p. 125)

Mais uma vez, é possível perceber, através destes registros, que apenas a sinalização positiva em relação ao Estado não garante convergência sobre o conteúdo da avaliação que fazem sobre o Estado tanto o patrimonialismo social como Gilberto Freyre, além de Nabuco, que em muitas questões, como a valorização da miscigenação e da postura equilibradora de conflitos, foi um precursor de Gilberto Freyre. A compreensão sobre o que foi aquele Estado ibérico, especialmente durante o segundo Reinado envolve diferenças cruciais. A idéia de um Estado com um perfil autoritário, ditatorial mesmo, detendo absoluto controle sobre o parlamento e a vida social do país, como nos sugere Oliveira Vianna é questionada por Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco, quando realçam os aspectos democratizantes do Estado e, no caso de Nabuco, também a iniciativa política do parlamento, destacando seu papel determinante e não apenas subordinado ao pretenso autoritarismo imperial. Submissão, é bom que se diga, muito bem-vinda na análise de Oliveira Vianna, considerando-se que o que estava sendo

subordinado era o espírito centrífugo dos clãs que dominavam o parlamento. Parlamento que, no entanto, foi capaz da proeza política da conciliação, dando um testemunho de capacidade de coesionamento, equilibrando antagonismos aferrados, consagrando o caminho da negociação, ou seja, restituindo a política como um balizador da vida pública. São estas experiências que atestam a existência de um potencial democrático e republicano, e o realizam ao afirmarem uma convivência pluralista, que já se manifestava em 1830, como destaca Gilberto Freyre, citando um artigo de jornal:

> A 30 de julho de 1830, publicava o Cruzeiro, jornal político, literário e mercantil, longo artigo – quase um ensaio – a respeito da questão de forma de governo, no qual já se dizia refletindo o jornal aquela tendência conciliadora numa das cidades mais republicanas do País, vir se conseguindo no Brasil "a reforma dos abusos da Monarquia – absoluta sem ser preciso destruir ou atropelar os Direitos da Realeza..." Nem "os direitos da Realeza", por um lado, nem os dos súditos, por outro. E destacava-se ser o "regímen monárquico moderado" o mais conveniente ao bem-estar do Brasil por ser o mais capaz de favorecer ao mesmo tempo "o desenvolvimento de sua futura prosperidade" – isto é, **do seu futuro progresso**, inclusive o político, **caraterizado pelo progressivo aumento de liberdades e direitos dos súditos** de Sua Majestade, e a **manutenção da "ordem**" no País inteiro. **Precisamente a conciliação que os políticos separatistas da América Espanhola não souberam realizar nas suas várias repúblicas, durante anos em estado de agitação, às vezes terrivelmente sangrenta**. (FREYRE, 2000a, p. 220)[4]

Este é mais um reconhecimento de uma capacidade típica brasileira de conciliar, de moderar, de integrar diferentes, e de buscar uma ordem expressiva da pluralidade, reforçando o meu argumento de que há na formação brasileira um legado potencialmente democrático e republicano, que se manifestou em determinados momentos da nossa história, tanto através de um Estado e de uma institucionalidade permeáveis às demandas sociais, como através de uma sociabilidade que nos dotou de referências solidárias.

A minha insistência na comparação entre as diferentes análises a respeito do Estado e da sociedade visa exatamente auxiliar na identificação destes elementos democráticos e republicanos, ao tornar claro o conteúdo dessas distintições, às vezes encobertas por similaridades superficiais, como, por exemplo, uma certa valoração positiva, ora atribuída ao Estado, ora à sociedade.

Desta forma, retomo a discussão sobre o patrimonialismo político, recuperando o fio condutor que deixamos em aberto ao discutir Tavares Bastos. Já vimos que a compreensão do patrimonialismo político de que o Estado luso é o principal problema

[4] Grifo meu

da formação brasileira, responsável pela inibição e cerceamento do livre jogo social e do mercado, e pela nossa incapacidade de ser uma sociedade moderna, baseada em valores universais e generalizáveis, não tem como corolário automático uma avaliação positiva sobre nossa sociedade. O fato de considerar que esta sociedade é contida pelo Estado e que precisa ser libertada de suas amarras patrimonialistas/personalistas, não significa que o que se tem a liberar é boa coisa. Ou melhor, o fato do patrimonialismo político recusar como nociva a presença do Estado não implica numa proximidade da sua visão sobre a sociedade com a das interpretações que introduziram a sociedade na reflexão sobre o país, ou com a de Gilberto Freyre, que não se fixa nesta polarização. Tavares Bastos, cuja análise tem um forte conteúdo econômico liberal, marcada pela idéia de redenção pelo livre mercado, não atenta para aspectos culturais e sociais que ganham centralidade na obra de Gilberto Freyre. A comparação do patrimonialismo político com a sociologia de Freyre permite reinstalar a discussão em outros termos, impregnados, agora, pela sensibilidade de Gilberto Freyre para outros temas que o figurino econômico liberal sequer tangencia. E é analisando a vida social, ou o mundo da vida, que Freyre pôde estar alerta para observar outros elementos de definição social ou outros elos de coordenação social, para além dos econômicos.

> A casa nobre, o sobrado, o luxo de roupa, de móvel, de cavalo, de carruagem, o requinte da moda, nem sempre corresponderam, no Brasil, à situação puramente econômica dos moradores. As regiões que mais se europeizaram nem sempre foram as mais ricas. O determinismo econômico falha, sozinho, na interpretação de longa série de processos sociais, do mesmo modo que o determinismo geográfico, quando pretende, isolado e puro, explicar fatos tão complexos e dinâmicos como os humanos. (FREYRE, 2002b, p. 350)

A sociologia de Gilberto Freyre nos permite penetrar nestas experiências brasileiras, para além das prescrições corretivas das interpretações patrimonialistas, independente do polo em que se fixam para suas análises, ora o Estado ora a Sociedade, como elementos originadores do nocivo patrimonialismo que teria interditado o desenvolvimento moderno brasileiro.

Sem escuta para referências de sociabilidade solidárias que constituíram argamassa importante na constituição da sociedade brasileira, a ponto de moderar a lógica sistêmica do mercado e do Estado como elemento de coordenação social e nos indicar uma possibilidade distinta de ser moderno, ou seja, uma modernidade que não seja exclusivamente balizada pelo econômico e pelo interesse desagregador, este sim promotor de todo tipo de patrimonialismo, mas também orientada por referentes

solidarizantes que se manifestaram quando nos reconciliamos com nossa tradição ibérica de equilibrar antagonismos.

É a valorização desta sociabilidade, como referência democratizante, que precisa ser focada, ao mesmo tempo em que se analise a importância do Estado, como elemento estabilizador republicano, para além da prescrição de um Estado racionalmente construído, que desconsidera a experiência circunstanciada de Estado ao longo de todo o processo modernizante do século XIX, quando este demonstrou, no tratamento daquela que foi a grande questão do século, a escravidão, ser permeável às ou colonizável pelas demandas que o mundo da vida colocava. Freyre, equilibrando antagonismos, não recusa o passado, pelo contrário o preza e, ao mesmo tempo tem como foco da sua obra a valorização da gente ordinária, do povo comum. Isto sem abrir mão de conciliar, na sua própria obra, ao ponto de vista dos mucambos, também o dos sobrados como realça Ricardo Benzaquem.

> [...] empenha-se naturalmente em equilibrar antagonismos – caviar e arroz-doce –, os mesmo antagonismos que o segundo, mais popular, parece interessado em eliminar em prol de uma sociabilidade absolutamente harmônica e fraterna, ambos descartando por caminhos diferentes aquele estetizante e excludente mundo dos sobrados. (ARAÚJO, 1994, p. 174)

No entanto, é na sociabilidade popular que Gilberto Freyre encontra o elemento mais forte de coordenação social, com potencial para reorientar o processo modernizador brasileiro do século XIX. Em Benzaquem podemos encontrar apoio para este argumento.

> [...] o que mais me importa é repetir, sublinhar que, embora exalte aquele universo plebeu a ponto da sua idealização, enquanto dispensa um elogia no mínimo ambíguo – "+ ou –", não nos esqueçamos – ao híbrido e orgiástico patriarcalismo colonial, será basicamente da ótica deste último que Gilberto irá orientar a maior parte de sua reflexão na década de 30. Não se trata, é evidente, de reeditar *literalmente* a experiência da casa-grande, pois nem a aristocracia nem a massa popular, nem sobretudo a relação entre elas é a mesma. **Cuida-se, simplesmente, de tentar reaproximar aquelas metades em que se havia dividido a sociedade brasileira durante o regime imperial, criando-se uma nova maneira de equilibrar os antagonismos, maneira pela qual aquela simples, estável e fraterna sociabilidade dos mocambos pudesse se conciliar, pelo menos até certo ponto, com a herança européia importada pelos sobrados**[5]. Conciliar, a propósito, da mesma forma que em CGS, não significa fundir, eliminar as divergências. [...] Voltamos, enfim, ao desfecho de SM [...] em melhores condições de entender aquela abrupta e inexplicada aparição da influência mestiça no interior dos sobrados. [...] essa aparição nos remete diretamente para a possibilidade de revigorar um valor fundamental no pensamento de Gilberto, os antagonismos em equilíbrio, valor que [...] continua a ser sustentado por

[5] Grifo meu para destacar a idéia de um novo equilíbrio em que a força da sociabilidade fraternal popular é reconhecida, mas que também se concilia, mas não se funde, com a elite dos sobrados, influenciando-a.

> ele mesmo que em outras bases, ao longo da época que estamos estudando. [...] é justamente a recuperação, a confecção de uma segunda versão – diversa na forma mas fiel ao espírito – daqueles antagonismos aproximados em CGS que é sustentada com mais ardor por Gilberto na maior parte dos textos sob exame. Deriva daí, inclusive o seu próprio posicionamento acerca da prática e da idéia de história, que ele se esforça em não ver confundida com o que chama repetidas vezes, e com enorme desdém, de 'mera necrofilia'. Necrofilia, aqui, significa estudar o passado por ele mesmo, retirando-se prazer do convívio com os mortos mas esquecendo-se das responsabiidades do intelectual em relação às urgências do seu tempo. Evitando assim que o seu apego à erudição o levasse a separar a sua vocação de pesquisador da vida da sua sociedade e, pior ainda, o forçasse a aceitar como inevitável que os acontecimentos mantivessem o mesmo curso que haviam seguido até então, Gilberto opta decididamente por dispor a sua reflexão em uma linha de ação, de questionamento e de intervenção nos problemas da sua época, pretendendo criar um *fato novo*, e se possível, alterar até mesmo o curso da história. Mas qual seria o maior problema que ele então identificava? Obviamente aquela exclusão dos mocambos por parte dos sobrados. Neste sentido, a pregação de Gilberto em favor tanto da dignificação da sociabilidade popular quanto, principalmente, da sua reaproximação com a herança européia acaba por fazer com que ele, endossando a lição de Nietzsche (1985) no *Uso e Abuso da História*, escrevesse não apenas sobre mas acima de tudo contra o seu tempo, o preconceito e a marginalização nele embutidos. Contra o seu tempo e particularmente contra os seus pares, os 'requintados (como eu estou sempre a chamar os intelectuais distantes do cotidiano e da plebe) [... que desprezam] esse meu desejo de impregnar-me de vida brasileira como ela é mais intensamente vivida, que é pela gente do povo, pela pequena gente média, pela negralhada: essa negralhada de que [eles] falam como se pertencessem a outro mundo' (FREYRE, 1975, p. 208 apud ARAÚJO, 1994, p. 174 a 176)[6]

Esta atitude de observar e valorizar a sociabilidade popular é que permite a Gilberto Freyre perceber que havia um potencial moderador daquele processo civilizador modernizador que tomava conta do Brasil no século XIX, capaz de questionar a ordem excludente e estetizante que se expandia.

> "Exatamente do mesmo modo, a avaliação do processo civilizador, que **supostamente**[7] interrompe em SM o predomínio daquela hybris, pautava-se também por um raciocínio igualmente paradoxal: elogiado no começo pela disciplina e pela normatividade que infundia à vida social, além da função que cumpria na liberação de mulheres e filhos do jugo patriarcal, esse processo é, no mesmo movimento, denunciado como responsável pela implantação do que MERQUIOR (1987) – referindo-se especificamente à SM – chamava 'vitorianização' do Brasil, a imposição de uma ordem excessiva, excludente e estetizante ao País. (ARAÙJO, 1994, p. 206)[8]

Não que esta ordem não tivesse hegemonia, mas o destaque para um potencial de moderação dela é decisivo, especialmente em circunstâncias em que não se dava as costas àquela tradição equilibradora de antagonismos.

[6] Grifo meu
[7] Grifo meu para realçar a relativização que faz Benzaquem do predomínio da nova ordem moderna.
[8] Grifo meu

Benzaquem sugere uma alteração do próprio perfil da reflexão da obra de Freyre nos anos 1930 observável pela ênfase no excesso, ou na hybris, que "indicava uma certa continuidade entre a sociabilidade das casas-grandes e a dos sobrados" (ARAÚJO, 1994, p. 157-158) pela distinção de ambas em relação aos mucambos que se constituia num mundo "relativamente à parte, estável e plebeu" (idem). A idéia de Benzaquem é que Gilberto Freyre percebe um ambiente excessivo tanto na "promíscua experiência da casa-grande" quanto no refinamento impregnado pela rigidez impositiva e "totalizante" sobre a vida ordinária, contrastante com a simplicidade, sabedoria e harmonia que emanavam dos mucambos.

> [...] temos a oportunidade concreta de estabelecer um vínculo entre a casa-grande e o sobrado, pela permanência ainda que transformada da hybris, e, de outro, por ocorrer a revelação e a valorização de um universo popular, sediado nos mocambos e praticamente insuspeito até então, regido por princípios que contrastam nitidamente com a falta de equilíbrio que, de um modo ou de outro, aparentemente define as nossas várias experiências aristocráticas. (ARAÚJO, 1994, p. 158)

Portanto, estamos diante de uma sociologia que se nutre de uma sociedade real e entra em contato com um mundo da vida existente que irradia referências de relações solidárias, coesionadoras, capazes de servirem de contraponto para as experiências seletivas e excludentes, pré e pós a instauração da República.

Mas Gilberto Freyre não se detem na valorização de uma cultura ou uma de esfera popular, radicada nos mocambos, indicativa da existência de redes sociais de caráter solidário, com suficiente capacidade vinculante para dar forma e conteúdo a uma sociedade brasileira. A importância desta decisão de Freyre de perscrutar o povo, a gente comum e daí observar a força das referências que articulam e dão corpo à sociedade brasileira, pode ser devidamente dimensionada se lembrarmos que estas relações de sociabilidade eram invisíveis, ou não observáveis, para outras interpretações como as patrimonialistas que questionavam a própria existência de uma sociedade brasileira. Gilberto Freyre vai além quando percebe que aquele mundo popular dos mucambos tem capilaridade e fôrça para impregnar os sobrados, num processo de colonização dos sobrados pelos mocambos, espalhando para o conjunto da sociedade outros elementos de coesão que se originam da solidariedade.

Gilberto Freyre vasculha as relações sociais para conectar e compreender as origens e desdobramentos destes laços de caráter solidário e pluralista. O reconhecimento dos quilombos, como uma das matrizes importantes desta sociabilidade solidária para além das restritas relações familiares, aos quais ele confere o caráter de

Cidade, de *Pólis* mesmo, onde aparece uma cidadania democrática e a república se configura.

> Mais do que simples revolta de escravos fugidos, essa **repúblic**a de mucambos ou palhoças parece ter sido verdadeiro esforço de independência baseado no prolongamento de um tipo parassocialista de cultura, inclusive de economia, em oposição ao sistema patriarcal e de monocultura latifundiária, então dominante. (FREYRE, 2002, p. 72)[9]

A sua percepção de que ali havia algo multifacetado contrapondo-se à versão única das monoculturas talvez tenha sido o que embasou a sua percepção de que ali estava uma cidade com ingredientes plurais, democráticos e cidadãos, além de ter se constituído como uma cidade, uma *pólis* com regras que lhe conferiam uma estabilidade republicana, o que lhe propriciou elementos de sobrevivência e resistência, não apenas material, mas especialmente político, a ponto de sustentarem uma resistência, como em Palmares, de mais de meio século contra as investidas dos senhores de engenho.

> Viu-se uma **cidade de mucambos** de palha erguer-se sozinha, do meio do mato, contra as casas-grandes e os sobrados de pedra e cal de todo o Norte do Brasil. E só dificilmente as casas-grandes, os sobrados e o governo colonial conseguiram esmagar a cidade de mucambos. (FREYRE, 2002, p. 72)[10]

Portanto, para entender o que foi o processo de modernização brasileiro ao longo do século XIX, Gilberto Freyre não passou batido sobre toda uma experiência popular que acabou por impregnar e moderar aquele processo civilizador modernizador. Parece uma missão impossível para ele interpretar aquele processo modernizador sem compreender as entranhas da sociedade brasileira. E é isto que o faz perceber a importância daquelas cidades de mucambos que apresentavam não só a primeira referência de solidariedade para além das relações familiares fechadas, mas também uma experiência de relações políticas impessoais, de regras generalizáveis e leis compartihamente produzidas. Ou seja, antes mesmo da civilização moderna aqui desembarcar com D. João VI, havia uma outra experiência de leis impessoais e generalizáveis, com a especificidade e/ou a vantagem de conterem na sua formulação e aplicação elementos de solidariedade. Ele percebe a importância de destacar, utilizando informações de cronistas em cujos relatos se baseia "que os negros organizados em 'república' em Palmares conseguiram ser saudavelmente ecológicos ao mesmo tempo que cooperativistas [...] nos seus estilo de vida e na sua técnica de produção" e que faziam "recolher ao celeiro comum as colheitas, o produto do trabalho nas roças, nos currais, nos moinhos, para realizar-se então, em plena rua, na praça, a distribuição de

[9] Grifo meu
[10] Grifo meu

víveres entre os vários moradores dos mucambos [...]" (FREYRE, 2002, p. 72) Esta atenção ao que ocorria na vida real, circunstanciada, deste outro povo brasileiro é que embasa sua interpretação de que ali estava

> a primeira Cidade a levantar-se contra o Engenho – essa cidade [...] que foi em sua técnica de exploração da terra um esboço de policultura em contraste com a monocultura predominante nos latifúndios dos senhores brancos. Por conseguinte, a primeira reação de pluralidade ou diversidade de produção contra o regime mórbido de sacrificar-se a cultura de víveres à produção de um só produto, e estes de exportação; de sacrificar-se a concentração das populações à sua disseminação por latifúndios improdutivos de outro artigo se não o destinado a mercados estrangeiros ou remotos. (FREYRE, 2002, p. 73).

Foram estes elementos polifônicos, que se sobrepuseram a uma teia já plural formadora de uma sociabilidade brasileira e se associaram a uma tradição equilibradora de antogonismos, que permaneceram latentes, a ponto de exercer uma influência moderadora sobre o processo modernizador. São experiências que também definiram o imaginário social que acolhia e ao mesmo tempo reforçava temas libertários democratizantes, como os que balizaram a agenda do movimento abolicionista: a reforma agrária, que retratava uma preocupação com a desconcentração urbana, a necessidade de dispersão da propriedade rural, bem como questões relacionadas com a necessidade de estimular o mercado interno, além de manifestar, de forma precursora, a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

O olhar sociológico de Gilberto Freyre lhe permitiu também capturar na urbanidade das cidades, elementos de uma sociabilidade solidária, cuja origem e desenvolvimento insistiu em associar aos quilombos, mesmo quando realçava o importante papel da Igreja na assistência social. Penso ser este conjunto de percepções que permitiu a Freyre observar distinções singulares na modernização brasileira.

> A cidade, com todas as suas deficiências de higiene, foi se tornando superior às zonas rurais, se não no saneamento das casas, em certas medidas de profilaxia e nuns tantos recursos médicos, de modo a poder socorrer aos moradores de engenhos, de fazendas e de povoações do interior, quando atingidos pela bexiga e por outras doenças devastadoras. [...] Foi a cidade que, aliada à Igreja, desenvolveu enre nós não só a assistência social, representada pelos hospitais, pelos hospícios, pelas casas de expostos, pelas santas-casas, pelas atividades das Ordens Terceiras e confrarias, como a medicina pública, geralmente desprezada pela família patriarcal. Esta se revelou também desdenhosa das boas estradas, cujo desenvolvimento o esforço reunido de vários grandes proprietários poderia ter realizado não se limitasse a economia patriarcal a produzir quase exclusivamente para o seu próprio consumo, desinteressando-se dos meios de expansão dos produtos ou de intercomunicação das pessoas; contentando-se com simples caminhos para o escoamento, durante alguns meses, do seu açúcar ou do seu café. Este fato, mais do que o empenho político dos capitães-mores, nos tempos coloniais, em dificultar a solidariedade entre os colonos, nos parece explicar o vagoroso

> desenvolvimento das comunicações no Brasil. O patriarcalismo, mesmo, criando economias autônomas, ou quase autônomas, aguçando o individualismo dos proprietários e o privatismo das famílias, enfraqueceu na gente das casas-grandes o desejo de solidariedade [...] Tanto que, excetuada a confraria Católica, foi no escravo negro que mais ostensivamente desabrochou no Brasil o sentido de solidariedade mais largo que o de família sob a forma de sentimento de raça e, ao mesmo tempo, de classe: a capacidade de associação sobre base francamente cooperativista e com um sentido fraternalmente étnico e militantemente defensivo dos direitos do trabalhador. Para não falar na forma socialista de vida e de trabalho que tomou a organização dos negros concentrados nos mocambos de Palmares. (FREYRE, 2002, p. 71-72)

A insistência de Gilberto Freyre em trazer à tona naquilo que é popular e solidário tem consequências sobre sua interpretação do processo de modernizador do século XIX. Isto não passa despercebido por Benzaquem, ainda que ressalve a forma por vezes errática, aliás bem gilbertiana, do seu percurso analítico.

> Desse modo, esse universo popular, embora analisado por Gilberto de maneira bastante irregular, errática e lacunar em vários trabalhos do período, dá a impressão de dispor de vigor suficiente para dispensar o patriarcalismo da casa-grande de engenho – "+ ou - – e, sobretudo, rejeitar aquela burguesia dos sobrados e das usinas – "só -". Esta rejeição, nesses termos, importa em que a simplicidade se contraponha ao requinte, a solidariedade à exclusão, a harmonia com a natureza à sua devastação, a estabilidade ao incessante desfilar das modas européias, o "à vontade", a naturalidade das conversas de portão, ao caráter cifrado, orgulhoso e empertigado da pregação retórica e assim por diante. Tudo isso aponta para uma sociabilidade a um só tempo humilde e apaixonada, mas constituída por uma paixão calma, por um calor tépido e benfazejo, o que faz com esse padrão talvez possa ser resumido por uma noção ainda não utilizada na segunda parte deste livro, mas certamente muito importante: a de *fraternidade*. **Oposto lógico do patriarcalismo, a fraternidade transmite igualmente a sensação de repelir com a mesma veemência aquela simétrica e artificial proposta associada à reeuropeização, retomando e reafirmando, na verdade, um dos valores mais exaltados por Gilberto desde CGS: seu franciscanismo**. (ARAÚJO, 1994, p. 168)[11] De fato, no Guia, ao falar da importância da água na vida da cidade).

A contraposição entre esta sociabilidade solidária indentificada por Gilberto Freyre e a lógica exclusivista do patriarcado rural, incapaz de enxergar para adiante dos seus restritos e apequenados interesses, a ponto de comprometer, como Freyre realça, as próprias comunicações não apenas viárias, mas também as comunicações intersubjetivas que solidarizam e agregam o tecido social, o que vem a confirmar Oliveira Vianna, se reproduz quando o contraste é feito com a nova realidade reeuropeizada, pautada mais na lógica instrumental sistêmica de coordenação social, orientada pelos interesses. Penso, porém, que, entendendo que a via do interesse marca o predomínio do privado sobre o público na lógica de funcionamento patrimonialista do capitalismo e que isto não é uma especialidade patrimonialista brasileira, fica a pergunta sobre o que, de fato,

[11] Grifo meu

poderia significar uma especificidade brasileira? Penso que esta singularidade brasileira foi percebida por Gilberto Freyre ao enfatizar o papel desempenhado por esta sociabilidade solidária em moderar a modernização racionalizante, orientada pelos interesses individuais estratégicos, através de outros elementos de coordenação social que ele identificou no mundo da vida. Aí sua diferença para Oliveira Vianna que ficou na observação do exclusivismo do patriarcado rural.

Em *Sobrados e Mucambos*, quando tudo indica a afirmação de uma modernização padronizadora e a correção entristecedora e opacificante das soltas, multicores e pluralistas manifestações de uma sociedade miscigenada, Gilberto Freyre desloca o rumo de sua análise e atenta para fôrça de uma sociabilidade solidária que reaparece para ponderar o processo modernizador brasileiro, tendo no mulato a figura social articuladora de uma nova sociabilidade, com inquestionável potencial democrático. Ao captar elementos peculiares que qualificariam um percurso singular da modernização brasileira, Gilberto Freyre, além de apresentar uma interpretação inédita se converteria num outsider entre intelectuais que assimilavam as "teorias deterministas" e procuravam soluções corretivas para um desastre tropical que teria nos inviabilizado. Teorias deterministas estas que tanto tinham uma inspiração liberal, propondo-nos um programa de restrição do Estado e a construção de uma nova sociedade habilitada para a competitividade, quanto se filiavam à teses que viam no Estado amparado em instituições e constituições construídas a partir de uma racionalidade idealizante, representantes da "vontade geral" coesionadora, a única instância capaz de corrigir nossa desastrada desagregação social original.

Caminhar com Gilberto Freyre indica, portanto, uma saída da condição de reféns de um destino de inviabilidade, ungido por uma falha ibérica original que nos condena, e aponta para uma reconciliação com a Ibéria que nos formou. E esta não é uma opção sem consequências. De saída somos convidados a um encontro com uma sociedade e uma sociabilidade brasileiras que dão liga, sim, a uma nação, e até a uma distintintivamente moderna civilização nos trópicos, cuja negação é ponto crucial das teses do patrimonialismo social. Não que haja novidade neste reconhecimento. Já Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu haviam invertido o polo da historiografia brasileira ao optarem por narrar a saga de um povo que já compreendiam brasileiro. Maria Alice Rezende de Carvalho, em seu trabalho sobre a construção intelectual do Brasil, ao associar as interpretações dos dois autores, entre outros, lembra que em Os

Sertões, Euclides, ainda que se contivesse numa perspectiva futura, "idealizando uma nação sertaneja", explora e descortina um Brasil de dentro, real e existente.

> Pois, se a temática de um certo ascetismo heróico dos sertanejos não era propriamente nova [LIMA, 1999], já tendo sido visitada anteriormente por Alencar, Alfredo Taunay, por Arinos, em seu Pelo Sertão, de 1898, e pelo próprio Capistrano, com Euclides ela assumiu uma densidade inédita, desbordando o marco regionalista e compondo a representação de um Brasil potencialmente nacional, em luta por afirmação.
> De modo que, alguns anos mais tarde, alargando a trilha já palmeada por Euclides, Capistrano reafirmará a gestação, por três séculos, de um "*povo brasileiro*", favorecida pelo isolamento geográfico e pela luta permanente – homem contra homem, homem contra natureza e, mais enfaticamente contra o Estado extorsivo, repressivo e antipopular. (CARVALHO, 2002, p. 10-11)

Ao olhar o Brasil pela ótica de sua gente, estes autores inauguraram um tipo de investigação que enxergava o povo para além de uma horda atomizada e fragmentária de degenerados. Faziam um considerável deslocamento, sem dúvida, diria mesmo que vacinaram o pensamento social brasileiro contra as teses futuras que iriam avalizar a inexistência de uma sociedade brasileira, ainda que estas viessem a hegemonizar, junto com as teses do patrimonialismo político, as interpretações do Brasil, ao lançar uma permanente suspeita sobre a existência de algo no âmbito da nossa sociabilidade ignorado por estas teses. Ainda assim, estes intérpretes não trouxeram para o âmago de suas narrativas o tema do hibridismo e da miscigenação racial, bem como do reconhecimento de uma sociabilidade solidária, como importantes distintivos na formação deste povo brasileiro.

> Este povo, salvam-no, afinal, os dois autores, da suspeita de degeneração, compreendendo o sertanejo como um personagem adaptado às suas circunstâncias e potencialmente apto a participar da vida nacional, isto é, um personagem que, exilado em uma geografia adversa, expunha-se como um indômito, porém não como um bábaro ou um degenerado. Euclides, como se sabe, o fará de modo relutante e fundamentalmente ambíguo na segunda parte do seu livro, quando, em um tributo ao pensamento dominante, inverte os termos do preconceito, definindo o sertanejo como, afinal, um tipo etnicamente depurado, não perturbado por levas sucessivas de imigrantes que arranhavam a faixa litorânea [BERNUCCI, 1995]; Capistrano, de modo mais direto, por não reconhecer no hibridismo racial um obstáculo à formação da nação, ou sequer, um tema central a ela. Ambos, em suma, vislumbravam uma matriz sertaneja para a fundação nacional e, conquanto fossem diversas as suas perspectivas, havia nelas uma certa valorização tanto do ambiente buliçoso que prevalecia no Brasil "de dentro", quanto – e sobretudo – das respostas que os habitantes daqueles rincões puderam dar às suas adversidades. Portanto, quando da publicação de Capítulos de História Colonial, a reflexão sobre a formação nacional já alterara, claramente, os pesos que o IHGB atribuíra à polaridade Estado / sociedade, tendo em Capistrano um notável representante das interpretações que investiam no segundo polo. (CARVALHO, 2002)

Dada a versatilidade equilibrista do pensamento de Gilberto Freyre nem chega a ser curiosa a sua proximidade com estes dois pólos distintos, Estado e sociedade, que

são plataformas para grande para das interpretações do Brasil. Porém, em se tratando de Gilberto Freyre, há que se registrar também as distâncias em relação a esses dois blocos interpretativos, quase um corolário automático de uma reflexão vocacionada ao equilíbrio de antangonismos. A distância se abre em torno do que Freyre reconhece ser a grande argamassa da nação brasileira: o hibridismo e a miscigenação que nos formaram e o equilíbrio de antagonismos que nunca nos permitiu sínteses "brónzeas" a empobrecer nosso sincretismo pluralista. A nação brasileira, para ele, é definida por uma "brasilidade" marcada por uma singular qualidade democrática, conferida por aquela "sociabilidade solidária" oriunda dos mucambos e pelo processo de miscigenação que nos formou.

Por outro lado, a proximidade do pensamento de Gilberto Freyre com aquelas historiografias que tem no Estado o grande pilar da formação brasileira, não obscurece uma distância crucial com elas, que é medida pela sua sensibilidade para o papel decisivo da miscigenada e solidária sociabilidade brasileira como cimentadora de elos sociais capazes de delinear uma nação singularmente moderna.

A aproximação de Gilberto Freyre com estas historiografias que compreendem e valorizam o papel do Estado ajuda a evidenciar a distância, bem mais larga, me parece, entre seu pensamento e o dos formuladores do patrimonialismo político, para os quais foi o Estado o grande obstáculo à modernização brasileira. A compreensão do patrimonialismo político de que a modernização foi obstruída pelo Estado, visto exclusivamente como elemento absoluto de centralização e sufocamento da livre iniciativa empresarial e social, sequer tangencia a interpretação de Gilberto Freyre que, em *Sobrados e Mucambos*, mostra um curso bastante livre do processo modernizador, sem que o Estado o detivesse. Ao contrário, o que Freyre destaca é a relevância da sociedade, exercendo um importante papel moderador. A influência ponderadora da sociedade, para ele, tem por base uma sociabilidade solidária oriunda dos mucambos, bem como a figura mediadora do mulato, afetando o conjunto das relações sociais. Ao mesmo tempo Gilberto Freyre não desconhece a força deste processo reeuropizador modernizador tanto na redefinição do que era valorizado socialmente, como também sobre a formação intelecual dos bacharéis, personagens decisivos na desintegração da ordem rural, mas também portadores de uma linguagem intelectual abstraída das nossas circunstâncias, caracterizadas por uma "fuga da realidade" e pautada em modelos copistas com o propósito de nos redimir do nosso equívoco original.

Gilberto Freyre percebe o contraste entre a formação intelectual destes bacharéis, “afrancesada”, “copista”, de costas para “os conhecimentos concretos da terra”, preparados por uma “erudição abstrata”, cheios de citações de estadistas franceses e ingleses”, e as contingências particulares do Império, de cujo conhecimento prático se formaram aqueles “menos preparados”, que, no entanto, foram os “mais realizadores” estadistas.

> [...] A ascensão do bacharel ou doutor – mulato ou não – afrancesado trouxe para vida brasileira muita fuga da realidade através de aleis quase freudianas nas suas raízes ou nos seus verdadeiros motivos. Leis copiadas das francesas e das inglesas em oposição às portuguesas. [...] Mas, por outro lado, afrancesados como Arruda Câmara é que deram o grito de alarme contra certos artificialismos que comprometiam a obra patriarcal de integração do Brasil [...]
>
> O professor Gilberto Amado salienta que à política e à administração do Império, os homens mais úteis não foram os mais bem preparados com “sua fácil e inexaurível erudição à margem dos fatos e das coisas”. E num dos seus mais lúcidos ensaios observa desses “mais preparados” que eram homens de “erudição abstrata”, [...] cheios de “citações de estadistas franceses e ingleses” sem, entretanto, se darem “ao pequeno trabalho de fazer um estudo ligeiro das condições de raça, de meio, das contingências particulares” do Império. Os estadistas mais realizadores foram, muitas vezes, homens de feitio oposto ao dos bacharéis, mais cultos: “os menos preparados”. Isto sem exceção, desde Paraná a Cotegipe. (FREYRE, 2002, p. 609)

Ao mesmo tempo em que Gilberto Freyre observa todo este deslocamento social, ora a endossar, ora a moderar o processo de modernização, ou de reeuropização, em curso, ele atenta para aspectos que acompanham esta acensão dos bacharéis, destacando sua formação intelectual “afrancesada”, “copista”, de costas para os “conhecimentos concretos da terra”, “preparados” por uma “erudição abstrata”, “cheios de citações de estadistas franceses e ingleses”, desconhecendo as “contingências particulares do Império”, de cujo conhecimento prático se formaram aqueles “menos preparados”, que, no entanto, foram os “mais realizadores” estadistas. A importância desta observação tem a medida da influência que estes modelos exerceram sobre as opções político-institucionais que o Brasil viria a adotar. O traço racional abstrato, copista, que orientou inúmeras teorias e interpretações do Brasil, deu origem a modelos corretivos do país, cuja exigência era a recusa das circunstâncias que nos formaram. A decantação destas teorias na vida política do Brasil pode ser dimensionada, entre outros momentos, pela influência que exerceu o positivismo ao longo da República Velha, que será visto adiante, fornecendo régua e compasso para uma matriz que atribuo autoritária e que nos legou uma experiência de República tonificada pela idéia de democracia sem povo, tão ao gosto da influente elite intelectual paulista, que ainda hoje advoga a primazia dos “preparados” para nos orientar pelos caminhos únicos obtidos pela

iluminação dos que abandonaram a caverna das cirunstâncias ordinárias do mundo da vida.

O que Freyre nos apresenta é a possibilidade de entender o processo modernizador, incorporando a influência de elementos solidarizantes e estabilizantes, oriundos de uma tradição pretérita, que se atualizava na ordem moderna, ainda que prevalecessem os elementos individualizantes hegemônicos na racionalidade moderna, mas também presentes naquela tradição que legou os elementos solidarizantes e estabilizantes.

Temos, portanto, a possibilidade de observar que a ordem moderna foi também permeada por outros elementos democratizantes, de natureza solidária, e republicanizantes, de natureza estabilizadora, por equilibrar antagonismos, oriundos da própria formação brasileira, presentes tanto na sociedade quanto no Estado.

No caso brasileiro, penso que a vocação "equilibradora de antagonismos, promoveu uma experiência de Estado permeável à mudanças negociadas, graduais é verdade, no bom estilo reformista, sem o sentido pejorativo que tem marcado esta adjetivação, muito pelo contrário. O senso republicano que estas qualidades nos franqueiam está na medida em que: 1) o "equilibrar antagonismos" nos candidata a desfrutar de uma condição indispensável à república que é ter um espaço público dialógico, pluralista, onde a "res" tem um potencial de ser pública ao possibilitar-nos uma institucionalidade referida por este equilíbrio, ainda que reconheçamos as restrições ao *demos* participante desta *pólis*. O fato é que esta experiência política de um Estado poroso às demandas dos movimentos da sociedade – e não apenas um Leviathan duro, controlador e impermeável – operou gradualmente, "equilibrando antagonismos", a maior ruptura do século XIX: o fim do sistema escravagista. Penso que isto, por si só, não autoriza o enquadramento do Estado como apenas obstrutor centralizador da modernização. 2) O apreço à ordem, intimamente ligado à vocação para "equilibrar antagonismos" agrega valor ao pontencial republicano, por indicar a compreensão da importância de se oferecer terreno estável, politicamente negociado, para contornar a instabilidade inerente à política. Esta singular capacidade política de negociar conflitos e equilibrá-los sobre novas vigas políticas, que se sustentavam porque acolhiam mudanças sugeridas pelo demos e realizavam rupturas, ainda que pela via gradual, sinaliza para uma capacidade real do Estado de se tornar permeável às demandas da sociedade civil e uma inclinação desta, também, para soluções negociadas.

Estas são circunstâncias, portanto, que ponderaram a própria versão de um Estado centralizador e impermeável a mudanças "de baixo", pela sociedade civil, afeito exclusivamente a mudanças unilaterais "de cima", provocadas pelas elites, tal como o concebe o patrimonialismo político. O próprio Eduardo Prado já usava o conceito de sociedade civil, para referir-se à permeabilidade ao diálogo e às mudanças por parte do Estado ao longo do segundo Reinado. Era uma ordem, portanto, que guardava um importante conteúdo republicano, porque pautada em arranjos e negociações que lhes produziam as regras, as leis, que asseguravam estabilidade às instituições.

> No Brasil, a questão hoje, não está já posta entre a República e a Monarchia. A luta é entre a liberdade e a tyrannia. A lucta vai ser entre o exercito [...] servido por seus escribas e que não quererá largar a rendosa tyrannia, e a **sociedade civil**, que terá de reagir, ou de aniquilar-se. (PRADO, 1902, p. 47)[12]
>
> A ditadura é o enfraquecimento nacional, porque é o regimen em que o poder póde tudo e em que o cidadão nada vale. A certeza de que nada é impossível a quem tem o mando é a noção mais deprimente e corruptora que um povo póde aprender. (PRADO, 1902, p. 104-5)
>
> A lei é a força harmoniosa das sociedades; o arbítrio é o desequilíbrio e a contradição. A lei tem o caracter impessoal, inatacavel, que lhe dá a responsabilidade collectiva; a dictadura inaugura entre os povos, pelo medo ou pela lisonja, o fetichismo das pessoas, negação absoluta da liberdade.
>
> [...] **O regimen de longa e livre discussão, tão largamente praticado no paiz durante cicoenta annos, era uma preparação nacional para as leis**; hoje, o habitante do Brasil não sabe a transformação que um ministro quiz dar ás leis, senão pela supresa que experimenta pela manhã ao ler nos jornaes um decreto que altera subitamente as mais importantes relações sociais. (PRADO, 1902, p. 106-7)[13]

A descrição de Joaquim Nabuco sobre as referências que orientavam o Imperador no exercício do poder ratifica esta interpretação de Eduardo Padro que compreende a importância da "livre discussão" como "uma preparação para as leis",ou seja, só uma esfera pública dialógica poderia assegurar uma estabilidade de conteúdo republicano, pela sua capacidade de produzir politicamente as suas leis:

> Esse poder, o Imperador o exercita sempre: 1°) dentro da Constituição; 2°) de acôrdo com as ficções e usos do sistema parlamentar inglês, até onde foi tomado entre nós pelos próprios partidos; 3°) **cedendo sempre à opinião e ao sentimento público**[14]. "A honra do meu Reinado, só pode ser - cumprir a Constituição que jurei". O que distingue o seu governo é o sacramento da forma; desde o dia em que é declarado maior, até o dia em que lhe é intimada a deposição, ele não sai do seu papel de rei constitucional. Também a marcha da política no Reinado, não é obra dele; ele é apenas o relógio, o regulador; marca a hora ou dá o ritmo. Em política, decerto, nada do que os ministros propõem, ou as Câmaras votam, ultrapassa a sua risca; é ele quem faz as sondagens de um lado e outro do canal onde se navega. Mas a origem da

[12] Grifo meu
[13] Grifo meu
[14] Nabuco reafirma aqui aquela permeabilidade do Estado aos movimentos da sociedade civil, quando cede à "opinião e ao sentimento público".

> inspiração não é sua. Se tudo que é deliberado, pessoal, no seu Reinado, exprime só uma consciência contínua, uma identidade diretora, a dele, os acontecimentos, o in fieri, vai além, como sempre, do que o impulsor ou o moderador. Todo dia, de toda parte, sua ação individual é anulada pela ação de forças sociais, sobre cujas afinidades, reações e encontros ele não tem domínio, e isso em tal escala que o que ele faz, podendo deixar de fazer, ou o que ele deixa de fazer, podendo fazer, não tem quase alcance, comparado ao jogo e à obra das causas cuja atividade lhe escapa, e a maior parte das quais ele nem suspeita. [...] (NABUCO, 1949, tomo VI, v. IV, p. 108-9, grifo meu)
> Se o Imperador inspira e dirige, não governa, entretanto. Se fiscaliza cada nomeação, cada decreto, cada palavra dos ministros, a responsabilidade é destes. O soberano não intervém, quase, na máquina política e administrativa, que são os partidos com suas aderências e hierarquias oficiais, seu pessoal e suas transações. (NABUCO, 1949, tomo VI, v. IV, p. 109)

No entanto, é bom deixar claro que destacar o reconhecimento da permeabilidade daquele Estado à discussão, ao diálogo, bem como do compromisso "republicano" de D. Pedro II com a constituição, além de sua sensibilidade à opinião pública, não significa dar as costas para as severas desigualdades e exclusões, que se amplificavam com o processo modernizador. A tese de Jessé Souza de uma modernização seletiva pode nos ajudar a esclarecer este ponto. Para este autor

> A importância da contribuição de Gilberto Freyre para o esclarecimento da singularidade cultural brasileira explica-se [...] por seu mérito principal: o de ter percebido que a revolução modernizadora da primeira metade do século XIX tinha vindo para ficar e para pôr de ponta cabeça os valores do personalismo então dominante do nosso país. O personalismo é vencido tanto na esfera privada, da própria casa do senhor de terras e de gente, como no espaço público. A partir daí a palavra mágica da modernização vai ser o elemento galvanizador da sociedade como um todo em todas as suas esferas. [...] isto não significa que a sociedade em questão se moderniza efetivamente em todas as esferas. Significa, sim, afirmar que o único discurso legítimo capaz de unir as vontades é o discurso modernizador. Moderno são, por sua vez, os princípios do individualismo moral [...] Afirmar, no entanto, que o discurso modernizador do individualismo moral é o código valorativo dominante, não significa dizer que não existam outros códigos concorrentes, ou, fato para nós ainda mais relevante, que o acesso a esses bens culturais seja igual para todas as classes ou indivíduos. [...] questão desafiadora nesse terreno é mapear a institucionalização do acesso diferencial a bens culturais que são aceitos ou que passam a ser tendencialmente aceitos pela enorme maioria da população como os valores dominantes da sociedade como um todo. Um aspecto importante nessa questão é, sem dúvida, o fato de a modernização ter ocorrido primeiro nas cidades. (SOUZA, 2000a, p. 255)
> O vínculo de dominação passa a ser impessoal por referir-se a valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, especialmente do mercado capitalista.
> O advento dos princípios do mercado representou uma possibilidade de ascensão social antes impossível para vários grupos sociais no Brasil do século XIX. Freyre mostra-nos como uma camada de peritos em ofícios técnicos, usualmente homens de cor e mestiços, dado o preconceito contra o trabalho manual, assim como a constituição de uma camada privilegiada de "bacharéis", também alguns deles mestiços, forma-se na esteira da constituição de um incipiente mercado e aparelho de Estado racional entre nós. O conhecimento, base da eficiência de mercado e Estado racional, é intrinscamente democrático por basear-se em critérios de mérito pessoal não adrede decididos. Aumenta a competição social e as possibilidades reais de ascensão social.

> Apesar do acesso à educação ser desigual e seletivo, o relativo dinamismo do desenvolvimento capitalista abre, episodicamente, chances reais de mobilidade até para setores dos grupos mais desprivilegiados. Um ponto é fundamental de registrar-se aqui: esse acesso das camadas desfavorecidas é individual, não sendo fruto de demandas políticas coletivamente comparilhadas. Indivíduos mestiços e mulatos tinham acesso a oportunidades efetivas de ascensão social, mas não os mestiços ou mulatos como grupo, a partir de demandas políticas articuladas. (SOUZA, 2000a, p. 261)

Existe de fato neste processo de modernização, ao introduzir os direitos liberais individuais formais, um aspecto democratizante. Porém, é necessário aprofundar est questão porque: 1) É difícil aceitar a idéia de que ambiente social e político sobre o qual se instaurou aquela modernização fosse estéril do ponto de vista democrático, ou seja, haveria, portanto, uma novidade democrática num deserto de democracia; 2) o que se avalia como democrático neste processo de modernização não ultrapassa as fronteiras das liberdades privadas e não estimula a constituição de uma esfera pública política, orientada por uma plural comunicação intersubjetiva; 3) tão pouco o mercado pode ser considerado instrinsicamente eficiente e democrático. Quanto ao ponto 1), a idéia de que só o processo modernizador inaugurou mecanismos democratizantes significa recusar toda uma experiência social solidária capturada pela sociologia de Gilberto Freyre e que aponta para outras formas de articulação social, de natureza solidária e, portanto, capazes de nos apresentar a, e de influir para a constituição de uma esfera comum balizada por referências solidárias, intersubjetivas, dialógicas. Além do mais, fica subentendida a presunção de que somente os sistemas do mercado e do Estado racional, "intrinsicamente democráticos", respondem pela coordenação social, quando já vimos, através do próprio Gilberto Freyre, toda a força de coordenação social exercida pelo mundo da vida, cuja principal argamassa é a sociabilidade solidária, que irradiada dos mucambos impregna o conjunto da sociedade. No ponto 2), é importante reter a discussão de Chomsky sobre o conceito de democracia na modernidade liberal e suas consequências sobre a esfera pública.

Temos, então, argumentos que colaboram para problematizar o ponto 2) que trata dos limites privados da democracia liberal, bem como ajudam na discussão do ponto 3) que discute esta idéia de Estado racional e mercado como intrinsicamente democráticos. Em ambos os pontos, 2 e 3, está subtendida a necessidade rediscutir em linhas gerais a avaliação do conceito de democracia embutidos nesta idéia e que, em parte, também já foram colocados quando da apresentação das idéias de Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna. O fato de, no processo modernizador brasileiro, uma parte maior do *demos* ser acolhida pelos sistemas do Estado e do mercado, através da

afirmação dos direitos individuais formais, não implica em que este demos seja estimulado a ações compartilhadas, ou a ações solidárias, atitudes que dariam uma conseqüência pública aos avanços democráticos e permitiriam que a democracia fosse um lugar de criação plural de algo público, ou seja, o lugar da invenção compartilhada ou da ação em concerto. Pelo contrário, a ordem moderna liberal tem se notabilizado por um tipo de liberdade negativa, ou seja, a liberdade de se distanciar da política, ou a liberdade da política, ou melhor, em relação à política.

> Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. O viver-num-mundo-real e o falar-sobre-ele-com-outros são, no fundo, a mesma e única coisa, e a vida privada parecia "idiota" para os gregos porque os privava dessa complexidade do conversar-sobre-alguma-coisa e, com isso, da experiência sobre como a coisa acontecia, de fato, no mundo.
> Essa liberdade de movimento, seja a liberdade de ir em frente e começar algo novo e inaudito, ou seja a liberdade de se relacionar com muitos conversando e tomar conhecimento de muitas coisas que, em sua totalidade, são o mundo em dado momento, não era nem é, de maneira alguma, o objetivo da política – aquilo que seria alcançável por meios políticos; é muito mais o conteúdo e sentido original da própria coisa política. Neste sentido, política e liberdade são idênticas e sempre onde não existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido. (ARENDT, 1998, p. 60)

Reafirmo, portanto, um conceito de política arendtiano, cujo requisito é a pluralidade, a comunicação intersubjetiva, e, especialmente, cujo sentido é a liberdade. Liberdade esta que significa a possibilidade de criar o inédito, o imprevisível, ou seja, de deixar fluir a espontaneidade própria de cada homem e que, segundo Kant, o tornava capaz de começar algo novo. Idéia esta que tem enorme importância política porque, como registra Arendt em *O que é Política?*, ela contraria as teses deterministas ao insuflar a imprevisibilidade.

> Contra a possível determinação e distinguibilidade do futuro está o fato de o mundo se renovar a cada dia por meio do nascimento e, pela espontaneidade dos recém-chegados, está sempre se comprometendo com um novo imprevisível. Só quando os recém-nascidos são privados de sua espontaneidade, de seu direito a começar algo novo, o curso do mundo pode ser determinado e previsro, de maneira determinística. (ARENDT, 1998, p. 58)

Por outro lado, compreendendo as conseqüências incontroláveis da imprevisibilidade, intrínsica ao agirem, os gregos buscaram conter esta instabilidade estabelecendo uma fronteira, cuja demarcação era a norma, a lei, ou a regra.

> [...] eram justamente aquelas características inerentes ao agir que haviam determinado que os gregos se limitassem ao nomos e por lei entendessem não uma ligação e uma relação, mas sim uma fronteira, algo que encerrava, impossível de ser transposto. Pois era inerente ao agir, justamente porque segundo sua essência está sempre produzindo relações e ligações para onde quer que se estenda, um descomedimento e, como Ésquilo achava, uma

> insaciabilidade que só podia ser mantida dentro dos limites, a partir de fora, através de um nomos, uma lei na acepção grega. O descomedimento, como os gregos achavam, não reside no descomedimento do homem atuante e sua Hibris, mas sim no fato de as relações surgidas através do agir, são e devem ser de tal espécie que entram no ilimitado. Toda relação causada pelo agir recai, porquanto liga homens atuantes, numa rede de relações e relacionamentos na qual desencadeia novas relações, muda de maneira decisiva a constelação de relacionamento já existentes e segue alastrando-se sempre e pondo em ligação e movimento cada vez mais do que o homem atuante poderia prever. O *nomos* grego opõe-se a essa investida contra o ilimitado e restringe o negociado àquilo que se passa dentro de uma polis entre homens, e liga de volta na polis aquilo que está situado do outro lado dessa polis, com que a polis tem de entrar em contato em seus feitos. Segundo o modo de pensar grego é só com isso que o agir se torna político, quer dizer, vinculado à polis e com isso à mais elevada forma de convívio humano. (ARENDT, 1998, p. 119-20)

Esta imprevisibilidade, intrinsicamente associada ao poder constituinte do demos, cujas repercussões já abordamos, pode ser contornada por distintas maneiras: ou por vias autoritárias anti-políticas que privam os homens da manifestação de sua espontaneidade, por caminhos únicos apolíticos determinados por teorias abstraídas das circunstâncias e que se supõem detentoras de premonições futurísticas, ou pela via da política, capaz de constituir, através do poder dialógico dos homens, uma esfera pública cuja autoridade emana das leis politicamente produzidas, constituindo desta forma uma polis ou uma *res*pública.

A via da política, no entanto, só pode ser afirmada por relações tonificadas por graus razoáveis de solidariedade e pelo compartilhamento plural. Por outro lado, as idéias liberais de democracia indivualizada assegurada por direitos individuais formais, por um governo "racional", árbitro da guerra de todos contra todos que os protege da política e por um mercado governado por uma "mão invisível", ou seja, por ninguém, ou por alguém que se arvore em titular porta-voz do mercado, supondo que sejam de todos os seus particulares interesses, não estimulam ações em concerto.

Penso que a idéia de Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna de colocar o Estado como principal coordenador de teias solidárias via corporações, tem certa afinidade com a concepção de Jessé Souza que concebe tanto o Estado racional como o mercado como sistemas prioritários de articulação social, com viés democratizante. Diante deste espectro de pensamento cabe discutir como o liberalismo opera a coordenação social. Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna vão atrás de algum elemento coesionador de expressão comunitária, para além de uma coordenação de interesses fragmentários individuais, e identificam o Estado como este elemento assegurador de um senso comunitário, através da articulação dos diversos interesses

corporativos. Jessé Souza evidencia uma ordem pautada nos direitos e interesses individuais que seriam coordenados pelo Estado racional e pelo mercado. O diferencial de Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna é que eles pensam o interesse como algo coletivo, capitaneado pelas corporações e isto tem conseqüências relativizadoras sobre a própria idéia de "vontade geral" que eles pretendem definida pela arbitragem do Estado. Considero que Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna trabalham com duas categorias que acabam se contrapondo. Ao transferir dos indivíduos para a corporação a titularidade do interesse, os autores seguem Marx ao estimular uma idéia de conflito entre interesses que, no entanto, é mascarada na idéia de uma "vontade geral", arbitrada pelo Estado. Esta mesma dissimulação do conflito fica subentendida na concepção de Jessé Souza que atribui ao mercado um papel de arbitragem democrática dos interesses. Da mesma forma que o conceito de "vontade geral" encerra um conteúdo totalizante antidemocrático, também a concepção de uma "mão invisível" do mercado como árbitro "democrático" dos interesses mais do que colocar em cheque este caráter democrático, expressa uma "ficção comunística", tal como observa Hannah Arendt:

> Marx levou a economia clássica a um passo adiante substituindo os interesses individuais e pessoais por interesses de grupo ou de classe, e reduzindo estes interesses de classe a duas classes principais, de capitalistas e trabalhadores, de sorte que só lhe restou um conflito onde a economia clássica enxergava uma multidão de conflitos contraditórios. (ARENDT, 1993, p. 52)

Ainda que a economia clássica se referisse a uma multidão de conflitos contraditórios, a sua equação se resolveria pela mão invisível do mercado, ou seja, por meio de uma ficção comunística.

Seguindo estas pistas, penso que Maria Alice Carvalho e Werneck Vianna, apoiados na idéia de corporação como representante de interesses, estimulam a expressão dos conflitos, mas ao mesmo tempo colaboram para dissimular este conflito no ente coletivo "comunístico", representante da "vontade geral", para assegurar-se de uma possibilidade republicana. Talvez aí esteja em gérmem uma compreensão comunitarista holística de república e não uma idéia de república definida pela ação plural politicamente concertada. No mesmo diapasão segue a tese de Jessé Souza de que o mercado serve como coordenador democrático dos múltiplos interesses. Compreender o mercado como um instrumento "intrinsicamente democrático" de coordenação de interesses individuais significa reconhece-lo como a "mão invisível" apaziguadora, ou o "ninguém" apaziguador de todos os interesses. Sendo "vontade geral" ou "ninguém", o fato é que estamos diante do que Hannah Arendt nos sugere não pode ser concebido, ou

seja, a tentativa de ignorar o fato da pluralidade dos homens. E sem o firme reconhecimento, inclusive teórico desta pluralidade, fica bastante comprometida a própria idéia de res publica, ao se ignorar o seu requerimento de pluralidade.

Talvez o recurso ao ente coletivo seja uma forma de equacionar o problema moderno da prevalência do interesse individual atomizador, numa ordem liberal que, ao mesmo tempo, estabeleceu uma institucionalidade pautada em regras impessoais e generalizáveis, sustentadas pelos direitos individuais formais, base da moral moderna. É compreensível este recurso ainda que a resolução do problema da fragmentação, estimulado pelo predomínio do interesse, tenha outros caminhos possíveis. Um deles é a que nos apresenta Axel Honnet em seu livro *The Struggle for Recognition – The Moral Grammar of Social Conflicts*. Este autor procura problematizar a relação da filosofia social moderna com um momento da vida social marcado pelas teorias de luta pela autopreservação. A luta por autopreservação emerge da fragilização e conseqüente dissolução da força perssuasiva dos pilares da tradição. A antiguidade clássica, desde a formulação política de Aristóteles até a doutrina cristã medieval da lei natural, teria, de acordo com Honneth, teria concebido os seres humanos como fundamentalmente capazes de vida em comunidade, ou como "animais políticos", ou como seres que requisitavam uma comunidade política para realização de sua "natureza interior", fruto de uma compreensão de que "só na comunidade ética da "polis" ou da "civitas" – cujas virtudes intersubjetivamente compartilhadas os distinguia, agudamente, dos nexos meramente funcionais formados pelas atividades econômicas – poderia o caráter social da natureza humana desenvolver-se genuinamente". (HONNET, 1996, p. 7)

O próprio Maquiavel, vivendo uma circunstância dominada pela fragmentação e instabilidade política empenhou sua reflexão sobre alternativas estabilizadoras. No entanto, este empenho não o imuniza, ao contrário, o contamina de desconfiança em relação aos homens, sem jamais, no entanto, cair na tentação de afirmar uma natureza humana essencial, atemporal ou imutável. O pensamento de Maquiavel, instigado pelos dilemas da vida ordinária, das circunstâncias que o cercam, representa uma ruptura com teorias baseadas numa razão abstraída do mundo ordinário, em busca de essências só passíveis de serem reveladas pelo abandono da "caverna" das "meras" aparências. Além desta sua impregnação de senso comum, e provavelmente até por isto, Maquiavel reconhece, mergulhado em suas circunstâncias, aquilo que alguns séculos mais tarde Madison observaria sobre o poder e os homens do o seu próprio tempo: "Se os homens

fossem anjos, não haveria necessidade de governo algum". (ARENDT 1998, p. 202) Exatamente por ser um homem de pensamento circunstanciado é que a reflexão de Maquiavel se instaura sobre bases muito distintas daquelas da antiguidade clássica. Para Honneth, Maquiavel instala uma fundação sócio-ontológica que se baseia num estado de desconfiança e de competição hostil e perpétua entre indivíduos, afastando-se da antropologia filosófica tradicional. Mesmo concordando com Honneth quanto ao marco inaugural estabelecido por Maquiavel em relação à antiguidade clássica, não o vejo preocupado com uma ontologia definidora de uma natureza humana perpétua, mas com os desafios políticos que os conflitos fragmentadores de sua época colocavam. Feita a ressalva, é possível prosseguir com Hobbes, sem tentar encurtar as imensas distâncias que o separam de Maquiavel. A teoria de Hobbes, baseada numa luta permanente pela auto-preservação implica na estruturação racional abstrata do Estado, cuja atividade pode ser resumida no estabelecimento racional-instrumental do poder. Partindo deste cenário, Honneth encontra nos escritos de Jena, do jovem Hegel, uma apropriação muito original do modelo de luta interpessoal de Hobbes, para se opor a esta concepção atomística dos seres humanos. Hegel distingue duas concepções da moderna lei natural, uma empírica e outra formal, que comungam, no entanto, a tese de que o indivíduo constitui o elemento primário e supremo. As premissas atomísticas dessas teorias concebem o comportamento humano como atos isolados de indivíduos solitários. Hegel, nestes escritos, considera que a abordagem "formal" da "lei natural", ao invés de se originar da caracterização de uma natureza humana, baseia-se num conceito transcendental de razão prática, representada, especialmente, por Kant e Fichte, onde as premissas atomísticas se evidenciam na compreensão da ética como resultante do exercício da razão, purificada de todas as inclinações e necessidades da natureza humana. O próprio conceito de natureza humana é o de um agregado egocêntrico, ou nas palavras de Hegel "aético". A condição portanto, da unificação ética, tem que vir de fora. A conseqüência disso, para Hegel, é a conceituação da comunidade humana como um modelo abstrato de um "unificado muitos", ou seja de um ente, ou de um grupo de sujeitos singulares, embora não o modelo de uma unidade ética, ou melhor, de uma referência ética coesionadora. Segundo Honneth, no texto programático *The earliest Systematic Programme of German Idealism*, escrito em conjunto com Schelling e Holderlin, é possível encontrar no pensamento de Hegel a idéia de que uma sociedade reconciliada só poderia ser concebida como uma comunidade eticamente integrada de cidadãos livres. Uma das implicações desta percepção de Hegel é que são os costumes

que constituem os meios sociais que integram liberdade universal e individual. A escolha de Hegel do conceito “costumes” não é inocente, pois pretende tornar claro que nem as leis prescritas pelo estado, nem convicções morais solitárias podem estabelecer as bases para o exercício desta liberdade estendida, mas apenas as atitudes realizadas intersubjetivamente. Para Hegel é a “existência da diferença” que permite a vida ética se desenvolver simultaneamente pela socialização e individuação que permitem o reconhecimento intersubjetivo de todos os indivíduos. É exatamente este caráter intersubjetivo que permite a Hegel dar o salto em relação a Hobbes. Ao invés de luta pela autopreservação, trata-se, agora, de luta por reconhecimento. A partir daí ele vê as relações éticas da sociedade como um desdobramento dos movimentos por reconhecimento que garantem o acordo complementar e a reciprocidade necessária entre sujeitos em conflito. Estes movimentos por reconhecimento consistem em estágios alternantes de reconciliação e conflito. O ponto decisivo é a insatisfação dos indivíduos, ou grupos sociais em relação ao patamar de reconhecimento de sua identidade particular. Esta nova motivação instaura uma luta que é absolutamente distinta da confrontação permanente em torno da autopreservação. O conflito, agora, representa, algo que contem a possibilidade de uma ética pública, na medida em que é dirigido para o reconhecimento intersubjetivo de aspectos da individualidade humana. Esta inversão de Hegel em relação ao atomismo de Hobbes significa priorizar a luta pelo estabelecimento de relações mútuas de reconhecimento em detrimento da luta pela luta pela autopreservação.

Estas questões, abordadas por Hegel e desenvolvidas por Honneth em suas reflexões, nos interessam porque tanto esta preocupação com uma ética intersubjetiva que coesione os homens, recusando caminhos solipsistas, como a valorização do tema do reconhecimento intersubjetivo, reconhecem e reforçam outras relações entre os homens, imbuídas de referências solidárias, capazes de definir uma esfera pública de natureza política. Esfera pública que seria fomentada pelo reconhecimento mútuo e por uma ética intersubjetivamente produzida. Ao focalizar relações de cunho solidário e seu potencial para promover uma ética e uma esfera públicas Hegel, simetricamente, atesta a impossibilidade de homens atomizados pela luta pela auto-preservação constituírem um âmbito público plural e coeso. Ao mesmo tempo Hegel destaca que, prevalecendo o atomismo, uma alternativa de unificação ética só pode vir de fora. Isto significa constituir um modelo abstrato de comunidade humana. Ou seja, torna-se necessário

lançar mão de uma ficção comunística, ou de um ente ou sujeito coletivo, para gerar um "unificado muitos".

A reflexão de Jurandir Freire Costa também se volta para estas questões quando ele lembra as preocupações de Christopher Lasch em *o Mínimo Eu*, analisando a "moral da sobrevivência" na cultura contemporânea, em que Lasch revisita o tema da tradição. Segundo Jurandir,

> Para Lasch, quando o presente dá as costas ao passado e recusa-se a considerar o futuro como objeto de preocupação, a tradição desmorona e, com ela, a noção de valor que conhecemos. O bom, o justo e o verdadeiro passam a ser descritos como instrumentos de utilidade ou interesse de classes, indivíduos, gupos ou corporações descomprometidos com princípios válidos para todos. É o reinado do "mínimo eu" apolítico e hiperpsicológico; dos sujeitos que contentam-se apenas em olhar para si ou, no máximo, para o *petit comitê* encarregado de satisfazer suas necessidades (COSTA, 1994, p. 96)[15]

Só que Jurandir também problematiza a base teórica usada por Lasch por considerar que ela fragiliza seus argumentos no que diz respeito à tradição que pretende salvarguardar. Para Jurandir o referencial teórico que Lasch utiliza compromete o alcance de sua tese.

> [...] a marca patente frankfurtiana cortou-lhe o fôlego. O freudo-marxismo tem limitações, e a principal é a de confiar em critérios transistóricos para o julgamento do bem e do mal. Em última instância, Lasch era um racionalista. Acreditava que Freud e Marx haviam descoberto a pedra filosofal da moral pública e privada. [...] Por isso, abriu o flanco a críticas de conservadores, radicais, pós-modernistas e todos quantos não cessaram de perguntar: se a moral contemporânea é "narcisista", onde está inscrita a verdadeira moral pública e privada? Em O capital ou em A interpretação dos sonhos? O que é uma moral não narcisista? É a moral patriarcal, machista, racista, discriminadora de minorias sexuais como a de nossos avós e bisavós? Ou é a moral imperialista, colonialista, stanilista, estatizante, totalitária e opressora do exercício das liberdades individuais? Em que e por que a velha moral, com ou sem verniz marxista e freudiano, seria melhor do que uma moral voltada para o culto do corpo, da sensibilidade terapêutica ou da obsessão pela sobrevivência e pelo consumo? O que, na idéia de "tradição", pode garantir a moral idealista de Lasch?
>
> Se houvesse lido mais atentamente Wiliam James ou o contemporâneo Richard Rorty, Lasch talvez não tivesse encontrado dificuldades em refutar tais argumentos. Seu impulso original, na defesa de virtudes cívica e pessoais, poderia ter recebido uma tradução teórica mais feliz. Defender a tradição não é, como querem os conservadores, congelar o mundo no status quo. É procurar preservar pragmaticamente tudo aquilo que nos torna indivíduos capazes de agir eticamente com autonomia. [...] O fundamental, na idéia de tradição, Lasch poderia ter explicado, é **manter os experimentos morais que modelaram nossa imagem de sujeitos éticos** (COSTA, 1994, p. 96-7)[16]

[15] Grifo meu
[16] Grifo meu

O nosso Gilberto Freyre, talvez como nenhum outro intérprete do Brasil, percebeu a importância dos elos solidários, ou de reconhecimento mútuo, em nossa formação e o quanto eles significavam diante de um processo modernizador carregado de forte tendência padronizadora. Ao mesmo tempo ele entende que os valores "universalistas" introduzidos com a modernização que desembarca de fora só são assimilados por conta desta potencialidade democrática inscrita em nossa formação. Ele compreendeu a importância contaminante da sociabilidade solidária não apenas para dar conseqüência ao que a modernidade nos oferecia de valores universais, mas também para moderar a fragmentação e a padronização que acompanhavam o processo modernizador, o que o autorizou a pensar num percurso brasileiro singular de modernização, até mesmo como uma alternativa moderna de civilização, portadora de valores universais, mas também de fortes referências solidárias. Neste sentido podemos dizer que Gilberto Freyre compreendeu a importância de valorizar certa tradição brasileira, por esta expressar "experimentos" que nos fortaleceram a "imagem de sujeitos éticos".

> Para esta relativa estabilização de traços como que provisoriamente combinados e não, propriamente, para uma "síntese cultural" que importe em alguma coisa de definitivo, de brônzeo, de estatuesco, de acabado, é que se dirigem também as culturas diversas que vêm concorrendo para a formação brasileira, **mais pela reciprocidade que pelo choque de antagonismos**[17]". (FREYRE, 2002, p. 686)[18]

O viés democrático contido neste tipo de formação brasileira, conjugado com a sociabilidade solidária emanada dos mucambos com a colaboração mediadora do mulato, cuja ascensão social extrapolou movimentos individuais e adquiriu significado social, segundo Freyre, tem um peso no processo de modernização. A integração social do mulato e a consequente mediação social exercida por ele não implica em nenhuma "síntese cultural" holicizante, com o sacrifício das diferentes tradições. Pelo contrário, há uma experiência pretérita democrática, embebida de reciprocidade e pluralismo que agrega um outro valor /caráter ao tipo de democracia mais individual que a onda moderna propaga através de uma institucionalidade pautada em direitos liberais individuais. Desta forma, ao movimento de exclusão resultante da luta pela auto-preservação, intrínsico à ordem liberal pautada em direitos de indivíduos atomizados, se superpõe um movimento de inclusão impulsionado por relações de reciprocidade. A

[17] Grifo meu – dizer que a reciprocidade prevalece sobre o choque de antagonismos tem quase o mesmo significado de contrapor luta por reconhecimento à luta por auto-preservação.
[18] Grifo meu

modernização brasileira, portanto, não foi definida apenas pela padronização excludente daquele primeiro período de reeuropeização, mas também pela sociabilidade agregativa dos mucambos, que, em certa medida, colonizou as mansões através da mediação do mulato, ou melhor, dos mulatos no plural, como categoria social, para além dos movimentos individuais de cada um. Ao reiterar estas questões da nossa modernização, não pretendo, e os fatos também não me autorizariam a tal, afirmar que somos um exemplo do melhor dos mundos solidário e democrático. Ao contrário, penso que a nossa modernização, iniciada no século XIX, como diagnostica Gilberto Freyre, nem sempre percorreu este possível caminho singular favorecido pelo nosso potencial democrático e republicano. O que prevaleceu foi uma modernização excludente, hegemonizada pela lógica atomista e dispersiva, situação que se agravou com a instauração da Primeira República e de uma matriz autoritária, com forte influência de modelos abstraídos de nossas circunstâncias. Talvez a solução do enigma do atraso e da brutal exclusão social do Brasil esteja exatamente na prevalência de soluções políticas orientadas por modelos que recusaram positividade à nossa formação ibérica miscigenada, que desprezaram o poder agregativo da nossa sociabilidade solidária e desqualificaram a nossa tradição em equilibrar antagonismos, cuja base é o reconhecimento do outro e o diálogo entre diferentes. No entanto, penso que, em alguns momentos da nossa história política, soubemos converter aquilo que era um potencial democrático e republicano em experiência concreta de inclusão e participação, quando, sendo modernos, nos reconciliados com a nossa Ibéria. Trata-se, portanto, de reconhecer uma vocação democrática e republicana inscrita na tradição ibérica portuguêsa.

CAPÍTULO 4

Conflitos e Equilíbrios na Nascente Modernidade Brasileira

O reconhecimento da magnitude e significado dos modernos conflitos brasileiros é quase uma obviedade largamente marcada na análise de Gilberto Freyre que, no entanto, não se enclausurou' nesta tônica. O interessante em Freyre é a incorporação de outros aspectos em sua análise que o levam a observar elementos de agregação situados no âmbito da própria sociedade, como tivemos a oportunidade de ver.

Destacar aqueles elementos de agregação no âmbito da sociedade não é pouca coisa, num ambiente marcado por grande esgarçamento de conflitos. Até por isto é importante fazer um painel sucinto dos principais conflitos que mobilizavam o ambiente político brasileiro de então para ajudar a compor o cenário em que se desdobrava a modernização brasileira. Antes, porém, é bom ressaltar que, mesmo para Gilberto Freyre, havia vários Brasis, a desempenharem papéis distintos em nossa formação, especialmente, no que diz respeito à contribuição para a agregação/coordenação e, no sentido inverso, para a desagregação e o esgarçamento dos elos sociais. E a depender da força prevalecente, centrípeda ou centrífuga, seríamos um Brasil ou vários Brasis. Em entrevista ao Diário de Notícias da Bahia em 1945, Gilberto diz que a Bahia "é na formação brasileira mais do que qualquer outro centro de vida nacional ou regional, a cidade ou a civilização, com uma responsabilidade única, mantida através do Império e da República [...] de coordenação do que há de disperso [..]. Sem bahiano, só com gaúchos, paulistas ou pernambucanos, talvez não houvesse o Brasil, mas vários pequenos Brasis. [...] A verdade a ser reconhecida por todos é que cada vez que é preciso ao Brasil pensar e agir antes politicamente que industrial, intelectual, comercial ou militarmente, o leader natural, o coordenador de direito dos nossos esforços é a Bahia." (FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE, 2008) Esta não é a única vez que Gilberto Freyre se refere às distintas forças que tensionavam o processo modernizador brasileiro. A pertinência da sua observação sobre os papéis que determinados estados da federação exerceram praticamente nos induz a buscar as razões destas distinções. Mesmo sem ter este trabalho o objetivo de aprofundar as razões destas diferenças, ainda assim a tentação de lançar algumas pistas é grande. Talvez a própria recepção de teses com um viés racionalista abstrato, entre elas as positivistas, tenham fomentado posturas que, por sua vez, influenciaram opções que seguramente tiveram desdobramentos efetivos na vida política. No entanto, penso que é uma Bahia expandida para além das

suas fronteiras geográficas que colaborou para que prevalecesse o senso reformista e os elementos de agregação. A Bahia, aqui, representaria toda aquela tradição de contemporização e de diálogo. Também isoladamente a Bahia pouco poderia, mas a Bahia impregnada no Brasil, esta sim seria capaz da obra coordenadora que Gilberto Freyre lhe atribui. Ademais, como nada é unilinear, a própria Bahia não foi imune às influências dispersivas de então.

Ainda no período de D. João VI, confirmando a vocação rebelde de Pernambuco identificada por Gilberto Freyre, eclode em 1817 a Revolução Pernambucana, sinalizando para uma possível tendência de fragmentação do Reino no Brasil em diversas repúblicas, fruto que era das mesmas influências teóricas e políticas que provocaram a dispersão da América espanhola em diversas nações. No entanto, era variado o repertório de motivações que influenciaram a eclosão do movimento pernambucano, compondo um quadro complexo, como também contava uma tradição, ou uma história que permitiu até aquele momento a integração ou integridade da colônia, com destaque para as "lutas com os holandeses" como lembra Varnhagen, que chegaram a mobilizar outras províncias em socorro dos pernambucanos, como Rio de Janeiro, Maranhão, Espíritio Santo, indicando elementos de uma já integração "nacional" (VARNHAGEN, 2002, p. 63). Ao tempo da Revolução Pernambucana, as classes proprietárias já resistiam fortemente, então, ao monopólio do comércio pelos portugueses, mas igualmente às pressões inglesas pelo fim do tráfico dos escravos. Presente, portanto, um viés nacionalizante e uma inspiração liberal, ainda que não tão larga a ponto de conter o tema da abolição, compondo, portanto, um movimento idependentista que sustentava a escravidão. A complexidade não para por aí, já que a própria condição de reino atribuída ao Brasil com a chegada da corte também despertava apoio popular, o que contribuiu para lastrear o processo reformista da independência. O ideário republicano, de cunho separatista e/ou federalista era mais forte entre um segmento nascente, ainda pouco expressivo, que eram as classes médias incipientes, sensíveis também a todo um apelo jacobino radicalizante. O movimento, no entanto, era liderado pelas classes proprietárias, cujo foco era acabar com o governo lusitano, considerado autocrático, e nacionalizar o comércio, mantendo a escravidão. Portanto, as influências eram difusas, entre elas aquela ainda exercida pelo Aerópago de Itambé, fundado em 1796, pelo Padre Manuel Arruda Câmara, e dissolvido em 1802, para se tentar conter a propagação do ideário da Revolução Francesa. A tentativa foi vã,

já que foram aquelas idéias revolucionárias que forjaram as chamadas “academias”, como a dos Suassunas, e tomou conta do Seminário de Olinda, fundado por Azevedo Coutinho e que era uma quase continuidade do Aerópago, tal a liderança que exercia Arruda Câmara sobre professores do Seminário, como João Ribeiro, seu discípulo e herdeiro político, e o Frei José Laboreiro. A revolução de 1817 ocorre num contexto de insatisfações, geradas pelas pesadas taxações e pelo declínio das principais atividades econômicas de Pernambuco, as culturas do algodão e da cana de açúcar (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção de Algodão, Açúcar e Aguardente de Cana em Pernambuco entre 1801 e 1817.

Produto	Ano	Quantidade
Algodão (arrobas)	1805	282.730
	1807	324.765
	1808	88.715
	1811	99.077
	1815	186.667
	1817	242.804
Açúcar (arrobas)	1801	756.304
	1806	873.000
	1808	148.544
	1812	298.127
Aguardente de cana (pipas)	1811	2.579
	1812	2.269
	1815	791
	1816	795

Fonte: HOLANDA, S. B de, (Org.). **História Geral da Civilização**, tomo II O Brasil Monárquico, O Processo de Emancipação, p. 245, 2003.

Já em 1801, antes, portanto deste período de economia regional declinante, as idéias revolucionárias motivavam organizações e movimentos como a abortada conspiração dos Suassunas em 1801 que, apesar de não ter se concretizado, ajudou a consolidar um pensamento nacional contra o domínio colonial, constituindo-se mesmo em uma espécie de prévia para a Revolução Pernambucana de 1817. Os próprios irmãos Suassunas, seus líderes, se destacaram na revolução de 1817, que também

contou com importante participação de militares e do clero, chegando a ser identificada, com propriedade, por Oliveira Lima como uma “revolução de padres”, já que era efetiva a contribuição do clero para a expansão das idéias liberais, especialmente no Nordeste. Até mesmo a idéia de conquistar o apoio de Napoleão para uma possível nova República pernambucana foi cogitada pelos membros do Aerópago que não deixaram de atuar após o seu fechamento, refletindo a grande influência de processos revolucionários à francesa e, nesse caso, literalmente bonapartistas. O fato é que as idéias revolucionárias inspiradas pela Revolução Francesa prosperaram entre a elite pensante pernambucana. O próprio governo provisório, instalado em 1817, constituído por cinco membros seguiu a fórmula do Diretório da França de 1795. Porém, mesmo no interior deste movimento não faltou o conflito entre os mais radicais, jacobinos como Domingos José Martins, e aqueles mais moderados, como José Luís de Mendonça, rotulado de girondino por Oliveira Lima, que chegou a pensar em uma solução mais reformista que mantivesse o apoio à Monarquia.

Seguindo o raciocínio de Gilberto Freyre, se as porções pernambucana e/ou rio grandense do sul, em distintos momentos, tensionaram pela fragmentação, prevaleceu, no entanto, o modo bahiano negociador, no jogo político que acabou por definir a solução brasileira. Ou seja, conflitos existiram e fortes, mas o fato de prevalecer a unidade nacional fortalece a idéia da predominância da atitude de buscar o equilibro de antagonismos.

Com D. Pedro I continuam os conflitos a se agudizarem, mas é preciso reconhecer que a sua própria permanência, decidida com o Fico em 9 de janeiro de 1822 também reflete uma impressionante capacidade de resposta política. A decisão evidentemente não era fácil. A hesitação inicial de D Pedro retratava a cautela de quem pretendia uma solução que contasse com o apoio das Cortes, no plural, ou seja, a que se decidira pelo Brasil e a instalada em Portugal, além da prévia deliberação do próprio pai, que, aliás, foi quem, já em sua própria partida, sugerira a permanência do príncipe para garantir o elo entre as Cortes do Reino e facilitar futuras soluções de conflitos políticos, já previsíveis então. D. Pedro, apesar de sua personalidade impetuosa, segue esta linha e busca, pela cautela, a oportunidade de uma pactuação política.

A revolução liberal portuguesa avançara para exigir, na virada para o ano de 1822, através de decretos, o retorno do Príncipe e a extinção dos tribunais superiores do Rio. Portanto, para prosseguir numa rota liberal, colocava-se como nunca para o Brasil a

questão da nacionalidade. As pressões sobre D. Pedro aumentavam, tanto no sentido de partir, como de ficar. A sua permanência estava predominantemente condicionada à instauração de uma monarquia constitucional e também significava o atendimento a amplíssimas demandas da nacionalidade brasileira.

> O Fico transcende qualquer cor política porque soma o passado para inaugurar a emancipação. Aglutina interesses e esperanças de indivíduos e de grupos, brasileiros que pretendem atrair D. Pedro e portugueses que vêem nele ainda um compatriota; funcionários ameaçados nos seus proventos; monarquistas de todos os matizes e até republicanos disfarçados – que poderiam desejar a ausência do Príncipe, mas de repente vêem, ou pelo menos sentem, confusamente, o que ela significa: não só a perda de empregos, de negócios, de regalias, mas a dissolução do Brasil. Favorável às ordens de Lisboa, no Rio, só mesmo a tropa lusitana ainda poderosa – mas que vai ser desafiada por soldados brasileiros e pelo povo, sem distinção de raça ou origem, armado de cacete, facão e carabina. Por outro lado, também estão presentes São Paulo e Minas, por meio de vigorosas mensagens, além de um emissário do Rio Grande de São Pedro. Falta ainda o Norte, mas a partir dessa data é que vai ser possível incorpora-lo, com D. Pedro liberal e brasileiro.
>
> Virtualmente a Independência estava assegurada ou, melhor, arrematava-se a obra do reinado joanino; daí talvez a extraordinária solenidade daquele dia – impossível repetir-se, diria José Clemente Pereira quase vinte anos depois, e não apenas movido pela tendência a ampliar o ato de que ele fora um dos próceres. Se não havia ainda a consciência, nem o desejo, em parte, da separação dos reinos, havia o mais importante: a noção de que se prativaca um gesto da vontade nacional. Pouco importa que algumas províncias atrasem a sua adesão. Prendia-se D. Pedro ao Brasil para acabar de seduzi-lo e com ele instaurar o Império. Faltava proclamar a separação do reino europeu, faltava mesmo em parte desejar essa separação, mas a luta que tomava o nome de Independência seria sobretudo em torno das instituições que formariam o novo Estado. Em torno delas, e da tradição monárquica, se consolidaria a unidade do país. (HOLANDA, tomo II, v. 3, 2003, p. 186, 187)

Essa contextualização é indispensável para se compreender o significado do gesto político, que não foi unilateral e muito menos, simploriamente, algo apenas de cima para baixo. D. Pedro foi atraído por um movimento de caráter nacional, que envolveu o povo brasileiro, “sem distinção de raça ou origem”, partindo de importantes regiões, para ampliar-se para o conjunto do país. Ao dizer que ficava “para o bem de todos” ele de fato atendia uma expectativa nacional e, desta forma, viabilizou uma solução política que, em torno da tradição monárquica, consolidou a unidade do país. Antes mesmo do dia 9 de janeiro D. Pedro já convidava José Bonifácio para ministro, indicando seu objetivo de compor um ministério com brasileiros. A escolha de José Bonifácio também é significativa pelo que ele representava e por sua sensibilidade às questões nacionais. Tendo voltado ao Brasil em 1819, após 36 anos morando na Europa, onde se formou em Filosofia e em Leis pela Universidade de Coimbra, Bonifácio iniciou tardiamente a vida política, aos 56 anos. Sua militância ativa pela permanência

de D. Pedro no Brasil, quando compunha a junta governativa de São Paulo, consolidou sua liderança política como principal figura do Partido Brasileiro que agregava os que se posicionavam pela independência. Adquirindo a confiança de D. Pedro, ele vai desempenhar papel decisivo na sua conquista para a causa da nacionalidade brasileira. Neste processo de atração de D. Pedro vai pesar a postura crítica de Bonifácio em relação à pretensão recolonizadora por parte de Portugal, insinuada pelos desdobramentos da efêmera revolução do Porto – 1820-1823 – interrompida pelo recrudescimento absolutista que restabeleceu a plenitude de poderes para D. João VI, ainda que este não a tenha reclamado. No entanto, não se orientava José Bonifácio por posições simplórias ou polarizadas. Seu raciocínio político era complexo, como também o foi o de D. João VI, ao enfrentar as disputas entre liberais e absolutistas em Portugal, buscando sempre um termo de moderação. O que interessa é que ambos compartilhavam uma postura que enxergava na moderação o caminho capaz de considerar a complexidade da vida real e, assim, indicar soluções mais estáveis para os conflitos políticos. E não eram simples os conflitos que estavam em jogo. No caso de Portugal, de um lado estava a revolução liberal, cuja constituição D. João VI acatara, numa demonstração de busca de conciliação, diferentemente de D. Carlota Joaquina que se recusara ao juramento da constituição e que junto com o filho, o infante D. Miguel, operou insistentes conspirações pelo retorno do absolutismo, afinados com o lado do ambiente político português que lutava pela restauração das prerrogativas absolutas do rei. Na verdade D. João VI se sentia politicamente desconfortável nos extremos. O fato é que em Portugal a experiência liberal representava menos um avanço efetivamente democrático, que indicasse alguma inclusão de segmentos populares, do que a introdução de uma forma de cartesianismo político importado. A própria Revolução do Porto fora um pronunciamento de oficiais militares com pequeno apoio de civis, no melhor estilo bonapartista, motivada também pela insatisfação com a permanência do marechal inglês Beresford no comando do Exército e da ainda ocupação de postos militares por oficiais britânicos, tempos depois de encerrada a guerra, já que Napoleão fora destronado em 1815. Mas a influência francesa sobre o movimento também extrapolava para o outro campo. No lado oposto do espectro político, a Vilafrancada em 1823, movimento restaurador do absolutismo que liquida com a Constituição liberal de 1822, fruto da Revolução de 1820, fora também pautada pelo Exército, que contou com o apoio do próprio infante D. Miguel. Havia, portanto, no cenário português a novidade da influência política crescente do Exército, embalada pela participação das Forças

Armadas nas guerras napoleônicas. O que D. João enfrenta é o dilema de governar entre dois poderes: o que lhe conferia autonomia de rei, restaurada pela nova ordem, e o poder paralelo que a própria rainha exercia através da presença de seu filho Miguel no comando supremo das Forças Armadas. O maior desafio político de D. João VI foi o enfrentamento contra a facção restauradora organizada em torno D. Carlota e D. Miguel, que só seria equacionado com o exílio de D. Miguel após mais uma tentativa de golpe conhecida por Abrilada, vencida por D. João, depois de surpreendido pelo movimento. D. João tentou todo o tempo se equilibrar entre estes pólos e assumiu uma posição moderada, prometendo, inclusive a outorga de nova Constituição, inspirada em idéias de Benjamin Constant, mas que também atestasse o espírito de moderação que valorizava. O fato é que esta moderação não servia aos governos da Europa que buscavam ordem contra o espírito de sedição que geraram a desestabilização européia. Desta forma, a moderação retratada na proposta de Carta Constitucional foi considerada como um "fator pertubador da ordem contra-revolucionária européia, onde as opiniões públicas poderiam ver nisso um precedente para reivindicar novas ordens políticas, diferentes das que haviam derrotado Napoleão." (PEDREIRA &COSTA, 2008, p. 404) A idéia de constitucionalização da monarquia que D. João defendia só vai ser retomada com D. Pedro IV – D. Pedro I do Brasil – quando este foi conduzido à condição de Rei de Portugal com a morte de seu pai em 1826 e por determinação deste. Evidente que a decisão de D. João VI quanto à sucessão do trono indicava sua opção política e D. Pedro honrou a expectativa. Usa o seu curto período como Rei, impossibilitado que estava de acumular a condição de Imperador do Brasil com a de Rei de Portugal, para promulgar a Carta Constitucional de 1826, conseguindo o juramento de todos, inclusive de D. Miguel. A Carta conciliava a Constituição de 1822 com as prerrogativas dos direitos do soberano. Adotando o caminho da moderação, ele não agradou nem aos vintistas[19] mais exarcebados e nem aos conservadores mais empedernidos. Abdicando ainda em 1826 em favor da filha, D. Maria da Glória, ainda com sete anos, deixa D. Miguel como regente, indicando mais uma tentativa de conciliação que previa o juramento da Constituição por D. Maria quando da maioridade e o seu casamento com o D. Miguel, seu tio. D. Miguel, no entanto, persiste na radicalização passando a governar como rei absoluto em 1827. Também no Brasil, outra ordem de conflitos, entre o Imperador e os liberais acaba por levar D. Pedro à abdicação em 7 abril de 1831, o que o faz retornar à

[19] Termo referido aos que promoveram a revolução de 1820

Europa acompanhado da filha D. Maria II, dedicando-se, a partir de então, à ação política para fazer D. Maria rainha de Portugal. Esta era, inclusive uma reivindicação dos liberais portugueses, demonstrando que no conflito entre liberais e absolutisas D. Pedro optava por um caminho mais liberal, sendo reconhecido o seu papel para afirmar uma experiência liberal que definiu o Portugal contemporâneo.

No Brasil, no entanto, a relação de D. Pedro com os liberais foi mais tumultuada. A controvérsia com a Constituinte de 1823 era menos pelo conteúdo legal liberal que ela introduzia, até porque a Constituição promulgada em 1824 avançou em muitos pontos em relação ao que a Constituinte de 1823 propusera, e mais pela questão de poder, que era evidentemente decisivo para a definição do modelo liberal que se afirmaria. O ponto era a prerrogativa de sanção das leis pelo Imperador, questão crucial por tratar exatamente do tamanho do poder que caberia a cada instituição do novo Império. Este seria, portanto, o grande motivo da dissolução da Constituinte, até porque a Assembléia Constituinte não deu razões para tal, já que prevaleceu a serenidade no seu ambiente, cientes que estavam os constituintes da delicadeza do momento político e da importância de se garantir estabilidade e unidade ao novo Império brasileiro, até porque era hegemônica a influência dos grandes proprietários. O argumento de dissolução para se evitar radicalização não tinha respaldo nos fatos, a não ser pela ação de minorias muito pontuais. Até mesmo um antídoto às tendências regionalistas e centrífugas afirmou-se na lei: atribuía-se ao Imperador a nomeação dos presidentes de província, superando o precedente aval descentralizador promovido pelo decreto português de 29 de setembro de 1821, que consolidava aquelas tendências fragmentadoras, via a organização de juntas governativas para os governos provinciais. Na verdade o Imperador suspeitava que a subtração de sua autoridade pusesse em risco a nova ordem, recebendo aí influência direta de José Bonifácio, ainda seu principal conselheiro, cuja preocupação era garantir centralidade institucional para contornar os riscos da fragmentação. Afastado do ministério por D. Pedro, José Bonifácio soube manter discrição na Assembléia, colaborando até o último momento para uma solução conciliadora, apesar da severa rija que se instaurou entre o Imperador e os Andradas. Mas as cricunstâncias políticas de Portugal acabaram por fortalecer as idéias mais conservadoras, contribuindo para compor um quadro político que favoreceu a iniciativa de D. Pedro de dissolver a Consituinte em 12 de novembro de 1823. O grave foi a destituição em si, já que ela significava um recuo efetivo no processo de democratização

e compartilhamento do poder. Mas, a constituição que D. Pedro outorgou em 24 de março de 1824 reproduziu e ampliou o conteúdo discutido ao longo do período constituinte de 1823, de autoria basicamente de Antonio Carlos Andrada. Avançou em pontos importantes, como o que se referia ao universo eleitoral: o censo eleitoral abrigava um espectro maior de eleitores, mas mantinha o critério restritivo econômico para participação. No entanto, não constou da Carta de 1824 a proposta de José Bonifácio ao projeto de 1823 que tratava da emancipação gradual dos escravos, justificada na sua Representação à Assembléia Geral Constituinte sobre a escravidão, que já obtivera reações negativas no interior da própria constituinte e que rendera a José Bonifácio a oposição dos grandes proprietários.

> O mal está feito, senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão. Acabado o infame comércio de escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país livre de todo deste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos, e aumentemos, todos os seus gozos domésticos e civis; ... (MULTIRIO, 2008)

Também não prevaleceu a idéia de José Bonifácio de estabelecer uma espécie de pré-regulamentação trabalhista, através do reconhecimento de "contratos entre senhores e os escravos", que permitiria certo controle destas relações por parte do Estado. No tocante à condição de cidadania, a Constituição passava a definir que eram cidadãos brasileiros:

> Artigo 6º
> I. [...] os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingenuos ou libertos ainda que o pais seja estrangeiro [...]
> II. Os filhos de pais brasileiros e os illegítimos de mãi brasileira, nascidos em paíz estrangeiro, que vierem a estabelecer domicílio no Imperio.
> III. Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro a serviço do Império, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brasil.
> IV. Todos os nascidos em Portugal ou suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na epocha em que se proclamou a independência nas Províncias, onde habitavam, adheriram a esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residencia.
> V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja sua religião.
> A Lei determinará as qualidades precisas para se obter a carta de naturalisação (HOMEM DE MELLO, 1868).

Ampliava, portanto, o que previa o projeto de 1823 que considerava brasileiros todos os habitantes livres do Brasil e os nascidos na terra. Cidadania que, no entanto, foi precarizada pela omissão de mínima regulação das relações entre senhores e escravos, o que asseguraria também mínimas salvaguardas aos escravos. Estes, portanto, permaneciam sem cidadania efetiva, enquanto incorporava-se à Constituição de 1824 os direitos formais individuais oriundos da Declaração dos Direitos do Homem da

Revolução Francesa. O projeto de 1823 que já integrara os mesmos direitos formais adotara, no entanto, uma importante distinção política, ao reconhecer que "não se tratava aqui de direitos propriamente 'políticos' e sim de regalias individuais ou civis." (HOLANDA, 2003, tomo II, v. 3, p. 288) José Bonifácio, tido até como um anti-liberal, destacou-se, no entanto por propostas que iam muito além do ideário liberal, fixado no âmbito da garantia de direitos formais. Bonifácio buscava politicamente a materialização de direitos, tentando persuadir seus pares do absurdo que era a condição da escravatura. Seu raciocínio político não se orientava por teses abstratas, mas pelas circunstâncias brasileiras. Identificava, assim, os problemas que considerava obstáculos para um desenvolvimento do país. Desta forma, além de precursor do abolicionismo, José Bonifácio foi pioneiro da reforma agrária, defendendo restrições às grandes propriedades e o estímulo à pequena e média propriedade. Precedeu também Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre na valorização da mestiçagem, considerando-a um veículo para a integração do país. Já vislumbrava, muito adiante do seu tempo, a questão ambiental e foi autor da primeira lei contra o desmatamento, obrigando a recuperação e reflorestamento destas áreas degradadas, o que confirma o seu apreço ao sublunar, em detrimento de conjecturas mais abstratas.

Inovação e tradição se conjugaram na prática política de José Bonifácio. Talvez o fato de balizar suas idéias inovadoras pelas circunstâncias tenha favorecido sua postura equilibrista ao longo do processo da independência, defendendo a conjugação da ruptura com Portugal e a preservação da monarquia com D. Pedro, apostando que esta solução viabilizaria a unidade e a estabilidade indispensáveis para a consolidação da nação brasileira, exatamente por atender aos anseios de inovação idependentista, ao tempo em que gerava as condições de estabilidade por amparar-se no reconhecimento do que também era caro à sociedade brasileira e que a tradição oferecia.

Até a grande novidade no arcabouço institucional que então se criava – a introdução de uma instância moderadora de poder, ao lado das já então assimiladas, executiva, legislativa e judiciária que compunham o equilíbrio de Montesquieu – pode ser vista sob a ótica de um excesso equilibrista. A idéia do poder moderador, não sendo nova, pois constava das teses de Benjamin Constant, foi aplicada inauguralmente no Brasil sob D. Pedro I, e depois em Portugal sob D. Pedro IV, o próprio D. Pedro I do Brasil. Mesmo considerando as intenções centralizadoras de D. Pedro, decidido a contornar instabilidades que comprometessem a unidade do nascente projeto nacional, o

fato histórico é que para além dos arroubos centralistas de D. Pedro I, o poder moderador acabou funcionando por quase meio século no Brasil, com D. Pedro II, como um efetivo excesso equilibrista, garantindo alternância ao evitar que o grupo no poder se perpetuasse por eleições "preparadas", ratificando o poder ministerial como Executivo, contrariando o vaticínio de Frei Caneca de que seria o "poder moderador [...] a chave mestra da opressão da nação brasileira" (HOLANDA, 2003, tomo II, v, 3, p. 297). Até Benjamin Constant reconheceria que suas teses tiveram terreno propício para prosperar num Brasil já afeito a tendências moderadoras e D. Pedro I seria tratado por ele como o "homem da liberdade européia", por conta do embate que travou contra o absolutismo em Portugal.

A Confederação do Equador retratou outro conflito importante, nascido de um movimento federalista republicano, sob a inspiração de Frei Caneca, que influenciou D. Pedro I na decisão de fechamento da Constituinte de 1823. O movimento foi capitaneado, mais uma vez, por Pernambuco, envolvendo, além do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que integraram o movimento de 1817, além de Piauí e Pará, tendo como comandante formal Manuel de Carvalho, convicto adepto das teses federalistas que bebeu na fonte americana, quando exilado nos Estados Unidos após a Revolução Pernambucana de 1817. O caldo de cultura revolucionário, marcado pelo ideário da Revolução Francesa, era o mesmo que já motivara o abortado movimento dos Suassunas em 1801, a Revolução de 1817 e, agora, a Confederação de 1824, todos com caráter predominantemente republicano. Ainda estava latente o complexo quadro de conflitos que consumia Portugal desde a Revolução Liberal do Porto de agosto de 1820, vitoriosa em setembro em toda Portugal e derrotada em 1823, com o retorno da primazia real, repercutindo sobre o cenário político brasileiro. Como vimos, a exaltação liberal do movimento do Porto foi acompanhada por uma redefinição do Império Português com foco no próprio interesse da metrópole, não necessariamente coincidente com o do Brasil, então parceiro de reinado. A exigência de retorno de D. João VI a Portugal abriria no Brasil uma lacuna política quase incontornável, sinalizada pelos distúrbios sociais pela permanência de D. João que sacudiram o Rio de Janeiro em abril de 1821 às vésperas da partida da Corte, não fosse a inteligente a solução de conciliação, que atendeu aos reclamos lusitanos e brasileiros. D. João parte, mas permanece D. Pedro I, como regente, decidido a afirmar um governo liberal, apesar das dificuldades financeiras provocadas pelo regresso da corte e da limpa dos cofres.

Coerente com a orientação liberal, fez cortes em impostos, tidos como excessivos, garantiu, por decreto, as liberdades individuais e criou normas contra desapropriações que interferissem no direito de propriedade, máxima liberal. Apesar de ter feito, incialmente, um percusro liberal, estimulando a constituinte de 1823, a sua decisão posterior de fechamento desta não seria perdoada pelos liberais. Como era de se esperar, o ambiente político pernambucano fechou e a repulsa à decisão de D. Pedro se desdobrou na Confederação do Equador, proclamada a 2 de julho de 1824 por Manuel de Carvalho que, em seguida, apresentou projeto de Constituição a vigorar até a convocação da Assembléia Constituinte, prevista para 17 de agosto do mesmo ano. O projeto afirmava a adesão às "Leis que decretou e mandou executar e observar a dissolvida Soberana Assembléia Constituinte do Brasil e nenhumas outras." (HOLANDA, tomo II, v. 3, p. 265)

A atitude irredutível de D. Pedro na aplicação das penas talvez tenha sido mais um fator para a desestabilização do Primeiro Reinado. Frei Caneca, entre outros, foi condenado à forca junto com várias outras lideranças. Não houve exceções. Mesmo pedidos de clemência pelos próprios portugueses não foram considerados. Foi o caso do Major de pretos Agostinho Bezerra Cavalcanti que sempre procurou evitar os excessos policiando a cidade do Recife para evitar saques e ações descontroladas, o que lhe valeu a admiração e respeito dos próprios adversários.

O fato é que mais motivos foram oferecidos para os grupos, organizados ou não em sociedades secretas, prosseguirem na luta, inpirados em lideranças como Cipriano Barata, então já transferido para prisão no Rio de Janeiro. Tudo indica que, desde 1798, Cipriano Barata já teria envolvimento em lutas libertárias. Teria sido ele o cérebro da Inconfidência Baiana ocorrida naquele ano e até mesmo o autor do *Manifesto ao Povo Bahiense* naquela que foi a Revolta dos Alfaiates, a primeira com envolvimento das camadas mais pobres da população em torno de um ideário revolucionário. No início de 1823, estando a Bahia ainda sob domínio de Madeira de Melo, mudou-se para Pernambuco, onde inaugurou o *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, em abril de 1823. Sua ação lhe valeu a prisão a 17 de novembro daquele ano, orientada por Pais Barreto que então presidia a junta governativa da Pernambuco e que se contrapunha a Manuel de Carvalho Pais de Andrade, republicano desde 1817 e, como vimos, chefe da Confederação do Equador. O próprio Cipriano Barata também participara da Revolução Pernambucana de 1817. Formado pela Universidade de

Coimbra em Medicina, Filosofia e Matemática, Dr. Cipriano José Barata de Almeida, engrossava o rol daqueles que, mesmo sendo daquela Bahia que Gilberto Freyre percebe como tendo entre suas vocações – sempre no plural, pois não seria Gilberto Freyre se assim não o fosse – a de negociadora, participaram dos movimentos, que desde a colônia já indicavam a conformação de uma consciência do nacional distinta da metrópole, especialmente marcados pela influência das Revoluções Francesa e Americana e dos seus ideais de igualdade, fraternidade e liberdade. Cipriano Barata aliava a este ideário uma forte convicção nacionalista. Insistia em se mostrar brasileiro, desafiando a idumentária à européia, vestindo-se a caráter com trajes e tecidos nacionais. Com vestimentas consideradas rústicas, chapéu de palha à cabeça, buscava se destacar como um singular representante do Brasil, mesmo quando deputado à Corte de Lisboa. Esta sua postura acabou por inspirar os "farrapos" que adotariam uma idumentária similar para simbolizar nas vestes uma opção política.

De fato aquelas idéias liberais alçaram posições de influência na sociedade brasileira e o acúmulo de ações concentradoras de D. Pedro acabaram por enfraquecer o seu reinado. O golpe na Constituinte de 1823, a repressão violenta a movimentos como a Confederação do Equador, aliados à relevância que a Câmara e a imprensa adquiriram junto à opinião pública foram fatores que se conjugaram para a fragilização do reinado de D. Pedro I. Porém é importante reconhecer aspectos democratizantes deste período. A influência destacada da Câmara e da imprensa, decisiva no período final do Reinado indicava, por outro lado, a consolidação em curso de um ambiente democrático. Era grande o número de periódicos no país, a maioria de caráter panfletário, divulgando as idéias políticas dos seus responsáveis sem que houvesse o cerceamento desta liberdade de imprensa. A influência do Parlamento era inequívoca.

> [...] a Câmara produziu em quantidade e qualidade excelentes. Sem falar de leis menos expressivas, deu vida a uma série de dispositivos constitucionais que aguardavam regulamento, criou o Supremo Tribunal de Justiça, a Caixa de Amortização, os cursos jurídicos,; definiu a responsabilidade dos ministros e Conselheiros de Estado; instruiu sobre eleição e atribuições dos juízes de paz; votou por fim o Código Criminal, um dos melhores da época, elaborado por Vasconcelos desde 1827 e promulgado em 30. (HOLANDA, 2003, tomo II, v. 3, p. 453, 454)

O requerimento de mútuos controles entre os poderes para garantir a monarquia constitucional efetivamente ocorreu sob o Primeiro Reinado, até com vantagem para o Parlamento.

> D. Pedro só pensava em conter "o soberano", como dizia entre irônico e despeitado, referindo-se ao Parlamento. A Câmara, porém, aprendeu a conter

> o Imperador e soube canalizar a oposição aos seus desmandos. Em 26 protestava contra o recrutamento, em 27 rejeitava propostas do Executivo para fixação de forças navais, em 28 alterava a proposição orçamentária, em 29 discutia frontalmente com os ministros menos constitucionais. [...] HOLANDA, 2003, tomo II, v. 3, p. 453, 454)

Por outro lado, a imprensa alargava suas prerrogativas, consolidando um efetivo espaço democrático.

[...] O humor dos periódicos tomaria formas cada vez mais ousadas.

> A "revolução brasílica" não se centralizara "para sempre" num "executivo forte", como queria José Bonifácio, e sim no Parlamento que ia salvá-la; acompanhado, no entanto, ou precedido às vezes, pela imprensa dia a dia mais vigorosa. O golpe de 23 suprimira a liberdade de expressão do pensamento; em 25 o francês Chapuis fora expulso por ter criticado no Verdadeiro Liberal os termos do ajuste de paz com Lisboa; em 26 a instalação da Assembléia acarretou o reaparecimento dos jornais oposicionistas. Suas páginas de pequeno formato passaram a comprimir e veicular todos os temas, todos os assuntos de interesse público debatido no Congresso. Em 1830 já havia no Brasil mais de 40 órgãos da ideologia do século ou pelo menos capazes de censurar o Governo, num total de 54 periódicos. [...] (HOLANDA, 2003, tomo II, v. 3, p. 455, 456)

O *demos* também ingressava na política, conferindo uma feição popular ao processo democratizante que se verificava.

> "O povo miúdo está atrevido", dizia-se em 28. Os mulatos entravam cada vez mais na política. O júri absolvia sempre os acusados de crime de imprensa. A par dos "clubes" – simples pontos de reunião, mas de fecunda reunião, como aquele que Evaristo mantinha na sua livraria. A Maçonaria revigorada e outras sociedades secretas contrapunham-se aos Colunas e a todos os que desejavam "o Imperador sem trabalho", isto é, sem Câmaras. Em 29 esse rumor se acentuara. "O nosso adorado Imperador" estaria "coacto", maliciava a Astréia; estaria em vésperas de ser obrigado a tornar-se absoluto... mas nesse caso não haveria brasileiro que não "corresse às armas" para reintegrar na posse de sua autoridade constitucional... Não precisaria tanto. A oposição consolidava-se. Os colégios eleitorais que formaram a segunda legislatura, escrevia o diplomata americano Tudos, demonstravam "séria atenção às responsabilidades e notável firmeza no resistirem a qualquer influência indébita". E nos conselhos do trono reconhecia-se que "a força moral de S. M. tem diminuído" ao passo que "a força moral da Câmara dos Deputados tem aumentado". Desiludida por completo com a demissão de Barbacena, a Câmara enfrenta e afronta o Governo. Retira ao imperador terras que ele acrescentara, porventura irregularmente, à fazenda Santa Cruz. E encerra a sessão legisltiva de 30 obrigando o Senado a concordar com a reunião das duas Casas, de acordo, aliás, com a Constituição, para juntos discutirem e votarem os cortes impostos ao orçamento pela mesma Câmara e rejeitados pelos senadores áulicos. O povo acompanha o incidente com entusiasmo, sabendo que os seus representantes vitalícios ficarão em minoria, festeja os deputados, acompanha-os na rua, atira flores. E a D. Pedro, que o cortejo cruza por acaso, dirigem-se apenas alguns gritos que irão tornar-se o estribilho da abdicação: "Viva o Imperador constitucional!" [...] que logo mais será explícito no "viva o Imperador enquanto constitucional". (HOLANDA, 2003, tomo II, v. 3, p. 456, 457)

O reinado de D. Pedro I, mesmo que por complexas vias, acabou fortalecendo o constitucionalismo. A verdade é que a própria abdicação em 1831 deixou aberto o

caminho da conciliação, representada pela solução de renovação/continuidade com D. Pedro II, alternativa que se tornara possível pela afirmação da Monarquia Constitucional, apesar de todos os sobressaltos, ao longo do Primeiro Reinado. A Revolução se fizera pela reforma, via a constitucionalização da monarquia.

> O povo que em março e abril de 31 vivava o imperador "enquanto constitucional", oferecia ao mesmo tempo uma alternativa conciliadora no "Viva D. Pedro II!" Não deixava de ouvir, entretanto, a palavra de Vasconcelos, e era essa a melhor maneira de cumpri-la. "Eu persuadirei o povo que resista[...]" A liberdade consticucional foi realmente a revolução daquele tempo, que se consumaria na legalidade do Império. BUARQUE DE HOLANDA, 2003, tomo II, v. 3, p 459)

Foi certo que a nova onda revolucionária anti-abosolutista em Paris, que depôs Carlos X também exerceu sua influência sobre os desdobramentos do 1831 no Brasil. Carlos X, sucedendo o governo moderado de Luís XVIII, reinou entre 1824-1830. A consolidação do movimento liberal que se afirmava desde 1827 com a vitória parlamentar dos seus representantes provocou uma reação firme de Carlos X. Com ordenações de julho de 1830 reintroduziu a monarquia absoluta de direito divino, suspendeu a liberdade de imprensa, dissolveu a Câmara recém eleita por eleição convocada por ele mesmo, mas que confirmara o predomínio liberal, redefiniu os critérios do censo eleitoral concentrando poder numa minoria, passando a governar através de decretos. Isto foi o suficiente para incendiar a reação liberal pelo restabelecimento da via constitucionalista, estimulada pelas manifestações populares que ocupavam as ruas de Paris, tocadas pelo o agravamento da crise econômica. O desdobramento da deposição de Carlos X, que iria conduzir Luís Filipe I ao poder, sinalizava para uma solução pela via reformista.

Os efeitos deste tipo de solução num país como a França, que vinha se notabilizando pelos esgarçamentos, reforçou, num Brasil já afeito às alternativas transacionadas, uma solução negociada, envolvendo amplo espectro de opinião, desde os liberais monarquistas até aqueles constituicionalistas mais conservadores. A solução monárquica passou a ser admitida até mesmo pelos farroupilhas, identificados como *exaltados,* pela sua insistência em considerar a revolução armada o caminho para conquista de reformas. Os demais, os *moderados*, como a própria denominação sugere, já estavam propensos a uma solução pacífica, pela via do diálogo.

A abdicação, por sua vez, acabou por desconcertar e mesmo impor uma postura mais recuada dos próprios farroupilhas, ou dos exaltados, que vinham se aproximando das forças armadas, ajudando a fomentar um clima militarizado de pronunciamentos

que, com a decisão de D. Pedro I, precisaria ser contido para não se propagar pelos quartéis. Aqueles que buscavam a desestabilização se viram diante da exigência de estabilização. A atitude de D. Pedro teve o mérito de subverter uma lógica que apostava apenas na contestação, impondo aos contestadores o desafio da governança, ajudando também a neutralizar um processo de fortalecimento do poderio militar. O próprio Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, líder do pronunciamento contra D. Pedro, se viu premido a colocar em mãos civis a solução do impasse político, recomendando, sintomaticamente, uma solução que "reunisse elementos das várias tendências, como expressão de uma política de congraçamento." (HOLANDA, 2003, tomo II, v. 3, p 23) O ajuste se deu pela conciliação de revolução com tradição, com o aval das Forças Armadas, repectivamente representadas por Vergueiro, pelo Marquês de Caravelas e, como não podia deixar de ser, pelo Brigadeiro Lima e Silva. Esta primeira Regência Provisória atendeu de imediato ao "grande", porém muito focado, ou limitado, pleito do movimento: a restituição do ministério afastado em 5 de abril por D. Pedro I, com a única defecção, por motivos pessoais, do antigo ministro da Fazenda, Holanda Cavalcanti.

Firmava-se uma solução à brasileira, com sustentações políticas de amplo espectro. Num ambiente em que proliferavam associações diversas dos segmentos civis, constitui-se, sob a inspiração da *Sociedade dos* ***Defensores*** *da Liberdade e Independência Nacional* que, sediada em Santos, integrara o movimento contra D. Pedro, uma outra que, alterando a sigla para ***Defensora***, diluiu a personificação que *Defensores* implicava, sugerindo, até pela titularidade, *Sociedade* ***Defensora*** *da Liberdade e Independência Nacional*, a intenção de se estabelecer como instrumento de composição e de compromisso político. A intenção se confirmou, exercendo a *Sociedade* grande influência sobre o Governo e sobre o Parlamento.

Com isto consolidou-se a precedência do que poderíamos chamar de civilismo sobre um militarismo que permanecera como espada de Dâmocles sobre o Primeiro Reinado, mas ainda assim persistia a ameaça militar, insinuando uma disputa que iria perpassar parte do período regencial, arrefecendo ao longo do Segundo Reinado. É possível reconhecer que a primazia da política ao longo do Segundo Reinado, absorveu ou neutralizou, em grande parte, a rivalidade entre civilismo e militarismo. No entanto, a latência desta rivalidade, que indicava a disputa de concepções muito distintas de poder, recobrou fôrça e definiu, quando voltou a prevalecer a ordem militar, o fim da

era D. Pedro II, ou melhor, da própria monarquia. Duas grandes correntes já se manifestavam então. De um lado, a que representava o caminho da política, reforçando o potencial *res*publicano e democrático legado pela tradição brasileira de equilibrar antagonismos e de outro, a que apostava em soluções pela via autoritária, tão disseminada na América espanhola, que mais à frente definiria o período pós-República, marcado por significativos surtos autoritários, mas também por alguns importantes momentos de reconciliação com aquela tradição negociadora.

A própria estabilização da Regência se operou pela via da política, superando a ameaça militar, mas ainda enfrentando várias rebeliões. A via da política era evidentemente complexa de se construir. O apoio dos *liberais puros* (aqueles, como Teófilo Otoni e Borges da Fonseca, que entre os exaltados, se alinhavam ao jeffersonianismo, diferente dos exaltados jacobinistas como Cipriano Barata) aos moderados se fizera com base em compromissos por reformas constitucionais, que teve a *Defensora* como um lócus de composição, logo de saída, ainda na constituição da Regência Trina Provisória. A Regência Trina Permanente conseguiu conjugar com maestria um leque de posições bastante distintas, mesmo afirmando seu próprio caminho de liberalização. Para fazer frente à ameaça militar criou, com Feijó no Ministério da Justiça, em 1831 a Guarda Nacional e com o estabelecimento do Código de Processo Criminal, descentralizava poder para o Juiz de Paz, eleito pela comunidade municipal. Em 1834 aprovou, com o Ato Institucional, elaborado pelas três correntes políticas – restauradora ou caramuru; exaltada ou jurujuba ou ainda farroupilha; moderada ou chimango – a primeira revisão da Constituição de 1824, que declarou o Rio de Janeiro município neutro, estabeleceu Assembléias Legislativas no lugar dos Conselhos Provinciais e determinou o fim do Conselho de Estado, além de introduzir para a eleição seguinte a Regência Una. Pelo acordo o Partido Restaurador conseguiu a manutenção da vitaliciedade do Senado e o Partido Exaltado assegurou a criação do Estado Federativo. Ao Partido Moderado coube a centralidade da articulação que garantia estabilidade e mesmo a alternância de poder que se verificou na sequência. A primeira Regência Una consolidou a tendência liberal no executivo e garantiu aos conservadores o legislativo. Mesmo sendo um liberal, porém crítico contundente da exacerbação exaltada e das rebeliões regenciais, que considerava “Vulcão da Anarquia”, Feijó se viu isolado e acabou renunciando a 19 de setembro de 1837, premido também pela fuga de Bento Gonçalves da prisão na Bahia, anunciada a 11 de setembro e

associada à cumplicidade do governo. Ainda tentava buscar entre os seus pares do Partido Chimango (Moderado), sem êxito, nome para ocupar a pasta do Império, sucessora legal do Regente. Nomeou, então, para a pasta Araújo Lima, que o havia substituído anteriormente quando da renúncia ao Ministério da Justiça, em julho de 1832. Feijó o nomeara senador por Pernambuco poucos dias antes, a 5 de setembro, quando o selecionou entre uma lista tríplice, que compunha em último lugar em número de votos, ao lado dos irmãos Cavalcanti, Holanda e Francisco de Paula. A manobra visava fragilizar Holanda, seu rival na eleição para Regente, e retecer alianças políticas. Como Regente, Araújo Lima atendeu àquela expectativa: Holanda, mas constituiu ministério baseado na maioria parlamentar conservadora. Na subseqüente eleição, realizada em abril de 1838, Araújo Lima derrotaria Holanda, mas não foi capaz de conter a instabilidade que sucessivos gabinetes conferiram ao seu período regencial. Ainda assim, aprovou a Lei de Interpretação do Ato Adicional, apresentada antes da queda de Feijó, ainda em 1837 por Paulino e subscrita por Honório, monarquista com fortes inclinações parlamentaristas, e Calmon, notório caramuru. A aprovação se deu em 12 de maio de 1840 e o foco era a subtração de poderes das Assembléias Legislativas Provinciais em prol do Governo Central. O alcance desta lei só se explicitaria com a aprovação da Reforma do Código de Processo que, taticamente, foi apresentada mais adiante, para não dificultar a aprovação da Lei de Interpretação. A Reforma do Código de Processo despojaria o juiz de paz de parte significativa de suas funções, transferidas para os juizes municipais que passaram, junto com os promotores, a serem nomeados pelo Governo Central. Também a interposição do processo da Maioridade colaborou para a prorrogação da Reforma do Código de Processo, que afinal se deu a 3 de dezembro de 1841.

Conflitos e Instabilidades ao Longo do Período Regencial - As rebeliões de fato rondaram todo o período regencial, portanto a conquista de básicos ambientes de acordo e estabilidade política revelavam capacidades de conciliação nada desprezíveis que nos possibilitaram a preservação da unidade política e territorial em país de tamanha extensão e diversidade, rodeado por uma América espanhola fragmentada. Os conflitos eram os mais variados e indicavam a complexificação social originada pelo moderno processo de diferenciação e segmentação. A Cabanagem à qual Gilberto Freyre atribui um “simultâneo desajustamento de classe, raça e religião” foi quase um prolongamento do processo de independência que não alterou as relações de poder na

região, ainda sob domínio institucional de chefes portugueses, donos do comércio e das terras e que ainda acalentavam a idéia de reatamento com Lisboa. Em 1833 houve um tensionamento dos conflitos alimentado pela manutenção daquele *status quo*, com sangrentas disputas entre partidários caramurus e brasileiros de origem popular, grande parte caboclos, insatisfeitos com as péssimas condições de vida a que estavam relegados. Explicitava-se a oposição que distanciava os habitantes dos mucambos daqueles que habitavam as mansões, chegando os revoltosos efetivamente ao poder, inclusive com o assasinato do presidente da província do Grão Pará e também dos comandantes das Forças Armadas. A derrota militar do movimento, em 1840, veio acompanhada de uma sinalização de reconciliação, através da anistia irrestrita aos revoltosos.

Ainda no período regencial, em 1835 eclodiu a Revolução Farroupilha que iria conflagrar o Sul do país a partir do Rio Grande do Sul. As motivações foram um misto de ideais liberais republicanos e interesses econômicos de estancieiros, premidos por impostos que impediam a competitividade dos seus produtos, que passaram a ser preteridos pelos dos vizinhos produtores platinos pelo próprio governo federal brasileiro, com o intuito de manter os preços sob contrôle. Os farroupilhas também avaliavam negativamente a assimetria entre a contribuição do Rio Grande para instância central da federação e o benefício que, em retorno, recebia aquela província. Consideravam indispensável outro formato federativo, que melhor representasse os interesses gaúchos. O fato de o movimento ter se consolidado a ponto de declarar a separação do Rio Grande, instituído como República Separatista Riograndense ou do Piratini, indicava as dificuldades que seriam enfrentadas para se reconquistar a reintegração da região ao projeto nacional. A derrota militar em 1845, sob a espada de Caxias, já no Segundo Reinado, após persistentes dez anos de luta não garantiria, por si só, esta reintegração. Seria necessário um esforço de aproximação, expresso em acordos que oferecessem conforto político e motivassem a reconciliação. Foi este o caminho pavimentado. A anistia foi, mais uma vez, ampla, geral e irrestrita, os oficiais republicanos foram incorporados ao exército brasileiro, os escravos integrantes do exército farroupilha declarados livres, os prisioneiros liberados, as divídas da República Rio Grandense assumidas pelo governo central, além de criadas barreiras alfandegárias para favorecer o charque gaúcho. Episódios sucessivos de rebeliões, revoltas e revoluções, se por um lado demonstravam a gravidade dos conflitos que esgarçavam o

país, vão sendo, por outro lado, paulatinamente debelados por uma inesgotável capacidade de recomposição, não só pela reação armada, o que, por si, não salvaguardaria a paz posterior, mas pela via do diálogo e de acordos, estes sim capazes de assegurar a unidade nacional e conferir estabilidades básicas ao imponderável ambiente da política.

Já a Revolta dos Malês, em 1835, representou um conflito marcadamente racial e religioso, envolvendo exclusivamente negros escravos e libertos, todos africanos, não contando com a participação dos crioulos, negros nascidos no Brasil. O movimento teve um nítido caráter político e o objetivo era tomar o governo e talvez separar a Bahia e instituí-la como país islâmico ortodoxo. Há até indicações de que brancos e mulatos mestiços seriam eliminados e mesmo outras etnias africanas submetidas à escravização. Mas isto não é possível de ser confirmado. O que se sabe é que a Revolta dos Malês encerrou um importante ciclo de revoltas de escravos na Bahia desde 1807 como veremos adiante no capítulo sobre o processo da abolição. A força desta revolta como das outras rebeliões deste período estava nas matrizes culturais e religosas das diversas etnias africanas. No caso dos malês em 1835 houve ao lado das diferenças étnicas que os separavam entre si, discriminando não só africanos, escravos e libertos, por suas nações de origem, mas também africanos dos “crioulos”, os nascidos no Brasil, também escravos ou libertos, fatores também culturais, especialmente religosos que moderaram estas diferenças e promoveram a reunião da comunidade africana. Seria precipitado, como nos adverte João Reis, sugerir que esta foi uma luta para imposição do islã ou de massacre de etnias originárias de outras tribos na África. Até pela compreensão política dos líderes malês, que se aplicaram para ampliar alianças, fica mais evidente o caráter da luta, de escravos contra a escravidão, mesmo que entre eles estivessem libertos, condição que não os afastava do ponto de vista da sociedade branca da época, já que trabalhavam lado a lado, na lavoura ou nos “cantos” onde exerciam seus ofícios e os escravos de ganho compartilhavam com os libertos os mesmos espaços.

O fato é que, independente da complexidade de elementos motivadores da Revolta, este foi um dos mais importantes movimentos de resistência escrava, reunindo destacadas lideranças que foram duramente reprimidas com deportações, prisões e pena de morte para dezesseis deles, mas efetivamente aplicada a quatro, já que doze foram beneficiados pela comutação da pena. Veremos adiante no capítulo sobre o processo da

abolição, a importância destes movimentos como manifestação de segmentos populares, se definindo e se incluindo politicamente.

Mais adiante, em 1837 eclodiria, também na Bahia, a Sabinada, que se estendeu até 1838. O período era de rivalidade entre Regência e Parlamento, disputa que ajudou a provocar a renúncia de Feijó, cujo período regencial já vinha conturbado pela eclosão das mais importantes Rebeliões que se manifestaram ao longo do ciclo das Regências. Eram ainda muito influentes as idéias da Revolução Francesa e do Federalismo americano e proliferavam as associações maçônicas e os jornais de cunho ideológico. Só em território Baiano, entre 1831 e 1837, já circulavam em torno de 60 jornais diferentes. O Diário da Bahia, editado por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, destacava-se como tribuna liberal, denunciando a centralização e o que considerava despotismo do governo regencial. A fuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar, onde se encontrava preso, influenciando, inclusive, como vimos, na renúncia de Feijó, levou o grupo de Sabino a considerar ser aquela a oportunidade para desencadear a revolta. Em novembro de 1837, partindo do Forte de São Pedro, a sublevação conseguiu a adesão de outras unidades, colocando em fuga as autoridades de Salvador. Instalando um governo autônomo, o movimento empossava Inocêncio da Rocha Galvão como presidente da Bahia Livre, cabendo a Francisco Sabino a Secretaria de Governo. Entre os objetivos originais do movimento estavam: 1) Proclamar a República Baiense e formalizar a separação da Província “até a maioridade de D. Pedro II”. 2) Anular qualquer ordem oriunda do Governo Central. 3) Criar exército permanente. 4) Convocar Assembléia Constituinte. Estes objetivos foram se adaptando às circunstâncias. Tentando evitar a contrariedade dos grandes proprietários, que o próprio movimento considerava como os “tiranos déspotas do Recôncavo”, decidiram abrir mão de referências separatistas e republicanas. Também não tiveram meios para viabilizar o exército permanente. Mas a reação não tardou e chegou forte, unindo tropas de Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro, apoiadas também pelos “tiranos déspostas”. A luta tomou cada bairro, cada espaço e rua da cidade e conflagrou Salvador por dois dias, entre 13 e 15 de março de 1838, com saldo de mais de mil mortos e três mil feridos. Salvador foi incendiada e as chamas de muitas casas serviram para eliminar os defensores da República Bahiense. Até fogueiras foram feitas para incinerar os revoltosos. Derrotados, os rebeldes foram julgados com todo o rigor por um júri de fazendeiros, alcunhado de “júri de sangue”, pela ferocidade que imprimiu ao julgamento. O fato é que, neste caso a repressão foi

muito mais violenta do que nos casos da Cabanagem e da Revolução Farroupilha. Esta reação violenta talvez indique a consciência de que se tratava de um combate vital, já que dirigido contra um movimento que tinha clareza dos seus objetivos políticos. Era um movimento que reunia uma classe média intelectualizada, com partido ideológico e objetivos afinados com os pregados pela Revolução Francesa e com capacidade de propagar estas idéias através da imprensa, discutindo-as através de seus jornais e publicações, criando uma polarização que tornava mais difícil o acordo político. A Sabinada também não conseguiu extravasar o âmbito dos segmentos médios, constituindo-se num movimento mais elitizado, sem a efetiva participação popular que caracterizou a Cabanagem e sem o vigor que permitiu o prolongamento por dez anos da luta Farroupilha. Desterrado para o Mato Grosso, Francisco Sabino manteria, no entanto, suas atividades jornalísticas até 1846, quando morreu. Muitos, condenados ao calabouço ou às galés, acabaram sendo beneficiados por anistia subseqüente à maioridade de D. Pedro II, em 1840.

Iniciando-se em dezembro de 1838 a Balaida foi mais um dos focos de rebelião a afirmar as dificuldades que enfrentava a Regência, cercada de conflitos originados por questões de natureza social, econômica e política. A crise econômica por que passava o Maranhão e sua vizinhança, por conta do declínio da atividade algodoeira que havia impulsionado o comércio e a pecuária regional, aliada às pressões sobre o tráfico de escravos, promovidas pela Inglaterra, por um lado, deixava sem alternativas grupos sociais importantes que viviam da lavoura e da comercialização do algodão e por outro lado, atingia a população escrava, instada a uma intensificação do trabalho para compensar os preços crescentes da própria mão de obra escrava, por conta da intimidação ao mercado negreiro, coordenada pela Inglaterra. Um olhar sobre o perfil das lideranças do movimento já revela a diversidade do tecido social envolvido naquela revolta. Raimundo Gomes, vaqueiro mestiço, Manuel Francisco Ferreira dos Anjos, o Balaio, artesão de balaios, cuja influência está inscrita no próprio nome do movimento, e D. Cosme Bento das Chagas, líder de um grupo significativo de escravos fugidos, cêrca de três mil, organizados em quilombos. Além destes, outros segmentos sociais também se associaram ao movimento. Exemplo disto foi a adesão à marcha liderada por Raimundo Gomes, inciada com um ataque, em 13 de dezembro de 1838, à prisão de Vila Manga, para liberar vaqueiros detidos, e que recebeu o apoio de agricultores despojados de suas terras, de retirantes e de todo tipo de gente desvalida, além de

muitos aventureiros. Uma mescla tão variada era por si indicativa das diversificadas motivações para o movimento e da conseqüente dificuldade de congregar, em torno de um único foco, insatisfações que não tinham como serem representadas exclusivamente pela corrente política liberal dos Bem-te-vis, rivais políticos da corrente conservadora dos Cabanos (que não tem relação alguma com o movimento dos cabanos paraenses, originário que era do Partido Português que pleiteava o retorno de D. Pedro I). Integrando a Balaiada, os Bem-te-vis, no entanto, não a continham. O movimento tinha uma pauta com pontos cuja base era suficientemente complexa para admitir reduções fáceis, agregadoras de interresses e equalizadora de focos: defendia a constituição nacional, mas questionava a tutela provincial sobre as prefeituras, sintoma das divergências com a descentralização via províncias, associada ao esvaziamento do poder municipal, submetido aos grupos dominantes provinciais, estimulados pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que lhes concedeu a indicação de Prefeitos e o Comando da Guarda Nacional. Também alimentava forte antilusitanismo, por conta da ainda expressiva presença de portugueses na economia e na política. Sua perspectiva era conquistar seu espaço econômico e político para superar o acronismo que identificavam naquele poder, em sua opinião extemporâneamente mantido pós-Independência. Havia, ainda, as questões relativas à democratização do uso das terras. Por si só o Ato Adicional ainda permanecia instigando o debate político. As divergências em torno do seu conteúdo acabaram por delinear mais claramente as identidades políticas, forçando uma fratura no seio dos próprios liberais moderados, originando dois distintos grupamentos, os Regressistas e os Progressistas. Estes últimos apostavam numa descentralização via provincial, enquanto os primeiros advogavam a centralização, constituindo-se, ambos os grupos, em embriões do que seria a base partidária do Segundo Reinado, Liberal e Conservadora. O Ato Institucional, ao tomar partido sobre o novo desenho institucional federativo colaborou para o recrudescimento dos conflitos que deram vazão às mais significativas rebeliões que abalaram a estabilidade do período regencial, confirmando o esgarçamento não só político, como do tecido social, sob o impacto dos ajustamentos, ou desajustamentos, pós-Independência. Desajustamentos e ajustamentos tributários da complexidade de interesses, de ideários políticos e diversificadas demandas sociais, que se desdobravam em movimentos algumas vezes bem focados, como a Revolução Farroupilha, mas também em outros, como a Balaiada, marcados, como observamos, pela convivência de focos e objetivos dispersos. No caso da Balaiada, o cenário dispersivo que a constituiu também favoreceu que o atendimento,

mesmo parcial, de uma pauta formada por uma colcha de retalhos, fosse suficiente para afastar os Bem-te-vis, representantes dos setores dominantes e médios da população, daqueles segmentos mais populares, até porque pairava o receio da desestabilização da estrutura social que os mantinha, ameaçada, inclusive, pelas propostas de invasão de terras. Atraindo politicamente os Bem-te-vis com propostas que os contemplavam, como a revogação da Lei dos Prefeitos e da Guarda Nacional, oferecendo anistia que favoreceu a rendição de muitos rebeldes a 22 de agosto de 1840, o governo foi controlando a situação. O encerramento definitivo do movimento, em 1841, foi alcançado pela dissolução dos renitentes focos de resistência. Definhou a Balaiada, ou as várias Balaiadas, de maneira desordenada, correspondendo à lógica dispersiva que a motivou.

No mesmo ano em que o Ato Adicional reformou a Constituição, morreu D. Pedro I em Portugal, eliminando qualquer chance de restauração, até então nutrida pelos segmentos mais consevadores. No meio caminho entre estes conservadores caramurus e os farroupilhas tinha se firmado a alternativa liderada pelos liberais moderados, premidos pela necessidade de garantir a governabilidade no vácuo político deixado pelo afastamento de D. Pedro I. O fato é que este grupamento liberal moderado, que reunia extratos diversos, conseguiu garantir a transição pós-abdicação de D. Pedro I, assegurando, a duras penas sob a pressão de seguidas revoltas, a unidade do país, evitando assim a previsível fragmentação, diante daquelas circunstâncias. Mas, a experiência de instabilidade ao longo do período regencial deixou suas marcas de tensionamento, tornando difícil a sobrevivência da moderação entre os pólos de radicalização caramuru e farroupilha. As divergências em torno da questão centralização/descentralização, neutralizadas pela prevalência da moderação liberal, acaba forçando realinhamentos mais definidos, a partir da cisão entre regressistas e progressistas. A idéia de que o processo descentralizador tangenciou a perigosa fronteira da anarquia começava a preocupar gente como o moderado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos, que acabara assumindo a redação do Ato Adicional. Para ele a situação chegara ao limite, impondo-se um recuo das reformas, para evitar que a dispersão e a instabilidade política fugissem ao controle. Uma parte dos liberais moderados realinhou-se com os caramurus dando origem ao Partido Conservador, enquanto outro grupo associou-se aos antigos farroupilhas para constituir o Partido Liberal, mantendo, no entanto, em comum a linha monarquista constitucional. A solução monárquica

constitucional, na verdade, acabou se impondo pela exigência de arbitragem entre os dois grupos que, ainda em definição, passaram, alternadamente, quando fora do poder, a defender a bandeira da maioridade, com o intento de impedir a perpetuação no poder do grupo que lhe era adversário. O recurso à monarquia constitucional, como autoridade política, denotava um reconhecimento, por ambos os grupos, de que havia ali uma tradição que se consolidara, social e politicamente, o suficiente para exercer tal papel. O fato é que o movimento pela maioridade ganhara as ruas e foi decisiva a participação popular, através de manifestações públicas e passeatas, como a que rumou com três mil pessoas para o Senado exigindo a decretação da maioridade, ampliando a pressão que já vinha sendo feita sobre a Câmara. A população também via em Pedro Segundo e, consequentemente, na Monarquia Constitucional o caminho da mediação política, capaz de por fim ao cansaço provocado pela sucessão de instabilidades. Conformava-se neste momento o ambiente político que iria inaugurar o Reinado de D. Pedro II, em 1840.

> No dia 23 de julho, a Assembléia Geral reunida num Senado cercado por 8 mil pessoas decretou formalmente a maioridade. O ato reeditava e completava o Sete de Abril. A praça era a mesma, o conteúdo era o mesmo, qual seja, a troca de governante feita sob pressão popular, o aclamado era o mesmo. D. Pedro II era plebiscitado uma segunda vez pela elite, pela tropa e pela rua. A diferença em relação a 1831 era que no primeiro caso o motivo principal era derrubar um rei, no segundo, entronizar outro. (CARVALHO, 2007, p. 40)

A incipiente organização bi-partidária se manteria ao longo de todo o Segundo Reinado e a Monarquia Constitucional, sob D. Pedro II, demonstrou aptidão política para exercer efetivamente aquele papel moderador, operando com a alternância entre os partidos, assegurando uma base de apoio popular e a tão almejada estabilidade ao longo de praticamente meio século de coordenação política, que soube equilibrar os antagonismos, que persistiram se renovando no decorrer deste período.

Não foi automática, no entanto, e nem poderia ser uma imposição de cima para baixo a conquista desta estabilidade em meio a um processo modernizador que impulsionava a complexificação social, exacerbava conflitos e instigava o debate político-ideológico. O que garantiu a estabilidade foi a primazia da política em meio ao tensionamento do tecido social e das divergências e conflitos políticos.

Um exemplo do acirramento, mas também da capacidade de superação pela via da política, que evidentemente se deveu não apenas a Pedro Segundo, mas, também destacadamente, a importantes lideranças do cenário político nacional, foi o processo que sucedeu à revolução praieira, iniciada em 1848. Marcada pela oposição entre

liberais e conservadores, esta guerra civil que conflagrou Pernambuco, foi permeada, no entanto, por uma variedade de conflitos. Neste sentido, qualquer redução dicotômica entre conservadores e liberais é insuficiente para dar conta da complexidade de questões envolvidas naquele processo. Até porque variados matizes existiam no interior de cada um dos campos políticos, como Nabuco destaca em relação aos liberais, ou luzias, e que veremos adiante. Aquele era um ambiente social e político marcado pelos impactos complexificantes da modernização e a visão de Joaquim Nabuco sobre a revolução Praieira apreende esta complexidade, iluminando não apenas a variedade de conflitos, mas permitindo que se compreenda o significado da política de conciliação conquistada em 1853 com o gabinete Paraná. Para Joaquim Nabuco, a guerra dos Praeiros tinha um único programa conhecido do conjunto do país, que era a idéia, que ele considerava retrógrada, de nacionalização do comércio, por retroceder ao período anterior ao da abertura dos portos por D. João VI. O movimento não se autodeclarava republicano e muitos dos que dele participavam eram monarquistas. Na avaliação de Joaquim Nabuco, no entanto, seria uma questão de tempo o desdobramento republicano e separatista, similar ao da revolução Farroupilha, caso o movimento se alongasse. (NABUCO, 1949, v I, p. 100,) Para Nabuco a maior fragilidade do movimento era a limitação de sua bandeira à nacionalização do comércio, restrição reconhecida pelos próprios praieiros, a ponto de serem levados a deslocar a centralidade desta bandeira no decorrer da luta, substituindo-a por um ideário republicano, que, no entanto, nem sempre estava explícito. O fato de Nunes Machado, liderança maior dos praieiros e um monarquista convicto ter se aliado a Borges da Fonseca que a Praia processara por injúrias ao Imperador, no período em que os chamados “Ordeiros” eram acusados pela Praia de “adesões republicanas”, faz parte desta guinada. O novo programa, de autoria de Borges da Fonseca, tinha um conteúdo socialista – influência das idéias que inspiraram a comuna de Paris em 1848 – reivindicando o “trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro, o comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros”. (NABUCO, 1949, v. I, p. 101) O novo programa não era de inteira responsabilidade da Praia que, no entanto, o subscreveu, mesmo ainda insistindo no foco da nacionalização do pequeno comércio. Mas, a diversidade de questões que agitava a sociedade e a política pernambucana, praticamente impôs objetivos programáticos para além da questão do comércio. O próprio Nabuco reconheceu naquele movimento “a força de um turbilhão popular” e que a Praia, em verdade “era a maioria, era quase o povo pernambucano todo”. (NABUCO, 1949, v. I, p. 103) A análise de Nabuco sobre o significado da

democracia pernambucana de então é muito elucidativa das questões que estavam em jogo, revelando conflitos sociais profundos relativos à concentração da terra e dos negócios. (NABUCO, 1949, v. I, p. 101-103)

> O povo pernambucano formava uma democracia de fidalgos; havia nesta plebe o sangue de muitas famílias que se ilustraram, durante a guerra holandesa umas, outras na Independência, outras finalmente pela riqueza e posição social. Pela altura das suas origens essa democracia tendia a subir, sentia necessidade de elevar-se e as condições da província o não permitiam; daí a sua tendência revolucionária permanente.
> O povo acreditava ter dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: êsses inimigos eram os portuguêses, que monopolizavam o comércio nas cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior. A guerra dos Praieiros era feita a êsses dois elementos – o estrangeiro e o territorial; mais que um movimento político, era assim um movimento social. (NABUCO, 1949, v. I, p. 104)

Esta fala de Nabuco confere à questão Praieira a devida complexidade, abordando temas como o caráter elitista, e ao mesmo tempo expansivo, da democracia pernambucana, o peso social do movimento, além de realçar dois importantíssimos conflitos envolvidos naquela luta, a questão do monopólio da terra e disputas nacionalistas contra estrangeiros, especialmente relativas à monopolização do comércio pelos portugueses. Apesar de ter havido uma ampliação progressiva do demos, como relata Nabuco, a estrutura democrática elitista cerceava a ascensão de bases mais ampliadas do demos. A análise de Nabuco evidencia o grau de radicalidade e complexidade dos conflitos que, por vezes, não encontraram caminho de resolução se não pela ruptura, pela rebeldia, pela guerra.

Este cenário de conflitos arraigados e de revoltas e revoluções de cunho até separatistas, resultantes da complexidade que o quadro moderno de diferenciação e segmentação trazia, contrastava com, e tornava mais significativo o esforço de agregação nacional, traduzido em políticas de conciliação que foram se afirmando contra as ameaças muito concretas de desagreção desde o momento em que o regresso de D. João VI a Portugal abriu espaço para o vácuo político que, no entanto, foi superado pela capacidade de oferecer uma alternativa que conciliava a estabilidade que a tradição oferecia com a inovação pleiteada pela nação que amadurecia os caminhos da sua independência. Talvez a experiência do gabinete Paraná, organizado em 6 de setembro de 1853, tenha sido uma das mais efetivas expressões desta capacidade de administrar conflitos pela via da política, ou seja através do diálogo que buscava a conciliação, sem, no entanto, encobrir os conflitos, ou melhor estimulando a sua explicitação.

Este esforço de conciliação teve a marca do equilíbrio de antagonismos e composição de diversidades. E isto fica mais claro quando expostas a diversidade de arrumações políticas e sociais que distinguiam não apenas convervadores de liberais, ou saquaremas de luzias, como também a própria dissonância intra-grupos e mesmo troca de posições que invertiam, às vezes apenas aparentemente, posições. Nabuco chama atenção, inclusive, para a singularidade do liberalismo dos Praieiros. Seu ideário liberal não era doutrinário como o dos liberais que os sucederam em Pernambuco. Quando no plano nacional prevaleceram os liberais entre 1844 e 1848, os Praeiros aliaram-se à chamada Facção Áulica, tendo a bancada praieira votado na Câmara as leis de 23 de novembro de 1841 que criou o Conselho de Estado e a de 3 de dezembro que alterou o Código Criminal de 1832 que conferia ao juiz de paz (que até então era eleito para um mandato de um ano, similar ao dos vereadores) competências de polícia administrativa e judiciária. Com a lei de 3 de dezembro de 1841 a polícia e a justiça passaram a ser alçada do governo federal, com o intuito de garantir uma autoridade central forte, contra a fragmentação em autoridades emanadas de uma diversidade de juízes de paz. Este fortalecimento da autoridade central pela confirmação dos poderes de polícia no âmbito do governo federal demonstrou-se forte elemento promotor da estabilidade do segundo reinado. Juízes municipais e promotores passaram, a partir desta lei, a ser nomeados pelo Imperador, assumindo muitas das atribuições do antigo juiz de paz. Ao aprovar estas leis que "os Luzias consideravam o padrão do despotismo retrógrado e contra as quais os Feijós e os Vergueiros aconselharam a revolução armada" (NABUCO, 1949, v. I, p. 105), os praieiros confirmavam o não doutrinarismo do liberalismo que os orientava. Peço compreensão para mais uma, e longa, citação de Nabuco por expressar bem a diversidade e ambiguidade de posicionamentos políticos e sociais presentes em Pernambuco no primeiro período do processo de modernização e por ajudar a entender as superações requeridas para viabilizar a posterior conciliação.

> De um ponto de vista superior, Nunes Machado não merece viver no coração pernambucano mais, por exemplo, do que o seu adversário de tantos anos, o barão da Boa Vista. Para o pernambucano que se colocar fora dos partidos, o preito simultâneo a um e a outro é tão natural como a Fernandes Vieira e a Maurício de Nassau. Houve por certo exclusivismo no domínio Cavalcanti, e por êsse motivo o partido perdeu a fôrça com que começou, mas os homens que saíram dessa escola política eram os mais aptos para dirigir uma sociedade bem composta. O que caracteriza êsse partido não é a desconfiança do povo e da democracia; os mais velhos dêsses homens tinham sido até revolucionários. Se um Muniz Tavares ou um Venâncio de Rezende, conhecidos por suas tradições de 1817 e da Constituinte, passava para o partido da Ordem, os Praeiros gritavam contra a *apostasia*; entretanto, êsses homens não mudavam de sentimentos, trocando de partido; êles o que faziam

era mostrar que o partido popular perdia o seu primitivo caráter e mudava as suas afinidades todas. Em 1817, por exemplo, fôra a camada superior da sociedade pernambucana, as antigas famílias, os senhores de engenho, os ricos proprietários, os que mais se apaixonaram pela Independência e pela revolução. Os que restam dessa geração não podiam partilhar os princípios nem adotar as maneiras da seção extrema da Praia. Cada palmo que os Jacobinos conquistavam sôbre o liberalismo conservador, em que se formaram os homens do período constitucional, produzia uma defecção das fileiras praieiras para as da Ordem. É duvidoso se a massa do partido em 1848 não estava já convencida da insuficiência dos seus chefes. Mais tarde os principais Praieiros ou sentirão, como Urbano, o cansaço e o desgôsto da política, ou, como Lopes Neto e Felix Peixoto, deixar-se-ão fascinar pelas seduções da realeza a que sempre foram sensíveis, ou, finalmente, se reconciliarão com os seus antigos adversarios, como Abreu e Lima, Feitosa, Luís Cesário do Rêgo e tantos outros.

A revolução pernambucana foi um êrro depois unânimemente lastimado. Ela foi condenada antecipadamente por Nunes Machado, julgada prematura pelo próprio Borges da Fonseca, pelos Praeiros todos que, acusando-se uns aos outros de perfídia, afastavam de si a responsabilidade. Para o partido Liberal do Império ela foi um grito geral de – sauve qui peut. Êle separou a sua sorte da sorte dos Praeiros, no momento quase em que acabavam de defender a revolução na Assembléia Provincial do Rio e no Correio Mercantil os seus mais brilhantes talentos como Sales Tôrres Homem e Paranhos. Foi o desastre de 2 de fevereiro que dissolveu o partido Liberal antigo, que de fato o fêz desaparecer da cena durante o espaço de uma geração, e, quando ressuscitou transformado, êle tinha por chefes os seus adversários de 1848.

A revolução de 1848 em Pernambuco podia ser desejada pelo partido Conservador, tão proveitosa lhe foi. O êrro político foi enorme. Se os Liberais se tivessem simplesmente resignado a esperar a sua vez, a situação para o partido que subira teria sido quase insustentável na província. O exclusivismo da pequena aristocracia Cavalcanti era detestado em Pernambuco. As exigências do partido eram excessivas e não seriam atendidas na Côrte. Os deputados conservadores de Pernambuco teriam que representar na Câmara o mesmo papel de incontentáveis, de elemento flutuante, que os Praeiros desempenharam no primeiro decênio do reinado. Com alguma habilidade, a Praia tornar-se-ia o centro da oposição liberal, o núcleo da situação futura. Em vez disso a infeliz revolução veio licenciar o partido no resto do país e dissolvê-lo na província.

O efeito do 2 de fevereiro em Pernambuco foi profundo e duradouro; os capitais e os braços fugiram; os portugueses julgaram-se ameaçados vendo-se suspeitos; as indústrias ficaram paralisadas; a miséria aumentou entre a pobreza. Diante da nova situação os homens abastados, tendo visto que os Praeiros eram indiferentes à sorte de sua propriedade e de suas vidas, pensaram em aproximar-se uns dos outros. Um expectador das lutas da província, cujo espírito lúcido o conservou sempre imparcial entre os partidos, mesmo quando os acompanhava, descreve assim a transformação que se deu em Pernambuco, depois de assinalar o ódio da maioria da província ao predomínio exclusivo de meia dúzia de homens:

"A tolerância geral do predomínio abusivo que lhe sucedeu foi por muitos anos resultado natural do cataclismo com que os revolucionários constituintes ameaçavam o Brasil. Os homens pacíficos e desapaixonados da lavoura e do comércio, os desinteressados nas lides pessoais da política, viram as fontes da produção ameaçadas, temeram que as paixões adrede sobrecitadas chegassem a pôr em risco a propriedade, presenciaram o afugentamento dos braços e dos capitais e o subsequente definhamento das indústrias, caíram em si, viram o caminho errado por onde estranhas ambições os guiavam, resignaram-se à prepotência administrativa, como antídoto de veneno que girava na atmosfera revolucionária. Êles e só êles, pelo arrependimento de uns, pela inércia de muitos e pela valiosa coadjuvação de alguns, foram os verdadeiros

> vencedores da revolução.” (J. J. de Morais Sarmento, Noticia biografhica do Conselheiro F. X. de Paes Barreto, p. 25)
> O predomínio absoluto do partido Conservador em Pernambuco até 1864 foi o resultado do desastre de 2 de fevereiro (NABUCO, 1949, . I, p. 106 a 109).

O relato de Joaquim Nabuco, além de reconhecer a complexidade das circuntâncias que desencadearam a revolução Praieira, prima por se distanciar de estereótipos, em especial na sua análise sobre conservadores e liberais. Reconhece certos antecedentes populares e até mesmo revolucionários entre os conservadores e analisa a influência desagregadora que o avanço do jacobinismo provoca sobre a Praia, questionando a revolução como um erro político que retira dos liberais a possibilidade de ascensão política que poderia ter lhes conferido um período de consistente liderança política. Ao contrário, ele identifica na radicalização da Praia a sua derrota, com consequências desastrosas para a economia de Pernambuco, com a fuga de capitais e de braços para o trabalho, aumentando a pobreza e provocando uma união entre os abastados cujos interesses eram contestados pelo movimento praieiro. Com o definhamento das indústrias, mesmo os segmentos da lavoura e do comércio acabam por se render à necessidade de um retorno à ordem e se sujeitar à exigência de algum tipo de coordenação social, ainda que pela via da “prepotência administrativa”, encarada como antídoto ao veneno da instabilidade que circundava a atmosfera revolucionária.

A revolução praieira foi mais uma expressão da diversidade e complexidade dos conflitos que se manifestavam com o processo de modernização brasileiro, que revolvia as antigas estruturas, estabelecendo novas relações sociais e redefinindo o conteúdo, as idéias e os participantes que permeavam os novos conflitos. Processo de modernização a que Freyre chama de “reeuropização” do Brasil.

Esta “reeuropização” colocava o Brasil em contato com uma Europa não Ibérica da qual o Brasil tinha sido mantido afastado por todo o seu período colonial, forçando distâncias e promovendo diferenciação entre os novos segmentos sociais.

A pressão exercida pelo processo modernizante “reeuropizador” orientado pela lógica do interesse, como realça Freyre, e de características padronizadoras, não foi capaz, no entanto, de eliminar a tradição de equilibrar antagonismos, de negociar conflitos, que reaparece em novos ajustamentos.

> Largos anos se passariam até que se verificasse novo ajustamento em valores brasileiros, nacionais, mestiços, de hábitos, artes e técnicas que, na primeira metade do século XIX, se separaram duramente em valores ou hábitos cruamente característicos de raça, de classe e de região “superior” ou “inferior’, depois de terem já atingido sentido quase universalmente brasileiro

> – ou pan-brasileiro – através da miscigenação de raças e da interpenetração de culturas nacionais e regionais. (FREYRE, 2002, p. 426)

Este reconhecimento da pluralidade, contestadora de intenções e caminhos exclusivos e uniformizadores, fez parte, também, das formulações e propostas de Nabuco de Araújo, num momento subsequente a polarizações e exclusivismos pós revolução Praieira. Nabuco de Araújo tinha afinidades com Eusébio de Queiroz que vinha ministro da justiça desde o gabinete conservador liderado pelo então Visconde de Olinda (29/09/1848 a 06/10/1848), afirmando seu propósito reformista durante o ministério comandado pelo visconde de Monte Alegre, de 6 de outubro de 1949 a 11 de maio de 1952, quando contou com o apoio de Nabuco de Araújo. Descrito pelo filho, Joaquim Nabuco, como sendo, junto com Eusébio de Queiroz, "estruturas conservadoras sólidas e largas", seu apoio para realizar as reformas de Eusébio de Queiroz indicava uma visão política de alcance muito mais amplo do que o do horizonte conservador. O conservadorismo de ambos era redesenhado por fortes traços reformistas.

> um e outro [...] por natureza reformadores; ainda que preferindo processos diferentes, Eusébio e Nabuco em seus dois longos ministérios tocam em tudo e Nabuco em muita coisa não faz senão seguir as pisadas de Eusébio, realizar idéias que o outro apenas lançou; um e outro dão mais importância aos fatos sociais de ordem e caráter fundamental, como a justiça, a organização do direito a religião, a moral pública, do que aos acidentes da política (Nabuco, 1949, tomo III, v1, p. 119).

Como membro da Câmara de 1850, Nabuco de Araújo sustentou as reformas sugeridas por Eusébio de Queiroz. Entre elas a lei de 4 de setembro de 1850, que visava afirmar uma iniciativa soberana nacional diante das renovadas pressões inglesas, que já tinham ajudado a produzir a lei não cumprida de 7 de novembro de 1831 que proibia a importação de escravos, agravadas depois da Lei Aberdeeen de agosto de 1845. As reformas de Eusébio também envolveram a instituição do primeiro Código Comercial em 25 de junho de 1850, a promulgação da Lei de Terras extinguindo as doações de sesmarias e obrigando aquisição de terras devolutas via licitação e impedindo a compra de terras por imigrantes recentes, bem como a implantação do primeiro sistema penitenciário com base legal, além da instalação do primeiro serviço de iluminação a gás no Rio de Janeiro.

Sustentando reformas com firmeza e buscando conciliações, Nabuco de Araújo foi constituindo uma trajetória política que o credenciou para os desafios que viriam adiante na sessão de 1853 e com o Gabinete do então Visconde do Paraná, o mesmo Honório Carneiro Leão que tivera papel crucial para apaziguar Pernambuco quando

presidente daquela província em 1849/1850. Numa linha similar, Nabuco de Araújo contribuiu decisivamente para aplacar os antagonismos de interesses e conciliar facções apartadas por conflitos sem equancimento, quando em 1851 foi presidir a província de São Paulo por um período. Estas experiências ajudaram a criar um ambiente político de pacto pelo reconhecimento da pluralidade e admissão das diferenças políticas. Em torno das reformas de Eusébio de Queiroz, com decidida participação de Nabuco de Araújo, foi se delineando um pacto reformista, facilitado pelas atitudes políticas de conciliação, como as que produziram os apaziguamentos realizados em Pernambuco e em São Paulo.

Na inauguração da sessão de 1853 já havia um novo clima político, após os esgarçamentos gerados pela revolução de Pernambuco, que propiciaria o avanço das reformas, entre elas aquela que conseguiria, de fato, suprimir o tráfico de escravos. Nabuco de Araújo elegera-se deputado por um Pernambuco que vinha superando as polarizações, especialmente após o período de Honório Hermeto Carneiro Leão como presidente da província, entre 2 de julho de 1849 e 8 de maio de 1850, cumprindo um importante papel de pacificador.

> Honório entrou em Pernambuco com o propósito de governar por sua conta e de dar aos Liberais vencidos toda a proteção devida. Com efeito, "logo depois de sua posse, diz o próprio chefe praieiro[20], estabeleceu em toda plenitude a liberdade de imprensa, transferiu os presos para terra, soltou os que o estavam ilegalmente sem culpa formada, mandou regressar os desterrados de Fernando de Noronha, fez cessar de fato o recrutamento que continuava com a mesma sanha e as prisões preventivas que ainda estavam em uso quatro meses depois da pacificação. (NABUCO, 1949, tomo III, v 1, p. 142).

A posição independente de Nabuco de Araújo, pensando por conta própria ou "sem corrimão" como gosta Hannah Arendt, permitiu-lhe avançar na formulação e ação política diante de um novo cenário com horizontes abertos, após o domínio da revolução pernambucana, a vitória sobre a tirania de Rosas e, especialmente, após as repercussões da supressão do tráfico que, ao invés de gerar a estagnação propalada, deu "um impulso salutar poderoso às energias latentes do país", sinalizando para "uma fase nova e diferente da atividade econômica" (NABUCO, 1949, Tomo III,v 1, p. 145).

A singularidade e a consistência do posicionamento político de Nabuco de Araújo tomaram corpo a cada discurso em que abordava questões delicadas e/ou inovadoras, como a da garantia de espaço para representação oposicionista, colocando em cheque a unanimidade, além de fazer franca defesa da conciliação.

[20] Urbano Sabino Pessoa de Mello (nota minha)

> O nome do Sr. Souza Franco é notável e significativo, a ele estão associados os votos e idéias da oposição; a exclusão dele é, pois, a exclusão da oposição do país, e isto é contra todas as conveniências políticas [...]. Eu tenho uma opinião singular talvez, a respeito da oposição quanto à eleição. Eu entendo que sendo, como é verdade, que o único elemento da influência que há no país, com poucas exceções, é a autoridade, porque não há outros interesses que a possam sotopor, organizado como está o país, e dominando como domina o ceticismo, era do interesse do governo insinuar, apoiar mesmo a eleição de oposicionistas esclarecidos e moderados, porque desta maneira se dava um passo para a aproximação e conciliação dos partidos; desta maneira se colocava o país nas verdadeiras condições do sistema representativo que não pode deixar de morrer, se ficar falseado pela unanimidade. A Câmara sente bem os perigos da unanimidade, sente que não é de pequena monta o mal que dela pode provir, porque em verdade, além de tudo o mais, quando não tivermos o inimigo em frente naquelas cadeiras, havemos de dilacerar-nos e dar um triste espetáculo à oposição. [...] (NABUCO, 1949, tomo III, v1, p. 146, 147)
>
> [...] Em verdade me parece que não pode haver maior inimigo da justiça do que o antagonismo político, e foi para combater este antagonismo e para nos não lisonjearmos com a idéia de unanimidade que eu me esforcei em mostrar que a unanimidade, em vez de ser um interesse, era um perigo para a opinião dominante e também era uma anomalia para o sistema representativo. (NABUCO, 1949, tomo III, v1, p. 147)

"O seu grande discurso da sessão" de 1853 foi o da *ponte de ouro*, como reconhece Joaquim Nabuco.

> Como oração parlamentar é essa talvez a mais perfeita de Nabuco. Não há em toda ela uma frase que não seja pensada, nenhuma que seja perdida, quase nenhuma que não seja de efeito. Esse discurso dá idéia exata do que eram nessa época as idéias, as inclinações, as previsões do orador, e é talvez a peça que se deveria de preferência sujeitar a quem quisesse estudar-lhe a fisionomia intelectual e a individualidade política. (NABUCO, 1949, tomo III, v 1, p. 148)

Havia naquele momento uma posição da bancada conservadora de Pernambuco, simétrica à posição adotada pela deputação praieira liberal, ao longo das legislaturas de 1845-1848, que os notabilizou como facção áulica, contrariando as expectativas do partido liberal. Formavam os deputados conservadores pernambucanos, na sessão de 1853, um núcleo oposicionista intitulado partido Parlamentar, que instigou Nabuco de Araújo a ir além das fronteiras dos elos que o vinculavam aos amigos de Pernambuco, insistindo na afirmação de uma política de conciliação, combatida pelos conservadores pernambucanos. O discurso merece reprodução pela influência que exerceu para o êxito da política de conciliação.

> Entendem meus amigos, entendo eu com eles, que a política seguida na província de Pernambuco de um tempo a esta parte é incoveniente, e pode ser funesta à monarquia, às instituições do país, porque essa política *tende a neutralizar, senão a matar os elementos e a força do Partido Conservador; tende a tornar* em só e universal o Partido Liberal daquela província *com todas as suas aspirações, com todas as suas tradições, com todos os seus princípios, vede bem com todos os seus princípios, com todas as suas tradições, com todas as suas aspirações* porque esse partido pode reunir às convicções, às adesões que lhe são naturais a força que procede do ceticismo,

do abandono, do desânimo, do descoroçoamento da opinião contrária, e esta força vós sabeis que às vezes é maior que a própria força. A história nos diz que fatos de muita importância que tem mudado a face dos Estados, que tem decidido da vida dos povos, se tem operado e consumado, não porque todos quisessem, não porque a maioria quisesse, mas porque, servindo-me da frase de Tácito, *nullo adversante*, porque ninguém se opôs.

Entendem meus amigos, mas não eu com eles, que essa política é um propósito firme, é uma intenção calculada. Eu entendo que é um erro procedente de informações inexatas e de pessoas suspeitas. Entendem meus amigos, mas não eu com eles, que a modificação desta política é a coisa desesperada; eu entendo que é possível, esclarecido o governo imperial, mediante a discussão da tribuna e da imprensa.

Por uma conseqüência das suas convicções estão os meus nobres amigos na oposição; por uma conseqüência do princípio que estabeleci ainda me acho na maioria; *entendo que ainda é preciso percorrer muitos turnos para chegar a essa situação que eles tomaram, situação que me parece anômala, adistritos como somos ao vínculo político que nos prende ao Partido Conservador em todo o Império*.

Todavia, eu faço justiça, aos sentimentos nobres e generosos dos meus amigos. Se eu estivesse, como eles, convencido que a política do governo é tal qual parece, eu me colocaria na oposição como eles, porque tenho em grande apreço a honra que a província de Pernambuco me confeiu de representa-la, eu cooperaria mesmo para que subisse uma outra política ao poder, a fim de que estas cadeiras fossem ocupadas por quem melhor do que nós, por quem mais temido por sua popularidade e tradições, pudesse vindicar a província de Pernambuco do opróbio e do aviltamento.

Mas creio, senhores, que não estamos em circunstâncias tão desesperadas, não é chegado ainda o *casus belli*; entendo que o governo imperial deve estudar, deve apreciar bem as circunstâncias da província de Pernambuco, ainda não estudadas, ainda não apreciadas até hoje. Entendo que o governo deve atender a que não se trata ali somente de questões políticas; a estas questões políticas estão associadas questões sociais, e as questões sociais são de grande alcancem são de grande perigo [...]

Qual é a política a que me refiro? Não penseis que nesta época, em que todos os espíritos generosos e patrióticos mostram tendências para conciliação, eu viesse hoje queixar-me do governo do país porque não oprime, porque não persegue os nossos adversários políticos. Nesta tribuna ainda não proferi, desde que tenho a honra de pertencer ao Corpo Legislativo, uma só palavra de intolerância contra meus adversários políticos na província de Pernambuco; sempre entendi que era pouco generoso feri-los estando eles ausentes; sempre entendi que era um obstáculo para a pacificação moral da província revolver esse passado que produziu as cenas sanguinolentas que nós todos deploramos.

Não sou suspeito, e em verdade vos digo, senhores, se é possível, como eu entendo, sem desdizer os princípios característicos do Partido Conservador, sem fazer a menor transação sobre o princípio da autoridade, que é o primeiro dos nossos princípios; se é possível, digo, fazer alguma concessão ao espírito de reforma para chamar a nós os homens honestos, intelegentes e moderados do partido adverso, eu estou pronto a concorrer com o meu voto para esse grande fim.

Eu entendo que é preciso fazer alguma concessão no sentido que o progresso e a experiência reclamam, para que mesmo o orgulho e o amor próprio não embaracem ante a idéia da apostasia; para que a transformação seja explicada pelo novo princípio, pela modificação das idéias. **A conciliação como coalizão e fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é impraticável, e mesmo perigosa, e por todos os princípios inadmissível**[21]: porque destruídas as barreiras do antagonismo político que as opiniões se opõem reciprocamente, postas em

[21] Grifo meu

> comum as idéias conservadoras e as exageradas, estas hão de absorver aquelas; as idéias exageradas hão de triunfar sobre as idéias conservadoras; as idéias exageradas tem por si o entusiasmo, as idéias conservadoras somente a reflexão; o entusiasmo é do maior número, a reflexão é de poucos; aquelas seduzem e coagem, estas somente convencem. A história nos diz que nestas coalizões a opinião exagerada ganha mais do que a opinião conservadora [...]
> Ouvi com repugnância, sr. Presidente, uma idéia proferida nesta casa, que os partidos por si é que se deviam conciliar; que o governo devia esperar que os partidos se conciliassem. Entendo ao contrário, que a conciliação deve ser a obra do governo, e a transação, versando sobre o princípio da autoridade, não pode deixar de ser funestíssima à ordem pública e ao futuro do país. Se a idéia é boa, o governo não deve consentir que outros se aproveitem dela em seu prejuízo, não se deve surpreender e dirigir pelos acontecimentos, mas deve ir à frente deles e dirigi-los. (NABUCO, 1949, tomo III, v 1, p. 150-152, grifo meu)
> Convem, sr. Presidente, resolver de alguma maneira o problema da situação da província de Pernambuco. Se quereis a conciliação, é preciso fazer concessões ao partido da oposição; mas, vede bem, para essa conciliação não podem deixar de ser consideradas e chamadas essas influências do partido da Ordem, porque elas são partes no litígio e não pode haver acomodação sem intervenção de uma das partes; e, pois, convem acarear a uns e outros, o contrário será reação e não conciliação; é reação chamar os inimigos e guerrear aos amigos. (NABUCO, 1949, tomo III, p. 155)
> Não basta que a ordem pública esteja restabelecida materialmente, é preciso que desapareça o receio de que ela alguma vez seja comprometida. Não basta que as instituições estejam salvas do perigo que correram, é preciso que sejam desenvolvidas pelas leis essenciais à sua existência, e firmadas pela reforma daquelas que lhe são prejudicias e incongruentes. Não podemos, pois, desligar-nos do vínculo político sem preenchermos os compromissos que temos com o país. Por isso eu vos disse que não podemos hoje mais do podíamos ontem. Senhores, há segurança no país, todavia não vejo seguridade, e segurança e seguridade não são a mesma coisa; a segurança é relativamente à atualidade, é material; a seguridade é do futuro, é moral, é a ausência de receios. (NABUCO, 1949, tomo III, v1,p. 157)

Nabuco de Araújo legava, com este discurso, uma aula de pensamento e ação política, em que manifesta sua compreesão sobre o requisito de pluralidade para que a política ocorresse, revelando que apostava na persuasão de seus pares, deixando muito claro que não misturava conciliação com fusão de partes ou obscurecimentos de antagonismos, ou de conflitos. Ele propunha o enfrentamento dos conflitos e o seu equacionamento por concessões mútuas, além de demonstrar uma aguçada percepção de que o requerimento para uma ordem estável era o tratamento consequente das questões sociais que contribuiram para ameaçar a institucionalidade política, sugerindo reformas quando “as leis lhe são prejudiciais e incongruentes”.

O fato é que a idéia de conciliação disseminou-se na imprensa e no parlamento e o programa do ministério Paraná, iniciado a 6 de setembro de 1853, se definiu pela conciliação. Os liberais se posicionaram a favor, reconhecendo que a opção revolucionária do partido liberal sofrera um baque com o desastre da revolução pernambucana. “Os partidos estavam preparados para fazer e receber propostas de

concórdia e a opinião impunha moderação aos vencedores, senhores absolutos do campo". (NABUCO, 1949, tomo III, v1 p. 175).

O Visconde do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, percebia que o momento estava maduro para a conciliação, entendendo que precisava estar em conformidade com o seu tempo, que exigia concórdia, congraçamento, "em vão desejado desde 1831". (NABUCO, 1949, tomo III, v.1. 176, 177)

> De ordinário nós aceitamos a sociedade no estado em que ela se acha. O ministério de 1848 não achou uma sociedade tranqüila na qual pudesse imprimir uma política mais moderada e conciliadora; nós achamos, pelo contrário, um estado social e circunstâncias em que essa política era mesmo uma necessidade, era uma necessidade para se poderem realizar, como já disse, os melhoramentos em que o Corpo Legislativo havia empenhado o governo. (NABUCO, 1949, tomo III, v1, p. 175, 176)

Reforçava-se, desta forma, a ênfase em caminhos reformistas para realizar as mudanças que alguns pretendiam realizar pela afirmação da revolução.

Entre os dilemas da reforma ou da revolução foi que se desenvolveram as experiências que veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 5

O Processo Gradual da Abolição

Talvez a mais expressiva afirmação da interpretação de Gilberto Freyre seja o tratamento dado pelas forças políticas e sociais brasileiras à principal questão do século XIX, a escravidão. A abolição da escravatura foi, de fato, uma grande revolução, que alterou as estruturas econômica, social e política do país, realizada através de concessões graduais e recíprocas. Esta reciprocidade é indicativa de uma capacidade de auto-reforma socialmente disseminada, e não apenas por parte das elites com vistas à sua perpetuação no poder. Compreender esta revolução gradual apenas como um movimento de elites implica em desconhecer toda uma luta social que possibilitou esta revolução reformista. Foram os conflitos, as demandas sociais, as lutas dos escravos e setores sociais significativos que permitiram uma experiência política de negociação destes conflitos, tecendo condições para viabilizar compromissos em torno de novas regras que foram, sucessiva e gradualmente, operando a abolição.

O acordo político, no entanto, não significava que os conflitos se diluissem numa vontade geral abstrata. Severas restrições foram colocadas à forma como o 13 de Maio foi realizado, especialmente pelos grandes patriarcas rurais, cujos interesses foram profundamente feridos pela abolição. Portanto, nem todos os conflitos eram equilibrados, o que denota a efetivação de rupturas reais, cuja sustentação se dava em torno de novos pontos de equilíbrio, expressivos de novas composições e inclusões políticas e sociais. Para os grandes proprietários rurais o 13 de Maio significara uma traição ao setor agrário, já minado pela dispersão no interior das próprias famílias, cujos filhos bacharéis deslocavam-se social e politicamente com o descortinamento de novas possibilidades de posicionamento colocadas pela complexificação da sociedade. Contribuiram, desta forma, para a constituição de um novo segmento social médio. Os patriarcas rurais, insatisfeitos, cederam apoio à causa republicana, colaborando para comprometer a estabilidade da monarquia que, desde a Guerra do Paraguai enfrentava descontentamentos associados à propagação, ainda limitada, do movimento republicano, adensado pela influência crescente dos militares. A participação de escravos, atraídos com a promessa de alforria no intuito exclusivo de integra-los como milicia nas operações de guerra, ajudou na constituição de um novo segmento médio militar que teve papel destacado na canalização das novas demandas sociais, que também colocavam outros conflitos na ordem do dia. A própria Guerra do Paraguai, por si,

provocava reações diversas. Setores liberais criticavam sua continuidade através de seus órgãos de imprensa, como *A Opinião Liberal*, que estampava gritos pela paz. "O descontentamento era difusamente social, e não especificamente político, muito menos contra o Imperador ou o Império em particular". (FREYRE, 2000a, p.213)

Neste quadro de insatisfações sociais se inscrevia o movimento abolicionista, alimentado pelos próprios resultados de sua luta, geradora de avanços institucionais reais. O movimento abolicionista captava as demandas sociais e respondia a elas com propostas concretas, demonstrando efetiva sensibilidade social. A compreensão de Joaquim Nabuco de que "[...] nenhuma reforma política produzirá o efeito desejado, enquanto não tivermos extinguido de todo a escravidão, isto é, a escravidão e as instituições auxiliares [...]"(NABUCO,1977, p.19) e de que "A história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que se não pode sondar, e, infelizmente, essa é a história do crescimento do Brasil [...]",(NABUCO,1977, p.140) retrata o seu entendimento sobre a necessidade radical de extinção da escravidão, muito influente na própria concepção do movimento abolicionista e na sua capacidade de gerar uma agenda política e social indicativa da profundidade e abrangência das reformas que considerava indispensáveis para acompanhar o processo de abolição e lhe dar conseqüência. Entre estas reformas encontrava-se a trabalhista, a agrária e a educacional. Nabuco propunha "[...] leis sociais que modifiquem as condições do trabalho como ele se manifesta sob a escravidão [...]", que os trabalhadores se associassem "[...] ligados um ao outro pelo espírito de classe e pelo orgulho de serdes os homens de trabalho, num País onde o trabalho ainda é malvisto [...], considerando que "Fora da associação não tendes que ter esperança". (NABUCO,1977, p.22) O caráter político-social da agenda sugerida por Nabuco era nutrido pelas circunstâncias, pela vida ordinária e pela sua compreensão da política como resultado da associação dos homens e do diálogo ou do debate constantes, avalistas do caráter pluralista da esfera pública. Não havia em Nabuco a sedução por idéias abstratas, que favoreceriam o mascaramento de interesses privados pelo seu acobertamento em entes coletivistas fictícios, pretensamente representativos de todos. Pautado pelas circunstâncias do seu tempo, a agenda que propunha significava uma profunda e radical ruptura, porém pela via reformista gradual.

> Não é unicamente a sensibilidade que o move na luta pela emancipação, é sobretudo a inteligência, que compreende e afirma ser impossível a existência de um país no Ocidente, baseado na escravidão. Joaquim Nabuco, que seria um romântico em literatura, é um supremo realista em política.

> Paradoxalmente os românticos daquele momento político eram os escravocratas, que disfarçavam o interesse próprio nas máximas de um direito absoluto, nas ficções do absurdo direito natural da propriedade. Não era romântico Joaquim Nabuco, quando propunha a abolição gradativa, a prazo, para dar lugar à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. (ARANHA apud NABUCO, 1977, p. 41).

A intensa mobilização social em tôrno do processo abolicionista evidentemente tensionava os conflitos, possibilitando a exposição de divergências mais profundas, programáticas mesmo, entre os que insistiam no caráter social das reformas e aqueles que adotavam um credo liberal de cunho mais individualista. Avalio que estas disputas programáticas desempenharam papel decisivo nas definições políticas que acabaram por orientar a transição da monarquia para república, prevalencendo a opção liberal de democracia sem povo pela Primeira República, ou seja, a visão de um liberalismo focado na atomização dos indivíduos, desfocado da preocupação social, com conseqüências no sentido de afirmar um modelo de desenvolvimento excludente no país. O que cabe agora é registrar que esta disputa programática não colocou, necessariamente, em lados adversários monarquistas e republicanos, pois não havia um monopólio partisan sobre a questão social, já que as preocupações com esta temática eram compartilhadas, ainda que o predomínio fosse de monarquistas – da estirpe de Joaquim Nabuco e André Rebouças que, no seu texto *O Abolicionismo*, sintetizou um programa social e político que previa cidadania efetiva, educação geral, repartição da terra contra o seu monopólio, promoção da indústria, visando construir uma pátria comum, com a comunhão de todos os membros "que se acham em conflito, ou uns com os outros, ou consigo mesmos" (NABUCO, 1977, p. 124) – coadjuvados por uma minoria de republicanos, entre eles José do Patrocínio e Luis Gama.

A radicalidade do conteúdo social do programa de Nabuco era simétrica à radicalidade da sua insistência na primazia da política, ou seja, numa resolução dialógica destes conflitos, bem ao estilo da tradição ibérica equilibradora de antagonismos.

> A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tão pouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo esta revolução obra exclusiva da população livre; mas tal possibilidade não entra nos cálculos de nenhum abolicionista.
> A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. ... Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda. (NABUCO, 1977, p. 72)

Foi esta via gradual, predominantemente pautada numa idéia implícita de reconhecimento e não numa lógica atomista desintegradora, que percorreu o processo abolicionista, iniciado já no período da independência, em 1822. O desejo intuitivo dos escravos pela Independência, compreeendida como um caminho para sua liberdade vai ser destacado por Nabuco. Antes, porém de passar ao próprio Nabuco, é importante registrar que esta expectativa dos escravos não era de todo vazia. Havia alguma base real de apoio político. As palavras de José Bonifácio em 1825, já concluído, portanto, o processo de Independência, e após o período constituinte, quando apresentou emenda, não acolhida na Constituição de 1824, para a extinção gradual da escravidão, indicam sua persistência em torno de propostas políticas relativas à questão escravista que, de fato, representavam um projeto de inclusão deste segmento social.

> Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabei que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal constituição. (ANDRADA E SILVA[22] *apud* NABUCO, 1977, p. 83)

As palavras de Bonifácio não estavam desconectadas de um ambiente social, ou seja, ele não falava apenas plantado nos seus ideais, de um ponto de vista introspectivo, solipsista. Ainda que minoritário do ponto de vista político-institucional e mesmo social, existiam ambientes sociais e políticos que recepcionavam positivamente aquelas idéias, além de uma base entre os escravos que depositavam expectativas de que o processo independentista pudesse representar ao menos a perspectiva de uma pátria que os abrigasse como parte efetivamente integrante da nacionalidade. Nabuco observa bem a rede de expectativas em torno do processo de independência:

> Depois veio o período da agitação pela Independência. Nessa fermentação geral dos espíritos, os escravos enxergavam uma perspectiva mais favorável de liberdade. Todos eles desejavam instintivamente a Independência. A sua própria cor os fazia aderir com todas as forças ao Brasil como pátria. Havia nele para a raça negra um futuro; nenhum em Portugal. A sociedade colonial era por sua natureza uma casa aberta por todos os lados onde tudo eram entradas; a sociedade da mãe pátria era aristocrática, exclusiva, e de todo fechada à cor preta. **Daí a conspiração perpétua dos descendentes de escravos pela formação de uma pátria que fosse também sua. Esse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência. As relações entre os cativos, ou libertos, e os homens de cor, entre estes e os representantes conhecidos do movimento, formam a cadeia de esperanças e simpatias pela qual o pensamento político dos últimos infiltrou-se até as camadas sociais constituídas pelos primeiros**. Aliados de coração dos *Brasileiros*, os escravos esperaram e saudaram a independência como primeiro passo para a sua alforria, como uma promessa

[22] José Bonifácio de Andrada e Silva.

> tácita de liberdade que não tardaria a ser cumprida. (NABUCO, 1977, p. 86)[23]

Este texto evidencia dois aspectos de um Nabuco precursor de Gilberto Freyre. O primeiro diz respeito à compreensão da sociedade brasileira como uma sociedade "aberta por todos os lados onde tudo eram entradas", que favoreceu processos de transação entre os diversos segmentos componentes daquela sociedade, cuja interação permitiu a constituição de um senso de brasilidade capaz de ansiar por um projeto próprio e discernido do da metrópole. Portanto, Nabuco diagnostica a existência efetiva de uma sociedade brasileira constituída por brasileiros, contrariando antecipadamente teses que o sucederam, fundamentadas na refutação da existência de uma sociedade e de uma nacionalidade brasileiras.

O segundo aspecto se refere à sua descrição de uma sociedade com traços brasileiros suficientes para lhe conferir personalidade própria, ao mesmo tempo impactada por um processo modernizador. O retrato que Nabuco apresenta mostra uma sociedade já tocada por modernas questões das liberdades e direitos políticos e individuais e em processo de diferenciação social e desafiada por inéditos conflitos sociais. Já no movimento republicano de Pernambuco de 1817 ficara patente a complexidade que envolvia o tratamento da questão escravagista. A própria declaração do recém constituído Governo Provisório manifestara, em seus próprios termos, o entendimento desta complexidade.

> Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados degenerasssem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. **Impelido destas duas forças opostas**, deseja uma emancipação que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular e legal. O Governo não engana a ninguém; o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas: vossas propriedades ainda as mais opugmantes ao ideal de justiça serão sagradas; o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa. (NABUCO, 1977, p. 87)[24]

Esta é uma peça política exemplar do que será a condução do processo abolicionista no Brasil. Especialmente por emitir a concepção política de um movimento com perfil radical como o do que deflagrou a revolução pernambucana de

[23] Grifo meu
[24] Grifo meu

1817, de cunho republicano. Ademais, este "extremismo republicano"[25] da revolução de 1817, que se inspirava nos ideários das revoluções francesa e americana do final do XVIII, mas especialmente nos da primeira, e integrava um quadro maior de movimentos no sentido de uma revolução liberal de características também políticas, portanto não enquadrável num liberalismo de viés estritamente econômico, vai repercutir sobre os movimentos de 1821 e 1824, inspirados pela revolução do Porto de setembro de 1820. Com a insurreição das tropas bahianas em 10 de fevereiro de 1821 que aclamou uma Junta Governativa, vários dos presos políticos, republicanos de 1817, foram libertados, reintegrando-se ao espaço público e sobre ele exercendo influência.

Portanto, mesmo estes, identificados com uma linha mais radical, defendiam um processo gradual de mudanças, apesar de terem uma compreensão muito clara e firme do significado aviltante da escravidão. No entanto, o direito de propriedade, pilar das idéias liberais, associado a uma situação política, social e econômica, baseada no sistema escravagista, aconselhava-os a adotarem uma estratégia cautelosa, mais conciliadora, para viabilizar, paulatinamente, as reformas que entendiam indispensáveis para um desenvolvimento livre da escravidão. Como nos lembra Joaquim Nabuco,

> Os revolucionários de Pernambuco compreenderam e sentiram a incoerência de um movimento nacional republicano que se estreava reconhecendo a propriedade do homem sobre o homem, e não há dúvida de que essa contradição deslustrou para eles a independência que proclamaram. Essa revolução que no dizer dos seus adeptos "mais pareceu festejo de paz que tumulto de guerra", essa alvorada do patriotismo brasileiro que tem a data de 6 de março de 1817, foi o único de todos os nossos movimentos nacionais em que os homens que representavam o país coraram de pejo, ou melhor choraram de dor, ao ver que a escravidão dividia a nação em duas castas, das quais uma, apesar de partilhar a alegria e o entusiasmo da outra, não teria a mínima parte nos despojos da vitória. (NABUCO, 1977, p. 87)

Vai mais longe ainda Joaquim Nabuco ao colocar no centro a questão da capacidade política, de um movimento, marcado pelo extremismo como vimos, de apreender a complexidade social e a necessidade de articular apoios mais amplos, só possíveis pelo estabelecimento de diálogo e de caminhos graduais. Sem isto, o risco de perdas maiores seria muito grande. Não era corriqueiro, no entanto, este tipo de compreensão em movimentos com tal origem radical e a trajetória da vizinha América espanhola só confirma a falta de pendor desses movimentos radicalizados por vias conciliadas. Estamos autorizados, portanto, a pensar em alguma caracterísa da nossa formação que aconselha esta compreesão fina da complexidade e a capacidade de tratá-

[25] HOLANDA, 2003, tomo II, vol. 3, p. 173

la integrando, como elemento efetivo de decisão, as reais circunstâncias. Mesmo neste caso da Revolução Pernambucana, cuja ação se orientava por um ideal mais abstrato, acabou por se impor o apelo da vida ordinária, neutralizando exclusivismos essencialistas e seus riscos de desconsideração das circunstâncias. Diria que é uma capacidade refinada de estar alerta, de estar sensível às circunstâncias, tal como Hume em sua análise sobre a Inglaterra de seu tempo. Nabuco vai no ponto, e nos ajuda no argumento, ao questionar e, ao mesmo tempo, responder:

> Que significa, porém, aquele documento em que a necessidade de aliciar os proprietários rurais não impediu o governo de dizer que desejava a emancipação, lenta, regular e legal, que o coração se lhe sangrava, que a propriedade escrava era a mais opugnante ao ideal da justiça, e que ele poria meios de diminuir o mal? Significa que os mártires da Independência se viram colocados entre a escravidão e o cadafalso; temendo que a união dos "proprietários rurais" com as forças portuguesas afogasse em sangue esse primeiro sonho realizado de um Brasil independente, se o fim da colônia se lhes afigurasse como o fim da escravidão. (NABUCO, 1977, p. 87-88)

Este documento é uma peça de arte política, colocando os têrmos da equação num grau de equilíbrio impressionante. Esta qualidade equilibrista se destaca ainda mais se introduzirmos outros fatores de complexificação, como a diferença entre as condições regionais, já que no sul havia um outro grau de associação entre as lutas pela independência e pela emancipação dos escravos. "[...] no Sul a causa da Independência esteve intimamente associada com a da emancipação, prova-o a atitude da Constituinte e de José Bonifácio." (NABUCO, 1977, p. 88)

> José Bonifácio [...] em quem os homens de cor, os libertos, os escravos mesmos, os humildes todos da população que sonhava a Independência tinham posto a sua confiança, redigira para ser votado pela Constituinte um projeto de lei sobre os escravos. (NABUCO, 1977, p. 88)

De fato, o projeto da primeira constituição monárquica assumiu o artigo de Bonifácio que estabelecia um processo lento de emancipação dos escravos e o compromisso com sua educação. A iniciativa, porém, não prosperou. O fato de não integrar o texto da Constituição do Império, não lhe retira o significado político, especialmente por se tratar de matéria de autoria de José Bonifácio, o mais importante líder da independência, que influenciou a conquista de passos futuros no rumo da abolição. Nabuco observa que a opção por não inscrever o artigo na Constituição deveu-se, também, à intenção de não macular o texto da emancipação política com referências à escravidão. É importante registrar, ainda acompanhando Nabuco, que o artigo 94, declarando inelegíveis os libertos, foi "felizmente revogado", deixando aberto o espaço da cidadania para os que viessem a ser emancipados. (NABUCO, 1977, p. 88).

Vale ressaltar que a visão gradualista de Nabuco não implicava em desejo de alongar o prazo do processo abolicionista. Ele inclusive pensava que se Bonifácio tivesse conseguido sensibilizar seus parceiros, "os estadistas" da Independência, a escravidão no Brasil estaria sepultada meio século antes. Sua visão gradualista baseava-se no reconhecimento das circunstâncias, que até poderiam ser outras, caso tivesse ocorrido o avanço pretendido por José Bonifácio. A contribuição de José Bonifácio naquele momento traduzia já algum acúmulo de reflexão sobre o tema. Se tivesse curso, a proposta de Bonifácio ultrapassaria até o arcabouço legal-institucional existente às vésperas da abolição. É Nabuco quem destaca que a própria lei de 28 de setembro não ia tão longe quanto o conjunto de artigos propostos por José Bonifácio no processo constituinte de 1823. Basta a leitura de alguns dos artigos selecionados por Joaquim Nabuco para confirmar sua avaliação.

> *Artigo 5º* Todo o escravo, *ou alguém por ele*, que oferecer ao senhor *o valor por que foi vendido*, ou por que fora avaliado, será imediatamente forro. – *Artigo 6º* Mas se o escravo ou alguém por ele, não puder pagar todo o preço por inteiro, logo que apresentar a sexta parte dele, será o senhor obrigado a recebê-la, e lhe dará um dia livre na semana, e assim à proporção mais dias quando for recebendo as outras sextas partes até o valor total, - Artigo 10. Todos os homens de cor forros, que não tiverem ofício ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão, outrossim, dele os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo. – Artigo 16. Antes da idade de doze anos não deverão os escravos ser empregados em trabalhos insalubres e demasiados; e o Conselho (o Conselho Superior Conservador dos Escravos, proposto no mesmo projeto) vigiará sobre a execução deste artigo para bem do Estado e dos mesmos senhores. – Artigo 17. Igualmente os Conselhos Conservadores determinarão em cada província, segundo a natureza dos trabalhos, as horas de trabalho, e o sustento e vestuário dos escravos. – Artigo 31. Para vigiar na estrita execução da lei e para se promover por todos os modos possíveis o bom tratamento, morigeração e emancipação sucessiva dos escravos, haverá na capital de cada província *um Conselho Superior Conservador dos Escravos*. (NABUCO, 1977, p. 88-89)

A independência do Brasil iria colocar ou reafirmar questões que já se insinuavam com a crise do sistema colonial que, desde o alvorecer do século XIX entrara em colapso pela conjugação de fatores como a revolução industrial, o avanço das idéias liberais e a emancipação de colônias americanas. Neste contexto, o próprio sistema escravista passou a ser questionado como um obstáculo à modernização econômica, sem que a independência das colônias, no entanto, implicasse numa ruptura com a escravidão. No caso do Brasil, em que pese as importantes mudanças trazidas pela modernização, como atesta Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos*, os setores agrários mantiveram sua hegemonia na disputa de interesses com a indústria nascente. Defendendo teses econômicas liberais, através de seus representantes no Parlamento,

eles advogavam que a indústria fosse deixada ao laissez-faire, condenando qualquer apoio do governo à nova indústria. Sem dúvida uma conveniente e até irônica argumentação em causa própria, pela sua coerência com as teses liberais que reconheciam a "mão invisível" do mercado como árbitro na disputa de interesses. Logo os senhores rurais que nunca dispensaram o sustento estatal.

> Os governos não têm autoridade para se ingerirem ativa e diretamente em negócios de indústria e esta não precisa de outra direção que a do interesse particular. Não é preciso que a Lei indique qual a produção mais lucrativa (HOLANDA, 1976, p. 136).

Apesar da abertura de novas perspectivas econômicas o latifúndio exportador e escravista ainda tinha lugar de destaque. Do ponto de vista político formal afirmava-se a liberdade, mas "em nome do direito de propriedade a nação mantinha escravizados mais de um milhão de pessoas". (HOLANDA, 1976, p. 136) Mas as pressões também se faziam para restringir o espaço de reprodução do sistema escravista capitaneado pelos interesses rurais. A Inglaterra, também pressionada pelas exigências da revolução industrial de substituição da mão-de-obra escrava pela livre, passava a liderar um conjunto de ações políticas e repressivas para conter o sistema de trabalho escravo.

> No fim do século XVIII, uma era de caráter industrial sucedia a uma época de caráter comercial. Na Grã-Betanha, onde a mudança industrial era mais marcante, o comércio dos escravos, perfeitamente ajustado ao sistema da época comercial, tinha se tornado antiquado devido aos rápidos progressos tecnológicos e da produção industrial. A abolição do comércio dos escravos era, pois, somente uma manifestação da passagem da era comercial àquela da revolução industrial. (Dike *apud* Verger, 2002, p. 318)

Desde antes da chegada de D. João VI, havia o Parlamento inglês decidido, em 25 de março de 1807, pela abolição do tráfico de escravos, decisão que a Inglaterra tentaria que fosse adotada pelas outras nações. É sob a égide desta lei que, vigindo a partir de 1º de janeiro de 1808, impactou as relações de comércio internacional que D. João VI desembarcou na Bahia a 22 de janeiro de 1808. Ainda durante sua estadia na Bahia, que se prolongou até o dia 26 de fevereiro de 1808, premido pela ocupação francesa de Portugal que impossibilitava o prosseguimento das relações comerciais entre a antiga metrópole e o Brasil, agora convertido em reino, D. João VI decretava a abertura dos portos brasileiros em 28 de janeiro de 1808. Este decreto, inicialmente provisório, ao se tornar definitivo favoreceria especialmente a Inglaterra. Medidas sucessivas iriam ampliar suas relações comerciais com o Brasil, entre elas a redução, por acordo bilateral em 1810, de tarifas alfandegárias e a criação de um serviço mensal de paquetes ligando Rio de Janeiro e aquele país.

Precedendo a Inglaterra, a Dinamarca já havia abolido o tráfico em 1802. Também antes da decisão inglesa haviam os Estados Unidos optado pelo mesmo caminho em 02 de março de 1807. As teorias abolicionistas conquistavam espaço e os conflitos entre os que sustentavam o sistema escravista e aqueles que o contestavam ganhavam contornos internacionais. Discussões e tratados internacionais giravam em torno deste tema, conjugando aspectos econômicos, filantrópicos, humanitários e industriais.

Nestas circunstâncias foi assinado um tratado de aliança e amizade entre Inglaterra e o Reino Português, representado por seu príncipe regente D. João VI, a 19 de fevereiro de 1810 estabelecendo balizas para o processo de abolição do tráfico de escravos.

> Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e da má política do comércio dos escravos e das grandes desvantagens que nascem da necessidade de introduzir e de renovar constantemente uma população insociável e artificial para assegurar o trabalho e a indústria em suas possessões da América do Sul, resolveu cooperar com Sua Majestade Britânica na causa de Humanidade e de Justiça, adotando meios dos mais eficazes para obter em toda a extensão de suas possessões uma abolição gradual do comércio dos escravos. E tocado por este princípio, Sua Alteza Real o Príncipe de Portugal se compromete a que seus vassalos não sejam mais autorizados a continuar o comércio dos escravos em nenhuma outra parte da costa da África que não sejam atualmente possessões de Sua Alteza Real, nas quais este comércio tenha sido já abandonado pelos Poderes e Estados da Europa que lá fizessem o comércio antigamente. Ele reserva entretanto para seus próprios vassalos o direito de comprar e de negociar escravos nas possessões africanas da Coroa de Portugal nos territórios de Cabinda e Molembo, direitos tais, em outros tempos, disputados pelo governo da França, não limitando nem restringindo o comércio de Ajuda e outros portos da África situados na costa habitualmente chamada na língua portuguesa a Costa da Mina, e que pertencem à Coroa de Portugal, ou, sobre as quais ela tenha pretensões. Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal está resolvido em não deixar perder suas justas e legítimas pretensões aos mesmos, nem o direito de seus vassalos de negociar naqueles lugares, exatamente da mesma maneira como tem feito até então. (VERGER, 2002, p. 324-325)

As conseqüências deste Tratado se fizeram sentir em apreeensões de navios com bandeira portuguesa, além de dezessete detenções entre 1811 e 1812, com previsíveis reações na contramão destas medidas. A advertência ao governo inglês por parte do ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares, revelava a compreensão de que a Inglaterra queria impor de súbito o que ela tivera tempo de sobra para amadurecer.

> Na Grã-Betanha, a maioria do Parlamento britânico teve que lutar mais de vinte anos antes de obter da oposição a abolição do tráfico de negros. Agora, mesmo que uma população exuberante encha o território (exíguo) das ilhas ... [Antilhas] ..., ela quer exigir que Sua Alteza Real de Portugal possa abolir

> subitamente um comércio que é o único a poder fornecer os braços indispensáveis às minas e às culturas do Brasil. É evidente que, mesmo em um meio-século, Sua Alteza Real não poderá acabar no Brasil com este comércio triste mas necessário, como desejaria muito, se a coisa fosse compatível com o bem público e a existência de seus povos. Um tal resultado pode ser obtido somente lenta e progressivamente, e nunca pela força, procedimento que o Governo britânico parece querer adotar, que irrita sem produzir nenhum bem.
> O injusto apresamento dos vasos portugueses faz temer Sua Alteza Real que o povo e os negociantes portugueses cheguem a um ponto de irritação tal que se tornará difícil a Sua Alteza reprimir as manifestações sem que resulte em vinganças contra as propriedades inglesas no Brasil, o que causaria uma pena imensa à Sua Alteza Real. Tudo isso poderia assim aruinar em um momento os esforços constantes de Sua Alteza Real para fundamentar sobre bases permanentes a Aliança e a Amizade perpétua entre as duas Nações. (VERGER, 2002, p. 325)

O governo inglês, trazendo para si o papel de "grande protetor da África e da nova causa humanitária de defesa dos oprimidos" e colocando-se como assegurador dos novos padrões de justiça no plano internacional, definiu os limites do que considerava inaceitável, em prol do cumprimento da nova ordem internacional que capitaneava, visando dar conseqüência à lei de abolição do tráfico de escravos. Os termos de um despacho de Lorde Strangford, assinado a 30 de março de 1812, deixam claro que o governo inglês estava atento para possíveis tentativas de evasão das regras estabelecidas e seu empenho em coibi-las.

> 1º - Considerar sua Alteza Real o Príncipe Regente do Reino Unido da Inglaterra e de Irlanda como protetor e até um certo ponto aliado daquelas nações infelizes e oprimidas. E como este laço está fundamentado sobre as bases imutáveis de humandade e da razão, Sua Alteza Real não pode ver com indiferença a menor circunstância que pudesse aumentar as penas daquelas infelizes populações, que daria ao tráfico uma extensão fora dos limites, que uma imperiosa necessidade já obrigou Sua Alteza Real reconhecer.
> 2º - Deste princípio resulta que, bem que Sua Alteza Real tenha resolvido respeitar suas promessas da maneira a mais escrupulosa e deixar os vassalos de Portugal fazer livremente o comércio com as colônias daquela Coroa, fazendo transportar de lá para o Brasil todos os negros que pudessem ser necessários para o serviço do Brasil, Sua Alteza Real está bem determinada, entretanto, em não deixar os vassalos de Portugal transportar os negros por conta de qualquer outra nação. Em conseqüência, toda embarcação portuguesa assim empregada se arriscaria a ser capturada e examinada pelo Almirantado Britânico.
> 3º - Sua Alteza Real não pode consentir que os vassalos de outras potências abusem da bandeira portuguesa. É pois necessário que todas as embarcações que fazem o comércio dos negros sejam portuguesas de boa fé, registradas, e naveguem de acordo com as leis portuguesas, com uma tripulação de portugueses em número suficiente, e se a embarcação não for de construção portuguesa, é necessário produzir documentos autênticos legitimando a venda.
> 4º - Sua Alteza Real não duvida que os vassalos portugueses não limitem suas atividades para o tráfico de negros a seus próprios estabelecimentos e feitorias. (VERGER, 2002, p. 326)

O maior rigor das medidas provocava, por outro lado, a intensificação das hostilidades e ameaças às tripulações de navios ingleses, ganhando os conflitos tons cada vez mais altos.

Para equacionar estes conflitos, reuniram-se as duas cortes, a portuguesa e a inglesa, em 1815, no Congresso de Viena, definindo novos acordos que seriam consolidados em dois atos.

> Convenção entre os muitos altos e muito poderosos Senhores o Príncipe Regente de Portugal e El Rey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda, para terminar as questoens e indenizar as perdas dos vassalos Portuguezes no trafico de escravos de África, feita em Viena Pelos Plenipotenciarios de huma e outra Coroa em 21 de janeiro de 1815 e retificada por ambas ... 300.000 libras esterlinas pagadas em Londres a pessoa designada por S.A.R.Pr.Reg. para satisfazer as reclamações feitas dos Navios Portugueses apresados pelos cruzadores Britânicos antes de 1-junho-1814, pelo motivo allegado que faz hum comercio illicito de escravos [...] (VERGER, 2002, p. 328)

Este ato propondo indenizações de perdas e o outro, citado a seguir, em que a Inglaterra renunciava às dívidas para amenizar os prejuízos dos negociantes portuguezes foram equilibrados por um artigo adicional.

> Tratado da Abolição do Tráfico de Escravos, em todos os lugares da Costa da África ao norte do Equador, entre os muito altos e muito poderosos Senhores o Príncipe Regente de Portugal e El Rey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda, feito em Vienna pelos plenipotenciários de huma e outra Corte, em 22 de Janeiro de 1815 e ratificado por ambos ... Rio de Janeiro, na impressão regia 1815 [...]
> A Inglaterra renuncia receber o que lhe he devido do empréstimo de 600.000 libras esterlinas de 1809.
> Artigo adicional
> Convencionou-se, no caso de algum colono Portuguez querer passar dos estabelecimentos da Coroa de Portugal na Costa da África ao Norte do Equador com os Negros bona fide, seus domésticos, para qualquer outra Possessão da Coroa de Portugal, teria a liberdade de faze-lo, logo que não seja a bordo de navio armado e preparado para o trafico, e logo venha munido dos componentes passaportes e certidões conforme a norma que se ajustar os os dois Governos [...] (VERGER, 2002, p. 329)

As restrições contidas neste artigo adicional foram repudiadas pelos comerciantes negreiros que, no caso da Bahia, intensificaram o comércio para além dos padrões ocorridos ao longo do período de legalidade do tráfico. Fizeram isto por longos trinta e cinco anos, furando a vigilância inglesa naquelas localidades interditadas.

Em 1817, a 28 de julho foi assinada em Londres uma convenção adicional entre Grã-Betanha e Portugal, regulamentando a aplicação do Tratado de 1815. Vários pontos estavam detalhados como o dos direitos mútuos de visita das marinhas mercantes pelos navios de guerra das duas coroas, as condições de aprisionamento dos navios,

além de determinação do fórum de arbitragem de conflitos e da especificação das regiões ao norte do equador como de detenção de navios. Qualquer julgamento sobre controvérsias seria de alçada de tribunais mistos e as arbitrariedades que implicassem em prejuízos, seriam sanadas através de indenizações justas.

A este jogo de pressões e contrapressões, externas e internas, somou-se, ainda, a influência da revolução liberal portuguesa de 1820, que propondo constitucionalizar a monarquia e dar conseqüência institucional às novas idéias liberais, alterando, inclusive, o sistema representativo, afirmavam os Direitos do Homem, a abolição de privilégios e a igualdade de todos perante a lei.

Foi neste contexto que ocorreu a nossa independência, sob influência das idéias liberais, premido por estas pressões e sob forte dependência econômica da Inglaterra, que permanecia forçando medidas no rumo da abolição do tráfico.

Se as idéias que sacudiam o mundo ocidental já influenciavam nossos movimentos sociais, antes mesmo da chegada da corte, esta influência acentou-se nos anos seguintes. Como Gilberto Freyre analisa em *Sobrados e Mucambos* os impactos sociais da modernização trazida com a corte se espalharam pelo ambiente social, econômico e institucional, gerando mesmo uma febre de empreendimentos. Num curto espaço de tempo foram criadas várias instituições, algumas delas insistentemente demandadas ao longo dos trezentos anos de colonia, caso da primeira Escola de medicina, fundada quando D. João ainda estava na Bahia, a 18 de fevereiro de 1808. Sob sua iniciativa foi inaugurado o ensino médico também no Rio de Janeiro, a 28 de abril de 1808, logo após a sua chegada a esta cidade, que se deu em 7 de março de 1808. Foram fundadas as Escolas de marinha, guerra e comércio, o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas Artes, a Imprensa Régia, o Jardim Botânico, além de implantadas indústrias, favorecidas pela decretação de liberdade para as manufaturas.

Iniciava-se, então, um processo, de crescimento e diversificação da economia que iria gradativamente inverter os termos do comércio exterior.

Tabela 2 – Comércio Exterior no Brasil em ££ 1.000 ouro entre 1821-1890

Decênios	Exportação	Importação
1821-1830	39.097	42.504
1831-1840	45.205	54.291
1841-1850	54.680	60.999
1851-1860	102.007	115.280
1861-1870	149.433	131.866
1871-1880	199.685	164.929
1881-1890	220.725	192.361

Fonte: PRADO JUNIOR, C **História Econômica do Brasil**.São Paulo: Editora Brasiliense, 1953, p. 328 *apud* BUARQUE DE HOLANDA (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, v. 5, O Brasil monárquico p. 353, 2004,)

> Uma parte desse valor reverterá em aplicações na agricultura, especialmente na cafeicultura. Outras parcelas reverterão para atividades novas, não agrícolas. À medida que cresce a renda nacional, desenvolvem-se o comércio de produtos manufaturados, a produção artesanal e fabril e o setor de serviços. Inicia-se o ciclo de industrialização relacionado aos gêneros de consumo diário, bem como tecidos, chapéus, etc.
> A expansão econômica faz-se acompanhar, pois, de uma diferenciação crescente do sistema econômico-social. "A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira." No decênio posterior a 1850, segundo mostra Caio Prado Júnior, fundam-se "62 empresas industrias, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e, finalmente, 8 estradas de ferro". Começa a configurar-se uma estrutura econômica diferenciada. (HOLANDA, 2004, tomo II, v. 5, p. 353)
> É óbvio que esse desenvolvimento econômico ocasiona a progressiva diferenciação das ocupações e das relações sociais. À medida que se expandem os setores manufatureiro e de serviços, em concomitância com o crescimento do capital gerado na agricultura, multiplicam-se as ocupações e a sua diferenciação qualitativa. (HOLANDA, 2004, tomo II, v. 5, p. 354
> Os ambientes urbanos diferenciam-se acentuadamente, seja no âmbito interno, seja com referência à sociedade agrária. A cidade ganha estatuto diferente do campo. A cultura urbana adquire fisionomia própria. [...] Os problemas e reflexões que formam o fulcro das obras de Tavares Bastos e Joaquim Nabuco, por exemplo, denotam um novo universo civilizatório. (HOLANDA, 2004, tomo II, v. 5, p.. 356)

Algumas das várias as nuances deste processo modernizador já foram, em parte, observadas em capítulo anterior. Considero, no entanto, importante para a compreensão dos movimentos que, ao longo do século XIX, trataram, efetiva ou tangencialmente, do problema da escravidão, relembrar os aspectos coercitivos uniformizadores que a nova ordem introduziu e/ou reforçou, provocando reações e estimulando revoltas. Este refresco da memória restitui devidos lugares na movimentação antiescravista que se deu não só pela pressão inglesa antitráfico formal, institucional, mas também estimulada por

reações aos enquadramentos da nova "reeuropeização", em grande parte inglesa, traduzidas também em movimentos com base popular, muitas vezes articulados contra as imposições que se replicavam em vários campos, promovidas por interesses exclusivistas.

> O que indicavam várias dessas imposições e proibições no interesse só de um grupo, ou apenas de uma classe, de uma raça ou de uma cultura de minoria e de região – raramente no interesse do público ou do grosso ou da maioria da população nacional – é que, paralelo ao processo de europeização ou reeuropeização do Brasil que caracterizou, nas principais áreas do País, a primeira metade do século XIX, aguçou-se, entre nós, o processo, já antigo, de opressão não só de escravos ou servos por senhores, como de pobres por ricos, de africanos e indígenas por portadores exclusivistas da cultura européia, agora encarnada principalmente nos moradores principais das cidades. Nos moradores ou senhores dos sobrados e das casas assobradadas. Opressão que não poderia deixar de criar, como criou, revoltas ou insurreições como as já referias: a dos "Cabanos", a dos "Balaios", a dos "Quebra-Quilos"; e como a dos Malês, na Bahia em 1835.
>
> Não era possível que se conservassem noutro estado senão no de crispação, no de ressentimento e no de insurreição, grupos aos quais se proibiam de modo tão simplistamente policial expansões de fervor religioso e de ardor recreativo à maneira de suas velhas tradições e de velhos costumes de sua cultura materna: cantos de trabalho; trajos regionais; jóias, adornos, balangandãs. Os indivíduos, aparentemente livres, aos quais se obrigava – como aos sertanejos, aos matutos ou aos roceiros – num requinte de humilhação, que não entrassem nas cidades montados ou sentados nos seus animais de carga, mas ao lado ou à frente deles; humildemente, a passo, pisando o chão e a lama como peões indignos de se apresentarem aos olhos dos moradores de sobrados com aparência ou modos de cavaleiros.
>
> O direito de galopar ou esquipar ou andar a trote pelas ruas das cidades repita-se que era exclusivo dos militares e dos milicianos. O de atravessa-las montado senhorilmente a cavalo era privilégio do homem vestido e caçado à européia. [...] O ar das cidades enchia-se de ruídos como que nefandos quando eram os africanos que cantavam seus cantos de trabalho, de xangô ou de maracatu, tão diversos no som e nas palavras das ladainhas cantadas nas procissões Católicas, nas festas de pátio de igreja, nos terços diante dos nichos.
>
> O que se verificava repita-se que era vasta tentativa de opressão das culturas não-européias pela européia, (FREYRE, 2002, p. 420-421).

O caráter das mudanças em curso contracenava com uma experiência pretérita de maior contemporização com a diversidade, para a qual Gilberto Freyre atenta relatando um episódio em que o Governador de Pernambuco Dom Tomás José de Melo, diante de uma reclamação, originária de Goiânia, contra os batuques dos negros, respondeu através de ofício de 10 de novembro de 1796 nos seguintes termos: "Quanto aos batuques que os negros dos engenhos e dessa villa costumarão praticar nos dias santos [...] não devem ser privados de semelhante funcção porque para elles é o maior gosto que podem ter em todos os dias de sua escravidão".(FREYRE, 2002, p. 422)

> Foi essa sabedoria de contemporização ou essa inteligente tolerância de diferenças de comportamente de raça, de classe e de cultura de região que

> faltou àquelas Câmaras Municipais do Brasil-Império, mais ciosas de sua condição de Câmaras de cidades principais; e àqueles juízes de paz, àqueles presidentes de província, àqueles chefes de polícia, àqueles prelados que se dedicaram à perseguição dos batuques, dos candomblés, dos maracatus de escravos e de africanos como a uma guerra santa. Em Salvador, pelas posturas da Câmara de 1844, ficaram proibidos "os batuques, danças e ajuntamentos de escravos, em qualquer logar e a qualquer hora ..."
>
> Semelhante política de coerção ou repressão violenta seria, aliás, aplaudida pela melhor imprensa da época. Em 1856 a polícia provincial dispersava, na cidade do Recife, sob os aplausos da imprensa mais esclarecida, representada pelo Diário de Pernambuco, o maracatu dos "pretinhos do Rosário", da mesma cidade do Recife, não – esclarece o referido jornal – "porque julgasse que aquele inocente divertimento era atentatório da ordem pública, mas porque do maracatu passariam a bebedeira e daí aos distúrbios..." Pelo que a polícia provincial, segundo a mesma imprensa, "obrara muito bem". (Freyre, 2002, p. 422, 423).
>
> Eram os olhos que, talvez, mais que os de Deus, nos preocupavam no meado do século XIX – na verdade desde a abertura dos portos: "os olhos dos estrangeiros". Os olhos do inglês. Os olhos do francês. Os olhos do europeu. (Freyre, 2002, p. 423).

A pressão inglesa se fazia sentir sobre as rotinas da vida ordinária, para além do combate ao tráfico negreiro, estimulando pela via indireta da modernização em curso, novos comportamentos e padronizações até para dar vazão a um mercado nascente a exigir novos consumidores. Por outro lado, como Gilberto Freyre destaca, também houve reações sociais aos elementos padronizadores, de coerção, de exclusão de manifestações culturais distintas, que expressavam valores assimilados através do "português, do mouro, do judeu, do negro", que não poucas vezes se desdobraram em reações contra o tráfico e contra a escravidão em si. "O Brasil fizera-os valores seus. Ao findar o século XVIII eram valores brasileiros. Ligavam amorosamente o homem e a sua casa à América tropical". (FREYRE, 2002, p. 462)

Não é possível, no entanto, qualquer julgamento unilinear a respeito daquele complexo processo modernizador que introduzia simultaneamente importantes elementos de desenvolvimento e urbanização, e elementos de restrição, uniformização e massificação social observados por Gilberto Freyre.

> Para os ocidentalistas, do que o Brasil necessitava era do que um deles regozijado com a violenta destruição das gelosias nos sobrados no Rio de Janeiro, em 1809, chamava expressivamente de "desassombramento". (FREYRE, 2002, p. 461)

> Veremos mais adiante que "desassombrando-se" sob influência de técnicas ocidentais de produção, de transporte, de urbanização, de iluminação, de pavimentação de estradas, de habitação, de conservação e preparação de alimentos, de recreação, de saneamento de ruas e de casas, o Brasil entrou em nova fase de vida moral e material. Mas sem que essa fase nova fosse marcada só por vantagens para a nossa gente e para a nossa cultura ainda em formação. (FREYRE, 2002, p. 461

Foi neste contexto de influências diversas – econômicas, de ideais libertários e também de idéias padronizadoras e excludentes – que se forjaram opiniões públicas sobre o tema da escravidão, sob as fortes pressões inglesas sim, mas também pela própria manifestação de segmentos sociais brasileiros, que sob variados movimentos, de alguma maneira trataram da questão escravista.

Só na Bahia ocorreram diversas revoltas e rebeliões de escravos e de africanos emancipados entre 1807 e 1835, tanto nas plantações do interior como em Salvador, conforme relato de Pierre Verger em *Fluxo e Refluxo*. Quanto ao caráter desses movimentos, Verger concorda com Nina Rodrigues no que diz respeito à importante influência do Islã na Bahia, destacando um trecho de estudo de autoria de Nina publicado no O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, a 2 de novembro de 1900.

> [...] para os cronistas do começo do último século, aquelas revoltas eram simplesmente a manifestação dos sentimentos perversos e cruéis dos negros, o que provocava sua maior indignação; para os espíritos mais benevolentes, eram apenas as justas represálias exercidas por seres brutalizados contra senhores desumanos; os escritores de alma mais liberal viam nas insurreições dos negros uma revolta nobre de seres oprimidos contra a usurpação de sua liberdade, que eles reivindicavam por este corajoso e heróico exemplo.
> Pode ser que tivesse um pouco de tudo aquilo naquelas revoltas, mas eles esqueciam o mais importante fator, mola daquelas rebeliões, que era na realidade a presença do Islã na Bahia. (VERGER, 2002, p. 356)

Para o próprio Verger, a influência islâmica na Bahia favoreceu o ambiente de revolta entre os escravos, fortalecidos numericamente com os desembarques massivos de novos escravos, prisioneiros oriundos de guerras intertribais na África, particularmente muçulmanos.

> Guerras se desenrolavam na África ocidental, e a pressão do Islã sobre o mundo ioruba provocava nele transformações políticas e guerras intertribais, o que fazia com que os negreiros da costa obtivessem muitos cativos.
> As notícias dos acontecimentos da África chegavam regularmente à Bahia, com cada desembarque de escravos trazidos da Baía de Benin. [...]
> Os novos escravos, transportados clandestinamente, apesar dos cruzadores britânicos de repressão ao tráfico, vinham juntar-se, algumas vezes, àqueles que tinham sido trazidos fazia muitos anos. Verdadeiros pedaços de "nações" reorganizavam-se, assim, na Bahia. Constituíam sociedades distintas que guardavam seus costumes, praticavam com discrição seus cultos tradicionais e falavam línguas particulares que permaneciam ignoradas dos outros. Guardavam, assim, suas presunções, paixões, simpatias e seus ódios recíprocos, conservando sua identidade e a fé de seus ancestrais.

> O Governo encorajava essas divisões, que tornavam mais difícil uma rebelião geral dos escravos contra seus senhores, como aquela que havia ocorrido recentemente na Ilha de São Domingos (Haiti).
> Estas revoltas na Bahia eram obra dos muçulmanos; eram guerras religiosas, repercussão direta das guerras que ocorriam na África. A *jihad* ou guerra santa dos fulani, declarada em 1804, e o progresso do Islã no norte do país ioruba provocaram a chegada de contingentes de prisioneiros de guerra ussás e também de iorubás muçulmanos recentemente convertidos.
> Esta guerra santa continuava, pois, na Bahia, sob a forma de revoltas de escravos e de africanos livres. Assim, houve a rebelião dos ussás, entre 1807 e 1816, e a dos nagôs-malês, entre 1826 e 1835.
> As chegadas maciças de prisioneiros, resultantes das guerras intertribais iorubás, vinham contribuir para dar uma nova força aos sentimentos de revolta dos escravos, particularmente dos muçulmanos, que, cativos na Bahia e reduzidos à impotência, seguiam de longe os progressos e conquistas de seus correligionários. (VERGER, 2002, p. 356,357)

Foram várias as rebeliões, ocorridas sucessivamente. Em 1807, uma tentativa de rebelião articulada pelos escravos ussás, cujo objetivo era "fazer a guerra contra o branco", envenenando as fontes públicas e matando seus senhores, e voltar para África, tomando os navios aportados. Abortada a rebelião, por denúncia, seis dias antes da data prevista, 28 de maio de 1807, condenados à morte seus dois principais líderes, foram tomadas medidas preventivas para coibir novas revoltas, como proibir a circulação de todo escravo após nove horas da noite sem autorização do seu dono, com previsão de pena de prisão e chicotadas para qualquer descumprimento destas ordens.

A repressão à circulação, entretanto, não foi suficiente para evitar novas revoltas. Entre dezembro de 1809 e janeiro de 1810, escravos ussás e nagôs articularam fugas de diversas plantações da região do Recôncavo da Bahia, especialmente Nazaré das Farinhas e Jaguaripe, marcando um encontro com outros grupos oriundos da capital. Cercados pelas tropas da ordem, resistiram obstinadamente até serem dizimados. Os sobreviventes foram condenados a trabalhar, acorrentados, no aterramento do local onde se intalaria a praça do teatro. Ainda assim, a intimidação não conseguiu evitar outra revolta logo a seguir, em fevereiro de 1810, também reprimida pela tropa.

Em 1814 mais uma rebelião estourava a 28 de fevereiro, quando escravos de peixarias de dois senhores e de algumas plantações vizinhas atearam fogo nas instalações onde trabalhavam, mataram os brancos que encontraram pela frente e rumaram para Itapuã, cidade vizinha, onde também provocaram incêndios e assassinatos. Quando cercados pelas tropas, resistiram até à morte. Desta vez o Governo Geral do Rio de Janeiro, em resposta a ofício do Conde dos Arcos exigia

> [...] providência muito mais severa na época presente, e particularmente nessa Cidade ... [da Bahia] ... em que o Negro escravo tem dado demonstração por

> mais de huma vez a serem propensos a tumultos e levantamentos e de querer sacodir o jugo da escravidão, de que podem resultar consequencias perneciosíssimas.
> Debaixo, pois, destes princípios, Determina Sua Alteza Real que V. Exª prohiba absolutamente os ajuntamentos de Negros chamados vulgarmente batuques, não só de dia, mas muito particularmente de noite, pois ainda que se lhes permitisse isto para os fazer contentes não deve continuar esta espécie de divertimento, depois de terem abuzado tando dele.
> Verdade he que nesta Cidade se tem permitido aquelles ajuntamentos, que já a Ordenação do Reino havia proibido em Lisboa, mas alem de não ter havido até agora desordens, bem sabe V. Exª que ha huma grande diferença entre os Negros Angolas e Benguellas desta Capital ... [Rio de Janeiro] ... e os dessa Cidade ...[Bahia] ..., que são muito mais resolutos, intrépidos e capazes de qualquer empreza, particularmente o da Nação Aussá, servindo de provação que acabo de ponderar o facto acontecido; pois atacarão com tal fúria e desesperação que só cedião à morte ... (VERGER, 2002, p. 360)

O Conde dos Arcos, no entanto, usou de moderação no acatamento da ordem. Renovou a proibição de circulação à noite, restringindo, no entanto, seu alcance para os escravos não autorizados por seus senhores e elevou a quantidade de chicotadas para casos de infração.

> Porém, o Conde dos Arcos era partidário dos "batuques" que reagrupavam periodicamente os escravos por nação. Assim eles se lembrariam de suas origens e das animosidades recíprocas que separavam uns dos outros quando estavam na África. Ele considerava que os "batuques" eram um fator de desunião entre aquelas diversas "nações", sua subdivisão em grupos adversos tornara mais difícil uma revolta fomentada pelo conjunto. Seguindo suas idéias, atenuou a ordem recebida e, no dia 10 de abril seguinte, publicava um decreto no qual as danças em questão eram totalmente proibidas na ruas; mas ele recomendava, entretanto, às patrulhas encarregadas de manter a ordem na Bahia, a moderação na execução de suas instruções. Fazia ressalvar que:
> "[...] alguns proprietários de escravos reconheciam a necessidade e a vantagem que há em diminuir o horror do cativeiro, permitindo a seus escravos se divertir esquecendo durante algumas horas sua triste sorte.
> [...] em toda cidade civilizada do mundo, os divertimento públicos são autorizados, mesmo às pessoas das mais baixas classes.
> [...] os ajuntamentos de escravos não serão impedidos em dois lugares da cidade, aquele da Graça e do Barbalho, onde poderão até a hora da Ave Maria, momento em que terão que se retirar para a casa de seus senhores."
> Este decreto provocou uma petição dos comerciantes e outros cidadãos da praça da Bahia, inimigos do Conde dos Arcos, que se diziam muito assustados pelas recentes revoltas de escravos. Nesta petição eles lemravam que, durante o recente motim no pesqueiro de Manuel Ignácio, os revoltosos gritavam "Liberdade! Viva os negros e seu Rei" e "Morte aos brancos e aos mulatos". Eles esperavam que a sorte dos colonos do Haiti não lhes fosse reservada, levando em conta a enorme desproporção do número de negros e de brancos e o perigo que apresentavam tantas pessoas tão guerreiras e bárbaras e que não temiam a morte.
> [...] Os cidadãos queixavam-se da indulgência do Governo da Bahia frente aos negros e indignavam-se de que os "batuques" fossem autorizados no domingo, enquanto que os brancos pobres, soldados e empregados não conheciam nem domingo nem dias feriados.
> Observavam também sobre o perigo que havia em deixar o paiol de pólvora do Matatu à guarda de uma patrulha de apenas oito soldados, em um lugar cercado de aldeias de negros fugitivos.
> Finalmente, queixavam-se de que as reuniões de negros continuavam à noite, como antes; que os negros conversavam em suas línguas e lançavam

> livremente assobios e outros sinais de reconhecimento. Falavam mesmo abertamente em português de suas revoltas e comentavam os acontecimentos do Haiti, que conheciam. Tinham discursos revolucionários e chegavam mesmo a dizer que por volta do próximo São João não haveria mais um branco ou mulato vivo (VERGER, 2002, p.360)

A alta freqüência e, especialmente, o caráter destas sublevações indicavam o quanto estava à flor da pele a questão escravista, mas por motivações muito distintas daquelas inspiradas pelo ideário que o liberalismo ascendente introduziu, e distantes igualmente das motivações inglesas, ainda que haja indícios de apoio ingles a algumas destas revoltas, com o interesse de afirmar sua cruzada anti-tráfico por razões comerciais.

> Atualmente, faz poucos dias, no lugar chamado Pedreiras, onde se encontrava um grupo de negros recentemente importados, comprados por Antônio Ferreira Coelho e seu sócio José de Almeida Lima por enviá-los ao Maranhão, um negro do cônsul ingles ousou incitá-los a se revoltarem, assegurando-lhes que os brancos eram muito pouco numerosos ... [e dos quais já haviam morrido uma grande parte] ... que não se deixassem embarcar, valia mais ficar para ajudá-los, em pouco tempo seriam senhores de tudo ... Isto é o que foi entendido por um dos negros gango encarregado de vigiar os outros; este lhe de alguns golpes para expulsá-lo do lugar. (VERGER, 2004, p. 362)

O diálogo com Pierre Verger, através de suas citaçãos, estimula o reconhecimento de outras motivações para as rebeliões deste período, como estas localizadas na Bahia, intimamente relacionadas com a própria formação e cultura original dos escravos africanos. É, portanto, razoável incorporar estes outros elementos que estiveram na base da reação contra a brutalidade escravista, de ordem digamos "oriental", africana, para além do apelo das modernas influências liberais. Esta percepção de Verger confirma o que Gilberto Freyre já entendera sobre a importância das fontes africanas na conformação e afirmação de um ambiente civilizatório para "além do apenas moderno", mas também efetivamente moderno. Toda aquela herança cultural, religosa, musical, associativa dos povos africanos, em composição com as múltiplas e integradas, porém não fundidas, faces, portuguesa, moura, judaica, etc, que formaram a civilização brasileira, estão ainda hoje presentes no cotidiano do mundo da vida e tem até mesmo colonizado a esfera sistêmica política, em momentos de prevalência da negociação diante do conflito, aspecto que é exatamene alvo deste estudo, sinalizando para uma possibilidade de modernidade "encantada", não exclusivamente movida pela razão instrumental. O diálogo, ou a transação Ocidente/Oriente pode se beneficiar dos aspectos avaliados como positivos de um e outro, porém, carregando, no contraponto, possíveis negatividades que nos requisitariam

observação mais atenta e pouco preconcebida para seu tratamento. Verger, portanto, favorece pontes com as interpretações de Gilberto Freyre que sempre destacaram o Oriente impregnado no Brasil Ocidental, sem que este Oriente fosse sinônimo de desqualificações, ou aberrações originais, a serem superadas como um pecado de nascimento.

> Mas não era só ecologicamente que o Brasil, oficialmente colonizado por europeus, se aproximara de tal modo do Oriente e, através de experiências e instrumentos de cultura do Oriente, se adaptara de tal modo ao trópico, a ponto de se haver tornado, sob vários aspectos de sua organização e de sua paisagem, área indecisa entre o Oriente e o Ocidente. Área que ás vezes se diria destacada antes do Oriente que do Ocidente. Espécie de Goa portuguesa em ponto grande onde o Oriente se encontrasse com o Ocidente produzindo um tipo misto de português e de cultura como a surpreendida na Índia lusitana por europeus do Norte da Europa, espantados com as novas combinações de cor e forma de homens e novas combinações de estilos de vida. (FREYRE, 2002, p. 462)

Sob muita influência deste Oriente, as razões dos escravos africanos para a revolta, mas também para a negociação, não cessavam na Bahia daquele período, reiterando seus sentimentos de indignação e de esperança, que se traduziam em insistentes tentativas de encontrar saídas para as condições a que estavam submetidos e que consideravam inaceitáveis. Em 1816, diante de nova rebelião, o cônsul ingles na Bahia, manifesta-se em carta endereçada ao *Foreign Office* em 5 de junho de 1816.

> Em janeiro e fevereiro deste ano, os escravos pertencentes às plantações de cana de açúcar que rodeiam a baía ... [o Recôncavo] ..., mostraram fortes disposições para a revolta. Em dois ou três lugares sublevaram-se a mataram seus senhores, queimaram as casa e engenhos de açúcar. As destruições seriam gerais se um corpo de milícia a cavalo, recentemente organizado, não interviesse a tempo. ... Esta revolta provocou uma reunião do conselho dos oficiais da milícia na Cidade de São Francisco, sob a presidência do futuro marquês de Barbacena ... (VERGER, 2004, p. 363)

Repetem-se movimentos similares em 1822, com uma sublevação na Ilha de Itaparica, e em 1826, quando dois incidentes são relatados: um a 25 de agosto quando "os guardas da cidade e a tropa deslocaram-se para o lado de Cachoeiras, em razão de uma revolta de negros africanos" (VERGER, 2004, p. 363) e outro em 17 de dezembro. Desta vez a repressão foi supreendida,

> ... não suspeitando da força real dos negros escravos, os atacaram. Foram repelidos e três dentre eles feridos. Animados pelo sucesso, os negros do quilombo atacaram alguns passantes, na estrada do Cabula, ferindo uma jovem. A polícia e a tropa intervieram duramente. Massacraram e capturaram, após um sério combate, alguns negros revoltados, entre eles uma negra, Zeferina, que tinha um arco e flechas na mão. (VERGER, 2004, p. 363, 364)

Em 1827 começam a aparecer nos relatórios da polícia os termos “nagô-malê” e em 22 de abril do mesmo ano,

> a rebelião da parte muçulmana dos escravos do engenho de açúcar Victoria, em Cachoeira, arrastou outras rebeliões nas plantações do Recôncavo, que foram dominadas somente após dois dias de lutas. (VERGER, 2004, p. 364)

A 11 de março de 1828 mais uma vez a peixaria de Manoel Ignácio da Cunha, incendiada em fevereiro de 1814, voltava a ser atacada por escravos da nação nagô, sem, no entanto, obter adesão dos escravos da própria peixaria e de outra vizinha de propriedade de Francisco Lourenço Herculano. Perseguidos pela polícia até a Engomadeira,

> Os negros defenderam-se com uma tal fúria, que a polícia foi obrigada a se retirar, mas a chegada do segundo batalhão de infantaria de Pirajá e uma luta sangrenta levaram à destruição o grupo de revoltados, dos quais um grande número foi massacrado. (VERGER, 2004, p. 364)

Mais outra rebelião iniciou-se em 10 de abril de 1830 na cidade baixa de Salvador. O objetivo era conseguir armas para uma “revolta de grande envergadura, prevista para 13 de abril.” De início os negros invadiram a loja de Francisco José Tupinambá, tomando armas após ferirem o propritário e um empregado. Atacaram também outras lojas vizinhas reunindo mais armas para então dirigir-se a um depósito de escravos recém chegados da África, libertando-os. Reforçaram o grupo com a adesão de cem destes escravos, mas feriram dezoito que recusaram reunir-se a eles. Armados, deslocaram-se para a Soledade, atacando o posto policial local. A reação da polícia e da tropa não tardou, resultando em cinqüenta mortos e quarenta presos, desbaratando-se assim a tentativa de rebelião ampliada, em curso.

A Revolta dos Malês em 1835, já registrada anteriormente, não se constituiu, portanto, em fato isolado. Foi, no entanto, efetivamente “a mais grave de toda a série de insurreições”. (VERGER, 2004, p. 365)

Verger relata o clima de temor que se instalou após a Revolta dos Malês, atentando para possíveis redes envolvendo escravos de estrangeiros, realçando, porém, as próprias preocupações destes, assustados com as repercussões daquela Revolta.

O cônsul da Inglaterra na Bahia, John Parkinson, registrou suas apreensões em correspondências com o *Foreign Office*. A primeira em 26 de janeiro de 1835, um dia após a eclosão do movimento era mais genérica. “Os habitantes brancos estão muito alarmados e temem que os escravos das plantações dos arredores se revoltem contra seus senhores”. (VERGER, 2004, p. 374)

A segunda, três dias após, em 29 de janeiro, entrava em detalhes sobre a organização do movimento, e alertava para os riscos corridos pela população, considerando catastróficas as repercussões caso o movimento não tivesse sido abortado.

Entre estes detalhes, registra Verger, estava a conexão dos revoltosos com os escravos de estrangeiros.

> Na noite de 24 de janeiro, muitos entre os escravos domésticos dos esterangeiros tinham tomado parte na insurreição. Tinham saído discretamente das casas de seus senhores e formado um grupo que tinha se juntado com aquele que saía da Ladeira da Praça. Depois de seu fracasso em frente ao quartel da cavalaria em Água de Meninos, muitos entre eles, escapando das perseguições, puderam voltar para a casa de seus senhores sem serem molestados.
> Parkinson assinalava que os insurrectos tinham sido colocados em fuga e que alguns foram seguidos pelo rastro até as casas inglesas e reclamados pelos pesquisadores. Dois foram requisitados fora da casa de seu genro ... [Fred Robillard] ..., o vice-cônsul britânico. Foram imediatamente entregues, e como a transação teve lugar sob seus olhos, testemunhou de bom grado a conduta correta e, na verdade, respeitosa do oficial encarregado daquela tarefa. Observava que não ficaria espantado se, em um momento de revolta de escravos, a atitude tivesse sido menos cortês. (VERGER, 2004, p. 374)

Parkinson, percebendo que o que estava em risco superava qualquer divergência entre a Inglaterra e o Brasil sobre o tráfico de escravos, criticou com dureza a atitude protecionista de alguns ingleses, acobertando seus escravos.

> Em outros casos, tais requisições tropeçaram em uma recusa categórica e sob o pretexto do privilégio britânico os delinqüentes obtiveram um abrigo para o qual as autoridades legais viram-se recusar obstinadamente as entradas. Assim, os fanáticos, implicados em uma conspiração organizada para fazer uma devastação e um massacre geral, encontaram asilo e refúgio e foram protegidos do desafio das leis civis e militares. ... Esta pretensão de privilégio não deixou de exacerbar os sentimentos desfavoráveis contra os ingleses em geral. Eles são acusados abertamente de incitar seus próprios escravos a se insurgir e a repetir os horrores do Haiti. (Parkinson *apud* VERGER, 2004, p. 374)

Os ingleses logo atentaram que com a disseminação do pânico após a Revolta dos Malês havia um ambiente favorável para intensificar esforços no sentido de apertar a legislação contra o tráfico.

> As sublevações de escravos, tanto nas plantações do Recôncavo da Bahia quanto nos arredores imediatos da capital pareciam sinais precursores de uma sublevação geral. Já em 1814, os habitantes da Bahia tinham se apavorado com os motins. Os gritos de “Liberdade!” e “Vivam os negros e seu rei!”, o afrouxamento dos costumes e a negligência da polícia, a atitude insolente dos negros tinham dado, durante muito tempo, aos habitantes da Bahia o temor de que a população negra viesse a dominar o país. O medo de ver estourar uma revolução semelhante àquela de São Domingos (Haiti) perseguia os espíritos, a ponto de algumas pessoas, cedendo à sua imaginação, acreditarem, já o dissemos, que os ingleses incitavam os escravos a se revoltarem contra seus senhores. (VERGER, 2004, p. 399)

O temor de que os movimentos rebeldes se alastrassem pelo país, ameaçando a própria capital garantiu a aprovação de moção ao Governo central pela Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, numa demonstração de que a questão extrapolava as fronteiras da Bahia, alçando status de problema nacional.

> [...] estes temores de que a paz e a tranqüilidade desta província não venham a ser interrompidas e perturbadas pelos últimos acontecimentos da Bahia. Uma insurreição dos escravos parece ameaçar de ruína total não somente esta bela parte do Império, mas também todas as outras províncias. Os membros da Assembléia temem pelo Rio de Janeiro, em razão do número de escravos e da presença perigosa de africanos livres e residentes, em muito grande número entre nós. É evidente para todos que a doutrinas haitianas são pregads aqui, que os escravos são atraídos pela isca da liberdade, e são incitados pelos espíritos "vertiginosos" nacionais e estrangeiros, do interior e do exterior, a entrar em movimentos semelhantes àqueles que lhes mostrou o funesto exemplo da Bahia. Existem na Corte sociedades secretas que trabalham sistematicamente neste sentido. Existem caixas às quais contribuem um grande número de sócios de cor, libertos e cativos. Destas caixas provêm os subsídios com os quais são mantidos e enviados os emissários encarregados da propagação das doutrinas subversivas entre os escravos das plantações, onde se introduzem a título de vendedores ambulantes e mascates.
> A Assembléia Legislativa da província lembra pois, que é oportuno interditar o desembarque imprudente de escravos ladinos trazidos da Bahia e de outros portos do norte para serem vendidos aqui, e de mandar proibir entrada de africanos emancipados, seja qual for a sua proveniência. Todos os africanos capturados pelos vasos de guerra nacionais e estrangeiros deverão ser exportados fora da província. (PRO, FO 84/174 *apud* VERGER, 2004, p. 401)

Em tal contexto, era razoável que os ingleses considerassem o momento bastante oportuno para colocar em execução suas pretensões de maior restrição ao tráfico através de aditivos mais coercitivos à convenção de novembro de 1826, que proibia o Império do Brasil de comercializar escravos na costa da África. A proposta era alargar as condições para aprisionamento de navios. Um dos artigos a ser adicionado indicaria ser suficiente para caracterizar um navio como negreiro a detecção em seu interior de equipamentos para o tráfico, independente da presença de escravos a bordo. Outra cláusula permitiria o arrombamento do casco de navios condenados por tráfico. Esperava-se a ratificação em oito meses destes aditivos firmados, a 27 de julho de 1835, entre o embaixador ingles, Mr. Fox, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Manoel Alves Branco. No entanto, contrariando as boas expectativas de Fox, a ratificação nunca foi votada pela Assembléia Legislativa. O fato é que já na regência de Feijó, durante a sessão da Assembléia Legislativa de 1837, os aditivos foram rejeitados pela comissão diplomática, sob os efeitos das exigências brasileiras por indenizações pelos navios traficantes apreendidos. Resistia, no entanto, a Inglaterra à qualquer indenização,

considerada, por sua vez, pelo Brasil como justa compensação, ou contrapartida, pela ratificação das cláusulas adicionadas.

> Tendo em conta as reclamações do governo brasileiro a respeito das indenizações por capturas feitas pelos cruzadores britânicos na costa da África, abusando dos poderes que lhes foram conferidos, é da opinião dos abaixo-assinados, Araújo Ribeiro e Manoel Mário do Amaral, que o governo de Sua Majestade Britânica, não tendo consentido dar até agora a mínima satisfação a este respeito, o Govertno Imperial agiria com inconseqüência, concedendo àqueles cruzadores poderes ainda mais extensos, tais como os que prevêem os artigos adicionais negociados nesta corte em 27 de julho de 1835. Os abaixo-assinados estão autorizados a supor que as capturas, pelas quais o governo do Brasil reclama a restituição foram feitas ilegalmente, e chegam à única conclusão de que estes abusos vão aumentar se uma maior extensão de poder for dado aos indivíduos encarregados da captura das presas, a julgar pelas instruções que lhes são dadas. (Jornal do Comércio de 12 de setembro de 1837, classificado em PRO, FO 84/223 *apud* VERGER, 2004, p. 404)

Não conseguindo chegar a um bom termo no aditivo da convenção de 1826, a Inglaterra, diante do tensionamento progressivo das relações com o Brasil nos anos seguintes, passa a focar outras questões, como a do suprimento de mão-de-obra para as plantações das colônias, inglesas especialmente. Valendo-se do quadro de insegurança gerado pelo crescente número de negros emancipados em território brasileiro, nada mais razoável para os ingleses do que propor que o Brasil liberasse este contingente de africanos emancipados para integrar a reserva de mão-de-obra que estavam a constituir em Serra Leoa e nas Antilhas. A Inglaterra se encarregaria do transporte dos africanos, preferencialmente para Trinidad, desde que o Brasil assumisse as despesas e garantisse vigilância para assegurar o transporte em condições adequadas. Sem dúvida uma "hábil solução para os problemas de recrutamento de mão-de-obra", como destaca Pierre Verger.

Nota do *Foreign Office* à legação britânica no Rio de Janeiro, de 27 de maio de 1829 é esclarecedora.

> Em razão dos inconvenientes que podem surgir do número sempre crescente dos negros emancipados no território brasileiro, é provável que nem o Governo nem a assembléia legislativa do Brasil verão inconvenientes na conclusão de um acordo entre a Grã-Betanha e o Brasil, pelo qual os negros capturados e libertos por sentença da corte de justiça mista sejam confiados às nações às quais pertençam os cruzadores que tenham feito a captura. Poderão ser transportados pelos ingleses segundo sua escolha, seja para Serra Leoa, seja para as Antilhas britânicas.
> Este último destino é preferível, em razão de sua maior proximidade e porque isto garantirá o recrutamento da mã-de-obra para as plantações das colônias, não sendo mais admitida a importação pelo tráfico. (PRO, FO 84/286 *apud* VERGER, 2004, p. 407, 408)

A política para garantir o suprimento de mão-de-obra estava estabelecida e ainda abria-se espaço para que o Brasil pudesse aproveitar a oportunidade para se desfazer do contingente indesejável de emancipados que vinham se envolvendo em rebeliões, como atesta documento, ainda de 11 de março de 1835, do Duque de Wellington, secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros, emitido para a legação britânica do Rio de Janeiro.

> Se o governo brasileiro deseja aproveitar a ocasião para se isentar da carga dos africanos libertos por sentença da comissão mista do Rio de Janeiro, no que toca ao transporte daqueles africanos para Trinidad, escolhereis uma pessoa que seja capaz de fazer este trabalho. Os negros emancipados pela comissão mista do Rio de Janeiro não podem ser recebidos em Serra Leoa, mas não há objeção em receber em Trinidad qualquer negro emancipado nestes últimos dois anos ou que o será no futuro no Rio de Janeiro, contanto que o governo brasileiro pague as despesas e estabeleça uma vigilância para que seu transporte seja feito em condições convenientes. (PRO, FO 84/179 *apud* VERGER, 2004, p. 408)

Ainda que desenhado em linhas gerais, este cenário sobre o problema da escravidão no período entre a chegada de D. João VI até quase a metade do século XIX, nos permite apreender a diversidade de temáticas suscitadas pela questão escravista, entre elas as rebeliões dos escravos e as sucessivas e crescentes pressões inglesas para cessação do tráfico. Em nome desta diversidade é aconselhável cautela e visão ampliada para reconhecer, por exemplo, as distinções nas motivações para as reações, rebeliões e movimentações anti-escravistas. Diante do quadro apresentado, é difícil supor, ou aceitar, em nome de generalizações redutoras, que seja exclusiva, ou quase, a influência do ideário liberal moderno sobre a motivação dos diversos movimentos que lutaram por liberdades e/ou, de alguma forma, questionaram a escravidão. Deixar de lado, ou desconsiderar em grande parte a importância da formação cultural dos africanos nas motivações, determinações e desdobramentos dos movimentos e rebeliões, significaria abdicar de valiosos elementos para a compreensão de fatores de sociabilidade, baseados na cultura – religosos, musicais, associativos – que tem um peso nas próprias articulações exercidas no interior da sociedade. São estes os elementos, também e muito de coordenação social, que por esta via da cultura nos oferecem os movimentos de escravos de origem islâmica na Bahia, mas também de outras origens não mulçumanas, através de formas associativas diversas, promovidas pela cultura dos batuques, das rodas, dos capoeiras, etc.. Foram estes elementos culturais, percebidos por Gilberto Freyre, que deram substância ao que ele conceituou como “sociabilidade solidária”. Sem prejuízo, evidentemente, das reações altivas, indignadas, e mesmo ferozes, que as revoltas baianas denotaram. É recomendável, no entanto a não estereotipação de posturas, considerando estas formas mais agudas de reação como as únicas adotadas

pelos escravos em busca da emancipação. Não era apenas pelo caminho da ruptura que operavam os escravos. Eles também demonstraram muito talento na arte de negociar, como nos mostra Jailton Lima Brito.

> Durante muito tempo, a historiografia brasileira tratou os escravos como seres inferiores ou completamente submetidos à realidade que os circundava, incapazes de reagir ao sistema escravista, criando estratégias próprias de autonomia e acomodação como o mesmo. Segundo essa visão, restava aos escravos, no contato com a sociedade que os explorava, o enfrentamento direto através de fugas-rompimento, rebeliões, assassinatos de senhores e feitores e suicídios. Os que não tomassem uma ou algumas dessas atitudes estariam conformados com a sua exploração. Apesar dessa limitação, esses trabalhos tiveram o mérito de romper com um quase silêncio da nossa historiografia a respeito das condições em que a escravidão foi exercida e das suas conseqüências para a sociedade brasileira.
>
> Recentes estudos sobre a escravidão revelaram, através da análise cuidadosa e detalhada da documentação, que o comportamento dos escravos era muito mais dinâmico e cheio de nuances. Eles podiam usar com astúcia as situações que os favorecessem, negociando, com a sociedade ou diretamente com os seus senhores, pessoalmente ou através de procuradores ou de instituições (como sociedades abolicionistas), condições que lhes garantissem uma vida melhor, mesmo sob a escravidão. Os documentos não deixam margem a dúvidas: os escravos eram bons negociadores e sabiam, na condição extremamente desvantajosa que a escravidão lhes impunha, buscar soluções que lhes garantissem uma melhor existência, o que não significa que eles abrissem mão da rebeldia e da fuga, outras estratégias de resistência. Qualquer alternativa era difícil de ser colocada em prática pelos escravos, mas foram muitos os que a elas recorreram. (BRITO, 2003, p. 23, 24)
>
> A negociação entre escravos e senhores não era uma prática estranha à sociedade escravista: “podemos imaginar que em certas situações os escravos conseguiram, pelo menos em parte, os seus desígnios sem o recurso à violência direta e à fuga”. (CHALHOUB, 1990, p. 68 *apud* BRITO, 2003, p. 24)
>
> [...] A negociação entre senhores e escravos deve ser vista como o exercício de constantes pressões sobre os senhores, que deviam ser executadas com muita habilidade, para que os escravos pudessem aproveitar as brechas que o sistema lhes proporcionava. Ao buscarem melhores condições de existência, mesmo continuando escravos, eles desafiavam um princípio básico da escravidão: o da aceitação total da vontade senhorial.
>
> Eram vários os objetivos de barganha dos escravos junto a seus proprietários: menos rigor nos castigos físicos, rejeição de certos serviços, rejeição à venda para outros locais em que ficassem privados do contato com familiares ou conhecidos, acesso à terra, melhores termos na divisão do ganho, facilidade para constituir e manter família. Os senhores podiam resistir às pressões dos escravos, contudo, apesar de contarem com tantas vantagens sobre eles, se retirassem toda a possibilidade de influenciar minimamente sobre suas vidas, arriscavam-se a impulsiona-los ao conflito, que poderia ser tanto um recurso à Justiça quanto a fuga e/ou a violência contra os mesmos e seus auxiliares. (BRITO, 2003, p. 24, 25)

Também o recurso à Justiça foi bastante utilizado como meio de assegurar pleitos e direitos, especialmente a partir do marco legal estabelecido com a Lei do Ventre Livre, promulgada a 28 de setembro de 1871 e com a popularização do movimento abolicionista.

> [...] os escravos não só conheciam as leis, como recorriam à Justiça pra fazer valer os seus direitos e, não raramente, tinham seus pleitos acatados pelos juízes, principalmente a partir da Lei de 1871, que consagrou vários direitos aos escravos, quando o sentimento abolicionista começou a firmar-se entre os brasileiros, influenciando nas decisões dos juízes que, cada vez mais, enfrentavam o dilema de ter que decidir entre o direito constitucional de propriedade e o direito natural à liberdade. (BRITO, 2003, p. 33)

Antecedendo a Jailton Brito, João Reis já chamava atenção para a necessidade de se deslocar de padrões polarizadores, excessivamente redutores que impediam o reconhecimento "dos caminhos, nem simples nem óbvios, através dos quais os escravos fizeram história". (SILVA & REIS, 1989, p. 13)

> A longa experiência colonial, no tocante às formas básicas de relacionamento, tem sido sintetizada através de uma dicotomia que permanece extremamente forte em nossa mentalidade coletiva. De um lado, Zumbi de Palmares, a ira sagrada, o treme-terra; de outro, Pai João, a submissão conformada.
>
> Um outro campo de reflexão pode ser encontrado, ainda, em certos padrões de relacionamento, de negociação, que aparecem desde os primeiros tempos e que não podem ser explicados apenas pela via do paternalismo, mas que são, em boa medida, forçados pelos próprios escravos. Esses procedimentos não passaram despercebidos aos contemporâneos. "Uns chegam ao Brasil", escreve Antonil, "muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida." Estes, os "ladinos e espertos", é que construiriam o vigoroso edifício de sincretismos de que somos herdeiros: o sincretismo religioso, lingüístico, culinário, musical etc. (SILVA & REIS, 1989, p. 13, 14)
>
> No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia. (SILVA & REIS, 1989, p. 14)
>
> [...] Em várias regiões do Brasil [...] os escravos frequentemente brigaram e conseguiram obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para a sua subsistência e até o direito de vender algum excedente da produção. [...] Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver.
>
> As revindicações, e mesmo a luta dos escravos nos engenhos ou fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes do engenho Santana, na Bahia, também exigiam o direito de poderem "cantar, folgar e brincar", sem consentimento prévio do feitor. (SILVA & REIS, 1989, p. 8)
>
> A iniciativa dos escravos revela-se, ainda, quando recorrem às autoridades – seja através das irmandades do Rosário, que se organizam desde a era colonial, seja mais tarde, através dos clubes abolicionistas – contra o arbítrio ou desonestidade dos senhores. A luta, às vezes, podia fazer-se também à moda burguesa, através de pressões para o cumprimento das leis. (SILVA & REIS, 1989, p. 18)

Entre os vários casos citados por João Reis, um é especialmente interessante, o da escrava Carlota que, recorrendo à justiça consegue o que parece inverossímel: ser libertada com base na lei de 7 de novembro de 1831, a tal para "inglês ver" e que virou letra morta.

> [...] Carlota, que pertenceu a Lino Ferreira, obteve a liberdade em Juízo conseguindo provar que tinha sido importada depois da Lei de 1831 – uma lei apenas para "inglês ver", como se dizia – e lutava, ainda pela libertação de seus três filhos. (SILVA & REIS, 1989, p. 18)

A própria preservação e adaptações de tradições ancestrais e seu espraimento para além dos seus próprios limites, influenciando e conquistando outros ambientes sociais, processo que Gilberto Freyre detectou ao falar da colonização dos sobrados pelos mucambos, revela a magnitude do impacto da capacidade de transação no sentido da promoção e ampliação do reconhecimento. Foi por sermos plurais que negociamos e por negociarmos recriamos nossa pluralidade. Reiterando João Reis, foi a transação que teceu "o vigoroso edifício de sincretismo de que somos herdeiros". Sincréticos, porém sem fusões compressoras, como gostava Gilberto Freyre.

> A conservação de antigos costumes também faz parte desse quadro. Pensamos, aqui, nas coroações dos reis de congo, tão presentes em Pernambuco, Ceará e outras províncias do Norte; ou em outras coroações semelhantes, como aquela de 1748, no Rio de Janeiro, quando o escravo Antônio tornou-se rei da nação rebolo. Instituições como essas são, claramente, frutos de uma enorme negociação política por autonomia e reconhecimento. É nessa micropolítica que o escravo tenta fazer a vida e, portanto, a história. (SILVA & REIS, 1989, p. 21)
>
> Nesse movimento de absorção de gente nova, que implicava em recriação de signos culturais, o candomblé ensinava a seus adeptos que a fidelidade às tradições da África podia e devia conviver com o espírito de mudança no Novo Mundo. Era o que poderíamos chamar de reinvenção da tradição. Aliás, [...] a religião africana desde antes, desde muito cedo, procurou furar o bloqueio do isolamento, conseguindo seduzir não só crioulos, mas também mulatos e brancos que procuravam os serviços de seus sacerdotes ou o encanto de seus rituais. (SILVA & REIS, 1989p. 47)

Não é possível, portanto, registrar as importantes rebeliões que conflagaram a Bahia entre 1807 e 1835 que expressaram pontos de ruptura, quando não houve espaço para a negociação, sem, por outro lado registrar as investidas cotidianas pelo "aperfeiçoamento das instituições de barganha".

> Entre 1807 e 1835, escravos trazidos da África realizaram mais de duas dezenas de conspirações e revoltas, mantendo o regime escravista em permanente sobressalto. Paralelamente, os africanos se empenharam com vigor no aperfeiçoamento de suas instituições de barganha com a população baiana, com brancos, mulatos e crioulos. A construção e constante recriação da identidade étnica esteve no centro dessa dinâmica africana. (SILVA & REIS, 1989, p. 34)
>
> Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. [...] (SILVA & REIS, 1989, p. 9)
>
> Se o quilombo ainda permitia alguma convivência, embora incômoda e perigosa com o sistema, as revoltas significavam ruptura absoluta e quase sempre trágica para os escravos nelas envolvidos. (SILVA & REIS, 1989, p. 9)

As mudanças foram se dando, portanto, pelas várias rebeliões, aquelas de ruptura, mas também muito por conta daquelas do cotidiano, sempre reconhecidos os conflitos, em uma ou em outra circunstância, mas negociando se formou o Brasil por multiplas e riquíssimas culturas que nos fizeram efetivamente algo mais do que o apenas moderno.

> É importante notar, contudo, que mesmo uma solução mais radical e desafiadora como a fuga para colônias clandestinas – quilombos, mocambos, coitos, "cidades" – não estancava inteiramente o processo de negociação *no* conflito. Cada quilombo trazia em si, em propoções variadas, estas duas tendências. A negociação foi a tendência hegemômica no engenho Santana, onde os negros propõem um acordo para voltarem ao trabalho. Em Palmares, com o fracasso da paz de Ganga Zumba e o golpe de Zumbi, em 1678, ganha a tendência contrária. (SILVA & REIS,1989, p. 68)
>
> Zumbi, Mãe-Preta e Pai-João, são apenas ênfases historiográficas. Concretamente, na história real, cada cativo, segundo um destino que muito raramente podia controlar – do eito, das minas, "de servir', ao ganho, pajem ou capataz –, teria sua porção de ambos, maior ou menor, segundo cada caso, cada oportunidade. Na história, Pai-João não foi a ausência de luta, mas uma estratégia de luta sob condições extremamente desfavoráveis. "A acomodação, em si mesma", como escreve Genovese, "transpirava espírito crítico, disfarçava ações subversivas e frequentemente confundia-se com seu aparente oposto – a resistência." (SILVA & REIS, 1989, p. 68)

A independência da Bahia, que consolidou a nacional, se inscreveu em circunstâncias e criou outras sustentadas na própria articulação e amplitude social que o movimento baiano conquistou, indicando sua capacidade de ser tributário dos vários canais de resistência percorridos pelos negros escravos. A destacada participação dos escravos na independência baiana colaborou para prosperarem idéias sobre a existência de um "Partido Negro", num reconhecimento não só da sua importância, mas também da distinção de papéis exercercidos pelos diferentes segmentos sociais naquela luta popular pela independência. A decisiva participação dos escravos no processo também confirma o que Joaquim Nabuco avaliava como expectativas dos negros cativos em relação à independência, além de evidenciar a existência de negros entre as bases sociais que davam, em certa medida e já naquele momento, densidade popular às propostas concretas de José Bonifácio pela abolição gradativa e valorização da miscigenação como base civilizatória para o Brasil.

> A guerra permitiu a formação de uma espécie de ampla aliança entre baianos das mais variadas origens de classe, cor e visão política, mas não conseguiu desativar as tensões, as divisões que minavam o campo brasileiro. (SILVA & REIS, 1989, p. 88)
>
> Foram as chamadas "tropas de cor" que formaram o contingente principal dos envolvidos nas lutas contra os portugueses em fevereiro de 1822, e com a queda do Forte de São Pedro tiveram de fugir da cidade. Foram também principalmente os paisanos negros e mulatos que organizaram a resistência em Salvador, enfrentando quase sozinhos as forças portuguesas depois que os

> respeitáveis cidadãos escaparam para o Recôncavo. (SILVA & REIS, 1989, p. 89)
>
> No Recôncavo a presença de negros entre os patriotas levaria um observador militar, o capitão José Antonio de Fiúza e Almeida, a escrever em abril de 1822: Nesta vila [Cachoeira] e seus distritos há três partidos revolucionários, a saber, um de brasileiros, outro de europeus, e o terceiro de negros, [...]" (SILVA & REIS, 1989, p. 89, 90)
>
> Com efeito, os escravos, sobretudo os crioulos e os pardos nascidos no Brasil, mas também os africanos, não testemunharam passivamente o drama da Independência. Muitos chegaram a acreditar, às vezes de maneira organizada, que lhes cabia um melhor papel no palco político em via de ser montado com a vitória baiana. (SILVA & REIS, 1989, p. 92)
>
> [...] Sentiam-se, eram brasileiros, e por isso achavam natural que pudessem se libertar junto com o país. Afinal, seus senhores não falavam tanto em liberdade? (SILVA & REIS, 1989, p. 93)
>
> Embora de maneira tímida, os escravos da Bahia tentaram participar do projeto político de libertação nacional, mas foram barrados. E a despeito dos pesadelos da elite baiana, eles não criaram um novo Haiti aqui. Aparentemente não tentaram, por exemplo, um levante em massa durante o conflito luso-brasileiro, momento em que os homens livres se encontravam mais divididos. Não conseguiram organizar-se para tal, e, ademais, eles também achavam-se divididos em diversas etnias africanas adversárias, além da secular e difundida animosidade entre crioulos e africanos. (SILVA & REIS, 1989, p. 94, 95)

De fato estas expectativas foram frustradas mas isto não comprometeu nem a insistência nas rebeliões quando prevaleceu o caminho da ruptura, nem o apelo à barganha cotidiana por um "melhor viver". Permaneceram fazendo "a política do compromisso e da negociação", mas também produziram a mais importante revolta negra pós-independência, o levante dos malês.

A própria instituição gradativa de um marco legal a cada etapa mais abrangente no sentido da emancipação, foi uma conquista do espírito de transação, viabilizada é verdade por protagonismos bastante diversos, mas, sem dúvida, entre eles a pressão das rebeliões. Havia sim uma capacidade política difusa, que ficou demonstrada em momentos diferenciados e difíceis por grupos e personagens distintos, especialmente pelos anônimos escravos que, como vimos, também dispunham de larga aptidão para o diálogo e experiência em concertação.

Um destes momentos delicados foi o momento da abdicação de D. Pedro I e passagem para a Regência. Joaquim Nabuco, numa extraordinária análise sobre o significado da "revolução de 7 de abril de 1831", que ele tinha como uma confirrmação do 7 de setembro, no sentido da afirmação de um projeto de caráter nacional e de um rompimento de laços com Portugal ["O tope nacional concorreu mais para a revolta da tropa do que as excessivas declamações da oposição" (NABUCO, 1949, tomo III, v. I, p. 30)], avaliou o abalo geral "do edifício nacional" experimentado naquela época,

destacando a importância de homens como Feijó, Evaristo e Vasconcelos para que a política prevalecesse sobre a anarquia e sobre o militarismo. Ou seja, o elogio que dispensa aos três é um elogio à política, no seu sentido de arte do diálogo, da transação e de construção compartilhada da autoridade. Talvez seja este o marco inaugural de um processo de afirmação institucional da política, da transação, da concertação, extremamente instável num primeiro período, desafiado por levantes, rebeliões, revoluções, mas com bases fortes o suficente para prosperar e se consolidar ao longo do Segundo Reinado.

> **O que caracteriza a época é o abalo a um tempo de todo o edifício nacional. É quase um decênio de terremotos políticos.** A reação está no espírito, no sentimento de todos os homens de govêrno; se não fôsse o receio da volta de D. Pedro I, ela teria desde logo levado tudo de vencida**. Ainda assim o que faz a grande reputação dos homens dessa quadra, Feijó, Evaristo, Vasconcelos, não é o que êles fizeram pelo liberalismo, é a resistência que opuseram à anarquia. A glória de Feijó é ter firmado a supremacia do govêrno civil; a de Evaristo é ter salvado o princípio monárquico; a de Vasconcelos é ter reconstruído a autoridade.** (NABUCO, 1949, tomo III, v. I, p. 34)[26]
>
> **[...] a Regência aparece como uma grande época nacional, animada, inspirada por um patriotismo que tem alguma coisa do sôpro puritano. Novos e grandes moldes se fundiram então. A nação agita-se, abala-se, mas não treme nem definha. Um padre tem a coragem de licenciar o exército que fizera a revolução, depois de o bater nos seus redutos e de o sitiar nos seus quartéis, isto sem apelar para o estrangeiro, sem bastilhas, sem espionagem, sem alçapões por onde desaparecessem os corpos executados clandestinamente, sem pôr a sociedade inteira incomunicável, apelando para o civismo e não para uma ordem de paixões que tornam todo govêrno impossível.** Os homens dessa quadra revelam um grau de virilidade e energia superior, sentindo-se sòmente incapazes de organizar o caos; ao mesmo tempo todos possuem uma integridade, um desprendimento absoluto (I) .[27] **As lutas, os conflitos, a agitação dos clubes, tôdas as feições da época são as de uma democracia antiga antes da corrupção invadi-la.** (NABUCO, 1949, tomo III, v. I, p. 34-35)[28]
>
> No todo a Regência parece não ter tido outra função histórica senão a de desprender o sentimento liberal da aspiração republicana, que em teoria é a gradação mais forte daquele sentimento, mas na prática sul-americana o exclui. Sem êsse intervalo democrático os primeiros estadistas do segundo reinado não teriam a forte convicção que mostraram da necessidade da monarquia, convicção que, para o fim, a ordem inalterável, a paz prolongada, o funcionamento automático das instituições livres foi apagando em cada um deles, a começar pelo Imperador, e que a perfeita estabilidade do reinado não deixou amadurecer nos mais novos, os quais só tinham a tradição daqueles anos difíceis. (NABUCO, 1949, tomo III, v. I, p. 35)

Esta citação de Nabuco, com destaque para os trechos grifados, é um obra-prima de interpretação sobre a capacidade política em meio a fortes conturbações, decisiva

[26] Grifo meu
[27] Referência de Nabuco na nota (I) Ver Holanda Cavalcanti no Senado, discurso citado sôbre Feijó – "a sêde do ouro nunca entrou naquele cidadão ... Evaristo que fêz presidentes, ministros, senadores e regentes, morreu simples livreiro". Correio Mercantil.
[28] Grifo meu

para a conformação da unidade plural do Brasil moderno e para a prevalência da política que “licenciou o exército”, “apelando para o civismo” impresso na “agitação dos clubes”, constituindo uma experiência de “democracia antiga”, geradora de um saldo de estabilidade, na contra-mão das experiências sul-americanas, que favoreceu a consolidação de um ambiente onde a política, as soluções transacionadas, puderam prosperar, inclusive aquelas relativas à questão escravista.

O primeiro dispositivo aprovado ainda na Regência Provisória possibilitava “resistência institucional” às pressões internacionais, através do artigo 20 da lei regencial de 14 de junho de 1831 que interditava à Regência a ratificação de tratados entre governos, sem prévia aprovação da Assembléia Geral. O foco era subtrair força à pressão inglesa criando um recurso “[...] capaz de corrigir a maior vulnerabilidade do Executivo à pressão para a ampliação de compromissos internacionais na questão do tráfico”. (HOLANDA., 2004, tomo II, v. 5, p. 227)

A introdução deste artigo também conferia alguma iniciativa nacional em assuntos do tráfico, neutralizando o absoluto protagonismo ingles, vindo a ganhar mais corpo com a lei nacional de 7 de novembro de 1831 que proibia o tráfico de escravos. Esta lei acabou sacramentando a ilegalidade praticada no período que a antecedeu, desde 13 de março de 1830, data em que passou a vigorar a proibição do tráfico por força do tratado assinado com a Inglaterra em 1826, condição para o reconhecimento da independência do Brasil.

O fato é que tanto o artigo 20 da lei da Regência quanto a lei de 7 de novembro também abriam canais para a resistência à transformação do sistema escravista. O artigo 20 tinha, parece, tinha função dupla: a de contestação da política inglesa e a de afirmação de uma iniciativa nacional. No caso da lei de 7 de novembro, apesar de seus artigos mais duros estabelecerem penas severas aos importadores de escravos e sua responsabilização pela reexportação dos africanos apreendidos, as exigências sobre reexportação não foram garantidas por instituto algum. O que ocorreu, na prática foi o descumprimento ostensivo desta lei sob os olhos de todos, corroborando para o dito popular de que era tão somente “para ingles ver”. Sem reexportação, a população de emancipados foi inflada, com amparo governamental, através de um Aviso de 29 de outubro de 1834, permitindo a distribuição de parte desta população “para o serviço público e de particulares da Corte”. (HOLANDA, 2004, tomo II, v. 5, p. 228) Ainda a

19 de novembro de 1835, outro Aviso ampliava a distribuição dos emancipados para o interior.

Reconhecer as pressões do *establishment* não implicava, naturalmente, em encobrir que a conjuntura política daquele momento regencial, que se fizera por uma luta contra o absolutismo, sofria também as influências de doutrinas anti-tráfico que estimulavam manifestações neste sentido, entre elas as da imprensa de Evaristo da Veiga, *Aurora Fluminense*, fundado em 1827, jornal que defendia a liberdade de expressão. Foi um período de proliferação de jornais deste tipo, estimulando o debate, gerando polêmicas, levantando temas que mexiam com a opinão pública.

Opiniões públicas, melhor dizendo, porque outras formas e outros públicos eram diferentemente articulados, alguns, inclusive, dotados de veículos próprios de comunicação. Foi o caso das confrarias religiosas católicas, que há muito já associavam as comunidades de negros escravos ou emancipados que, à sua sombra, cultuavam seus deuses africanos, como a da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nosa Senhora das Portas do Carmo, criada no Pelourinho, na Igreja do Rosário e que já em 1786 lutava, negociando, pela liberdade de manifestação cultural. A carta enviada, então à D. Maria, rainha de Portugal tem o teor de uma solicitação.

> Dizem os negros, devotos da Gloriosa Senhora do Rosário, da cidade da Bahia, que antigamente lhes era permitido, para o maior e geral contentamento e felicidade da festa da mesma Senhora, usarem máscaras e dançarem cantando em idioma angolano, com acompanhamento dos instrumentos para as cantigas e louvações; porque estão privados e que em outros países da cristandade isto se pratica, eles solicitam à Vossa Majestade pela sua alta piedade e real grandeza, para o serviço de Deus e da mesma Senhora, que se digne conceder a permissão aos suplicantes de realizarem suas festividades, pois parece agradar muito à sempre gloriosa Mãe de Deus. (VERGER, 2002, p. 555)

Em 1832 era fundada por um "ganhador" do "canto" da Preguiça, a 10 de setembro a junta da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, cujos membros, ilimitados quanto ao número, porém com a condição de serem negros, reuniam-se periodicamente para tratar de assuntos, cuja divulgação era terminantemente proibida.

São muitas as juntas, as confrarias as sociedades secretas, organizadas com objetivos de mútua ajuda e outros, mas sempre com o espírito de congregação, que desempenharam papel pela abolição. Até mulheres negras cuja origem é controversa, Jeje ou Ketu, ou uma combinação de ambas as nações, estavam respresentadas neste

universo associativo, como a Irmandada da Boa Morte, que muitos afirmam ter iniciado suas atividades em torno de 1820, sempre relacionadas às causas dos escravos.

Havia, portanto, um conjunto social, incipiente, dispersamente organizado e movido por inspirações as mais diversas, que de alguma maneira traduziu suas opiniões e sua forma de tratamento dos conflitos em ações de caráter distinto: rebeliões, transações, que produziram efeitos em esferas diferenciadas, individual, pública, institucional. A lei de 7 de novembro de 1831 ocorreu neste contexto de múltiplas influências sociais e internacionais e tratava do tema, que do ponto de vista da questão escravista, foi o grande tema de que se ocupou o período entre 1822 e 1850: o tráfico de escravos.

A despeito da não observância desta lei de 1831, que virou letra morta, pela preponderância das articulações dos traficantes, dos proprietários de escravos, refletindo o peso real daquele sistema na economia e sua influência efetiva sobre o tecido social, as pressões permaneceram, forçando passos na efetivação da abolição do tráfico.

Pressões que se processavam num contexto econômico tremendamente desfavorável para o Brasil. Os ingleses praticamente controlavam a economia. Além de exportarem manufaturas e bens de consumo, também eram responsáveis pelo crédito que movimentava o comércio exterior, financiando grandes fazendeiros e comerciantes. Os serviços de infraestrutura, ferrovias, água, esgoto, iluminação, também eram monopolizados pelo capital ingles. A dependência econômica quase absoluta não encontrava correspondência no âmbito da política. O Brasil, isistentemente, se insubordinou contra as pressões para extinção do tráfico, ciente da disseminada importância do sistema escravista para a economia do país. Facilitara, no entanto, a hegemonia inglesa no comércio exterior através de uma política tarifária acordada em 1810 e renovada em 1827 por mais 15 anos, que cobrava taxa de 15% pelos produtos exportados para o Brasil, enquanto outros países pagavam 24%.

Estendida a tarifa de 15% para os demais países em 1828, agravou-se progressivamente a situação de financiamento do país, levando em 1844 o Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, adepto do protecionismo e do incentivo ao mercado interno, à adoção de um novo perfil tarifário variando no intervalo entre 30 e 60 por cento, incidindo sobre três mil produtos importados, a maioria deles taxada pela média de 30%. Alguns, porém, sofreram reajustes significativos, entre 40 e 60 por cento. A medida teve a contrapartida de estimular o mercado interno, favorecendo a

industrialização, forçada pela necessidade de substituição de importações, e ampliando o trabalho assalariado.

Com a não renovação da convenção sobre o tráfico expirada a 13 de março de 1845, as já delicadas relações com a Inglaterra, agravadas com a nova política de comércio exterior, sofreram profunda deterioração e o governo inglês decidiu unilateralmente avançar com um projeto, em que legislava para o Brasil sobre o tráfico. Sob protesto do Governo Imperial, a Inglaterra aprovou, a 8 de agosto de 1845, o Bill Aderdeen. O governo inlgês se considerava, a partir de então, autorizado a perseguir e capturar navios traficantes de bandeira brasileira em todos mares, inclusive nos portos brasileiros.

Contestando as ações de violação da soberania nacional o Brasil buscou negociar alternativas com a Inglaterra, processo que passou por diversas etapas. Num primeiro momento as negociações giravam em torno dos sinais e circunstâncias que permitiriam a presunção legal de envolvimento das embarcações com o tráfico, mudando o foco a partir de 1848. Foi quando o Partido Liberal decidiu assumir a paternidade do combate ao tráfico negreiro. O fato é que estando sob fogo dos partidários do tráfico, por ter retomado o projeto de Barbacena de 1837 que propunha a extinção daquele comércio, o Partido Liberal avaliou desvantajosa a competição com os conservadores pela titularidade da defesa do status quo. Decidiram os liberais pelo deslocamento político, reapresentando o projeto anti-tráfico e assumindo sua paternidade. Não querendo perder a iniciativa o Partido Conservador rapidamente se credenciou junto à Coroa para a execução do programa anti-tráfico que o Partido Liberal tomara para si. Desta forma, o Ministério Conservador ecaminhou e aprovou o projeto de Eusébio de Queirós, pautado no de 1837, que extinguiu taxativa e definitivamente o tráfico de escravos.

> Art. 1 As embarcações brasileira encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela lei de 7 de novembro de 1831, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. Aquelas que não tiverem escravos a bordo, nem o houverem proximamente desembarcado, porém que se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfego de escravos, serão igualmente apreendidas e consideradas em tentativa de importação de escravos.(NEPP-DH, 2008).

A atitude do Partido Conservador reiterou a capacidade política dos seus líderes que capitanearam gabinetes de 1848 a 1852, com Olinda, Mont'Alegre e Joaquim José

Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, responsáveis por um período de grande vitalidade política, resolvendo questões cruciais como a da Praia, do Prata, do Código Comercial, a da aprovação da lei de terras, etc., pontos que já destacamos anteriormente em citação de Joaquim Nabuco Cessado o tráfico, enfim os recursos antes retidos por esta atividade deslocaram-se para novos investimentos, contribuindo, juntamente com outros fatores, como a proteção tarifária aprovada no quiquênio do Partido Liberal, para um surto de desenvolvimento na década de 1850.

> Há uma riqueza em permanente ascensão, que é o café, geradora de grandes capitais. **Tudo, enfim, contribui para o clima de harmonização de interesses**, em que se compõem mesmo os Partidos, abafando as episódicas e superficiais disputas na Conciliação. Parecia que as contradições da sociedade haviam encontrado equacionamento. É natural, pois, a impressão de desenvolvimento, de prosperidade. Multiplicam-se as inciativas, não mais, como na Regência de D. João, sob o signo oficial, mas pelo capital particular, pelo investimento privado. As chamadas fábricas nacionais encontram-se no Rio e nas Províncias, para tecidos, chapéus, couros, vidros, rapé, cerveja, sabão. (HOLANDA, 2004, tomo II, v. 5)[29]

Do ponto de vista social havia uma inflexão na opinião pública sobre a questão do tráfico, mas também um cansaço geral no que diz respeito às extremações que vinham conflagrando o país especialmente a partir do período regencial. A própria disputa entre o Partido Liberal e o Partido Conservador pela titularidade da iniciativa de abolição do tráfico bem demonstrava a ampliação de apoios na opinião pública sobre a questão, além de sinalizar para uma efetiva aproximação programática entre liberais e conservadores. Insinuava-se a base que iria sustentar adiante a política de conciliação, introduzida em capítulo anterior, formalmente assumida pelo 12º Gabinete do Segundo Reinado, sob Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e depois Marquês de Paraná. O Gabinete Paraná conseguiu encarnar algo que já estava subjacente na cultura e na vida brasileira, que era o ideal de conciliação política. Cultura esta que foi também responsável pelo avanço gradual, negociado, em direção à abolição total da escravidão, numa demonstração inequívoca da capacidade de auto-reforma por parte da sociedade e do Estado.

> O ideal da conciliação política é comum na história do Império, como na de toda a vida brasileira. [...] Desde a configuração dos partidos na Regência, quando liberais e conservadores se definem, que as lutas entre eles cansam. Os apelos às armas feitos pelos liberais, nos movimentos de mineiros e paulistas em 1842 e pernambucanos em 1848, revelaram a impossibilidade de resultado pela violência. Os liberais então desistem e, arrependidos e exaustos, não dispondo nem mesmo da unidade de vistas no partido, resolvem esperar por melhores tempos, não sendo insensíveis, pois, a eventuais participações na vida pública, que lhes fossem oferecidas. Se

[29] Grifo meu

> alguns conservadores intransigentes querem afirmar-se com o alijamento definitivo do adversário, torna-se impossível ação nesse sentido, pois também entre eles não há unidade de vistas, [...](HOLANDA, 2004, tomo II, v. 5, p 52).

Portanto, tratar conflitos pela via da negociação e não te-los exclusivamente como ponto de partida para a ruptura, parece ter sido uma conduta bastante comum e indicativa de que o conflito não era entendido como antônimo da negociação, muito pelo contrário. A negociação em si indicava a recepção do conflito, ou seja, sua aceitação e reconhecimento. Acolhido o conflito como fato sintomático de um mundo definido pela pluralidade, a exigir reconhecimentos, as chances de se contornar os caminhos de ruptura, trilhados exatamente pela incapacidade de reconhecimento das diferenças e de disposição efetiva de colocar estas diferenças em diálogo, foram também gradativamente se ampliando, mesmo diante de um processo modernizador que multiplicava os conflitos e favorecia a sua exasperação.

> O que se sente em todo esse desadoro de antagonismos são as duas culturas, a européia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influencias que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desharmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação sui generis da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos. (FREYRE, 1950, p.101)

Desta forma, o gabinete de conciliação de Paraná retratava uma situação em que o tão ansiado apaziguamento era possível por conta da existência de uma cultura enraizada de negociação de que se podia lançar mão naquele momento em que o cansaço e o desgaste tornaram a conciliação uma exigência, após sucessivos e cumulativos tensionamentos. Exigência que tinha como requerimento para sua acolhida, uma base social e política preparada, traquejada na arte da barganha, da transação, ou seja, na arte de tratar os conflitos pela via da política.

> A conciliação era uma idéia que estava sendo advogada com muito aplauso na imprensa e no Parlamento, principalmente pelos Liberais. O desastre da revolução de Pernambuco, aniquilando êsse partido na sua forma revolucionária e tendo fechado o período das revoluções, havia criado um desejo geral de paz e tranqüilidade. Os partidos estavam preparados para fazer e receber proposta de concórdia e a opinião impunha moderação aos vencedores, senhores absolutos do campo. No Parlamento a oposição ao ministério Tôrres tinha adotado essa bandeira; na imprensa ela era fortemente sustentada. Sales Tôrres Homem, com a mesma pena com que escrevera o Libelo do Povo, tornara-se no jornalismo o paladino da conciliação. Em 1848 no ministério Macaé tentou o govêrno uma política que se chamou então de justiça e tolerância e Paula Souza chegou a pensar em apelar também para o concurso dos adversários, mas os ânimos estavam ainda muito apaixonados, a situação liberal triunfante nas urnas tinha exigências inconciliáveis com as pretensões Saquaremas. Estava-se então no período aquém da revolução.

> Acusado em 1855 por ter repelido a concliação em 1848, Paraná defendeu-se com a diferença das épocas: “Os partidos, disse ele, se achavam então irritados; [...] nós aceitamos a sociedade no estado em que se acha. O ministério de 1848 não achou uma sociedade tranquila na qual pudesse imprimir uma política mais moderada e conciliadora; nós achamos, pelo contrário, um estado social e circunstâncias em que essa política era mesmo uma necessidade, [...] (NABUCO, 1949, tomo III, v. 1, p. 175)

O ambiente social que favoreceu a conciliação, permitiu também avanços sobre a lei de Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850, que lhe deram consequência. Nabuco de Araújo, ministro da Justiça considerando que aquela lei só teria eficácia se os auditores da marinha fossem investidos de autoridade adicional para que pudessem processar e julgar os traficantes e cúmplices, mesmo quando perseguidos após o desembarque e distante da costa, apresentou projeto que se converteria em lei a 5 de junho de 1854, autorizando as medidas que fechariam o cerco contra o tráfico. Era praticamente

> conseguir a revogação da lei Aberdeen, destruindo as suspeitas e mostrando ao mundo que era impossível em nosso vasto litoral a renovação do contrabando humano. (NABUCO, 1949, Tomo III, v. 1, p. 231)

Porém, continuava pendente a questão dos africanos em tese liberados depois da lei de 7 de novembro de 1831, que a Inglaterra insistia serem livres, como por direito o eram efetivamente, por força da convenção de 1826. O fato era que o governo, como escreveu o ministro Nabuco de Araújo a Saraiva, presidente da província de São Paulo, estava diante de dificuldades insuperáveis desde quando convertera a prescrição da lei de 1831 em razão de Estado, legitimando informalmente a ilegalidade. A carta de Nabuco de Araújo

> [...] É um documento que exprime o modo de sentir de gerações sucessivas de estadistas: pode-se dizer mesmo que pareceu sempre mais fácil abolir a escravidão de um golpe do que fazer cumprir retrospectivamente a lei de 7 de novembro. (NABUCO, 1949, Tomo III, v. 1, p. 244)

A prescrição a que se referia foi consagrada por Paraná quando este assumiu compromisso público, no Senado, em 20 de setembro de 1853, com os fazendeiros garantindo que não haveria perseguição por parte do governo, referindo-se implicitamente aos escravos adquiridos após a lei de 1831, para evitar “uma inquirição imprudente sobre o passado em que há tão grande número de compreendidos”. (NABUCO, 1949, Tomo III, v. 1, p. 244).

A carta de Nabuco de Araújo a Saraiva, datada de 22 de setembro de 1854, exprimia um mal-estar que vinha se acumulando por algumas gerações. Tratava da situação de um africano fugido detido pela polícia de Jundiaí por demanda de dito

proprietário. O problema só foi sucitado porque em visita à prisão o juiz de direito reconheceu que ele havia ingressado no país após a lei de 1831 e o encaminhou para o chefe de polícia para providências, anexando interrogatório e documentação correlata. Diante da situação Saraiva procurou conselho de Nabuco de Araújo que, constrangido lhe sugeriu:

> [...] Não convém que se profira um julgamento contra a lei, mas convém evitar um julgamento em prejuízo e com perigo dêsses interêsses, um julgamento que causaria alarma e exasperação aos proprietários. Está dito o meu pensamento, a execução é de V. Exa. (NABUCO, 1949, Tomo III, v. 1, p. 245).

Anteriormente, Nabuco de Araújo já procurara pelo menos corrigir, ou atenuar, esta situação quando expediu o decreto de 28 de dezembro de 1853, que emancipava os "africanos livres" que tivessem servido a particulares por quatorze anos. A delegação inglesa no Rio se queixou da não abrangência da medida aos escravos a serviço do Estado, mas o governo alegava que não menciona-los fazia parte de uma estratégia que permitiria ao governo emancipa-los quando "julgasse oportuno" sem depender de prazo "demasiado extenso". "[...] um prazo certo seria uma restrição do direito do govêrno de emancipá-los e como compromisso de liberdade seria o prazo demasiado extenso". (NABUCO, 1949, tomo III, v. 1, p. 246)

Antes de findo o prazo dos quatorze anos, foram emancipados pelo decreto 3310 de 24 de setembro de 1864 todos os chamados "africanos livres", categoria transitória que enquadrava aqueles africanos desembarcados depois da lei de 1831, que não eram nem escravos, nem homens livres efetivamente.

O período do Gabinete Paraná também seria marcado por outros projetos reformistas, entre eles a reforma do sistema eleitoral, de caráter democratizante, cujo objetivo era retratar o país real no processo de representação política. Alterava-se, assim, o próprio arcabouço institucional do país, confirmando uma capacidade real de mudança, pelo fato de conter admissões de segmentos sociais antes excluídos inteiramente da vida política do país.

Havia um elã reformista latente que penso não poderia ser explicado apenas por uma capacidade unilateral de reforma das elites. O fato de se disputar autoria de reformas, o que se deu com a lei de extinção do tráfico já, era um forte indicativo de que havia um público a ser comtemplado, cujas demandas deviam ser, de alguma maneira, acolhidas. Havia um movimento de mão dupla a caracterizar a própria capacidade de

auto-reforma da sociedade. Tratava-se, portanto, de uma capacidade autoreformadora que envolvia a efetiva atuação de segmentos sociais considerados subalternos já que foram as pressões destes segmentos que forneceram em grande parte os conteúdos e os elementos das reformas, como dependeu de sua capacidade de barganha a viabilização das reformas. Desta forma, pressão e negociação foram requisitos para as reformas ocorrerem. A disputa freqüente pela paternidade das reformas, que se verificou em muitos outros momentos, além daquele da lei Eusébio de Queirós, tornou-se até motivo de uma conhecida ironia de que nos fala José Murilo de Carvalho: "Os liberais propunham as reformas que os conservadores realizavam". (CARVALHO, 1981, p. 181) Tanta competição pela iniciativa reformista sugere que não se deve ignorar a importância da pressão social e da mobilização da opinião pública, que se faziam presentes com peso que justificava o interesse nesta emulação.

Desta forma negociada, as reformas repercutiram paulatinamente, contribuindo para a intitucionalização de referenciais modernos de impessoalidade e na ampliação dos participantes em alguns âmbitos políticos decisórios, como o direito ao voto.

Na segunda metade do século, os exemplos são significativos. A introdução da discussão da reforma eleitoral, que absorveu a sessão de 1855, não se resumia a uma concessão feita por Paraná aos liberais, com o intuito de agradá-los e/ou atraí-los para a conciliação. A tese da eleição direta, desde que pelos círculos, um anacronismo de distrito, já conquistara Paraná que enfrentava a oposição tanto de conservadores que não se associaram ao projeto de conciliação, como de liberais que preferiam perpetuar a polarização.

É interessante o relato de um jornalista do Norte, Feitosa, demonstrando a recepção positiva de seu veículo de imprensa à nova configuração eleitoral. Para ele a reforma

> reforça o país real, dá vigor ao princípio territorial, e descentralizando a ação do poder é diametralmente adverso ao tal princípio da autoridade" que "reforçava o país oficial"..
> Foi uma batalha imensa e majestosa, na qual se viram de um lado o sr. marquês de Olinda, o sr. Eusébio e outros, e do outro o sr. Marquês de Paraná com os defensores da causa territorial. O sr. Marquês de Paraná, auxiliado com a égide imperial, com o prestígio do poder e desenvolvendo toda a fôrça de sua vontade, triunfou, e com ele triunfou a causa territorial contra o entrincheiramento à beira-mar do velho regímen. A Câmara temporária, filha quase tôda do sistema de compressão, quis revolver-se, mas uma palavra forte do presidente do Conselho a fêz entrar no exame de sua situação e a grande lei passou. É fácil de ver o terreno que perdeu o velho regímen e quanto adiantou-

> se a monarquia para a causa nacional. (NABUCO, 1949, tomo III, v. 1 p.215, 216)

A aprovação da lei dos círculos teve um significado importante no sentido da democratização. As reações se davam exatamente pelo viés aristocrático, pelo temor de popularização da representação, do rebaixamento do nível intelectual. Joaquim Nabuco foi claro, afirmando que

> A oposição do Senado era baseada, além dos pretextos constitucionais que a acobertavam no receio de que a eleição por círculos viesse destruir a disciplina, a coesão dos partidos e por outro lado rebaixar o nível intelectual e político do Parlamento. "Os deputados e senadores", dizia a comisão do Senado, "não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitas por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local, serão os escolhidos".
> Paraná não se preocupava disso; queria a representação do país real; que a eleição fôsse uma verdade, a expressão das maiorias locais, fôsse quem fôsse o deputado. (NABUCO, 1949, tomo III, v. 1, p. 216)

A decisão se deu, portanto, sob acalorado debate, encerrado com uma votação na Câmara de "54 votos a 16" (Nabuco, 1949, p. 218). Com esta aprovação o Parlamento conseguiu equacionar problemas da legislação eleitoral que vinham ocupando a sua pauta "desde pelo menos 1828": a representação das minorias, a fraude eleitoral e as incompatibilidades.

> Foram basicamente três temas que mobilizaram os parlamentares [...]: a fraude eleitoral, a representação das minoris e o que chamavam de incompatibilidades. Os três temas freqüentaram os debates parlamentares desde pelo menos 1828 e, entre os outras leis, as opções adotadas materializaram-se em quatro mais importantes: a lei de 1846, que afirmava os princípios de cidadania consagrados na constituição de 1824, a lei de 1855, que adotava o voto distrital e definia a inelegibilidade de detentores de determinados cargos públicos (incompatibilidade), a lei de 1875, que introduziu o título de eleitor, e a lei de 1881, que modificou os princípios de cidadania. (DOLHNIKOFF, 2008, p. 19)

Demonstrava o Parlamento mais uma vez sua vitalidade política e sua condição de fórum qualificado por onde passavam as grandes decisões do Império. A opção por um determinado modelo representativo não se dava em bases simplórias. As discussões envolviam sofisticadas idéias com vistas a garantir aquilo que os parlamentares consideravam importante, como o foi naquele momento a retratação do Brasil real e a representação das minorias, ainda mais se considerarmos que o modelo proporcional não era utilizado nem na Europa ainda, o que só veio a ocorrer no final do século XIX.

Resolver a questão das minorias sob um sistema majoritário de eleições de fato exigia muita reflexão e, sem dúvida, provocava muita polêmica também. A substituição

do voto provincial pelo voto distrital era uma engenhosa maneira de viabilizar a inclusão de representações locais vinculadas a grupos minoritários.

> No esforço de garantir a representação minoritária sem voto proporcional, a proposta era que o voto fosse por distritos pequenos, ao invés do grande distrito provincial.
> Aqueles que a defendiam consideravam essa uma forma mais eficiente para garantir a eleição de minorias no sistema majoritário, uma vez que bastaria ter poder local para ser eleito, enquanto uma circunscrição ampla, como a província, favoreceria o candidato melhor articulado politicamente e, assim tornaria quase impossível a eleição de candidatos de grupos minoritários.
> No Brasil, aqueles que defendiam a eleição dos melhores, mais sábios e mais ilustrados como única forma de o parlamento formular de modo competente a vontade nacional eram a favor do distrito grande, ou seja, do voto provincial. Aqueles que estavam preocupados com a representação da diversidade batiam-se pelo distrito pequeno. (DOLHNIKOFF, 2008, p. 20)

Os parlamentares demonstravam estar em sintonia com o que havia de mais atual no mundo em termos de idéias sobre a inclusão de novas fatias de eleitorado, ou seja, sobre a inclusão de maiores parcelas do *demos* nos processos de decisão política, marcando, porém, caminhos bastante peculiares que levavam em conta especialmente as próprias circunstâncias do país.

Buscar assegurar a representação de minorias, sob a égide de um sistema majoritário com todas as implicações que dele resultavam, representou também desafiar os conceitos de representação do século XIX, forçando o avanço reflexivo sobre questões de fundo que tratavam do caráter da representação.

> Na concepção de representação do século XIX, cabia aos representantes, ao mesmo tempo, defender os interesses dos seus eleitores e aquilo que consideravam constituir os interesses de toda a nação. Muitas vezes, havia contradição entre os dois campos, sendo que, no Brasil, a defesa dos interesses dos eleitores se confundia com a defesa dos interesses provinciais que, assim eram às vezes vistos como em oposição ao interesse nacional. (DOLHNIKOFF,2008, p. 20)

A preocupação em qualificar a representação nacional, através da configuração de um sistema de regras abrangentes e impessoais é evidenciada pela insistência naqueles temas referidos por Miriam Dolhnikoff, que ocuparam o debate parlamentar ao longo de tres quartos do século XIX.

O foco no tema das fraudes, questão muitas vezes utilizada para desqualificar as instituições brasileiras do período, indicava a atenção para um assunto que definitivamente não era problema exclusivo brasileiro como nos alerta Dolhnikoff, citando Wanderley Guilherme dos Santos.

> Com o sistema representativo, e com essa institucionalização [da participação política via eleição] na Inglaterra, nos Estados Unidos, vieram, como vieram

> no Brasil no século XIX, [...] a violência, a corrupção endêmica, a fraude, a compra de votos (DOLHNIKOFF,2008, p. 16).

Ainda segundo a mesma autora

> [...] Uma profusão de leis debatidas e promulgadas tinha como objetivo expresso eliminar as fraudes. [...] o empenho com que deputados e senadores debatiam a legislação eleitoral denuncia uma real vontade de normatizar as eleições. Além disso, como aponta Bolívar Lamounier, a opção pelo governo representativo era a opção pela criação de um espaço institucional de resolução dos conflitos inter pares, de modo a conferir estabilidade ao regime. Nesse sentido, havia "interesse em eleger interlocutores válidos, e não indivíduos desprovidos de liderança, ou meras criações ministeriais". (DOLHNIKOFF, 2008, p. 17)

Também o esforço de garantir a independência entre os poderes, com o objetivo de evitar as ingerências do Executivo e do Judiciário sobre o Legislativo, denotava uma preocupação de discernimento das distintas atribuições de cada um para assegurar de fato o seu equilíbrio.

> No que se refere às incompatibilidades, preservar a independência entre os poderes era a questão central. A Câmara, como instância eletiva que conferia representação ao regime através da eleição dos seus membros, deveria ser proteida da interferência de integrantes de outros poderes que porventura se elegessem deputados. Assim, a partir de 1855, uma série de leis foi promulgada declarando impedidos de se candidatar aqueles que tivessem cargos importantes no Judiciário e no Executivo. (DOLHNIKOFF, 2008,, p. 20)

Outro episódio, este referido à velha temática do tráfico de escravos, foi bastante ilustrativo de um percurso para garantir uma institucionalidade que se baseasse em preceitos universais e impessoais. Trata-se do envento do desembarque de Serinhaém, ocorrido nesta cidade pernambucana em 13 de outubro de 1855. Naquele momento, já sob legislação que impedia o tráfico de escravos, foi apreendido um navio português com 209 africanos. No deslocamento para outra cidade, Rio Formoso, 47 dos africanos desaparecem, furtados numa trama que envolvia um delegado, que também era senhor de engenho, a fuga da tripulação e o sumiço dos papéis de bordo. Tudo indicava a prevalência da impunidade. O delegado acabou sendo processado, porém absolvido no âmbito da província, apesar de todos os indícios de envolvimento do seu filho e dele próprio. Nesta rede de impunidades estavam envolvidos desembargadores, procuradores e, em que pese todas as pressões inglesas contra o tráfico, o próprio consul ingles em Pernambuco, que se solidarizara com o delegado. No entanto, a atitude do gabinete, através do seu ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, com efetivo apoio do Imperador, foi incisiva. Através de decretos que aposentavam e removiam desembargadores, afirmava o governo um sistema de justiça acima do tráfico, também de influências. As medidas provocaram um terremoto entre os desembargadores e mostrou que "o governo

com os seus recursos e sem o *tutú* do *bill* Aberdeen, pode reprimir o tráfico, ainda contra quaisquer influências, ainda contra a magistratura", em palavras do próprio Nabuco de Araújo.

Estamos, pois, diante de ações, de reforma eleitoral e de generalização da justiça no episódio de Serinhaém, que indicavam um esforço no sentido de garantir um ambiente institucional legal de caráter impessoal e generalizável e uma justiça imune a privilégios. Estes episódios revelam aspectos de um Brasil que se afirmava também moderno pela aprovação de leis públicas univerzalizáveis, atingindo a todos sem distinção.

Até mesmo as preocupações com o descumprimento da lei de 7 de novembro de 1831, que levaram Nabuco de Araújo, entre outros, a apresentar proposta para a regularização de tão incômoda situação que tantos desconfortos causou à "gerações sucessivas de estadistas", como observara Joaquim Nabuco, indicavam um senso comum em torno da exigência de leis que tivessem validade e facticidade.

Os movimentos auto-reformadores que permitiram os avanços na legislação eleitoral produziram simultaneamente efeitos sobre a legislação emancipacionista, e sobre muitas outras, como a legislação civil, etc. A iniciativa do Parlamento sobre estas reformas evidenciava seu peso sobre as definições políticas do Império, mas também reiterava a importância das pressões da sociedade no sentido reformador, exatamente por ser o Parlamento o poder mais diretamente vinculado, por força de eleição, e sensível portanto, às demandas sociais. Demandas que convertidas em pressões tiveram força suficiente para deslocar as representações partidárias da defesa dos interesses que vinham mantendo ao longo de todo o período de resistência contra o tráfico, até que esse foi efetivamente abolido quando fragilizadas as suas bases de sustenção, como ocorreu no perído seguinte em relação a abolição em si.

É bom lembrar que bem antes das reformas da década de 1850 no rumo abolicionista que determinaram o fim do tráfico com a lei Eusébio de Queirós e a emancipação em quatorze anos de todos os "africanos livres" chegados após a lei de 1831, a constituição promulgada em 1824 já previa o voto dos libertos, assegurando-lhe, portanto, cidadania civil, atendendo assim toda uma expectativa criada por uma base social também popular que, como vimos, sustentou a independência. Por outro lado, havia a intenção da monarquia nacional nascente de mostrar ao mundo uma face liberal.

A questão escravista esteve presente nas preocupações do ambiente político institucional do novo Império brasileiro desde a sua fundação, como vimos, através dos dispositivos consitucionais propostos por José Bonifácio na Constituinte de 1823 e também na Constituição outorgada em 1824 que, mesmo não sacramentando as propostas de Bonifácio, garantiu o voto do liberto, buscando caracterizar seu compromisso liberal. Evidente que a não aprovação do artigo de Bonifácio revelava resistências que nunca deixaram de se manifestar, reagindo às propostas liberalizadoras, por conta do papel estrutural que representava a mão-de-obra escrava na economia do país.

Falar das resistências é indispensável para não favorecer uma falsa impressão de que o processo auto-reformista foi obra da iniciativa exclusiva e unilateral das elites, o que efetivamente não correspondeu à realidade dadas as enormes resistências que estas elites manifestaram tanto na reação à abolição do tráfico quanto da própria escravidão. Não haveria reformas se movimentos da própria sociedade não as impulsionassem. O reformismo prevaleceu, é verdade, envolvendo vários temas e alcançando vários tempos, pela ação de protagonistas diversos, que em momento algum ignoraram a severidade dos conflitos que os separavam. Souberem, porém, os protagonistas, lidar com os constantes conflitos, e me refiro não apenas aos protagonistas das elites, mas especialmente aos da própria sociedade que, aglutinados sob formas diversas, agiram decisivamente, pressionando e transacionando, para realizar a maior de todas as rupturas daquele século no Brasil, a abolicção geral da escravatura, através de reformas.

Reformas que custaram mobilizações incessantes e inesgotáveis debates no âmbito do Parlamento e do Conselho de Estado, que envolviam, inclusive, o reconhecimento da gravidade de determinadas situações e as distintas abordagens que estas poderiam suscitar.

A profundidade dos debates transborda das palavras de Nabuco de Araújo no momento em que se retirava do Gabinete Conservador do Visconde de Abaeté iniciado a 12 de dezembro de 1858, sucessor do Gabinete de Marques de Olinda, inagurado a 4 de maio de 1857 ainda sob o signo da conciliação de Paraná.

> Sempre entendi que não se deve ser ministro sòmente para fruir as vantagens do poder ou criar proselitismo, e sim para fazer alguma coisa em benefício do país; para realizar alguma idéia de cuja vantagem se tenha convicção; assim, e por conseqüência, o ministro que se acha na impotência de fazer alguma coisa deve abandonar o poder. (NABUCO, 1949, tomo IV, v II, p. 44)

No entanto, esta atitude reservada foi substituída por “reservas expressas” à postura política sobre a conciliação do Gabinete que integrara já com certa prevenção, por ser “formado em sua maioria de membros de uma oposição a que êle não pertencera”. Marca então sua posição com

> um protesto contra a despótica abolição dessa política que trouxe grandes benefícios ao país, sendo entre eles o de neutralizar os efeitos perigosos, incalculáveis, das muitas causas morais e socias que aí estão acumuladas para a aniquilação do Império... Ou a política de moderação e justiça [refere-se à nova fórmula do presidente do Conselho] é a mesma coisa que a política de conciliação, ou é coisa diversa. Se é a mesma coisa, por que a inovação, que inspira desconfianças, que acende as paixões políticas, que torna a nossa situação mais grave ainda do que ela é? Se porém, a política de moderação e justiça é coisa diversa da política de conciliação, então cumpre que se tenha a franqueza e coragem de o dizer para que as crenças não sejam iludidas, para que cada um tome o caminho que seu patriotismo indicar...
> Conciliação não é uma palavra sem significação política, que cada um possa substituir por outra que lhe pareça melhor; é uma situação que produziu a reforma eleitoral, que dominou uma eleição, da qual procede a atual Legislatura. (NABUCO, 1940, tomo IV, v. II, p. 45)

Nabuco de Araújo aprofunda a discussão, ao dar conteúdo, “significação”, à conciliação, que parecia a alguns, mera retórica fusionista. Vincula a política de conciliação com um compromisso reformista que vinha produzindo resultados benéficos para o país e se constituindo como uma alternativa real capaz de dar respostas às demandas de causas morais e sociais que, acumuladas, aniquilariam o Império.

Questiona as posturas polarizadas, “extremadas” que não entendiam o significado de uma proposta de conciliação, de transação, que não poderia, evidentemente, se consubstanciar no vazio, mas sob compromissos mútuos em torno de reformas definidas. “Êste meio têrmo é necessário em um país novo como o nosso”. (NABUCO, 1949, tomo IV, v II, p. 46)

A política de conciliação no sentido mais abrangente, e não apenas, a que se localizou nos gabintes oficialmente considerados como portadores daquela política – o de Paraná e o de Olinda de 1857 – não foi, e a fala de Nabuco de Araújo confirma isto, fruto de uma trama permanente e sucessivamente urdida pelas elites para se preservarem no poder, pois estas muitas vezes não compartilhavam daqueles objetivos e mesmo se recusavam a aceita-los. Houve sim um esforço político de persuasão, debatido, disputado, para que prevalecesse não só a política de conciliação formalmente intitulada como tal, mas a conciliação como instrumento de conquistas de reformas que a própria sociedade vinha colocando na ordem do dia.

Com o fim da conciliação formal, a partir do Gabinete Olinda de 1858, já de viés conservador, os desafios para uma política de conciliação nos termos mais amplos e com a "significação" a que nos referimos tornaram-se maiores. Naquele contexto de transição de uma política efetiva de conciliação, que abriu as fronteiras partidárias, para um novo momento de reagrupamento partidário bipolar e carente de objetivos, a própria idéia de conciliação ficava em cheque, colocando Nabuco de Araújo numa condição que ele mesmo definiu de isolamento. Tornava-se mais difícil o caminho das reformas, ou, plagiando Nabuco de Araújo, de "conservação e progresso".

> [...] considero-me isolado, considero-me em unidade, não acompanho a nenhum dos lados que no Parlamento quer representar os partidos extintos e que, por conseqüência, nada representam e não significam o estado real do país. (NABUCO, tomo IV, v. II, p. 71)

O quadro de dificuldades reais para a sustenção de uma política conciliadora, amplificado a partir de 1868, tornava mais complexa e difícil a operação de uma política de conciliação em torno de compromissos reformistas, especialmente no que tangia à abolição da escravidão. Seria, portanto, mais significativo ainda, o percurso reformista conquistado até a abolição e menos recomendável a compreensão de que este processo teria sido tributário de manobras exclusivistas das elites. O surpreeendente, e o que depõe a favor de protagonismos mais amplos, é ter havido mesmo nas circunstâncias adversas de radicalização, diálogo efetivo, aferido pelos resultados em leis de transição, entre Estado (Parlamento, Ministério e Imperador) e sociedade, para consecução da abolição.

Fato é que também permaneceram as brechas para a retomada da proposta de conciliação. As dissenções internas no ambiente conservador alimentadas pelo Gabinete de Ângelo Muniz da Silva Ferraz (10 de agosto de 1959 a março de 1861) davam indícios dessa possibilidade. Por outro lado a vitória retumbante dos liberais nas eleições de 1860 sinalizava uma importante inflexão na vida política do país no sentido democratizante, evidenciando um clamor social por mudanças. O desafio mais uma vez era o de conciliar programas reformistas e parceiros para viabilizar as mudanças que as urnas cobravam. A constituição da Liga, depois Partido Progressista, pretendeu ocupar este vácuo político.

> Essa eleição de 1860 pode-se dizer que assinala uma época em nossa história política; com ela recomeça a encher a maré democrática, [...] No Rio de Janeiro, a capanha foi ardente, entusiasta, popular, como ainda não se vira outra; a mocidade tomou parte nela, o comércio subscreveu generosamente, o povo dirigia-se de uma para outra freguesia capitaneado por Teófilo Ottôni, cujo lenço branco figura constantemente nos epigramas políticos da época. A

> chapa liberal triunfou tôda: Teófilo Ottôni, Octaviano, Saldanha Marinho; e êsse acontecimento tomou as proporções de uma revolução pacífica, que tivesse finalmente derrubado a oligarquia encastelada no Senado. Tal vitória criava um partido; queria dizer, de fato, a resurreição do partido Liberal com outro pessoal e outras idéias, mas com as mesmas tradições, o mesmo espírito, mais forte que os homens e que os princípios. (NABUCO, tomo IV, v. II, p. 74, 75)

O elemento popular estava cada vez mais aceso e a manifestação das ruas, o envolvimento do povo nas eleições de 1860, tudo estava a confirmar que se tratava de um novo momento em termos de participação da sociedade e da sua disposição para fazer avançar efetivamente as reformas.

> As eleições de 1860 tiveram imensa repercussão em todo o país. O efeito da eleição de Ottôni e dos seus companheiros de chapa foi além de tudo que imaginava a oposição a Ferraz. A oligarquia fôra desarraigada, derrubada por um verdadeiro furacão político. Ferraz não esperou a reunião das Câmaras para demitir-se. (NABUCO, tomo IV, v II, p. 76)

A trajetória de Nabuco de Araújo no decorrer deste momento de inflexão é representativa da própria movimentação mais ampla no sentido de retomada de um ambiente de transação movido por propostas reformistas que pudessem dar conta das expectativas da sociedade e com ela se articular.

Na circunstância de novo Gabinete conservador, liderado por Caxias, inaugurado em 10 de agosto de 1859, Nabuco de Araújo se via cada vez mais distante do que representavam os ministros daquele Gabinete, apesar da admiração que lhes devotava por suas qualidades e pelas experiências acumuladas. A sua frustração e distância aumentavam à medida que o tempo passava e persistia a ausência de um programa com "significação política". O registro é importante por denotar a existência de um ambiente reflexivo que compreendia as exigências do momento, percebendo que não seria possível atender as demandas da sociedade sem um programa substantivo a apontar o conteúdo das reformas. E no caso de Nabuco de Araújo também o caminho, ou os caminhos, sempre negociados, de viabilização daquelas reformas.

A senha para ele não era nova, portanto. Tratava-se de constituir um novo campo conciliado em torno de um programa com "significação".

> Aconselha a aliança dos Moderados com os Liberais, para sustentarem um princípio comum, para juntos formarem um partido que não seja nenhum dos antigos partidos: (NABUCO, tomo IV, v. II, p. 88)
> O que eu não admito, e contra o que eu protesto em honra do Brasil, em honra da nossa civilização, é que se não possa fazer uma liga com os Liberais, porque em razão do seu passado êles estão perpètuamente excomungados. Eu não sou Liberal, mas digo que não é possível admitir essa perpétua exclusão de uma porção de brasileiros... É condição da paz pública

> que uns respeitem as opiniões e o acesso dos outros, pois êste Brasil é de todos os brasileiros.
> Qual é a causa desta situação? Ao meu ver não é senão a ausência dos partidos. Nem estranheis em mim esta linguagem, porque fui um dos apóstolos da Conciliação. A Conciliação nunca teve em vista a anulação dos partidos. Nem foi a Conciliação que matou os partidos.
> [...] Quem obsta os partidos, são ministérios que, tendo dito: basta de Conciliação, não haja mais Conciliação, venham os partidos, continuam a confundir os indivíduos neutralizandos as suas crenças. Podíamos em virtude do princípio da Conciliação que era um campo comum para tôdas as crenças, chamar indivíduos das diversas crenças, mas não pode o ministro que se põe à testa de um partido chamar para os cargos de confiança indivíduos de outro partido. Os ministérios da Conciliação chamavam legìtimamente, naquele estado provisório da sociedade, os indivíduos dos diversos partidos; confundiam os indivíduos sem confundir as suas crenças... Nunca fui oposto aos partidos; entendo que a ausência dos partidos é um vácuo que fica para a anarquia, essa anarquia que aí está, que nós todos pressentimos, essa anarquia que é obra de nós todos... porque não fazemos no ministério o que dizemos na oposição; porque queremos uma coisa no govêrno e outra na oposição; porque somos os mesmos homens nas mesmas circunstâncias. (NABUCO, 1949, tomo IV, v. II, p. 88, 89)

Nabuco de Araújo, através de sua ação e da capacidade de persuasão de seus discursos absolutamente coerentes com sua prática, colabora decisivamente para a recontituição de um "campo comum" aberto a todas as crenças. A concilição em torno de idéias começava a se tornar possível.

> Mas quais são as idéias? Aqui está a dificuldade. O desideratum seria que os homens liberais e os homens moderados, os homens conservadores que não estão contentes com êsse estado de coisas, com êsses partidos pessoais, se reunissem para formar um grande partido. Eu vejo que não há na sociedade brasileira, como eu tenho dito, elementos para um antagonismo profundo e duradouro; mas porventura não há idéias que sirvam de campo comum? O sistema representativo porventura está tão regular que a sua regularidade não seja um belo empenho para esforços comuns? (NABUCO, 1949, tomo IV, v. II, p. 90)
> Falando da regularidade do sistema representativo, eu não posso de deixar de consagrar e defender a máxima – o rei reina e não governa ... A consagração da máxima oposta não pode deixar de importar a política pessoal, e a política pessoal é o maior perigo que pode haver no govêrno representativo, é o maior comprometimento que pode haver para o príncipe... (NABUCO, tomo IV, v. II, p. 91)

Estes extratos de Nabuco de Araújo dão a dimensão da profundidade da reflexão de quem nunca abriu mão de pensar por conta própria, à custa às vezes do próprio "isolamento". Digo "isolamento" porque foi esta a palavra que ele próprio usou. Mas um homem como Nabuco de Araújo nunca esteve efetivamente em isolamento, porque esta condição significa exatamente a renúncia à política ou a incapacidade política. Em solidão sim, ele pode ter ficado em alguns momentos. Mas este discurso dá a exata dimensão da sua gigante capacidade política, mesmo quando se considerava solitário, termo que seria mais apropriado. Nele se materializa a maginífica e complexa análise que fazia da conjuntura, sem abrir mão de apresentar as alternativas que visualizava

para enfrentar os desafios que reconhecia serem vitais para a própria sobrevivência da Monarquia. Um discurso profético porque circunstanciado, esmiuçando cada elemento, aprofundando cada questão, indo no ponto, como no diagnóstico sobre o abissal vazio de idéias, que transformava o governo num território de intrigas, promovendo antagonismos artificiais entre os partidos, na lacuna do debate de idéias.

> [...] Em uma época em que há um vazio de idéias, em que não há partidos que se responsabilizem pela situação, sabeis como é perigoso provocar discussões desta ordem... O govêrno revela o empenho de fazer inimigos, para que assim se entretenha e alimente um antagonismo que supra ao antagonismo das idéias; assim guerreia os Liberais, guerreia os Moderados. (NABUCO, tomo IV, v II, p. 91, 92)

Este discurso, atestado da qualidade da reflexão política que transitava pelo Parlamento, foi o que faltava para dar liga, conteúdo e motivação, para o que Nabuco de Araújo mais ambicionava naquele momento, que era um reagrupamento político que pudesse assumir um programa, baseado em idéias, especialmente no debate delas, que pudesse encarar o desafio reformador que se colocava. Não poderia, não deveria e não ficaria inócuo um discurso com tamanho apelo político.

> O discurso era um grito de união aos dois grupos divididos; era o oferecimento de uma base para um acôrdo permanente entre Liberais e Moderados, que assim podiam aspirar ao govêrno Na Câmara, a impressão produzida foi grande; parece que só se esperava por essa palavra, porquanto, no dia seguinte, caía o ministério. “O brado soltado da tribuna dos anciãos”, disse a Atualidade, “ecoou na Câmara eletiva”. “Este discurso”, dirá um ano mais tarde um órgão conservador, o Constitucional (I)
> “foi a bandeira que dirigiu a coalizão ao combate, nem ela teve outra; suas proposições [...] correram o país, e fizeram a fortuna dos coligados, porque, embora falso, criaram para as inteligências um centro de atração. Chefe à última hora da liga parlamentar que se formara contra o ministério Caxias, o sr. Nabuco sentiu a necessidade de falar às aspirações de todos os grupos para enfeixá-los”. (NABUCO, tomo IV, v. II, p. 92)
> A Liga estava triunfante. Havia terminado o chamado domínio dos quatorze anos em que, sob diversos ministérios, governara o país oficial o poderoso triunvirato de que Eusébio de Queirós era a alma. (NABUCO, tomo IV, v. II, p. 93)

Reunindo Liberais e Moderados, a Liga, ou o novo Partido Progressista como assim o batizara Saraiva na sessão de 17 de maio de 1862, passou a atuar com este nome nos seguintes seis anos orientado por diretrizes programáticas, caracterizando seu perfil liberal.

Nabuco de Araújo queria assegurar ao novo partido liberal a vinculação por idéias.

> Eu não fazia questão da denominação do novo partido Liberal; o que queria era um partido Liberal definido, que não fôsse por caminhos desconhecidos até o abismo que o esperava. [...] um partido franco para todos, qualquer que fôsse o seu passado, com uma única condição, a conformidade das idéias.

> Senhores, essa base era indispensável, porque era esta a condição essencial para a vocação da nova geração que não tinha compromissos com o passado; que, sobrevindo em uma época de civilização e de calma, não devia herdar as questões pessoais do passado, os ódios do passado, o exclusivismo do passado. Era esta também a condição essencial para a adesão dos Conservadores moderados que estavam prontos a transformar suas idéias conforme as novas necessidades do país, mas não queriam condenar o seu passado; era esta a verdade da situação, porque o triunfo que produziu não foi conseguido senão pela liga Liberal-Conservadora; quero dizer, não foi conseguido pelo partido Liberal puro, cujas idéias e tradições não apareceram até o dia do triunfo. (NABUCO, 1949, tomo IV, v. II, p. 110, 111)

Assim Nabuco de Araújo propôs um programa que deveria orientar a ação do novo partido, explicitando o "que quer" e o que "não quer".

> [...] de um lado, há princípios de um monarquismo ardente, como por exemplo: *O partido Progressista não quer...a reforma da Constituição*; de outro, princípios que pareciam heréticos à monarquia: *O partido Progressista tem como máxima sagrada a responsabilidade dos ministros de Estado pelos atos do Poder Moderador*. O espírito de Nabuco está visível nesse programa: primeiro, no programa mesmo, nesse vínculo por idéias, em que só êle talvez acreditava; depois, na ousadia dessas teses constitucionais que abalavam a ortodoxia; finalmente, na base prática da liberdade individual, na especificação determinada, concreta, de cada uma das garantias do cidadão que êle julgava sempre necessário lançar lealmente nessa espécie de pacto ante-nupcial entre as opiniões. Se por um lado registrava esta aspiração entre as que o partido não queria: *A descentralização política, que considera incompatível com a integridade e fôrça do Império*, por outro, mostrando bem que a descentralização receada era sòmente a que quebrasse a unidade do govêrno central, Nabuco acentuava o seu pensamento quanto à descentralização administrava, inscrevendo como aspiração do partido "*a sincera e efetiva execução do Ato Adicional, quaisquer que sejam os inconvenientes e anomalias que apareçam*". Estas últimas palavras não foram incluídas no programa aceito, mas na sua ênfase exprimem bem até onde Nabuco entendia que se devia levar a execução do Ato Adicional. Êle havia também inserido no programa o princípio – *o Rei reina e não governa*. "se quiserem riscar essa máxima", escreve a Zacarias, "não me oponho; já expliquei a V. Exa. A necessidade dela, não em ódio ao Imperador, em quem , por próprio testemunho, reconheço um príncipe verdadeiramente constitucional, mas em defesa dele mesmo". (NABUCO, 1949, tomo IV, v II, p. 111, 112)

A insistência em manter a política de conciliação através do novo partido Progressista, a Liga, "enfeixando" moderados e liberais, adquire mais significado quando contextualizada num período de tensionamentos, abalado por crises financeiras e premido pela guerra do Paraguai. Em 1864, a quebra do Banco Souto gerava em cascata efeitos sobre outros bancos, repercutindo sobre o comércio e a economia em geral, colocando em cheque a política de pluralidade emissiva que duplicou a base monetária. Ainda que de alcance mais circunstrito ao Rio de Janeiro, onde estava a concentração dos bancos, o fato é que a repercussão social foi imensa.

> A excitação de milhares de chefes de família arruinados foi um espetáculo que nunca mais se repetiu entre nós. No meio da multidão circulavam amigos da véspera oferecendo aos credores de Souto pagarem-lhes os vales e letras

> com 65% de desconto. [...] tratava-se de um caso de salvação pública, o govêrno tinha que intervir e salvar a praça de uma ruína total. O Banco do Brasil, a quem o governo tinha permitido o alargamento da emissão, acode a todos. (NABUCO, 1949, Tomo IV, v. II, p. 129, 130)

A questão financeira ainda herdeira do descompasso entre o lastro e as emissões em papel moeda transformou-se em crise ministerial pelas desavenças entre o Ministro da Fazenda e o da Agricultura. O primeiro, João da Silva Carrão, propunha uma política monetária restritiva, o que tensionou suas relações com o Banco do Brasil, a ponto do banco lhe recusar enviar a lista dos devedores que tivessem excedido seus créditos. Este desacerto seria resolvido por uma sugestão de Nabuco de Araújo, que naturalmente indicara um caminho intermedário entre o Ministro da Fazenda e o banco. Entendia Nabuco de Araújo a razão de ambos, o Ministro precisando de informações para balizar sua política monetária e o banco com a responsabilidade, já que também era banco comercial, de proteger o sigilo de seus clientes. Garantido o caráter confidencial da informação, de acordo com a sugestão de Nabuco de Araújo, o assunto estava vencido. Mas a polêmica com o Ministro da Agricultura, esta não teria bom termo e se converteria em crise de Gabinete. Antônio Francisco de Paula e Souza, Ministro da Agricultura queria o socorro à praça. Contra a proposta de Carrão, confinada à restrição monetária, estava além do Banco do Brasil, a poderosa clientela atendida por seus serviços na lavoura, no comércio e no Parlamento. A apresentação ao Senado de um projeto de reforma do Banco do Brasil, convertendo-o um banco misto de depósitos e descontos e banco hipotecário, de autoria de Silveira da Mota, recebeu a refutação veemente de Carrão e o aplauso entusiasmado de Paula Souza. Sem meio termo possível e diante da insistência do Ministro da Fazenda, Paula Souza demitiu-se alegando incompatibilidade com o Gabinete. A polêmica entre os dois ministros seguida da demissão de Paula Souza ofereceu a ocasião para a queda do ministério que "já não existia" politicamente. (NABUCO, 1940, tomo IV, v. II, p. 346) Só no próximo Gabinete, liderado mais uma vez por Zacarias, o último deste ciclo liberal, é que o projeto de reforma do Banco do Brasil seria aprovado em 12 de setembro de 1866, com modificações feitas pela comissão do Senado. Os relatores, Itaboraí e Souza Franco, previam em seu parecer que o Banco do Brasil deveria estar sujeito à minuciosa fiscalização, receosos da repetição dos descontroles emissionários que dobraram a base monetária em relação ao começo de setembro de 1864.

Desavenças não faltaram ao longo do período de Olinda confirmando as dificuldades que deveriam ser superadas para fazer prevalecer um ambiente de

conciliação. A forte oposição ao Gabinete de Olinda na Câmara, liderada pelas figuras mais prestigiadas do antigo partido Liberal e a forma com que Nabuco de Araújo procurava aplaca-la respondendo com argumentos programáticos aos liberais extremados, demonstravam o esforço persuasivo para conquistar adesão para o projeto conciliador então encarnado no partido Progressista.

> Confesso à casa que o discurso proferido pelo nobre deputado pela província de São Paulo [José Bonifácio] e o apoio numeroso que pareceu merecer, causou-me séria apreensão; eu disse comigo mesmo – onde estamos? Parece que a Câmara se mostra dividida; mas então, senhores, o que é que se quer? É preciso que os nobres deputados declarem com franqueza qual a posição que ocupam, ou qual é a sua posição em relação à situação, que, na frase do nobre deputado por São Paulo, *veio da vitória das urnas*, porque então e só então poderemos nós marcar também a nossa posição. Quereis romper a situação?
> O país tem o direito de saber quais os motivos de uma peripécia política que altera profundamente o mandato conferido.
> Sr. Presidente, se é certo que a Câmara se acha dividida, como pareceu-me ontem, eu deploro êste pronunciamento hostil de amigos contra amigos, esta oposição contra o terceiro ministério saído desta situação. Dir-se-á, senhores, que Saturno devora um a um seus próprios filhos (*apoiados*), que não há ministério possível (*muitos apoiados*). (NABUCO, 1949, tomo IV, v. II, p. 320)
> Tenho sempre feito sinceros esforços, senhores, e não receio ser desmentido, para que se organizem no meu país partidos regulares, para que haja entre nós um partido Liberal, que dê ao país garantias. Mas, vós o sabeis, para que se organize um partido Liberal como convém à democracia e à civilização são precisas duas condições, às quais tenho sempre aludido.
> Quais são essas condições? A primeira é o esquecimento do passado (*apoiados prolongados*), porquanto não é possível, senhores, que estejamos sinceramente reunidos tendo de permeio o pejo da apostasia. Ainda mais: é preciso atender às gerações que vieram depois das nossas lutas políticas, as quais não podem conceder-nos suas adesões, seus sufrágios, quando lhes oferecemos não o futuro, mas um passado sem razão de ser, um passado de exclusivismo e de ódios... [...]
> A outra condição a que me referi são as novas idéias, definidas e claras, porque só assim, senhores nós podemos saber quem é por nós e quem é contra nós, aliás brigamos sem ao menos poder dizer por que brigamos. (NABUCO, 1949, tomo IV, v. II, p. 325)

Tendo desmontado um a um os argumentos que sugeriam serem ditatoriais as medidas adotadas pelo Gabinete, como o decreto que regulava os assuntos de Estado na ausência do Imperador em viagem para o palco da guerra, o decreto de prorrogação de alistamento para voluntários e o que dava paridade de vantagens para os voluntários oriundos da guarda nacional, Nabuco de Araújo tocou no ponto. Naquilo que mereceria suscitar debate e poderia justificar desavenças: o programa do Gabinete. Apresentou, então, os projetos de lei e as reformas que o Gabinete pretendia encaminhar:

> a liberdade das sociedades anônimas, a criação do ministério público, o casamento civil, a reforma judiciária, e pergunta à oposição quais são as suas idéias em contrário, com as quais quer subir ao poder, que quer realizar no

> poder: “No sistema representativo não se pode conceber que os homens de Estado sejam arquitetos de ruínas”. (NABUCO 1949, tomo IV, v. II, p. 326)

A queda do Gabinete de Olinda não traria melhores momentos e o quase silêncio de Nabuco de Araújo ao longo do ministério Zacarias indicava precaução para evitar o aprofundamento da luta intrapartidária que minava o campo liberal, comportamente típico do seu feitio e que já o tornara uma reconhecidea referência aglutinadora.

Razões para este apreço são reiteradas pelo texto que enviou ao visconde de Camaragibe.

> ... é tempo de constituir uma grande opinião, patriótica, generosa, composta de todos que desejam salvar e engrandecer êste país, minado de intrigas e paixões exclusivistas e odiosas. (NABUCO, 1949, tomo V, v III, p. 94)

Em correspodência a Silvino Cavalcanti em 16 de abril de 1867 ele dava mostra da sua apreensão com a “dilaceração do campo liberal”.

> A política está por aqui muito complicada, e não sei qual será o desenlace desta, a maior crise que o Brasil tem tido. Sinto estar metido pela minha posição neste grande barulho. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 93)

O tempo era de fato de dificuldades e desafios. O episódio suscitado pela alegação de Caxias, nomeado comandante em chefe das operações de guerra, de falta de apoio governamental para o desempenho exitoso das forças que comandava, seguido de seu pedido de licença para retirar-se, acirrara ainda mais os ânimos colocando em cheque o próprio Gabinete, numa circunstância em que qualquer desestabilização que comprometesse o esforço de guerra era desaconselhável. O Conselho de Estado apreciaria a questão, reafirmando Zacarias naquele momento a mesma posição que o governo adotara em 1866, quando o Gabinete se dispusera à demissão para garantir a aceitação do comando por Caxias. Honrando suas palavras, colocava o pedido de demissão do Gabinete ao Imperador. O Conselho, no entanto, pronunciou-se unânime pela preservação do Gabinete. A posição inicial de Nabuco de Araújo foi pela intermediação: que se demovesse Caxias da pretensão demissionária, demonstrando-lhe o apoio e o compromisso do governo. No entanto, diante da indagação do Imperador “O que deve fazer a Coroa, se o ministério, retirando o pedido de demissão, propuser a demissão do general? Qual é maior mal, se a demissão do ministério, se a demissão do general?” (NABUCO, 1949, tomo V, v. III) Nabuco de Araújo avaliou então ser mal maior, nas circunstâncias de prioridade de guerra, a retirada do general, não sem sérias

ressalvas e já prevendo o desenlace de substituição do Gabinete Liberal por outro Conservador.

> Seria um funesto precedente para o sistema representativo a demissão do ministério por imposição do general ou para satisfazer ao general tanto mais que essa demissão deve, pela fôrça das coisas, operar uma mudança de política, porquanto o motivo de confiança que determina a retirada dêste ministério há de tornar impossível outra organização que não seja conservadora.
> Todavia e de presente, no meio dos elementos subversivos que aí estão acumulados, e à vista da ansiedade pública pela terminação da guerra, entende que a demissão do ministério é menor mal. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 99)

Suas preocupações ele já as manifestara quando sugerira a intermediação.

> a demissão do ministério para satisfazer ao general, e para se êle conservar, torna impossível qualquer organização que não seja da política do general, e assim haverá necessàriamente uma mudança política, por um modo fatal ao sistema representativo; por diversas que fossem as intenções do general, a todos parecerá que a demissão pedida é uma imposição.
> Nestas circunstâncias, o arbítrio mais prudente é o lembrado pelo sr. Visconde de São Vicente, isto é, que o ministério não conceda a demissão, explique os fatos a que alude o general, e lhe faça sentir que são infundadas as apreensões que êle tem de que o ministério não confia nêle; não há inconveniente nestas explicações do govêrno.
> Com efeito, se o govêrno, como este diz, tem plena confiança no general, que desar há em que o govêrno manifeste esta verdade, explique os fatos e destrua as aparências? Por outro lado, explicados os fatos, o general não será tão temerário que tome a responsabilidade de abandonar o comando; deve ele pesar como maior o dever do general do que o escrúpulo do homem político. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 97, 98)

O fato é que já se insinuava com este dilema o tensionamento que marcaria presença, especialmente a partir da década de 1870, entre o ambiente civil e o militar, que vai se agudizar efetivamente ao final do Império.

Além disto, um fato adicional se colocava agravando em muito a situação: a constituição de um novo Gabinete, pelo Poder Moderador, ou seja, pelo Imperador, contrariando a maioria existente no Parlamento. Esta questão, por conta do questionamento da legitimidade que ela suscitava, tomou vulto entre as demais que se somaram na promoção da crise.

O ano de 1868, quando assumiu o Gabinete Conservador do Visconde de Itaboraí, a 16 de julho, significou uma inflexão, pelo conjunto de questões subjacentes introduzidas pelo novo cenário político. A primeira delas eu diria, nasceu com a própria demissão do ministério de Olinda nas circuntâncias em que se deu, sob o peso da questão militar que começava a se delinear, a partir de então, como crucial sobre os processos políticos. Outras questões entrariam em cena, colaborando para o

questionamento da própria legitimidade do Império, jogando fogo na lenha republicana, vinculadas algumas à atitude do Imperador de nomeação do novo Gabinete Conservador confrontando a maioria liberal no Parlamento. Seria reforçado também o processo político da conciliação pela recomposição da Liga em outros termos, após um período de desgaste pelas desavenças crescentes no interior do Partido Progressista, entre conservadores dissidentes e liberais moderados de um lado e liberais históricos de outro. Esta situação alimentou a lógica bipolar que orientara o sistema partidário antes de Paraná, sendo, porém, limitada pela reconciliação dos membros da Liga ou Partido Progressista, que retirou força de uma bipolarização mais densa entre os parceiros da Liga pelo fato de ter retringido o espaço para um reagrupamento nos moldes anteriores a 1853. Até mesmo a inevitável dissenção entre conservadores radicais e o novo Partido Liberal teria no máximo possibilidade de produzir um arremedo de bipolarização, ou uma bipolarização desequilibrada por conta do forte peso do pólo do campo liberal. A entrada em cena dos republicanos em 1870 colocaria um ingrediente a mais no jogo político, sem, no entanto, alterar esta condição bipartidária, por correrem em raia alternativa pela própria fragilidade do movimento republicano. Penso que Nabuco de Araújo, especialmente pela sua capacidade reflexiva sempre nutrita pela fonte das circunstâncias, seja um dos mais abalizados intérpretes daquela conjuntura. Talvez até mais do que em outros momentos, foi ele, não só ator principal dos eventos, mas um narrador precioso para nos dar a devida dimensão do que estava em jogo do ponto de vista político e social naquele momento.

Nabuco de Araújo se pronunciou, e fez história, com um discurso que em si significava uma ação política de grande estatura, fazendo juz ao conceito de política de Hannah Arendt, como arte de criar o inédito, o imprevisível. No primeiro momento da sessão da Câmara do dia seguinte, 17 de julho de 1868, ele tomava a palavra com a lucidez de quem vinha amadurecendo há anos as questões da política nacional. Joaquim Nabuco lembra dos efeitos imediatos do dicurso de Nabuco de Araújo no sentido de aplacar os ódios e as dissenções que vinham minando o ambiente liberal pelas disputas entre a Liga e os históricos. A avaliação do próprio Joaquim Nabuco é obra prima de compreensão política que não deve ser dispensada.

> [...] Bastou o fervor, a fé viva dessa palavra inesperada, para unir as duas frações hostis do partido Liberal em um só corpo, para infundir na opinão liberal, no momento em que era rejeitada do poder, a renovação de uma vida amplíssima, como nunca tivera, porque a vida não é senão a posse do futuro pela confiança, e, em política pela certeza do triunfo interrompido. No

> momento da queda, da morte política, a intensidade dessa intimação de uma ressurreição infalível, feita por Nabuco do alto da tribuna do Senado, insuflará no partido Liberal esperança que o não deixará dissolver-se nem efeminar-se durante os dez anos que se vão seguir. Sua veemência, nessa ocasião, honra a generosidade do seu temperamento: não era êle que caía e sim um ministério, cuja política êle não defendera; identificar-se com uma situação quando ela cai, e com uma convicção que não se mostrou quando ela estava no fastígio, é pelo menos a prova de que se não é cortesão da fortuna. Êsse discurso fazia de Nabuco, nessa hora mesmo e no próprio Senado, chefe do partido Liberal unido; obliterava completamente, aos olhos dos Históricos, a sua origem conservadora, assim como a de todos os da mesma procedência. É nos momentos de provação e de adversidade que o verdadeiro chefe se faz e se impõe, porque nêles é que o desinterêsse dos motivos se torna visível para todos. [...] O discurso de 17 de julho foi um acontecimento decisivo, neste sentido: que se Nabuco tem pronunciado outro, tomado outra atitude, declarado a bancarrota da Liga, reivindicado a sua liberdade de ação, começado a distanciar-se como Olinda, a feição da nossa política teria sido inteiramente diversa. Estava nas mãos dêle nesse momento, - que era um verdadeiro momento de criação, em que, portanto, só podia intervir um fiat, uma palavra criadora, como a sua foi sempre em política, - ou dissolver a Liga, acentuando a autonomia do seu elemento conservador, levantando o princípio da autoridade; ou dar o sinal da união, do esquecimento do passado, para a formação de um grande partido democrático, homogêneo, que disputasse a popularidade à idéia republicana, cuja fôrça imaginativa Nabuco recompunha lembrando-se de 1831. Qualquer dos dois caminhos, parece certo, teria conduzido ao mesmo desenlace, através sòmente de regiões diferentes. Robustecer a oligarquia, era talvez precipitar ainda mais ràpidamente a imaginação, o entusiasmo liberal, para a República. Nessa manifestação repentina contra o absolutismo da Coroa, Nabuco era movido pelo instinto monárquico, pela idéia de evitar a debandada, o abandono. (NABUCO , 1949, tomo V, v. III, p. 105, 106, 107)

Era quase natural, fluente, Nabuco de Araújo conquistar entre os históricos e entre todos os liberais e progressistas componentes da Liga, um lugar de liderança maior. Foi sua própria história política que o fez conquistar a confiança que lhe manifestavam agora. Sua biografia política era eloqüente na insistência pela conciliação amparada no respeito às idéias distintas que, exatamente por serem distintas, advogava ele, mereciam o acolhimento produtivo do diálogo. A transição da Liga para um grande partido Liberal estava conquistada e com muito mais densidade e conteúdo libertário do que o próprio partido Republicano que seria fundado em 1870 e cujo programa não mencionava a abolição da escravidão.

> [...] peço aos nobres ministros, da Coroa, que, se proventura acharem inconveniência no que digo, em relação à posição que ocupo de conselheiro da Coroa, eu lhes peço, digo, a exoneração do cargo de conselheiro de Estado, porque, senhores, prefiro a tudo a missão que recebi dos meus concidadãos de acompanhar a opinião que me elegeu e que me colocou neste lugar. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 107)
>
> [...] quero apenas fazer um protesto [...] não sôbre a legalidade do ministério atual, porque em verdade a Coroa tem o direito de nomear livremente os seus ministros, mas sôbre a sua legitimidade. E vós concebeis a diferença que há entre legitimidade e legalidade. A escravidão, *verbi gratia*, entre nós é um fato autorizado por lei, é um fato legal, mas ninguém dirá que é fato legítimo, porque é um fato condenado pela lei divina, é um fato condenado pela

> civilização, é um fato condenado pelo mundo inteiro. (in Nabuco, 1949, tomo V, vol. III, p. 108)
> Se me levasse pelo meu coração, eu seria todo o gabinete atual, porque reconheço no ministério todas as habilitações (*apoiados*), tendo aí amigos a quem respeito, caracteres a quem consagro dedicação e até fanatismo (*apoiados*); mas, senhores, a minha cabeça diz-me que devo ser do meu país, que devo cumprir a missão que dêle recebi.
> [...] Está demonstrado o bem a que eu aludia. Êste bem, senhores, é, como disse, a concentração de todas as fôrças liberais para o grande fim da salvação do sistema representativo do Brasil. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 108)
> [...] Senhores, havia no Parlamento uma maioria liberal, constituída pela vontade nacional; uma maioria tão legítima, tão legal, como têm sido tôdas as maiorias que temos tido no país... (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 109)
> [...] Havia um ministério que representava essa política. E dizei-me: essa política tendia a decrescer? Não; pelo contrário, tendia a aumentar, tendia a um grande desenvolvimento, desde que o nobre senador pela província do Rio de Janeiro [Otaviano] aconselhou a unidade dos lados em que se dividia o partido Liberal.
> Essa maioria tendia, por conseqüência, a crescer; o ministério, que a representava, decaiu, não por uma vicissitude do sistema representativo, não porque uma minoria se tornasse maioria, mas por diferenças que houve nas relações da Coroa, com os seus ministros.
> Dizei-me: o que é que aconselhava o sistema representativo? O que é que aconselhava o respeito à vontade nacional? Sem dúvida, que outro ministério fosse tirado dessa maioria. Mas fez-se isto? *Não, senhores, e, devo dizer, foi uma fatalidade para as nossas instituições*. Chamou-se um ministério de uma política contrária, adversa à política dominante, à política estabelecida pela vontade nacional: foi chamada ao ministério uma política vencida nas urnas, que tinham produzido a maioria que se acha vigente e poderosa no Parlamento. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 109)
> Isto, senhores, é sistema representativo? Não. Segundo os preceitos mais comezinhos do regimen constitucional, os ministérios sobem por uma maioria, como hão de crescer por outra maioria; o Poder Moderador não tem o direito de despachar ministros como despacha empregados, delegados e subdelegados de polícia; há de cingir-se, para organizar ministérios, ao princípio dominante do sistema representativo, que é o princípio das maiorias. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 109, 110)
> [...] Ora, dizei-me: não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país?
> [...] Vós vos queixáveis, senhores, de 1863, eu também me queixei, como os Liberais tinham o direito de se queixarem de 1842, de 1848 e de 1868; mas vêde a diferença que há de 1868 para 1842, 1848 e 1863. É que em 1842, em 1848, em 1863, havia um ministério que tinha subido ao poder por meio de uma maioria parlamentar; mas hoje, não. (NABUCO, 1949, tomo V, v III, p. 110)

Com uma definição programática radicalmente reformista, o novo campo político Liberal, originado da refusão entre os liberais históricos, liberais moderados e conservadores dissidentes, membros da Liga, contribuiu de maneira decisiva para o refôrço do processo abolicionista, ao colocar a abolição como um dos eixos estruturantes do seu programa. A construção do programa envolveu inúmeras reuniões e correspondências bastante reflexivas entre as lideranças do novo partido Liberal. A opção foi por um programa mais pragmático e menos voltado para ficções teóricas. Nabuco de Araújo justificava: “A pretensão de programas doutrinários suscita muitas

divergências individuais, exclui o concurso de muitos Liberais, é um erro fatal para a unidade e para a fôrça do partido Liberal, ao qual compete a inciativa do movimento político". (NABUCO, tomo V, v. III, p. 129) Os pontos chave foram: a abolição da escravidão, a reforma eleitoral com eleição direta, organização de um poder judiciário independente até para dar conseqüência à reforma eleitoral, fiscalizando o processo para evitar fraude e abuso de autoridade, descentralização administrativa, como prevista no Ato Adicional de 1834, supressão da vitaliciedade do Senado, extinção da Guarda Nacional. Este programa se tornaria a principal referência, um "roteiro", para todas as correntes políticas a partir de então. Causou grande repercussão política a divulgação dos pontos deste programa integrando o manifesto que o novo partido Liberal lançou justificando sua abstenção das eleições de janeiro de 1869, por questionar a sua legitimidade. A ilegitimidade provinha do uso da violência nas eleições municipais de 7 de setembro de 1868, impedindo a leal competição eleitoral, fato aliás que não era incomum nos processos eleitorais, razão pela qual a reforma eleitoral e da Guarda estavam incluídas prioritariamente no programa. O manifesto apelava veementemente pelas reformas colocando-as em tal plano de prioridade que se não realizadas o caminho da revolução estaria aberto. O grito "reforma ou revolução" ecoou forte em todo o país.

> A importância política dêsse programa foi considerável, porque êle será, de alguma forma, o roteiro tanto da oposição liberal como do govêrno conservador, que, sob Rio Branco, se propõe a realizá-lo quase por inteiro; na ocasião, porém, em que aparece, a impressão que causa é abafada pela que estavam produzindo as palavras finais do Manifesto: "Ou a reforma ou a revolução". (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 130)

O novo Partido Liberal assumia, mesmo fora do Parlamento, a liderança política do país, por conta das suas idéias e da capacidade de suas lideranças de fazer uma lúcida análise da conjuntura de então, propondo as reformas que consideravam indispensáveis para garantir a ampliação da cidadania e democratização do país. Percebiam os perigos da extremação caso a iniciativa política fosse postergada. Avaliavam com seriedade a urgência das reformas para se evitar a revolução. A opção era clara pela reforma, em mais uma reiteração da inesgotável, podemos dizer sem medo de errar, capacidade de negociação que a tradição equilibradora de antagonismos nos legara. Era um clamor para que se realizassem sem perda de tempo as reformas que reequilibrariam a vida política, pela ampliação do universo decisório e das bases de sustentabilidade. Assinaram o manifesto Nabuco de Araújo, Souza Franco, Zacarias, Chichorro, Furtado, Dias de Carvalho, Paranaguá, Teófilo Ottoni e Francisco Otaviano.

A explicação do Manifesto por Nabuco de Araújo é uma demonstração da incrível e muito brasileira capacidade de radicalizar pela via da reforma, além de comprovar a profunda sinceridade que movia os signitários daquele Manifesto em seu compromisso reformista negociador.

> O govêrno absoluto que temos, faça-se justiça, não é obra de algum 18 Brumaire ou de outro Estado semelhante desfechado pelo Imperador; mas é efeito das leis reacionárias criadas e mantidas pelo partido Conservador, dessas leis, em virtude das quais o govêrno pode fazer de qualquer cidadão inocente um réu sujeito às arbitrariedades da prisão preventiva, ou de qualquer cidadão isento um soldado sujeito aos castigos corporais do conde Lippe. Para o monarca, êsse falseamento da eleição, em vez de ser a verdade que o adverte, é a mentira que o obriga a errar, a provocação que conduz o país fatalmente à revolução. Sem dúvida, os erros do Poder Moderador na apreciação das situações políticas do país não seriam fatais, se as eleições fôssem livres. Então tantas dissoluções quantas provas da opinião: a eleição julgaria a dissolução, e não seria conseqüência necessária dela; a responsabilidade moral da mesma dissolução não reverteria, como hoje, só e só, sôbre o poder que a decreta, que faz apêlo à nação, para responder êle mesmo por ela, sendo assim juiz em causa própria.
> O partido Liberal não tinha, pois, outro recurso senão a resistência material ou a abstenção.
> Preferiu a abstenção e tem consciência de que acertou.
> Poderia aguardar sua vez de governar, para então votar e vencer a eleição.
> Êste arbítrio seria o egoísmo de uma facção, mas não o patriotismo de um partido.
> Continuaria o mesmo círculo vicioso, do qual é fôrça sair; aliás, de reação em reação, irá o país ao abismo.
> A abstenção do partido Progressista de Espanha, absoluta e sistemática como foi não tinha outra saída senão a revolução.
> A abstenção do partido Liberal do brasil naturalmente engendra uma situação definida e legítima:
> Ou a reforma,
> Ou a revolução.
> A reforma para conjurar a revolução;
> A revolução, como conseqüência necessária da natureza das coisas, da ausência do sistema representativo, do exclusivismo e oligarquia de um partido.
> Não há que hesitar na escolha:
> A Reforma!
> E o país será salvo. (NABUCO, 1949, tomo V, v. III, p. 132, 133)

O compromisso negociador fazia parte de uma profunda compreensão política que reconhecia os riscos implicados num processo de radicalização. A própria experiência do país, já havia indicado que o caminho do diálogo e das reformas era o mais conseqüente para contornar os perigos inscritos em opções exclusivistas, entre elas a do caudilhismo, tão corriqueiro na América espanhola. Por esta razão, apesar do Manifesto apontar o viés absolutista na atitude do Imperador ao nomear o Gabinete Conservador, diante da maioria Liberal, não questionava a Monarquia, pelo contrário, o que se propunha era uma Monarquia radicalmente constitucional e democrática, com um sistema legitimamente representativo para espantar o fantasma da revolução.

> Consagro sincera adesão à monarquia constitucional, e por isso desejo que a monarquia constitucional do nosso país tenha por tipos, não essas monarquias infelizes, como as da França e da Espanha, sempre assombradas pelas revoluções ... [...] mas a da Inglaterra e da Bélgica, onde existe o sistema representativo em tôda a sua verdade, onde o cidadão nada tem que invejar a nenhuma república.
> Para mim, senhores, a forma de governo não é senão um acidente dependente das circunstâncias que presidiram à organização ou fundação de cada povo. (NABUCO, tomo V, v III, p. 135)
> E o que é pior em tudo isto, senhores, é que se deixa entrever no fundo do quadro a caudilhagem, fatal ao sistema representativo; porque a caudilhagem não é senão a decadência dos partidos; não é senão o princípio do Baixo Império. E senão, vêde a Espanha: da decadência dos partidos resultou a caudilhagem; daí os pronunciamentos militares, e daí a revolução. (NABUCO 1949, tomo V, v. III, p. 136)

A própria apresentação de um projeto de reformas já significava por si uma aposta num processo negociado, cuja necessidade se ampliava com as pressões ascendentes do movimento social especialmente a partir de 1870. Entre todas as reformas a que de longe mais movimentou a sociedade foi a emancipacionista. A questão se transformou em causa popular, conquistando a sociedade influência decisiva para a aprovação das sucessivas leis que gradualmente aboliram a escravidão no Brasil. A própria recepção positiva destas leis evolutivas rumo à abolição, indicava uma compreensão social disseminada da adequação desta via processual para a conquista final da emancipação. E a sociedade foi parte integrante do processo negociado, na medida em que pressionava, aferia resultados legais efetivos e, majoritariamente, os acolhia como importantes avanços.

Esta compreensão disseminada sobre a propriedade da via negociada não significava a ausência de compreensão da urgência da abolição. Pelo contrário, o que ela significava era uma concertação social com base popular e ampla o suficiente para se contrapor à resistência acirradíssima dos escravocratas. Joaquim Nabuco retrata bem a angústia provocada entre os abolicionistas pelo dilema entre a urgência e os limites das concessões. Em texto para o Jornal do Comércio, datado de 16 de julho de 1884, referindo-se ao projeto de Sousa Dantas (líder do gabinete Liberal iniciado em 6 de junho de 1884) sobre a emancipação dos sexagenários, que só seria aprovado,e ainda com alguns retrocessos como a ampliação da idade de 60 para 65 anos, em 28 de novembro de 1885, já com Saraiva liderando o Gabinete, Nabuco demonstra ao mesmo tempo a sua impaciência pelas excessivas concessões já feitas, como também avalia a importância da aprovação do projeto, deixando claro as fortíssimas resistências dos escravocratas. Fica patente, portanto, o tamanho das dificuldades que se enfrentava para promover mesmo as reformas graduais. Também dá a dimensão dos obstáculos que

tiveram que ser superados para a prevalência do caminho negociado, diante do "tudo ou nada" dos escravocratas, da sua "instransigência" absoluta, que reforçava aqueles que "não sabem ceder".

> As concessões feitas aos receios e aos interesses da *propriedade anômala* foram excessivas. [...] é sòmente quando propõe (o Governo)[30] a liberdade dos escravos de 60 anos que êle vai um pouco adiante da lei de 18 de setembro. Mas essa mesma extrema moderação do projeto – os escravos de 60 anos, chamados no lirismo dos antigos clubes da lavoura os veteranos do trabalho, os pobres velhos alquebrados por uma vida inteira de sofrimento, mulheres que deram aos senhores uma abundante colheita de filhos, - essa mesma moderação serve para provar a intransigência cega da escravidão. Ou tudo ou nada, é a sua divisa. Ela diz hoje que a liberdade dos escravos de 60 anos equivale à abolição imediata exatamente como os dissidentes diziam em 1871 que a libertação dos nascituros equivalia à emancipação dentro de um ou dois anos. Nada ceder, é o espírito da escravidão em toda parte, [...] (NABUCO, 1949, tomo XII, p. 24, 25)

Em outro artigo para o Jornal do Comércio, de 19 de julho de 1884, ainda sobre o projeto de Paula Sousa, Nabuco mais uma vez salienta o tom radical dos escravocratas e apresenta com lucidez o *apartheid* entre projetos de país representados de um lado pelos escravocratas e de outro pelos abolicionistas, denotando um grau de acirramento tal que torna muito mais admirável a conquista de um ambiente de concertação responsável por processar, por vias legais, as mudanças exigidas, em meio a tanto esgarçamento.

> A união dos conservadores em torno do pendão negro da reação escravista, é um fato consumado, notório, e eles não podem tirar proveito dessa reação e do movimento que ela pretende represar. A fôrça que êsse partido adquiriu entre a nossa lavoura, resistindo a todo o transe, é imensa, nós o reconhecemos; mas o partido que tudo fêz para adquirir aquela clientela, deve ter a hombridade de não mendigar o aplauso da parte civilizada do país, que por ser pobre, dependente, escrava de leis más e do monopólio da terra, êle deliberadamente desprezou. A sua escolha foi livre. Agora sujeite-se a ela. Ou o campo ou as cidades; ou a escravidão ou a civilização; ou os Clubes da Lavoura ou a imprensa, os centros intelectuais, a mentalidade e a moralidade esclarecida do país.
>
> Vençam muito embora os conservadores na Câmara e nas eleições, mas vençam com a bandeira a que se abraçaram: vençam com a escravidão, pela continuação indefinida da qual, derribando o projeto do governo, o país os considerará únicos responsáveis. (NABUCO, 1949, tomo XII, p. 34)

O desafio de Nabuco para que os conservadores assumissem explicitamente seu compromisso escravocrata para que, se eleitos, o fossem com a consciência do eleitorado sobre o que estavam referendando dá bem a dimenssão da franca base social em favor das reformas emancipacionistas.

[30] Palavra inserida por mim

Esta base social era também composta de escravos que não apenas souberam muito bem utilizar a legislação, entrando com ações judiciais patrocinadas por fundos de emancipação, para garantir sua alforria, mas foram, pela sua luta contra a escravidão, artífices destas leis, apelando para meios diversos, de ruptura e de negociação, como já vimos anteriormente.

Não existia caminho único para a conquista da liberdade pelos escravos. Eles recorriam a vários institutos.

> Além das ações de liberdade, do arbitramento judicial e de outras incursões sobre a Lei de 1871, o fundo de emancipação também foi um meio muito utilizado pelos escravos para alcançar a liberdade. Por diversas vezes, ao longo das décadas de setenta e oitenta, muitos escravos utilizaram o fundo para concretizar suas aspirações à liberdade, demonstrando que nenhuma possibilidade de libertação era por eles desprezada.
> Diversas foram as alternativas que os escravos utilizaram para alcançar a liberdade através do fundo. Alguns pediam inclusão entre os classificados, como o fez Margarida, escrava do coronel José Lopes Pereira de Carvalho. Em 2 de janeiro de 1883, ela solicitou ao presidente da Província para ser incluída, juntamente com seus filhos Leopoldo e Afonso, "na relação dos escravos que tem que ser alforriados no corrente anno pelo fundo de emmancipação".
> [...] As estratégias eram várias. Numa correspondência enviada ao presidente da Província, em 21 de abril de 1886, o padre Geraldo Xavier de Sant"Anna, um militante do abolicionismo no sul da Bahia, revela que os escravos locais estavam se casando para melhorar sua classificação e, assim, conseguir a liberdade pelo fundo de emancipação. Esse recurso parece ter sido muito usado pelos escravos. Para que pudesse ser colocado em prática, teria que haver a colaboração dos padres que realizavam esses casamentos, como fica claro numa explicação prestada pela junta de classificação de Orobó a respeito de irregularidade na classificação dos escravos daquele município. Em certo momento desse documento é afirmado que "vigários [...] casam escravos sem licença dos respectivos senhores". (BRITO, 2003, p. 48- 50)

As adesões ao movimento abolicionista promoveram redes de solidariedade envolvendo escravos, abolicionistas, autoridades, etc, que funcionaram com muita eficácia na arrecadação de fundos tanto para propaganda abolicionista como para viabilizar os processos de alforria possibilitados pelas diversas brechas legais. Produziu-se um alargamento cada vez maior destas brechas, pelo recurso continuado e ampliado aos tribunais exigindo o cumprimento das leis, e também um espraiamento das bases de apoio a estas iniciativas, engrossando o movimento abolicionista.

A eleição de 1884 foi tomada pela questão do abolicionismo, transformando-se em palco da maior manifestação popular até então vista, convertendo-se mesmo num plebiscito sobre a abolição. A campanha como um todo envolveu incontáveis comícios, passeatas, reuniões em clubes, círculos, academias, numa demonstração inequívoca da imensa adesão que o movimento abolicionista conquistara. Joaquim Nabuco alçou,

então, o lugar de maior liderança popular do abolicionismo, convertendo-se no próprio símbolo da causa.

Sua campanha conquistava simpatias pelo país, mesmo antes de começar. No Rio de Janeiro, seu embarque para Recife, candidato que era por Pernambuco, transformou-se num grande evento popular. Na Bahia, em escala para Pernambuco, não foi diferente. Sua chegada foi triunfante, com o cais apinhado de entidades abolicionistas em solene desfile para sauda-lo. Em Pernambuco sua recepção foi grandiosa. Manifestações as mais diversas acolheram Nabuco no Recife, onde ele fez conferências em clubes, praças públicas, teatros e visitas a bairros populares. A campanha tomou conta da cidade transformando-se num evento político de inéditas proporções.

A mobilização popular foi intensa, reunindo inclusive famílias, desde a primeira conferência que deflagrou sua campanha realizada no Teatro Santa Isabel, em 12 de outubro de 1884. Os comentários da imprensa, tanto a favorável como a contra a candidatura de Nabuco, não deixam dúvidas sobre as expectativas e apoios que a campanha despertava.

O jornal conservador, porém abolicionista, A Tribuna dizia em edição de 14 de outubro:

> Apesar da muita chuva que caía, o teatro já antes da hora marcada estava regorgitando de expectadores, entre os quais contavam-se famílias, cavalheiros pertencentes as mais elevadas classes de nossa sociedade, homens de letras, jornalistas, deputados provinciais, magistrados, membros de corporações docentes, do corpo acadêmico, funcionários públicos, comerciantes, artistas e operários. No palco tomaram assento, em grande número, os membros das sociedades abolicionistas. (CRUZ, 1988 p.20)

Até mesmo a presença feminina se destacou ao longo da campanha a ponto de se reservarem lugares especiais para que as “senhoras” assistissem às conferências, assunto que a própria imprensa tratava de divulgar como o fez o Jornal do Recife do dia 30 de outubro de 1884, quando destacou a reserva de lugares para o público feminino, ao convidar para a 2ª conferência de Nabuco no Teatro Santa Isabel que se realizaria no dia 1º de novembro.

Percorrendo bairros, lotando reuniões públicas em espaços abertos, numa intensidade tão feérica quanto o alastramento da campanha, Nabuco não descuidou de articular o seu programa abolicionista, apresentando outras reformas que considerava indispensáveis para dar consequência à abolição, como a reforma agrária. Nabuco escolheu exatamente o bairro de S. José do Ribamar, onde os conservadores eram

fortes, não só para desafiar os eleitores a não permitirem que aquele que tinha sido um "baluarte histórico do liberalismo pernambucano" se convertesse em "trincheira da escravidão", mas para abordar a controvertida questão da reforma agrária, que ele via indispensável para que a abolição significasse também um processo de inclusão social.

O bairro do Ribamar tinha importante significado para a campanha por sua grande densidade populacional e o perfil variado de seus habitantes: classe média, funcionários, comerciantes e operários ou "artistas", termo que designava os trabalhadores de serviços considerados menores. Foi diante deles que Nabuco afirmou, seguro, que não via

> outra solução para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, a vós e vossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra.(CRUZ, 1988 p.24)

"É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra, e que o Estado ajude a sê-lo". Considerava que emprego público não só não podia alcançar a todos como retirava as pessoas daquilo que de fato podia se configurar como alternativa efetiva para a pobreza, que era "o cultivo da terra, [...] a posse da terra que o Estado deve facilitar aos que quiserem adquiri-la, por meio de um imposto – o imposto territorial". Assumia então, em torno desta questão, um solene compromisso público que demonstrava a sua clareza quanto a indissociabilidade da abolição e da reforma agrária para que a primeira tivesse associada à medidas de incorporação social dos libertos.

> Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões, - a da emancipação dos escravos e a democratização do solo. (Longos aplausos.) Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. (CRUZ, 1988 p.29-30)

A intensificação dos apoios não se deu graciosamente, mas foi fomentada por um dicurso que nada tinha de superficial, onde tudo era denso, consistente, sem sobras ociosas. Nabuco persuadia porque sua fala tinha a grandeza da "felicidade pública" a qual se referia Hannah Arendt. Ele falava de um compromisso mútuo que envolvia diretamente a cada um dos que compunham as multidões que acorriam aos eventos de sua campanha. Não se tratava de assunto privativo de um indivíduo, de um projeto pessoal, mas de um desafio político cuja envergadura exigia compartilhamento. Por esta razão Joaquim Nabuco tinha tanta tranqüilidade e convicção ao afirmar que

> Se votassem nele, os eleitores [...] não estariam votando por um indivíduo, nem somente por um partido: "votais pela libertação do nosso território e pelo engrandecimento do nosso povo, votais por vós mesmos, e vos elevais

> neste país de toda a altura da liberdade e da dignidade humana". (Prolongadas aclamações e vivas) (CRUZ, 1988 p.30)

Mas, também estava atuante no processo eleitoral a política orientada pela racionalidade instrumental, para assegurar a reprodução no poder dos interesses dos que se beneficiavam do sistema escravocrata. O poder econômico se fez presente através da derrama de dinheiro para compra de votos, tentando barrar o caminho do abolicionismo. Estavam em campo dois projetos de características nitidamente diversas. De um lado, um projeto personalista de quem compreendia a política subordinada à economia, à lógica exclusiva dos interesses, bem moderno portanto, e de outro, um projeto eminentemente público que tinha na abolição apenas o seu ponto de partida que, associada à outras reformas, como a agrária e educacional, indicaria um caminho de inclusão social, encarnando uma possível modernidade alternativa.

A narração da campanha que se segue é demais eloqüente do espírito público e da dimensão do projeto abolicionista tal qual o defendia Joaquim Nabuco.

> No dia 9 de novembro Joaquim Nabuco comparecia à sessão magna do Monte Pio Pernambucano, e o discurso que ali pronunciou sem fugir ao espírito de uma campanha eleitoral acirrada, tinha um sentido eminentemente social, provando que o candidato via muito além da simples abolição da escravatura. Diria Nabuco, que, em nome da Comissão Emancipadora transmitia à gente humilde presente, votos de longa prosperidade. "Que essa prosperidade sirva de exemplo, de estímulo, à fundação de instituições semelhantes, as quais deixam o homem do salário morrer em paz por ter garantida a honestidade das suas filhas e a existência da sua companheira de lutas e sacrifícios." Sublinhava que instituições protetoras do futuro dos operários representavam uma das mais belas criações do espírito de solidariedade, conforme observara em países da Europa, onde as ligas e associações atuavam numa distância igual à que separa os organismos do começo da vida animal aos organismos livres e inteligentes. Entendia Nabuco que somente "pela educação do espírito como do caráter, da inteligência como da vontade, o operário, o artista brasileiro pode perder de vista a sua condição atual para chegar à altiva posição do artista e do operário de outros países onde o trabalho tem consciência de sua força", acrescentando que um Monte Pio como aquele já existente em Pernambuco, representavam[31] um ensaio de educação, "um começo de independência, um rudimento de associação e um germe fecundo de liberdade".
> [...] "O abolicionismo, senhores, não é simplesmente a emancipação dos escravos, é a eliminação fisiológica, se me faço compreender assim, da escravidão", e a prova dizia, estava no Ceará, no Amazonas, àquela altura já com os seus escravos libertados, mas com sinais claros de que a escravidão não desaparecera no âmbito provincial. Sentenciava Nabuco com extrema lucidez para os seus contemporâneos e para as gerações vindouras:
> "Acabar com a escravidão é obra de tempo e perseverança. Os que temos em nós tendências de senhor, os que temos fraquezas de escravos, - e a massa da população brasileira composta de descendentes, ou de senhores ou de escravos, e em grande parte de escravos que foram senhores, têm os vícios combinados dos dois tipos, o senhor e o escravo, tipos aliás que formam um só porque em geral o escravo é um senhor a quem só falta o escravo e o

[31] Grafia do próprio texto

> senhor é um escravo a quem [...] só falta o dono, (longos aplausos) – os que temos, dizia eu, um desses vícios ou todo eles devemos pelo exame da nossa consciência e pelo uso da nossa firmeza esclarecida vencer e dominar qualquer desses tristes legados da escravidão".
> [...] "A liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão, nem tampouco merece o nome de liberade: é a escravidão da miséria". (CRUZ, 1988 p. 35, 36)

Várias são as questões que permeavam o discurso de Nabuco e davam não apenas articulação e consistência ao que propunha, mas correspondência com o que estava a ocorrer na própria sociedade. É muito didático o discurso. Primeiro ele lucidamente reconhece que para ser um cidadão da *polis* é preciso ter sustento próprio que garanta a tranqüilidade de não estar contido, aprisionado pela necessidade da sobrevivência mais indigna, mais humilhante. Queria e propunha, portanto, trabalho, e reforma agrária, e educação, para que a abolição tivesse significado de liberdade. E a liberdade se verificava para ele no associativismo, no exercício da solidariedade e do compartilhamento que já então se praticava em agremiações diversas, que nos distinguia aos humanos do reino animal da necessidade. A liberdade é para ele o próprio sentido da política assim como o era para Hannah Arendt. Liberdade de se associar, de cooperar mútua e solidariamente, e construir desta forma o inédito, o imprevisível, o país incluído e solidário que ele buscou não em sonhos solipsistas, mas numa luta empenhada, compartilhada, orientada pelas circunstâncias do tempo em que viveu. País que pareceu quase possível, quase viável em alguns momentos em que prevaleceu o diálogo construtivo e reformador. Mas esta é uma discussão para adiante, que ficará mais clara na contracena com experiências que se orientaram por procedimentos mais exclusivistas, avessos ao diálogo.

Nabuco percebia que a pauta dos interesses não levaria nunca a um país compartilhável. Criticava com veemência as elites egocentradas, ensimesmadas nos seus exclusivos interesses, absolutamente indiferentes à sorte e à miséria de quem os problemas não lhes interessavam. Sua preocupação estava em "manter seus monopólios desumanos, atentatórios da civilização, [...] aumentando ao mesmo tempo no seu interesse exclusivo e para seus fins particulares as responsabilidades do Estado, levando-nos ao orçamento que hoje temos, isto é, hipotecando o futuro do país que não lhe pertence aos seus credores e aos seus parasitas". (Aplausos ruidosos) (CRUZ, 1988 p.40)

Diria que concorriam dois projetos possíveis de modernidade. Um era o da modernidade dos interesses, do "social" ascendendo e ocupando a esfera pública tal

qual Hannah Arendt diagnosticara, que mesmo vindo para superar o "atraso oligárquico" lhe tinha similaridade na mesma preponderância dos interesses privados. Uma modernidade que assumindo formalmente regras universalizáveis, generalizáveis, despersonalizadas ou impessoais, afirmava, no entanto, a personalização anônima arbitrata pela "mão invisível" do mercado pela precedência do econômico sobre o político, ou seja, do interesse anônimo que o mercado representava sobre o político. Eram os sistemas do mercado e do estado a prevalecer sobre o mundo da vida, em que até "interesses bem compreendidos" provavelmente seriam aqueles não explicitados, arbitrados pela "mão invisível do mercado" ou pelo "Estado forte" que, por exemplo, a Primeira República adotou num simulacro de representação geral, quando eram interesses restritos os representados, sem espaço para um diálogo político includente, que levasse adiante aquela agenda pública do abolicionismo, ponto que será melhor discutido em capítulo próximo. A outra modernidade possível era a que Nabuco defendia, que podemos associar à modernidade alternativa que Gilberto Freyre perscrutava e que Merquior percebeu possível num Brasil ainda não inteiramente desencantado pela "jaula de ferro" do racionalismo instrumental. Uma modernidade capaz de admitir ações não instrumentais, sensível a um olhar mais aberto, abrangendo segmentos vários da sociedade, contestando o olhar exclusivo para o próprio umbigo, ou interesse que cega para a observação do outro. Uma modernidade em que a possibilidade democrática e republicana estaria efetivamente inscrita.

De certa forma estava presente esta disputa naquele momento eleitoral singular que apresentava a possibilidade de uma opção de caráter público, voltada para uma agenda muito concreta, com reformas democratizantes colocadas como exigência para não fraudar a efetivação da abolição.

Nabuco reiterava, em seu último comício, para um público de operários, de "artistas", o programa abolicionista e ressaltava a importância de integrar, de incluir os trabalhadores no Brasil que a abolição possibilitaria. Não falava, porém, de uma inclusão pela via paternalista, pela concessão unilateral, até porque sua compreensão não admitia este tipo de categoria conceitual, pelo contrário, toda a sua formulação tinha por base não a unilateralidade mas a pluralidade e por isto estimulava a organização dos trabalhadores e a considerava preliminar para um projeto de inclusão social e política.

> Eu vejo que os candidatos contrários recomendam-se quase sempre ao comércio e à lavoura, como se neste país quem não tem negócio ou não possue terras não merecesse em eleições a honra de ser mesmo lembrado.

> Vós sabeis que, para eles, o comércio, são os grandes negociantes de açúcar, e a lavoura não compreende os cultivadores, mas somente os proprietários, do solo". (CRUZ, 1988 p.44)
> [...] Do que vós precisais é principalmente de educação técnica e se eu entrar para a Câmara tratarei de mostrar que os sacrifícios que temos feito para formar bacharéis e doutores devem agora cessar um pouco enquanto formamos artistas de todos os ofícios. (Aplausos repetidos) É tempo de pensarmos na educação do operário de preferência à educação do bacharel. (Riso) É tempo de cuidarmos do nosso povo, e pela minha parte pelo menos não pouparei esforços para que o Estado atenda a esse imenso interesse do qual ele parece nem ter consciência.
> [...] É essa dupla proteção que vos prometo promover: a primeira, leis sociais que modifiquem as condições do trabalho, como ele se manifesta sob a escravidão, e façam da indústria nacional a concorrência vitoriosa da estrangeira em tudo que fôr seu legítimo domínio e, a segunda o que o Estado vos deve e tem tardado demais a vos dar: a educação de cidadãos e de artífices. (Aplausos)
> Vós, também, pelo vosso lado, podeis ajudar-vos muito, unindo-vos, associando-vos. [...] ligados um ao outro pelo espírito de classe e pelo orgulho de serdes os homens do trabalho num país onde o trabalho ainda é mal visto, sereis mais fortes do que classes numerosas que não tiverem o mesmo sentimento da sua dignidade. Vós sois a grande força do futuro, é preciso que tenhais consciência disso, e também de que o meio de desenvolver a vossa força é somente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir, é preciso que vos associeis. Fora da associação não tendes que ter esperança. (CRUZ, 1988 p.45)

Não se tratava de propostas idílicas que desconhecessem os profundos conflitos que então permeavam a sociedade. Pelo contrário, eles eram evidenciados, realçados, adquirindo assim visibilidade, sem acobertamentos em nome de entes coletivistas sintetizadores. Tão sérios eram os conflitos que conduziram a eleição quase a um impasse pelas fraudes cometidas para impedir a vitória de Nabuco.

A própria Carolina Nabuco avaliava aquela eleição como uma "luta de idéias e não de homens", o que era compartilhado pela imprensa contemporânea de Nabuco. O *Jornal do Recife* afirmou que "em tempo algum no Brasil se pleiteara uma eleição de tanto peso no futuro. A campanha girara em torno de idéias, vale dizer da libertação do elemento servil, envolvendo poderosos interesses econômicos," [...] (CRUZ, 1988 p. 46)

O embate foi realmente tão ferrenho que no dia da eleição, 1º de dezembro de 1884, a insinuação de que estava em curso fraude na localidade de São José, decisiva para a eleição, para favorecer o contendor de Nabuco, Manuel do Nascimento Machado Portela, correu feito rastilho de pólvora e multidões se dirigiram ao local de apuração do 1º distrito por onde concorriam Nabuco e Portela, iniciando-se ali uma verdadeira batalha pela lisura das eleições. O conflito se acirrou com tiros disparados pelo grupo liderado pelo fiscal dos conservadores, Major Ferreira Esteves, gerando reação no

mesmo diapasão. O tumulto disseminado acabou por provocar a morte de duas pessoas, o próprio fiscal que vigiava o recinto de apuração, o major Esteves, conhecido como Bodé e seu sobrinho. Sendo ambos vinculados ao esquema de Manuel Portela, a grita foi grande, com reações de um e outro lado. José Mariano, companheiro abolicionista de Nabuco, e candidato também, só que pelo 2º distrito, estava no olho deste furacão e escapou por pouco, sendo ferido em uma das mãos. O fato é que este episódio, repercutido intensamente pela imprensa, levou à anulação das eleições e à convocação de um segundo escrutínio, inicialmente convocado para véspera do Natal, mas adiado para 9 de janeiro de 1885.

Toda esta controvérsia transformou o segundo turno em questão nacional, alçando a campanha de Nabuco à condição de causa nacional. O Brasil inteiro passou a usar lenços e tecidos estampados com seu rosto, circulavam garrafas de cerveja, pacotes de cigarro e charutos rotulados com sua imagem, numa demonstração da popularidade que conquistara o candidato Joaquim Nabuco. O resultado confirmou a ampliação do apoio popular ao abolicionismo, garantindo a eleição de Nabuco com margem folgada de frente, comemorada efusivamente, especialmente no Recife, num espetáculo popular sem precedentes.

A retomada do projeto de Dantas de libertação dos sexagenários em 1885, já no Gabinete Saraiva que assumira em 6 de maio, se deu, portanto, muito pelas fortes pressões que a sociedade já exercia pela abolição, como ficou escancarado nas eleições de 1884. Não teria sido possível avançar neste sentido sem esta pressão, já que as resistências no Parlamento se faziam sentir não só no campo conservador, mas também no liberal que, dividido, chegou a influenciar para adoção de um dispositivo na lei que previa multa pra os que “seduzissem ou acoutassem escravos alheios”. A postergação da idade para 65 anos era mais um indicativo das resistências que influenciaram na retração do projeto incial de Dantas. As reformas saíam apesar das reações escravistas e por sobre elas, num esforço multilateral em que a sociedade teve peso inequívoco. A rigor os conflitos sempre estiveram explícitos, em alguns momentos mais acirrados, é verdade, como na retomada conservadora após o período liberal de 1878 até 1885, quando em 20 de agosto se encerrou o Gabinete Saraiva e assumiu o do Barão de Cotegipe. Neste momento a reação escravocrata se manifestou numa política de repressão ao abolicionismo. Portanto a saída reformista existiu sobre uma realidade explicitamente conflitiva, contrariando a idéia de que reformismo significava quase um

obscurecimento dos conflitos. O reformismo foi uma forma de equacionamento dos conflitos, um exercício permanente de equilíbrio de antagonismos.

Foi nesse vai e vem de circunstâncias mutantes que o Partido Liberal retomou a inciativa reformista, impulsionado, evidente, pelas pressões sociais que não cessavam. Através do Senador Dantas, propôs em 1886, na sessão de 1º de junho, projeto extinguindo a escravidão em cinco anos. Em 3 de junho de 1887 o mesmo Dantas liderando quatorze senadores liberais apresentou outro projeto, definindo data certa para o fim da escravidão – 31 de dezembro de 1889 – demonstrando mais uma vez o quanto a agitação das ruas estimulava a sensibilidade abolicionista nos políticos. Diante deste quadro de idas e vindas, de reação escravocrata e avanço reformista, fica implícito que as reformas só se viabilizaram pela multiplicidade de atores sociais que exerciam influência naquele sentido. Não seria realista atribuir as reformas a um esforço preventivo e unilateral das elites, porque isto significaria desconhecer o papel prepoderante das pressões exercidas pela intensa movimentação abolicionista e também ignorar que também houve reação sistemática dos escravocratas às reformas. Constantemente se alternaram ou conviveram simultaneamente polarização e diálogo. A ocorrência de reformas significou a hegemonia do diálogo, mas nunca a sua exclusividade. De fato, nem sempre prevaleceu o diálogo, como atesta a chamada questão militar que já sinalizava para a conformação de uma outra matriz orientadora da política no país, de perfil predominantemente autoritário que a partir de então, mas especialmente após a proclamação da República, iria rivalizar com a matriz mais reformista, dialógica, equilibrista de antagonismos, na orientação das instituições políticas do país.

A questão militar recolocaria em pauta uma ameaça que desde o 7 de abril de 1831 não se manifestava no cenário político. Outra vez a pressão militar se fazia presente exigindo a demissão de um Gabinete, situação muito similar à que levara D. Pedro I à abdicação, premido a exonerar o ministério de sua confiança. Abdicando evitou D. Pedro I o precedente da subordinação do poder civil ao militar e colocou o desafio da governabilidade para, entre outros, os próprios incentivadores da movimentação golpista. Assim a Regência se constituiu sob o signo da necessidade de moderação e afirmação do poder civil, extinguindo Feijó o corpo militar para contornar qualquer risco de militarização, ao tempo em que criava a Guarda Nacional, atitude que fez, mais adiante, Nabuco de Araújo reconhecer-lhe o papel de estadista reiterador do

poder civil no país. De fato a prevalência do poder civil se consolidou a partir de então e foi a tônica de todo o Segundo Reinado. No entanto, é bom relembrar que desde o episódio Caxias, que levou à demissão o Gabinete Zacarias, insinuara-se o gérmen militarista. Também é verdade que não eram só as idéias de viés autoritário, muitas inspiradas pelo pensamento racionalista abstrato que o positivismo comungava, que influenciaram as manifestações do Exército. Este se fizera corporação com senso de unidade a partir da guerra do Paraguai e se contagiara também pela causa abolicionista, sentimento que iria evoluir com desdobramentos importantes, que estaremos abordando adiante, inspirado não apenas pelas idéias libertárias que se propagavam, mas especialmente pela convivência lado a lado com os soldados egressos da escravidão, companheiros no dia a dia de cada batalha. Tais parceiros nas argruras da guerra certamente não eram mais vistos de maneira diferenciada e sua luta pela pátria os alçara, para os demais, à condição de igualdade efetiva como cidadãos brasileiros.

Foi uma sucessão de intransigências que provocou a questão militar. O episódio começou com a punição do coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos por conta dos desdobramentos da denúncia que fez sobre uma série de irregularidades cometidas pelo capitão Pedro Lima, comandante da companhia de infantaria do Piauí, para onde Cunha Lima fora enviado para inspecionar a corporação. O capitão tinha costas largas no Partido Conservador e as reações não tardaram, chegando ao Parlamento onde o deputado pelo Piauí, o conservador Simplício Coelho de Resende fez um discurso, a 15 de julho de 1886, invertendo a situação, acusando Cunha Matos de agir para acobertar as próprias irregularidades feitas em conluio com os liberais aos quais ele estaria associado na província do Piauí. Cunha Matos não deixou por menos e pela imprensa, em artigo no dia 24 de julho, retrucou as acusações usando termos violentos contra o deputado Coelho Resende, que, segundo ele, abusava da sua imunidade parlamentar para fazer uso de calúnias e injúrias. Baseando-se em aviso de 26 de dezembro de 1884 que obstava aos militares discussões pela imprensa sem prévia comunicação ao Ministério da Guerra, o ministro da Guerra do Gabinete conservador de Cotegipe, Alfredo Chaves, advertiu e mandou prender Cunha Matos por dois dias, por desacato à instância ministerial. O fato de Cunha Matos ter acatado a medida disciplinar sem reações não evitou que o assunto prosperasse. A atitude de Alfredo Chaves repercutiu em todo o meio militar, bem como na imprensa, tanto liberal como republicana. No Parlamento tomou as dores de Cunha Matos o general Câmara, o Visconde de Pelotas,

considerando ser uma exigência da honra o militar se defender quando atacado em seus brios. A situação foi se agravando com novas acusações de desvio de recursos públicos em favor de apaniguados, agora contra Deodoro da Fonseca, então presidente da província e comandante das armas do Rio Grande do Sul, feitas pelo antigo ministro da Guerra do Gabinete Saraiva, Antônio Eleutério de Camargo, deputado provincial pelo Rio Grande, acusação da qual Deodoro seria absolvido mais tarde. Como se não bastasse, o tenente-coronel Antônio Sena Madureira decidiu desafiar a autoridade do Ministério da Guerra, dispensando consulta prévia a esta instância para publicar artigo no jornal republicano *A Federação*, de Júlio de Castilhos. Sena Madureira era comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo do Rio Grande, e em seu artigo resolveu ressucitar um caso passado relativo a uma repreensão que sofrera do ex-ministro da Guerra e agora senador Franco de Sá. A repreensão constara em ordem do dia e teve como conseqüência a sua demissão da Escola de Tiro de Campo Grande. Ao desenterrar este cadáver Sena Madureira aproveitava a oportunidade da repercussão do caso Cunha Matos para jogar mais lenha na fogueira. E jogou de fato. Alfredo Chaves considerou que não podia usar dois pesos e duas medidas e decidiu punir da mesma forma Sena Madureira. O pior ainda viria, pois sendo Deodoro superior hierárquico de Sena Madureira, o ministro da Guerra deu ordens ao Visconde da Gávea, ajudante-general do Exército, para interpelar Deodoro sobre se teria previamente autorizado a publicação de Sena Madureira. A resposta de Deodoro foi mais um desafio ao Gabinete Cotegipe. Ao tempo em que confirmava não ter havido autorização prévia ele também eximia o autor do artigo desta exigência, amparando-se em diversos avisos, os de 1858, de 1878, de 1882 e de 1884, que na sua interpretação não disciplinavam questões como a que envolvia Sena Madureira. A resposta de Deodoro, tomando partido em defesa de Sena Madureira, provocou reação imediata do Gabinete que lhe ordenou comunicar a Madureira a punição de advertência que seria transcrita em ordem do dia. Deodoro simplesmente se recusou a transmitir-lhe a comunicação de punição, desafiando abertamente as autoridades militares superiores, ao ministro da Guerra e também ao próprio Barão de Cotegipe. A crise evidentemente só poderia se agravar diante de tamanho festival de intransigências que tomou conta dos dois lados. Cotegipe não admitia o questionamento de sua autoridade e não percebia que a cada demonstração de intolerância mais se degradava a sua própria autoridade. As adesões militares pipocavam com grande apoio da imprensa republicana e os incidentes se sucediam. Os oficiais do Rio Grande, coesos especialmente após a reconciliação entre Pelotas e

Deodoro, cujas relações estavam entremecidas por divergências políticas, Pelotas liberal e Deodoro conservador, se mobilizavam em apoio a Deodoro e Sena Madureira. A articulação começava a adquirir novas características com assembléias e reuniões como a que ocorreu a 30 de setembro de 1886 entre os oficiais do Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro até comício de adesão aos militares do Sul foi organizado, além da agitação quase diária que envolvia os alunos da Escola Militar. Já em início de outubro Cotegipe tenta, enfim, uma conciliação acenando com a revisão dos avisos em resposta à solicitação de Deodoro, mandando efetivamente publicar na imprensa, a 9 de outubro de 1886, nota em que o Ministério da Guerra, a mando do Imperador, se definia pela revisão. No entanto, o movimento no lado militar se acirrara demais para voltar atrás. As manifestações pela honra dos militares se ampliavam e não davam sinais de arrefecimento. Cotegipe ainda tentou demover Deodoro apelando, em correspondência a ele remetida, para o seu bom senso e indagando-lhe sobre as razões que motivavam sua posição de liderar tal movimento ao invés de aplacar a exaltação diante da gravidade da situação, quando a própria ordem já estava em risco. Apelava ainda para que ele assumisse a função de comandante, de garantidor da ordem, contribuindo, assim, para dar fim à agitação e às reuniões coletivas entre militares que insistiam em se insubordinar. Deodoro, no entanto, não demonstrou disposição alguma para negociação. Pelo contrário decidiu se colocar de corpo e alma naquela luta que considerava vital para assegurar a honra da classe militar, que via mortalmente ferida. Em resposta a Cotegipe, a 16 de novembro de 1886, Deodoro foi claro.

> O tema em questão é “reuniões indisciplinares – tumultuosas – sediciosas – por parte dos militares”. Se bem que houvesse, pelas forçosas e especiais circunstâncias, justo motivo para reuniões assim qualificadas, todavia os militares, por disciplinados e criteriosos, bem patentearam os seguintes atributos característicos dos soldados – união fraternal, ordem, respeito, calma, firmeza e amenidade – e limitaram-se, como lhes cumpria pelo assentimento, a uma reunião pacífica, sem discussões, com o fim de pedirem providências sôbre os seus direitos. Houve motivo para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem, nem devem, estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplícios, cuja imunidade não os autoriza a dirigir insultos, nem os isenta de precisa e conveniente resposta. E que houve, Exmo. Sr., por causa dêsses insultos dirigidos por êles contra os militares? Por parte do governo, permita-me V. Ex.ª dizer, muita consideração aos insultantes, e assim, não só aprovou os insultos, como foi além – ofendeu ainda mais, com pública repreensão, para conhecimento do mundo, a um velho servidor, homem criterioso, homem decente, homem correto e homem distinto, sòmente por satisfação a quem nenhuma autoridade tinha sobre os militares! Achará V. Ex.ª nisso coisa de pouca monta? Não será amesquinhar-se o Exército; tirar-se-lhe o brio, a dignidade e o amor próprio, requisitos êsses sem os quais não haverá soldados, mas sim vis e desprezíveis escravos? Por parte do Exército – uma reunião calma, respeitosa e pacífica pedindo a reparação de direitos violados e da dignidade ofendida. A ferida foi forte,

> cruel e mortal e com justa razão sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram vítimas. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 229, 230)

O ressentimento e fixação clara de pontos inegociáveis da parte dos militares que Deodoro representava, convictamente, selaram o caminho da sua demissão do governo do Rio Grande do Sul e do comando das armas. Recebeu Deodoro a comunicação formal da decisão através de ofícios enviados por seu sucessor Miguel Calmon Du Pin de Almeida.

Evidentemente os jornais republicanos, em especial *A Federação* de Júlio de Castihos açulavam a discórdia e estimulavam os brios de Deodoro e dos militares para abrir espaços para os intentos republicanos. Deodoro, à esta altura a encarnação viva do paladino da classe militar, e Sena Madureira, que enfim conseguiu a demissão da Escola de Tiro de Rio Pardo, após inúmeras recusas por parte do governo que não queria vinculação entre as duas exonerações, foram recebidos como heróis em várias reuniões e eventos militares. Cotegipe pela via do Conselho Supremo, convertido em instância praticamente legislativa, ainda tentou uma última cartada. Decidiu o Conselho Supremo pela inconstitucionalidade dos avisos, afirmando que eram estes e não os militares que mereciam condenação. Sua decisão não dava margem à duvida.

> 1.º, que os militares, como todos os cidadãos brasileiros, gozam, pela Constituição, da liberdade de externar, pela imprensa, as suas opiniões, independentemente de censura prévia; 2.º, que no exercício dêsse direito poderão ser responsabilizados pelos abusos que cometerem; 3.º, que êsses delitos deverão ser julgados no foro militar ou civil, conforme a categoria a que pertençam; 4.º, que deverão ser considerados delitos militares e, portanto, julgados em jurisdição militar os abusos da imprensa que estão previstos nos regulamentos que regem a disciplina do Exército, sendo que é atentatório da disciplina do Exército, ao decoro que mùtuamente se levem os membros desta corporação, discussão na imprensa entre oficiais, sôbre objeto de serviço militar. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 230, 240).

A decisão saiu com o aval do Imperador sem, no entanto, ainda significar uma solução definitiva, já que permaneciam pendentes as punições que os militares queriam ver revogadas com base nas novas instruções. Se é que se pode falar em solução definitiva, que a rigor só ocorreria com a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, cujo cenário já estava em franco delineamento.

A chegada de Deodoro à Corte mobilizou os meios militares que deste momento em diante exponencializaram a agitação e incrementaram sua organização. A primeira de uma série inumerável de reuniões para fazer revogar as penas com base na decisão do Conselho Supremo publicada em 3 de dezenbro de 1886, ocorreu em 2 de fevereiro

de 1887. O convite desta reunião que indicou Deodoro como representante do grupo junto ao governo e junto ao Imperador, já sinalizava o caráter e os rumos que o movimento passava a assumir, conformando o quadro que acabou por desencadear o 15 de novembro.

> Reunião militar – São convidados a comparecer amanhã, ao meio-dia, no Teatro Recreio Dramático, todos os oficiais generais e mais oficialidade de terra e mar, presentes na Côrte, a fim de tomar parte na reunião militar anunciada, e que será presidida pelo Sr. Marechal de Campo Deodoro da Fonseca, servindo de secretário o tenente-coronel Sena Madureira. Tratar-se-á messa reunião de interêsses da classe militar. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 242)

Deodoro apelara diretamente para o Imperador chegando mesmo a se colocar demissinário das forças armadas, caso não atendido o pleito dos militares. Ponderações feitas entre a demissão de Deodoro, de repercussões imprevisíveis, e o afastamento do ministro da Guerra, um baque na autoridade governamental, preferiu o Imperador indicar a exoneração de Alfredo Chaves do Ministério da Guerra. Cotegipe mais uma vez era premido à transigir, após ter se mostrado quase insuperável, não fosse a concorrência com Deodoro e os militares, na incapacidade de dialogar.

O novo ministro da Guerra, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, propôs solução que supunha imediata para o impasse: a suspensão das punições desde que solicitada pelos próprios oficiais advertidos. Até mesmo Deodoro e Benjamin Constant consideravam plausível a solução. O que não contavam era com a reação violenta de Sena Madureira: “Cortem-me a mão, mas eu não requeiro!”. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 252). Diante de radicalismo que beirava à teimosia infantil, até mesmo Benjamin Constant não se conteve: “Os senhores são uns turbulentos que querem fazer a República!” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 251) Mas Deodoro estava imbuído do espírito de classe e decidiu ir em frente com a missão quase sagrada que ele próprio, estimulado pela corporação militar, se atribuíra. Mas também não estavam desprovidos de razão aqueles que, como Sena Madureira, reagiram com a radicalização. O argumento era razoável: declarados inconstitucionais os avisos, a decorrência automática seria a suspensão das punições, de vez que a Constituição deveria ser cumprida. O argumento expunha o radicalismo também do governo que, por seu turno, não avançou no cumprimento da decisão do Conselho Supremo. Talvez porque, já tendo recuado, o governo aguardasse disposição similar pela outra parte, para garantir um desfecho que equilibrasse perdas e ganhos. O impasse prosseguia, portanto.

A dimensão política que adquiriu a questão militar exigiu o seu deslocamento para o âmbito parlamentar, ainda numa tentativa de solução mediada. A situação se tornara tão explosiva que já favorecia articulações explícitas por uma saída republicana, como a capitaneada por Campos Sales que foi para o Rio, proveniente de São Paulo, para incentivar a imediata proclamação da República. Porém, a "revolução" que já se cogitava ainda não era a republicana, mas o afastamento do Gabinete Cotegipe. Tendo sido alertado pelo Visconde de Pelotas sobre o grau de mobilização pela derrubada do Ministério, Silveira Martins teve noção da gravidade da situação: estava em curso um novo 7 de abril, repetindo-se a exigência de demissão em massa do Gabinete. A sessão do Senado de 18 de maio de 1887 seria memorável pelos debates que a movimentaram, pela insitência de Cotegipe em recuperar sua autoridade, pelas sucessivas manifestações de preocupação com a ordem e pelo pronuciamento de Pelotas que, mesmo prezando muito D. Pedro II e não pretendendo derruba-lo, reiterou, no entanto, ameaças, relembrando a todos que "foi uma revolução que fêz abdicar o Sr. D. Pedro I. E o fato é hoje muito bem aceito". (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1 p. 266)

Rui Barbosa que assitiu como jornalista à sessão do Senado iria relatar os acontecimentos que presenciou em conferência proferida em 28 de agosto de 1887 no Teatro Politeama, na Bahia.

> ... achava-me nas galerias da Câmara vitalícia, no dia em que as palavras calculadas e frias do Visconde de Pelotas, lampejando como a lâmina da sua espada, descoraram com a palidez da agonia as faces do presidente do Conselho, unindo, na mais expressiva das associações de idéias, a atitude do Exército às recordações do 7 de abril; vi os senadores deixarem as suas cadeiras tomados de emoção inexprimível, nessa sessão extraordinária, a mais memoranda nos anais daquela casa, quando a ordem constitucional parecia dissolver-se ali, a olhos vistos, na pessoa do governo, que se decompunha sôbre o tapête do Senado, como cadáver em mesa do necrotério. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 266, 267)

Não fosse pelas intervenções dos liberais mais tarimbados, Saraiva, Ouro Preto e mesmo Silveira Martins, a possibilidade de negociação poderia ter se frustrado. Ofereceram-se Ouro Preto e Silveira Martins para intermediar a questão, proposta prontamente aceita por Cotegipe com um argumento de quem compreendia estar a oposição liberal ciente de que o desafio ultrapassava as fronteiras partidárias, colocando-se seriamente numa posição de garantir a governabilidade civil, "Aceito, pois sei que não me viriam propor o que não seriam capazes de fazer se, como eu, fôssem governo". (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 268).

Em 20 de maio de 1887 foi apresentada moção de autoria de Silveira Martins retirando as penalidades imputadas aos militares, dando conseqüência enfim à decisão do Conselho Supremo que avaliou inconstitucionais os avisos que lhes deram amparo. O Senado transformou-se em lócus da decisão, diante da fragilidade política do Poder Executivo. Evidente que muito se questionou sobre a legitimidade do Senado para tal decisão, porém prevaleceu a compreensão de que a aprovação da moção deveria ser feita pelo Senado, até pela credibilidade que lhe conferia sua condição pluralista de representação, portanto menos afeito a facciosismos.

O discurso de Afonso Celso, o visconde Ouro Preto, retratou com lucidez a natureza daquela crise explicitando, inclusive, suas preocupações com as pressões militares que colocavam em cheque a própria ordem civil.

> [...] Que poderia seguir-se à exoneração do gabinete, nas circunstâncias presentes? Quem assumiria o poder? Um ministério conservador? Mas isto não resolveria a crise, pois o novo gabinete se encontraria nas mesmas condições do atual. O nobre presidente do Conselho tem sido acompanhado pelos seus correligionários do Senado e da outra Câmara, que assim são solidários em todos os seus atos e compartem a sua responsabilidade na questão. Subiria ao poder a oposição? Caberia a vez ao Partido Liberal? Mas o nobre senador pelo Maranhão, como qualquer outro correligionário judicioso, não há de querer que o seu partido chegue ao poder pelo caminho que lhe abram as espadas e as baionetas do Exército!
> [...] Quanto a mim, eu não aceitaria semelhante hipótese. Preferiria o perpétuo ostracismo!
> [...] Uma pátria livre, a nação em pêso, jamais tolerará a caudilhagem militar! (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 280)

O apelo que faziam os liberais naquele momento era a rigor pela prevalência da ordem civil ameaçada. Para eles não se tratava de mera substituição de gabinete. O que estava em questão era proteger as instituições do assédio militar. Silveira Martins pronunciou-se com clareza sobre o que considerava estar em jogo naquele momento.

> A crise que os nobres senadores denunciaram, se existe, não é de ministério; é de govêrno. Não é de partido; é de instituições. Resolvida que seja, o ministério poderá naturalmente ser substituído por outro, como tem sucedido até hoje, sem abalo social. Mas, derribado o ministério por um pronunciamento militar, que partido assumirá o poder apoiado nas baionetas dos soldados? Um ministério conservador? Seria impossível. Pela tropa seria derrocado, não o ministério do Barão de Cotegipe, mas o Partido Conservador, que o sustenta. Um ministério liberal? Impossível. O liberalismo apóia-se na opinião pública espontânea e esclarecida. Não assalta o poder por pronunciamentos militares. Em qualquer hipótese, seria o govêrno uma usurpação, que as províncias não reconheceriam e em vez da ordem que tem até aqui dominado no Império, começaria o reinado da anarquia ... (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 282)

O Partido Liberal apostou, através das suas maiores lideranças, na alternativa negociada, colocando nas mãos do Senado a petição, ou o apelo, ao Executivo para

rever os atos de punição. Desta forma, seria ao Senado e não ao Exército que estaria cedendo o Executivo, resguardando a autoridade do âmbito civil.

Ganhou o gabinete Cotegipe, ainda que alquebrado, alguns meses de sobrevida. Os militares, por seu turno, tinham conquistado ao longo daquele processo coesão e unidade de propósitos que não haviam experimentado anteriormente. Estavam tocados cada vez mais pelas idéias republicanas alimentadas pelas correntes positivistas, e, a cada dia manifestavam mais sensibilidade à causa abolicionista. Portanto, três eixos concorriam para sustentar e condidionar o movimento. O primeiro era, sem dúvida, o que afirmava a corporação em torno de objetivos próprios, buscando ampliar a influência política que já vinham conquistando. Outro eixo era o republicanismo que se imbricara nas lutas militares através dos apoios de toda a imprensa republicana às manifestações militares e, pela cada vez mais forte, presença das idéias positivistas que pregavam a superioridade evolutiva da república sobre a monarquia. O terceiro eixo era o abolicionismo germinado durante a guerra e desenvolvido, inclusive, pelo estímulo dos próprios abolicionistas que trabalhavam para conquistar adesões à causa.

Já em junho de 1887, avaliando a necessidade de ter uma representação formal, a exemplo do Clube Naval, os oficiais do Exército decidiram organizar-se em torno de um Clube que abrangesse também os oficiais da Marinha. No mesmo momento em que os militares trabalhavam os novos estatutos do clube, inicialmente Centro Militar, ocorriam outras movimentações como a do Congresso Republicano no início do mês de julho de 1887. Organizados, os militares lançaram a candidatura de Deodoro, pela vaga do senador Brás Nogueira da Costa Gama, morto em 12 de maio, depois que acerto com Benjamin Constant fez Deodoro assumir integralmente programa com as idéias positivistas que aquele defendia. Nem liberais nem republicanos participaram das eleições, estes últimos talvez para não evidenciar a própria fragilidade eleitoral. No vácuo de outras candidaturas, a campanha ganhou a adesão de abolicionistas, reunidos em assembléia popular no Teatro Recreio Dramático em 10 de julho, e conquistou apoio formal dos republicanos publicado no jornal *O País* de 13 de julho. Apesar de derrotado, Deodoro saíra bem das eleições por conta da votação expressiva na Corte, transformando-se em mais um porta-voz do abolicionismo num momento em que a campanha abolicionista se expandia inclusive com a formação de importantes quilombos urbanos, os chamados quilombos abolicionistas, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O quilombo do Leblon no Rio e o de Jabaquara em Santos

eram verdadeiros pontos de encontro, onde quilombolas e abolicionistas discutiam e realizavam as mais diversas festividades, com batuques e tudo a que se tinha direito para celebrar a causa. A intensificação das fugas de escravos para o quilombo de Santos virou mote para reclamações dos fazendeiros escravocratas paulistas junto ao Parlamento, inconformados com a postura passiva do presidente da província. Clamavam por medidas urgentes de repressão para cessar as fugas em massa e recuperar os fugitivos. A representação que fizeram à Câmara continha dezenas de assinaturas de membros dos Partidos Conservador, Liberal e Republicano, pedindo o restabelecimento da legalidade na cidade de Santos. O debate chegou ao Senado e o calor da polêmica refletia a disposição em relação aos quilombos abolicionistas. Alguns, como o senador Antônio Prado defendeu o presidente de São Paulo, argumentando que o seu crime se resumia a não querer passar por "capitão-do-mato". Antônio Prado parecia falar em nome dos muitos cidadãos que apoiavam explicita ou veladamente os quilombos abolicionistas. Era voz corrente que até mesmo a princesa Isabel recebia encomendas de camélias, símbolo do abolicionismo, cultivadas no quilombo do Leblon sob os auspícios do imigrante português José Seixas Magalhães. Relatos de André Rebouças davam conta também do seu empenho em dar guarida a escravos fugidos. Foi neste contexto de maior espraiamento da causa abolicionista que o barão de Cotegipe foi ao Senado defender os escravocratas o que deu vazão à boataria de que as forças armadas seriam convocadas para a repressão aos escravos fugidos. Joaquim Nabuco, que fôra motivo para punição dos cadetes da Escola Militar do Rio de Janeiro por engrossarem a apoteótica recepção que teve no Rio, repetindo a da Bahia, após mais uma estrondosa vitória eleitoral sobre Machado Portela nas eleições de 14 de setembro de 1887 em Pernambuco, que Recife aclamara nas ruas, entrou firme no Parlamento questionando a repressão aos escravos fugidos e a perseguição contra os que lhes dessem guarida. No seu discurso, de 8 de outubro de 1887, de resposta ao deputado Andrade Figueira incentivador da repressão, defendeu o direito de refúgio para as vítimas de "perseguições iníquas", advogou em prol dos juízes que se negavam a "fazer cumprir a pena de açoites", e disse mais, tocando no ponto delicado da convocação do Exército para missões desta natureza:

> [...] a vocação militar é caracterìsticamente oposta a essa missão de capitão do mato.
> Não há um soldado que vá para essas diligências sem o coração apertado, sem o sentimento de que está representando um papel abaixo da sua dignidade. Dirá o nobre deputado que todo aquêle que excecuta a lei preenche uma função digna.

> Esta teoria correria o risco de elevar à mais alta dignidade a profissão de carrasco que, afinal, cumpre um dever ainda mais apreciável pela própria repulsão que inspira. [...] É preciso levantar aos olhos do país a vocação militar, da qual os brasileiros se sentem cada vez mais afastados, [...]. É preciso não obrigar o soldado a empregar-se nessas diligências imorais, porque, saiba o nobre deputado, essas diligências se fazem sem prova suficiente, não é a sentença de um magistrado que manda prender um criminoso, é a denúncia de um interessado que faz prender um suspeito. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 307)
> Do modo por que as coisas vão, acredito que o govêrno, quando a questão já tinha sido, segundo a frase do nobre presidente do Conselho, trazida das ruas para o Parlamento, fará com que ela saia do Parlamento para os quartéis, porque é uma questão de dignidade para o próprio soldado.
> Eu conheço muitos oficiais que olham com desdém para aquêles de seus camaradas que desempenham semelhantes comissões. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 307, 308)
> Quando quiserem fazer essas diligências. Quando lhe forem pedir, em segrêdo, nas trevas do silêncio em que se encobre essa desgraça do país; quando lhe forem pedir o auxílio de sua autoridade como poder público, encarregue-as ao Sr. Coelho Bastos, encarregue-as a êsses magistrados que ainda se prestam ao papel de capitães de mato togados ... (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 308)

Como era de se esperar a recepção entre os militares foi imediata. O Clube Militar realizou reunião ainda em outubro de 1887 para tratar do papel do Exército na repressão dos escravos fugidos. O posicionamento foi firme e emocionado, declarando Deodoro que

> O Exército é para guerra leal, na defesa do trono e da Pátria; para outros afazeres que necessitam a fôrça armada, há a polícia, que alistou-se para êsse fim. [...] a pega de negros fugidos pelo Exército, embora fácil e agradável para uns, para outros é repugnante. [...] Hoje quer-se a captura e o resultado será a falha. [...] Não nos dêem tais ordens, porque não as cumpriremos. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 316, 317)

Deodoro enviou para o visconde da Gávea, mediador do governo, o requerimento solicitando que se desonerasse o Exército destas tarefas inglórias, acompanhado de correspondência para a princesa Isabel no mesmo sentido. O visconde da Gávea devolveu tudo a Deodoro, indignado com a ousadia do desafio ao cumprimento de ordens. O texto para a princesa procurava justificar a decisão.

> Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênia para dirigir ao Govêrno Imperial um pedido, que é antes uma súplica. Êles todos que são e serão os mais dedicados e mais leais servidores de Sua Majestade, o Imperador, e de sua dinastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, êles que jamais negarão em bem vosso os mais decidos sacrifícios, esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranqüilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque já viviam cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.
> [...] os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em

> nome da caridade cristã, em nome das dores de sua Majestade o Imperador, [...] esperam que o Govêrno Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão, que não deseja o esmagamento do prêto pelo branco nem consentiria também que o prêto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir sua liberdade esmagando o branco. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 318)

Apesar de tanto desgaste enfraquecendo e desautorizando cada vez mais o governo, sobrevivia ainda o gabinete Cotegipe até que um incidente provocado exatamente por aquele Coelho Bastos a quem criticou Joaquim Nabuco no seu discurso de 8 de outubro, discordando da defesa que lhe fazia Andrade Figueira.

Na verdade este era mais um incidente entre tantos de violência praticados pelo chefe de polícia Coelho Bastos. Serviu, porém, como a gota d'água para transbordar uma situação já há muito beirando a insustentabilidade. Desta vez o caso envolveu um capitão-tenente da marinha, Leite Lôbo, que sofria de problemas mentais. Preso por um preposto da polícia, ele foi brutalmente torturado e o assunto tomou conta de discussões no Clube Naval, que recebeu imediata solidariedade do Clube Militar. A situação se agravou tanto que a princesa Isabel teve que convocar Cotegipe para explicações. Cotegipe parecia não compreender que o acúmulo tornava gravíssima a situação. Talvez sua intransigência o cegasse a ponto de desqualicar o incidente como coisa menor. Diante da firmeza da princesa Isabel que exigia a demissão do chefe de polícia, Cotegipe enfim ficou sem saída. Como não aceitasse mais este desprestígio para o gabinete, forçado outra vez a abdicar de posições por pressões militares, não lhe restou alternativa, senão a demissão. João Alfredo Correia Oliveira, conservador como ele, assumiria o comando do gabinete a 10 de março de 1888.

Encerrava-se assim o gabinete Cotegipe, melancolicamente, atingido não somente pelas pressões militares, mas também, e muito, por sua própria inabilidade, pela sua crônica incapacidade de diálogo, pela violência antiabolicionista, ainda que tenha tido seus surtos de conciliação. Definhou, evidentemente, acossado por movimentos militares que demonstravam simétrica intolerância e reticências ao diálogo, parte a parte considerando-se infalíveis, porque só o profundo reconhecimento das prórprias limitações e da falibilidade humana oferecem disposição efetiva para o diálogo. Mas é preciso também voltar a destacar que o movimento militar, a par da sua intransigência, envolvia outros aspectos, como a adesão sincera à causa abolicionista. A recusa de acatar ordens de perseguição a escravos fugidos se nutria de argumentos que afirmavam um aspecto libertário da movimentação militar, em grande parte resultante

daquele período indelevelmente marcado de convivência solidária nos campos de batalha do Paraguai, quando não havia diferenças, só fraternidade, em torno da mesma luta, da mesma causa. Ter se imbuído do espírito abolicionista, no entanto, não moderou os sucessivos e freqüentes rompantes autoritários, estimulados pela visão de superioridade que o esquema evolucionista do positivismo pregava. Já estavam presentes os ingredientes que logo adiante dariam condição para o pronunciamento golpista de 15 de novembro, abrindo as portas para a implantação e consolidação de uma matriz de viés autoritário a partir da Primeira República. Quintino Bocaiúva podia confirmar sua previsão: a República seria feita mesmo com a farda. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, 319).

Estes tempos de acirramentos, de polarizações, de intransigências e indisponibilidade para o diálogo não conseguiram, no entanto, corroer completamente a disposição para o diálogo que já tinha sua tradição em grande medida consolidada, e, assim, a instransigência não foi mais forte que a negociação em torno do projeto de abolição definitiva e total da escravidão, a despeito de tantas e tão fortes resistências por parte dos escravocratas. A inciciativa negociadora teria ainda maior significado pelo fato de ter se originado de um gabinete conservador que mais uma vez, pressionado pela disseminação de apoios à abolição, tomava dos liberais a bandeira, para ser o veículo daquela mais que ansiada decisão, que contou com o estímulo decisivo da princesa Isabel e com o apoio resoluto de Joaquim Nabuco, que chamou os liberais para a sustentação daquela que considerava a mais importante e histórica de todas as leis.

Com seu discurso de 7 de maio de 1888, Nabuco não deixava dúvidas sobre sua compreensão de que a magnanimidade daquele momento estava muito acima de mesquinhas disputas facciosas. Sabia perfeitamente estar diante de um evento histórico. Não sobrava espaço para nenhum tipo de intransigência, era quase a coroação do diálogo que persistiu por sobre todas as intolerâncias que teve que superar.

> [...] eu levanto-me para oferecer ao honrado presidente do Conselho, para a realização do seu grande programa, o apoio desinteressado, se não de toda, de uma parte daquela fração do partido que foi sempre antes de tudo abolicionista. (*Muito bem*).
> [...] não é êste o momento de se fazer ouvir a voz dos partidos. Nós nos achamos à beira da catadupa dos destinos nacionais e junto dela é tão impossível ouvir a voz dos partidos, como seria impossível perceber o zumbir dos insetos atordoados que atravessam as quedas do Niágara. (*Apoiados. Muito bem*). (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 323)
> É este incomparàvelmente o maior momento de nossa pátria, a geração atual ainda não sentiu coisa semelhante e precisamos lembrar-nos do que nossos pais, que viram o 7 de Abril, ouviram aos nossos avós que viram a

Independência, para imaginar que nesta terra brasileira houve de geração em geração uma cadeia de emoções parecidas com esta. (*Apoiados. Muito bem*).
Dentro dos limites de nossa vida nacional e feito o desconto da marcha de um século todo, 1888 é um maior acontecimento para o Brasil do que 1789 foi para a França. (*Apoiados. Muito bem, bravos*). É literalmente uma nova pátria que começa e assim como à mudança de uma forma de govêrno caem automàticamente no vácuo as instituições que a sustentavam ou viviam dela, é o caso de perguntar, sr. Presidente, se os nossos velhos partidos, manchados com o sangue de uma raça, responsáveis pelos horrores de uma legislação bárbara, bàrbaramente executada, não deviam ser na hora da libertação nacional, como o bode emissário nas festas de Israel, expulsos para o deserto, carregados com as faltas e as maldições da nação purificada. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 323, 324)
A nação, neste momento não faz distinção de partidos; ela está tôda entregue à emoção de ficar livre, ela confunde no mesmo sentimento Dantas e João Alfredo, José Bonifácio morto e Antônio Prado vivo; ela não pergunta se quem vai fazer a abolição é Liberal ou é Conservador, como a repercussão estrondosa das vitórias contra o Paraguai, para deixar pulsar os seus corações de brasileiros, os Conservadores não queriam saber se Osório, o vencedor de 24 de maio, era Liberal, nem os Liberais indagavam se quem tinha tomado Assunção, Caxias, era Conservador. (*Apoiados e bravos nas galerias*).
Quando a abolição estiver feita, sr. Presidente, então sim, podem recomeçar essas nossas lutas partidárias que se travam de fato em torno das comarcas para juízes de Direito e das patentes de guarda nacional (*riso*), parecendo que se trava em tôrno de ficções constitucionais; neste momento, porém, o têrmo é outro e muito diverso, porque do que se trata é nada menos do que de fechar a cova americana de que fala Michelet, *onde, por amor do outro, foram atirados dois mundos, o negro por sobre o indio*. (*Apoiados, Muito bem*).
[...] Sim, sr. Presidente, se é o partido Conservador que vai declarar abolida a escravidão do Brasil, eu digo-o sem recriminação, a culpa dessa substituição de papéis, há de recair tôda sôbre essa dissidência Liberal de 1884, que impediu o ministério Dantas de vencer as eleições daquele ano, de arrastar consigo o eleitorado todo do país, e de realizar uma reforma muito mais larga do que o seu projeto. (*Apoiados*). (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 324).
Houve, porém, sempre no partido Liberal uma minoria de homens tímidos que fizeram com que os grandes nomes de nossa história, na questão que mais interessa ao partido Liberal, a da abolição, isto é, da formação do povo brasileiro, fossem Conservadores, em vez de Liberais: foram êles que impediram Antônio Carlos de fazer o que fêz Eusébio, que impediram Zacarias de fazer o que fez Rio Branco e que impediram Dantas de fazer o que vai fazer João Alfredo, que nunca tiveram fé nem no povo, nem nas idéias liberais. (*Muitos apoiados*). Mas o escravo já tem sido por demais explorado... (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 324, 325).
Eu sei, sr. Presidente, que os liberais estão sofrendo em tôdas as províncias do jugo conservador, mas estão sofrendo em suas garantias constitucionais apenas, ao passo que os escravos, estão sofrendo em suas pessoas e no seu corpo. Antes de pensar nos nossos correligionários, temos que pensar em nossas vítimas, e os escravos o são, vítimas da política estreita até hoje de ambos os partidos... É exatamente porque esquecemos o que estamos sofrendo para salvá-los do cativeiro em que ainda estão por nossa culpa, mostrando assim sermos abolicionistas antes de sermos partidários, que há mérito no apoio que prestamos ao ministério Conservador. [...]
Discutir, sr. Presidente, se é o partido Liberal ou o partido Conservador que tem direito de fazer esta reforma, é cair sob o rigor de uma etiquêta constitucional muito pior do que essa etiquêta monárquica, que fazia um rei de Espanha morrer sufocado por não se achar perto o camarista que tinha direito de tocar no braseiro. (*Apoiados. Riso*). Por ventura, os escravos são Liberais? (*Riso. Apoiados*). Fazem êles questão de serem salvos por êste ou aquêle partido?

Não, sr. Presidente, o que êles querem é ver-se livres do cativeiro, seja quem fôr o seu libertador, e eu coloco-me no mesmo ponto-de-vista que êles e penso que essa é a única verdadeira teoria constitucional, porque é a única de acôrdo com a urgência da salvação que eles esperam de nós. . (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 325)

[...] Pois bem, sr. Presidente, eu quisera que o partido Liberal neste momento compreendesse que o honrado presidente do Conselho vai também envolto no manto sagrado ao qual está ligada a fortuna do nosso partido. Êsse manto confere o privilégio da inviolabilidade a todo aquêle que se apossa dêle. (NABUCO, 1949, tomo XI p. 328)

[...] eu quisera que no túmulo da escravidão se fizesse pelo menos o sacrifício da vitaliciedade do Senado, para que ele não venha a herdar-lhe o espírito e, abrigado por trás de uma irresponsabilidade absoluta, tornar-se o foco da conspiração que deve ressuscitar o escravagismo político.

É duro para o partido Liberal, sr. Presidente, eclipsar-se neste momento em que se passa uma verdadeira apoteose nacional. Mas, como eu disse, a culpa é sòmente dele, a culpa é sòmente nossa. Fomos nós que não acreditamos que a abolição imediata pudesse ser feita, embora hoje todos a achem fácil. Não acreditávamos ainda, o ano passado! Faltou-nos fé na idéia e as idéias querem que se tenha fé nelas. Hoje, que a abolição imediata e incondicional é apresentada pelo governo, todos dizem que ele não podia ter apresentado outro projeto. É a mesma do ôvo de Colombo! Por que não a fizemos nós? Por que não a propusemos, senão porque estávamos divididos no nosso próprio partido? Quando se olha para a situação passada, exceto o ministério abolicionista, o que resta de tantos governos liberais? O que resta do ministério Lafaiete, quando no país o movimento abolicionista já libertava províncias, além da cédula de cinco tostões que êle pedia como captação ao Império para fazer a abolição? (*Muito bem*). (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 329)

[...] O que nós temos que fazer primeiro é sustentar o ministério para que ele realize o mais breve possível a obra da abolição e, depois de realizada essa obra, devemos levantar a grande bandeira da autonomia das províncias, sem a qual não teremos base possível para nenhuma política de futuro. (*Apoiados*). (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 330)

Mas, sr. Presidente, isto não quer dizer que devamos mandar no mesmo dia aos escravos a notícia de que estão livres e a notícia de que derrubamos o gabinete que os libertou. Isto não teria senão uma significação: que o escravismo tinha tomado a sua desforra logo depois da abolição. Nós temos de ficar solidários até a sua completa execução com essa política abolicionista representada pelo atual gabinete, e se com ela obtivermos outras reformas, se tivermos de fato por algum tempo o domínio liberal no país, teremos preparado o melhor terreno para as futuras eleições. No que não podemos pensar é em forçar o atual govêrno a uma dissolução que, depois da lei, não lhe seria por certo negada, antes dessa lei ter tido execução inteira, porque isto seria complicar com uma questão política e eleitoral a libertação efetiva da raça negra. Seria por em dúvida a verdadeira execução da lei, porque nós, senhores sabemos o que são candidatos liberais em véspera de eleições, não haveria nada que os candidatos liberais não prometessem aos senhores de escravos despeitados. Em um país em que todos os acontecimentos políticos estão nas mãos da grande propriedade territorial, depois que um golpe terrível como êste é, torna-se altamente impolítico apelar para ela. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 331)

[...] Não seria possível neste momento prejudicar o prestígio sequer do honrado presidente do Conselho, sem prejudicar por alguma forma a perspectiva brilhante que se abre diante da nação.

Eu, pela minha parte, não tomo a responsabilidade de nenhum ato de tanta significação. O que faço, o armistício que eu proponho, a aliança abolicionista que eu sustento, tudo se passa à luz desta tribuna. Há raças que por não falarem não se entendiam no escuro. Eu espero que não se possa dizer dos partidos brasileiros que não se entendem na claridade, que não

> podem trazer para o Parlamento o fundo dos seus corações, que não há entre eles nenhum terreno comum, nem a pátria nem a humanidade ...
> O honrado presidente do Conselho, sr. Presidente, tem direito neste momento de todo o povo brasileiro ao maior apoio que o [...] povo brasileiro dava a José Bonifácio na véspera da Independência. São três grandes objetos em uma só bandeira de que êle é o portador e é assim que eu lhe repito por outras palavras a saudação que lhe fêz o grande jornalista do norte, Maciel Pinheiro: "Pudeste ser meu inimigo ontem, hás de com certeza voltar a ser meu inimigo amanhã: mas, por enquanto, és o pontífice de uma religião sublime, vais coberto pelo pálio da comunhão nacional e levas nas mãos a hóstia sagrada da redenção humana!" (*Muito bem! Muito bem! Aplausos prolongados nas galerias*). (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 332)

Nabuco retratava a emoção de quem, como poucos, podia representar a profunda "felicidade pública" de todos que participaram de muitas maneiras das lutas que enfim conquistaram a abolição. Decisão que foi comemorada, festejada, saudada em festas tão intermináveis quanto a expectativa sem fim, de quase oitenta anos, ou um século, se contarmos José Bonifácio, de mais de quarenta anos se contarmos a lei Eusébio de Queiroz, de quase dezessete anos se o marco for a lei do ventre livre. Enfim se comemorou na medida do merecimento de lutas renitentes, sem tréguas, revestida de histórias heróicas, de rebeliões históricas, de inteligentes negociações cotidianas pela liberdade, numa resistência insistente por parte da imensidão anônima de escravos inconformados com o cativeiro, por parte dos abolicionistas que agendaram outras tantas reformas para assegurar conseqüência ao sonho da abolição. Celebrava-se, talvez acima de tudo, a capacidade mútua e generalizada de se conquistar, sobretudo negociando, desafiando as recíprocas intransigências, a abolição total, definitiva, incondicional, irrevogável da escravidão no Brasil.

Confirmada a via que sempre defendeu para realização da abolição – o Parlamento – evitando as argruras de uma guerra civil, Nabuco aproveitou o discurso para indicar as reformas que considerava deveriam vir na seqüência: fim da vitaliciedade do Senado e descentralização com autonomia das províncias. Evidentemente também estavam no seu programa outras reformas já consagradas na agenda abolicionista, entre elas reforma agrária e educação para os recém libertos.

Apesar desta vitória evidente da negociação, costurada por gerações distintas em sucessivas etapas, os conflitos nunca deixaram de ser explicitamente colocados e até por isto foi possível manter o diálogo como veículo de soluções que equilibravam inovação e ordem. A negociação coexistiu, sempre, com as intrasigências que, mesmo no caso da abolição pela via pacífica, se manifestou até o final na reação ressentida dos escravocratas contra a Lei Áurea que consideravam desorganizadora do trabalho e da

economia. Ressentimento que encontrou canal de expressão no movimento republicano, nutrindo ainda mais de elementos de intransigência um ambiente já bastante, ou excessivamente, contaminado por intolerâncias dos militares e animado por uma teoria positivista que os inspirava a quase todos, cuja visão teleológica evolucionista era um prato cheio para fomentar futuros desdobramentos exclusivistas autoritários.

A substituição do gabinete João Alfredo pelo do liberal Ouro Preto significava a opção do Imperador pela realização de reformas que aquele gabinete não conseguiu realizar. Casamento civil, fim da vitaliciedade do Senado, eram reformas que precisavam curso imediato, bem como a que redesenharia, descentralizando, a federação brasileira. Mas, a reforma federativa, que o governo não assimilou, teve em Joaquim Nabuco o seu maior defensor. Desde o momento da abolição Nabuco a considerava indispensável para democratização da monarquia. Na apresentação do Ministério Ouro Preto em 11 de junho de 1889, Nabuco proferia discurso colocando os dilemas que envolviam a sua própria posição. Monarquista, e federalista, por convicção, via com preocupação as conseqüências da recusa do Partido Liberal em assumir a bandeira da descentralização oferecendo de bandeja aos republicanos a exlusividade do federalismo.

> [...] Pela atitude que julguei dever tomar depois de 13 de maio, perdi a confiança de elementos de opinião que sempre me escutaram. Infelizmente Ruy Barbosa, que está representando o papel de Evaristo, é, no fundo, republicano, e eu sou monarquista. Isto me impede de acompanhar o meu ilustre amigo na campanha que êle está dando pela federação com ou sem a monarquia. Para mim, a posição é de grande dificuldade por se ter de tornar a idéia federal a arma de combate dos republicanos desde que o partido Liberal a repele. Em tais condições não creio que eu me apresente novamente ao eleitorado do Recife: não quero fazer a república e, sem o partido Liberal, é impossível fazer a monarquia federativa.
> Monarquista continuarei a ser firme como um rochedo.
> O grosso das fôrças republicanas vem do descontentamento causado pela abolição. Foram as leis de 28 de setembro de 1871 e de 13 de maio de 1888 que fizeram surgir do solo as legiões que hoje avançam contra a monarquia.
> Com semelhante origem não creio em uma república popular.
> Foi Tocqueville quem disse: creio que as origens de um povo afetam tôda a sua história. Assim as dos movimentos. É possível que a nação tenha concebido a idéia republicana a 13 de maio. Isso é, porém, uma razão para não forçar o parto prematuro. É preciso respeitar o período necessário a tôda gestação viável. Perguntado uma vez quando devia começar a educação das crianças, respondeu um pensador americano que com amor, antes dela nascer. Isto quer dizer que uma instituição não se pode preparar num dia, quando são precisas quatro gerações para o preparo moral dos cidadãos que as devem praticar.
> Os republicanos devem refletir, pensando nestes dois fatos: em José Bonifácio, tornado restaurador depois do 7 de abril, e o partido Liberal forçado, em 1840, a procurar refúgio contra a oligarquia na maioridade do Imperador. Se a República vier, êstes gritos no recinto do Parlamento, entre facções rivais de – Viva a República, viva a Monarquia – parecem indicar que nos estamos aproximando, por uma gravitação irrestível, da hora da substituição, eu esperarei no meu pôsto que volte para mim a opinião

> enganada e desiludida. Os povos não corrigem a lei de sua própria gravitação. A mim, me sobra consciência de que estou com o povo defendendo a monarquia, porque **não há, na república, lugar para analfabetos, para os pequenos, para os pobres.**
> [...] as oligarquias republicanas, em tôda a América, têm mostrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 373 grifo meu)
> **Mas a monarquia, que eu julgo benéfica e popular, não se pode sustentar com baionetas ou favoritismo, e só pode existir por meio de reformas nacionais, como foi a abolição. A federação teria o mesmo caráter**. Vejo porém infelizmente e com surprêsa, que o partido Liberal faz renúncia dela, no momento em que o Imperador a aceita.
> [...] Tenho grande responsabilidade no azar que a instituição está correndo, **mas tenho firme convicção de que a abolição deu a fôrça popular à monarquia e que a federação, aceita com a mesma sinceridade, garantiria sua estabilidade**. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 374)[32]

Este discurso de Nabuco é quase uma síntese de um pensamento político brasileiro que predominou especialmente ao longo do Segundo Reinado, mas que esteve presente também na inauguração da nação, com a proposta gradualista de abolição de José Bonifácio e também no período regencial nas medidas sucessivas, extraídas à fórceps é verdade, relativas ao cerceamento do tráfico negreiro. O primeiro grande eixo deste pensamento se explicita no reforço à idéia de gradualidade quando tratou, no discurso, da ronda do espectro republicano após o 13 de maio. Monarquista convicto, Nabuco admitia até mesmo a possibilidade republicana, desde que a gradualidade permitisse o amadurecimento da idéia por algumas gerações. Tratava o seu discurso também de outro importante eixo que diz respeito ao enfrentamento do atomismo oligárquico em prol de uma esfera de caráter público, explicitado pela lembrança da solução maiorista como antídoto à promoção das oligarquias. Manifestava Nabuco sua preocupação com a valorização de um espaço de caráter efetivamente público para além dos interesses restritos encarnados pelas oligarquias. Aborda aí não só na questão de como garantir uma esfera pública, mas a questão que lhe afligia no momento e que dizia respeito ao seu próprio dilema: o desafio federalista. Como garantir a democratização sem cair na armadilha dos interesses restritos oligárquicos? Queria federação sim, mas com um elo unificador que garantisse um espaço público comum por sobre a fragmentação oligárquica. Queria a federação também por considera-la um veículo de democratização, pela própria descentralização do poder. O perfil de federação que defendia significava, portanto, a democratização mais efetiva da monarquia, cuja descentralização do poder deveria estar resguardada da sanha oligárquica.

[32] Grifo meu

Nabuco tocava em questões que já vinham ocupando o pensamento e a ação política brasileiros, explicitando também seu viés democratizante com sentido popular. Não enxergava a república como portadora desta inclusão o que de fato se confirmou, pois, com a instauração da República, penso, consagrou-se um caminho de exclusão, deixadas para trás toda uma tradição reformista e com ela, as reformas da vez que a agenda abolicionista trazia e que Nabuco reiterava com insistência. Tratava-se de prosseguir no reformismo, com a tradição negociadora, adotando as novas reformas, porque só através delas seria possível avançar num percurso de inclusão social efetiva no interior da própria monarquia que se popularizara muito com a abolição. O fato é que, a despeito das intransigências, a estabilidade do Império se sustentou na sua inesgotável capacidade reformista.

Nabuco queria alargar os horizontes democráticos da monarquia e justificava a reforma federalista e o fim da vitaliciedade do Senado, argumentando com a própria capacidade reformista que a nação vinha experimentando desde a sua fundação independente. Lembrava os proceesos reformistas que preencheram a vida política do país e definiram o próprio percurso da monarquia cuja "'obra tem sido, [...] em parte também com imenso sacrifício próprio, uma obra nacional por excelência'. Fizera a independência, a unificação do povo brasileiro no reinado de D. Pedro II e a abolição. 'A monarquia matou o colonialismo; matou depois o separatismo, o particularismo; matou o escravismo ...'" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v1, p. 330)

Bastante razoável, portanto, que Nabuco acreditasse possível que pela via negociada se pudesse dar conseqüência à abolição através de novas e profundas, ou radicais, reformas, como a agrária e a educacional. E havia, de fato, uma aproximação da monarquia com o povo que sinalizava para esta possibilidade.

> D. Pedro [...] teve maior sintonia com o povo do que com as elites, em parte, talvez, por causa de uma tradição monárquica de quatro séculos. À medida que as elites se desligavam da monarquia por não a julgarem mais necessária, ou mesmo útil, a seus interesses, afastados também os militares, o único recurso de poder que restava ao regime era a mobilização do apoio popular, capitalizando principalmente o impacto da abolição. Os partidários do terceiro reinado contavam, sem dúvida, com esse impacto. Mas não havia organização alguma para canalizar o apoio popular. A única tentativa nessa direção foi feita por José do Patrocínio, que, logo após a abolição, criou a Guarda Negra, formada por libertos, para combater os republicanos e defender a princesa Isabel. [...] pode-se dizer que, ironicamente, a monarquia caiu no momento de seu maior divórcio com a elite e de maior aproximação com o povo. Mas sua popularidade serviu apenas para alimentar o imaginário coletivo. (CARVALHO, 2007a, p. 179)

Sempre houve uma convicção do Imperador sobre a necessidade de garantir eleições livres, apesar de todos os obstáculos encontrados neste caminho, que depunha a favor de uma perspectiva socialmente mais inclusiva.

> A posição do imperador em relação às eleições foi sempre uma só: sem eleições livres não há sistema representativo nem monarquia. Essa opinião foi reiterada em várias ocasiões, como no diário de 1861 e nos *Conselhos à Regente*. Nestes últimos afirmara que o sistema político do país se baseava na opinião nacional, que nem sempre coincidiu com a opinião que se dizia pública. A grande dificuldade do governante era descobrir a opinião nacional "por causa do modo por que se fazem as eleições". As eleições, e isto era verdade aceita por todos, não serviam de indicador da opinião do país. Em matéria de reformas, apoiou a lei dos círculos de Paraná. Quanto à eleição direta, achava que teria de ser feita por reforma constitucional.
> [...] Criticava a mudança de presidentes feita com o objetivo de ganhar eleições. [...]
> [...] No fundo a opinião do imperador era que o problema só se resolveria com a educação. Escreveu à Barral em 1880 [...] "Eu não tenho confiança senão na educação do povo". O mesmo dissera nos *Conselhos à Regente* em 1871: "Sem bastante educação popular não haverá eleições como todos [...] devemos querer". Daí que, "a instrução primária deve ser obrigatória e generalizada por todos os modos". (CARVALHO, 2007a, p. 184, 185)

Dizia ainda nos *Conselhos à Regente* de 3 de maio de 1871 que a educação "É a principal necessidade do povo brasileiro". (CARVALHO, 2007a, p. 89)

A própria popularidade que galgaram a Princesa Isabel e a monarquia após a abolição nos sugere que a expectativa de Joaquim Nabuco não era infundada, pelo contrário ela tinha base real e, portanto, fazia bastante sentido. Porém esta popularidade não foi suficiente para se sobrepor aos interesses das elites escravocratas que reagiram no rumo da república.

> Quanto a Isabel, se calculava acumular créditos para um terceiro reinado, equivocou-se redondamente. Ganhou, sem dúvida, amplo apoio popular, refletido nas grandes festas de 13 de maio e no título de redentora que lhe foi dado por José do Patrocínio. Sem discutir o peso de sua contribuição para a Lei Áurea, é certo que o imaginário popular registrou o título, que resiste até hoje às tentativas de o desmoralizar. Mas o apoio popular não teve peso algum na crise final do regime. No momento da proclamação da república, a monarquia ficou sozinha. O dano político causado pela defecção dos proprietários de escravos teve peso muito maior do que o apoio popular. Joaquim Nabuco comentou logo após a abolição. "A princesa tornou-se muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana". As classes eram, naturalmente, as que mandavam.
> Entre os fazendeiros, o apoio à monarquia era condicionado à garantia que ela pudesse dar à escravidão. Para eles, 1871 e 1885 já tinham constituído uma traição nacional. A Lei Áurea fora a última gota. Diante do apoio da princesa à abolição sem indenização, decidiram que não lhes interessava mais a monarquia e que não lutariam pelo terceiro reinado. (CARVALHOA, 2007, p. 190)

Fato também é que havia um ambiente de liberdade de expressão, de opinião e de associação que concorriam e concorreriam para que este avanço reformista pudesse

se concretizar. A liberdade de imprensa foi marca do Segundo Reinado e fazia parte rotineira do ambiente político. Nos seus *Conselhos à Regente* de 3 de maio de 1871, escrevia D. Pedro II:

> Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações [...] pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso, ou por meios semelhantes, menos no excesso. Os ataques ao imperador [...] não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário. (CARVALHO, 2007a, p. 89)

E esta compreensão do Imperador, que se converteu em quase um testamento da própria monarquia que ele repassava para a regente nos seus Conselhos, era efetiva e cotidianamento praticada. As próprias manifestações da imprensa, com frequência acidamente críticas, nos confirmam a solidez desta disposição. A liberdade de imprensa foi de fato total e irrestrita ao longo do seu reinado.

A liberdade de associação e a de imprensa se retroalimentaram. A organização absolutamente livre dos partidos, entre eles o partido Republicano, com manifestações, reuniões e congresssos livremente garantidos são testemunhos vivos desta realidade. A própria organização militar em seus clubes e sua constante e incisiva manifestação pública, muitas vezes extremamente desafiadora, nas ruas ou pelos órgãos de imprensa, que mesmo a questão militar nunca obstou, no período de maior intolerância também do governo quando do Gabinete Cotegipe, são episódios que falam por si, numa demonstração eloqüente, inquestionável, das liberdades de que se gozava.

Havia um reconhecimento generalizado sobre as liberdades de manifestação, a ponto de até mesmo o questionamento do juramento de fidelidade à Coroa que prestavam os deputados, ou seja, a possibilidade formal de um cheque contra a monarquia, ser publicamente colocada no Parlamento e defendida a sua discussão, mesmo ressalvando suas preocupações, por um parlamentar como Nabuco, no debate que se processou na sessão de 10 de setembro de 1888.

> Eu estou, no entanto, longe de não ver um bem nesta discussão, estou longe de não ver alguma vantagem no modo franco e aberto por que está sendo feita; tudo isto prova que a instituição monárquica, depois de grandes erros e combates, entrou no período de tolerância. Assim, todos viram durante o longo período dêste Segundo Reinado, o Imperador consentir, e até pugnar, pela mais ilimitada liberdade da imprensa, liberdade política até a sustentação de idéias republicanas; todos viram ser o Imperador o único a quem parecia legítima a existência de uma fôlha como foi *A República*, que tinha as suas oficinas na rua do Ouvidor, e que não só nos seus artigos editoriais como no próprio frontispício da fôlha, estampava o programa de sua resolução.
> [...] Quer dizer que, a monarquia está na sua fase de completa tolerância. Alguém talvez diria fase da dissolução, porque as instituições que não se defendem abdicam; eu estou certo de que a nação brasileira há de pensar duas

> vêzes antes de abandonar a forma de governo para outra como a república, [...] Não acredito que uma geração que goza dos frutos da mais completa liberdade de pensamento abra mão de um patrimônio como aquêle em que está no gôzo, para lançar-se às aventuras de um governo, [...] que, no meio da dissolução de costumes de que ela acusa a monarquia, não deixará de lançar uma grande sombra ameaçando o futuro da pátria. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 334)

Joaquim Nabuco compartilhava desta compreensão sobre a liberdade de manifestação mesmo quando criticava a postura que considerava golpista do Exército em movimentos que ele avaliava excessivos. "Excesso" que também D. Pedro II aconselhara à regente que evitasse sempre, porque jamais conduziria ao entendimento. Em discurso de 5 de novembro de 1888 Nabuco, preocupado com manifestações republicanas do Exército após o 13 de maio, quando mais uma vez se reuniram em praça pública os estudantes da Escola Militar, afirmava:

> O militar tem o direito o mais completo de ser republicano; ninguém pode forçar o oficial militar a ser monarquista. [...] Ninguém pode contestar o direito do soldado e do oficial brasileiro de ter opiniões republicanas, mas com êsse direito subsiste também, em todo o seu rigor, a lei militar, e, portanto, no exército ou no cumprimento das obrigações de sua farda, o oficial ou soldado republicano tem que sujeitar-se, como qualquer outro oficial ou soldado brasileiro, à bandeira que jurou. (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 339, 340)

Nabuco tinha noção de que uma importante revolução pacífica acabara de se processar, jogando no vácuo as próprias instituições partidárias, o que indicava, portanto, na sua compreensão, a necessidade de uma recomposição política em outras bases, a articulação de um movimento nacional de conciliação em torno do desafio da abolição. Bases reformistas, sem dúvida, que pudessem garantir uma recomposição em torno de reformas que repercutissem o grande signicado do evento do 13 de maio. Nabuco percebia com lucidez a motivação do movimento e o considerava parte de uma reação ressentida à abolição e profetizava realistamene a base que teria a "nova República".

> [...] a revolução operada pela lei de 13 de maio neste país trouxe incontestavelmente o esfacelamento dos dois partidos monárquicos. No meio desse esfacelamento o ministério tornou-se depositário, a unificação e a redenção de nossa pátria, e tem, portanto, o dever de impedir que não triunfe contra êle essa reação contra a lei de 13 de maio, essa desforra do escravismo, que se foi abrigar à sombra da República. (*Apartes*)
> [...] porque o fazendeirismo foi ferido, pretende atirar com a República como insulto, [...] (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 341)
> [...] eu que não posso deixar de ver no atual movimento republicano as suas origens incontestáveis, considero uma fortuna para a monarquia, fortuna devida à alta inspiração moral da lei de 13 de maio, ter nascido a agitação republicana do ressentimento de uma classe contra o maior acontecimento de nossa pátria, porque basta isto para estigmatizar a nova República perante o mundo divilizado, que aplaude os progressos da nossa pátria e para impedir que ela tenha raízes no coração do nosso povo, identificado com a dinastia

> naquele grande ato. (*Apoiados, muito bem, muito bem. O orador é muito felicitado*). (NABUCO, 1949, tomo XI, p. 342)

Mas decerto não havia homogeneidade de convicções orientando as ações dos segmentos diversos da sociedade e também os "excessos" sempre estiveram presentes, prevalecendo ou não. Ao lado de um movimento de caráter eminentemente democrático, trafegava um outro, que também se amparava em teorias democráticas, porém embebidas em teses racionais abstratas, como o positivismo de Comte, que favoreciam, aos movimentos que delas se valiam, a pretensão de encarnação do coletivo social, alimentando uma matriz autoritária excludente que avalio disputaria, a partir de então, mas especialmente a partir da Primeira República, com a matriz ibérica equilibradora de antagonismos, a orientação da política brasileira. A retirada de bandeiras democratizantes do programa do próprio Partido Republicano, entre as quais a abolição da escravidão, indicava um retrocesso importante. Só tardiamente, em 1887, atropelado pelas pressões sociais, a abolição passou a integrar o programa do Partido Republicano em São Paulo.

O fato é que mesmo um programa reformista podado da proposta de descentralização que fazia Joaquim Nabuco, não teve oportunidade de se afirmar porque secundarizado pelo clima de polarização que o próprio Ouro Preto acabou por estimular permitindo que pequenos episódios se agigantassem pela intransigência e incoerência, como o relativo à exoneração "a bem do serviço público" do tenente-coronel Mallet que dirigia a Escola Militar do Ceará. Mallet vira recusada sua sugestão de promoção de um tenente, Barbosa, pelo ministro da Guerra com o argumento de que outros mais antigos deveriam ser priorizados. Mallet aceitou o argumento que, no entanto, não se sustentou com a pressão de liberais que forçaram a promoção de Barbosa. Evidentemente desprestigiado, Mallet pediu exoneração do cargo antes da nomeação do tenente. A resposta, sem dúvida provocativa, foi a exoneração de Mallet "a bem do serviço público". Oferecia-se ao Clube Militar munição gratuita, agregada ao tensionamento provocado pela boataria de criação de uma guarda nacional para enfraquecer a posição do Exército. A imprensa, por seu turno, capitaneada por Ruy Barbosa à frente do Diário de Notícias, abriu fogo contra o que considerou uma afronta que sinalizava para a própria dissolução do Exército. Várias insatisfações se acumulavam no campo militar, entre elas a fomentada pela contrariedade do capitão Antônio Mena Barreto, transferido do Rio Grande do Sul para a Corte por solicitação do novo presidente da província, o liberal Silveira Martins. Mena Barreto, na Corte, procurou logo o caminho de Deodoro.

Foi a ele que Mena Barreto expôs um quadro sinistro de esvaziamento do Exército. Deodoro, mesmo doente, encontrou forças para reagir à suposta redução dos efetivos do Exército, diante da possível preferência do governo por amparar-se em tropas da Marinha, com tradição monarquista, e na Guarda Nacional: "Não! Não consentirei nisso! Voltará o 31! Teremos um novo 7 de abril! Irei ao Parlamento responsabilizar o gabinete pela sua falta de patriotismo. Assestarei a artilharia. Levarei os sete ministros à praça pública e me entregarei depois ao povo para ser julgado!" a que Mena Barreto retrucou: "Não! Nesse caso, vencedor o movimento, será V. Ex.ª o ditador da República!" (MAGALHÃES NETO, 1957, v. 2, p. 23)

A política antimilitar, ou de retraimento do poderio militar, de Ouro Preto teve a capacidade de reunir o conjunto do Exército, mesmo os monarquistas que constituíam ainda maioria dentro da Corporação, mas que eram sobrepujados na ação política pelos jovens militares, "os cadetes filósofos", inspirados pelo positivismo, e cujo grande líder era Benjamin Constant. Como nos diz Oliveira Vianna a corrente monarquista integrada pelos "colarinhos de couro", como eram chamados os que haviam lutado na campanha do Prata, "era justamente a mais numerosa".

> No fundo, a República não foi senão o arrastamento do grupo numeroso dos "colarinhos de couro", chefiados por Deodoro, pela pequena fração dos "cadetes filósofos", chefiados por Benjamin. Êsse arrastamento, porém, só se deu porque nos "colarinhos de couro" o sentimento de lealdade à dinastia, pelos fatos já apontados, começava a vacilar e enfraquecer-se. (VIANNA, 1959, p. 191, 192)

Aliava-se a este desgaste a questão da sucessão do trono por uma mulher, questão que mereceria até uma abordagem especial que, no entanto, não é objetivo deste trabalho, mas que seguramente foi um fator a mais para desestabilizar a monarquia, cuja existência muitos republicanos atrelavam ainda ao tempo de vida de D. Pedro II, opinião compartilhada por importantes segmentos do Exército. As palavras de Pelotas e de Deodoro confirmam o sentimento que tomava conta de muitos.

Pelotas, um dos artífices da própria construção republicana, porém surpreendido pelo movimento de 15 de novembro de 1889 e conseqüente deposição de D. Pedro II, disse em carta a Ouro Preto:

> O pronunciamento da guarnição do Rio que deu em resultado a proclamação da República, surpreendeu-me mais do que a V. exa. que dêle teve aviso horas antes. Não julgava possível a República enquanto vivesse o Imperador, e daí a minha surpresa. Se de mim tivesse dependido a sua permanência como chefe da Nação, afirmo-lhe que não teria sido deposto. (VIANNA, 1959, p. 176, 177)

Deodoro, pressionado, pelo desdobramento dos fatos, a tomar a iniciativa do pronunciamento militar, lamentava, demonstrando inclusive desconforto e mesmo angústia com a decisão que já tomara e que estava prestes a concretizar. “Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho, e a quem respeito muito. [...] Êle assim o quer, façamos a República”. (VIANNA, 1959, p. 178)

Oliveira Vianna reconhece o dilema quase existencial de Deodoro revestido da responsabilidade da decisão final, da última palavra.

> Deodoro também, por êsse tempo, pelo menos, não pensava em dar caráter republicano ao movimento. Das suas atitudes e palavras o que se depreende é que Deodoro vacilou muito, oscilando, numa penosa crise de consciência, entre a Monarquia e a República, ou melhor, entre D. Pedro e a República. (VIANNA, 1959, p. 177)

O esgotamento do diálogo já propiciara, a esta altura o ambiente para o que viria a ser o pronunciamento militar de 15 de novembro de 1889, dando início ao nosso ciclo “balmacedista”, retirando o Brasil daquela condição de excepcionalidade de que gozava na América Latina, juntamente com o Chile, cuja situação seria alterada pela Revolução de Balmaceda, questão sobre a qual Nabuco chamou atenção.

> [...] tínhamos a mesma continuidade de ordem, de governo parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrataiva, de seridade, decôro e dignidade oficial. Um e outro govêrno eram exceções genuínas na América do Sul, saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensangüentadas. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 8)

Quanto ao Brasil Nabuco ressaltava-lhe a condição ímpar na América Latina no sentido da democracia, obra da paciência e do diálogo persistente que evitou a convulsão e conflagração da sociedade.

> [...] a obra democrática e nacional da monarquia no Brasil – obra singular de paciência, constância, desinterêsse e patriotismo, que ficará sendo, na atmosfera agitada e convulsa deste século na América Latina, um fenômeno quase inexplicável. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 9)

CAPÍTULO 6

A Transição para a República e o Movimento Civilista

Recorro à análise de Joaquim Nabuco sobre o governo de Balmaceda no Chile e a Revolução por ele liderada em 1891, para introduzir questões importantes, talvez decisivas, para a compreensão da nascente República brasileira, até porque são quase inevitáveis as comparações entre aquelas circunstâncias e o evento da República no Brasil.

Sem nenhuma pretensão de estar aqui analisando a história chilena, destacarei apenas alguns pontos relevantes da interpretação de Nabuco que guardam conexão com o processo brasileiro de instauração da República. **Um dos pontos**, extremamente bem trabalhado por Nabuco, é o que trata do **tipo de razão** que orientava o líder chileno Balmaceda.

Nabuco contextualiza no seu texto a trajetória de Balmaceda a partir de 1870 quando ele se elegeu pelo partido Reformista para o Congresso chileno, com base no departamento de Carelmapu, atuando por dez anos na oposição. Fez estréia polarizadora no Parlamento, contestando o partido Conservador e o sistema de conciliação que prevalecera sob as presidências de Pérez, Errázuriz e Pinto. Para Nabuco foi neste seu período incial de atuação política entre 1870 e 1878 que ele lançou as bases da sua popularidade e definiu seu perfil de parlamentar orientado pelo "manejo de idéias novas, essa espécie de exercício, tão atraente para os principiantes, ao qual se pode dar o nome de política silogística". (NABUCO, 1949, tomo II, p. 16, 17)

> [...] É uma pura arte de construção no vácuo. A base, são teses, e não fatos; o material, idéias e não homens; a situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais. Destes dez anos basta reter que Balmaceda fêz o seu nome no papel de reformador político da escola ultra-liberal. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 17)

Este texto é claro o bastante para nos autorizar a inferir que Joaquim Nabuco já identificava um aspecto extremamente autoritário, ou pelo menos, estimulante do autoritarismo inscrito em teses liberais, ou, como ele prefere, "ultraliberais", por conta de sua base racionalista abstrata. Para estas teses as circunstâncias não contavam, mas sim as elocubrações idealistas, abstraídas do tempo e da localização da experiência. Portanto, orientar-se por determinados vieses liberais baseados em razões abstraídas das circunstâncias, ou adotar estas referências, que são evidentemente também modernas, não era garantia, de forma alguma, de avanços democráticos, de inclusões na *pólis*,

enfim de liberdades, especialmente a política. Diferentemente, podemos dizer que as liberdades freqüentavam, impregnavam mesmo, o pensamento circunstanciado de Joaquim Nabuco. Portanto, este ponto, destacado por Nabuco, relativo ao papel que o racionalismo abstrato poderia exercer de convite à exclusão política e social, expõe suas preocupações referentes a questões como estas de liberdades e democracia, trazendo o Chile para motivar uma reflexão sobre a experiência brasileira de República recente, apreensivo que estava com seus possíveis desdobramentos.

> [...] Tome-se o elemento militar, que assumiu o principal papel: quem pode determinar hoje a sua fixação futura? É evidente que a sua aliança com o elemento político exaltado seria uma combinação transitória, porque não há afinidade entre o espírito de subordinação voluntária, que é a alma do exército, e o temperamento ingovernável dos revolucionários. Quanto à aliança com o Comtismo, quem não sabe qual seria a sua sorte? Outro elemento isolado, à espera da base indispensável, é o Positivismo, que tanto influiu no destino do país, e que forneceu os primeiros ideais provisórios da república e o seu simbolismo nacional, mas que não encontra na sociedade elementos permanentes a que se possa incorporar. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 24)

Outro ponto diz respeito à sucessão presidencial tramada no círculo restrito do próprio presidente em exercício com o objetivo de colocar sob tutela a transmissão do mais alto cargo da nação. Situação que se converteu em realidade nos primórdios da república brasileira, o que provocou descontentamentos e serviu de motivação para a campanha civilista liderada por Ruy Barbosa, da qual tratarei adiante.

Falando sobre a trama para levar Henrique Sanfuentes à condição de líder de gabinete, Nabuco ressaltava este ponto **da sucessão tutelada**, quando criticava o método pelo qual Balmaceda converteu um candidato que se dizia não candidato, Sanfuentes, em primeiro ministro que iria presidir as eleições, o que significava, na compreensão de Nabuco:

> [...] um desafio àqueles mesmos a quem o Presidente sacrificava o seu candidato, porque dava a Sanfuentes, senão desde logo a presidência, o primeiro lugar na eleição do novo presidente, isto é, o mesmo ascendente pessoal na futura administração que êle tinha na de Balmaceda. Em uma palavra, era fundar no Chile a transmissão da primeira magistratura dentro da intimidade dos presidentes; era converter a sucessão presidencial em uma espécie de morgadio, cobrindo o período de três administrações consecutivas, talvez mais, permitida que fosse a reeleição. O Chile importava assim as piores práticas da América do Sul, onde a passagem do poder supremo se tem tantas vezes feito por meio de uma convenção verbal entre as partes, com a cláusula até de retrocessão. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 35, 36)
>
> [...] A nomeação de Sanfuentes longe de ser um sacrifício era o comêço da ação. Até a sessão anterior, o Presidente procurara de um modo ou de outro apoiar-se em maiorias do Congresso, governar de acordo com êle, conforme o espírito e a tradição do sistema parlamentar. Com o ministério Sanfuentes, porém, êle desafiava o Congresso a medirem armas. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 36)

Nabuco tocou exatamente no nó da questão e isto fica patente quando ele faz a conexão desta nova imposição ao Parlamento, ou melhor, daquilo que viria a ser a contestação ao próprio Parlamento pela instauração da **sucessão tutelada**, com o outro ponto do **racionalismo abstrato com base cientificista**. É com preocupação que ele observa e reflete sobre os efeitos da conjugação destes dois pontos sobre o ambiente político.

> [...] Chegara o momento histórico – evidentemente à precisão do momento não era estranho para Balmaceda o fato de estar o seu partido no poder – de substituir o govêrno parlamentar pelo que ele chama representativo, como se o govêrno parlamentar não fôsse precisamente representativo, como se o govêrno parlamentar não fôsse precisamente o govêrno da representação nacional. "Se queremos a república, diz a Mensagem, como expressão da ciência e da experiência do governo de liberdade, é necessário reformar, desde a sua base, a Constituição de 1833." É a propaganda científica contra o parlamentarismo [...]
>
> Não há em política pretensão mais fútil do que essa apresentada em nome da ciência. A ciência pode tanto criar uma sociedade como a glótica pode inventar uma língua, ou a filosofia uma religião. A política chamada científica propõe-se poupar a cada sociedade as contingências da experiência própria, guiá-la por uma sabedoria abstrata, síntese das experiências havidas, o que seria enfraquecer e destruir o regulador da conduta humana, que é exatamente a experiência individual de cada um. [...] mas a política em si mesma é uma arte tão prática como a conduta do homem na vida. O estadista que aprendeu a governar nos livros é um mito [...] Conhecer o seu país, conhecer os homens, conhecer-se a si mesmo, há de ser sempre a parte principal da ciência do homem de Estado. Era um rei sábio o que dizia que para castigar uma província, o melhor seria entregá-la a filósofos políticos. [...] (NABUCO, 1949, tomo II, p. 38, 39)

Notável é a conjugação que Nabuco faz de tradição e invenção, ou se quizermos em outros termos, de *res*pública e democracia, a primeira como estabilidade de regras publicamente definidas e a segunda como o lugar do inédito, da inovação, da incorporação de mais demos à pólis para ampliar a própria esfera pública onde se pactuam as leis que vão ordenar a vida pública. *Res*publica e democracia se retroalimentando, questão já vista anteriormente na discussão Maquiavel, Hannah Arendt, Antonio Negri. Ou ainda em termos freyreanos, a conjugação entre ordem e progresso, ressalvando o quê teleológico que a palavra progresso pode embutir ou portar. Nabuco, no texto a seguir, mais uma vez precursor de Freyre, e ambos pensadores tão circunstanciados que da observação da experiência brasileira extraíram a importância do equilíbrio de antagonismos.

> [...] Perguntaram a Pausânias por que entre os lacedemônios não era permitido a ninguém tocar nas antigas leis: "Porque as leis, respondeu êle, devem ser senhoras dos homens e não os homens senhores das leis." Êste é o espírito de imobilidade voluntária, espírito enérgico de uma raça forte. "Há um povo, diziam os deputados de Corinto, que não respira senão a novidade, que não conhece o repouso, e não pode suportá-lo nos outros." Êste é o

> espírito de inspiração transbordante e de eterno movimento das raças de gênio, como a ateniense, a florentina, a francesa. Entre os dois extremos há o espírito combinado de conservação e aperfeiçoamento, privilégio superior das instituições muitas vezes seculares, [...] (Nabuco, 1949, tomo II, p. 39)
>
> Entre êsse espírito de aperfeiçoamento gradual e o espírito sistemático, científico, radical, não há afinidade; há pelo contrário antagonismo, mesmo, como eu disse antes, de naturezas. O reformador em geral detém-se diante do obstáculo; dá longas voltas para não atropelar nenhum direito; respeita, como relíquias do passado, tudo que não é indispensável alterar; inspira-se na idéia de identidade, de permanência; [...] A natureza intransigente é exatamente o oposto; mesmo o Racionalismo Jacobino de 1793 não é porém sistemático, arrasador, como o metodismo científico. Não há paixão, por mais feroz, que se possa comparar em seus efeitos destruidores à **inocência da infalibilidade**. Os Terroristas de Paris, "massacravam" brutalmente como assassinos ébrios; os Teoristas inovadores amputam com a calma e o interêsse frio de cirurgiões. [...] **escrevem as suas constituições na pele humana tão bem como no papel; lavram suas utopias na sociedade, a tiros de canhão, quando é preciso**. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 39, 40, grifo meu)
>
> Essa sugestão científica a que obedece Balmaceda mostra a superficialidade da segunda natureza que êle adquiriu no govêrno. [...] (NABUCO, 1949, tomo II, p. 40)

Mas, combinação explosivamente destrutiva, que Nabuco não explorou, é a da paixão com a certeza científica. A paixão movida pela convicção da infalibilidade compromete toda e qualquer possiblidade de esfera pública pluralista. Nada mais nefasto para o âmbito público do que paixão movida por teses racionais abstratas "científicas" a garantir certezas por sobre e em detrimento de toda a pluralidade, condição indispensável da política.

Criar o inédito, o imprevisível, o que ninguém pensou, faz parte, da condição da natalidade, como Hannah Arendt observou, que introduz a cada novo que nasce, a possibilidade da inovação, da mudança. Aliás, a imprevisibilidade faz parte indissociável dos negócios humanos, e é exatamente por isto que se torna tão decisiva a capacidade de compartilhadamente estabelecer regras públicas a balizar a vida comum.

Como a criação não tem freios, é à tradição, ou às leis compartilhadamente definidas que recorremos para não sermos tragados pela instabilidade da avalanche permanente de mudanças, existencialmente insuportável como nos alertava Primo Levi a respeito da experiência limite dos campos de concentração. Pior ainda é quando a inovação se origina de uma razão abstraída das circunstâncias a lhes impor um enquadramento unilateral. Desta forma, um corolário da razão abstraída é a importação de modelos para enquadrar a realidade, aliás, muito freqüente nas teses interpretativas sobre o Brasil que nos impuseram receituários externos para corrigir a falha intrínseca da nossa incorrigível formação, cujo destino inelutável seria produzir caminhos próprios

inadequados. Nabuco teve desde cedo a lhe orientar pessoas que compreendiam o quão decisiva era ter base própria, cricunstanciada, para a análise e as escolhas políticas.

> Uma vez eu observava ao meu querido mestre, o barão de Tautphoeurs, o que me parecia ser uma inferioridade na raça inglêsa, a sua dificuldade de aprender idéias estranhas. Êle fêz-me a êsse respeito, com a vivacidade e prontidão do seu espírito que não envelheceu nunca, uma brilhante demonstração de que essa impermeabilidade era exatamente a qualidade mestra dos inglêses, a causa de sua primazia, o característico de sua originalidade e do seu gênio. Também os chilenos, quer-me parecer, devem parte da sua fôrça à resistência que oferecem a idéias de importação, a modos de pensar e de sentir alheios. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 40)

A preocupação era a de que a perda da capacidade de pensar por si próprio e sobre as próprias circunstâncias, em favor do sugestionamento por exotismos poderia implicar em sérios riscos para a convivência pública. O temor era que diante deste solipsismo, por definição antipolítico, se sacrificasse a política ao altar do fanatismo que opera apenas com categorias dicotômicas excludentes.

> O homem torna-se uma espécie de títere de biblioteca; deixa de pensar por si, de contar consigo; é o eterno sugestionado, em cujo cérebro se sucedem ràpidamente em combinações extravagantes as quimeras alheias, os sistemas antípodas; não é mais, em sentido algum, uma individualidade, é um feixe de incompatíveis. Um espírito assim, posto no governo do Estado, é o mais perigoso de todos; a sua marcha política só pode ser um perpétuo ziguezague, as suas construções um perfeito labirinto, até que de repente se vê sem saída, e então, se é um homem de ação e de vontade, além disso de orgulho, êle bater-se-á como um fanático até a morte, isto é, fará, sem o sentir, da última novidade que o seduziu a sua fé definitiva e mortal. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 122)

Tinha procedência a preocupação de Nabuco, pois que a vida confirmaria, dia a dia, a propriedade das suas apreensões. Exemplo terrível foi o genocídio de Canudos, a demonstrar a facilidade que tinha a razão solipsista de fabricar inimigos. Os jacobinos, herdeiros de Floriano, trataram bem a herança que este lhes legou. Fizeram de Canudos uma ameaça monarquista premente a exigir ação dura de extermínio. Não deu outra, as expedições para combater os sertanejos reunidos em Canudos sob a liderança de Conselheiro, especialmente as duas últimas se revestiram do fanatismo de quem estava ali para combater o inimigo indicado pelos desígnios da razão.

> Há nas sociedades retrocessos atávicos notaveis; e entre nós os dias revoltos da Republica tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lyrismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a em idealisações de illuminnados. A lucta pela Republica, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do habito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamolgável. Os que daquelle modo se abatiam á entrada de Canudos tinham todos, sem exceptuar um único, colgada ao peito esquerdo em medalhas de bronze, a effígie do Marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo enthusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a

> mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro... (CUNHA, 1927 p. 467)

Proceder esta observação de alguém como Euclides da Cunha de formação positivista, que fora aluno radical da Escola Militar, e que, certa feita, em protesto, jogou a espada aos pés do Ministro da Guerra, Tomás Coelho, que passava em revista a tropa de cadetes, em 1888, o que lhe valeu a expulsão da escola, nos dá a dimensão das fronteiras perigosas que estavam sendo ultrapassadas.

Também o temor de Nabuco que pudéssemos integar a história golpista e ditatorial das repúblicas da América espanhola, que era "a história tôda sul-americana" se confirmou na própria ditadura inaugural de Deodoro, neutralizada pelo brevíssimo interregno em que se reuniu a Constituinte e se produziu a Constituição, seguida pela de Floriano que, após restaurar o Congresso fechado por Deodoro, lançou mão de uma ditadura de salvação nacional.

José Maria Bello captou bem o estímulo ideológico que fomentava a proposta de ditadura.

> Na mocidade militar, principalmente da Escola do Rio, onde lecionava Benjamin Constant, foi a filosofia de Comte, com as suas bases matemáticas, a sua concepção primária dos fatos morais, [...] a sua forte inclinação dogmática e disciplinar, a grande influência doutrinária. [...] A autoridade moralizante do comtismo erigia a República ditatorial em forma perfeita do estado. (BELLO, 1959, p. 24)
> [...] Perdida a tradição pacífica da Monarquia de Pedro II, o Brasil contaminara-se para sempre da diátese revolucionária da América Latina...(BELLO, 1959, p. 153)

Os primeiros tempos de Deodoro já sinalizavam dificuldades. Com uma situação inicial de execeção, ainda sem base constitucional, definida a extradição da família real e o cerceamento da imprensa com a justificativa de evitar a ronda do espectro da restauração e após um primeiro momento de expectativas, surgiram frentes de desgaste para o governo provisório. Com intenção de criar uma base de financiamento para favorecimento da industrialização visando o redirecionamento da economia pós-escravista ainda com centro no café, o ministro da Fazenda Ruy Barbosa propôs uma reforma bancária que despregava as emissões do lastro ouro, amparando-as em títulos da dívida pública, além de descentralizar o poder emissivo criando para tal três zonas diferenciadas de acordo com as regiões do país. O desvirtuamento dos créditos para empresas fantasmas que apostavam indicriminadamente na Bolsa, a onda inflacionária pressionada pela demanda dos novos endinheirados, que faziam fortunas da noite para o dia, enfim o descontrole geral da economia, acabou redundando na crise do

encilhamento. O próprio Ruy Barbosa, aliás, um dos muitos Ruis que ao longo da vida transfirgurou-se em distintas peles, acabou recuando diante da crise, retornando ao lastro metálico que tanto criticara, como jornalista, quando praticado pelo Gabinete Ouro Preto. Recuaria também da descentralização da emissão por três regiões, reconhecendo que uma pressão federalista afobada teria subordinado esta regionalização das emissões. Posteriormente, já restaurado o monopólio emissor, o Banco da República do Brasil seria investido da autoridade emitente, lastreada apenas em títulos da dívida federal. Outra questão que repercutiu negativamente para o Governo Provisório foi a do Tratado sobre o território das Missões assinado com a Argentina pelo Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, com assente de Deodoro e do conjunto do ministério. Na sincera expectativa de afinar as relações com o país vizinho, talvez na intenção ingênua de que se sobreporia uma solidariedade inter-republicana, Bocaiúva assinou um acordo que partilhava o território entre os dois países. A reação foi tão intensa na opinião pública e na imprensa que o próprio Quintino Bocaiúva passou a aconselhar a não ratificação do Tratado pelo Congresso, o que efetivamente se deu. A situação viria a ser resolvida definitivamente, já sob o governo de Floriano Peixoto, em arbitramento favorável ao Brasil pelo presidente americano Grover Cleveland, em que pesou muito a sólida argumentação, amparada em mapas, feita por Rio Branco que assumira a tarefa da negociação após a morte do Barão Aguiar. O fato é que estes dois eventos, apesar do efeito positivo de outras medidas como a separação entre Estado e Igreja e a adoção do casamento civil, ajudaram a fragilizar a situação do governo provisório, assediado também para acelerar o processo constituinte.

A pressão pela constitucionalização colaborou para a instalação da Assembléia Constituinte que, reunida, concentrou-se em alguns temas centrais como o do formato da nova federação brasileira, com acalorados debates entre federalistas e ultrafederalistas. Foi através destes últimos que o apostolado positivista reintroduziu-se na cena política. Sua proposta de autonomia indicava o rumo mais de uma confederação do que de uma federação. Entre seus líderes estavam Júlio de Castilhos, apostando no independentismo da província do Rio Grande do Sul, e Campos Sales, também afirmando um autonomismo paulista. Já havia então uma sinalização de futuros desdobramentos focados no interesse regionalista, como a própria revolução constitucionalista de São Paulo de 1932 viria traduzir, já que ao lado do seu aspecto reconstitucionalizador, havia o peso dos interesses paulistas contrariados, que então

perdiam precedência na determinação dos rumos de uma federação brasileira hegemonizada por São Paulo que prevaleceu ao longo de quase toda a República Velha. Havia, portanto, naquele primeiro momento Constituinte da República, uma tendência atomista que definiu o viés que orientou a Carta Constitucional: "o individualismo político e econômico [...] em pleno apogeu em 1891" (BELLO, 1959, p. 83), afirmando as teses liberais mais despolitizadoras, que compreendiam a liberdade como "liberdade em relação à política", abrindo, também pela via da Carta Maior, o espaço para que soluções autoritárias prevalecessem no vácuo da política destituída pela ênfase individualista fragmentadora. O lugar da política seria ocupado por pretensos representantes de "vontades gerais", tão volúveis quanto as mudanças que a transmissão de poder permitia, de um para outro presidente da ocasião. A Constituição, no entanto, e até previsivelmente, dado o seu caráter atomista, não conseguiu conferir estabilidade ao regime. O hiato entre a promulgação da Constituição e as eleições provinciais, marcadas para diferentes datas, abriu espaço para a ação intervencionista de Deodoro, especialmente nos estados em que havia resistência aos planos do Barão de Lucena, convocado por Deodoro para compor o novo ministério. Minas Gerais recebeu com insatisfação a deposição do presidente provisório, Bias Fortes, e sua bancada no Congresso se colocou na oposição a Deodoro. Em São Paulo, o governo afastou por decreto de 6 de março de 1891 o presidente Jorge Tibiriçá e nomeou Américo Brasiliense, persuadido por Deodoro de que o momento de legalidade constitucional permitiria sua colaboração. A nomeação caiu como uma afronta ao Partido Republicana Paulista. Prudente de Moraes retratou bem o sentimento que tomava conta dos republicanos paulistas: "caiu convosco o Partido Republicano Paulista". (CARONE, 1977, p. 55). Recompostos em outro partido, que rivalizaria como próprio PRP, os republicanos paulistas conquistaram ampla maioria nas eleições de 30 de abril, adiada de 20 de março. No Rio Grande do Sul a situação também se agravava com a oposição a Júlio de Castilhos se reorganizando do Uruguai para invadir as fronteiras O cenário que já não estava bom para Deodoro, piorou ainda mais com novos abalos econômicos e polêmicas provocadas pela venda da Estrada de Ferro Central do Brasil e das reservas de ouro acumuladas pela imposição da taxa-ouro estabelecida anteriormente por Ruy Barbosa. Foi neste clima que o Congresso se reuniu para sua primeira sessão legislativa, surpreendendo Deodoro ao converter-se de Assembléia Constituinte em Congresso Ordinário. Afirmando uma linha oposicionista o Congresso elegeu Prudente de Morais para vice-presidente do Senado, posição equivalente a de presidente de fato,

já que Floriano Peixoto, presidente formal, pelo cargo que exercia de vice-presidente da República, não comparecia às sessões. Adiante este Congresso forçaria a aprovação de leis que definiriam a responsabilidade do presidente da República, restringindo o seu papel. Lucena ainda tentara negociações para afastar o projeto de restrições às atribuições presidenciais. A Deodoro, portanto, só restava vetar o projeto que siginificava quase um *impeachment* do presidente. No entanto, o veto de Deodoro não passou pelo Congresso que manteve o projeto, por inciativa da Câmara, no dia 31 de outubro, confirmada pelo Senado em 2 de novembro de 1891. O isolamento de Deodoro só não era total porque ao seu lado estavam os militares exaltados que não pouparam ameaças ao Congresso: "seriam enxotados como os coveiros [...] da República" (CARONE, 1977, p. 61). Ainda houve um último apelo de Lucena para que Floriano assumisse seu posto de presidente do Senado para inibir o projeto restritivo das atribuições presidenciais, mas sem sucesso. Estava dado o quadro para o primeiro golpe republicano. Deodoro fechou o Congresso, apresentando um manifesto à nação justificando a dissolução. O Congresso não ficou atrás, respondendo com outro manifesto, defendo a legalidade recém instituída. Estávamos diante de uma novidade nada promissora. Começava a decantar na vida política brasileira a *malaise* do racionalismo abstrato em que mentes solipsistas arrogam-se condição arbitral, propondo correções sobre o que se considerava fora da ordem. Deodoro prometia nova Constituição "corrigida" para garantir a "unidade da Pátria dentro da Federação", o que só seria possível pelo "fortalecimento do Poder Executivo da União e por uma comedida autonomia dos Estados, sem os exageros de soberania, e que trariam, fatalmente, a dissolução nacional". (CARONE, 1977, p. 64) Novas eleições foram efetivamente convocadas para 20 de fevereiro de 1892. Evidente que os argumentos de Deodoro traziam a velha discussão, federalismo versus unitarismo, que, no entanto, teve outras formas de expressão e equacionamento ao longo do Segundo Reinado que não o golpe. A novidade que decantara no cenário político introduzia uma pretensão difusa de infalibidade que só a arrogância de um pensamento único poderia produzir. A cada um destes, ou destas partes, que se consideravam detentoras da solução verdadeira, correspondia uma "correção", cuja implementação exigiria quase que invariavelmente o recurso da violência. A liberdade de imprensa já não era mais um compromisso inegociável, como o foi para D. Pedro II, ao longo do seu reinado. O período republicano se inciara e permaneceria com a espada ameaçando as liberdades de manifestação. Ora se liberava um pouco, ora se empastelava jornais que contariavam,

ou criticavam as normas da verdade momentânea. Assim, nada mais previsível do que um novo golpe para restabelecer ou constituir novo padrão orientado por novas, ou velhas, verdades, encarnadas por outros portadores. Assim se sucedeu. Floriano já conspirava um contragolpe que aplicou em 23 de novembro de 1891. Estava o Brasil sob a incerteza, a imprevisibilidade total que Primo Levi considerara, sob o nazismo, existencialmente insuportável. Ruy Barbosa, segundo Carone, foi quem definiu "com precisão aquele momento de incerteza geral, semelhante ao que existira no momento anterior:"

> de uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congreoo restabelecido, não há progresso apreciável (CARONE, 1977, p. 73)

De fato Floriano não poupou os governos locais, todos demitidos, com exceção do Pará, alguns através das armas. Golpe, contragolpe, golpe no contragolpe, etc., assim foi que "grupos de pessoas – incluindo deputados e senadores federais – percorrem as ruas centrais da capital e invadem o Senado, fechando-o". (CARONE, 1977, p. 73)

Perdeu-se literalmente a referência de estabilidade e de orientação de caráter mais público. Instaurou-se uma República, porém, em detrimento da *res*publica. Epitácio Pessoa descreveu com certa perspicácia, descontado o seu deodorismo, o momento em que já não fazia sentido se criticar o golpe de Deodoro, num ambiente de golpismo consagrado:

> Os nobres deputados já não têm o direito em falar em golpe de Estado. (Vozes: oh!). Sim! Já não têm esse direito! O Marechal Deodoro deu um golpe de Estado; vós tendes dado mais de dez; o Marechal Deodoro dissolveu o Congresso Federal, vós tendes dissolvido o Congresso de quase todos os Estados, tão indissolúveis como este. O Marechal Deodoro fê-lo pela porta larga da franqueza e da hombridade; vós o tendes feito pela porta escusa da dissimulação e do disfarce. O Marechal Deodoro parou aí; vós tendes ido muito além tendes demitido magistrados vitalícios, tendes suprimido todos os poderes estaduais, tendes, inundado de sangue o território da Pátria. (CARONE, 1977, p. 85)

O restabelecimento do Congresso por Floriano não significava, de forma alguma, compromisso com uma ordem democrática. O clima de perseguição não se encerrou com a destituição dos governadores e a dissolução das Assembléias estaduais. Floriano enfrentava com sangue frio e decisão firme qualquer dissidência contra o governo, o que lhe valeu o título, que muito apreciavam os positivistas militares, de Marechal de Ferro. E foram muitas as reações contra o governo de Floriano. Já a 19 de janeiro de 1892 teve que enfrentar a revolta de deodoristas na Fortaleza de Santa Cruz e

de Lage, além de tentativas de golpe no Rio Grande do Sul e Mato Grosso. No Rio Grande do Sul, o retorno de Silveira Martins do exílio em 5 de janeiro de 1892, iria colaborar para afirmação dos federalistas que, reunidos no Congresso de Bagé, elegeram-no chefe do Partido Federalista. As propostas aprovadas pelo Partido no Congresso de Bagé indicavam a profunda divergência política que os separava dos republicanos positivistas. Entre as proposições estava a substituição da Constituição Comtista do Estado por outra que tivesse um caráter representativo da diversidade segundo os princípios parlamentaristas e a garantia da liberdade de imprensa, além de renovação bienal da Câmara estadual e eleição por distritos eleitorais, entre outras. A situação no Rio Grande do Sul se complexificava, beirando a insustentabilidade, como indicava o vai e vem de governantes. Com dificuldades de gerir a situação política, o General Barreto Leite abdicava do cargo de presidente da província, em 3 de maio de 1892, reconhecendo sua incapacidade de lidar com as dissidências tanto de federalistas quanto dos republicanos liderados por Júlo de Castilhos. O vice, Barros Casal, compelido a assumir as tarefas de governo se manteria por apenas dois meses, devolvendo o cargo ao titular em 3 de maio de 1892, cuja permanência no poder seria de 35 dias, acossado pelos assintosos preparativos de golpe pelos republicanos de Castilhos. Quem o substituiu, a 8 de junho de 1892, foi o Marechal Visconde de Pelotas, após discussões entre Barreto Leite, Barros Casal, Silveira Martins, entre outros. Por um brevíssimo período o governo foi liderado pelos aliados de Silveira Martins, Pelotas à frente, porém afastados em apenas 11 dias, quando Pelotas foi impelido à renúncia, transmitindo o cargo para o 2º vice-presidente, General João Nunes da Silva Tavares. As tentativas de Pelotas, nos poucos dias em que esteve à frente do governo, de restringir o espaço dos castilhistas, tomando medidas, como a demissão de oficiais de Força Policial, foram neutralizadas pela reação castilhista. Parte do Exército se sublevou, soltou os presos e ocupou com passeatas as ruas de Porto Alegre. Mas Floriano já fizera sua avaliação do quadro e decidira que para barrar a ascensão de Silveira Martins, preocupado com a ameaça parlamentarista que ele representava, a opção seria sustentar Júlio de Castilhos que, anteriormente esteve em lado oposto ao de Floriano quando do golpe de Deodoro fechando o Congresso, sustentando a posição golpista. O fato é que o golpismo já vinha tomando conta do país. Além das reações no Rio Grande do Sul, o governo de Floriano vinha se confrontando com outros movimentos. As reações anti governistas em Mato Grosso, a tentativa de depor o governador em São Paulo, a conspiração em Minas para criar nova unidade

federativa, foram alguns dos eventos que contribuiram para a propagação do clima de instabilidade. A república que já começara a "pagar o seu tributo em atraso ao caudilhismo crônico do Continente" com Deodoro, intensificou esta rota com Floriano. (BELLO, 1959, p. 112) Castilhos não destoava do golpismo em voga. Ao tempo em que conspirava pelo golpe, atendia à solicitação de diálogo feita por Silveira Martins. Foram vários os encontros entre os dois líderes, entre maio e junho de 1892, numa tentativa vã de se chegar a uma solução negociada, muito difícil, não só pelas profundas divergências que os separavam, mas, também, pela pouca predisposição, especialmente por parte de Castilhos, para negociar uma alternativa que exigiria mútuas concessões. O comentário de Silveira Martins expõe as dificuldades para evolução do diálogo, numa situação de desequilíbrio entre as pretensões de acordo. Enquanto uma das partes parecia estar sinceramente interessada na busca de uma solução negociada, a outra parecia apenas ocupar tempo enquanto costurava sua alternativa inegociável, já que se considerava portadora da legalidade, àquela altura algo de certificação bastante duvidosa, dados os golpes e contragolpes que obscureciam as próprias fronteiras da institucionalidade legal:

> propus ao Sr. Castilhos, que estava vencido, fazermos uma eleição votando cada Partido somente nos dois terços, para a minoria fazer um terço, ainda que a lei não garantisse a representação da minoria. O Partido que fizesse a maioria faria o governador. Propus ainda que organizássemos uma Constituição, fazendo às idéias de um e outro concessões razoáveis, e que conservássemos os magistrados e funcionários honrados, qualquer que fosse sua procedência política. O Sr. Castilhos disse-me ... que julgava da honra e do decoro de seu Partido reassumir o governo, como representante da legalidade. Respondi-lhe que ... nesse caso o seu programa era a revolução, justamente o que eu procurava evitar, porque sabia os males que dela proviriam para a nossa Pátria. (CARONE, 1977, p. 100)

Também Júlio de Castilhos apresentara proposta que, obviamente, tinha como preliminar a "restauração da ordem constitucional do Estado, regularmente instituída pela Assembléia Constituinte em 14 de julho de 1891". (CARONE, 1977, p. 101) Ainda admitia a possibilidade de renúncia do presidente eleito "de acordo com a Constituição de 14 de julho" em prol do vice, bem como a renúncia de todos os participantes do Parlamento após a aprovação do orçamento, para convocação de novas eleições gerais para governador e deputados, em sessenta dias. Considerando a proposta o caminho da revolução, Silveira Martins avaliou que não havia mais espaço para o diálogo, quando a decisão já estava tomada.

Castilhos de fato retornaria ao poder, por outro golpe, contribuindo para embaralhar ainda mais as fronteiras da legalidade institucional. A "revolução" de 17 de

junho de 1892 ocorreu não sem resistências, a ponto de se constituir então dois governos paralelos no Rio Grande do Sul. Enquanto Castilhos liderava o governo com sede em Porto Alegre, o General Honório João Nunes da Silva Tavares instalava outro governo a partir de Bagé. Castilhos, para legitimar sua situação, renunciou no mesmo dia 17 de junho de 1892. Novas eleições foram convocadas enquanto assumia o vice Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, que permaneceu no cargo até 27 de setembro de 1892, substituído pelo Secretário dos Negócios do Interior, Fernando Abbott. Realizadas as eleições, Castilhos, eleito, só tomaria posse a 25 de janeiro de 1893.

A eleição, no entanto, não refletia a opinião da maioria da população, que apoiava Silveira Martins, cuja aversão à idéia de guerra civil o fizera lançar um "desesperado apêlo", no momento da posse de Castilhos, "para que se evitasse a luta armada". (BELLO, 1959, p. 124) Seu apelo, no entanto, não foi suficiente para deter o curso do confronto. As forças castilhistas perseguiam ferozmente os adversários e a conflagração tornou-se inevitável. Reagrupadas no Uruguai para recuperar fôlego, as forças federalistas retornaram mais ordenadas ao território gaúcho, e a exacerbação do conflito, com os ingredientes de apoio da armada, expansão para os territórios do Paraná e Santa Catarina, colocava em cheque a própria sobrevivência da República. A guerra civil tão temida por Silveira Martins se propagou perigosamente. Floriano foi implacável no combate aos movimentos que ameaçavam o seu governo e, àquela altura, a própria República, cuja sorte estava imbricada com o desmantelamento das reações. A solução do conflito riograndense teria peso similar em termo de consolidação da República, à que teve o fim da Revolução Farroupilha na afirmação do Segundo Reinado.

> Sob o beneplácito de Floriano Peixoto, perseguições e vinganças fazem-se normais: os fuzilamentos arbitrários atingem culpados e suspeitos, havendo Moreira César mandado matar o Capitão de Mar-e-Guerra Frederio Guilherme Lorena e mais dezenas de pessoas; em Curitiba são assassinados cruelmente o Barão de Serro Azul e outros. O número de prisões é grande e as ameaças são constantes. (CARONE, 1977, p. 144)

Estava a República contaminada pelas arbitrariedades e violências sucessivas que davam o tom da sua inciepiente trajetória, sendo o governo de Floriano especialmente recheado de crises. Com pouco, ou quase nenhum apreço pelo mundo civil, prosperava o jacobinismo militarista desde Deodoro. Floriano comandava o país, orientado por um cartesianismo político que convertia os jacobinos militares em

missionários portadores de uma iluminação superior, impossível de ser alcançada pelos habitantes ordinários das "cavernas civis".

> O jacobinismo florianista – pois existira antes o deodorista – vai ser um dos núcleos de maior apoio a Floriano: mesmo tendo participação de civis, o cerne é composto de militares. O próprio Floriano Peixoto, com grande número de outros oficiais, tem desprezo pelas lideranças civis e a idéia é de que "os homens de farda eram puros, eram sãos, eram patriotas; ao passo que os civis eram corruptos, eram podres, despidos de todo sentimento político". (CARONE, 1977, p. 145)

A prevalência desta concepção corretiva e excludente não se circunscrevia ao círculo dos militares. Civis do Partido Republicano Paulista apoiavam Floriano no combate à revolta Federalista, mesmo questionando a própria constitucionalidade do mandato de Floriano. São Paulo encarnava, como nenhum outro estado, aquela República a tentar corrigir ou enquadrar o Brasil nos moldes orientados pelo racionalismo abstrato, intérprete maior de um modelo importado de liberalismo que consagrou a exclusão social e política, através da concentração liderada pela própria elite republicana paulista.

O intento de se constitucionalizar, ou reconstitucionalizar a vida política, desafio a cada dia mais difícil pelos sucessivos abalos das fronteiras legalistas perpetuando a instabilidade, através de convocação de eleições que pudessem superar os questionamentos sobre a legalidade do mandato de Floriano, foi frustrado com o argumento da guerra civil a justificar o adiamento das eleições para presidente convocadas, inicialmente, para 20 de outubro de 1893 e transferidas para 1º de março de 1894. Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, massacrados pelas ações das tropas florianistas seriam excluídos do pleito que consagraria um paulista, numa demonstração da força dos republicanos de São Paulo, Prudente de Moraes, como primeiro presidente civil.

A barbárie que permeou o combate aos federalistas do Rio Grande do Sul atestava a intolerância em relação a qualquer possibilidade de contracena pluralista. Joaquim Nabuco avivou a lembrança para este ponto quando abordou a ausência de espaço para a expressão de opiniões políticas diversas, mesmo as que procuravam diversificar e ampliar a base de apoio à nascente República.

> A causa daquela guerra, é preciso não esquecer, foi a crença de que não havia lugar na política do Rio Grande para Silveira Martins. Êste notável político

> chegara da Europa em janeiro de 1892 com tenção feita de trabalhar com o marechal Floriano, de associar-se aos republicanos e chamar para a República os últimos elementos conciliáveis do partido monárquico. A personalidade, porém, do postulante fêz crer que êle podia fazer sombra à própria república. Se passamos pela tirania, que deixa sempre na geração que a conheceu o tremor da incerteza, quando não o próprio estigma da degradação; se perdemos nossa Marinha de guerra; se tocamos a raia da insolvabilidade, foi sòmente, pode-se afirmar, por terem os republicanos pensado que o ostracismo de um homem valia tudo isso, e ainda agora há quem pense que valia muito mais. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 264)

A intolerância era corolário indissociável de um tipo de pensamento abstraído das cirunstâncias, disseminado entre os militares jacobinos, construindo ameaças inexistentes e convertendo tentativas de participação em monstros restauradores. O fato é que o espectro ameaçador da restauração monárquica nunca rondou efetivamente as paragens republicanas. Atribuiu-se a esporádicas e desarticuladas manifestações uma dimensão que nunca tiveram. Canudos foi um exemplo horripilante do que a construção mental de inimigos pôde produzir. A adesão tardia de Saldanha da Gama – inicialmente neutro e resistente ao envolvimento numa revolução cujos rumos políticos ignorava – à revolda da Armada só confirmava a inexistência deste ingrediente ameaçador de restauração, propalado muito mais pela sua identidade monarquista pregressa do que por uma ação efetivamente articulada para recobrar a monarquia deposta. O maior líder da revolta da Marinha era Custódio de Melo, aliado de primeira hora de Floriano no golpe contra Deodoro em 23 de novembro. Simpatias de monarquistas pelo movimento existiram de fato, mas estavam longe de justificar teorias conspiratórias. Joaquim Nabuco pegou bem a questão, analisando a distância entre simpatia e ameaça real, oriunda de algum movimento articulado para restaurar a monarquia.

> A simpatia dos monarquistas pela revolta foi um fato, mas igual simpatia tiveram eles pelo 23 de Novembro.e até pelo golpe de Estado: o que quer dizer que êles viviam na esperança de um Termidor que amortecesse o espírito revolucionário e eliminasse os terroristas. Êles iludiam-se esperando, e ao Govêrno cabia ver que êles se iludiam, e não tratar um cálculo otimista, uma pura quimera de proscritos, como um perigo nacional que justificasse até o apêlo ao estrangeiro.
>
> Se houve, entretanto, uma guerra civil em que a transação fosse fácil, foi essa, e desde que se tratava de um duelo entre o Exército e a Armada, e o Govêrno precisava apelar para o estrangeiro, a transação, *militarmente*, devia ter intervindo. O marechal Floriano não podia ter invencível repugnância em tratar com o chefe da Revolta de 6 de setembro. Fora este que o colocara na presidência em 23 de novembro; que restaurara o Congresso dissolvido; que restabelecera a Constituição. Fora êle que, respondendo pela esquadra, tinha tornado possível a sufocação da revolta de Santa Cruz só com os batalhões suspeitos de fidelidade a Deodoro. Por último, fôra êle que chamara sôbre si o odioso, que em primeiro lugar devia caber ao chefe do Estado, do triângulo mortífero do Amazonas para onde foram mandados os presos de 10 de Abril. A neutralidade de Saldanha da Gama e de grande parte da Marinha facilitava uma transação honrosa, cujo resultado seria apenas adiantar de meses a eleição do novo presidente, e o marechal Floriano prestava à sua classe,

> compondo-a com a Marinha, melhor serviço do que deixando em nossa história militar a página dos morticínios do Rio, Destêrro e do Paraná.
> Na revolta, a monarquia não aparece nem com os seus homens, nem com a sua bandeira, nem com a sua dinastia: tudo se faz sob a República, em nome da República. A herdeira do trono mostrará durante tôda guerra civil o mais perfeito, o mais absoluto desprendimento da luta, vendo nela apenas o costumado vaivém da República. Os fuzilados que escaparam de o ser não foram príncipes da Família Imperial, que tivessem vindo reconquistar no campo de batalha o trono perdido; foram republicanos, como Lorena, Plácido de Abreu, Patrocínio, Ruy Barbosa, que tinham sido autores do 15 de Novembro. [...]
> Cai assim a teoria dos seus glorificadores de que a revolta foi o encontro das duas opiniões, a monárquica e a republicana, encontro adiado desde 15 de Novembro, mas inevitável e fatal, e que nesse encontro êle salvou para sempre a integridade do princípio republicano na América. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 269, 270)

Ao invés do diálogo harmonizador e reintegrador a República introduzia a insegurança, a incerteza e a anarquia militar, que dilaceravam o país. Inaugurava-se, de fato, a matriz autoritária que nos perseguiria ao longo da experiência republicana. Joaquim Nabuco percebeu com muita lucidez o perigo que se avizinhava.

> A verdade é outra: é que todos os perigos que podem ainda ser fatais à República foram aumentados em escala extraordinária pelo marechal Floriano; [...] o perigo da tirania que torna odiosas as instituições, pode-se dizer que foi êle quem o criou. O perigo do militarismo e ao mesmo tempo o perigo do esfacelamento militar, ao qual se seguiria o esfacelamento nacional – aqueles perigos não são antitéticos, porque o militarismo pode existir sob a forma pretoriana da anarquia, tanto quanto sob a forma da união e da disciplina – o perigo militar sob tôdas as suas faces cresceu consideràvelmente com os precedentes e a lição viva do que se pode chamar o florianismo. Por último: o perigo revolucionário, aumentado pelo predomínio e ascendente de um elemento que se chama a si mesmo jacobino, e o perigo estrangeiro, tornado palpitante pela abdicação temporária do princípio de soberania (intervenção da esquadra estrangeira, apelos repetidos à proteção norte-americana) e pelo sacrifício completo de tôdas as defesas do país: a sua fronteira aberta e anarquizada, a sua Marinha de guerra destruída, as suas finanças arruinadas, a sua união abalada, a sua altivez humilhada pela sensação da tirania.
> Eu não contesto que o marechal Floriano tivesse o direito de defender a sua autoridade; não tinha, porém, o direito de apelar para o estrangeiro; nem recorrer ao terror e à tirania; nem de executar, ou deixar executar os seus inimigos, clandestinamente, sem que ficasse vestígio, como se o Brasil no século dezenove tivesse retrogradado ao estado de Roma no reinado dos Bórgias. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 271)

Joaquim Nabuco já parecia prever que o que significaria a "consolidação" que Floriano fazia da República. Estava, de fato, em plena consolidação algo que marcaria a história republicana do Brasil – o seu viés autoritário e excludente – à exceção dos poucos períodos em que nos reconciliamos com a tradição equilibradora de antagonismos. As execuções clandestinas, as perseguições arbitrárias, infelizmente, não foram apenas imagens de um período inaugural republicano, mas se tornaram uma espada de Dâmocles a ameaçar cabeças ao longo da Primeira República, da República

varguista e pós varguista. A espada ameaçou impedir a indicação para concorrer à presidência, a eleição, a posse e o governo de Juscelino, interditou o governo Jango e, enfim, estabeleceu ditaduras militares. Só nos espasmos democratizantes, reconciliados com a matriz negociadora, a agenda de inclusão social do abolicionismo, interrompida pela República, pôde ser restaurada, com Pedro Ernesto, Juscelino e Jango com suas reformas de base.

A disseminação da versão de Floriano "consolidador" da República consagraria a influência do racionalismo abstrato positivista e a valorização do jacobinismo, como caminho para resolução de impasses ao longo da experiência republicana, com golpes sempre à mão, onde a capacidade política de diálogo se tornava supérflua e indesejável. Joaquim Nabuco percebeu o alcance que aquela versão iria adquirir.

> A LEGENDA positivista do marechal Floriano ficará sendo que êle matou no gérmen a reação monárquica e salvou a República do perigo da restauração. Podemos estar certos de que essa tradição ficará incorporada ao Credo republicano pelo menos enquanto durar a influência dos atuais diretores do positivismo. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 263)

Floriano consolidava sim uma matriz autoritária, fundamentada num copismo importador de modelos descolados das nossas circunstâncias. Com seu perfil de ditador inquisitorial, Floriano consolidava a intolerância e a aversão ao diálogo.

> [...] Nada separará nunca da tradição do marechal Floriano a lembrança dos morticínios de Santa Catarina, do Paraná e do Rio de Janeiro, [...] O marechal não traz à imaginação um Chefe de estado moderno defendendo a sua autoridade apoiado nas leis e na opinião, não lembra Abraham Lincoln nem o padre Feijó. Misteriosamente encerrado no Itamarati, desconfiando, com razão, de quase todos, da traição de uns, da sensibilidade de outros, enchendo as prisões pelas listas dos delatores, desencadeando sôbre a sociedade apavorada um partido, imitação da Revolução Francesa, chamado *jacobino*, êle traz ao pensamento uma combinação de Robespierre e Francia. Não é um grande general que êle recorda, é um grande carcereiro, um grande inquisidor. (NABUCO, 1949, tomo II, p. 273)

As discordâncias em relação ao autoritarismo que então se consagrava fizeram mesmo de Ruy Barbosa, republicano que ajudara a construir os primórdios daquele projeto, imbuído ainda de um pensamento que pretendia corrigir o Brasil pelo modelo americano, um defensor incansável dos perseguidos de Floriano. Sua atuação no Congresso e na imprensa, contra a ditadura do "Vice-Presidente" adquiria especial significado, exatamente pelo seu republicanismo incontestável.

O que Ruy não percebera de imediato foi o que Eduardo Prado logo compreendeu: que o gérmem golpista se instalara com a própria proclamação da República e com o governo provisório de Deodoro.

> [...] a Monarquia conseguiu, desde logo, formar a preponderância do elemento civil, cousa que na América Latina, só o Chile conseguiu muitos anos depois, e que a Argentina só ultimamente parece ter realisado.
> [...] Hoje, quando o marechal Deodoro pensar de um modo e os seus ministros de outro, quem cederá? A espada, que não tremeu ao ser desembainhada contra as instituições que o general jurara defender, não precisará mesmo reluzir de novo para fazer emudecer e sumir-se debaixo do pó da terra os novos ministros, talentosos patriotas, mas patriotas desarmados.
> Quem garante ao Brasil que a revolução de 15 de novembro será a última? (PRADO, 1902, p. 16-18)

A reflexão de Eduardo Prado, cortante, irônica por vezes, refletia também o incômodo que lhe causava a importação de modelos e a "nova" propagação de salvadores da pátria imbuídos de missões "religiosas" que reforçavam a tirania e comprometiam a liberdade política.

> [...] fuzilamentos de patriotas, exaltações de coronéis, deportações de generais, constituições feitas por grandes oradores, juradas por doutores, perjuradas por marechaes, tudo entre triumphos, e as desapparições de grandes homens, todos mais ou menos e por algum tempo salvadores de la pátria, restauradores de la liberdad etc., - o Times, repetimos, chamou o sr. Ruy Barbosa de gárrulo dr. Barbosa, tanta impressão lhe causou este revolucionário novo, que conseguiu, pela sua facunda maneira de argumentar com a Europa, dar um pouco de interesse e relevo ao typo já banal e gasto do estadista sul-americano, em épocas de gloriosas revoluções, de salvações de patria etc. É que a zarzuela hespanhola, traduzida em brasileiro, póde parecer, a princípio, cousa original. A Republica, assim, em menos de dous meses, destróe a liberdade de imprensa, que o Império garantiu e sustentou durante sessenta anos. (PRADO, 1902, p. 22,23)
> [...] E o regímen da suspeita , da delação, as cenas de perseguição política, cidadãos eminentes transportados pelas ruas entre as baionetas, espetáculos desconhecidos da população brasileira, tudo mostra que está destruída a civilização política do paíz.
> Está separada a Egreja do Estado. – Escripta esta linha, está resolvido todo o problema da vida religiosa de um paíz! (PRADO, 1902, p. 27)
> Mas o Governo Provisório não diz qual Egreja é a que fica separada do Estado. Será talvez a Egreja Catholica; porém não é, com certeza, a Egreja Positivista, que é a da religião do governo, [...] A Egreja Positivista está no Brasil com todos os privilégios e foros de religião official. É intolerante, dominadora, exclusiva, e o governo impõe a opinião della, manifesta em suas divisas. (PRADO, 1902, P. 42, 43)

> No Brasil, a questão hoje não está já posta entre a República e a Monarchia. A luta é entre a liberdade e a tyrannia. A luta vai ser entre o exercito [...] e a sociedade civil, que terá de reagir, ou de aniquilar-se. (PRADO, 1902, p. 47)

A campanha civilista, que veremos adiante, talvez tenha sido um dos momentos mais expressivos desta disputa que Eduardo Prado previa entre a sociedade civil e o jugo do arbítrio, a submeter a sociedade ao sobressalto permanente pela corrosão da política, ou seja, do terreno estável produzido e reiterado por regras politicamente pactuadas. A própria manifestação de Eduardo Prado, mesmo no exílio, era um sinal da existência de massa crítica na sociedade.

> [...] julgamos prestar um serviço á causa da liberdade, tão comprometida no Brasil. Esta causa não póde ser indifferente a nenhum pensador, todos que têm pelo Brasil o grande amor que a pátria inspira, todos que nelle admiraravam o desenvolvimento de sua livre civilização, soffrem, naturalmente, com o eclipse actual que a liberdade lá soffre. (PRADO, 1902, p. 182, 182)
> O poder civil tem hoje bastante energia e bastante patriotismo para reprimir qualquer tentativa de militarismo. (PRADO, 1902, p. 297)

Mesmo aqueles que exerceram à fartura a liberdade de imprensa ao longo do Império, como Ruy Barbosa, insisto um dos muitos Ruis, impregnados pelo pensamento exclusivista que a razão abstrata é capaz de induzir, transitavam com muita naturalidade para a intolerância.

> O Sr. Quintino Bocayuva declara que os jornalistas contrários ao governo incorrirão nas penas de insurreição militar; o Sr. Ruy Barbosa, em reposta ás críticas feitas a um de seus decretos bancários, ameaça os jornalistas com as mesmas penas. No Rio Grande do Sul, o jornalista Koseritz é levado á presença das autoridades e intimado a não fazer mais oposição ao governo, porque (disse-lhe o chefe de polícia) a Republica não podia tolerar a liberdade que havia no Império. (PRADO, 1902, p. 110, 111)

Toda essa situação ainda se revestia de uma pompa extravagante e grotesca, abundante em títulos, como o de generalíssimo conferido a Deodoro, e personificações absurdas, a demonstrar desprezo por uma sobriedade pública. Isto também não passou despercebido por Eduardo Prado, na sua ferina observação.

> A Dictadura, quando não se notabilisa pelo crime, distingue-se pela vaidade. É o governo dando uniformes phantasiosos e theatraes ao exercito; o ministro da Marinha ordenando que todos os officiaes tenham os mesmos cordões de ouro dos generaes; o govermador do Rio de Janeiro viajando com pompa soberana, precedido de clarins, recebido por uma sociedade musical chamada *Lyra dos conspiradores*, para espantar pelo fausto um paiz acostumado á simplicidade de D. Pedro II. [...] o retrato do Sr. Ruy Barbosa, ministro da Fazenda, estampado nos novos bilhetes de banco, honra que nenhum paiz sériamente republicano deu a nenhum cidadão vivo, e que nenhum outro estadista ousaria aceitar [...] (PRADO, 1902, p. 115, 116)

O Brasil inciava um aprendizado já consolidado na América espanhola.

> [...] todos os países do continente sul-americano conhecem bem o que é militar político, parte integrante desses exércitos humanitários que tem conservado em semi-barbaria tão ricas regiões e feito consistir a historia política desses paizes desgraçados na chronica, ás vezes, sangrenta, e sempre degradante, das rivalidades de quartel. Na América Central, o sr. Benjamin Constant não seria um innovador. No Brasil, porém, a sua teoria é nova. [...] Á geração nova no Brasil a Dicatadura está ensinando que o exercito e que a armada têm o poder de destruir e de constituir governos, aviltante monstruosidade, que envenenará por muitos annos a consciencia nacional. (PRADO, 1902, p. 286, 287)

Mesmo a Constituição de 1824, promulgada por D. Pedro I após a dissolução da Constituinte de 1823 por conta das desavenças a respeito das prerrogativas do poder imperial, tomara por base praticamente a íntegra do texto trabalhado pela Constituinte.

Neste sentido penso serem pertinentes tanto a comparação com a Constituição de 1824, como as preocupações de Eduardo Prado sobre os perigos oriundos de uma ordem baseada numa Constituição, como a promulgada a 24 de fevereiro de 1891, formulada por "notáveis", inspirados num racionalismo desconectado da vida ordinária e da pactuação política pluralista, que a tornava instável por definição, a depender somente das possíveis e sucessivas arrogações, pelos mesmos ou por novos entes coletivos, encarnação do todo social, a justificar a imposição de outras regras igualmente solipsistas.

> D. Pedro I, na Constituição de 25 de março de 1824, pouco se afastou do projetcto apresentado na Constituinte, e que, sem dúvida, esta adoptaria. A Constituição doada pelo Sr. Deodoro é inteiramente de sua própria auctoridade, nenhum representante da nação foi ouvido. Quem garante a observância dessa lei que póde ser desfeita por quem a fez, sem que haja possibilidade de alguém impedir, ou punir, sua violação por parte do soldado omnipotente e irreponsável?
>
> Tudo isto, pois, não passa de um byzantinismo irrisório; todo mundo sabe que dous regimentos na rua acabam com plebiscitos, fazem evaporar qualquer governo e desapparecer, num momento, qualquer Assembléa. E para que dous regimentos saiam á rua, bastam a má vontade, a ambição, o interesse, ou o amor próprio contrariado de meia dúzia de officiaes educados na escola da sedição e que sabem que, no dia seguinte ao de sua façanha pouco perigosa, terão honras, postos, pensões, condecorações, apotheoses, versos e retratos nos jornaes. Qualquer código constitucional que os redactores da futura Constituição tiverem copiado, com mais ou menos felicidade, dos Estados Unidos, da Suissa, ou da Colômbia (este paiz é hoje muito imitado no Brasil, apesar das leis colombianas, rhetoricamente libérrimas, não impedirem a Colômbia, periodicamente, de se extorcer na anarchia a mais tyrannica, ou viver entorpecida no atrazo o mais completo), sejam os legisladores da Dictadura os sábios mais inspirados da Historia, tudo quanto fizerem será precário, todos os seus princípios serão sem prestigio, **porque o povo não esquecerá tão cedo que todas as instituições podem, de um momento para o outro, ser derrubadas por alguns conspiradores militares.** (PRADO, 1902, p. 305- 30)[33]

O próprio significado político de eleições sob tal instabilidade se esvai diante da ameaça constante de alteração de regras à mercê das necessidades do exclusivismo autoritário, destituindo de consequência qualquer decisão resultante de processos eleitorais. Assim, a avaliação de Eduardo Prado sobre o primeiro processo eleitoral realizado pela República, retrata a sua futilidade diante do arbítrio.

> [...] O Governo Provisorio mandou dar começo, em todo o paiz, ás operações do alistamento eleitoral e, phenomeno curioso, a população retráe-se, os cidadãos abstêm-se e permanecem em branco as listas dos futuros eleitores. Porque?
>
> O povo brasileiro comprehende que o direito eleitoral é uma farça e a intervenção popular nos negócios públicos, uma burla verdadeira, desde que esta firmado o dogma de que o exercito e a armada podem alterar,

[33] Grifo meu

> transformar, abolir, destruir o que a vontade nacional tiver querido e sustentado.
>
> A fraude suppre, porém, esta abstenção.
>
> Este facto dá uma idea do que vai ser a primeira eleição brasileira, depois da installação do absolutismo republicano. E esta eleição será feita estando todos os direitos seqüestrados, supprimidas todas as liberdades e o paiz sob a degradante pressão de uma dictadura militar. (PRADO, 1902, p. 309-311)

O fato novo era que estávamos diante de sucessivas situações de exceção, comissões e tribunais militares, coação da imprensa, a contrastar com uma experiência pretérita em que liberdades foram bem mais efetivas.

> Os decretos coercivos da liberdade de imprensa estão em pleno vigor. O presidente da comissão militar officia aos governadores dos Estados pedindo-lhes remettam para o Rio de Janeiro indivíduos que disseram mal do governo. Em tempo algum funcionaram no Brasil tribunaes militares para julgar crimes de imprensa. Todas as revoltas e insurreições do tempo da Minoridade e dos primeiros annos do reinado de D. Pedro II, uma vez reprimidas, seus autores foram julgados pelos tribunaes ordinários e segundo a lei escripta. Quarenta annos depois, o Brasil, estando mais adeantado em civilisação, a Dictadura creia ousadamente commissões militares. No Brasil, nunca houve banido algum antes dos banimentos que o Sr. Deodoro sentenciou. (I)[34]
>
> (I) Houve comissões militares no Brasil, em 1825, para julgarem o crime de rebellião nas provincias de Pernambuco e Ceará. Em 1829, foram creadas comissões militares; mas o governo, deante das reclamações do Parlamento, supprimiu-as, antes que ellas começassem a funcionar. É curioso ver como a imprensa do tempo julgou estas comissões militres: "As comissões militares", dizia a Nova Luz Brasileira (nº 31), "são o meio mais seguro e mais breve de espalhar o terror e suffocar os generosos sentimentos dos homens, pondo mordaças nas bocas e o terror sobre os corações generosos. E que cousa é uma comissão militar, sinão um ajuntamento illegal e arbitrário, filho só da força e da usurpação dos tyrannos?"
>
> Hoje, não há Parlamento para protestar, nem existe a liberdade de imprensa que existia em 1829. É preciso não confundir algumas deportações de tempos antigos com os banimentos de hoje. O povo brasileiro, pouco educado na escola dessas violências, confundirá facilimente banimento com deportação. O governo de D. Pedro I não impediu que José Bonifácio, deportado, fosse eleito deputado pela Bahia; a Dictadura republicana nega aos deportados por ella os seus direitos políticos e, no seu chamado Regulamento eleitoral, declara inelegiveis os banidos e deportados, não tendo, portanto, estes meio algum de apellar para o povo da violencia que lhes foi feita. (PRADO, 1902, p. 315, 316)

A restrição severa à manifestação pluralista acabou inscrevendo na vida do país um conceito até então inédito, o de "criminoso político", que permaceria desde então disponível no estoque de arbitrariedades a ser utilizado quando a conveniência autoritária o indicasse.

> Criminoso político! Expressão nova no Brasil, mas da qual se serviam frequentemente Rosas e seus imitadores, nas infelizes tyrannias republicano-militares da Hispano-America. (PRADO, 1902, p. 322)

[34] Refere-se à nota I que registro a seguir:

A rigor tratava-se de criminalizar a própria política, condenada pela abstinência de pluralidade.

O primeiro governo civil de Prudente de Moraes não se distanciou da visão intervencionista sobre os estados, explicitada nas mensagens ao Congresso, logo nas aberturas dos trabalhos legislativos de 1895 e 1896, em que solicitava urgência na regulamentação do artigo 6 da Constituição, que tratava da intervenção federal. O argumento do deputado Paulino de Souza Jr., reiterando a mesma solicitação, já na sessão de 1896, definia o caráter da intervenção, considerada como veículo de "equilíbrio", mas, de fato, de controle da federação brasileira, desde que "as federações não podem existir sem intervenção". (LESSA, 1999, p. 115)

Sem conseguir "equilibrar", ou melhor, controlar a Federação por esta via, que o Congresso não tinha como aprovar, pela relação de dependência que mantinha com as bases regionais, Prudente de Moraes ainda acirraria a antipatia dos militares, recusando a ampliação dos efetivos do Exército, dissolvendo os batalhões patrióticos, exonerando oficiais e transferindo outros. A reação da rua do Ouvidor, com os jacobinos florianistas à frente, não tardaram. Também os esforços para pacificar o Rio Grande do Sul, dilacerado pela Revolta Federalista, importante sorvedouro das finanças federais, iniciados ainda a 20 de dezembro de 1894, pouco mais de um mês após a posse de Prudente, provocariam dissensões na base do Governo. Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva consideraram a proposta de negociação com os rebeldes uma afronta à política de Floriano. Queriam "a rendição incondicional dos rebeldes". (CARONE, 1977, p. 160) A paz, enfim negociada em 23 de agosto de 1895 teria a cláusula de anistia restrita aprovada pelo Congresso em lei a 21 de outubro de 1895. Mas aos jacobinos tudo isto soava como uma descontinuidade importante em relação ao governo Floriano. Quando da sua morte em 29 de junho de 1895, as insatisfações já estavam em ponto de radicalização. Manifestações ocuparam as ruas e até mesmo a sede do jornal *Cidade do Rio* de José do Patrocínio foi atacada por conta de sua recusa em hastear a meio pau a bandeira. Patrocínio teve que sair da cidade, pois nem a polícia era capaz de lhe garantir segurança.

O "testamento político" de Floriano, uma peça do pensamento jacobino comteano, estimularia as reações.

> a vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos. Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não

> corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! pois. A mim me chamais o consolidador da República. Consolidador da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro são o Exército Nacional e uma parte da Armada, que à Lei e às instituições se conservaram fiéis (...) é a Guarda Nacional, são os corpos de polícia da Capital e do Estado do Rio (...) é a mocidade das escolas civis e militares (...) finalmente, é o grande e glorioso Partido Republicano, que, tomando a forma de batalhões patrióticos ..." (CARONE, 1977, p. 163)

O próprio Prudente de Moraes reconhecia o clima golpista que envolvia o seu governo e alertava:

> Sei que os jacobinos têm-me ódio e tornam-se dia a dia mais arrogantes – à proporção que vão sendo animados pelos chefes – Generais Quintino e Glicério – e logo que se sintam com forças para substituir-me por algum general, que faça a política forte do Marechal, não adiarão para o dia seguinte. (CARONE, 1977, p. 164)

O que de fato quase ocorreu em março de 1896 quando por pouco conseguiu o Ministro da Guerra evitar que a reunião do Clube Militar realizada no dia 21, recheada de veementes discuros contra Prudente, desaguasse numa decisão de golpe. Ainda assim, conseguiram aprovar moção crítica ao governo que foi remetida aos quartéis e também aos "generais" Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva.

Para honrar Floriano no primeiro aniversário de sua morte, multiplicaram-se manifestaçãos. Procissão cívica foi realizada no Rio de Janeiro com adesão do Clube Militar, Escola de Sargentos, Partido Republicano Federal, fundado em fevereiro de 1896, Apostolado Positivista, Guarda Nacional, entre outros. O estado de São Paulo também foi contaminado pela onda positivista. A intenção golpista ficou bem explicitada em artigo para *O País* do Coronel Francisco de Sales Torres Homem:

> retemperemos assim o nosso patriotismo na veneração do grande brasileiro e, sacudindo o estranho torpor e apatia do nosso meio social e político, consideremos que não só continua aberta como até mesmo lesada, a sucessão do Salvador da República. (CARONE, 1977, p. 165)

Qualquer sinal era interpretado pelos positivistas como mais uma ameça restauradora. Exemplo desta paranóia ideológica foi a reação à reeleição de Rui Barbosa para o Senado, apoiado pelo governador da Bahia Luís Viana, contra um dos mais ardentes florianistas, César Zama. Ruy, então já bastante crítico da preponderância militar, tivera que se exilar após a Revolta da Armada por conta dos ácidos ataques que vinha fazendo ao militarismo.

A substituição de Prudente, afastado por problemas de saúde, por Manoel Vitorino, seu vice, colocava mais um ingrediente de instabilidade, pois que Vitorino não

pretendia apenas substituir o presidente interinamente. Sua intenção, que propalava sem reservas, era criar uma situação que compelisse Prudente à renúncia.

> torna-se indispensável um governo alicerçado em bases duradouras – um governo realmente capaz de executar um programa. Sinceramente, à vista de todas as dificuldades que se apresentam vejo uma única solução: uma cordata renúncia do senhor doutor Prudente de Moraes... (CARONE, 1977, p. 166)

Parecia tão impregnada a postura autoritária e/ou golpista que o fato de serem civis, presidente e vice, não alterava substancialmente o quadro. Prudente quizera impor a intervenção nos estados, Vitorino alardeava, sem constrangimento, o propósito de golpe. Ambos se dispunham a utilizar meios impositivos e/ou arbitrários porque o fim suposto os jusfificava: a estabilidade. Pareciam não perceber que estabilidade dificilmente surgiria da violência, pois que a melhor garantia para tal seria a política que, pelo seu requerimento de compartilhamento pluralista, poderia originar autoridade garantidora de uma ordem estável, até porque esta via também abrigaria a possibilidade da mudança, desde que amparada em compromissos mútuos.

Esta foi uma das questões sobre a qual se debruçou Hannah Arendt, em *Da Revolução*. Ressaltanto o caráter político da Revolução Americana ela dizia:

> [...] o curso da Revolução Americana nos mostra um exemplo inesquecível e nos ensina uma lição sem precedentes; pois essa revolução não eclodiu simplesmente, mas foi antes conduzida por homens que tomaram juntos uma resolução, unidos pela força de compromissos mútuos. O princípio veio à luz durante os conturbados anos em que foram lançadas as fundações – não por determinação de um arquiteto, mas pelo poder combinado de muitos – foi o princípio interconexo da promessa mútua e da deliberação comum; e foi o próprio evento que, na verdade, demonstrou, como insistira Hamilton, que os homens "são realmente capazes [...] de estabelecer um bom governo, com base na reflexão e na escolha", que eles não estão "para sempre destinados a depender, para sua constituições políticas, do ocidente e da força". (ARENDT, 1990, p.171)

Foi no governo de Prudente de Moraes que ocorreu o genocídio da comunidade de Canudos, em grande parte devido às pressões dos jacobinos após a derrota de Moreira César, que ocuparam as ruas com violência, espastelando jornais e assassinando pessoas, como Gentil de Castro que dirigia o jornal *Gazeta da Tarde*. As motivações se assemelhavam mais a delírios desvairados, promovidos por uma razão para a qual as circunstâncias pouco contavam.

> O fantasma da restauração, o preparo militar dos monarquistas, o envio de técnicos estrangeiros para Canudos, via Minas Gerais, etc., são temas comuns, que circulam livremente nos noticiários. Quando se dá o desastre de Moreira Césas, do estupor passa-se à violência, que é dirigida maciçamente por todos e por tudo. (CARONE, 1977, p. 168)

O desastre de Moreira César, no entanto, talvez representasse muito mais uma saudável reação do Brasil de dentro do que a trama restauradora que se tentou atribuir a Canudos.

> As duas expedições anteriores foram massacradas. A terceira expedição a Canudos, comandada pelo coronel Moreira César representou para os jacobinos e positivistas uma oportunidade ímpar para erradicar a barbárie monárquico-teológica. A vitória de Antonio Conselheiro significou um veto brasileiro à metafísica comteana. (LESSA, 1999, p. 117)

Naquele ambiente, as tentativas de Prudente de Moraes de sobrepor-se ao positivismo, tiveram poucos resultados. O interregno de Manoel Vitorino realimentara os jacobinos. O próprio general que liderava a quarta expedição a Canudos, Artur Oscar, enviou correspondência a Nilo Peçanha, então deputado e também jacobinista e opositor do governo, criando um cenário de ficção sobre a condição de armamento dos habitantes de Canudos, levantando suspeitas de uma trama organizada para fornecimento desta "estrutura" de guerra.

> Os fanáticos "usam de armas aperfeiçoadíssimas, manejando habilmente o emprego do tiro. Desde 25, em Cocorobó, consomem munição, que não se esgota, máxime de projetis explosivos. Quem fornece essas armas e munição em tanta abundância? Por onde transitarão para chegar a Canudos?" (CARONE, 1977, p. 179)

A criação da ameaça fictícia pela razão desconectada da vida odinária justificaria quase tudo, inclusive o atentado contra Prudente de Moraes que vitimou o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt. Tocou-se, então, num limite tão extremo para um país e uma população desabituados da resolução de seus conflitos políticos pela eliminação, que Prudente de Moraes viu-se, de repente, cercado de um apoio popular que nunca detivera. Mesmo Manoel Vitorino refutou aquela ação extrema, da mesma forma que outros, entre eles Ruy Barbosa, que assinaram moção de gratidão à vítima e repúdio pelo ato.

Viveu-se, então, um momento de retração do jacobinismo diante do choque provocado pelo atentado, o que não significava, no entanto, a sua liquidação. Pelo contrário, o jacobinismo continuaria marcando fortemente a República. Mas a sociedade já estava cansada. Havia, de fato, um esgotamento em relação a tantas lutas e tantos ódios disseminados. Um sinal de que um tempo de tranqüilidade era mais do que bem vindo, ansiado mesmo, foi o aplauso das ruas a ovacionar Prudente de Moraes quando este deixava o palácio presidencial no fim de seu mandato. Saía consagrado diante de tanto desgaste provocado pelas infindáveis dissensões.

Desde sua campanha Campos Sales tentou descolar sua imagem daquele ambiente caótico que até então vinha definindo a República, buscando identificar-se como uma opção de ordem. Queria colocar-se acima das dissensões e para isto adotaria, já presidente, uma concepção de governo meramente administrativa, despolitizando-o, própria do liberalismo, naquele sentido arendtiano que já vimos. No âmbito da União procurava instalar uma agenda que priorizava as finanças e uma administração mais profissional, enquanto fazia no âmbito dos estados, o pacto com os governadores, com o *demos* excluído, ou pelo menos, muito restrito. Embutida nesta proposta havia a idéia de que, pela via deste "profissionalismo administrativo" no âmbito do governo central, ele asseguraria um lugar para a representação da nacionalidade como conjunto à parte das pressões particularistas, que as oligarquias estaduais exerciam e que ele equacionava pelas concessões praticadas através da "política dos governadores". O governo Campos Sales, no entanto, não representou exatamente a convivência simultânea entre uma esfera mais *res*publicana representada pela União com burocracia profissionalizada e voltada para uma administração mais rigorosa, com outra esfera em que predominavam os particularismos representados pelos interesses oligárquicos dos governadores, pois que ambas as vertentes, que compunham o jogo de estabilidade do seu governo, representavam de fato o predomínio de particularismos. Talvez até a primeira, ou seja, a que procurava fazer do governo central uma representação da nacionalidade pela via da administração controlada burocrática e profissionalmente, tenha caráter ainda mais exclusivista e privativo por dispensar a política, substituída pela pretensão de que algum ente coletivo, o "ninguém", ou a "mão invisível" do mercado representaria o todo nacional.

Por outro lado, o pacto com os governadores significava, a rigor, uma restrição sobre possíveis alternativas eleitorais, chegando, em alguns momentos, à imposição crua, como no caso do Mato Grosso, em que as dissensões degringolaram em conflito armado, com Campos Sales tomando partido por uma das oligarquias em disputa. Também em São Paulo a disputa sucessória não foi neutramente assistida por Campos Sales, cujo posicionamento a favor de Bernardino de Campos para suceder Rodrigues Alves, então presidente do estado, já escolhido por Campos Sales para seu sucessor, num jogo de cartas marcadas, provocou dissidência formal no âmbito do Partido Republicano.

O jacobinismo demonstrava a solidez de sua influência na República, recompondo-se após o período de rescaldo pós atentado a Prudente de Moraes, que permitiu certa tranqüilidade nos primeiros anos do governo Campos Sales. O Clube Militar reabria em 10 de agosto de 1901, por força de ação judicial, fechado desde 1897 pelas medidas restritivas geradas exatamente pela tentativa de assassinato de Prudente, deixando claro o tom jacobino que orientaria suas ações, pelas palavras do Tenente-Coronel Lauro Sodré, assessor do presidente do Clube, o General Artur Oscar. Relembrava ele o papel do Exército em eventos como a Proclamação para reiterar a posição militar. Para ele é o Exército

> [...] nos graves movimentos nacionais, quem dá a última palavra. Muitos interpretam tais fatos como movimento de indisciplina. É que ignoram que, sob a farda dos militares, não pulsam corações de lacaios e que a Constituição permite aos militares o pleno gozo dos direitos políticos. E com esta orientação, o Exército não abrirá mão dos seus direitos, dentro da órbita da justiça e da lei. E, neste momento, em que a República atravessa dias amargos, o Exército unir-se-á, certamente, aos bons republicanos que procurarem investir do supremo cargo a um homem cujo passado de pureza e de tradições republicanas seja garantia bastante para o seu governo futuro. É tempo já de se fazer dirigir os destinos da República por verdadeiros republicanos e não por adesistas. O futuro presidente, portanto, deverá ser republicano, e não um homem cujas intenções não possam ter o mesmo ardor daqueles que lutaram, lutam e lutarão pela República. (CARONE, 1977, p. 205, 206)

Para o Clube Militar seria Júlio de Castilhos o depositário de sua confiança, a quem lançavam, indiretamente, para a presidência da República, enviando-lhe telegrama oficial "[...] seu benemérito presidente honorário, primeiro estadista República, continua ser depositário mais caras esperanças republicanas". (CARONE, 1977, p. 206)

Não ficaram os militares apenas nas declarações de intenções. Em outubro de 1902, eles procuraram Prudente de Moraes, líder da dissidência paulista, para que se associasse a uma conspiração golpista contra Campos Sales. O estado de São Paulo já vinha conflagrado pelo movimento de 24 de agosto, espalhado por várias cidades das regiões cortadas pela média Sorocabana, Mogiana e Paulista, inclusive com depredação da linha férrea no trecho da Sorocabana por grupos armados. Em Itatinga a revolta contou com contigente de mil homens armados. Os municípios de Ribeirãozinho, Espírito Santo do Pinhal e Jacarezinho foram atacados por outros grupos armados que depuseram o governo local. Também em São Carlos, Araraquara e Franca, violentas manifestações tomaram as ruas, parte de um movimento mais amplo, cujas ações estavam interconectadas, inclusive no âmbito nacional, mas que acabou não

prosperando. Sua curta duração, no entanto, não minimiza a importância do movimento que agregou militares, o Partido Dissidente de São Paulo, monarquistas, mas também gente da situação, como Francisco Glicério. Até o General Mena Barreto seria preso em Curitiba, acusado de tentar depor o governo do Paraná. O teor do Manifesto publicado pelos rebelados é bastante elucidativo das dificuldades políticas que, ainda no governo Campos Sales, colocavam em cheque a estabilidade da República.

> [...] a nossa honra de povo livre, os nossos brios de povo independente, a nossa própria conservação reclamam de nós, nesta hora suprema de privações e ignomínias, toda a energia e todos os sacrifícios. A terra gloriosa de nossos avós, a nossa amada Pátria, outrora invejada pelo estrangeiro como uma das mais felizes do mundo, está transformada em lodaçal, paul pestilento, onde só podem viver as oligarquias, cevadas no tesouro, tripudiando sobre a onra nacional; [...] contemplai a miserável situação em que nos achamos! Fora do país, de bárbaros é a nossa fama. O governo brasileiro foi proclamado, na Europa o mais corrupto da Terra! ... De nossa supremacia na América resta apenas a lembrança! O nosso Exército venceu em 24 de maio ... já não pode impedir que a Bolívia nos tire o Acre, desintegrando o território nacional! A Marinha ... que outrora pôde escrever com sangue, mas com glória inexcedível a epopéia do Riachuelo, apodrece ingloriamente na baía do Rio de Janeiro...; [...] No interior as cores dos quadros desta atualidade não são menos negras. Tudo corrompido, tudo em decomposição: uma vasta podridão de norte a sul do país. A lavoura, vencida por uma crise tremenda ... O comércio, explorado pela ganância, batido pelo câmbio... As indústrias definham ao desamparao...; [...] Desgraçada situação! Pobre Pátria, cujo destino está em mãos de uma malta de aventureiros... Brasileiros; isto não pode continuar. Às armas!... É impossível maior dilação: soou o momento preciso, inadiável, em que cada cidadão deve cumprir o seu dever! E esse dever só será cumprido pela Constituição de um Governo Nacional, capaz, pela inteligência e pela honestidade, de garantir o nosso direito, repeitar a nossa liberdade e bem conduzir a Nação aos seus gloriosos destinos. (CARONE, 1977, p. 206, 207)

O Manifesto dava o tom do movimento que reunia, além dos militares, a dissidência paulista e aliados próximos que Campos Sales não conseguira agregar. O seu conteúdo, apesar da presença de monarquistas no movimento, não tinha caráter de restauração, até porque predominavam no movimento os republicanos. Denotava, é verdade, uma nostalgia, saudades de tempos que eles avaliavam de ordem, de estabilidade, em que o país era respeitado e invejado por estrangeiros: uma Pátria “das mais felizes do mundo”. Isto vindo de um grupamento tão diversificado, inclusive com a presença de militares jacobinistas, era sintoma de que as coisas públicas definitivamente não andavam bem. O Manifesto se originava de um movimento, fruto especialmente do declínio da política como meio de resolução de conflitos, da incapacidade de agregação do governo, e indicava o desgaste que a fragmentação e desagregação provocavam. Mais uma vez, ficava notório um cansaço, já acumulado, por conta de desacertos sucessivos e, ainda, da incapacidade da República em constituir

uma ordem estável, além de indicar um reconhecimento difuso de uma perda democrática em relação ao Império.

Campos Sales, no entanto, permanecia articulando para manter a prevalência de um perfil administrativo para sucessão presidencial, contrariando a idéia defendida pelos jacobinistas de que era necessário o retorno de um republicano histórico, tal como Júlio de Castilhos. Conseguiu o apoio majoritário dos paulistas e acordou com o governador de Minas Gerais, Francisco Silviano de Almeida Brandão, a vice, que ficaria para o próprio, fechando assim a chapa com Rodrigues Alves, já testado como administrador, para a presidência. Convencido Rodrigues Alves a aceitar o desafio, outros estados foram paulatinamente articulados até a consagração da candidatura em convenção em 20 de setembro de 1901. As eleições em 1º de março de 1902 confirmaram a vitória, por ampla maioria, dos candidatos governistas. Pelo menos do ponto de vista das elites havia um aval à política financeira de Campos Sales que conseguira, enfim, deter a inflação, com retração geral da economia, acompanhada de efeitos negativos, como a crise de desemprego que afetava em maior grau os segmentos populares. Mesmo assim, Campos Sales conseguiu, pelo predomínio do viés administrativo, assegurar uma calmaria política, até porque era mesmo contra a política que a opção administrava se colocava, e estabelecer uma outra ordem, contornando o caos incial da República. Mas isto à custa de um grande sacrifício, especialmente dos ambientes sociais de classe média mais baixa e trabalhadores, pela exclusão que o desemprego e a carestia provocaram. O descontentamento destes setores ficou patente com as manifestações de vaias e apitos que o perseguiram no percurso do palácio presidencial à estação de trem de onde partiria para São Paulo após a posse de Rodrigues Alves, em 15 de novembro de 1902. Mas o Partido Republicano Paulista fez questão de proporcionar-lhe a recepção que considerava devida, colocando uma boa platéia para recepcioná-lo quando de sua chegada à capital do estado. “A opinião pública do País [...] não tinha pelo governo, tão duramente fiscal de Campos Sales, nenhuma simpatia”. (BELLO, 1959, p. 197)

No governo de Campos Sales

> Degradara-se ainda mais a política republicana, com a “Política dos Governadores”; aviltara-se a significação democrática do Parlamento; diluíam-se as derradeiras esperanças no livre jôgo das instituições representativas; o seu confessado subôrno à imprensa como que oficializara a corrupção jornalística; à sombra do seu plano de extrema deflação monetária, tinham feito exclentes negócios banqueiros e especuladores estrangeiros e nacionais. ((BELLO 1959, p. 198)

Mas, também foi a forte contenção fiscal de seu período presidencial que propiciaria as realizações do governo Rodrigues Alves que tomou posse a 15 de novembro de 1902, sem vice, já que Silviano Brandão falecera em 25 de setembro de 1902. Novas eleições realizadas em 18 de fevereiro de 1903 dariam a vice-presidência a Afonso Pena, cuja posse se realizou em 25 de junho de 1903.

> A ótima situação fiduciária permite ao governo a plena realização de seus projetos: a construção de moderno porto no Rio de Janeiro e o contrato dos portos da Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul; edificações do Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Palácio Monroe, Instituto Manguinhos; ajuda à construção da Faculdade de Direito de Recife e às de Medicina de Salvador e de São Paulo. O rematamento de E. F. Mogiana, de Bauru a Mato Grosso; melhorias em trechos da E. F. Madeira-Mamoré e prolongamento da E. F. de Baturité. A instalação da fábrica de pólvora de Piquete, Estado de São Paulo; a compra de navios de guerra da Inglaterra; a construção da Fortaleza de Lage, na entrada da baía da Guanabara. Esta política material e de modernização do Brasil acrescenta-se a solução do problema do Acre após longas negociações. (CARONE, 1977, p. 211, 212)

No entanto, nem as realizações de Rodrigues Alves conseguiram evitar que também o seu governo fosse acossado pela ação dos positivistas. O grande embate girou em torno da questão da vacinação obrigatória, que os positivistas refutaram considerando-a “despotismo sanitário”. A primeira reação já ocorrera com a nomeação de Oswaldo Cruz, em 23 de março de 1903, para a Diretoria Geral de Saúde Pública, cuja atribuição era a defesa sanitária da cidade do Rio. Seu método de profilaxia da febre amarela, ainda não consagrado entre os médicos, divididos sobre o agente transmissor, se o próprio homem ou se o mosquito, foi bastante questionado. Substituído Oswaldo Cruz por novo dirigente, este apresentou à Câmara, em abril, um plano de combate à febre amarela, sem lograr êxito imediato, por conta do boicote à constituição da Brigada Sanitária, prevista pelo plano. Após cinco meses de tramitação o plano seria aprovado, porém a reação do Congresso foi apenas uma amostra do que ainda estava por vir. Nas ruas e na imprensa, os positivistas reagiram. Ainda em maio o governo proibiu manifestações para garantir a política de profilaxia que envolvia o combate ao mosquito. A situação agudizou-se em agosto com novo surto de febre amarela, levando o governo a apresentar, em outubro, um projeto à Câmara de luta contra a febre amarela, convertido em lei que dava poder pleno aos órgãos sanitários para fazer o que considerassem necessário para a erradicação da moléstia, inclusive a demolição de construções.

Os positivistas aumentaram o tom contra a escalada de demolições exigidas pela ação sanitária preventiva, que consideravam uma afronta à população. Os ânimos

acirrariam-se ainda mais com a apresentação ao Congresso, em 28 de maio de 1904, de projeto que instaurava a vacinação obrigatória, com os positivistas militares, e também civis, liderando debates públicos e questionando a competência do Congresso para "elaborar ou julgar as doutrinas médicas". (CARONE, 1977, p. 217) Em 5 de novembro de 1904 o Tenente-Coronel Lauro Sodré, jacobinista de quatro costados, fundava a Liga Contra a Vacinação Obrigatória que passou a funcionar no mesmo local do Centro das Classes Operárias, proximidade que foi fatal para o entrosamento das duas organizações na articulação dos movimentos de rua. O discurso de Lauro Sodré em exaltada reunião com a presença de centenas de pessoas no Centro Operário, às vésperas da regulamentação da lei, dava o tom da rebeldia contra o que consideravam

> inconstitucional, arbitrária, iníqua e vergonhosa lei de vacinação ... É um ato de força, ao qual, se poderia opor até a própria força ... Diz que a lei votada é o enxovalho da sociedade; o governo, persistente nesta idéia, deve ser repelido pelo povo, sedento e faminto de justiça, pois que esse corrupto governo está fora da lei e acima está o direito ... Diz que esse governo só tem o rótulo de republicano, porque isto que nós temos como forma de governo é uma República falsificada e deve haver a repulsa porque à Nação assiste o direito de repelir à força pela força ... Essa lei iníqua, arbitrária e deprimente provoca a reação, que deve ser feita por todos os meios até à bala. (CARONE, 1977, p. 218, 219)

As reações não se restringiram à capital, alcançando outros estados.

Os atos de rebeldia são tantos que a situação é imprevisível: em Mairinque, Estado de São Paulo, 36 operários são despedidos por não se submeterem à "tirânica medida"; na Bahia, praças do Regimento de Cavalaria da Polícia recusam-se a receber a vacinação contra a peste bubônica. Os jornais enchem-se de noticiários de pessoas que se negam a ser vacinadas e de outras que foram vacinadas. (CARONE, 1977, p. 218)

Aprovada a regulamentação da lei, em 9 de novembro de 1904, bastante detalhista, definindo público alvo que incluía crianças a partir de 6 meses, multas para infrações, bem como punições para possíveis imperícias do vacinador, estava dada a senha para a revolta que eclodiria a 10 de novembro. No dia seguinte, comício convocado contra a vacina redundou em inúmeras prisões. Nova reunião no dia 12 levou mais de 3 mil pessoas para a sede da Liga Contra a Vacinação Obrigatória, onde se ouviu o discurso de Barbosa Lima, afirmando que "o povo já não devia suportar o pesado jugo do governo dos fazendeiros, que, após haver explorado os pobres escravos, presentemente explorava a República". No mesmo diapasão Lauro Sodré reiterou que "só um governo de fazendeiros podia decretar" a vacina obrigatória. (CARONE, 1977, p. 220) Nos próximos dias a revolta se alastraria do centro para outros bairros, como Vila

Isabel, Santa Teresa, São Cristóvão, Estácio, Botafogo, com quebra-quebra de bondes, de vitrines, incêndios propagando-se com querosene ofertado pelos comerciantes, num clima de guerra com trincheiras erguidas, armas e muita munição. Os alunos e oficiais militares, vigiados desde denúncia que, em agosto, abortara um plano de revolta que vinham articulando, voltaram a se reunir em outubro. No início de novembro, em encontro realizado na Escola Militar da Praia Vermelha, decidiram os militares, em razão da revolta popular, antecipar a data do golpe. Já o Clube Militar, em reunião no dia 14 de novembro, com a presença dos generais Silva Travassos e Olímpio da Silveira, além do Tenente-Coronel Lauro Sodré e outros oficiais, aprovou encaminhar ultimatum a Rodrigues Alves para que demitisse J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, entregue pelo General Olímpio da Silveira. Rodrigues Alves pressentindo a intenção de golpe, ordenou ao General que se entregasse. Este, porém, desobedecendo-lhe a ordem, retornou ao Clube Militar, onde se decidiu pela aceleração do processo golpista. No entardecer do dia 14 grupamento de 300 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, liderado pelo General Travassos, rumou para o palácio do governo para depor Rodrigues Alves, conseguindo, no caminho, vitória parcial, ao derrotar as milícias legalistas em combate na rua da Passagem. No entanto, feridos o General Travassos e Lauro Sodré, os alunos sem comando, recorreram ao Tenente Potiguara, residente próximo ao local, que lhes sugeriu o retorno à Escola Militar, com o que aquiesceram. A adesão dos militares à revolta investiu o movimento de outro caráter, levando o governo a decretar estado de sítio para a capital e para Niterói, medida que foi prorrogada por três vezes sucessivas por mais 30 dias. Em meio a lutas acirradas, o governo assumiria o controle da cidade no dia 16, enquanto chegavam informações de que na Bahia também se sublevara parte do 9º Batalhão de Infantaria, sob liderança do Alferes Teodomiro Ramos de Queiroz, que confirmaria o controle do quartel no dia 18 de novembro, após refrega em que morreu o comandante interino, o Major Inocêncio Fabrício de Matos. Dirigiu-se, então, com a parte da tropa que o apoiara para o 5º Batalhão onde encontraram resistência. Decidiram então ocupar parte da cidade de Salvador até serem rendidos pelas forças legalistas, sob o comando do Coronel Sotero de Menezes.

O governo reagiria com firmeza. Os alunos das Escolas Militares, depois de deslocados para o Rio Grande, onde seriam distribuídos pelas unidades de fronteira, foram excluídos do Exército por decreto. As Escolas da Praia Vermelha e do Realengo

seriam extintas e grande parte dos envolvidos foi desterrada para o Acre. Enquanto o General Travassos morria por conta dos ferimentos, Lauro Sodré foi preso, após fuga e Serzedelo Correia enviado para o Mato Grosso.

Talvez por conta da circunscrição do movimento a um grupo mais restrito do ambiente militar, foi aprovado, em setembro de 1905, projeto de anistia que Ruy Barbosa apresentou, juntamente com outros senadores.

Até a Igreja Positivista do Brasil procurou se dissociar do movimento revolucionário, porém reafirmando o combate à vacinação obrigatória, desde que por meios pacíficos.

> [...] Não é lícito acusar indistintamente os positivistas brasileiros pela conduta política de pessoas que não fazem parte de nossa Igreja, embora se digam positivistas ou possam passar por positivistas. Porque não temos cessado de mostrar que tal conduta é contrária às prescrições as mais formais da Religião da Humanidade. (CARONE, 1977, p. 229)

Mas o governo Rodrigues Alves ainda não estaria de todo vacinado contra distúrbio militar. Em 8 de novembro de 1905 ocorreria a revolta da Fortaleza de Santa Cruz, quando soldados reagiram contra a brutalidade dos seus comandantes que foram mortos no evento. O governo, no entanto, conteria com rapidez o movimento, cercando e rendendo os rebelados.

O fato é que mesmo os governos civis não conseguiram evitar os sobressaltos militares, muito influenciados por pretensões dogmáticas. No caso das medidas sanitárias, parece que não houve também disposição efetiva para persuadir as pessoas sobre algo inteiramente novo e que, portanto, causava apreensões e resistências por parte da população. Mais uma vez a falta de disposição para o diálogo prevaleceu, impedindo uma solução negociada, que levasse em conta os costumes e crenças das comunidades. De um lado estavam os positivistas que recusavam as novas medidas sanitárias, considerando-as inaceitáveis por contrariar o seu credo, estimulados pela reação de uma população que via com suspeita os propalados avanços da ciência a indicar soluções repentinas para erradicação de doenças cronicamente disseminadas naquela sociedade, contrariando seus costumes e experiências. Por outro lado, os promotores das novas propostas para saúde pública pareciam não atentar para a importância de um trabalho de persuasão, procurando, ao contrário, impor razões científicas, até procedentes, tanto contra um dogmatismo quase cego que orientava os positivistas quanto contra uma cultura popularmente disseminada.

O controle político sobre os estados permaneceu o mesmo iniciado pelo governo Campos Sales, com Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul, permanecendo no papel de condutor das indicações de deputados e senadores através da comissão de verificação dos poderes que detinha poder efetivo para eleger ou cortar candidatos. Pinheiro Machado, a rigor, soube utilizar-se do espaço conferido a ele, exercendo influência sobre o processo sucessório que se iniciou em 1905, trabalhando, inclusive para contestar não só a tradição de candidaturas oficiais, mas também a prevalência dos paulistas. A diversificação de candidaturas representava um questionamento deste sistema e demonstrava maior complexificação do quadro. Além de Bernardino de Campos, duas vezes governador de São Paulo, respeitado como administrador, chefe inquestionável do Partido Republicano Paulista, também disputava a indicação, por São Paulo, Campos Sales. Desta vez, no entanto, havia candidaturas com origens distintas. Ruy Barbosa pleiteava pela primeira vez, com apoio da Bahia, Afonso Pena seria escolhido por Minas Gerais, enquanto o Rio Grande do Sul reiterava o nome de Campos Sales, por conta do interesse de Pinheiro Machado de constestar a candidatura oficial, que se configurava em torno do nome de Bernardino de Campos. Também apoiava Campos Sales o ex-governador da Bahia, Severino Vieira, mas, José Marcelino, o governador, estava com Ruy Barbosa na perspectiva da Bahia lançar um nome de repercussão nacional.

Bernardino de Campos acabou afundando a sua candidatura por conta de entrevista concedida a Alcindo Guanabara, onde afirmava uma proposta antiprotecionista em tempos de crise na agricultura, no comércio e na indústria, o que gerou enormes resistências. Sem o apoio de Rodrigues Alves e impelido por Pinheiro Machado, Campos Sales desistiria da candidatura. Enquanto isto os mineiros dos grupos de Francisco Sales e Bias Fortes conseguiram consenso em torno do nome de Afonso Pena, para se contrapor à política paulista. Com este quadro, Ruy Barbosa, cujo principal intento era contestar as candidaturas oficiais, considerou mais conveniente recuar diante da indicação mineira, também por influência de Pinheiro Machado.

Havia em comum entre Ruy Barbosa e Pinheiro Machado a compreensão de que a ausência de partidos nacionais fizera do Congresso um amontoado de vontades estaduais. Pinheiro Machado, apesar de contribuir para aquela situação, pelo seu papel na comissão de verificação dos poderes, tinha, por outro lado, uma observação privilegiada dela, além de deter um controle do Legislativo que lhe permitiu articular

um grupo, *Coligação*, composto de 150 parlamentares, que pudesse traduzir a sua influência nacionalmente. Para Ruy Barbosa a *Coligação*, cujos deputados e senadores assinaram manifesto em apoio à chapa Afonso Pena/Nilo Peçanha, poderia ser um embrião para um partido nacional. Porém, frustrada sua expectativa, Ruy deixaria o grupo em outubro de 1905.

O período Rodrigues Alves testemunhou a influência ainda importante dos positivistas que tiveram decisivo papel na severa crise da revolta da vacina, presenciou confrontos armados entre oligarquias estaduais, como os ocorridos em Mato Grosso e Sergipe, demonstrando quão automático ou corriqueiro ainda era o recurso à violência em detrimento da política para dirimir conflitos, mas, também, operou realizações que conquistaram reconhecimento para o governo. O Rio de Janeiro melhorou sua condição de saneamento e ganhou moderna urbanização, ainda que frutos de uma visão urbanística e sanitária de viés impositivo. Vários estados foram beneficiados com obras e a situação financeira estava confortável para o seu sucessor, Afonso Pena, que assumiria a 15 de novembro de 1906.

Afonso Pena inaugurou seu governo com o objetivo de cumprir compromisso assumido de estabilizar a moeda, o que fez através do Ministro da Fazenda, o jovem Davi Campista, parte do chamado "Jardim de Infância", que criaria a Caixa de Conversão, sistema que recolhia o resultado das operações de crédito externas e os ingressos em moeda estrangeira, constituindo um lastro para emissão de cédulas a um câmbio fixado, garantindo assim a estabilidade dos salários e da produção nacional. Com a tendência ascendente do câmbio e declinante do café, beneficiaram-se muito os produtores paulistas. Também o aumento dos impostos alfandegários e o aumento da cota ouro sobre estes permitiram uma proteção da indústria nacional contra a concorrência externa. Ao lado destas medidas econômicas, dedicaria esforço importante para a infraestrura do país. Outro ponto que ocuparia sua gestão e atrairia acalorado debate foi a reorganização do Exército. O Ministro da Guerra, o General Hermes da Fonseca pretendia um lugar destacado para o Exército dentro do governo. Lograria êxito na sua pretensão de reestruturação do Exército, que seguia linha adotada por ele próprio quando comandante de alguns quartéis, onde introduziu a prática de exercícios e exigia condições de higiene e limpeza ainda incomuns. Mas, a principal e mais polêmica questão foi a introdução do serviço militar obrigatório, partindo de um sorteio entre os alistados. Ruy Barbosa interpretou o movimento pela obrigatoriedade como um

incentivo ao belicismo, enquanto no âmbito da sociedade civil um grupo de operários fundava uma Liga Antimilitarista que via a medida com a mesma "repugnância com que parte da opinião recebeu a lei de sorteio". (CARONE, 1977, p. 242) A obstrução no Congresso liderada por Barbosa Lima, um militar, mostrava o grau de dificuldade para sua aprovação, que sofreu inúmeras revisões. O debate se acirraria na transição de 1907 para 1908, com intensificação da reação dos positivistas e operários, que contrastava com o apoio acalorado de segmentos da elite burguesa, decisivo para o governo conseguir aprovação do projeto que se converteria em lei em maio de 1908. Todo este processo conferiu a Hermes da Fonseca destaque em popularidade entre seus pares de governo, conquistando prestígio e propiciando, assim, condições, ainda embrionárias, para o salto que viria a dar para uma candidatura descolada dos projetos que Afonso Pena vinha articulando para sucessão, que passava pelo grupo dos jovens, ironicamente chamados de "jardim de infância". A estratégia de Afonso Pena, apelando para mineiros noviços na vida pública, visava, desde o início, garantir a primazia de sua influência sobre seu próprio governo e restringir a dos grupos políticos já dominantes, o que, evidentemente, atraiu reações, em especial a de Pinheiro Machado, cuja liderança no Congresso se viu limitada pela atuação das lideranças jovens introduzidos por Afonso Pena no Legislativo, entre eles o líder do governo, Carlos Peixoto Filho, todos bastante articulados com o presidente de Minas Gerais, João Pinheiro, potencial candidato à sucessão de Afonso Pena. A prematura morte, aos 47 anos, de João Pinheiro, afetaria não só a política mineira, que vinha sofrendo os impactos inovadores de sua gestão, que procurava se dissociar dos métodos tradicionalmente empregados pelos antigos grupos políticos, introduzindo critérios de mérito e capacidade para formação da equipe de governo, abrindo espaço para a participação e formação dos mais jovens que, em Minas e no governo central constituíam uma espécie de "jardim de infância" ampliado, mas repercutiria também sobre a sucessão presidencial. O desaparecimento de João Pinheiro diminuiria a margem de manobra de Afonso Pena, que afirmaria a alternativa de David Campista, num contexto em que o próprio "jardim de infância" se debilitara com a ausência de João Pinheiro à frente do governo mineiro. Talvez este vácuo político tenha favorecido o desdobramento sucessório que acabou por produzir a mais instingante disputa à sucessão presidencial da Primeira República, pelo que representavam as candidaturas de Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa.

A candidatura de David Campista não estimulava agregações e expressava o caminho solipsista que estava a trilhar Afonso Pena. As consultas e gestões que fazia já sinalizavam para o isolamento. Entre os consultados por Afonso Pena estava Ruy Barbosa que responderia sobre a possibilidade de apoio à candidatura, dizendo sobre David Campista que

> ninguém dele cogitaria para o lugar de chefe da Nação a não ocupar ele atualmente o posto de Ministro. Moço de talento e futuro, não tem evidentemente para o cargo supremo do Estado, experiência, madureza, autoridade. O seu reconhecimento na Câmara não ocorreu sem tropeços... No seu próprio Estado, portanto, a opinião não o classifica entre os seus filhos mais beneméritos... A sua investidura seria uma criação do Presidente da República. Só este disporia do poder suficiente para tanto. Eu espero, meu caro amigo, que V. não tome sobre os ombros esse desserviço ao regime e à Nação". (CARONE, 1977, p. 246, 247)

Até mesmo Bias Fortes, chefe político de Barbacena, pessoalmente relacionado com Afonso Pena, revelava em entrevista ao jornal *O País* a cisão na política de Minas, ao desqualificar a candidatura de Campista atribuindo sua escolha à vontade unilateral do presidente.

As restrições à candidatura de Campista vieram de tantos lados que levaram o candidato à desistência em 13 de maio de 1909. Ruy Barbosa tinha razão quando disse naquela mesma resposta a Afonso Pena que "nenhum cidadão se deve considerar candidato, enquanto não designado por um movimento da opinião pública, por um partido político, ou por um Estado da União [...]" (CARONE, 1977, p. 246)

Enquanto se ocupava com uma candidatura sem perspectivas, Afonso Pena deixou correr solto o espaço político para a articulação da candidatura de Hermes da Fonseca, seu prestigiado Ministro da Guerra. Desde outubro de 1908, Hermes fora assediado por grupos de militares para assumir a candidatura, mas ele recusou sucessivas vezes. Em 26 de janeiro de 1909 a violenta repressão policial sobre um comício popular foi o suficiente para reunir civis, entre os quais Lopes Trovão e José Mariani, em torno de um núcleo de resistência ao governo. Em fevereiro de 1909 foi a vez dos militares se manifestarem com a participação de importantes nomes, Mena Barreto entre outros. A oportunidade para a volta do domínio militar parecia dada.

Em abril de 1909, Pinheiro Machado, sondado por dois generais sobre a candidatura de Hermes da Fonseca, que tempos depois apoiaria, deixou claro que não via com bons olhos a iniciativa, demonstrando receio em relação a uma candidatura articulada fora do ambiente político "como está sendo agitada, fora do meio

propriamente político, é uma candidatura revolucionária e que só pelos meios revolucionários poderá triunfar". (in CARONE, 1977, p. 249)

Vaticinava ainda que mesmo se deixasse o Ministério em tempo hábil para viabilizar a candidatura, Hermes da Fonseca estaria se colocando como

> candidato em oposição ao presidente da República. Em tais condições, no próprio Exército, que, aliás, não é, nem deve ser, força política, a candidatura do Marechal Hermes encontraria oposição... Como candidatura revolucionária não posso ser por ela, como não pode ser nenhum bom republicano. (CARONE, 1977, p. 249)

Mas as perpectivas da candidatura ampliavam-se e na véspera da desistência de David Campista, o aniversário de Hermes da Fonseca, em 12 de maio, foi transformado num ato eleitoral de repercussão. Ainda relutante, Hermes, após decidir não se candidatar, aceitaria na noite do mesmo dia 14 a candidatura que horas antes recusara. Sua carta de demissão do Ministério da Guerra pegou de surpresa o presidente Afonso Pena, desestabilizando-o e colaborando para o desesequilíbrio de sua saúde, o que seria fatal.

Descartada a candidatura oficial de David Campista, com Ruy Barbosa e Rio Branco, cogitados como candidatos, manifestando-se contra tal pretensão, um gradativo movimento de adesões iria, por gravidade, sedimentar a candidatura de Hermes da Fonseca. Os militares valiam-se da cisão entre os civis para persuadir importantes lideranças políticas civis dos estados. Pinheiro Machado, tão peremptório em sua recusa inicial, chamaria para si a responsabilidade da candidatura, numa disputa de autoria com os segmentos militares que repercutiria adiante, no governo Hermes da Fonseca, em conflitos entre o pinheirismo e o militarismo.

A morte de Afonso Pena a 14 de junho de 1909 e a conseqüente assunção de Nilo Peçanha, garantiria o apoio oficial a Hermes da Fonseca, consolidando a aliança entre Nilo e Pinheiro Machado, que só viria se deteriorar com um episódio em que se posicionaram em campos distintos no conflito entre oligarquias no Amazonas, que levou à deposição do governador Antônio Clemente Bitencourt por intervenção armada dirigida pelo Coronel Pantaleão Teles, que autorizou o bombardeio da cidade de Manaus para forçar a saída do governante. Este processo se prolongaria de 8 a 25 de outubro quando foi reempossado o governador, com destacada contribuição de Nilo Peçanha, que orientou medidas enérgicas, exonerando o Coronel Pantaleão e processando os envolvidos, para restabelecer a situação.

A candidatura de Ruy Barbosa se viabilizaria, em parte, por conta da adesão de São Paulo, à esta altura alijado das articulações em torno de Hermes da Fonseca. Mas a própria convenção que aprovou seu nome em 22 de agosto de 1909, processou-se com a inédita participação de 350 delegados eleitos pelos municípios, muito significativa, e não apenas em relação à candidatura de Hermes, cuja convenção em maio não se distinguiu das práticas que orientavam as precedentes, sustentada exclusivamete pelos grupos políticos estaduais, mas especialmente indicava que havia algo mais que São Paulo a tornar viável a candidatura de Ruy Barbosa. Aquela inédita participação municipal se refletiria na campanha, contribuindo para que adquirisse um tom popular jamais visto anteriormente.

Parecia emergir um Brasil que desejava se inovar, mas que durante todo o período inicial da República resistira, ainda que muitas vezes silenciosamente, à espanholadas, como diria Gilberto Freyre, e encontrava agora um meio de manifestar a sua expectativa de progresso também democrático. O viés autoritário e excludente que prevalecera até então, quer pela via militarista jacobina, quer pela supremacia econômica no tempo dos presidentes civis, parecia não ter apagado a herança de uma tradição que politicamente teve em José Bonifácio a sua mais legítima expressão.

> José Bonifácio como que continuara a ser, depois de morto, o orientador principal do desenvolvimento do Brasil: daquelas suas forças que Eduardo Prado chamava "forças vivas" antes dessa expressão haver se tornado acaciana; [...] José Bonifácio a figura máxima de político-sociólogo produzido pela América Portuguesa; e a mais capaz de inspirar aos brasileiros do século XX desejos de progresso – inclusive de progresso democrático – que se conciliassem com as tradições luso-americanas de autoridade política e de segurança social. (FREYRE, 2002a, p. 789)

A campanha tangenciaria aspectos sociais, como a questão da educação, que estavam distantes da preocupação daquela República que retirara de vez da pauta a agenda social que o abolicionismo levantara e que Ruy aprofundaria muito na campanha de 1919, quase resgatando a agenda social do abolicionismo.

> [...] é que não apareceu na república de 89, durante seus primeiros dois ou três decênios, nenhum homem público que se ocupasse no Parlamento da "questão social" no Brasil com o vigor e com a amplitude dada à análise política do assunto por Joaquim Nabuco, durante os seus grandes dias de deputado por Pernambuco à Câmara do Império. (FREYRE, 2002a, p. 882)

O fato é que a preocupação com a questão social ainda não seria focal na campanha civilista voltada que estava para a afirmação da participação política civil contra a primazia militar. Estranho que a lacuna social tivesse mais perceptível para

quem estava no exílio, como o Príncipe Luís de Orléans-Bragança, “pioneiro, na República brasileira de 89, do Socialismo de Estado” (FREYRE, 2002a, p. 883)

A República liderada por civis, focara nos interesses econômicos, que passaram a definir a condução do país, deixando de lado as questões sociais, o que, em tempos de maior diversificação social significaria uma opção de cristalização da exclusão. O período de prevalência militar, com o positivismo que o inspirava, ocupou-se, por outro lado, em assegurar a manutenção da República, intimidando possíveis dissidências restauradoras, em nome da verdade atestada pela religião comteana, que não deixava espaço para a contracena crítica. Desta forma, por uma e outra via, consolidou-se um viés autoritário e excludente, seja pela imposição econômica, excluindo o *demos* de participação e disvirtuando a esfera pública em fragmentos privados, seja pelos explícitos apelos golpistas militares, ainda que desinteressados dos assuntos propriamente econômicos.

> [...] teria se inaugurado com a República, no Brasil, novo tipo de relações entre os interesses econômicos, particulares ou regionais, e o poder político nacional; e nesse novo tipo de relações da economia com a política e das regiões com o centro político do País teriam se destacado políticos civis paulistas, em parte contrariados pelos militares – vários deles Positivistas – de outras origens; e mais desinteressados de empresas econômicas, mais desprendidos de conveniências econômicas regionais, do que aqueles civis. [...] interesses econômicos de grupos estaduais e regionais, nem sempre coincidentes com os gerais ou nacionais, [...] através daqueles [...] é que a República pareceu de certo modo constituir, nos seus primeiros dias de regímen consolidado, o “Eldorado” de São Paulo, [...] pelo fato de ter a sub-região paulista, à sombra ainda do Império, cautelosamente se preparado para a *débâcle* da Abolição, através da imigração européia concentrada nas suas terras não só providencialmente roxas como de clima semelhante ao europeu. Compreende-se que dos políticos republicanos, vários, ao se tornarem entusiastas da crescente valorização da economia do Sul, o tenham feito do ponto de vista dos produtores de café e dos fundadores ou renovadores de indústrias que vinham aparecendo ou se aperfeiçoando na mesma parte meridional do País. Desse ponto de vista, o problema de proteção ao trabalho não era problema máximo porém mínimo. Era uma valorização que de início teria exigido daqueles produtores de café e demais industriais considerável diminuição dos lucros que elevaram alguns deles a nababos. Pois os primeiros anos de regímen republicano foram de sofreguidão, da parte de industriais, pelos grandes lucros; e caracterizados pela presença de advogados administrativos a serviço de homens de negócios, entre os políticos; sob a forma, até de políticos. Novidade que, no Império, teria provocado a imediata intervenção do Imperador. (FREYRE, 2002a, p. 892, 893)

Não que àquela época houvesse apenas esta trilha, como exclusiva para o inevitável caminho do progresso que a mão invisível do mercado indicava. A crítica e a indicação de outras possibilidades foram apontadas por contemporâneos. O próprio D. Luís de Orléans-Bragança, como vimos, se interessava pelo tema, que discutiu em cartas com Martim Francisco de Andrada.

> Vejo com grande prazer que há ao menos um monarquista [no Brasil] que dá toda sua atenção às questões operárias, que hoje em dia têm uma importância capital. Tive a este respeito há poucos dias uma longa conversa com o Rei dos Belgas, meu primo. É o soberano que tem estudado mais essas questões. É preciso dizer que na Bélgica, como aliás nas outras principais Monarquias da Europa, as leis protegem muito mais o operário do que nas Repúblicas como na França e nos Estados Unidos. (FREYRE, 2002a, p. 893)

Também Eduardo Prado manifestava sua preocupação com a questão social, já no final do século XIX, e criticava a "burguesia gozadora que se diz republicana, ou pelo menos democrática" por não dar a devida atenção ao que considerava "o grande fato do findar deste século". (PRADO, 1980, p. 134)

Confirmava Prado o papel de algumas monarquias no sentido de sinalizar para a questão social, precedendo, neste aspecto, o relato de D. Luís na carta a Martim Francisco, acentuando o contraste com experiências republicanas que desprezavam a questão social.

> [...] Ainda há muito por fazer, mas as grandes monarquias deram o sinal, e este foi principamente o congresso europeu que o Imperador Guilherme II forçou a se reunir em Berlim para estudar os meios de melhorar a sorte dos proletários. O movimento está inciado; onde ele encontra mais resistência é em França, baluarte da burguesia republicana, e nos países latinos que mais ou menos se inspiram no espírito francês. (PRADO 1980, p. 134)

A tentação de interpretar estas palavras de Eduardo Prado apenas como saudosismo de um comunitarismo pregresso que os velhos regimes ainda poderiam inspirar não se sustenta pelo contexto de sua análise que revela uma cortante e lúcida percepção do que já se insinuava em termos de exclusão, naquela quadra do capitalismo de perfil liberal, com direitos em alguns casos formalizados, porém não materializados, destacando o papel de liderança dos Estados Unidos neste processo de destituição da política, mas também criticando o copismo do Brasil, que optara por importar um modelo desencaixado das nossas circunstâncias.

> Tratar de comércio! Eis aí a grande ambição norte-americana, ambição que não é propriamente do povo, mas sim da classe plutocrática, do mundo dos monopolizadores que, não contentes com o mercado interno de que eles têm o monopólio contra o estrangeiro, em virtude das tarifas proibitivas nas alfândegas, em detrimento do pobre que se vê privado de grande benefício que a concorrência universal lhe traria com o forçado abaixamento dos preços. Esta classe plutocrática governa o povo americano com muito mais rigor e tirania do que o Czar da Rússia emprega na suprema direção do seu povo. Ela suga a seiva americana, e, praticamente, pelo poder do ouro, tem privilégios reais e positivos muito maiores do que os da nobreza e do clero na Europa, nos tempos passados. A milinionocracia domina os caminhos de ferro, as docas, as fábricas e, das sobras dos seus proventos, tira com que governar, e subsidiar e converter em seus servos obedientes todos os políticos dos Estados Unidos, país único do mundo em que a simples designação de político (politician) tornou-se, com muita e muita razão, uma verdadeira injúria. (PRADO 1980, p. 125, 126)

> A classe dos donos de caminhos de ferro, dos monopolistas e dos industriais que a ferocidade do protecionismo enriqueceu em detrimento do conforto e do bem-estar do pobre [...] O governo e os políticos de Washington são os representantes diretamente interessados ou indiretamente subsidiados que hão de procurar por todos os meios proteger os ricos e os satisfeitos contra os famintos. (PRADO 1980, p. 135)
> E a escola fatal dos imitadores de instituições não atende ao contra-senso do seu sistema, nem aos funestos resultados que produzem as leis transplantadas arbitrariamente de um país para outro.
> Copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: Sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma cousa. [...] Assim os países sul-americanos querem ser ricos e prósperos como os Estados Unidos, e pensam que conseguirão isto copiando artigos da constituição norte-americana. [...] "Nos Estados Unidos rouba-se muito", pensa o empregado público sul-americano, "e apesar disso, são um grande país; ora, por que também não será grande o meu país, apesar de eu roubar e dos meus colegas roubarem?" [...] Essa é a influência deletéria que os Estados Unidos exercem na América. (PRADO, 1980, p. 168, 169)

De fato a República primava pelo copismo fruto de concepções que não estavam confortáveis com nossa própria formação e circunstâncias e que prescreviam soluções corretivas para o Brasil. Os nossos jovens enviados para estudos nos Estados Unidos voltavam confirmando estas teses. A imitação de projetos alheios à nossa experiência era também por eles estimulada, deslumbrados que estavam pela experiência dos Estados Unidos.

> E esta mocidade julga as cousas americanas, compara os Estados Unidos com o Brasil, não vê nossas qualidades, não conhece os antecedentes da nossa história, os feitos dos nossos maiores, e por isso quer lançar tudo ao desprezo, rompendo com o passado, e, se eles pudessem, transformariam a sociedade brasileira num arremedo simiesco dos Estados Unidos que eles julgam o primeiro país do mundo, porque há por lá muita eletricidade e bons water closetes. Não tendo a ponderação que à raça saxônica dá a harmonia do seu desenvolvimento, estes nossos pobres luso-índio-negróides desequilibram-se de todo, no meio da febricitação americana. (PRADO, 1980, p. 177)
> Devemos concluir tudo quanto escrevemos: Que não há razão para querer o Brasil imitar os Estados Unidos, porque sairíamos da nossa índole, e, principalmente, porque já estão patentes e lamentáveis, sob nossos olhos, os tristes resultados da nossa imitação; [...] (PRADO, 1980, p. 179)

O paradoxal é que a campanha civilista teve como líder exatamente alguém, como Ruy Barbosa, que bebeu desta fonte, que ajudou a construir uma constituição copista e que foi comprometido com a luta republicana desde o período do Império, e precisamente por estas razões, adquire especial significado as críticas que ele, republicano de primeira hora e também positivista, fazia sobre uma carência democrática intrínseca naqueles tempos da República, contrastando-a com a manifestação pluralista corrente na Monarquia e com a abertura que permitiu as conquistas democratizantes, resultantes da audição de múltiplas vozes durante aquele período. Era o reconhecimento da existência de um ambiente com um grau de participação que permitiu à sociedade obter resultados quando pressionava por suas

demandas, o que se viu ao longo do processo abolicionista, em especial com o crescimento gradual, porém bastante efetivo, da participação popular no movimento abolicionista.

A recusa da tradição ibérica de conciliação e a indiferença em relação às demandas sociais e políticas, afastava a população, mas ao mesmo tempo fomentava insatisfações, criando assim um ambiente potencial para a expressão popular deste descontentamento. O comando da sucessão pelo próprio presidente, repetindo tanto Afonso Pena, como posteriormente Nilo Peçanha, a prática já consolidada do governante definir seu sucessor, constituindo um monopólio político que refutava compartilhamentos mais amplos e disputas que contassem com a participação real da sociedade.

Aquele Ruy, que em parte comungava do positivismo dos fundadores da República, dava vazão agora a um outro Ruy que também estivera presente quando profundamente desagradado com manobras autoritárias recorreu à justiça para proteger ou garantir a defesa da livre manifestação política, contrariando os radicalismos que seduziam os jacobinos da república. A sua participação inicial como construtor da primeira constituição republicana, importada do modelo americano, numa afirmação da sua afinidade com o positivismo construtivista, e como Ministro da Fazenda não o tornou refém do poder a qualquer preço, nem tão pouco paralisou seu pensamento e ação política. Seu pensamento e ação política evolveram à medida que refletia sobre as condições da república, questionando, por vezes incisivamente, atitudes que restringiam a democracia e estimulavam a centralização autoritária “Sua corajosa atitude durante o governo de Floriano Peixoto, quando se fizera advogado, perante a justiça, dos perseguidos políticos, inspirara sinceras simpatias”. (BELLO, 1959, p. 246)

O Ruy da campanha civilista se distanciava do figurino exclusivamente positivista do início da República, mais preocupado com as questões democráticas, buscando alternativas de conciliação, enfim assumindo de maneira inédita a participação popular numa campanha presidencial.

A disputa com Hermes da Fonseca resultou de uma posição refletida de Ruy Barbosa, após ter insistido no nome de Rio Branco como alternativa de conciliação. Como também foi amadurecida sua posição em relação a Hermes da Fonseca, deixando claro que não havia razão pessoal que o colocasse contra Hermes, mas eminentemente política. Sua carta, de 19 de maio de 1909, que enviou a Glicério e Azeredo,

intermediários da consulta de Hermes sobre possível apoio de Ruy, à cuja anuência condicionava, então, o futuro de sua candidatura, é uma peça política que merece transcrição na íntegra pela a análise política sobre a importância daquele momento sucessório, sobre as implicações de uma candidatura militar e a necessidade de uma reação civil, além de prenunciar o potencial, em termos de apoio popular, de uma candidatura que tivesse nome, respeitabilidade e crédito nacionais.

A carta, que foi divulgada publicamente, mesmo ressalvando as relações de afeto mútuo que o ligavam a Hermes da Fonseca, era centralmente política e como tal gerou reação bastante positiva nos meios políticos que reagiam à candidatura militar.

> Rio, 19 de maio de 1909
> Srs. Senadores F. Glicério e A. Azeredo
> Meus caros amigos,
> Considerei toda esta noite no assunto que ontem de tarde me vieram submeter, e sobre o qual lhes requeri essas horas de reflexão. Um grupo dos nossos mais eminentes chefes políticos, depois de uma deliberação celebrada anteontem, oferecera ao ilustre Marechal Hermes da Fonseca a presidência da República; e S. Exa respondera, declarando que aceitaria, sob a condição de anuirmos o Barão do Rio Branco e eu. Sobremodo me honram os termos em que o honrado Marechal pôs a questão. Mas a natureza dela exige que eu lhe responda, sobrepondo-me às impressões do meu desvanecimento. Nem de outro modo guardaria, à confiança com que fui disitinguido, a lealdade que lhe devo.
> Bem antigas são as relações de mútuo afeto entre mim e o Marechal Hermes. Datam elas da fundação da República no Brasil. Naquela época, naturalmente assinalada pelo desequilíbrio e pelas ambições, vi sempre destacar-se, entre os parentes e amigos de Deodoro, um tipo que me chamava a atenção e me cativava a simpatia pela sua discrição, pela sua modéstia, pelo seu desinteresse, pela sua severidade precoce, pela correção da sua atitude civil e do seu porte militar. Era o jovem oficial, a quem não conheci nunca uma pretensão, nunca soube jamais envolvido numa intriga. Dir-se-ia que da sua consangüinidade próxima com o chefe do Estado se não lembrava ele, senão para ser o tipo de virtudes não comuns. Elas atraíram e ficaram até hoje a minha estima, que as suas manifestações de apoio, em momentos de grave perigo meu durante os períodos tumultuosos do regime, elevaram ao grau de amizade verdadeira e reconhecida. Muito me prezava e prezo de a cultivar.
> A alta consideração com que agora mesmo me obsequia dá-me um sinal mais da sua benevolência para comigo e aumenta para com ele o débito da minha gratidão. A luz, pois, dos meus sentimentos pessoais, a sua presidência seria, para mim, o Governo do País por uma amigo de provada afeição e inquebrantável firmeza.
> A farda, que ele veste, não constitui objeção ao exercício de servir ao País nesse posto, uma vez que ele se não confira ao militar, mas ao cidadão. Há, e tem havido, nas duas Câmaras, do Congresso, oficiais do nosso Exército que professam ativamente a política de um modo mais ou menos brilhante. Habilitados assim como o tirocínio e a experiência de homens de Estado, nada se oporia que ocupassem a direção do Governo, onde entrariam até a certos respeitos, com vantagens sobre nós outros, pelo conhecimento mais direto de um serviço, a cuja perfeição está ligado um dos maiores interesses da Nação: o da sua respeitabilidade e defesa militar. Assim, que, se o honrado Marechal saísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político para a situação do Chefe do Poder Executivo, o fato seria natural, e a sua candidatura teria sido acolhida com o meu imediato assentimento.

Mas bem diversas me parecem as circunstâncias, que a caracterizam, e eu não a posso apreciar, sem rememorá-las. A situação atual, onde essa candidatura tem origem, resulta do afinco do Sr. Presidente da República no seu erro de dezembro do ano passado. Eu lho demonstrei então na minha carta de 16 desse mês, que S. Exa me agradeceu com expressões cativantes; demonstrei-lho com palavras e predições, que os sucessos de agora acabam de confirmar ponto por ponto. Excluindo-me do número dos pretendentes, e discutindo assim a matéria com a maior isenção, supliquei, àquele a quem dera sobejas provas de minha amizade, que deixasse livre ao País a escolha do Chefe da Nação, observando-lhe não faltarem à República homens idôneos, para suceder na cadeira presidencial.

Terminava esse documento, assegurando que de tal erro os seus autores só colheriam "contratempos e decepções incalculáveis". Aconselhando, enfim a S. Exa que se abstivesse "dessa responsabilidade inútil e funesta", terminava eu dizendo-lhe: "Ela lhe amargurará os seus dois últimos anos de administração, reservando ao seu sucessor dias ainda piores, depois de semear nos costumes do regime um exemplo, cujas conseqüências desacreditarão e arruinarão irremediavelmente o nosso sistema de governo".

Se o Dr. Afonso Pena reler hoje a minha carta de 16 de dezembro, e comparar as suas profecias e os seus conselhos com as vozes dos que o acoroçoaram a não ceder, verá onde estava a sinceridade, a verdade, a amizade.

Aferrenhando-se, porém, S. Exa na sua resolução, conhecida, como para logo ficou, a sua lamentável irredutibilidade, que é o que cumpria aos reponsáveis pela direção das coisas poíticas? Claro está que a organizar logo e logo a resistência em torno de uma candidatura capaz de contrastar com a oficial. Quando não, ao Governo tenaz no seu abuso iríamos deixar a vantagem irrecuperável de todo o tempo que perdêssemos.

Ora, foi justamente o que se fez. Decorreram folgadamente cinco meses, aproveitados em organizar a cabala entre os Estados, a benefício dessa pretensão desastrosa. Quando, afinal, acordamos, viu-se que a candidatura oficial estava morta, não nas entranhas maternas, mas na cabeça olímpica do seu progenitor, donde havia mais de meia gestação que aguardava o surto da nova divindidade misteriosa. As rivalidades, os interesses, os enredos políticos, haviam consumado, entretanto, as suas devastações habituais; e, quando os chefes se congregam agora, a fim de se concertarem todos sobre um nome, que se indique aos votos da Nação, para lhe tomar o leme do governo daqui a ano e meio, não encontram ninguém, a cujo respeito se possa estabelecer, ao menos uma decisiva maioria. Ninguém ... Pois Mato Grosso não tem o Sr. Joaquim Murtinho? Santa Catarina, o Sr. Lauro Muller? S. Paulo, o Sr. Rodrigues Alves, o Sr. Campos Sales, o Sr. Bernardino de Campos, o Sr. Francisco Glicério, o Sr. Albuquerquer Lins e o Sr. Antonio Prado? Minas, o Sr. Bias Fortes e o Sr. Francisco Sales? O Rio de Janeiro, o Sr. Quintino Bocaiúva e o Sr. Nilo Peçanha? A Bahia, o Sr. José Marcelino, o Sr. Severino Vieira, o Sr. Araújo Pinho e o Sr. Seabra? Pernambuco o Sr. Rosa e Silva? O Brasil, o Sr. Barão do Rio Branco? Este nome, apresentei-o eu, ultimamente, como a solução nacional. E era. Um nome umiversal; uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras, o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos, extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar; uma entidade, em suma, a todos os respeitos singular para a ocasião, para o caso, para a solução providencial do problema. Era uma candidatura, que seria recebida nos braços da Nação levada por ela em triunfo à presidência. Depois, além de ter por si a opinião nacional de a ter manifesta e indubitavelmente, era natural que merecesse deveras o beneplácito do Presidente, visto que se não ia procurar nem entre adversários seus, nem sequer entre parcialidades. Ia-se buscar no próprio seio do Governo, com o pensamento especial de se lhe não magoar o melindre e a peculiaridade, estimável no entanto, de não sair da

política militante. Seria, portanto, no mais eminente grau uma candidatura de conciliação.

Não logrou, porém, obter a aquiescência do Presidente, e óbvio é que, sem ela, também não poderia alcançar a do Barão do Rio Branco. E posto este de lado, não se descobriu nem um homem com as condições necessárias para satisfazer ao sentimento político dos árbitros da situação. Tiveram então que recorrer, como chave da insolúvel dificuldade, ao nome do honrado Marechal. Eu compreendo a extremidade, em que se viram os nossos amigos. Faço justiça aos seus móveis e aos seus propósitos. Aqueles certamente vinham do bem público. Estes não miram senão a nos desafogar de uma crise terrível. Crise surda, mas fatal, como a das moléstias que matam por colapso. A autoridade central está momentaneamente abolida pelas circunstâncias, uma conjuntura sem exemplo, a meu ver, na história do regime. E é nestas circunstâncias que o elemento civil delibera, por sua vez, abolir-se, tomando por último expediente possível de salvação a candidatura do Ministro da Guerra.

Se na escolha não entra como razão determinante a consideração da classe, a que êle pertence, escapa ao meu entendimento o motivo da preferência, que a fez recair sobre o seu nome. Se, ao contrário, entrou, acho que laboram em engano os meus amigos. E neste terreno não me seria dado acompanhá-los. Supor que uma crise política desta natureza, puramente doméstica, sem mescla de ligação com as relações internacionais, que presentemente nos asseguram toda a tranqüilidade, não se possa resolver senão com o nome do chefe do Exército seria fazer a este grave injustiça e não menor à condição do nosso regime, à índole dos nossos costumes, aos sentimentos do nosso povo. Comecei pelo Exército, pois este é o elemento nacional representado pelo Ministro da Guerra. Qualificar a sua candidatura como a única eficaz para desmanchar o encalhe atual, seria atribuir à força de que esse elemento é expressão, o privilégio de remediar um caso de Governo. O Exército não aceitaria essa função, que lhe não cabe. Grande, é o seu poder.

Mas, se lhe confrontarmos o peso material com o de uma população de mais de vinte a vinte e cinco milhões de almas, claro que esse poder não pode consistir senão na harmonia entre o Exército e a Nação, no prestígio em que a confiança desta envolve a classe especialmente organizada para a defesa do País. Nenhum brasileiro quer mais estremecidamente do que eu aos nossos soldados e aos nossos marinheiros. Já me bati pelos seus direitos sob o antigo regime. Feita a República, servi sob o Marechal Deodoro, e tive um lugar não pequeno no seu coração. Sua afeição não me queria deixar. Ainda às vésperas de nos separarmos, fazia ele questão de que eu o não abandonase, quando se viesse a dissolver o primeiro Gabinete. Desde aí tive ocasião de dar à classe armada, especialmente ao Exército, sinais, duradouros até hoje, da minha devoção aos seus interesses. Nunca dificultei os meios ao desenvolvimento do nosso poder militar, em terra, como no oceano. Adversário, em 1874, do alistamento militar, acabei por me render à sua necessidade. A Conferência de Haia me deu a ver o espetáculo vivo da importância das armas entre as potências reunidas para celebrar a paz. Achei, ao volver dali, o trabalho da nossa reorganização militar em plena atividade nas mãos do Marechal Hermes, e lhe dei todo o concurso da minha adesão, do meu aplauso, do meu entusiasmo. Já tinha um filho na Marinha. O outro foi dos primeiros voluntários alistados no ensaio inicial do novo sistema.

Mas por isso mesmo que quero o Exército grande, forte, exemplar, não o queria pesando sobre o Governo do País. A nação governa. O Exército, como os demais órgãos do País, obedece. Nesses limites é necessário, é inestimável o seu papel; e na observância deles reside o seu segredo, a condição da sua popularidade.

O Exército certamente o sabe. Não quererá outra função. A aclamação da candidatura do Ministro da Guerra seria, porém, a meu ver, um passo em sentido oposto. Deodoro saiu de uma revolução, obra sua. Cabia-lhe necessariamente presidir à fundação do regime, de cujo advento a sua espada foi a garantia. Floriano Peixoto encontrou ainda a República numa crise de

organização. Ma ele mesmo já não pode alongar os seus poderes, nem indicar o seu sucessor. Daí para cá o Governo civil parecia definitivamente estabelecido. Já lá vão quatorze anos de sua existência. Por que regressarmos? A França conta hoje 38 anos de República. É um país de glórias militares. Dispõe de uma constelação de capacidades militares. Suas necessidades militares avultam dia a dia com a iminência constante do perigo internacional. E, não obstante, salvo o septenato de Mac-Mahon, justificado pela urgência da reconstituição militar do país, então esmagado pelas vitórias prussianas, nunca se interrompeu ali, até hoje, a ordem civil.

Não descubro, pois, motivo, para nos resignarmos à solução, que os nossos amigos reputam inevitável. Primeiramente, ninguém lhe poderia dissimular o caráter. No Brasil e no exterior todo o mundo a olharia como a inauguração do regime militar. Nunca as nossas finanças precisaram tanto do crédito no estrangeiro, e este, convencido estou de que não resistiria ao abalo de tão grave recuo. Bem depressa, com a facilidade com que nos julgam no ultramar, estaríamos inscritos pela opinião européia e norte-americana entre as repúblicas espanholas de má nota. No interior não seria menor a desconfiança, a retração das simpatias nacionais. O País sofreria, ao mesmo tempo, interna e externamente. O carinho, como que a nação hoje estremece os órgãos da sua defesa, rapidamente degeneraria em prevenção e hostilidade. São as conseqüências certas, com as quais não é o Exército que poderia lucrar.

Depois nem há tal a necessidade que os nossos amigos figuram, de passarmos da medicação normal à medicação heróica. Ainda quando a candidatura oficial continuasse a nos sair em desafio, nos não faltariam meios de a rebater com altivez. Quanto mais estando hoje livre o campo desse formidável poder. Vivemos habituados os políticos nesta terra a supor que o Brasil se resume no círculo estreito onde nós nos movemos. São efeitos do costume vicioso. **Seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional. Déssemos nós rebate de uma campanha séria, no intuito de manter ao País os direitos de eleger o chefe do Estado, e, ainda que os Governadores dos Estados se achassem todos contra nós, uma candidatura verdadeiramente popular, uma candidatura realmente nacional, a candidatura de um nome sério, digno benquisto, reunindo, nos Estados, todos os elementos dissidentes e no País, todos os da opinião, havia de se impor e prevalecer. Teríamos, talvez, então pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado**.[35] Mas, quando o não tivéssemos, ao menos, vencidos, teríamos a conclusão de o ser com honra, o que muito mais é de que vencer sem ela, e de salvar os princípios, que se devem salvar sempre ainda quando se perca tudo o mais. A eles se acha ligada, aqui, a minha consciência e a minha tradição. Tudo o mais com prazer eu sacrificaria aos meus amigos. Isso, não; visto como é o que deles me torna digno; deles e de mim mesmo. Porque este é o juiz que eu mais respeito, abaixo d'Aquele que lá do alto nos há de julgar a todos nós. São compromissos que representam a minha vida inteira.

Se eu os quebrasse, reduzir-me-ia, aos meus próprios olhos, a um trapo. Caso a vida pública me não deixasse liberdade, para os honrar, de bom grado renunciaria eu à vida pública. Nunca me envolvi na operação da escolha dos candidatos presidenciais, senão, até hoje, uma só vez, para levantar a do Presidente atual. O resultado não me anima a me envolver noutra. Mas o nome do Marechal Hermes é, para mim, um nome verdadeiramente caro. Se, para subscrever a sua apresentação, houvesse eu de atentar somente nos seus predicados pessoais e nas nossas relações, muito grato me seria firmá-la. Um dever de ordem impessoal, porém, não mo permite. E eu me submeto a este dever, abstendo-me de tomar parte nessa deliberação de meus amigos. Nada me dói mais do que não estar com eles em ato de tamanha gravidade. Mas de outra maneira não poderia eu haver, ainda quando, para me desempenhar

[35] Grifo meu

> dessa obrigação, me fosse necessário voltar a ser, na política republicana, o solitário, que fui até há seis anos.
> Oxalá que me engane, que os meus ilustres amigos tenham razão, que o mal antevisto por mim seja imaginário, e que, se o Governo do País couber, com efeito, ao honrado Marechal, não tenhamos senão de que nos congratular. Eu então lhe não recusarei justiça, e terei satisfação de confessar o meu erro. Creiam, meus caros amigos, na sinceridade e no reconhecimento de Seu velho e verdadeiro amigo.
> Ruy Barbosa (FRANKLIN MARTINS, 2008)

Este impressionante documento já continha o que viria a ser o norte político da campanha civilista. Porém a indefinição de candidatura permaneceria até às vésperas da convenção que já fora convocada com a participação inédita de representações municipais. A tentativa de convencer Rio Branco frustrou-se, como também fracassou a gestão junto a Rodrigues Alves. Cogitou-se, inclusive, o nome de Rosa e Silva, de Pernambuco, que tinha sido vice de Campos Sales e estava a exercer o mandato de senador e que, posteriormente, apoiaria Hermes da Fonseca. Todos eram considerados mais adequados do que Ruy Barbosa. A impossibilidade das candidaturas mais palatáveis ao *establishment* político, acabou transformando o *outsider* Ruy na solução para a falta de alternativas. Sabia-se, de antemão, que a empreitada não tinha perspectiva de sucesso, o que seguramente pesou para as recusas dos preferidos. José Marcelino, então senador pela Bahia, apresentou a Ruy a proposta da candidatura de sacrifício. A resposta de Ruy à colocação tão sem rodeios de Marcelino: "É uma derrota certa, mas não morreremos no ridículo", de certa maneira, supreendia.

> Você tem razão. Eu sou dos sacrifícios. Se fosse para a vitória não me convidariam, nem eu aceitaria, mas, como é para a derrota, aceito. A idéia não morrerá pelo meu egoísmo. Perderemos, mas o princípio da resistência civil se salvará. E vencerá. Apenas ponho uma condição, que São Paulo não pode recusar: meu companheiro de chapa é o Albuquerque Lins. (MANGABEIRA, 1999, p. 145)

O fato é que, aceitando o desafio, Ruy demonstraria na prática o peso da iniciativa humana na criação do inédito, do imprevisível, tal qual já nos indicava Hannah Arendt. A campanha civilista, mesmo derrotada, marcou a história, como o mais importante movimento político e social da Primeira República e deixou um significativo legado para a afirmação democrática. Está hoje muito mais forte na lembrança política, como o próprio Ruy o está, do que os vitoriosos de um projeto que não compreendia a centralidade da questão democrática e desprezou a política como instrumento de diálogo. Passados alguns anos, em carta à *Noite*, de 6 de maio de 1913, Ruy demonstrava reconhecer a sua inadequação aos interesses dominantes.

> Porque toda gente sabe que, em 1909, não me resignei aos azares desse posto, *sem nenhuma expectativa de bom êxito no encargo*, senão recrutado por São Paulo e pela Bahia, quarenta e oito horas antes da convenção, quando os mais autorizados recusaram. Só uma ocasião dessas, está claro, podia suspender, excepcional e momentaneamente, essa eterna inoportunidade eleitoral da minha candidatura a tão eminente diginidade, *ponto único em que, dividida acerca de tudo o mais, nunca cessou de estar de acordo a política republicana de todos os matizes*, e a respeito do qual não seria eu quem lhe dispute o acerto da exclusiva. (MANGABEIRA, 1999, p. 146)

Também estava ciente do seu papel, ao privilegiar a ação política rumo a uma derrota eleitoral previamente dada, mas com sucesso possível, e depois comprovado, do exemplo político. “Ensinei com a doutrina e o exemplo, mas ainda mais com o exemplo do que com a doutrina, o culto da legalidade, as normas e o uso da resistência constitucional”. (MANGABEIRA, 1999, p. 146)

O espírito da campanha já estava indicado no momento inagural da Convenção Nacional de agosto, que merecera de Ruy o reconhecimento como “o episódio mais maravilhoso da nossa história republicana” (MANGABEIRA 1999, p. 150). A Convenção Nacional, de fato, introduziu algo absolutamente fora dos padrões, abrindo espaço para um processo público, participativo, popular e democrático na escolha de candidatos.

> [...] a Convenção Nacional de agosto, ideada e realizada sob os conselhos de Ruy, desfechava o golpe irreparável nas raízes de um sistema, a cujo respeito os juízes menos severos de sua daninha influência nos Estados Unidos, “reconheciam ter ele produzido efeitos destinados a pesar com sério gravame sobre o futoro da União”; e instaurava, entre nós, o proceso democrático das grandes assembléias populares para a escolha dos dandidatos, arrancada, assim aos conhavos dos congressistas, e precursora das disputas da palavra livre, na campanha que antecede o espetáculo imenso da multidão, livremente por seu voto, decidindo nas urnas. (MANGABEIRA, 1999, p. 150)

O primeiro discurso da campanha, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, confirmava o tom da Convenção. Ruy impregnara-se, pela experiência e reflexão, das questões que considerava vitais para qualificar democraticamente a República, cuja trajetória compreendia, agora, ter sido eminentemente de exclusão.

> De 1889 a 1909 não há um movimento nacional: tudo são movimentos militares. Quem, aos 3 de novembro de 1891, dissolveu o Congresso? Quem, aos 23 de novembro, depôs o primeiro presidente? Quem, logo após, de Estado em Estado, operou a deposição geral dos governos e das justiças locais? Em 1892, de quem se compôs a indigitada conspiração de abril, e quem a esmagou sob o golpe arbitrário das reformas, exonerações e desterros inconstitucionais? Quem se rebelou, em 1893 e 1894, contra o Governo constituído? Como se coroou, em 1897, a expedição de Canudos, sob o Sr. Prudente de Morais, com o atentado de 5 de novembro? Em 1901, quem sobressaltou a presidência do Sr. Campos Sales, induzindo-o a prender um almirante? Quem saiu, em 1904, armas em punho, às ruas da Capital, com a bandeira da insurreição desfraldada contra o Chefe de Estado, sob a administração Rodrigues Alves? Quem, sob a administração Afonso Pena, este ano, levou até ao paço do Catete os rumores de uma candidatura apoiada na vontade da tropa?

> São os espasmos de uma enfermidade periódica, rompendo a intermitências mais ou menos breves, o marasmo nacional. De presidência em presidência se distribuem, intercadentemente, os acessos, por modo que nenhuma escapa ao seu quinhão de uma crise violenta. E, circunstância ao primeiro aspecto contraditória, mas, se bem atentardes, coerente com o caráter do mal, as presidências militares são as mais perturbadas pelas explosões militaristas. (BARBOSA, 1997, p. 303)

A apatia até então sacudida apenas pela violência militarista, seria quebrada pelo melhor remédio para curá-la, a política participativa e pública. A nação seria acordada pela Campanha Civilista.

> O pesadelo desta realidade estremunhou a Nação, correu-lhe pelas veias um calafrio, ergueu-se de sua apatia com a impressão de uma consciência nova, de um poder estranho, de uma energia desconhecida. Ei-la que se move. Ei-la que escuta. Ei-la que examina as suas forças. Ei-la que se reúne, se associa, se manifesta. De súbito o sentimento político invadiu todas as classes e se apodera de todas. A lavoura estremece. A indústria se inquieta. O operariado ferve. O comércio se alvorota. No lar retransido acorda a memória das lutas fratricidas. A questão do dia apaixona as mães, as esposas, as filhas, lembradas com horror dos tempos em que a delação, a cadeia e o fuzil lhes orfanavam a casa, lhes arrebatavam os filhos, lhes dizimavam os amigos. (BARBOSA, 1997, p. 305, 306)

O movimento civilista realmente pegou, comovendo e empolgando segmentos diversos da sociedade, espraiando-se por todo o Brasil.

> Minas sente vibrar [...] e, ao esboçar-se da nova tirania republicana, as suas cidades estuam de agitação, as suas regiões mais tranquilas se cobrem de comícios populares, a voz dos oradores, o sussuro dos auditórios, o fragor dos aplausos cortam a quietude secular dos seus campos de criação [...]
> O movimento persiste. O movimento cresce. O movimento se inflama. [...] Todo o Brasil vivo se levanta. A Nação está de pé e em marcha. É o batismo do povo na Democracia. É o renascimento da nossa nacionalidade. É o futuro livre que se começa a descortinar. (BARBOSA, 1997, p. 306)

Quase todas as comunidades e cidades organizaram-se em comitês. O movimento se espalhou por todos os estados, de norte a sul do país. Inaugurava-se uma organização de baixo para cima, estimulada pela convenção de agosto, ineditamente participativa, com a presença de delegados de grande parte das cidades, a primeira democrática a nomear um candidato. A convenção encantou a nação abrindo espaço para um processo político em que se tornava pública a discussão da agenda.

> [...] nem haveria quem recusasse à Convenção de Agosto e à política de que ela emana a admiração, a que tem direito, como o episódio mais maravilhoso da nossa história republicana. Feneceu com ele a época dos presidentes designados, e se inaugurou a dos presidentes eleitos.
> [...] não quero deprimir os brasileiros eminentes, que, nestes dezenove anos, exerceram as funções presidencias. Não. A ausência de seleção popular resultava da ausência de luta. Onde não há pleito, não há eleição.
> As formas eleitorais resselavam apenas a candidatura consagrada pelo selo oficial. Candidato indicado equivalia a presidente feito [...]" (BARBOSA, 1997, p. 312)

> [...] A arte de governar, a razão política, a ciência do Estado reservam as suas considerações reflexivas, complicadas e graves para as academias, os parlamentos, as conveções de partidos, onde círculos seletos de especialistas, de estudiosos, de correligionários, de interessados escutam a voz fria das leis, dos documentos, dos algarismos, das predições calculadas, nos cursos, nas dissertações, nos relatórios, nos programas. (*muito bem!*)
> [...] Cada homem do povo, nesta terra, como que traz no seio alguma coisa uma intuição, um rudimento, um traço das qualidades do homem de Estado. Se daqui vos falasse agora um tribuno, iríamos assistir, esta noite, a um comício agitado e tumultuoso. Mas é um programa de Governo que se vos endereça, e já não sois a multidão sedenta de emoções. Uma impressão nova e diversa vos vai transfigurar. Sobre essas cadeiras baixa a consciência de uma deliberação. É um parlamento, ou um tribunal, que entra a funcionar, paciente, sereno, reflexivo, com o ouvido idulgente, a atenção resignada, o ânimo eqüitativo, o juízo moderado pelo sentimento da sua responsabilidade. (*Palmas. Bravos*.) (BARBOSA, 1997, p. 335, 336)

Os debates acalorados da Convenção de Agosto já haviam revelado o descontentamento com a candidatura militar e refletiam uma participação diversificada, não exclusivista e não partidarizada.

> [...] a Convenção Nacional de Agosto não representava partido nenhum. O objeto da constituição de uma assembléia é o seu ato de convocação. Ora a Assembléia de Agosto fora convocada unicamente em nome da resistência à candidatura militar de maio. Era um apelo a todas as opiniões, a todos os partidos, a todos os brasileiros. Aos próprios adversários do regímen cabia ele, aos monarquistas, que não estivessem pela restauração à mercê das baionetas. (BARBOSA,, 1997, p. 323)

Baseada num diálogo pluralista, apoiada nas circunstâncias e no senso comum do país, foi produzida uma agenda política que correspondia também às convicções que Ruy Barbosa agora encampava, numa evidente contramão em relação a credos positivistas, construídos na abstração.

> [...] agora, na iminência do fogo, enquanto a invasão escala os muros da cidade, e os gritos insistentes da bravaria inimiga nos atordoam, defender conclusões magnas sobre a organização de partidos e a elaboração de credos políticos, não, nós não o poderíamos, senão rebelando-nos contra o senso comum.
> Isto de programas, neste momento, já começa a ter jeitos de andaço doentio ou ridícula marotte. Ainda nos históricos do republicanismo, ávidos, muito justamente, da verdade do sistema, se compreende o zelo pelos programas. Eu não quero mal a essas profissões de fé, individual ou coletivas. Já lhes cri mais dos que lhes creio. Como outros paguei tributo à superstição. Porque não há espírito, nem idade que não tenha o seu fraco. Mas o que realmente me soa como um gracejo em falsete de carnaval, é a distribuição de programas feita pelos entusiastas da Convenção de Maio entre a candidatura civil e a militar.[...]
> Um programa é uma profissão de fé em ação.” (BARBOSA, 1997, p. 328, 329)

Demonstrando muita afinidade com o legado da nossa tradição equilibrista, Ruy conciliava progresso e tradição, elogiava a moderação e contestava todo tipo de arbítrio.

> [...] creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição [...]

> Rejeito as doutrinas de arbítrio. Abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares. Detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública. Odeio as combinações hipócritas do absolutismo, dissimulado sob as formas democráticas e republicanas. Oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância." (BARBOSA, 1997, p. 339)

Extraída da vida ordinária e do senso comum, a agenda civilista respondia às demandas sociais que estavam bloqueadas e resgatava e atualizava, pelo menos em parte, aquela agenda do movimento abolicionista, suspensa desde a ascensão da República.

A agenda previa ações que combatessem a apropriação privada do Estado pelas oligarquias, para assegurar o caráter público do Estado e habilitá-lo para acolher as novas demandas socias. Propunha a democratização do acesso à justiça e a publicização dos foruns de justiça. Quanto à educação a idéia era tornar efetiva a oferta, melhorar a qualidade, remodelar o ensino legal, implementar laboratórios, clínicas e estudos práticos em saúde nas faculdades afins, além da criação de uma nova universidade no Rio de Janeiro. Comprometia-se, também, com uma reforma eleitoral, cujos principais pontos eram: a) a inviolabilidade do direito do eleitor, contra qualquer arbitrariedade na verificação deste direito e garantia da sua perpetuidade, uma vez reconhecido e declarado; b) voto secreto; c) abolição do voto cumulativo.

Outros pontos compunham a agenda, relacionados com questões econômicas, com o papel das forças militares, com política para incentivar a imigração.

Para Ruy a idéia que orientava a agenda era a de que "as reformas mais duradouras são aquelas feitas por concessões".

O êxito popular da campanha civilista mostrava que a postura da República de equacionar conflitos pela via da eliminação de quem divergisse não encontrava correspondência na sociedade civil. Ou seja, a matriz autoritária que se instalara com a República recebia uma resposta importante da sociedade que, aderindo ao espírito de "reforma via concessão" da agenda civilista, demonstrava a ainda forte presença da tradição de conciliação como caminho para a inclusão dos novos segmentos sociais.

> Na história da democracia brasileira, a campanha civilista é um clarão no fim de uma noite escura. Assinala o começo da prática da democracia pelo exercício do voto conquistado nos comícios populares. É o golpe no abuso dos presidentes nomearem, por assim dizer, seus sucessores; é a condenação do caucus, pelo qual deputados e senadores, que eram por lei os juízes do escrutínio no ato final da apuração, se transformavam em partes, e nesse conluio arrancavam ao país a escolha dos candidatos, que ao seu voto deveriam apresentar-se; é a morte do velho sistema de eleições nos

> bastidores e esconderijos dos corrilhos, transferido o pleito para o dia pleno da praça pública, ao sol das grandes campanhas da palavra. Era o voto livre e livremente conquistado. Era a Democracia que, afinal, alvorejava no Brasil. Ruy, que já fora apóstolo do Direito, da Liberdade, da Igualdade dos Estados, assume papel de apóstolo da Democracia, e marcha para o sacrifício de uma campanha, que todos tinham por perdida, e, por isso, a rejeitavam. (MANGABEIRA, 1999, p. 148)

As reformas que estavam na pauta estariam condicionadas a uma discussão ampliada confirmando um compromisso de expansão democrática, evitando assim o temor de pacotes autoritários a rever constituições, mas ao mesmo tempo abrindo caminhos para efetivação pactuada das reformas que se fizessem necessárias para afirmar a democratização.

> O meio prático de obviar a esses temores será não cometer a reforma da nossa lei orgânica senão mediante prévio acordo entre os elementos políticos da maioria, que, no Congresso ou na opinião, se delibere a organizar a tentativa revisionista. A essa harmonia poderíamos chegar, é o que me parece, reunindo, oportunamente, uma convenção análoga à nossa de 22 de agosto [...]
> [...] Adotadas [...] precauções tranqüilizadoras contra as demasias do espírito de reforma, poderia ela encetar-se, como convém, no terreno das nossas insttuições constitucionais, moderada, gradual e progressivamente. (BARBOSA, 1997, p. 346, 347)

Moderada, gradual e progressivamente, esta a maneira que a tradição equilibrista mais prezava para se efetuar reformas e que retomava Ruy Barbosa, indicando o caminho que considerava o mais agregador para se viabilizar as mudanças que a pactuação política indicasse necessárias.

A questão *res*publicana também frequentou a pauta civilista, colocada na contraposição à prevalência dos interesses privados das oligarquias, que vinham definindo o perfil da República.

> [...] À sombra da semi-soberania que as antigas províncias adquiriram com a federação atual, se implantou, em algumas dela, uma espécie de satrapismo irreponsável e onipotente, que as sangra (*aplausos*), as exaure (*bravos*), as absorve, em proveito de um grupo, de uma família, ou de um homem. Os governos se revezam ali entre meia dúzia de individualidades lígias do mesmo senhor, ou filiadas na mesma parentela. (*Apoiados*.) As constituições atravessam reformas sucessivas, para se adaptarem às conveniências da exploração organizada, cortando a servidão às masgistraturas, autorizando a reeleição dos governadores (*aplausos*), facilitando-lhes aos parentes ou apaniguados a sucessão administrativa. (*Palmas*.)
> [...] Um trabalho contínuo de opressão, de corrupção, de miséria deprimiu e adormentou ali uma raça inteligente, de grande vitalidade, cheia, na história brasileira, de belas e gloriosas tradições. (*Aplausos prolongados*.) A indigência, o abandono, a desesperança converteram esses Estados em gleba do parasitismo constituído, que os usufrutua. Esmagados de impostos, assoberbados de empréstimos, crivados de dívidas, hipotecados nas suas rendas, comprometidos no seu futuro, vivem, estacionários ou retrocedentes, para o funcionalismo, a que já não têm com que pagar, e a política, a que

> periodicamente fazem o serviço de comparsas nas encenações eleitorais. (*Apoiados gerais*.)
> O interesse do seu contingente nessas teatralidades do regímen, para o qual, de quatro em quatro anos, concorrem, sob a figura de eleitores presidenciais, associou a esse mirrar, a esse desviver, a esse extinguir-se de tantos membros da nossa União, os poderes federais. A política dos governadores empenhou nesta cumplicidade o Governo central. Porque é da conivência deste, das suas simpatias, dos seus bons ofícios, que se alimenta o mal desta decadência pasmosa. (*Apoiados gerais*.)
> Deixe o Governo Federal de ser o amigo solícito, prestimoso, interesseiro dos maus governos de Estado, e eles começarão a ter, no espírito renascente das populações, o devido corretivo. Surtirão as reações salutares. As oposições, hoje insustentáveis, sitiadas como se vêem pela bastarda aliança da política federal à política estadual, irão, pouco e pouco, renascendo, para exercer a sua função benfazeja, indispensável nas democracias. [...] Cesse, em suma, a União de ser o guarda-costas das oligarquias locais, e estas, dentro em breve expirarão naturalmente, asfixiadas na sua impopularidade.
> Esta reforma da moral republicana devemo-la, instantemente, não só aos interesses da Nação, mas ainda aos da humanidade, para com a qual, na pessoa dos oprimidos, o Cristianismo e a civilização nos exigem ao menos, que pratiquemos. (BARBOSA, 1997, p. 353, 354)

O que vemos aqui é um Ruy Barbosa tocando em questões como a participação popular, estimulando o “espírito renascente das populações” como um “corretivo”, só que oriundo das bases da sociedade, para as distorções que os interesses oligárquicos provocavam na feição da república, retirando-lhe o caráter público. A própria candidatura de Ruy já significava um rompimento com a lógica das oligarquias. Até aquele momente era mesmo impensável uma candidatura com tal perfil. O que parecia quase impossível, o que contrariava toda a previsibilidade do jogo das oligarquias estava, no entanto, acontecendo, com uma participação popular que qualquer cogitação, mesmo poucos dias antes do aparecimento daquela candidatura completamente fora dos padrões, ousaria aventurar. O fato era que a política, pelas suas vias imprevisíveis e pluralistas, transbordava nas assembléias lotadas, nos comícios concorridos, a mostrar que a vida ordinária, esta sim, poderia servir como um poderoso corretivo, mais apropriado seria um vigoroso remédio, para o delírio abstrato que confecionava entes coletivos em substituição à população, como Hume já sugeria na sua crítica ao cartesianiso político.

A agenda abolicionista foi bloqueada pela República que não abria espaço para os novos segmentos populares que não encontravam respostas para as suas demandas que, de alguma maneira, já se insinuavam. A estrutura institucional baseada nos interesses das oligarquias regionais e do setor cafeeiro exportador funcionava como uma barreira contra um processo integrador, inclusivo das massas populares.

O movimento civilista recuperou, ao menos em parte, a capacidade de escuta das demandas sociais e respondeu a elas com uma agenda pública política que refutava o círculo vicioso dos acertos privados. De certa forma, a campanha civilista atualizava a agenda perdida do movimento abolicionista, restabelecendo e criando velhos e novos vínculos políticos e sociais.

O próprio Ruy compartilhara das expectativas do movimento abolicionista, compreendendo que seriam indispensáveis reformas de caráter social para que tivesse conseqüência a abolição. Na véspera do dia 13 de maio de 1888, ele já dizia:

> Abolicionismo é reforma sobre reforma; abolicionismo é reconstituição fundamental da pátria; abolicionismo é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional. Não se há de indicar por uma sepultura com uma inscrição tumular, mas por um berço com um horóscopo de luta. (MANGABEIRA, 1999, p. 316)

As reformas que então propunha estavam em parte em sintonia com as de Joaquim Nabuco.

> A liberdade religiosa, a democratização do voto, a desoligarquização do Senado, a desenfeudação da propriedade e a federação. (MANGABEIRA, 1999, p. 316)

Entre as campanhas de Ruy de 1910 e 1919, os governos do Marechal Hermes e de Wenceslau Brás também se debateram com as já crônicas revoltas militares. Mal inaugurado o governo de Hermes estourava a revolta da chibata, numa resposta dos marinheiros aos abusos absurdos de tortura corporal a que eram submetidos, além de ter emergido a questão do navio Satélite onde foram assassinados vários dos presos que se amontoavam nos porões, provocando uma controvérsia pouco comum sobre a impunidade que perdoava assassinos, ou seja, que avalizava a "justiça com as próprias de mãos" perpetrada por assassinos de criminosos, o que levou Ruy a se manifestar, diante da posição do governo pela impunidade dos culpados.

> Dentro de mim, neste momento, sinto inteira a alma de minha terra; a voz que me vai nos lábios, agora, é a voz do povo brasileiro. Não sou eu, é ele quem declara hoje ao marechal presidente que, se ele arrebatou ao banco dos réus esses criminosos, assentou nesse banco o seu governo. (MANGABEIRA, 1999, p. 167)

Somavam-se ao crônico problema da impunidade outras já cristalizadas questões da República. A questão das oligarquias, cujo poder no período republicano ganhara amplitude sem precedentes, acabou se revestindo de dificuldades adicionais no governo Hermes, pelo conflito entre oligarquias por conta das disputas acirradas entre os militares e Pinheiro Machado pelo predomínio nos estados. Estas lutas tomaram conta

de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Piauí, Bahia, levando, inclusive ao bombardeio de Salvador, todas no quadro das interferências militares nas “salvações do Norte”. Na luta contra as oligarquias tradicionais, os militares conseguiram vitórias que levaram ao poder novos grupamentos oligárquicos e desequilibraram, ao menos por um tempo, o poder dos grandes estados, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Mas as articulações de Pinheiro Machado, para impedir as intervenções militares, também foram bem sucedidas e obtiveram a demissão do Ministro da Guerra, o General Mena Barreto. Pinheiro Machado não conseguiria, no entanto articular a sua própria candidatura à sucessão de Hermes da Fonseca. Predominava então a costura da chapa Campos Sales/Wenceslau Brás, mas a morte de Campos Sales promoveria Wenceslau a candidato de conciliação entre os grandes estados, com o apoio também do Maranhão e reforço de Pernambuco e Rio de Janeiro.

Wenceslau assumiria numa situação de crise inflacionária e ainda no rescaldo das prorrogações de estado de sítio do governo Hermes da Fonseca, que se encerrou sob grande impopularidade por conta das permanentes tensões provocadas pelos exaustivos conflitos entre militares e civis. Pinheiro Machado, no entanto, permaneceria com força política para vetar nomes do ministério de Wenceslau, que acatava as imposições para não ter que enfrentar, de saída, a oposição do Partido Republicano Conservador. A disputa com Pinheiro Machado persistiria pressionando o governo até seu assassinato no saguão do Hotel dos Estrangeiros, por um indivíduo aparentemente sem conexões políticas, o que contribuiria muito para o declínio do PRC. Wenceslau, no entanto, ainda enfrentaria situações bastante delicadas politicamente, como a revolta dos sargentos, movimento que seria o prenúncio de outras movimentações militares da baixa oficialidade, constituindo-se no embrião do tenentismo que surgiria adiante, nos anos 1920.

As forças políticas de São Paulo e Minas Gerais se reagrupariam para a sucessão de Wenceslau Brás, apontando a chapa Rodrigues Alves/ Delfim Moreira, não sem o protesto de Ruy Barbosa que contestava a ausência daquela que considerava a “principal força política do país [...] a opinião pública” que, afirmava ele, “não me consta haja manifestado, de modo inequívoco, apoio à tal consideração.” (CARONE, 1977, p. 327) A chapa, no entanto, se afirmaria, conquistando vitória eleitoral em 1º de março de 1918. Porém, o estado de saúde de Rodrigues Alves, acometido pela gripe espanhola, não permitiria a sua posse em 15 de novembro de 1918, assumindo o seu vice Delfim

Moreira que, com o falecimento de Rodrigues Alves em 15 de janeiro de 1919, expandiria seu mandato até julho, mantendo ele o ministério escolhido pelo titular. Enquanto perdurava seu mandato, as articulações prosperavam para a sucessão definitiva conforme previa a constituição. Ruy Barbosa parecia com chances de emplacar, mais uma vez, agora com o apoio de Nilo Peçanha, que o lançou, e a adesão da dissidência paulista. Porém, sua persistência na proposta de revisão constitucional e também sua insistência em dar conseqüência à sua plataforma civilista de 1910, dificultaria a adesão dos grandes estados. Artur Bernardes, então governador de Minas Gerais, até insinuou seu apoio a Ruy, mas a recusa taxativa de Borges de Medeiros, representando o Rio Grande do Sul, e, especialmente o veto de São Paulo, apesar de simpatias até mesmo do governador do estado Altino Arantes, inviabilizariam a candidatura como situacionista. O nome de consenso, por sugestão de Minas Gerais, seria o do paraibano Epitácio Pessoa, cuja trajetória se iniciara no período da elaboração da Constituição da República, ministro, deputado e senador, aprovado em convenção no dia 25 de fevereiro, derrotando a candidatura de Ruy por 129 votos contra 42. Epitácio Pessoa, em viagem para a Conferência de Paz na Europa, indicado ainda por Rodrigues Alves antes de sua enfermidade, foi colhido de surpresa com a decisão convencional. Ruy, que não participara da Convenção para não legitimar uma decisão nos moldes tradicionais restritos, dos quais discordava, acabou aceitando, mais uma vez, liderar uma candidatura de oposição.

> Ora, eu negara peremptoriamente à Convenção a competência que ela assumia. Demais, com os políticos, de que ela, em sua maioria, se compunha, vivia eu em declarado antagonismo, há longos anos. Como, logo, poderia submeter propostas àquela assembléia? Como depor-lhe nas mãos a minha candidatura?
> A minha renúncia perante ela importaria na confissão, ou de que eu não confiava na opinião pública, ou de que aceitava a Convenção como seu órgão. Que eu a não aceitava como tal, bem o mostra meu telegrama ao presidente da junta, que a organizava. Desconheci a essa Convenção a legitimidade, em que ela afetava envlver as suas pretensões. Não bati à porta dessa Convenção. Nenhum dos tarugos do situacionismo, cujos vários matizes a constituíam, me deu a honra das suas visitas, aliás muitas vezes anunciadas. Com ela, pois, me não comuniquei, direta, ou indiretamente. Não participei dos seus trabalhos preliminares. Ao seu plenário não compareci. Que tinha eu, pois com ela? Com ela que tinha eu, para lhe oferecer conselhos, subsídios, insinuações, para me pôr, de qualquer modo, em contacto com a sua atividade, co-responsabilizando-me nos seus atos, cujo resultado antevi, desde o começo, exatamente, e, desde o começo, prognostiquei sempre, abertamente, a quantos me escutavam? (BARBOSA, 1997, p. 413)
> Quem é que me proscreve? A Nação? Não, esta nunca me exaltou tanto. Os mais conspícuos nomes do Brasil, todas as classes, todas as corporações, todas as agremiações, todas as opiniões se têm declarado, e estão comigo. Liberais e conservadores, radicais e socialistas, revisionistas e anti-

> revisionistas, presidencialistas e parlamentaristas, filósofos e crentes, católicos e livres-pensadores, ricos e pobres, grandes e pequenso, de todos, em inaudita generalidade, tenho eu visto aclamar a minha candidatura. Quem é, pois, que me proscreve? A politicalha, a velha conspiradora, a incorrigível subversora das leis, a grande inimiga do Estado.
> Quando mesmo só me achasse, antes só que mal acompanhado. Mas eu não estou só. Sós estão os meus inimigos, sós de todas as simpatias públicas, sós na sua usurpação, cujos dias, viva Deus! estão contados. (BARBOSA, 1997, p. 416)

A campanha retomou as questões políticas do movimento civilista e aprofundou as questões sociais que estavam, então, mais candentes. O curto período de Delfim Moreira foi marcado por inúmeras greves gerais que demonstravam uma organização crescente do operariado.

Ruy percebia a importância de um outro Brasil, invisível para as elites que dominavam a política e que observavam com olhos extremamente preconceituosos aquele povo, ou aquela "não sociedade", que não estava inscrito nas preocupações que orientavam os seus conchavos.

> Mas, senhores, sé isso o que eles vêem, será isto, realmente, o que nós somos? Não seria o povo brasileiro mais do que esse espécimem do caboclo mais desasnado, que não se sabe ter de pé, nem mesmo se senta, conjunto de todos os estigmas da calaçaria e da estupidez, cujo voto se compre com um rolete de fumo, uma andaina de sarjão e uma vez de aguardente? Não valerá realmente mais o povo brasileiro do que os conventilhos de advogados administrativos, as quadrilhas de corretores políticos e vendilhões parlamentares, por cujas mãos corre, barateada, a representação da sua soberania? Deverão, com efeito, as outras nações, a cujo grande conselho comparecemos, medir o nosso valor pelo dessa troça de escaladores do poder, que o julgam ter conquistado com a submissão de todos, porque, num lance de roleta viciada, empalmaram a sorte, e varreram a mesa?
> Não. Não se engane o estrangeiro. Não nos enganemos nós mesmos. Não!O Brasil não é isso. Não! O Brasil não é sócio de clube de jogo e de pândega dos vivedores, que se apoderaram da sua fortuna, e o querem tratar como a libertinagem trata as companheiras momentâneas da sua luxúria. Não! O Brasil não é esse ajuntamento coletivo de criaturas taradas, sobre que possa correr, sem a menor impressão, o sopro das aspirações, que nesta hora agitam a humanidade toda. Não! O Brasil não é essa nacionalidade fria, deliqüescente, cadaverizada, que recebe na testa, sem estremecer, o carimbo de uma camarilha, como a messalina recebe no braço a tatuagem do amante, ou o calceta, no dorso, a flor-de-lis do verdugo. Não! O Brasil não aceita a cova que lhe estão cavando os cavadores do Tesouro, a cova onde acabariam de roer até aos ossos os tatus-canastras da politicalha. Nada, nada disso é o Brasil.
> O Brasil não é "isso". É "isto". O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso, de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano. Não são os oligarcas estaduais. Não são os ministros da tarraxa. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguer. Não são os estadistas de impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. São as células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se

> vende. Não é a massa incosciente, que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para a renovação das nossas energias. É o povo, num deses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade. (BARBOSA, 1997, p. 423, 424)

A própria experiência de Ruy ao longo da campanha civilista permitira a ela aprofundar o conhecimento deste Brasil. Não era apenas a retórica empolada que reconhecia aquela sociedade que se movimentava em outros sentidos, mas a sua própria vivência, especialmente na campanha civilista, junto às camadas sociais excluídas, o conhecimento dos seus movimentos, que dava consistência e coerência ao discurso de Ruy e às bandeiras que levantava, porque correspondentes às demandas e anseios daquela sociedade existente, porém ignorada.

> Operários brasileiros, que viestes hoje a mim, que me honrais com o desejo de me ouvir, que me estais dando a vossa atenção, a importância do elemento que representais cresce a olhos vistos, dia a dia, não por engrossardes em vulto, não por aumentardes em materialidade bruta; sim porque vos elevais em inteligência; sim porque melhorais em moralidade; sim porque vos desenvolveis no sentimento de vós mesmos, do vosso valor no meio dos outros fatores sociais, das vossas necessidades, na cultura desse valor. (BARBOSA, 1997, p. 424)

Discutia Ruy na campanha de 1919 questões basilares do liberalismo, que foram amadurendo à medida da sua convivência com os ambientes populares e da sua reflexão sobre as circunstâncias de exclusão que verificava no dia a dia. Entre as questões, destacou a das liberdades individuais e a necessidade de se transitar para direitos materiais mais efetivos e de ampla abrangência social. O vínculo com a agenda perdida do abolicionismo se fazia, então, de maneira mais explícita, numa demonstração da sua compreensão da urgência daquelas reformas que os abolicionistas já haviam indicado.

> Entre a posição do trabalhador e a do escravo não há nada substancialmente comum. Mas uma relação de analogia as subordina à mesma ordem moral de idéias. Ambas interessam o trabalho: a primeira, nas liberdades elementares do homem e do cidadão a segunda, na independência econômica do trabalhador. O abolicionismo restitituiu o escravo à condição humana. A reforma social, na sua expressão moderada, conciliatória, cristã, completaria, no operário livre, a emancipação do trabalho, realizada outrora, em seus traços primordiais, no operário servil. Entre um e outro caso, portanto, não vai mais do que uma transição natural, a que os sobreviventes da luta abolicionista não deverão negar o seu concurso.
>
> Abolicionista de todos os tempos, zeloso do meu título de serviços a essa causa bendita, por obrigado me tenho eu, na lógica das minhas convicções, na coerência dos meus atos, a considerar-me inscrito entre os patronos da causa operária, naquilo em que ela constitui, realmente, um corpo de reivindicações necessárias à dignidade humana do trabalhador e à ordem humana da sociedade. (BARBOSA, 1997, p. 430)
>
> A concepção individualista dos direitos humanos tem evolvido rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo restringidas agora por

> uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já não se vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana. (BARBOSA, 1997, p. 430, 431)

Era um passo gigantesco no sentido do reconhecimento de algo mais do que os direitos individuais formais. Falava Ruy, então, de uma outra categoria de direitos, vinculado a compartilhamentos sociais, à solidariedade que precisava se sobrepor ao atomismo individualista que apartava as pessoas em mundos incomunicáveis. Tratava-se agora de valorizar a ação intercomunicativa dos sujeitos, buscando afirmar o pertencimente a um âmbito político comum. Mas insistia Ruy que a via deveria ser negociada, capaz de não eliminar seja quem fosse, mas de afirmar a acolhida de todos que compunham aquela sociedade. Para ele, o conflito não poderia ser equacionado pela eliminação de outras partes conflitantes. Buscava Ruy, portanto, uma solução pela via que a tradição equilibradora de antagonismos já nos legara à fartura.

> Estou, senhores com a democracia social. Mas a minha democracia social é a que preconizava o Cardeal Mercier, falando aos operários de Malines, "essa democracia ampla, serena, leal, e, numa palavra, cristã; a democracia que quer assentar a felicidade da classe obreira, não nas ruínas das outras classes, mas na reparação dos agravos, que ela, até agora, tem curtido". (BARBOSA, 1997, p. 430, 431)

Tratava-se de fato de um outro Ruy, mergulhado nas circunstâncias sublunares, percebendo a distância intransponível que apartava dos problemas da vida ordinária aqueles que preferiam solipsistamente os assuntos lunares, "extraviados nos domínios astrais".

> Quereis, entretanto, ver o que é o que são os meus acusadores? Assombrai-vos em o apreciar no discurso do senador rio-grandense, que tomou a si, na baixa comédia da Convenção, a tarefa de reduzir a pó a minha entrevista com o Correio do Povo, de Porto Alegre, sobre a revisão constitucional. Nessa oração, em que o espírito reacionário corre parelhas com a insensibilidade à vida contemporânea, nos delcara peremptoriamente o situacionismo borgista, que o Estado não pode intervir com as suas leis nas discórdias entre o capital e o trabalho, e que "a Liga das Nações constitui uma hipótese muito longínqua".
>
> Não quero ventilar agora as opiniões do venerando nefelibata. Só um habitante das nuvens, estrouvinhado ao acordar na terra, poderia, neste momento, relegar para o domínio das hipóteses remotas a Liga das Nações, com a missão de negociar a qual o Brasil tem, agora, mesmo, na Europa, uma embaixada. Só um espírito extraviado nos domínios astrais poderia contrapor-se agora à evolução geral do mundo, arrastado em torrente para as concessões ao socialismo, negando, com esses ares categóricos, à lei, o arbítrio de intervir nas controvérsias entre obreiros e patrões. (BARBOSA, 1997, p. 431, 432)

A agenda da campanha de Ruy Barbosa, ao contrário, estava recheada de assuntos de alçada bem terrena: jornada de trabalho, condições de higiene, tuberculose e

outras doenças agravadas nas oficinas de trabalho, acidentes de trabalho e o seguro operário para estes casos, a situação da mulher, especialmente durante a gravidez, o parto e o período de cuidados com o recém-nascido, a exclusão do trabalho agrícola, bem como a igualdade entre os gêneros perante o trabalho, o trabalho noturno e o trabalho domiciliar, além da escravização dos operários aos armazéns de venda patronais.

Evidente que o equacionamento destas questões exigiria revisão consitucional que permitisse ao Estado intervir nestes assuntos que a mão invisível do mercado não resolvera. Mas insistiam os borgistas na intocabilidade da constituição, recusando não apenas soluções para aquelas questões, mas o próprio reconhecimento da sua existência.

> Mas aqui esbarramos no obstáculo, que aventei, quando conversava com a redação do *Correio do Povo*: no embaraço que a muitas dessas medidas opõe o nosso direito constitucional e, na urgência, portanto, com que se impõe a revisão constitucional, para chegarmos a essas medidas. (BARBOSA, 1997, p. 447)

A lembrança da jornada popular de 1910 ajudava a marcar os passos da nova campanha de 1919. A sociedade mineira de então, feita política através da participação de segmentos anteriormente mais retraídos, ou excluídos como as mulheres, dava a dimensão da propagação popular que alcançara o movimento civilista. A memória daquela que foi uma experiência efetiva de "felicidade pública" precisava ser recuperada para embalar com o mesmo espírito a nova campanha que se pautava agora pelas reformas sociais.

> O que, porém, ainda lhe avulta mais a singular grandiosidade, é a confluência decidida e harmoniosa, com que, para aquele triunfo concorreram todos os elementos da sociedade. Não era só a extraordinária atividade, que abalava o eleitorado. Nem era só a generalidade, com que o sexo político, votante, ou não, entrava à lide. Era a partcipação das classes menos políticas na luta. Era o interesse, com que as famílias, os lares, os sentimentos íntimos nela compartiam. Era o fervor, com nela colaboravam o outro sexo, as crianças mesmas, os inválidos do trabalho, os redivivos da função eleitoral abandonada, todos os sentimentos do coração, o amor doméstico, as crenças religiosas, uma exagitação geral das forças morais, o levante, por assim dizer, o levante em massa da sociedade.
>
> Quando o trem, onde viajamos, atravessava os despovoados, esses ermos e matos se animavam de repente; no meio do arvoredo rasgavam o ar, crepitando, foguetes luminosos; dos casais perdidos trapejavam, acenando-nos, toalhas abandeiradas. Moças e meninas, nas estações, desengatavam comboios, e se opunham à sua marcha. A grande manifestação de sehoras, com que tive a honra de ser recebido, ao chegar, no Grande Hotel de Belo Horizonte, começou às três horas da tarde, e às sete ainda não acabara. Retraídas e tímidas, como costumam ser, as filhas de Minas estavam como transfiguradas, dir-se-ia não se reconhecerem a si mesmas; e não se acanhavam de abraçar, com efusão, como irmãs, filhas, ou mães, o candidato civilista. "Quer ver o fervor das mineiras na sua recepção?" dizia-me um dos políticos mais graduados naquele Estado, quando íamos ter àquela capital.

> "Minha mulher tem a vida mais retraída e sedentária. Passa, às vezes, tempos e tempos sem ir visitar a mãe, que mora, como nós, em Belo Horizonte. Pois bem: hoje, fechou a casa, mandou os filhos para a dos pais, e aqui está com o senhor neste trem." (BARBOSA, 1997, p. 461)

Falando em uma conferência em 1919, no curso da campanha, Ruy Barbosa discutiu um dos temas prediletos das teses patrimonialistas que afirmam a inexistência de povo, de sociedade brasileira. Lá foi Ruy, mais uma vez, mergulhar, provavelmente instigado pelo espanto que a questão lhe suscitava, no que vinha ser mesmo aquele povo, aquela sociedade brasileira. Para encontrar respostas ele percorreu os caminhos da vida, e foram através deles que ele encontrou uma afirmação lúcida da existência deste povo, mas também o reconhecimento do alijamento a que estava condenado após a instauração da República, que certamente colaborou para gravar uma imagem e uma auto-imagem extremamente negativas, pejorativas mesmo, de um povo que não era, ou que não deveria ser. Foi por aí, desfazendo a negatividade, desconstruindo uma mitologia imposta que começou Ruy Barbosa, outra vez, a destrinchar e a redescobrir o que era mesmo o povo brasileiro, deixando de lado místicas quase consagradas naquele tempo, e nos nossos tempos também.

> Que é, então, desse povo surdo e cego, tardinheiro no dever e lerdo ao brio, triste e molangueirão, desprendado para o bem e zorro no mal, como nos pintam ao nosso, e ele se pinta a si mesmo?
> Que é desse povo brasileiro sem ímpeto na luta, sem bravura nos perigos, sem iniciativa nas dificuldades, sem ação nos trabalhos, esse povo que não se desatasca dos apetites, que se não sobrepõe aos instintos, que não se eleva às idéias, que do passado não se recorda, que com o presente não aprende, que do porvir não tem vista que não dá tino de si mesmo?
> Que é desse povo mal-ensinado nas suas obrigações, mal-entendido nos seus interesses, malcorrente nos seus negócios, malgovernado nos seus atos? Que é desse povo rasteiro, decadente, irresgatável do seu fadário? Que é desse povo, com quem não vale a pena de falar, a quem de nada serve pregar, de quem não se pode esperar coisa nenhuma? Que é desse povo rolha ou bucha, desse povo trambolho, desse povo toma-espaço, qual se julga, de ordinário, o povo brasileiro, encartado, por arcanos da Providência, como tapulho num pedaço da crosta do planeta? Que é desse povo? Será isso, realmente, o povo brasileiro?
> Mas o que eu vejo, pelo contrário, é que toda a vez que lhe a ele falam, ele responde. Quais são os grandes povos, os povos de quem Deus deu quem lhes fale. Um povo, que não tem quem lhe fale, perde o hábito de ouvir, com o descostume de ouvir, acaba perdendo o ouvido, e, porque já não ouve, se desaveza de falar, para ao cabo, perder, também, a fala. No fim de contas se reduziu a uma pesada massa incônscia e surda-muda; porque, a força de não escutar nada, se lhe gastou a oitiva e a linguagem mergulhando-se-lhe a vida na surdez e na afasia.
> Ora, trinta anos há que o povo brasileiro se acha condenado a este regímen. Na Monarquia havia vozes. A audição popular se exercitava, e pela audição, se exercitava a consciência do povo. Por isso, com a Monarquia, se fez o Sete de Abril, se logrou o Vinte e Oito de Setembro, se conseguiu o Treze de Maio, se chegou ao Quinze de Novembro. Resgatou-se a Nação do colonialismo. Remiu-se da escravidão o trabalho. Emancipou-se da centralização a vida local. (BARBOSA, 1997, p. 463, 464)

Quase as mesmas palavras de Joaquim Nabuco, ambos contemporâneos das mesmas circunstâncias. Porém, ouvir de um Ruy Barbosa, republicano ferrenho, de primeira hora, toda este elogio à democracia dos tempos da Monarquia, equivale a um reconhecimento ainda mais denso do significado democrático e *res*publicano de um período em que era comum ouvirem-se uns aos outros e a fala era possível, porque antecedida pela escuta, permitindo assim a mútua persuasão. Tempos que o republicano Ruy Barbosa viu desaparecerem no horizonte quando a República implantou a intolerância e "a tribuna do silêncio".

> A Tribuna do Silêncio
>
> Mas a nossa revolução estabeleceu o silêncio. A República aferrolhou, trancou, e chapeou a porta, por onde entrara, não sei se para que por ela também a não pusessem, algum dia, no olho da rua. As formas do novo regímen mataram a palavra. Deixaram o mecanismo das instituições legislativas. Mas acastelando o Governo em um sistema cabal de irresponsabilidade, emancipando-o totalmente dos freios parlamentares, reduziram a tribuna a um simulacro de locutório, insulado no vazio. (Ruy BARBOSA, 1997, p. 464)
>
> Ficava a imprensa, que, não a substituindo, lhe podia, contudo, atenuar a perda. Mas contra a imprensa voltou a República os seus processos insidiosos. Não lhe move perseguições, que correriam o risco de lhe sair às avessas: mete-lhe nas veias o veneno da corrupção, que, com o aperfeiçoamento do vírus filtráveis, aplicado às relações morais da administração com os administrados, se evade aos microscópios e ultramiscroscópicos da nossa gloriosa vigilância repressiva.
>
> O povo conhece, e aponta a dedo esse jornalismo de aluguel, sabendo os milhares de contaos, que ele custa à União e aos Estados. Mas os mercadores da imprensa, que o público refuga, se desagravam da repugnância da clientela, que os despreza, ressarcindo-se do que perdem no mercado, com se embolsarem à larga, em dobro, tresdobro, o quatrodobro, nas facadas contra a roubadíssima algibeira da Nação. (BARBOSA, 1997, p. 464)

Tratava também Ruy de uma nova modalidade de imprensa, que, aliás, o capitalismo liberal viria afirmar, que não sendo viável no mercado, buscava sua viabilidade mercando opiniões e notícias ao agrado dos grupos que comandavam o poder.

A nova campanha de 1919 precisava recuperar em bem menos tempo o desmantelamento das bases eleitorais que tinham sido organizadas com cooperação e trabalho dedicado, que reuniram contingentes inatingíveis ao longo do movimento civilista. Mas persistia, ainda, um ambiente crítico, formado pelas lutas cotidianas, mas, também revitalizado pela memória enraizada de 1910, que possibilitou uma retomada de fôlego e a reagregação da nação dispersa.

> Agora o espetáculo não é menos de admirar. Morre um presidente, ao começar do seu governo. A politicalha, simulando acercar-se da nação, e lhe cooperar nos desejos, logra iludi-la durante trinta dias de um tempo irrecobrável. Quando se descobre a patifaria da conspirata, já não resta, para

> recuperação do perdido, senão mês e meio, o espaço da Convenção de Fevereiro à eleição de abril. Em 1910, tivéramos, da conveção hermista de junho á eleição presidencial de março, não menos de nove meses, e sete da nossa Conveção a essa eleição. Agora são cinco ou seis vezes menos dias. O eleitorado está em meio desmantelamento e, na sua mor parte, abandonado ao oficialismo, que o manipulou, depois da última lei, com a mira nas eleições passadas. Para alistar as forças eleitorais novas, já nenhum tempo restava. Nem, sequer, o havia para o expediente da campanha derramada na extensão deste imenso território. Tudo eram elementos dispersos, espontaneidades não coordenadas, arrojos veementes, mas inconexos. Não obstante, esses troços da opinião pública, desorganizados, indisciplinados, esparsos, assentaram em se constituir, em se arregimentar; e a Nação está de pé. Está de pé, senhores! De pé, sim, para triunfar com glória, ou cair com honra, mas, se cair, para se reerguer, logo após, soberana, intimativa e vencedora.
> E como senhores? E por quê? (BARBOSA, 1997, p. 467, 468)

Os sentimentos que Ruy expressava sobre a receptividade da Nação à tardia campanha de 1919, amparados nos seus contatos e nas relações que foi estabelecendo ou recuperando, confirmaram-se procedentes, revelados os números da eleição. Os resultados foram melhores ainda do que os da campanha civilista de 1910. Foi o que lhe confirmou João Mangabeira, procurando demove-lo da idéia de contestação dos resultados do pleito.

> O conselheiro já viu que, do ponto de vista moral e da ação democrática, essa campanha é mais brilhante que a civilista? [...] Porque, sem o apoio formidável do governo de São Paulo, e contra o da Bahia, o senhor venceu nas seções urbanas de 33 cidades de São Paulo. Derrotou o governo baiano na capital e em todos os grandes centros de cultura da Bahia, encarados sob todos os aspectos. Em Minas, derrotou em Juiz de Fora o governo e a oposição locais, isto é, Antonio Carlos e Francisco Valadares, ambos com a candidatura Epitácio. Derrotou em Corumbá – a capital da civilização em Mato Grosso – Azeredo e D. Aquino, governador e bispo – ambos epitacistas. Venceu a eleição em Teresina. Venceu em Manaus, *contra* todos os partidos, de governo e de oposição, coligados. (MANGABEIRA, 1999, p. 324, 325)

O início da campanha, na Bahia, fora marcado pela dispersão de um comício por forças policiais, sendo baleados Simões Filho na cabeça e Medeiros Neto no pulmão. A gravidade da situação levou Ruy a procurar o presidente Delfim Moreira, que já sofria, àquela época, de problemas psíquicos. A reação de Delfim, frio, comentando "sopapearam-se e houve alguns tiros, como quase sempre acontece" deixara Ruy perplexo. Avaliava então que "o presidente não está em condições de deliberar", o que o levou a concluir, com profunda tristeza, que estávamos a viver algo absolutamente esdrúxulo: "Que maldade contra o país: fazerem a chapa presidencial com um moribundo e um louco!" (MANGABEIRA,, 1999, p. 322)

O fato é que a Bahia surpeenderia e proprocinaria a Ruy momentos inesquecíveis de solidariedade, apreço e respeito, que se traduziram nas urnas num compromisso público incontestável da população, que não teve medo de contrariar as

forças unidas das oligarquias. Ali reviveu Ruy aquela felicidade pública que a campanha civilista tinha despertado e que só o compartilhamento público poderia proporcionar.

> [...] de todas as compensações espirituais que essa campanha perdida lhe poderia dar contra os muitos trabalhos que o extenuavam e os dissabores que amargava, nenhuma o envolveu e lhe floriu a alma, como as demonstrações de carinho, e quase fanatismo, com que a Bahia o acolheu. Jamais se vira uma onda humana encher assim literalmente as ruas. Delírio de aclamações iguais jamais se presenciara. O vapor, cuja entrada se marcara pela manhã, só entrou à noite. E a multidão continuara firme e não volvera à casa. Era, na verdade, o mar imenso do povo. Ruy, quase sufocado, teve que ser alçado, em braços delicados, acima da vaga. Paulo Fontes, juiz federal, do guarda-chuva ficou apenas com o cabo. Outros perderam a manga do casaco. E o governo, em meio à exaltação, perplexo, pávido, paralisado. Em toda parte onde Ruy se apresentasse, filas de todas as classes, e de todas as idades, perpassavam beijando-lhe a mão, como a de um santo. A ele os olhos arrasavam-se de água, na mais profunda comoção. Nas urnas – a vitória, contra todos os governos conjugados – o federal, o estadual e o municipal. Estava Ruy pago de todos os desconsolos e tristezas. A Democracia triunfava em sua terra, através da palavra do evangelizador. (MANGABEIRA,, 1999, p. 322, 323)

A campanha civilista e o seu desdobramento de 1919 significaram um importante intervalo democrático e verdadeiramente republicano, num contexto de República excludente, elitizada e predominantemente autoritária, possibilitando uma experiência insubstituível de felicidade pública. Felicidade pública que se originava da participação intensa de amplos segmentos populares, que viram a agenda daquelas campanhas incluirem demandas que já vinham se insinuando, às vezes de maneira clara, desde os primeiros tempos da República. Demandas que, algumas vezes, foram discutidas e transformadas em projetos na esfera governamental, não chegando nunca, porém, a se trasnformar em leis e ações efetivas.

A negligência da questão social durante a Primeira República, que virou as costas para a agenda que o movimento abolicionista já apontava para dar conseqüência à abolição, tratando dos problemas sociais, agravou drasticamente a exclusão social, precisamente num momento em que era decisivo definir políticas que respondessem às demandas que a complexificação social colocava e que já estavam presentes desde a abolição. Talvez a tradição ibérica equilibradora de antagonismos indicasse um caminho alternativo para a inclusão. O conteúdo conciliatório da campanha civilista e sua agenda inclusiva corroboram esta hipótese. A recusa desta tradição, no entanto, nos moldes em que o fez a Primeira República, adotando modelos importados excludentes, agravou a exclusão social e o processo de empobrecimento da população, recusando-lhe oportunidades de participação política e negligenciando com a agenda social.

CAPÍTULO 7

Populismos

Democracia com Povo – a Arte Política de Equilibrar Antagonismos

A incapacidade dos governos republicanos de incorporar uma agenda social expõe o caráter duro, excludente, da opção política adotada pela Primeira República. Opção que tinha como inspiração ideológica, um mixto de laissez-faire liberal e positivismo. Os intervalos que representaram o movimento civilista e a campanha de 1919, apesar da força popular que os embalaram não tornaram mais sensíveis os governos a abrir espaços para os novos segmentos sociais que vinham pressionando pela sua inclusão. Os três últimos governos deste ciclo inicial da República só confirmaram a tônica.

O governo de Epitácio Pessoa enfrentaria seríssimos problemas econômicos, diante de um déficit astronômico de mais de 1 milhão de contos de réis acumulados no período da 1ª Guerra entre 1914 e 1918. (CARONE, 1977, p. 336) A crise provocava as insatisfações das populações urbanas e forçava manifestações operárias em torno de demandas que, na prática, significavam movimentos por inclusão. Por outro lado, a relação com os militares começou difícil, com a ameaça de greve geral das forças armadas que, mesmo não se confirmando, já sinalizava para os embates que viriam adiante. A relação com os estados também não seria fácil. A revolução de 1920 na Bahia, fruto de desavenças entre oligarquias, refletia também a incapacidade de Epitácio de neutralizar as disputas, agravadas pelos impasses políticos que ele mesmo provocava, recusando-se, através de vetos sucessivos, a assumir propostas que pudessem contornar a crise econômica, que já asfixiava as oligarquias, mas também pesava a decisão de adiamento do calendário eleitoral. Foram muitas as cidades do interior da Bahia conflagradas pela revolução, com tropas arregimentadas pelos coronéis locais. A violência também atingiu Salvador que foi palco de sangrenta disputa, com muitas mortes. Epitácio apelou para a intervenção militar para abafar a revolução, seguida da imposição de censura. O Amazonas também seria conflagrado por disputas políticas, desta vez com origem na Assembléia estadual que contestava o governador, chegando a se formar, simultaneamente, três distintas Assembléias. Com o próprio governador intervindo pela força, Epitácio acabou convecido por ele de que não havia necessidade de intervenção federal. Não pararam por aí os problemas. A controvérsia com os militares cresceria exponencialmente, especialmente embalada pelas celeumas relativas

à sucessão presidencial, que já envolvia os nomes de Hermes da Fonseca, de Artur Bernardes e de Nilo Peçanha. Para complexificar a situação, apareceu a questão das cartas falsas, atribuídas a Artur Bernardes, candidato da situação, cujo teor era bastante ofensivo a Hermes da Fonseca. As manifestações militares não tardaram, envolvendo o Clube Militar que acabou se compromentendo com o periciamento das cartas. Não se tratava, no entanto, das já corriqueiras manifestaçãoes militares. Estava se configurando uma situação nova e que se demonstraria bastante explosiva, que era a reunião das correntes militares tradicionais com o tenentismo nascente, que teve como embrião a revolta dos sargentos. As tensões acumuladas transformaram o ano de 1922 num ano especialmente atribulado, com manifestações militares e civis. Prisões decretadas, repreensões feitas à alta oficialidade, na tentativa de deter as manifestações de rebeldia, só ajudaram a acumular ódios e insatisfações. A intervenção do Exército em Pernambuco para dirimir mais um conflito entre oligarquias provocou reações ácidas do Clube Militar, inconformado com o envolvimento militar em "situações políticas". Recebida a manifestação do Clube como um desacato às orientações do governo, Epitácio não hesitou em mandar repreender e prender Hermes da Fonseca por insubordinação, presidente que era do Clube Militar, além de determinar o fechamento da instituição. Esta medida foi a gota d'água que faltava para abrir caminho para a Revolução de 1922, que, no entanto, não se expandiu para muitos Estados. No Rio Grande do Sul a movimentação teve o apoio de Borges de Medeiros que orientou o aquartealmento das tropas gaúchas, com vistas a se prepararem para a revolução. No Rio de Janeiro foram os tenentes os responsáveis por desencadear a movimentação revolucionária, rebelando-se no Forte de Copacabana, com focos na Vila Militar, onde o movimento foi controlado, com a prisão dos rebeldes, e na Escola Militar do Realengo, além do 1º Batalhão de Engenharia. Epitácio reagiu de pronto mandando bombardear o Forte, para debelar a revolta. Dos embates sobreviveram apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, que ainda enfrentaram, junto com outros dezesseis militares, o rescaldo dos confrontos na praia de Copacabana, após debandada de boa parte da tropa. Acuado por todos os lados, terminaria o governo de Epitácio Pessoa, sem avanços na área social, confinado e confinando a sociedade num estado de sítio. Não conseguiria, no entanto, impedir a movimentação da sociedade civil. A Semana de Arte Moderna, em 1922, se constituiu num marco, mobilizando artistas e intelectuais em torno do resgaste das raízes da nacionalidade brasileira, contra a "reeuropização" e pela

restauração da “brasilidade” que consideravam pervertida pelos copismos que nos tentavam encaixar em modelos importados.

Artur Bernades iniciaria o seu governo já sitiado, e sob estado de sítio governou durante praticamente todo o seu mandato. Abusou de leis repressivas para conter os movimentos, restringindo a liberdade de imprensa, os direitos individuais e desmantelando as máquinas dos governos dos estados que lhe faziam oposição. Não conseguiu, no entanto, evitar o ressurgimento do tenentismo que capitaneou a revolta de São Paulo de 5 de julho de 1924. Os rebeldes chegaram a assumir o controle da cidade por três semanas, com o apoio dos segmentos médios da sociedade, levando o governador Carlos Campos a abandonar a capital. Os confrontos se espalharam pelo interior do estado com as colunas revolucionárias ocupando várias cidades como “Rio Claro, Jundiaí, Campinas, Itu, Itapira, São Simão, Amparo, Araras, Pirassununga, São Carlos, Rio Preto, Botucatu etc.” (CARONE, 1977, p. 386). A formação de colunas se espraiaria, muito em virtude dos descontentamentos que alcançavam as classes médias urbanas. Foi do encontro entre as Colunas Paulista e a do Rio Grande do Sul que se formou a Coluna Prestes-Miguel Costa que marchou “pelo interior, para despertar ou esperar a eclosão de novos focos revolucionários”. (CARONE, 1977, p. 397) O clima, portanto, era de acirramento das instabilidades de que o Brasil se tornara refém, sem perspectivas de que os conflitos, cada vez mais agravados e ampliados, pudessem, pela livre manifestação, ter ao menos chance de equacionamento via diálogo.

O governo de Washington Luís encerraria o primeiro ciclo republicano fazendo juz ao período. Oligarquias conflagradas por disputas intestinas, já que, sem diálogo, e na prevalência do interesse privado, não se tinha constituído *res*publica de fato. Em tempos de escassez, com a crise de 1929, os termos da disputa se amplificaram. Nestas condições, a sucessão eleitoral estaria impregnada de desavenças regionais mais agudas, colocando a candidatura situacionista do paulista Júlio Prestes em confrontro com a Aliança Liberal, assentada nos interesses das oligarquias locais, lideradas por Rio Grande do Sul, que indicava Getúlio Vargas para presidência, Minas Gerais, preterida na vez do rodízio sucessório com São Paulo, e Paraíba, que apresentava João Pessoa para vice-presidência. O programa da Aliança Liberal, aprovado na convenção, tocava em pontos como voto secreto, reforma eleitoral, anistia e ainda tangenciava questões de cunho social. Ao longo do processo, ainda se tentou negociar uma terceira alternativa entre as duas chapas. Sem acordo em torno de um nome, as gestões deslocaram-se para

uma pactuação sobre condutas durante a campanha eleitoral. Getúlio Vargas chegou, inclusive, a enviar o senador Paim Filho para encontro com Washington Luís e Júlio Prestes, visando definir regras de convivência. O acordo secreto assinado entre as partes previa a proibição de saída de Getúlio do seu estado, mesmo que "para ler sua plataforma". Secreto o acordo, desnessário seria também o seu cumprimento. Getúlio viajou para São Paulo em 30 de dezembro de 1929 e estava no Rio em 3 de janeiro de 1930, onde realizaria um comício gigantesco na Esplanada do Castelo, ocasião em que confirmaria a sua plataforma com foco na "anistia, liberdade de pensamento, voto secreto, justiça federal, ensino, questão social" (CARONE, 1977, p. 419, 420) A vitória de Júlio Prestes, por 1 milhão de votos contra 700 mil de Getúlio Vargas, foi incialmente reconhecida por Borges de Medeiros que se viu obrigado a recuar, pressionado por outras liderenças gaúchas, como Assis Brasil, do Partido Democrático Nacional, bem como por lideranças mineiras que contestavam um resultado que consideravam fraudulento. Apesar dos entedimentos, envolvendo o próprio Getúlio Vargas, para "acatar a decisão dos poderes competentes, instituídos para apuração e reconhecimento das eleições", de lado a lado a corda foi tensionada. Mesmo mantendo a cláusula do acordo secreto intermediado por Paim Filho, de poupar os deputados gaúchos de qualquer degola, Washington Luís avançou contra os mineiros e paraibanos, limando 14 deputados de Minas e todos os da Paraíba. Não parou por aí, no entanto. Aproveitando-se das dissenções internas na Paraíba, Washington Luís decidiu tomar partido contra o governador João Pessoa nas disputas que envolviam a localidade de Princesa, estratégica do ponto de vista econômico. Nem tinha ainda Washington Luís avançado na intervenção federal, João Pessoa era assassinado no Recife num crime, de características pessoais, que, no entanto, foi tomado como encomenda política. Foi o suficiente para precipitar o que seria a Revolução de 1930.

Afinal, após o enorme represamento das questões sociais que apareceram com vigor apenas nos breves períodos da campanha civilista e na de 1919, lideradas por Ruy Barbosa, reaparecia a temática social, mesmo que ainda tangencialmente, na plataforma da Aliança Liberal. Evidente que isto não significava que se teria a partir da Revolução de 30, assunto definitivamente fora das pretensões deste trabalho, uma abordagem única para efrentar a problemática social, que já se tornava irrefreável diante da profusão de manifestações e movimentos alimentados pela participação popular. O grande incremento participativo da população teve, no entanto, sua importância reconhecida

apenas no sentido da repressão, já que os movimentos populares permaneceram ignorados no que tange à inclusão política e social. A ausência de respostas pelos governos republicanos, contrastando com a presença cada vez mais ativa destes movimentos colaborou decisivamente para forjar condições que permitiriam a aparição de uma nova resposta social e política àquelas questões – o populismo, ou os populismos, já que não é possível se falar deste tema apenas no singular.

Michael Connif, autor do livro *Urban Politics in Brazil – The rise of populism*, reconhece que não há consenso em torno do conceito de populismo, exceto em torno de idéias gerais tais como as de que o populismo "involves a mass urban electorate, charismatic leadership, and a balancing of diverse interests in the political arena." (CONNIFF, 1981, p. XVII)

A generalizada idéia sobre o populismo a que Conniff se refere tem um aspecto – o de equilibrar interesses diversos na arena política – que nos favorece o estabelecimento de um elo entre o populismo, os movimentos por inclusão durante a Primeira República, o processo abolicionista e a tradição ibérica de equilibrar antagonismos.

A longa citação a seguir é importante para o esclarecimento dos argumentos que o texto possibilita desdobrar.

> "The peak of the associative movement, from 1880 until about 1930, coincided with the abandonment of the colonial urban tradition.
> […] as the cities grew and urban unrest became occasionally violent, however, the social question became an insistent indictment of the new urban order; it would be a major ingredient of early populism.
> The new urban order in Brazil, dominant from the 1880s until the 1920s, was one of the principal causes for the rise of populism. In particular, **inattention to the social question** and profiteering from land jobbing and lucrative city contracts produced widespread citizen discontent and eventually voter protest. In the 1920s such reactions were led by politicians, "reformers", who started protopopulist movements. The reformers attacked the undemocratic natures of politics and the plight of the working class, so their platforms demanded the secret ballot, federal supervision of elections, and labor legislation. Yet beyond politics, others sought to improve society or to redeem it from the socially retrograde new urbanism. Lay catholic leaders in Rio, São Paulo, and the Northeast sought to rejuvenate the church and to give it a mass base. Educators endeavored to turn the *caboclo* (a country "hick") and mulatto into citizens by giving them several years of primary school and the ability to read and write. Modernist artists and writers attacked the whole sale importation of high culture from Europe and challenged their colleagues to choose authentic Brazilian subjects and styles. These and many other reformist stirrings of the early twentieth century were progressive, inspired by a **desire to abandon European positivism and to make Brazil into a genuine nation. The reformers took a great deal from the older urban traditions, wisely arguing that an authentic Brazilian nationality must rest on native foundations. The demand for electoral representation, for**

> **example, was largely inspired by municipal autonomy and elections during the previous centuries**. Church leaders and educators promised strengthened institutions and a **holistic society such as those in colonial cities**, which they occasionally cited. **The modern art movement looked to Indian, black, and mestizo heritage**. Perhaps the most striking undercurrent of the early twentieth century – in view of the official commitment to laissez faire – was the growth of state interventionism. The official ideology of the republican generation was free enterprise capitalism and as little government as practical.
> […] **Populism, as it emerge in the 1930s, largely adopted 1920s reform proposals that acted as a bridge between older traditions of local government and the twentieth century political system. Populism came to favor** (among other things) **representative elections**, interventionism, **and an organic social system; it thereby possessed the quality of being both back – and forward – looking. Because populism tapped an older heritage, its politics seemed familiar and "right", and it came closer to achieving consensus than did imported ideologies.**
> […] **Populism was a political movement that arose in response to the metropolitan revolution and against the elitist urban policies tha had accompanied it. Populism promised to restore the holistic society and self-government abandoned in the late nineteenth century. Populism stood for a society in which all persons had a place and in which classes were indistinct. Rather than a laissez faire competitive system** which could be exploited by the wealthy, populism called for an interventionist state (or city government) which would look after all persons, regulate economic relations, promote the well-being of the downtrodden and bring about social justice for all. **The strength came from the fact that it revived a tradition not yet forgotten in folklore and popular memory.**
> […] The very term "populist"came from the political style of appealing to the masses; hence populism was a **"people's movement".** Just who the "people" were depended upon time, place, and observer, but their existence was crucial for the populist's legitimacy. Partly for this reason, considerable attention focused on **popular culture and folklore** during the interwar years. Intellectuals looked inward, searching for the national character and the **roots of nationality**. **A new racial and cultural history (largely the work of Gilberto Freyre) defined the quintessential Brazilian as a mixture of Portuguese, Indian, and Negro**. With this search for the true "people" came greater interest in the poor and unlettered, in whose simple lives might exist the key to understanding the very complex nature of metropolitan society. **Populism was a political manifestation of this search for national character, and the temporal coincidence of the two was not accidental**. (CONNIFF, 1981, p. 9,10, 13)[36]

Fica mais claro agora, o contexto que levou Gilberto Freyre às suas interpretações tão voltadas para uma reaproximação positiva com tradição que formou a civilização brasileira. Os populismos emergiram naquele mesmo tempo em que Freyre revisitava a tradição conciliadora brasileira. Como Gilberto Freyre, os populismos trouxeram à tona a questão de como equilibrar os conflitos aflorados intensamente naquelas circunstâncias.

Tenho proximidades importantes e algumas distâncias em relação à análise de Connif. Aproxima-nos a compreensão sobre a influência exercida pelas idéias positivistas e por modelos importados na configuração política da Primeira República, o

[36] Grifos meus

que significava, também, a rejeição a uma tradição prévia. Convergimos, também, sobre a negligência da Primeira República quanto à questão social.

Concordo com ele que o populismo se vincula a uma tradição ancestral brasileira, mas é preciso esclarecer de que tradição se trata. Antes mesmo de discutir qual a tradição, penso que a fixação do período entre 1880 e 1930 como o do "abandono de uma tradição colonial" nos afasta pelo fato desta marcação desconsiderar 1808 como divisor de águas para o processo de modernização brasileiro, com as consequências advindas desta delimitação, já apontadas por Gilberto Freyre. O reconhecimento deste marco permite focalizar a trajetória política do século XIX pela ótica da modernização e compreender o significado da tradição equilibradora de antagonismos no equacionamento dos acirrados conflitos introduzidos pelo processo modernizador, inclusive, os que definiram o importante processo abolicionista. A consequência é a observação de que a instauração do processo modernizador não significou um abandono completo da tradição, que se atualizou na circunstância moderna. Por esta razão penso que, mesmo com o foco em outro período, talvez seja excessivamente radical usar o termo "abandono" da tradição. Quanto ao conteúdo da tradição, diferente dele reporto-me àquela tradição ibérica portuguêsa de equilibrar antagonismos desenvolvida por Gilberto Freyre. E esta estava ainda muito viva quando, em 1888, foi concluído o processo abolicionista, operado através de um longo, gradual e negociado curso. Como também sobreviveu à lógica excludente da Primeira República, manifestando-se com força na campanha civilista e também na de 1919. Além de considerar que a tradição foi abandonada, ou seja, que não se atualizou no período considerado por ele, Conniff se reporta a uma tradição de auto-governo e autonomia municipal, existente nos primeiros tempos da colonia. É a esta tradição, que dissolve conflitos num todo holístico, que ele vincula o populismo. É um ponto interessante, sem dúvida, especialmente se apropriado numa versão pluralista conflitiva. O conceito de populismo abraçado por Conniff, apesar de pluralista, apazigua este pluralismo numa síntese. O "abandono" da tradição a que ele se refere, a do autonomismo municipal, também não foi tão radical assim, já que Conniff observa o populismo como uma reconciliação com aquela tradição.

Enxergar o populismo como síntese de diferenças pode favorecer a ênfase no aspecto da liderança carismática. Conceitos como o de "multidão", "vontade geral", que embutem uma concepção holística, abrem sempre espaço para soluções autoritárias, desde que qualquer um, do líder carismático ao juíz, pode se arrogar representante deste

ente sintético. Esta leitura do populismo, penso, minimiza, ou zera, o caráter conflitivo das relações sociais que se, ao contrário, for considerado, penso, pode enriquecer a sua análise.

Não é inócua a concepção sintetizadora. Conniff extrai consequências desta abordagem.

> "[...] pluralist politics were fully compatible with populism, […] the ideal of an organic holistic society in colonial cities contributed to the multiclass nature of populism […] Because of its multiclass aims, populism deemphasized class structure, and conflicting interests in society. Indeed, populism ideally generated and managed consensus decision making. In practice, of course, consensus is unattainable, but it was a populist mandate which daily shaped political choices […] (CONNIFF,, 1981, p. 12)

Penso que o caráter multiclassista do populismo não o converteria, necessariamente, num experimento holístico. O próprio Conniff reconhece a relevância dos movimentos sociais organizados e destaca o caráter conflitivo do populismo.

> "Rio's newspapers devoted considerable space to the activities of middle-sector associations, corroborating the view that they were prospering. Government employees were by far the most vocal. The Naval and Military Clubs (1884-, 1887-), for example, promoted their professional interests through meetings, monthly publications, and pressures on the government. The civil servants were active as well. The Municipal Employees Beneficent Society, claiming to be the largest of its kind, secured discounts for members in stores and provided disability and retirement benefits. More militant were members of the Civil servants Club (1916-), who numbered of a thousand and showed an attraction to politics. One of the ways civil servants brought pressure to bear on the administration was by allying with government workers. For example, beginning in 1926 they fomented demonstrations on the part of the City to gain pay rises. This agitation coupled with electioneering led to a substantial $10 million raise in December 1928. In all, civil servants and government workers comprised several dozen associations that spoke for tens of thousands of members. It is not surprising, then, that they were a major element in Rio society." (CONNIFF, 1981, p. 43, 44)
>
> "Recruitment of labor and intensification of interest group politics continued for the October 1928 Council elections […] On 15 November feminist leader Bertha Lutz addressed a large labor meeting, pressing for extension of voting rights to women. […] On May 1 (Labor Day) the signs of labor politicization were clear. Three competing labor rallies were held: The BOC's at the waterfront; anticommunist unions' downtown, and the reform politicians' near Bangu textile factory in the Triangle. (CONNIFF, 1981, p. 73)
>
> "The new politics of the late 1920's no longer depended upon neighborhood *cabos* and voting centers for support but rather drew upon interest group. The groups themselves provided the cohesion formerly supplied by the *cabo*, and because their interests were better defined it was easier to achieve them through political means. (CONNIFF,, 1981, p. 73)

Conniff apresenta aqui o ambiente conflitivo em que ocorre o populismo, onde os antigos cabos eleitorais perdem espaço para os movimentos organizados que expressam seu descontentamento via pressões as mais diversas. Este ambiente conflitivo evidencia um populismo de viés democrático que ao invés de sintetizar as diferenças

num todo holístico, encarnado em algum ente coletivo, buscou equilibrar os antagonismos através de negociações e políticas capazes de responder a estas pressões.

O populismo aparece, portanto, como uma resposta política num contexto de disseminado descontentamento social e pode ser reinterpretado, também, como uma retomada de uma tradição conciliadora que, a rigor, nunca foi totalmente abandonada. Não é possível, entretanto, se falar de populismo no singular. Devemos, então, transitar por populismos diversos, inclusive pelos que se desenvolveram por vias autoritárias, valendo-se, inclusive, dos mesmos elementos que formaram a matriz autoritária instaurada com a Primeira República, sob o paradoxal auspício de modelos "anti-patrimonialistas", porque vinham para nos corrigir do pecado ibérico patrimonialista, apesar de promoverem a apropriação privada do Estado pelos interesses oligárquicos. A aparição de um populismo de feição democrática ocorreu numa cena em que dominava o espectro do autoritarismo. Não houve, de fato, um deslocamento do autoritarismo por um populismo de feição democrática. Foram experiências que conviveram lado a lado, uma e outra matriz, a conciliadora e a autoritária disputando a orientação ou o comando sobre a vida política. Os receios de Eduardo Prado sobre a ameaça autoritária se confirmaram definitivamente, abusando de uma palavra pouco aconselhável para assuntos políticos. A ameaça ultrapassou os limites do primeiro ciclo republicano. A solução autoritária e excludente, seja social, seja política, ou a um só tempo social e políticamente excludente e autoritária, estaria disponível depois que o autoritarismo decantou e se consolidou como uma matriz influente nas decisões da política brasileira. Que o diga o caráter quase de pronunciamento de que se resvestiu a revolução de 30, sem prejuízo, evidentemente, dos inumeráveis fatores que a desencaderam, totalmente fora do escopo desta tese, como também a reação autoritária de 1937, cujo objetivo foi cercear os espaços políticos que a sociedade brasileira vinha conquistando.

Connif faz uma abordagem muito interessante que pode ajudar a discussão da questão populismo/autoritarismo. Ele pensa que, apesar do populismo ter sido, muitas vezes, associado com autoritarismo, populismo e autoritarismo tem distintas origens nos tempos coloniais.

> The colonial city possessed two different and potentially conflicting legal traditions, the patrimonial and the municipal. The former delegated authority to local officials to rule on the king's behalf, in territories owned by the king. The latter, derived from Visigothic times, invested sovereignty in village elders, who might ally them selves with a king through a *foro*, or contract. […] It was common for patrimonial and municipal traditions to create a tension between imperial and local sovereignties, with royal officials often on

> the side of colonial subjects. In times of crisis, this latent clash could flare up, as occurred sporadically during colonial times and de Regency period, when cities frequently declared themselves in revolt against higher authorities. (CONNIFF, 1981, p. 14)

Ainda que esta consideração de Conniff não ofereça exatamente uma novidade, já que apresenta as bases que nutriram as duas grandes correntes interpretativas do Brasil, a de Tavares Bastos e a de Oliveira Vianna, ela contem uma curiosa sugestão. O que é interessante é a possibilidade de associar o aparentemente contraditório: o modelo "antipatrimonial" importado como corretivo da nossa ibérica falha, adotado pela Primeira República, mestre em apropriações privadas do público, com a tradição patrimonial, vinculando ambos ao autoritarismo, pelos seus surtos de violência.

A compreensão de Conniff dificulta a argumentação de interpretações que associam automaticamente populismo com "patrimonialismo", porque ele as dissocia, colaborando para confirmar a avaliação de Werneck Vianna de que a Primeira República, sob a hegemonia de São Paulo, foi o período de maior apropriação privada do Estado.

> Populism, it will be recalled, was a reaction against de republican generation and its abandonment of Rio's centuries-old urban heritage. In order to restore that tradition, populists needed to assert local municipal autonomy over the patrimonial authority. (CONNIFF, 1981, p. 76)

Neste ponto, é possível compartilhar com Conniff a associação entre populismo e a tradição municipal de autogoverno, por reconhecer, como ele, um importante viés democrático em certas experiências rotuladas populistas que, para efeito de discernimento, estou nomeando como experiências de **democracia com povo**. Porém, precisaria recuperar o elo democrático que, penso, reúne a tradição balanceadora de antogonismo referida por Gilberto Freyre e esta tradição de autogoverno municipal a que se reporta Conniff.

Conniff assume como marco inaugural do chamado populismo, não a experiência autoritária de Getúlio, mas a do governo municipal do Rio de Janeiro, entre 1931 e 1936. Para ele, foi com Pedro Ernesto Baptista, prefeito da cidade naquele período, que se deu a primeira experiência efetiva de populismo de viés democrático. Conniff inova neste aspecto, discordando de grande parte das interpretações que consideram Getúlio Vargas o precursor e a própria encarnação do populismo. Observando a distância entre o populismo democrático de Pedro Ernesto e a política autoritária de Getúlio ao longo de toda a década de 1930, Conniff aparta o populismo,

inaugurado democrático por Pedro Ernesto, do autoritarismo politicamente excludente de Vargas.

> The rise of populism followed closely the 1930 revolution of Getulio Vargas, and many of the important changes of the decade may be traced to growing state intervention common to both. Intervention had so-called soft and hard sides, for populism stressed social programs for uplifiting the lower classes, whereas Vargas' federal team emphasized social control and depoliticization of the masses. These differences led to a confrontation between the two men and their politics in 1936. Vargas, with support of the army, easily prevailed, and soon afterward he instituted the authoritarian Estado Novo. The populist experiment in Rio, however, had a lasting effect: it demonstrated to Vargas and other politicians that urban voters constituted a large new element in electoral calculus, one most effectively recruited by the populist methods developed by Pedro Ernesto. In the closing years of World War II, Vargas himself decided to create a populist movement based on his Labor Ministry and is program. Although a crude and obvious approach, Vargas's Brazilian Labor Party (the PTB) effectively extended populist politics to Sao Paulo and other cities after 1945. (CONNIFF,, 1982, p. 68)

Considero decisiva esta importantíssima distinção que Conniff faz entre o populismo de viés democrático de Pedro Ernesto e o autoritarismo de Vargas. No entanto, penso que a ênfase que ele confere ao caráter carismático da liderança de Pedro Ernesto, o que de fato correspondia à realidade, talvez reduza a relevância das pressões sociais, então provenientes de movimentos muito mais organizados das classes trabalhadoras, inclusive sob a influência crescente do Partico Comunista. Desta forma, talvez pudesse ele explorar, ainda melhor, o aspecto democrático que estava a indentificar naquela expressão do populismo que ele avaliava vinculada a uma tradição municipal autonomista. Mas, penso que outra tradição, a conciliadora equilibrista de antagonismos, deve ser reconhecida neste populismo de viés democrático, inaugurado por Pedro Ernesto, especialmente no que tange à sua característica de negociar interesses conflitantes e oferecer respostas concretas para aquelas fortes pressões populares.

> Pedro Ernesto was able to tap such diverse constituencies because of his growing charismatic authority among the people [...] By creating an attractive image for himself and the party[17], and by using the radio, Pedro Ernesto gained such authority that he could create and mold public opinion. That was the basis of his charisma, or the masses' recognition of his exceptional qualities. (CONNIFF, 1982, p. 72)

A outra característica, a carismática, pode ser um importante elemento, também do populismo de viés democrático, mas não penso que seja a sua principal característica, que considero estar localizada na sua capacidade de dar centralidade

[17] Autonomist Party

democrática à questão social, não apenas do ponto de vista programático, mas também através de políticas concretas. Conniff também reconhece esta característica.

> Pedro Ernesto argued that previous administrations had addressed only physical problem in the city, choosing to ignore such glaring social problems as illiteracy, disease, indigence, unemployment, and slum housing. The Autonomists would redress such neglect by building schools and hospitals as well as by delivering other services to the city's poor. The mayor was aided in these efforts by a sharp increase in revenues in 1993 and 1935, wich derived from federal aid and general recovery from the Depression. This attention to the social question set pos-1930 governments off from their predecessors, and it became a major feature of Brazilian populism.
> [...] The mayor's populist appeal among the lower classes was based largely on innovation in the área of social welfare programs. But the mayor's populism was multiclass, and he drew support from the upper and middle classes. Some members of the elite joined him because they saw his style as an effective way to stem lower class agitation. (CONNIFF, 1982, p. 72, 73)

A principal característica daquele populismo de viés democrático era, portanto, o foco nas questões sociais, que passaram a ser respondidas através da negociação dos conflitos, envolvendo a diversidade dos segmentos sociais.

A reforma educacional foi conduzida por ninguém menos que Anísio Teixeira, criando uma rede de ensino que atendia desde a escola primária até o ensino universitário, com uma proposta que envolvia atividades culturais, a implantação de rádio escola, a educação física, entre outras. A arquitetura escolar foi redesenhada, as matrículas ampliadas, foram introduzidas as escolas técnicas, o trabalho de extensão e o aperfeiçoamento dos professores. Anísio Teixeira também transformou a Escola Normal em Instituto de Educação, atribuindo-lhe um papel mais amplo do que a mera formação de educadores nos moldes tradicionais, abrindo campos de conhecimento e reflexão. Porém, as polêmicas em torno da instituição da Universidade do Distrito Federal, em abril de 1935, por conta do caráter democratizante da nova Universidade, estimulador de conexões entre o pensamento acadêmico e as circuntâncias sociais, já sinalizavam a intolerância do autoritarismo aos projetos, social e politicamente inclusivos, de Pedro Ernesto e Anísio Teixeira. A proposta passou a incomodar os artífices do projeto de uma Universidade Nacional, que o Ministro da Educação Gustavo Capanema retomara da proposta original de Francisco Campos, com largo compartilhamento do intelectual católico conservador, Alceu de Amoroso Lima. A idéia de um modelo que orientasse toda a educação superior do país teria, de fato, muita dificuldade em absorver uma proposta como a da Universidade do Distrito Federal. Alceu Amoroso Lima seria, inclusive, explícito em relação à incompatibilidade dos projetos, advogando o afastamento de Anísio Teixeira. O contraste entre os projetos evidentemente

ultrapassava a seara da educação, tornando indesejáveis personalidades como Pedro Ernesto e Anísio Teixeira. No período de um ano ambos estariam eliminados da cena política, por pressão ou pela violência da intransigência autoritária. Anísio Texeira que fora signatário, em 1932, do manifesto da Escola Nova por um ensino público gratuito, obrigatório e laico, parte de um processo que buscava retomar as agendas sociais perdidas do abolicionismo e também do civilismo, demitiu-se do cargo de Diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro em 1936 e Capanema indicou, em 1937, Amoroso Lima para reitor da Universidade do Distrito Federal, com o objetivo de operar o seu desmonte, que foi sacramentado por Decreto presidencial do início de 1939, extinguindo a Universidade que tinha alimentado as expectativas democráticas da intelligentsia brasileira.

> A central educational institute trained teachers and administrators in the new philosophy, anda the city undertook the construction of twenty-eight new schools, largely in lower class neighborhoods. Enrollments rose 25 percent in two years, and attrition rates declined. To crown the system Teixeira created the University of the Federal District by bringing under one administration various independent *faculdades* and became one of the country's foremost educators and intellectuals. (CONNIFF, 1982, p. 73)

Na área da saúde não foi diferente. O próprio Pedro Ernesto, médico que era, coordenou o programa de saúde pública, dotando a cidade da maior rede pública de hospitais do país, além de centros de saúde e da criação de um Instituto de serviço social para atender as populações carentes. O programa de saúde se inseria num projeto mais amplo de assistência médico-social que incorporava os segmentos não integrados no sistema formal produtivo, sob a coordenação de uma Diretoria Geral de Assistência Municipal criada por Decreto-lei de 8 de junho de 1932.

> The city built five new hospitals, largely in poor neighborhoods, for treating the population. Small health centers and support facilities were also provided, and by the end of the decade most of the city's public health system was already functioning. […] a social service institute was created under the direction of Pedro Ernesto, which among other things coordinated united charity efforts in the city. (CONNIFF, 1982, p. 73)

As reformas não se restringiram a estes focos, envolvendo temáticas e segmentos mais amplos e diversificados, inclusive culturais, mostrando uma alta versatilidade não apenas no tratamento dos interesses conflitantes, mas também na compreensão da importância de manifestações culturais populares, como o carnaval, reconhecendo-as e apoiando-as. A quantidade de novos serviços implicava também em novos empregos e numa distribuição mais disseminada da renda, que colaborou, inclusive, para antecipar a recuperação da economia, abalada pelo período depressivo.

> The opening of gambling casinos for tourists was popular among the elite, as was the inauguration of the annual Municipal Theater Balls as part of the Carnival celebrations. The middle class benefited greatly from the expansion of social services, wich created over a thousand well-paying professional jobs. The city hired 800 new teachers, for example, and hundreds of doctors, nurses, and medical personnel. The priority given to these programs brought greater prestige and stability to the middle class and was consonant with a parallel expansion of federal jobs in the city. So sharp was the growth in salaries that it sparked an early recovery from the Depression and a real state of boom, both of which benefited the middle class. Finally, both the upper and the middle class saw the importance of "doing something" about poverty and labor unrest, if only to protect their own standing.
> The masses, however, represented the largest potential for electoral recruitment. The social programs, therefore, were directed toward incorporating the poor and *favelados*[23] [37] into the life of the city, **making them participating citizens**. The city made many improvements in *favelas* and provided subsidies to the Samba Schools, the principal attraction of Carnival. Carnival was, in fact, a highly symbolic time for the mayor, when people of all walks of life and all races could join together in good-hearted revelry. That message was also contained in a cultural awakening underway in the 1930s. Rather than look down upon the lower class as an embarrassment, intellectuals and artists sought to discover in the "people" the true soul of the culture. **Gilberto Freyre's book, The Masters and the Slaves (1933), set the tone for a general revision in attitudes toward the Indian and the black**. It came to be recognized that they had contributed culturally and materially to Brazil's progress, and the result was a hybrid civilization better adapted to the tropics than any of its cultures. The novels of the 1920s and 1930s also explored the life of the lower class. Di Cavalcanti's paintings of mulattas became famous, as did Portinari's of workers. […] **These and many other intellectual and artistic currents of the 1930s reinforced the populist movement and its strategy of incorporating the lower class into the urban masses**. (CONNIFF, 1982, p. 74)[38]

Conniff observa com muita pertinência a vinculação da obra de Gilberto Freyre com aquele processo de resgate e valorização dos segmentos populares. Penso que, explorando um pouco mais estas afinidades, podemos sugerir a vinculação entre a impressionante capacidade de inclusão daquele populismo democrático com a tradição conciliadora destacada por Freyre. Afinal, o crescimento do bem estar social irradiou-se para praticamente todos os segmentos, muito devido a esta capacidade equilibrista responsável pela negociação de inclusões. A ampla difusão do bem estar social não significava, entretanto, a ausência de foco nos segmentos mais excluídos, bem como a indefinição de campo político. A popularidade de Pedro Ernesto crescia por conta da amplitude da ação política do seu governo, mas ele também não se eximia de explicitar seus posicionamentos, como o apoio aos sindicatos, mesmo aqueles sob maior influência do Partido Comunista. Aparentemente Vargas estimulava Pedro Ernesto nesta

[23] As were called the inhabitants of the new shanties

[37] Referência acima transcrida do texto de Connif

[38] Grifos meus

direção, no entanto, afirmava que um "*corporatist-authoritarian regime was desirable*", numa quase oposição, ou na prática numa oposição de fato, a tudo que Pedro Ernesto compreendia e praticava na política. (CONNIFF, 1982, p. 75) São das palavras do próprio Pedro Ernesto que se vale Connif para registrar seu posicionamento.

> While refusing to give an ideological label to his administration, he nonetheless endorsed two principles: "The first is that perfection of the means of productions has made possible, by increasing social wealth, a more equitable distribuition of goods, compatible with the needs of modern worker. The second is that the state can no longer maintain an atittude of mere spectator or policeman of human progress, but rather must be a regulator of the life of the community during this phase of its historical evolution… [We will press for] the progressive socialization of those [public] services that most affect the collective welfare of the people". (CONNIFF, 1982, p. 76)

As ações de Pedro Ernesto pela a inclusão social, sem abrir mão da inclusão política, amparadas numa atitude de permanente negociação com amplos segmentos da sociedade, não eram compatíveis com visões polarizadoras, excludentes e autoritárias que ganharam força, especialmente após a Intentona Comunista de 1935. Este evento foi largamente aproveitado por Getúlio para pavimentar a solução explicitamente autoritária que assumiria em 1937, o que implicou no bloqueio da via democrática praticada por Pedro Ernesto, que apostava em equilibrar antagonismos pela negociação. Delineava-se, então, com clareza, a distinção entre a alternativa de democratização social e política liderada por Pedro Ernesto e a solução autoritária que Getúlio estava a comandar.

> A confrontation between populism and athoritarianism became inevitable.
> […] The revolution of 1930 and the Depression brought attempts to ameliorate the hardships of the masses through social programs, but also efforts to control working-classes agitation. Populism was the foremost manifestation of the former enterprise, and police repression of the latter.
> […] Populism and authoritarianism were not, however, compatible, for the one stood for political participation while the other restricted it. In 1936 the two strains of governance created a counter-point or a dialectic concerning the degree of participation while the other restricted it. In 1936 the two strains of governance created a counter-point or a dialectic concerning the degree of participation or repression required in Brazil. For some time the authoritarian line remained dominant over the populist, until in the post-War era emerged triunphant. (CONNIFF,, 1982, p. 77, 78)

A prisão e condenação de Pedro Ernesto em 1936 pelo Tribunal de Segurança Nacional, acusado de envolvimento com o levante de 1935, foi recebida com intensas reações populares, então já bastante frequentes, por conta das quase cotidianas manifestações contra a violência e o arbítrio, que generalizavam prisões e ameaças. Os movimentos sociais, fortalecidos durante seu período de governo, mantiveram a pressão, mesmo sob o Estado Novo, conquistando espaços, ao menos do ponto de vista

material, cancelada que estava a inclusão política pela força bruta da ditadura, num contexto em que a forte industrialização capitaneada pelo Estado também colaborava para o atendimento de demandas trabalhistas.

> The Ministry of Labor pressed for the incorporation of factory workers into the social security system, and it managed to institute a minimum wage and a labor code by 1942. Simultaneously, the Department of Press and Publicity (DIP) became a major source of propaganda, stressing over the airwaves and in printed media the benefits Vargas had given the masses. The new image constituted Vargas's first flirtation with populism.
> […] The Constitution of 1937 had authorized the government to create an official party, but Vargas had declined to do so. He had instituted the Estado Novo in part to gain freedom to make economic policy, and the existence of an official party would have compromised that power. Vargas preferred the civil service bureaucracy, specially that of the Labor Ministry.
> By March 1945 it became imperative to prepare for elections, which Vargas had promised upon termination of the war. Marcondes was instructed to charter the Brazilian Labor Party (PTB), and he was relieved of his duties as Minister of Justice. Most of the officials of the new PTB were Ministry employees, and the government resources were increansingly devoted to what was essentially electoral campaigning. (CONNIFF, 1982, p. 79, 80)

O governo ditatorial de Vargas se sustentou pela via do autoritarismo enquanto pôde, mas as pressões sociais por democratização, reforçadas no contexto político pós-Segunda Guerra, colocavam Getúlio diante do desafio da recliclagem política. O fato era que não havia mais espaço para a manutenção da opção ditatorial, levando-o a adotar uma nova estratégia para se habilitar junto as massas e tentar uma recondução ao poder pela via eleitoral, já exigida por amplos setores da sociedade. Valeu-se, então, da experiência de Pedro Ernesto, que ele mesmo mandou prender quando já construía a alternativa do Estado Novo, extraindo dela elementos que pudessem lhe conferir o apoio popular. A criação do Partido Trabalhista Brasileiro surgiu, naquele momento, como instrumento para realizar a vinculação que ele precisava com os trabalhadores. A sua idéia, no entanto, era a de constituir um partido amplo, que pudesse ter a adesão dos vários segmentos do mundo do trabalho, inclusive de intelectuais e profissionais liberais. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Machado Filho, que passou a acumular o Ministério da Justiça e Negócios Interiores nos dois anos, entre março 1943 e março 1945, foi quem assumiu o papel de reciclar Getúlio para tempos de pressões democratizantes, buscando adaptar o projeto getulista às novas pressões por democratização. Para isto, sua estratégia foi estabelecer um vínculo entre Getúlio e as massas trabalhadoras, por um lado, idealizando o Partido Trabalhista e por outro, usando da dupla função de Ministro da Justiça, trabalhou no sentido de forjar uma máquina de propaganda, valendo-se das rádios, dos seus locutores mais populares e dos jornais, para redesenhar uma imagem de Vargas vinculado às massas populares,

preparando assim o seu terreno para um possível novo mandato, que, no entanto, só poderia ser conquistado pela via eleitoral.

> The party is for the "Brazilian worker", regardless of his class or creed… for those who live from their toil, be manual laborers, technicians, intellectuals, workers, clerks, bank employees, engineers, doctors, lawyers or any others. (CONNIFF, 1982, p. 80)

O deslocamento de Vargas para o populismo não significou, entretanto, assumir o populismo democrático de Pedro Ernesto, cujo fundamento era a inclusão política, ao lado da social, realizadas através do diálogo permanente. Vargas, ao contrário, manteria, mesmo com a investida para constituir nova imagem, a repressão e a censura, como pilares para governar.

Ainda que Vargas já tivesse acenado para o que se convencionou chamar de populismo, quando estimulava as políticas de Pedro Ernesto, tentando manter os apoios tanto dos segmentos mais à esquerda que o prefeito do Rio representava, como os da direita, que agradava, puxando com a outra mão a corda que soltara para Pedro Ernesto, deixando bem claro que era de um corporativismo autoritário que pretendia se valer.

A adesão de Vargas foi, portanto, num momento em que o processo de democratização pós-guerra o exigiu,

> [...] Vargas was not a populist until he formed the PTB in 1945, although some preparatory elementos go back to the late 1930s. The Vargas reputation as a Latin American populist is based entirely on the last ten years of his political career. (CONNIFF, 1982, p. 81)

A insisitência de Conniff em demarcar o início da experiência dos populismos no governo de Pedro Ernesto não é fútil, pois é dela que se origina a possibilidade de distinção, primeiro entre populismo e autoritarismo, ainda quando contracenavam as alternativas de Pedro Ernesto e Getúlio Vargas nos anos 1930, depois entre as versões do próprio populismo, em que se faz decisiva a questão democrática e republicana. No populismo que Pedro Ernesto desbravou, o que estava em jogo era a **democracia com povo**, em que a participação social e a negociação como métodos de resolução de conflitos permitiam a constituição de uma esfera pública de caráter efetivamente republicano, onde havia espaço para a pactuação política. O populismo de Getúlio Vargas após 1945, em que pese uma maior democratização material, nunca se revestiu de uma característica republicana, mas assumiu uma postura de concessão paternalista.

Um dos méritos da interpretação de Conniff, ao estabelecer este discernimento, é oferecer um olhar alternativo para interpretar as crises que se sucederam entre 1930 e

1964. As correntes que atribuem a Getúlio a fundação do populismo, ao sobrepor, confundindo, autoritarismo e populismo, restringem o campo de análise.

Este tipo de compreensão acaba por desprezar experiências efetivas de um populismo democratizante e republicanizante inaugurado no período de Pedro Ernesto à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro. Ao contrário, o reconhecimento da distinção sugerida por Conniff nos permite estabelecer heranças na vida política brasileira, tributárias, penso, de matrizes que passaram a disputar a hegemonia política do país. De um lado a matriz ibérica portuguesa, conciliadora, equilibrando antagonismos, permitindo contracenas e pactos políticos, e de outro a matriz autoritária, inaugurada com a Primeira República, que persistiu influente após o novo ciclo republicano iniciado em 1930. As sucessivas crises autoritárias, reincidentes a partir deste momento, podem ser consideradas a partir do legado autoritário que ultrapassou as fronteiras da Primeira República e que assumiu uma influência disseminada, tão temida por Eduardo Prado. Porém, ainda testemunhou este período experiências que conseguiram escapar do fogo cruzado de radicalizações e bipolarizações, como foi o caso do governo de Juscelino Kubitschek (JK) ou que, pelo menos, como foi o caso de João Goulart, tentou se deslocar da radical dicotomia que conduzia assuntos nacionais e internacionais.

Sobre o governo de **Juscelino Kubitschek** , Barbosa Lima Sobrinho considerou, em prefácio ao livro de Roland Corbisier, *JK e a luta pela presidência – Uma campanha civilista*, que ele deve ser avaliado sob o signo da palavra *COMPROMISE*[39], sem versão certa do ingles para o português, mas que significa compromisso mútuo, onde cada parte abre mão de suas demandas, ou faz concessões, pactuando em torno de algo no meio termo entre as diferentes possibilidades, ou seja, *compromise* significa equilibrar antagonismos. Nem precisava Barbosa Lima Sobrinho recorrer ao termo ingles, talvez pudesse ele apenas recuperar Gilberto Freyre. De qualquer forma, penso que ele foi no ponto, ao destacar que o "transigir só ocorreu no período do Império no Regime parlamentarista da Monarquia" e que pela ausência do *compromise* as crises políticas acabavam em movimentos armados, conduzidas por aqueles que não sabem

[39] No Webster's New Twentieth Century Dectionary, COMPROMISE, encontramos as seguintes descrições:
To make a mutual promise; [..] com-, together, and promittere, to promise.

1. a settlement in which each side gives up some demands or makes concessions
2. an adjustment of opposing principles, etc. in which part of each is given up.
3. the result of such adjustment.
4. something midway between different things

transigir, domo dizia Joaquim Nabuco. Valeria apenas a ressalva de que tratava ele de experiências nacionais, portanto, não estava no cômputo o tempo de Pedro Ernesto.

Todo o período que precedeu à definição da candidatura de JK pelo PSD (Partido Social Democrático) foi marcado por ameaças constantes, baseadas em argumentos de retorno do getulismo, de corrupção, etc. Porém, como observou, Roland Corbisier

> [...] Não é possível [...] proclamar a soberania do povo e arvorar-se em intérprete autorizado desse mesmo povo, pretendendo negar-lhe o único meio de revelar e exprimir a sua vontade que é o voto [...] os udeno-etelvino-lacerdistas compreenderam finalmente que não lhes resta outra coisa [...] senão lançar um candidato e participar da luta eleitoral. (CORBISIER, 1976, p. 82)

Até mesmo Armando Falcão advertiu a opinião pública sobre a hipocrisia de impugnar o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) ao PSD sob pretexto de que juntava "gregórios" com as "viúvas" do 24 de agosto. Porém, era fato que a aliança entre JK e João Goulart enfurecia círculos civis e militares, estes últimos já se considerando, à esta altura, "os donos da situação, os donos do Brasil". (CORBISIER, 1976, p. 87)

Muito civilistamente, JK, ao associar a causa de sua candidatura à causa da legalidade, neutralizou a tentativa das forças conspiradoras de impor uma solução violenta, extralegal. O que Juscelino trazia, então, com esta associação, era, de fato, a questão republicana, pelo viés da estabilidade, só possível pelo respeito às regras pactuadas publica e mutuamente. Esta primeira vitória no sentido de afirmar o respeito à institucionalidade como caminho da estabilidade, não significaria, no entanto, um percurso fácil para o conciliador JK, assaltado que foi por tentativas de impedir sua posse e, posteriormente de impedir o prosseguimento do seu governo.

As tentativas de golpe sofreram sucessivos revezes, a começar pela que procurou impedir a eleição de JK e Jango, presidente e vice-presidente, em 3 de outubro de 1955. Adiante, movimento liderado pelo Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott bloquearia a pretensão de impedir a posse dos eleitos, além de substituir o Ministro Eduardo Gomes da Aeronáutica pelo major-brigadeiro-do-ar Vasco Alves Seco e o Ministro da Marinha, Edmundo Jordão Amorim do Vale, pelo almirante-de-esquadra Antônio Alves Câmara Júnior. A posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, em 31 de janeiro de 1956, seria mais uma derrota dos segmentos golpistas. Não sem ter que enfrentar até emenda, como a apresentada pelo senador baiano, Novais Filho, propondo

que, caso nenhum candidato atingisse a maioria absoluta, a eleição seria feita pelo Congresso.

De fato, o governo JK nunca se livrou do espectro golpista. Mal tinha assumido, estourava a revolta de Jacareacanga, em 10 de fevereiro de 1956, liderada por oficiais da aeronáutica, o major Haroldo Veloso e o capitão José Carlos Chaves Lameirão, que deixaram o Campo dos Afonsos para se instalar na base aérea de Jacareacanga, ao sul do Pará, organizando ali um centro de operações do movimento. Após dez dias já controlavam Santarém e algumas localidades como Itaituba, Belterra e Cachimbo, conseguindo estender o movimento por 19 dias, quando a rebelião foi controlada. Foi preso o major Haroldo Veloso, enquanto outros líderes escaparam e pediram asilo à Bolívia. No entanto, Juscelino atuaria de uma maneira desconcertante para os padrões radicalizantes. Proporia ele ao Congresso que votasse, dias depois, a "anistia ampla e irrestrita" para todos os envolvidos no episódio.

Esta atitude, entretanto, não seria suficiente para retirar de cena as ameaças que ora a UDN, com Carlos Lacerda, ora os militares, agitavam alegando "o fantasma da crise nacional, do abismo econômico e financeiro", ou da corrupção, para justificar uma solução violenta.

No contraponto desta tedência autoritária, Juscelino consolidava o que já vinha questionando, desde os primórdios da campanha, que eram as teses que se valiam de soluções únicas, de candidatura única de salvação nacional, comprimindo a pluralidade.

> O candidato único, o partido único, a ideologia única, só tem sentido em regimes totalitários, em que as eleições não passam de ratificações de escolhas prévias, feitas à revelia do eleitorado. A democracia, que exclui qualquer espécie de dogmatismo, não só comporta mas exige a multiplicidade das candidaturas, como condição para o exercício da liberdade do eleitor. (in CORBISIER, 1976, p. 107)

Roland Corbisier demonstra grande afinidade com estas reflexões que absorviam JK e impulsionavam a sua ação política.

> Por que esse empenho, essa insistência em fazer do concorrente um adversário e do adversário um inimigo? Por que essa teimosia de transformar o diálogo em polêmica e a polêmica em duelo? Por que essa loucura em não reconhecer que a discordância é a regra e não o acordo na comunhão? Por que essa recusa em reconhecer as regras fundamentais do jogo democrático, que postula a multiplicidade dos partidos e das condidaturas, o diálogo, portanto, como condição do próprio regimen? [...] Por que essa intolerância, esse fanatismo, essa teimosia em monopolizar a razão e a verdade? (CORBISIER, 1976, p. 110, 111)

Estas eram atitudes que não cabiam na compreensão de JK, que nunca operou com os acordos como se estes pudessem implicar em comunhões holísticas totalizantes. Muito pelo contrário, era da capacidade inesgotável de dialogar, reconhecendo os conflitos, procurando equilibra-los, que se valia JK. Esta postura teria mesmo dificuldades em assimilar as idéias que tornavam a prática de Carlos Lacerda um continuum de acusações, fundamentadas num alerta inquisitorial que se valia de moralismos que só possui quem se considera efetivamente acima do bem e do mal, portanto, acima, também, de qualquer mecanismo público de controle. Desta forma a pretensão de combater a corrupção se tornaria vazia quando alguém, detentor deste status de dono da moral e da verdade, assumisse o poder, já que, a partir deste momento, não seria mais necessário controles públicos sobre sua atuação, ou seja, seria dispensado o caminho republicano de se combater seriamente a corrupção. Mas a própria escolha da candidatura de Jânio, para suceder Juscelino, indicaria a hegemonia deste tipo de razão arrogante no processo convencional da União Democrática Nacional (UDN).

Corbisier também observou que por trás da sanha inquisitória, que Lacerda capitaneava com furor, estava o risco de comprometimento da própria esfera pública através da sua desmoralização pelos moralistas de plantão, detentores da verdade final.

> A mania de denunciar, de acusar, de julgar e de condenar, antes de ouvir a defesa dos acusados, essa obssessão do inquérito, da devassa, essa complacência no escândalo [...] esse gosto em comprometer e desmoralizar o poder público [...] essa impaciência em fazer justiça com as próprias mãos [...] essa atitude moralista e farisáica, pretensiosa e autosuficiente [...] (CORBISIER, 1976, p. 139, 140)

A escolha da candidatura e a eleição de JK indicavam uma opção bastante distinta por alguém que, pela via do diálogo, optava por construções de pactos e projetos, ao invés de se apoiar no negativismo arrogante e irresponsável da demolição fácil.

> Se Juscelino nos inspira confiança e se o escolhemos para nosso candidato à Presidência da República, é precisamente porque é um homem imune a ódios e aos ressentimentos, um homem que prefere empreender, edificar, construir, um homem capaz de criar no País a atmosfera de concórdia e apaziguamento indispensável ao desenvolvimento nacional. (CORBISIER, 1976, p. 142)

Foram estas as qualidades que fizeram do governo Juscelino um caso singular de estabilidade. “Foi o único presidente civil que desde o primeiro período de Vargas conseguiu chegar ao fim do mandato dentro do sistema constitucional”. (FASSY, 2000, p. 33)

Citando Maria Victoria de Mesquita Benevides, Fassy, chama atenção para busca de explicações que justifiquem o destaque da estabilidade do governo JK, especialmente após a Revolução de 1930, em meio a um ambiente de

> instabilidade crônica que caracterizou a vida política nacional desde a Revolução de 1930, a saber: uma revolução de âmbito nacional (1930), a rebelião paulista de 1932; os movimentos extremistas de 33 a 38, a ditadura Vargas a partir de 1937 (O Estado Novo); a renovação da democracia liberal, em 1945; o suicídio do Presidente em exercício (1954); cisão nas Forças Armadas com o "Golpe Preventivo" do General Lott (11 de novembro de 1955); a renúncia do presidente em exercício (1961); a experiência parlamentar condenada por plebiscito (1963); e a revolução de 1964. (in FASSY, 2000, p. 33)

A proposta desenvolvimentista de Juscelino, apoiada no Plano de Metas, tinha por objetivo principal estabelecer a infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico e social. O principal esforço dirigiu-se para ampliar a oferta de energia a uma taxa de 10% ao ano, com vistas a elevar a capacidade energética em mais de 60% em 1965 e chegar a 5 milhões de KW em 1960, objetivos que foram alcançados. O sistema ferroviário foi reequipado e novas vias de articulação ferroviária foram criadas integrando o antigo sistema vinculado às exportações, rodovias foram pavimentadas, os portos melhorados e modernizadas as rotas comerciais. As metas para o setor ferroviário foram em grande parte atingidas, repercutindo num incremento de 21,7% no volume de carga transportada e de 19% no número de passageiros transportados entre 1955 e 1960. O setor rodoviário sofreu um crescimento vertiginoso, tanto em extensão quanto na qualidade das rodovias, superando as metas do Plano. O mesmo ocorreu com o transporte marítimo, banstante ampliado no período entre 1956 e 1960 (FASSY, 2000).

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, entre 1957 e 1961, a taxas de 7,9% ao ano, o setor de transportes a 8,8%, tendo o setor industrial duplicado a sua renda média. (FASSY, 2000)

Para sustentar este desenvolvimento JK recorreu a mudanças significativas na política exterior, rompendo um ciclo de alinhamento automático aos Estados Unidos, em que o Brasil era tratado na condição de aliado especial, favorecido na compra de café pelos americanos, no que ficou chamado de diplomacia do café. O Plano de Metas para infraestruturar o país visava receber a industrialização que tinha o forte objetivo de substituir as importações, diversificando a base produtiva brasileira, mas também ampliando a pauta para exportação. O projeto desenvolvimentista vinha associado com uma mudança na política exterior focada na multilateralidade das relações exteriores do Brasil.

> A partir de 1958, JK rompe com a política especial e lança a OPA. Trata-se de uma política multilateral externa com características próprias buscando a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, a diversificação da pauta de exportações e a conquista de novos mercados.
> Os principais pontos desta nova política foram: maior participação na organização dos Estados Americanos – OEA, nas Nações Unidas – ONU, no Conselho Interamericano Econômico e Social – CIES, na Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, e Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC. (FASSY, 2000, p. 40, 41)

Skidmore (1982), citado por Fassy (2000), registra a importância da estabilidade, conquistada pela capacidade de diálogo de JK, para o sucesso da política econômica do seu governo.

> O sucesso da política econômica de Kubitschek foi o resultado direto de seu êxito em manter a estabilidade política.
> [...] o segredo residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com os seus inimigos. Este estilo político não envolvia mudanças fundamentais. (FASSY, 2000, 194, 195).

Prevaleceu, portanto, com JK, o legado da herança equilibrista de antagonismos, através do espírito conciliador, que negociava distribuições e garantia a estabilidade necessária para processar as mudanças que se realizavam pela via da reforma, e não da ruptura.

As reformas vinham também acompanhadas, ou eram extraídas, do mergulho para dentro dos problemas nacionais que foi feito naquele período. A criação de Institutos como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), financiado pelo governo JK, ajudava a disseminar temas, termos e discussões em torno das nossas questões sociais, econômicas e políticas, para que nos orientássemos pelo nosso próprio foco e esbelecêssemos os nossos próprios planos, programas e políticas.

É com o auxílio de Carlos Lessa que Fassy reafirma este clima de mobilização nacional em torno das nossas próprias questões.

> [...] Houve um crescente conhecimento dos problemas nacionais [...] As populações urbanas incorporaram ao seu vocabulário, algumas expressões tais como: desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, reforma agrária, combate ao analfabetismo, dinamização da região Nordeste. Lessa atribui a popularização destes termos à uma necessidade política de mobilização nacional para se criar um clima para que o País pudesse crescer. Como resultado destas posturas, os políticos, pela primeira vez na vida política brasileira, ficavam na obrigação de apresentar um plano ou um processo de realizações no setor público. (FASSY, 2000, p. 47)

Estas discussões retomavam, mais uma vez, e davam centralidade à agenda perdida, ou bloqueada, do movimento abolicionista, focada nas questões sociais.

E é exatamente a centralidade desta agenda social e política a marca fundamental do governo João Goulart, um reformista, cujo traço conciliador teria enormes dificuldades em se afirmar num Brasil e num mundo cada vez mais bipolarizados, sob o signo da guerra fria e da pregação da "ameaça comunista".

Jango compreendia a importância da inclusão para um desenvolvimento distribuído pelos diversos segmentos sociais. Como Ministro do Trabalho de Vargas, em 1953 já conseguira aumentar em 100% os salários mínimos que vigoravam na época. Nem a pressão do setor empresarial, que obrigou sua renúncia do Ministério, inibiu Jango, demissionário, de enviar a Vargas os estudos que realizara para amparar outras medidas de alcance ainda maior, sobre os quais dizia: "Acredito tenha colaborado para dar um sentido mais social e mais cristão à nossa democracia". (BANDEIRA, 1977, p. 31, 32)

> Revisão dos níveis de salário mínimo, congelamento dos preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo e fiscalização pelos próprios operários do cumprimento da legislação trabalhista. (BANDEIRA, 1977, p. 31,32)

Este compromisso com uma agenda de inclusão social e política colocou Jango na alça da mira dos setores mais conservadores que desde o primeiro momento se organizaram para impedir a dobradinha Juscelino/Jango para a presidência e vice, na disputa de 1955. Eleitos, após vencerem vários obstáculos, Jango passou a exercer um papel de articulador para garantir a aprovação de projetos que viabilizavam aquela inclusão social e política que defendia. Tratava-se de projetos já em trâmite no Congresso e que diziam respeito a reformas estruturantes do próprio Estado para ajustar-se aos novos tempos de democratização social e política.

> 1. Projeto 3563/53 – reorganiza a Administração Pública Federal
> 2. Projeto 2119/56 – Dispõe sobre a estrutura política administrativa da Previdência Social
> 3. Projeto 1471/49 – Regula o exercício do direito de greve
> 4. Projeto 356/57 – Institui o regime jurídico do trabalhador rural e cria o abono família rural
> 5. Projeto 3276/57 – Dispõe sobre a locação de imóveis destinados à produção agropecuária
> 6. Projeto 3406/D/53 – Define os casos de desapropriação por interesse social
> 7. Projeto 4072/58 – Institui o salário mínimo familiar
> 8. Projeto-Lei de diretrizes e bases da educação nacional, com emendas que permitam a racionalização e a modernização do ensino e o acesso do maior número de brasileiros aos seus benefícios.
> 9. Projeto 104/50 – Dispõe sobre a reforma bancária
> 10. Projeto 1/59 – Dispõe sobre a remessa de lucros e retorno de capital estrangeiro
> 11. Projeto 1853/56 – Estabelece o Plano de Classificação de Cargos e Funções do Funcionalismo Civil

> 12. Projeto 3730/58 – Displina o ingresso de capitais estrangeiros no País.
> 13. Projeto que reorganiza as Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho
> 14. Projeto 4280-G/54 – Autoriza a União a constituir a Empresa Centrais Elétricas S/A – Eletrobrás
> Outras reformas dependiam de emendas constitucionais:
> 1. Reforma agrária, para permitir o acesso do trabalhador rural à terra e instituir, em algumas regiões, formas de exploração cooperativa ou coletiva, com a assistência financeira e técnica da União ou dos Estados.
> 2. Redistribuição das rendas públicas para que os Estados mais pobres e subdesenvolvidos pudessem atender às necessidades de suas populações, deixando de viver "como esmoleiros, chapéu na mão, implorando auxílio do Governo Federal". (BANDEIRA, 1977, p. 38,)

Jango, assumindo a presidência após a crise aberta com a renúncia de Jânio, e após vencer o plebiscito, numa eleição expressivíssima, em que 9 milhões dos 10 milhões de eleitores votaram pelo presidencialismo, prosseguiria no rumo das reformas definidas como Reformas de Base.

Ainda no período João Goulart presidente/Tancredo Neves 1º Ministro foram adotadas medidas que afirmavam aquela consciência nacional que vinha sendo forjada pelas discussões das grandes temáticas que nos diziam respeito, desde o governo JK. A questão energética foi enfrentada com desapropriações e a criação da Eletrobrás, do Conselho Nacional de Telecomunicações e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Com a vitória do presidencialismo, feita bem ao seu estilo, pela via da legalidade da qual nunca abriu mão, sem derramamento de sangue, Jango se colocaria claramente avesso a extremismos, questionando a exploração que se fazia da polarização em prol de alternativas que, em nome de falsas legalidades, pretendiam tornar o país refém da instabilidade.

> [...] explorando rendosa indústria de combate aos extremismos ou desfraldando falsas bandeiras de legalidade pretendiam manter o País em clima de constante intranqüilidade e perigosa agitação. (BANDEIRA,, 1977, p. 66, 67)

Apesar da intensa polarização que, evidente, tornava o ambiente político nada propício para posturas negociadoras como a de Jango, o projeto de nacional-reformismo que ele liderava obteve significativa vitória ainda nas eleições de 1962, com destaque para a expressiva votação obtida por Miguel Arraes, candidato ao governo de Pernambuo, para a eleição de Brizola deputado federal pelo estado da Guanabara e para a duplicação da bancada no Congresso.

As pressões esgarçadoras nunca deixaram, no entanto, de pautar o governo de Jango, seja na fase parlamentarista, seja na presidencialista, retirando-lhe qualquer

fôlego para respirar mínima estabilidade. A CIA ampliava a sua influência nos assuntos brasileiros, financiando, inclusive as campanhas eleitorais dos candidatos anti-Jango, além de interferir nos rumos das soluções discutidas para enfrentar a crise econômica e que, naturalmente, definiriam os pagadores da conta da crise.

> Ou o governo completava as medidas de estabilização monetária, de acordo com o figurino do FMI, comprimindo os salários, etc., ou reorientava o desenvolvimento do País no sentido da redistribuição de renda, mediante crescente intervenção do Estado na economia, com a limitação dos lucros extraordinários, controle das remessas para o exterior, tabelamento de preços, reforma agrária, enfim, medidas drásticas e transformações de base, de caráter democrático e nacional. (BANDEIRA, 1977, p. 94, 95)

A situação ideologicamente polarizada tornava cada vez mais difícil a solução negociada que Jango advogava. Ele que apoiava as reivindicações dos trabalhadores e não admitia uma solução que violasse os direitos trabalhistas, se viu sem condições de evitar a greve geral e a radicalização do movimento sindical que criava dificuldades para a execução do Plano Trienal. O fato era que a CGT já se opunha abertamente à política econômico-financeira de Celso Furtado e San Tiago Dantas e o próprio Jango não admitia a compressão de salários prevista no Plano Trienal, razão pela qual ele nunca o aceitou plenamente.

Pressionado à direita e à esquerda, o governo via a crise aprofundar-se, com a aceleração quase incontrolável da inflação.

> [...] A crise social aprofundou-se no redemoinho da inflação e corroeu o prestígio do Governo acossado tanto pela direita quanto pela esquerda. De um lado, as associações rurais e comerciais se eriçaram contra o anteprojeto de reforma agrária, que tramitava no Congresso, já se preparando os fazendeiros para desencadear a guerra civil, com o estímulo de líderes reacionários como Armando Falcão. Do outro, os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o PCB e outras organizações populares intensificaram o combate ao plano trienal. As críticas à política de Goulart se acentuaram também dentro do PTB com a radicalização do Grupo Compacto, estendendo-se a resistência às áreas do próprio Governo. A diretriz de Almino Afonso no Ministério do Trabalho, ao fortalecer as direções operárias mais independentes, como o CGT, o PUA[40] etc., colidiu com os interesses de Goulart. (BANDEIRA,, 1977, p. 98, 99)

O fato era que o caminho da conciliação se tornava inviável num cenário em que a polarização se agudizava e dava o tom das escolhas políticas.

> As correntes de esquerda (CGT, PUA, FPN, etc.) se agruparam na Frente de Mobilização (FPM), que Brizola dirigia, contrapondo-se cada vez mais ao Governo Goulart. O CGT ameaçou com uma greve geral para exigir do Congresso a aprovação das reformas de base, com a mudança da

[40] Nota minha, PUA (Pacto de Unidade e Ação), organização intersindical que reunia ferroviários, marítimos e aeroviários para atuar contra os efeitos da recessão econômica.

> Constituição. Os conflitos abalaram tanto as cidades como os campos. Os trabalhadores, em Pernambuco, paralisaram pela primeira vez os engenhos de açúcar. As invasões de terras tomaram as características de rebeliões.
> Goulart [...] Preferia o diálogo, a conciliação [...] tentara evitar a radicalização, recusando-se a assumir plenamente a vitória que obtivera com o plebiscito e impor ao Congresso ou contra o Congresso as reformas de base. Construira sua carreira pública em campo aberto, por vias sempre políticas e recusava-se agora, como Presidente, a implantar as reformas ao peso da derrocada das instituições democráticas.
> [...] Dantas advertiu Goulart de que os grupos de pressão, tanto de esquerda quanto de direita, queriam impedi-lo de formar um governo forte, definitivo, nacionalmente respeitado. Os da "esquerda menos responsável e aparentemente liderada por Brizola", segundo suas palavras, com o objetivo de envolvê-lo e dominá-lo, em meio à crise. Os da direita, especialmente os da extrema, na esperança de debilitá-lo de tal forma e assim abrir caminho para o golpe de Estado, do qual nunca desistiram. (BANDEIRA, 1977, p. 103-106)

Mal saído do plebiscito que descortinava o tempo do seu governo propriamente dito, Jango se defrontava com pressões de grupos, à esquerda e à direita, que não compreendiam o caminho alternativo de diálogo que ele apresentava e se dispunham, ao contrário a fomentar soluções golpistas à direita ou à esquerda, que colidiam com a postura de João Goulart, que desejava profundamente as reformas, porém, sem quebra da institucionalidade democrática.

Neste processo de radicalização teve papel destacado a Embaixada dos Estados Unidos que, através das verbas da Aliança para o Progresso, estabelecia elos diretos com Governadores de Estado e Prefeitos de Municípios, à revelia do Governo Federal, corrompendo-os e aliciando-os, "com o objetivo de formar ela própria uma clientela dentro do Brasil, em oposição ao Governo Federal". (BANDEIRA, 1977, p. 107, 108) Jango teria que recorrer a um comunicado formal do Itamarati informando a sua intolerância em relação a estas atitudes e ameaçando denunciar a Aliança para o Progresso, se persistissem desrespeitando o monopólio dos assuntos externos pela União.

A atuação da Embaixada americana, através da Aliança para o Progresso, compunha um quadro mais amplo de intervenções. Os Estados Unidos pressionavam em outras esferas como a econômica, colocando o Brasil numa situação praticamente sem saída diante da intransigência em negociar prazos da dívida externa, que seria administrável, caso um alongamento fosse negociado. Sem alternativas, Jango teve que decretar a moratória unilateral, além de determinar que Carvalho Pinto reativasse a lei da Remessa de Lucros e a sua regulamentação, com o objetivo de estancar a fuga de capitais. De um lado permaneceu Lincoln Gordon tentando obstaculizar a

regulamentação da lei de remessas e de outro, o goveno insistia em alternativas que pudessem equacionar os problemas econômicos, até para dar maior sustentação às políticas sociais que priorizava. Entre 9 e 15 de novembro de 1963 o governo convocou a III Conferência Nacional de Saúde para debater o Plano Nacional de Saúde. Outras frentes foram abertas na área social. O Plano Nacional de Educação foi também discutido e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social se empenhou na construção de conjuntos habitacionais e hospitais regionais da Previdência Social. Na área rural, o incentivo à associação dos trabalhadores provocou um salto no número de sindicatos de 300 para 1.500 entre julho de 1963 e março de 1964 (BANDEIRA, 1977,p. 115-116) além de ter sido regulamentado o Estatudo do Trabalhador Rural. Ao lado das iniciativas sociais, o governo empreendia para estimular a atividade econômica do país e reduzir a dependência externa. Regulamentou o Código Brasileiro de Telecomunicações, nacionalizando os serviços de telefonia, telegrafia, radiodifusão e radioamador. Criou o Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL. Estas iniciativas estabeleceram as bases para a criação da Embratel. A Eletrobrás foi criada e reformulada a legislação sobre o Fundo de Eletrificação para ampliar o suprimento de recursos à empresa. O projeto de Itaipu foi concluído e as discussões com o governo do Paraguai iniciadas. O setor siderúrgico foi incentivado, através da USIMINAS, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória. A Vale do Rio Doce recebeu estímulo para construir o porto de Tubarão para o escoamento do minério e a Petrobrás recebeu concessão de monopólio para fornecimento ao governo.

Mas as tensões internas e externas continuaram a crescer. De um lado e de outro surgiam pressões por golpe. A direita radicalizava constituindo organizações para-militares, os latifundiários se armavam, todos com um importante auxílio do *know-how* da CIA. No outro pólo de radicalização, Brizola sugeria que a esquerda devia partir para o golpe, antecipando-se à iniciativa da direita. Mesmo sem nunca ter pretendido o golpe de Estado, Jango chegou a enviar para o Congresso o pedido de Estado de Sítio, para controlar o ambiente golpista, que, no entanto, teve que retirar, por conta das reações de todos os lados.

As solicitações para a intervenção americana passaram a ser explícitas. Na Sociedade Interamericana de Imprensa, Julio de Mesquita Filho, diretor do Estado de São Paulo, repete Lacerda solicitando abertamente a ação intervencionista dos Estados Unidos.

No contexto de radicalização crescente, Jango ainda avançou nas reformas sociais, enviando para o Congresso mensagem instituindo para o funcionalismo público, o 13º salário e a escala móvel para reajuste salarial, já vigentes para os operários.

A reforma que o próprio Jango sabia a mais difícil era a agrária. Ainda assim ele tentou que o Congresso a aprovasse, definindo as áreas a serem repartidas, terras situadas às margens de rodovias federais e de açudes. As reações foram grandes e Jango reconheceu, em discurso, que já previa que as reformas não sairiam sem lutas e sacrifícios, talvez da sua própria vida ou da continuidade do seu governo. A reforma agrária acabou gerando um impasse entre o governo e o Congresso e bloqueando as outras reformas. San Tiago Dantas ainda tentaria um acordo entre o PSD, PTB, PCB e o brizolismo em torno de um programa mínimo de reformas que, no entanto não prosperou por conta de reações disparadas por todos os lados.

Foi em meio da radicalização bipolar em alta temperatura que ocorreu o comício de 13 de maio, cuja pauta era o apoio às reformas de base: reforma agrária, voto do analfabeto e dos praças, reforma universitária com plena liberdade de ensino e fim da cátedra vitalícia, reforma da Constituição e delegação de poderes legislativos ao presidente, além de consulta popular via plebiscito para referendum às reformas de base.

O compromisso de Jango com as reformas de base era tão ostensivo quanto seu compromisso com a legalidade. Talvez por esta razão, nunca admitiu, mesmo com o golpe da direita à porta, reagir fora da legalidade.

> Goulart não desejava desencadear a revolução social. Era empiricamente um reformista, que acreditava na transformação gradual e, talvez, chegar ao socialismo. Não era um revolucionário. [...] Não aquiesceu ao pedido dos comandantes das guarnições leais ao Governo para que a ordenasse e consentisse a distribuição de armas ao povo. Mas também não recuou ante a insistência dos que advogavam o fechamento da CGT, a demissão de supostos comunistas do Governo e outras medidas antipopulares, como condição para que conservasse a Presidência da República. (BANDEIRA, 2000, p. 179)

Sem espaço algum para fazer frutificar o ambiente de diálogo e assim fazer properar as reformas de base, encerrava-se com o golpe militar, a tentativa, ou o desafio improvável de Jango de afirmar um caminho do meio, uma alternativa conciliadora, negociadora de conflitos e integradora de segmentos diversos da sociedade. Ser revolucionário nos padrões autoritários talvez fosse o caminho mais automático naquele cenário radical bipolar. Jango, no entanto, demonstrava uma percepção mais complexa do mundo, que o levava a tentar expandir o diálogo, ao invés de restringir o campo de

entedimentos. No entanto, em momento de muito poucas pretensões de entendimento, dificilmente prosperaria a visão de Jango que pretendia, equilibrando antagonismos, avançar nas reformas, talvez com resultados muito mais radicais do ponto de vista social e político, do que as alternativas “revolucionárias” ou golpistas efetivamente produziram. Venceu, naquele momento, o autoritarismo excludente, deixando pendente, mais uma vez, a agenda reformista que seu governo conseguiu afirmar como uma necessidade radical para a inclusão social e política de amplos segmentos da população brasileira.

CONCLUSÕES

Evidente que um trabalho como este, compilando reflexões para com elas atravessar alguns trechos da vida política brasileira, não tem e nem poderia ter objetivos conclusivos. A idéia de utilizar a nada enquadrável interpretação de Gilberto Freyre sobre o Brasil, para questionar as propostas interpretativas que nos colocaram diante da ratificação da inviabilidade, busca, ao contrário, visitar as nossas viabilidades, indicando também positividades inscritas nas nossas próprias experiências, para além de pecados originais incontornáveis. Gilberto Freyre propiciou um roteiro de tese que considero ainda trôpego, mas que aponta para questões que pessoalmente vem me angustiando há um tempo, sobre as possibilidades democráticas e republicanas brasileiras.

O recurso a pensadores como Hannah Arendt, refletindo sobre a contaminação da esfera pública pelo social, característica do processo modernizador, como a Noam Chomsky, crítico da apropriação corportativa do Estado americano, ou melhor, dos Estados modernos, e a Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1993), que atesta a importação de modelos americanos de subvencionamento de políticos e parlamentares pelas corporações econômicas, colaboram para desmitificar a idéia de foi o Brasil que inventou na sua formação o pecado original do patrimonialismo, ou seja, da apropriação privada do público.

Autores como José Guilherme Merquior também nos ajudam a reconhecer, num tom muito similar ao de Gilberto Freyre, uma possibilidade de modernidade alternativa brasileira. Modernidade que se insinuou e apareceu em experiências efetivas da sociedade brasileira. A moderna fragmentação social pelo interesse que atomiza as indivíduos em “jaulas de ferro” incomunicáveis, pela prevalência da razão instrumental, pode ser neutralizada pela reconciliação com uma tradição que acima de tudo valorizou a política. Uma tradição que se amparou no desafio de equilíbrar antagonismos. Por outro lado, também decantou na vida política brasileira uma matriz autoritária, produzida e fortalecida pelos copismos enquadradores e corrretivos das nossas circunstâncias.

Mas contra ela, permanecemos tendo o recurso do remédio que Hume apresentava como capaz de curar o delírio do racionalismo abstrato a pretender enquadrar e consertar a realidade com modelos solipsistas, que é o mergulho na vida ordinária.

E a vida ordinária brasileira é povoada de solidariedades que conseguiram construir uma nação diversificada, misturada, vocacionada para o pluralismo, porque experimentada em equilibrar diversidades e conflitos.

Portanto, podemos apenas insinuar, sugerir, nunca concluir, que é possível sim falar de um Brasil que o mestre Joaquim Nabuco, antes de Gilberto Freyre, já reconhecia calejado em soluções negociadas pela via do diálogo, ou seja, um Brasil eminentemente político no sentido arendtiano do termo, um Brasil que foi testado no conflito mais profundo do século XIX, o que envolveu a questão escravista, que reapareceu, após a instauração do autoritarismo com a Primeira República, nos movimentos que o civilismo liderou, e após o Segundo ciclo republicano, nos governos de Pedro Ernesto, Juscelino Kubitschek e João Goulart, todos pressionados por intensa bipolaridade, porém capazes de se deslocar para uma via de entedimento, ainda que tenha prevalecido a imposição bipolar.

Enfim é possível, também, temer, com Eduardo Prado, a possibilidade autoritária, mas também temos experiência suficiente em democracia e *res*publica se nos reconciliamos com a nossa matriz ibérica portuguesa que nos legou a melhor de nossas qualidades, a capacidade de dialogar e acolher as diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA e SILVA, J.B. **Exortação aos Brasileiros**, 1825 In: NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Introduções de Gilberto Freyre, Graça Aranha e Gilberto Amado. Petrópolis: Vozes, 1977.

ARANHA, G. **A vida de Joaquim Nabuco por sua filha Carolina Nabuco**, São Paulo: Editora Nacional, 1928 In: NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Introduções de Gilberto Freyre, Graça Aranha e Gilberto Amado. Petrópolis: Vozes, 1977.

ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz:** Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARENDT, H. **Da revolução**. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993

_____. **O que é política?** Fragmentos das obras Póstumas compiladas por Úrsula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BANDEIRA, L. A. V. M. **O governo João Goulart** - As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964): Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, R. **Escritos e discursos seletos**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997

BELLO, J. M. **História da república: 1889-1954**: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional , 1959.

BERNUCCI, L. **A imitação dos sentidos: prógonos comtemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo. EDUSP. 1995. In: CARVALHO, M. A. R. de. Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro. **In**: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. 1 ed. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002, v. 55, p. 877-908

BRITO, J.L. **A abolição na Bahia:1870-1888.** Salvador: CEB**,** 2003.

CARONE, E. **A República Velha:** evolução política e instituições e classes sociais. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, J. M de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Brasília, (coleção temas transversos; v.4). 1981.

CARVALHO, J. M.(a) **Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX.** Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2007. (working paper 87).

CARVALHO, J. M. **(b) D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, M. A. R. de. Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro. **In**: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002, v. 55, p. 877-908

CHACON, V, Gilberto Freyre, uma biografia intelectual. Recife/São Paulo, Fundaj, Massangana/Nacional. 1993. In: CARVALHO, M. A. R. de. **Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro**. In: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. 1 ed. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002, v. 55, p. 877-908.

CHALHOUB, S. **Introdução e Negócios da escravidão**. In: Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990 In: BRITO, J.L**. A abolição na Bahia:1870-1888**. Salvador: CEB, 2003.

CHOMSKY, N. **Segredos, mentiras e democracia.** Brasília: UNB, 1999.

CONNIFF, M. L. **Urban politics in Brazil**: The Rise of Populism, l925-1945. Pittsburgh, Pa.: University of Pittsburgh Press, 1981.

CORBISIER, R. **J K e a luta pela presidência** – uma campanha civilista. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1976.

COSTA, J. F. A **Ética e o Espelho da Cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

CRUZ, F. G. **A Campanha abolicionista no Recife, eleições 18**84: discursos de Joaquim Nabuco. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.

CUNHA, E. da. **Os sertões.** Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Livraria Francisco Alves, 1927.

DALLMAYR, F. **Democracy and multiculturalism**, 1996. In: VIANNA, L. J.W.; CARVALHO, M. A R. Experiência brasileira e democracia. In: Sergio Cardoso. (Org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 197-228.

DIKE, K. O. **Trade and politics on the Niger Delta, 1830-1885**: Oxford: [s.n.],1956. In**:** VERGER, P. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a IX.** Salvador; Currupio, 2002.

DOLHNIKOFF, M. **Império e governo representativo**: uma releitura. Caderno. CRH. 2008, v. 21, n. 52, 24p.

FASSY, A. **JK, o maior estadista do século XX**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

FREYRE, G. **Mucambos do nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937. In: ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **Casa Grande e Senzala:** Introdução História da Sociedade Patriarcal no Brasil V I e II. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1950.

_____.**Tempo morto e outros tempos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. In ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz:** Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____.**Nordeste.** Rio de Janeiro: Record, 1989.

_____.**Casa Grande & Senzala**, Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 1998. In CARVALHO, M. A. R. de. **Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro**. In: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. 1 ed. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002, v. 55, p. 877-908

_____. (b) **Novo mundo dos trópicos**. Rio de Janeiro:Topbooks, 2000.

_____.(a**). Ordem e progresso**, Rio de Janeiro; Record, 2000.

_____.**Além apenas do moderno**: sugestões em torno de possíveis futuros do homem em geral, e do homem brasileiro em particular. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

_____.**Sobrados e mucambos**, Rio de Janeiro; Record, 2002.

FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE-BIBLIOTECA VIRTUAL. entrevista ao Diário de Notícias da Bahia em 1945. Disponível em < http://prossiga.bvgf. fgf.org.br/portugues/index.html> Acesso em: 10 out 2008.

FRANKLIN MARTINS. **Vai comecar a campanha civilista. Ruy Barbosa (1909)**. Disponível em<http://www.franklinmartins.com.br/estacao_ historia_artigo.php?titulo=vai-comecar-a-campanha-civilista-Ruy-barbosa-1909 Acesso em: 20 nov 2008.

HOLANDA. S. B. de, (Org.). **História geral da civilização**, tomo II, v. 2 (O Brasil monárquico, O Processo de Emancipação), 2003.

_____. (Org.). **História geral da civilização**, tomo II, v, 3 (O Brasil monárquico) , Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

_____. (Org.). **História geral da civilização**, tomo II, v. 4; (**O Brasil monárquico),** dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

_____. (Org.). **História geral da civilização**, tomo II, v. 5 (O Brasil monárquico), Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004,

_____. (Org). **História geral da civilização**, tomo II, v. 3 (O Brasil Monárquico,) São Paulo: Difel, 1976.

HOMEM DE MELLO, F. I. M., **Escriptos historicos e litterarios: a constituinte perante a Historia**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1868.

HONNETH, A. **Democracia como cooperação reflexiva**. John Dewey e a teoria democrática hoje. 2001. In: VIANNA, L. J.W.; CARVALHO, M. A R. Experiência brasileira e democracia. In: Sergio Cardoso. (Org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 197-228.

HONNETH, A. **The Struggle for recognition – The Moral Grammar of Social Conflicts.** Massachusetts: The MIT Press, 1996.

JAEGER, W. **Paideia**: A formação do Homen Grego [s.l.] [s.n.], 1945 In:ARENDT. H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LESSA, R. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks,1999.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, 1999. In CARVALHO, M. A. R. de. Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro. **In**: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002, v. 55, p. 877-908

MAGALHÃES JUNIOR, R**. Deodoro - a espada contra o império**: O aprendiz de feiticeiro (da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Preto) v. 1, São Paulo: Cia Nacional, 1957.

MAGALHÃES JUNIOR, R. **Deodoro - a espada contra o império**: O galo na Tôrre (do desterro em Mato Grosso à fundação da República) v. 2, São Paulo: Cia Nacional, 1957.

MANGABEIRA, J**. Ruy**: O estadista da república. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

MERQUIOR, J. G**. Saudades do Carnaval:** Saudades à Crise da Cultura Editora. Rio de janeiro: Companhia Editora Forense, 1972.

MERQUIOR, J. G**. Gilberto y después.** Vuelta, 131, 1987 In: ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz:** Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MERQUIOR, J. G. **Um Humanista além da Modernidade**: In: FREYRE, G.. Além apenas do moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem em geral, e do homem brasileiro em particular. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001

MULTIRIO - Empresa de Multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rep_escravidao.html > Acesso em: 20 nov 2008.

MYRDAL, G. **The political element in the development of economy theory**. [s.n.] 1953. In: ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

NABUCO, J. **Um estadista do império** v.I, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____.**Um estadista do império,** tomo III v.I, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____.**Balmaceda, A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893,** tomo II, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____.**Discursos parlamentares (1879-1889)** tomo IV, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. **Discursos Parlamentares**, tomo XI, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. **Campanhas de imprensa**: **1884-1887,** tomo XII, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____.**Um estadista do império**, tomo IV, V.II, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. **Um estadista do império**, tomo V, v.III, Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____.**Um Estadista do Império** tomoVI,. v. IV Obras Completas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____.**O Abolicionismo**. Introduções de Gilberto Freyre, Graça Aranha e Gilberto Amado. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Minha formação. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999. In. CARVALHO, M. A. R. de. **Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro**. In: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. 1 ed. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002.

NEEPP-DH- Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, **Lei no. 581 - de 4 de setembro de 1850 "Lei Eusébio de Queiroz**".Disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/trafico_negreiro.html. Acesso: em 13 set 2008.

NEGRI, A. **O poder constituinte**, [s.l.] DP&A, 1994.

NIETZSCHE, F. **On the uses & disadvantages of History for life, Untimely Meditations.** Cambridge, Cambridge University Press, 1985. In: ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz:** Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

OLIVEIRA VIANNA. **Problemas de política subjetiva** [1930]. Rio de Janeiro: Record, 1974. In VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan,1997.

PEDREIRA, J.; COSTA, F. D. **D. João VI: um príncipe ente dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 484 p.

PRADO, E. **Pastos da ditadura militar no Brasil.** São Paulo: Escola Typographica Salesiana, São Paulo, 1902.

PRADO, E. **A ilusão americana**. São Paulo: IBRASA - Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A., 1980.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**.São Paulo: Editora Brasiliense, 1953, p. 328. In*:* BUARQUE DE HOLANDA (Org.). **O Brasil monárquico**, tomo II, v. 5, p. 353, 2004.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC**, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. In: CARVALHO, M. A. R. de. Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro. **In**: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002, v. 55, p. 877-908.

SANTOS, W.G dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Editora Paz e Terra, Rio deJaneiro, 1982. In: FASSY, A. **JK, o maior estadista do século XX**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

SILVA, E.; REIS, J. J. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, J (a). **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília , 2000.

SOUZA, J (b). **Gilberto Freyre e a singularidade cultural Brasileira,** In: **Tempo social** – Revista de Sociologia, São Paulo, v. 12, p-69-100, 2000**.** In: CARVALHO, M. A. R. de. **Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro**. In: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. 1 ed. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002.

TAYLOR, C.**The politics of recognition,** 1992. In: VIANNA, L. J.W.; CARVALHO, M. A R. Experiência brasileira e democracia. In: Sergio Cardoso. (Org.). Retorno ao republicanismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 197-228.

VARNHAGEN, F. A. **Histórias das lutas com os holandeses no Brasil:** desde 1624 a 1654. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VERGER, P. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a IX.** Salvador; Currupio, 2002.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan,1997.

VIANNA, L. J.W.; CARVALHO, M. A R. **Experiência brasileira e democracia**. In: Sergio Cardoso. (Org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 197-228.

VIANNA, L.W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000. In VIANNA, L. J.W.; CARVALHO, M. A R. **Experiência brasileira e democracia**. In: Sergio Cardoso. (Org.). Retorno ao republicanismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 197-228.

VIANNA, O. **O ocaso do império**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.

WAGNER, E. M. S. **O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da Modernidade**. Resenha das obras NEGRI, A. **O poder constituinte**, DP&A, 1994; AREND, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992. IUPERJ. Rio de Janeiro, 2002, (não publicado).

ZILLY, B. **Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil, segundo Euclydes da Cunha**, Estudos da Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, nº2, p. 5-45, 1999. In: CARVALHO, M. A. R. de. **Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro**. In: Guillermo Giucci; Enrique Larreta; Edson Nery da Fonseca. (Org.). **Casa Grande & Senzala** - Edição crítica. 1 ed. Madrid: Unesco (Coleção Archivos), 2002.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo